

**Jaques Wagner**  
Governador do Estado

**SEPLAN**

**SEMA**

**José Sérgio Gabrielli**  
*Secretário de Planejamento*

**Eugênio Spengler**  
*Secretário do Meio Ambiente*

Edelzuita dos Anjos Silva - Coordenadora

JoséIVALDO de Brito Ferreira

Tatiana Scalco

Rosalvo de Oliveira Jr.

**Clóvis Caribé Menezes dos Santos**  
*Chefe de Gabinete - SEPLAN*

**Adolpho S. Ribeiro Netto**  
*Chefe de Gabinete - SEMA*

**Ranieri Muricy Barreto**  
*Superintendente de Planejamento Estratégico - SEPLAN*

**Luiz Antonio Ferraro Jr.**  
*Superintendente de Estudos e Pesquisas Ambientais - SEMA*

**Thiago dos Santos Xavier**  
*Diretor de Planejamento Territorial- SEPLAN/SPE/DPT*

**Marcelo Henrique Siqueira de Araújo**  
*Diretor de Pesquisas Ambientais - SEP/SEMA*

**COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO**

**GRUPO DE TRABALHO****SEPLAN - SEI**

<b>SEPLAN</b>	<b>SEI</b>
Thiago Santos Xavier	Aline Pereira Rocha
Edelzuita dos Anjos Silva	Erivaldo Lima de Queiroz
Fabiana da Cruz Mattos	Igor Roberto Campos Brandão
Tatiana Scalco Silveira Cravo	Ilce Maria Marques de Carvalho
Érico Silva do Nascimento	Lucas Marinho Lima
Roberto Carneiro Fortuna	Luis Andre de Aguiar Alves
Márcia da Silva Pedreira	Paulo Sérgio Hermida Gonzalez

**SEMA - INEMA**

<b>SEMA</b>	<b>INEMA</b>
<b>Titular</b>	<b>Titular</b>
Luiz Antônio Ferraro Júnior (coordenador geral)	José Ivaldo de Brito Ferreira (coordenador técnico)
Marcelo Henrique Siqueira de Araújo	Floriano Alvarez Soto
Margareth Peixoto Maia	Erivaldo Vieira Adorno
Zoltan Romero Cavalcante	Ailton dos Santos Júnior
Luciano Pinna	Sidnei Silva Suerdieck
Magno Passos Monteiro	<b>Suplente</b>
Rosalvo Oliveira Jr	Aldo Carvalho da Silva
<b>Suplente</b>	Samantha A. Nery Gonzalez Grimaldi
Paulo Henrique Prates Maia	Nielsen Souza
José Renato Melo da Silva	Rita de Cássia Góes Cardoso
	Jeanne Bahia Gonçalves

**GRUPO DE COLABORADORES**

<b>SEPLAN</b>	<b>SEMA</b>
Thiago Reis Goes - Coordenador	Cristiana Sousa Viera
Sônia Pereira Ribeiro	Aline Bitencourt
Andréa Pereira da Silva	Luciana Matos Santa Rita
Luiz Carlos Santana Filho	Igor Perez Cunha
Sidnei Suerdieck	Nielsen Souza
Rafael Alves de Almeida	Fabíola Andrade
Edna Maria da Silva	Joseval Almeida
Mirtes Calvacante de Aquino	Márcio Augusto Gonçalves
Marcos Luis Cerqueira da Silva	Alexandra Hirsch de Santana
Nícia Moreira da Silva Santos	Larissa Santos Lima
Natã Silva Vieira	Rodrigo Stolze Pacheco
	Marcelo Senhorinho
	Ricardo Azevedo Duarte
	Zanna Maria Rodrigues de Matos
	Kitty Tavares
	Elba Alves
	Adriano Zeferino
	Michelle Rios Lopes6. Iala Serra Queiroz
	Iara Morena Souza
	Eva Dayana Oliveira Rios Lopes
	Tiago Jordão Porto

## EQUIPE DO CONSÓRCIO

### GERENCIAMENTO

Erwin Rivero  
*Representante Consórcio Geohidro Sondotécnica*

Arakem Maltez Oliveira  
*Responsável Técnico - GEOHIDRO*

Francisco Cruz Vieira  
*Responsável Técnico - GEOHIDRO*

Homero Menezes Cortes  
*Diretor – SONDOTÉCNICA*

**COORDENAÇÃO TÉCNICA EXECUTIVA**  
Roseane Palavizini – *Arquiteta, DSc Engenharia Ambiental*

**GERENTE EXECUTIVA**  
Andrea Marchesini – *Eng<sup>a</sup> Sanitarista*

### COORDENAÇÕES TEMÁTICAS

#### Planejamento e Meio Físico

Bruno Jardim da Silva  
*Eng<sup>o</sup> Civil*

#### Planejamento e Meio Biótico

Tiago Brasileiro  
*Arquiteto e Urbanista*

#### Planejamento e Meio Socioeconômico

João Pedro Vilela  
*Urbanista*

#### Planejamento, Banco de Dados e Cenários

Vitor Santos  
*Economista*

#### Planejamento e Cartografia

Ivana Silva  
*Geógrafa*

#### Cartografia e Geoprocessamento

Fábia Zaloti  
*Eng<sup>a</sup> Cartógrafa*

### DESENVOLVIMENTO TÉCNICO

Clarissa Brito  
*Eng<sup>a</sup> Sanitarista e Ambiental*

Sueli Oliveira  
*Estatística*

Daniela Moura  
*Eng<sup>a</sup> Sanitarista e Ambiental*

Patrícia dos Santos  
*Geógrafa*

Micheli Gonçalves  
*Eng<sup>a</sup> Ambiental, MSc*

Tânia Linda Andrade  
*Técnica em Geoprocessamento*

Samanta Ribeiro  
*Eng<sup>a</sup> Sanitarista e Ambiental*

Carlos Eduardo Araújo  
*Designer Gráfico*

Carlos Eugênio Ramos  
*Designer Gráfico*

### APOIO DE DESENVOLVIMENTO

Leonardo Adaime  
*Eng<sup>o</sup> Civil, MSc*

Valdirene Dias  
*Geógrafa, MSc*

Fabio Peixoto  
*Comunicador Social*

### ESTAGIÁRIOS

Érica Neres  
*Graduanda em Geologia*

Eric Cância  
*Graduando em Engenharia Civil*

Gilza Maciel  
*Graduanda em Engenharia Sanitária e Ambiental*

Victor Almeida  
*Graduando em Engenharia Sanitária e Ambiental*

### CONSULTORES

#### Arranjos Produtivos Rurais

Amilcar Baiardi  
*Eng<sup>o</sup> Agrônomo, DSc*

#### Aquicultura e Pesca

José Carlos Bezerra  
*Eng<sup>o</sup> de Pesca*

#### Banco de Dados/SIG

Walter Ribeiro  
*Cientista da Computação*

#### Biodiversidade

Rafael Freire  
*Biólogo*

#### Energia

Fernando Alcoforado  
*Eng<sup>o</sup> Eletricista, PhD*

#### Geologia/Águas Subterrâneas

Antônio Marcos Pereira  
*Geólogo, DSc*

Leila Lopes  
*Geóloga*

#### Infraestrutura e Logística

Rafael Vasconcelos  
*Eng<sup>o</sup> Civil*

Raymundo José Garrido  
*Eng<sup>o</sup> Civil, MSc*

#### Jurídico e Institucional

Maria Gravina Ogata  
*Geógrafa e Advogada, DSc*

Larissa Cayres  
*Advogada*

Mayumi Gravina Ogata  
*Advogada*

#### Qualidade Ambiental

Tânia Tavares  
*Química, DSc*

#### Solos

Mário Pestana  
*Agrônomo*

Paulo Corrêa  
*Eng<sup>o</sup> Agrônomo*

#### Unidade de Paisagem/Vulnerabilidade Natural à Erosão

Vera Lúcia Ramos  
*Geógrafa, MSc*

#### Vulnerabilidade Social

Paula Adelaide  
*Arquiteta, MSc*

Arlson Favareto  
*Sociólogo, DSc*

### CONSULTORES AD HOC

Henrique Tomé  
*Eng<sup>o</sup> Florestal, DSc*

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Diagrama Conceitual do ZEE-BA.....	11
Figura 2- Diagrama da Metodologia Geral do ZEE-BA.....	12
Figura 3 – Esquematização da construção das diretrizes.....	179
Figura 4 - Diagrama da Interação Social.....	306
Figura 5 - Proposta de arranjo institucional para o ZEE-BA.....	318

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Procedimentos Metodológicos para Delimitação das Zonas Ecológico-Econômicas do Estado da Bahia.....	15
Quadro 2 – Arquivos Georreferenciados (Base Cartográfica temática) – Unidade Territorial Básica.....	18
Quadro 3 – Arquivos Georreferenciados (Base Cartográfica temática) – Unidade de Paisagem.....	18
Quadro 4 – Arquivos Georreferenciados (Base Cartográfica temática) – Qualidade da Biodiversidade.....	19
Quadro 5 – Arquivos Georreferenciados (Base Cartográfica temática) – Vulnerabilidade Erosão.....	19
Quadro 6 – Arquivos Georreferenciados (Base Cartográfica temática) – Vulnerabilidade Natural de Água Subterrânea no Contexto da Disponibilidade Natural.....	19
Quadro 7 – Arquivos Georreferenciados (Base Cartográfica temática) – Vulnerabilidade Natural de Água Subterrânea no Contexto da Potencialidade de Contaminação.....	20
Quadro 8 – Arquivos Georreferenciados (Base Cartográfica temática) – Vulnerabilidade Recursos Hídricos Superficiais.....	20
Quadro 9 – Arquivos Georreferenciados (Base Cartográfica temática) – Qualidade da Água, Ar e Solos.....	21
Quadro 10 – Modelo - Matriz Potencialidades, Limitações e recomendações – Tema Aquicultura e Pesca.....	22
Quadro 11 – Interação Temática e Ocorrências Combinadas – Social como Tema de Referência.....	25
Quadro 12 – Interação Temática e Ocorrências Combinadas - Biodiversidade como Tema de Referência.....	29
Quadro 13 – Quadro Índice de Interação Temática.....	31
Quadro 14 – Identificação das Zonas Ecológico-Econômicas.....	32
Quadro 15 – Proposta de denominação das Zonas.....	33
Quadro 16 – Grupos de Zonas.....	35
Quadro 17 – Estrutura das diretrizes do ZEE-BA.....	179
Quadro 18 - Aspectos orientadores para a elaboração de diretrizes no ZEE.....	181
Quadro 19 – Diretrizes gerais estaduais temáticas.....	183
Quadro 20 – Diretrizes específicas temáticas para Solos.....	186
Quadro 21 – Diretrizes específicas temáticas para Recursos Hídricos.....	205
Quadro 22 – Diretrizes específicas temáticas para Recursos Minerais.....	211
Quadro 23 – Diretrizes específicas temáticas para Biodiversidade.....	215
Quadro 24 – Diretrizes específicas temáticas para Patrimônio Histórico-Cultural.....	219
Quadro 25 – Diretrizes específicas temáticas para Social.....	221
Quadro 26 – Diretrizes Específicas Temáticas – Arranjos Produtivos Rurais.....	236
Quadro 27 – Diretrizes específicas temáticas para Aquicultura e Pesca.....	240
Quadro 28 – Diretrizes específicas temáticas para Turismo.....	248
Quadro 29 – Diretrizes Específicas Temáticas para Indústria.....	255
Quadro 30 – Diretrizes específicas temáticas para Infraestrutura Logística.....	261
Quadro 31 – Diretrizes Específicas Temáticas para Energia.....	263
Quadro 32 – Diretrizes Específicas Temáticas para Institucional.....	267
Quadro 33 – Diretrizes Específicas de Interação Temática.....	269
Quadro 34 - Proposição de estudos e ações emergenciais de desenvolvimento sustentável.....	295
Quadro 35 – Nível de implantação dos sistemas de gestão ambiental por município em Setembro 2012.....	303

Quadro 36 - Aspectos Institucionais: Diretrizes para os TIs.....	308
--	-----

## LISTA DE APÊNDICES

Quadro Ap. 1- Planos Programa e Projetos Governamentais Federais.....	321
Quadro Ap. 2- Planos Programa e Projetos Governamentais Estaduais.....	322
Quadro Ap. 3 - Investimentos em infraestrutura e empreendimentos privados.....	323
Quadro Ap. 4 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Irecê.....	326
Quadro Ap. 5 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Velho Chico.....	328
Quadro Ap. 6 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Chapada Diamantina.....	330
Quadro Ap. 7 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Sisal.....	332
Quadro Ap. 8 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Litoral Sul.....	334
Quadro Ap. 9 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Baixo Sul.....	336
Quadro Ap. 10 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Extremo Sul.....	338
Quadro Ap. 11 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Médio Sudoeste da Bahia.....	340
Quadro Ap. 12 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Vale do Jiquiriçá.....	342
Quadro Ap. 13 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Sertão do São Francisco.....	344
Quadro Ap. 14 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Bacía do Rio Grande.....	346
Quadro Ap. 15 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Bacía do Paramirim.....	348
Quadro Ap. 16 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Sertão Produtivo.....	350
Quadro Ap. 17 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Piemonte do Paraguai.....	352
Quadro Ap. 18 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Bacía do Jacuípe.....	354
Quadro Ap. 19 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Piemonte da Diamantina.....	356
Quadro Ap. 20 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Semiárido Nordeste II.....	358
Quadro Ap. 21 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Litoral Norte e Agreste Baiano.....	360
Quadro Ap. 22 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Portal do Sertão.....	362
Quadro Ap. 23 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Vitória da Conquista.....	364
Quadro Ap. 24 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Recôncavo.....	366
Quadro Ap. 25 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Médio Rio de Contas.....	368
Quadro Ap. 26 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Bacía do Rio Corrente.....	370
Quadro Ap. 27 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Itaparica.....	372
Quadro Ap. 28 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Piemonte Norte do Itapicuru.....	374
Quadro Ap. 29 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Metropolitano de Salvador.....	376
Quadro Ap. 30 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Costa do Descobrimento.....	378

## LISTA DE CARTOGRAMAS

Cartograma 1 – Zonas Ecológicas-Econômicas do Estado da Bahia.....	33
--	----



## Apresentação

O presente documento contém o Terceiro Relatório Básico do Contrato nº 010/2010, relativo ao Plano de Desenvolvimento Sustentável da Bahia (PDS). Este Relatório reúne os conteúdos definidos a partir do Terceiro Termo Aditivo, no qual está prevista a apresentação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), em sua versão preliminar, organizado a partir dos conteúdos previstos nos Termos de Referência (TDR) e na sinergia necessária entre os instrumentos de planejamento e gestão do território.

O Relatório está organizado em nove volumes, obedecendo à estrutura dos componentes de trabalho, integrantes dos Termos de Referência, sendo cada volume estruturado a partir de três tópicos: i) introdução, que apresenta o tema; ii) metodologia, que descreve os conceitos, procedimentos e referências utilizados no desenvolvimento de cada componente, em seu referido tema; iii) resultados, onde estão apresentados e comentados os resultados obtidos na construção de cada componente. A seguir está descrita a estrutura dos referidos volumes, com seus respectivos componentes de trabalho.

**Volume 1** – Proposta Preliminar do Zoneamento Ecológico-Econômico da Bahia (componente **A5**), Indicações de Ações de Desenvolvimento (**B3A**) e os Arranjos Institucionais para Atuação (componente **C1**);

**Volume 2** – Banco de Dados e WebSIG (componente **D**);

**Volume 3** – Indicação das Unidades de Paisagem (componente **A1**);

**Volume 4** – Diagnóstico da Vulnerabilidade Natural (componente **A2**);

**Volume 5** – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental (componente **A3**);

**Volume 6** – Caracterização dos Territórios de Identidade (componente **A4**);

**Volume 7** – Avaliação das Potencialidades e Limitações para o Desenvolvimento (componente **B1A**);

**Volume 8** – Montagem Final dos Cenários (componente **E2**) e Avaliação Crítica das Proposições Existentes (componente **B2A**);

**Volume 9** – Perspectivas de Investimento (**C2**).

Esses volumes compõem a integridade dos processos e produtos de elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico Preliminar, contemplando, inclusive, todo o conteúdo necessário à adequação do Estado e posterior submissão à participação da sociedade, resultando, assim, na construção final do Zoneamento Ecológico-Econômico da Bahia para aprovação na Assembleia Legislativa.

Para comodidade de leitura e contextualização técnica, os textos de Apresentação e Introdução do Relatório estão inseridos em todos os volumes, garantindo a autonomia na contextualização de cada volume apresentado.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO AO ZEE-BA .....	8
2. PROPOSTA PRELIMINAR DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO (A5) .....	10
2.1. Introdução ao ZEE-BA Preliminar .....	10
2.2. Metodologia do ZEE-BA Preliminar .....	11
2.3. Caracterização Resumida das Zonas .....	33
3. FICHAS DE CARACTERIZAÇÃO DAS ZONAS .....	36
4. DIRETRIZES DO ZEE – BAHIA .....	178
4.1. Diretrizes Gerais Estaduais Temáticas .....	183
4.2. Diretrizes Específicas Temáticas .....	185
4.3. Diretrizes Gerais das Zonas .....	276
5. DIRETRIZES SISTEMATIZADAS PELO GOVERNO .....	292
5.1. Diretrizes Gerais .....	292
6. AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (B3A) .....	294
6.1. Introdução .....	294
6.2. Processo Metodológico .....	294
6.3. Resultados .....	294
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	300
8. ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA ATUAÇÃO (C1) .....	301
8.1. Introdução .....	301
8.2. Metodologia .....	301
8.3. Resultados .....	302



## 1. INTRODUÇÃO AO ZEE-BA

O planejamento do desenvolvimento sustentável no Brasil vem sendo estruturado a partir de um conjunto de políticas públicas que orienta e regulamenta a relação entre a dinâmica cultural da sociedade e a dinâmica ecológica dos ecossistemas, buscando uma convivência saudável e respeitosa com os bens comuns e com a diversidade cultural. Algumas políticas são referências fundamentais para o desenvolvimento do planejamento territorial sustentável, a exemplo da gestão da água, do sistema nacional de unidades de conservação, do estatuto das cidades, do saneamento ambiental, da conservação da biodiversidade, dos povos e comunidades tradicionais, entre outras.

O Estado da Bahia vem regulamentando, em suas políticas e documentos publicados, as recomendações desse conjunto de normas, tendo desenvolvido o documento *Resgatando o Planejamento Estratégico no Estado da Bahia*, com uma antevisão do período 2008-2028, que tem como missão: “*Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Estado da Bahia em bases sustentáveis, garantindo igualdade e oportunidades a todos os cidadãos, independentemente de raça, gênero e religião*”. Em suas diretrizes estratégicas, o referido documento destaca o Desenvolvimento Territorial Sustentável, definindo diretrizes específicas para a preservação e recuperação do meio ambiente e sua sustentabilidade. Entre as diretrizes estratégicas territoriais estão propostos: a elaboração de planos mestres das macrorregiões (Cerrado, Litoral Norte, Litoral Sul, Recôncavo-RMS e Semiárido) e os Planos Diretores Participativos de Desenvolvimento Sustentável dos 27 Territórios de Identidade. O documento apresenta, ainda, uma proposta de modelo de gestão, destacando princípios e valores associados à governança eficiente, eficaz, efetiva e solidária, mirando na implementação da seguinte visão de futuro: “*ser um Estado produtor de bens e serviços de alto valor agregado, articulado nacional e internacionalmente, cuja população desfrute de qualidade de vida, equilíbrio social e ético*”.

Neste contexto, o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado da Bahia foi desenvolvido como instrumento de ordenamento territorial de macro planejamento a partir da relação entre as dimensões da sustentabilidade: ecológica, social, cultural, econômico-tecnológica, política e jurídico-institucional, tendo como finalidade a promoção da equidade social, da valorização cultural, do desenvolvimento econômico e da conservação das riquezas naturais e bens comuns.

O ZEE é um instrumento de planejamento, organização e gestão do território brasileiro que, segundo seu Decreto nº 4.297/2002, busca harmonizar as relações econômicas, sociais e ambientais que nele se estruturam, “*estabelecendo medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável*”. Requer uma abordagem integrada e compartilhada de políticas públicas e arranjos institucionais, promovendo a articulação de ações e políticas territoriais, estruturadas em uma arquitetura de governança que relacione o poder público, o segmento econômico e a sociedade civil organizada, no planejamento e na gestão do seu território. O ZEE é definido pelo Ministério do Meio Ambiente como estratégia central na discussão das questões fundamentais para o futuro do Brasil, a exemplo da questão Amazônica, do Cerrado, dos Biocombustíveis e das Mudanças Climáticas. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2013), os princípios norteadores do ZEE são: o *Participativo*, que considera o diálogo com a sociedade nas diversas fases dos trabalhos, desde a concepção até a gestão, buscando um instrumento autêntico, legítimo e exequível; o *Equitativo*, que visa garantir a igualdade de oportunidades de desenvolvimento; o *Sustentável*, que prevê a convivência saudável e harmoniosa com as riquezas naturais; o *Holístico*, que busca uma abordagem interdisciplinar na relação da dinâmica ecológica, ambiental, econômica e sociocultural; e o *Sistêmico*, enfatizando uma visão integrada e complexa, capaz de reconhecer as relações de interdependência entre os sistemas físico-biótico e socioeconômico.

De acordo com o decreto supracitado, o ZEE tem como principal objetivo a organização do território, vinculando as decisões dos agentes públicos e privados à implementação de planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizam recursos naturais. Sendo assim, o ZEE visa assegurar a “*plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas*”, estabelecendo medidas e padrões de proteção ambiental, que visam garantir a qualidade ambiental e o desenvolvimento sustentável. O Decreto destaca ainda que, o processo de elaboração e implementação do ZEE deve buscar a sustentabilidade ecológica, econômica e social; contar com ampla participação democrática, compartilhando ações e responsabilidades entre o poder público e a sociedade civil; e, por fim, valorizar o conhecimento científico e multidisciplinar. O ZEE tem como resultante final a organização do território em zonas de acordo com as necessidades de proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável. As zonas deverão demonstrar utilidade e simplicidade, visando facilitar a implementação de seus limites e restrições pelo poder público e sua fácil compreensão pelos cidadãos.

O ZEE-BA tem como premissa o desenvolvimento socioeconômico, inclusivo e participativo, visando promover efetivas mudanças e melhoria da qualidade de vida da população baiana. Esse documento se consolida, portanto, como importante ferramenta para tomada de decisões por parte do governo, da sociedade civil e do setor econômico, favorecendo a orientação articulada para a elaboração de planos de infraestrutura, logística, geração de energia, indicação de áreas de proteção ambiental e sociocultural, e outras recomendações que contribuam para o desenvolvimento sustentável do território.

A Lei nº 12.377/2011, que dispõe sobre a Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, estabelece o Zoneamento Ambiental (ZA) como importante instrumento balizador de planos de desenvolvimento. Uma breve comparação permite observar que o escopo do ZA é semelhante ao do ZEE, podendo substituí-lo para os devidos efeitos jurídicos e institucionais, conforme apresentado no artigo 17 dessa lei: “*O Zoneamento Ambiental objetiva a utilização racional dos recursos ambientais de forma a promover o desenvolvimento social e econômico sustentáveis e a proteção do patrimônio natural, histórico, étnico e cultural*”.

Assumindo esse importante desafio, o ZEE-BA foi desenvolvido, em versão preliminar, de forma articulada e dinâmica, buscando as retroalimentações necessárias à construção do instrumento e seus componentes. As metodologias utilizadas foram fundamentadas em referências científicas, publicadas e experimentadas, possibilitando adaptações consistentes no atendimento às especificidades do estado da Bahia. As análises e abordagens foram fundamentadas especialmente no reconhecimento da realidade ecológica, socioeconômica, sociocultural e político institucional do Estado, e sua articulação nacional com estratégias econômicas, logísticas, de infraestrutura, de energia, de equidade social, valorização cultural e de conservação da natureza. Em caráter preliminar, o ZEE-BA foi elaborado como uma versão propositiva, buscando contemplar a visão estruturante do Estado, na perspectiva da posterior participação da sociedade, ressaltando valores como a solidariedade, a cooperação, o diálogo, a responsabilidade compartilhada e a sustentabilidade.

Tendo partido do conhecimento dos ZEEs elaborados no Brasil, o ZEE-BA adotou como referência metodológica *latu sensu*, o conjunto de metodologias integrantes da Gestão Transdisciplinar do Ambiente (PALAVIZINI, 2006), que está estruturada em três pilares: a complexidade do planejamento territorial e a integração de políticas públicas; a efetiva participação da sociedade no planejamento e na gestão do território; e a complexidade da governança do território. Esses pilares valorizam os aspectos da transversalidade, do diálogo de saberes e conhecimentos, da efetiva participação da sociedade e da gestão integrada entre os segmentos público, social e econômico, na construção da governança do território.

Este Terceiro Relatório Básico apresenta os produtos finais do ZEE-BA Preliminar, com seus respectivos componentes, organizados em oito volumes, nos quais estão descritos os conceitos de referência, as metodologias aplicadas e os resultados obtidos no desenvolvimento dos estudos diagnósticos, assim como na definição das zonas e diretrizes, cenários e arranjos institucionais para sua implementação.



## 2. PROPOSTA PRELIMINAR DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO (A5)

### 2.1. Introdução ao ZEE-BA Preliminar

Nesse volume é apresentada a **Proposta Preliminar do Zoneamento Ecológico-Econômico (componente de trabalho A5)** que, de acordo com a metodologia constante no Termo de Referência, é precedida por uma série de atividades necessárias à elaboração do conteúdo dos demais componentes de trabalho que a subsidia. Ressalta-se que, o referido Termo de Referência contemplaram a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado, composto pela integração dos Planos de Desenvolvimento Sustentável das Macrorregiões (Planos Mestres) e pelo Zoneamento Ecológico-Econômico do território baiano (ZEE-BA). Essa abordagem integrada orientou uma metodologia articulada entre dois instrumentos de planejamento distintos e complementares, quais sejam: o planejamento programático do desenvolvimento do Estado e o Zoneamento Ecológico-Econômico do seu território. Essa orientação resultou em adaptações metodológicas que ampliaram e aprofundaram a metodologia do ZEE-BA. Dando início à compreensão desta metodologia, apresenta-se a seguir uma breve análise comparativa do processo de desenvolvimento do ZEE-BA e sua compatibilidade com o Decreto Federal nº 4.297/2002 e com o Programa Zoneamento Ecológico-Econômico (PZEE) do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O Decreto Federal nº 4.297/2002 define para o Zoneamento Ecológico-Econômico o objetivo de “*estabelecer medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população*”. O mesmo decreto orienta o processo de elaboração e implementação do ZEE, ressaltando os seguintes aspectos: “*buscar a sustentabilidade ecológica, econômica e social; contar com ampla participação democrática, compartilhando responsabilidades entre os diferentes níveis da administração pública e da sociedade civil; e valorizar o conhecimento científico multidisciplinar*”. O decreto define ainda que podem ser desenvolvidos ZEE estaduais, regionais ou locais, no entanto, para seu reconhecimento pela União, na perspectiva da compatibilização com as políticas públicas federais, os ZEE deverão cumprir os seguintes requisitos: “*i) devem ser referendados pela Comissão Estadual do ZEE; ii) devem ser aprovados pelas Assembleias Legislativas Estaduais; e iii) no caso dos ZEE regionais e locais, devem ser compatíveis com o ZEE estadual*”. Entre os pressupostos técnicos, o decreto ressalta: a qualificação da equipe técnica, o Sistema de Informações Geográficas compatível com as normas e padrões do Sistema Cartográfico Nacional, a normatização técnica com base na ABNT e na Comissão Cartográfica nacional, a disponibilização de informações e a mobilização e envolvimento de grupos sociais interessados. Entre os pressupostos institucionais, são definidos: arranjos institucionais destinados a assegurar a articulação em programa de gestão territorial, mediante a criação da Comissão de Coordenação Estadual, com caráter deliberativo e participativo; a base de informações compartilhada entre os órgãos da administração pública; a divulgação da base de dados e resultados do ZEE; e o encaminhamento periódico dos resultados e produtos do ZEE para a Comissão Coordenadora do ZEE.

O ZEE-BA, em sua versão preliminar, foi desenvolvido em consonância metodológica com o objetivo, as diretrizes e os pressupostos técnicos e institucionais do supracitado Decreto Federal, tendo sido constituída Comissão de Acompanhamento 001 (Portaria 21 de maio de 2010), com a participação da Secretaria de Meio Ambiente e da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia. Para o início do processo de validação e implementação do ZEE-BA, mantendo a compatibilização com o Decreto Federal, são necessárias as seguintes ações complementares: a) formação imediata da Comissão Estadual do ZEE; b) a articulação institucional e compartilhamento de informações com os diversos órgãos da administração pública; c) o desenvolvimento da participação da sociedade civil, com seus diversos segmentos; e d) a aprovação do ZEE Final na Assembleia Legislativa Estadual.

O PZEE<sup>1</sup> define entre seus principais objetivos: a) subsidiar a elaboração de planos, programas e projetos e propor alternativas para tomada de decisão, compatibilizando as atividades econômicas com o ambiente natural; b) implementar a divulgação pública; c) estabelecer parâmetros para o uso dos recursos naturais; identificar conflitos de interesse de uso do território; d) propor diretrizes legais e programáticas de caráter preservacionista e de desenvolvimento econômico e social; montar banco de dados, em linguagem universal.

O ZEE-BA, em sua versão preliminar, foi desenvolvido em consonância com os objetivos e referenciais metodológicos do PZEE, considerando algumas ressalvas. A primeira ressalva diz respeito à abordagem da participação social no PZEE, que é proposta como procedimento para a elaboração do ZEE, não integrando seu conjunto de objetivos, como uma meta estruturante. O Arranjo Institucional desenvolvido no ZEE-BA propõe a participação social como uma estratégia permanente, que integra o momento de elaboração do ZEE, mas se estende no processo de gestão do instrumento, promovendo a articulação das políticas públicas de planejamento e gestão territorial, por meio dos colegiados de participação da sociedade. Isso atribui ao ZEE uma oportunidade para a construção da governança do território, atuando como um catalisador de diálogos, mediações e pactos entre o

governo e os diferentes segmentos da sociedade. Nessa perspectiva, ressalta-se que, este ZEE preliminar prescinde do desenvolvimento do processo de diálogo e pactuação com a sociedade, para se consolidar em um instrumento efetivo de planejamento e gestão do território baiano.

O ZEE-BA também se distingue do PZEE em alguns aspectos metodológicos. O diagnóstico físico e biótico previsto no PZEE resulta nas Unidades Territoriais Básicas (UTBs), que articulam as Unidades dos Sistemas Ambientais, com a Fragilidade Natural Potencial, resultando no diagnóstico da Situação Atual. Essas informações são analisadas na abordagem das Potencialidades e Limitações ao desenvolvimento do território, compondo as Proposições de Unidades de Intervenção (PZEE, 2006). Por sua vez, o diagnóstico físico e biótico do ZEE-BA considerou a definição das UTBs que, com a superposição da análise dos usos e cobertura vegetal do solo, definiram as Unidades de Paisagem (UPs). Nesse caso, os temas: físico e biótico, utilizados no conhecimento da situação atual do território baiano, foram analisados sob os aspectos da Vulnerabilidade Natural e da Qualidade Ambiental. A vulnerabilidade natural considerou os aspectos naturais, sem a influência humana. A Qualidade Ambiental observou o estado atual dos componentes naturais dos ecossistemas em relação aos impactos antrópicos. Tanto a vulnerabilidade, quanto a qualidade produziram análises temáticas, sem necessariamente produzir uma síntese integrada dos temas.

Vale ressaltar que o tema biodiversidade considerou ainda aspectos referentes às unidades de conservação e comunidades tradicionais, valorizando os serviços ambientais como estratégia de desenvolvimento. Esse conjunto de informações produzidas sobre os diferentes temas, por fim, analisado no tocante às Potencialidades e Limitações ao desenvolvimento do território baiano. As UTBs e UPs auxiliam a delimitação das Zonas Ecológico-Econômicas do Estado e todo conjunto de informações, em especial as Potencialidades e Limitações, foram complementadas com recomendações e, por fim, auxiliaram na elaboração das diretrizes das referidas zonas.

O diagnóstico socioeconômico no PZEE é construído a partir da análise dos temas: *do uso da terra, de redes urbano-regionais, economia e gestão do espaço, estudos populacionais, condições de vida e populações tradicionais, traduzidos em tendências de ocupação e articulação regional e índices de condições de vida, que convergem para a definição da situação atual*. O tema jurídico-institucional no PZEE prevê a análise dos *Aspectos Legais e Institucionais*, que resultam na definição de *Áreas Institucionais*, identificando *Incompatibilidades Legais* e caracterizando a *Situação Atual* (PZEE, 2006).

A dimensão socioeconômica no ZEE-BA, considerando em especial o atendimento ao Termo de Referência, foi estruturada em quatro dimensões: a social, a cultural, a econômica e a de infraestrutura e logística. A dimensão social foi desenvolvida a partir da análise da qualidade de vida, da condição de vida e da condição econômica, que convergem para a análise da Vulnerabilidade Social, incluindo as comunidades tradicionais como elemento especial de análise, com diretrizes específicas. A dimensão cultural foi construída a partir da identificação do patrimônio cultural material e imaterial e do patrimônio arqueológico. A dimensão econômica foi elaborada a partir da análise dos sistemas produtivos (arranjos produtivos) predominantes no Estado da Bahia, quais sejam: diferentes sistemas agropecuários, indústria, mineração, pesca e aquicultura e turismo. A dimensão de infraestrutura e logística considerou os sistemas rodoviários, ferroviários, hidroviários, aeroviários e seus equipamentos logísticos, como portos, aeroportos e etc. Também considerou-se na infraestrutura o tema energia, analisado sob o enfoque das fontes disponíveis e alternativas energéticas do Estado. Todos esses temas foram analisados, em separado na vertente do próprio tema e de forma integrada, à luz das potencialidades e limitações ao desenvolvimento, e resultou na produção de recomendações e definição de diretrizes para as Zonas Ecológico-Econômicas do Estado.

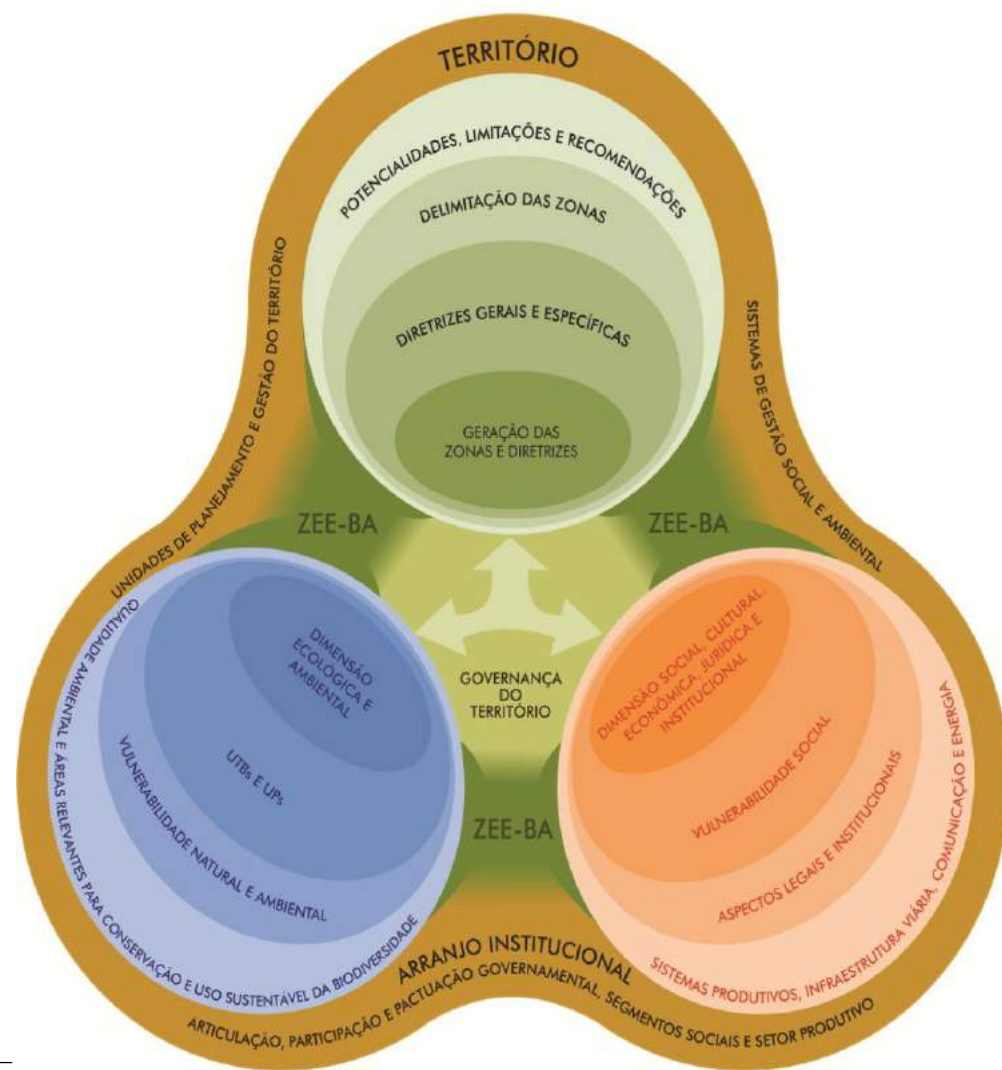
A dimensão jurídico-Institucional no ZEE-BA foi desenvolvida a partir da análise do estatuto legal que fundamentou a análise institucional, tendo como perspectiva a proposição de um Arranjo Institucional para a implementação do ZEE-BA, como oportunidade para a construção da governança do território baiano. Foram consideradas as articulações necessárias entre as políticas públicas de planejamento e gestão do território, criando conexões entre seus sistemas de gestão, a partir do território de identidade como elemento estruturante para o Estado.

Apresenta-se a seguir o Diagrama Conceitual do ZEE-BA com a demonstração das complexas relações entre os temas relacionados na dimensão ecológica e ambiental, e aqueles relacionados na dimensão social, cultural, econômica, jurídica e institucional, na confecção dos componentes de leitura territorial (vulnerabilidade natural; vulnerabilidade social e qualidade ambiental) e geração das zonas e suas diretrizes (potencialidades, limitações e recomendações). Ainda neste diagrama pode ser observado o território com seu conceito mais abrangente, onde, espacial e plasticamente, o ZEE se expressa como instrumento de planejamento e gestão. Nessa perspectiva são ressaltados aspectos estruturantes do arranjo institucional necessários à construção da governança do território.

<sup>1</sup> Programa Zoneamento Ecológico-Econômico: Diretrizes metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil. MMA/SDS, Brasília, 2006.



## DIAGRAMA CONCEITUAL ZEE-BA



**Figura 1-** Diagrama Conceitual do ZEE-BA

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

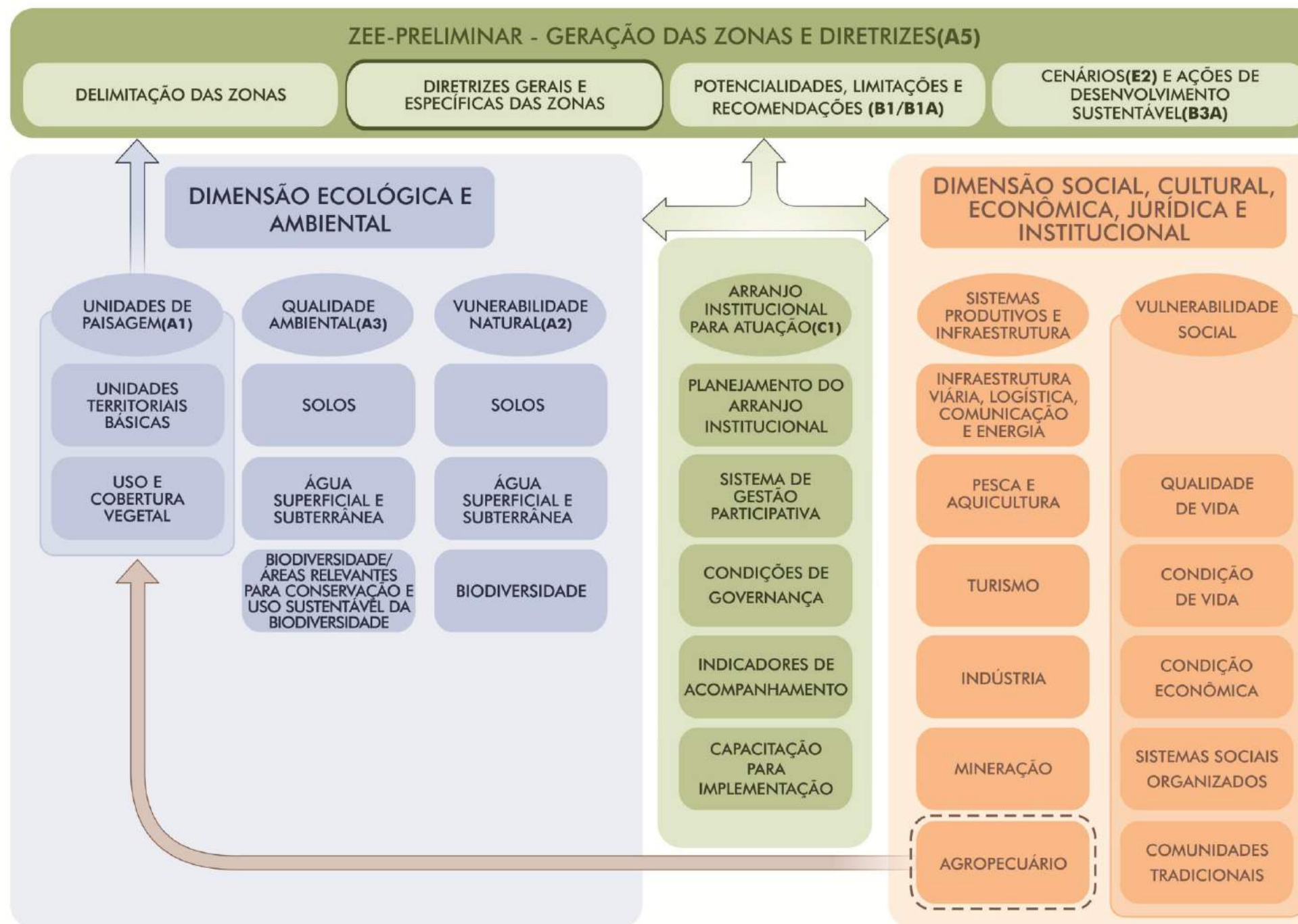
Com o objetivo de facilitar a leitura desse trabalho e a identificação de informações específicas, apresenta-se a seguir o Diagrama da Metodologia Geral do ZEE-BA e breves comentários sobre cada componente de trabalho e suas respectivas funções nesse contexto.

Por fim, o desenvolvimento do ZEE-BA considerou a articulação dos componentes de trabalho constantes do TDR, de modo que possibilitasse o processo de delimitação das zonas, sua caracterização, bem como o processo de definição de diretrizes de uso e ocupação do território, com vistas ao melhor aproveitamento de suas potencialidades e redução dos riscos associados às suas restrições de uso, considerando os diversos temas do conhecimento produzidos sobre o território do Estado da Bahia. O processo de articulação metodológica entre os componentes de trabalho na construção do ZEE-BA está apresentado a seguir.

### 2.2. Metodologia do ZEE-BA Preliminar

#### 2.2.1. Os Componentes de Trabalho e suas Articulações na Construção do ZEE-BA (Preliminar)

De acordo com o Edital, cada componente de trabalho possui funções específicas no processo de elaboração do ZEE do Estado da Bahia. Além disso, cada componente deve ser acionado em determinado momento, de forma articulada com os demais, a fim de propiciar a “construção” desse importante instrumento de planejamento e gestão territorial.



O diagrama apresenta os principais componentes de trabalho diretamente envolvidos na elaboração do ZEE Preliminar (A5), assim como suas respectivas funções e articulações necessárias à realização desse trabalho, considerando cumpridas as etapas de planejamento dos trabalhos, levantamento de informações e organização de diagnósticos temáticos/ setoriais.

O processo teve início com o componente de trabalho A1 (Indicação das Unidades de Paisagem), cujo conceito demanda a identificação, classificação e delimitação espacial dos sistemas ambientais e seus diferentes graus de alteração. Em outras palavras, as unidades de paisagem representam porções do território que possuem um conjunto de características físico-bióticas e sócio-econômicas convergentes/ similares e foram originadas a partir do uso do solo. Para tal indicação, foi necessária uma abordagem sobre as UTBs, que por sua vez são espaços territoriais que representam as características convergentes mais estáveis do sistema natural (geologia, geomorfologia, hidrografia, fitofisionomia e clima). Por sua vez, as UPs são subdivisões dentro da UTB que representam uma convergência de características pedológicas, e de padrões de uso da terra.

Nesse contexto, funcionam como base para a delimitação das Zonas Ecológico-Econômicas do Estado, além de fornecerem um conjunto de informações físico-bióticas e socioeconômicas fundamentais ao planejamento e gestão do território. O componente A1 (Indicação das Unidades de Paisagem) articula-se diretamente aos componentes A2 (especificamente no item “Vulnerabilidade do Solo à Erosão”), A5 (no que diz respeito à delimitação das zonas) e B1A (mediante abordagem das potencialidades e limitações associadas aos temas que compõem as UTBs e UPs).

Na seqüência, o componente A2 (Diagnóstico da Vulnerabilidade Natural) apresenta uma análise das fragilidades<sup>2</sup> relacionadas a determinados aspectos físico-bióticos e socioeconômicos, selecionados mediante adaptação das orientações metodológicas do PZEE à realidade estadual. Com isso, no ZEE Bahia foram abordadas as vulnerabilidades associadas a: erosão do solo, recursos hídricos superficiais e subterrâneos, biodiversidade e condições sociais. Tal abordagem funciona como subsídio direto à análise das limitações ao desenvolvimento e dos riscos ambientais decorrentes da atividade humana e, portanto, articula-se diretamente aos componentes B1A (mediante abordagem das potencialidades e limitações associadas às vulnerabilidades) e A5 (na definição de diretrizes específicas relacionadas às diferentes vulnerabilidades).

Por sua vez, o componente A3 (Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental) analisou o estado atual de determinados aspectos ambientais (água, solo, ar e biodiversidade), favorecendo uma percepção do grau de alteração de cada aspecto em relação às suas condições naturais. Também funciona como subsídio direto à análise das potencialidades e limitações ao desenvolvimento e, conseqüentemente, da definição de diretrizes específicas decorrentes dos padrões de qualidade ambiental identificados. Articula-se diretamente aos componentes B1A, A5 e A4 (compondo a caracterização dos Territórios de Identidade).

No componente de trabalho B1A (Potencial e Limitações ao Desenvolvimento) as informações temáticas, produzidas em forma de diagnóstico e espacializadas no território da Bahia, foram analisadas pelos respectivos especialistas numa abordagem das principais **potencialidades e limitações** ao desenvolvimento sustentável específicas do tema em questão. Essas potencialidades e limitações, por sua vez, forneceram subsídios à proposição de **recomendações e diretrizes** aplicáveis aos aspectos/ocorrências temáticas e, principalmente, às zonas que intersectam tais ocorrências, funcionando como conteúdo da zona (após sua delimitação). Nesse caso ressaltamos que foram considerados apenas os aspectos que puderam ser espacializados, em cumprimento do que determina expressamente o TDR/Edital. Portanto, o componente B1A tem articulação direta e estreita com o componente A5 (definição das diretrizes gerais e específicas das Zonas Ecológico-Econômicas).

Finalmente, o componente A4 (Caracterização dos Territórios de Identidade), como diz o nome, apresenta um determinado conjunto de características relacionadas à qualidade ambiental, aos conflitos fundiários e socioambientais existentes e em potencial, bem como ao impacto ambiental acumulado em cada Território, com vistas a uma complementação da identidade socioeconômica (inerente ao conceito de TI) mediante a integração de características ambientais/ ecológicas. Esse componente possui articulação direta apenas com o componente A3, especificamente por absorver as informações relacionadas com a Qualidade Ambiental.

### 2.2.2. Metodologia de Geração das Zonas Ecológicas-Econômicas

Conforme o TDR/Edital, “as atividades básicas deste componente (A5) implicam a delimitação das Zonas Ecológico-Econômicas, na escala de 1:250.000”. Entende-se como “delimitação das zonas”, a definição dos limites que circunscreve o território contido na zona, mediante aplicação de procedimentos técnicos relacionados à análise do território e à sua representação cartográfica. Nesse caso, os limites de cada zona devem conformar uma poligonal fechada.

Além da delimitação das zonas, o TDR/Edital também solicita que sejam identificadas áreas de produção, áreas de conservação e áreas degradadas, de acordo com as “características ambientais e produtivas dos Territórios de Identidade, assim como das Unidades de Paisagem já indicadas anteriormente”. “As áreas de produção (...) representam porções do território mais adequadas à implantação de arranjos sócio-produtivos. As áreas críticas podem estar em diferentes estágios de

<sup>2</sup> Entende-se por *fragilidade* a incapacidade do meio em se recuperar de alterações sofridas em decorrência da ação de elementos naturais ou da ação humana. Tal definição também está associada aos conceitos de *resiliência e capacidade de suporte*.

*degradação e representam diferentes situações decorrentes da vulnerabilidade natural, do seu potencial para o desenvolvimento ou do seu valor ambiental. São as áreas classificadas para preservação e recuperação”.*

Após avaliação, junto à equipe do Governo, de algumas opções metodológicas para classificação das zonas mediante identificação de áreas de produção, áreas de proteção e áreas degradadas (recuperação), **optou-se pela não classificação das zonas**, tendo em vista que em todas as porções do território pode (e deve) haver ações de proteção e conservação ecológica, em harmonia com ações de estímulo às diversas atividades produtivas viáveis no local. E, sempre que necessário, devem ser indicadas também ações de recuperação ambiental e/ou produtiva. Sendo assim, as zonas do ZEE-BA são todas ecológico-econômicas, identificadas a partir de suas características ecológicas e socioeconômicas predominantes e foram construídas com fundamentando-se nas UP's e UTB's.

Outro aspecto relevante é que a escala do trabalho não permite definir a poligonal, nem a categoria das áreas de proteção a serem criadas (novas UCs), seja de proteção integral ou uso sustentável, visto que para tal definição são necessários estudos mais aprofundados relacionados à biodiversidade, numa escala de maior aproximação, além de momentos de interlocução entre setores governamentais ligados a diferentes atividades produtivas, atores sociais locais, especialistas em biodiversidade e o setor produtivo, com vistas a evitar conflitos de uso e a buscar a sustentabilidade das UCs existentes e das novas propostas, especialmente aquelas de proteção integral que possuem alta restrição de uso.

De fato, em cada porção do território, aqui denominada zona, há ocorrência de aspectos naturais e antrópicos que compõem uma identidade ecológica, social e econômica da mesma. Justamente dessa identidade, resulta a caracterização das zonas e as diretrizes específicas de uso e ocupação das terras nelas circunscritas, sempre considerando as melhores opções de uso e ocupação, compatibilizando a conservação e a produção.

A equipe de elaboração do ZEE\_BA adotou como fundamentação metodológica preferencial dois trabalhos de referência citados na publicação “*Diretrizes Metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil (MMA, 2006)*”, são eles: “*Macro ZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (MMA)*” e “*Subsídios ao ZEE da Bacia do Rio Itapecuru/MA (IBGE)*”.

Apresentam-se a seguir as etapas e atividades relacionadas ao processo de geração das Zonas Ecológico-Econômicas, compondo os procedimentos metodológicos, com suas respectivas e necessárias adaptações.

#### Etapa 01: Delimitação das Zonas Ecológica-Econômicas

De acordo com as diretrizes metodológicas do MMA, “*Zonas ecológico-econômicas são porções territoriais com determinadas características ambientais, sociais e econômicas, cujos atores envolvidos propõem uma destinação específica*”. Em outras palavras, as zonas ecológico-econômicas são áreas com relativa similaridade nos aspectos geoambientais e produtivos, podendo abranger uma única UTB ou uma integração delas, considerando os limites das UTBs e/ou das UPs, obedecendo sempre os critérios pré-estabelecidos.

Além disso, foi considerado também o “Princípio da Simplicidade” e a intenção de definir zonas ecológico-econômicas mais estáveis, que não demandem freqüentes atualizações de limites, mas apenas de conteúdo, mediante incorporação de novas informações, de novos conhecimentos produzidos ou de novas perspectivas de desenvolvimento pactuadas socialmente. Nesse sentido, os limites das zonas coincidem preferencialmente com os limites das UTBs, sendo que, em alguns casos representam uma subdivisão, e em outros, uma fusão dos limites dessas UTBs. Tais premissas resultam numa delimitação mais objetiva, de menor conflito, de fácil assimilação e mais favorável a uma identificação territorial por parte da sociedade, conseqüentemente ao estabelecimento de diálogo e pactuação social. Com efeito, os planos temáticos de informação, que qualificam as zonas e determinam suas diretrizes específicas, podem ser substituídos, ajustados ou acrescentados na medida em que as informações vão sendo atualizadas, sem exigir permanente revisão na delimitação das zonas e permitindo assim, sua maior replicabilidade e dinâmica na atualização do planejamento e no funcionamento da gestão.

No ZEE Bahia o pré-requisito determinante para a delimitação das zonas é o componente de trabalho A1 “Indicação Preliminar das Unidades de Paisagem”, incluindo todos os planos de informação georreferenciados utilizados, bem como e principalmente, a indicação das Unidades Territoriais Básicas (UTB), etapa metodológica fundamental para a indicação das Unidades de Paisagem (UP). Esta metodologia, fundamentada pelo IBGE, está apresentada no Volume 3 deste Relatório.

Em síntese, as UPs são indicadas mediante a espacialização dos usos da terra predominantes que por sua vez, sobre as UTBs, representam os Sistemas Ambientais com características convergentes mais estáveis, indicadas nesse trabalho. Tal indicação resultou num mapa específico de UTBs e UPs, que foi utilizado como “pano de fundo” para os procedimentos de delimitação das zonas.

#### Análise das Metodologias de Zonas Ecológico-Econômicas em Trabalhos Publicados

Os procedimentos operacionais do ZEE segundo o MMA/Projeto ZEE Brasil considera quatro fases de trabalho, englobando o Planejamento, o Diagnóstico, o Prognóstico e a Implementação. É importante frisar que estas etapas devem ser consonantes às dimensões ambientais, econômicas, sociais e culturais. O primeiro estágio - o Planejamento envolve articulações político-institucionais para sua viabilização e posterior execução. É previsto no Diagnóstico o levantamento de dados disponíveis acerca das dimensões mencionadas, no entanto, deve-se atentar para objetivos previamente discutidos, com procedimentos



específicos de correlação e de síntese das informações que permitam uma consulta e projeção de cenários. Cabe ao Prognóstico, a partir desta correlação de informações, uma exposição da situação atual, com projeção de cenários tendenciais e desejados, bem como definir as unidades integradas e as zonas para planejamento, inclusive com diretrizes gerais e específicas. Estas diretrizes são concebidas durante o processo de construção das zonas, sendo capazes de oferecer alternativas de uso sustentável dos recursos para que o poder público opte por aquela mais adequada. Quanto à implementação deste instrumento, esta etapa recebe subsídios necessários concernentes ao apoio à gestão e formação de base de informação, resultando em documento acessível para a população durante e após a concepção das zonas, apoiando e acompanhando o gerenciamento das diretrizes gerais e específicas, apresentadas no Prognóstico.

Adiante, apresentam-se alguns exemplos de ZEEs concluídos ou em andamento no Brasil, além da explicitação das metodologias adotadas em cada estudo.

A metodologia adotada para construção do ZEE Acre consistiu em integrar os eixos já conhecidos pela bibliografia (recursos naturais - meio físico e biótico - e socioeconomia) com um quarto eixo: o cultural-político. Foram incorporadas ao conteúdo do ZEE-AC, todas as interpretações e interlocuções dos ambientes natural e social. A delimitação das zonas no Estado se deu a partir da análise de potencialidades de recursos naturais, ocupação humana e conflitos socioambientais, demandas sociais, uso atual de recursos naturais, situação fundiária, relevância ambiental, vulnerabilidade ambiental e localização e infraestrutura logística. Neste contexto, o ZEE foi dividido em duas fases, onde a primeira apresentou o diagnóstico em todo o território acreano com elaboração de produtos cartográficos na escala de 1:1.000.000. Baseou-se em dados secundários, aproveitando e sistematizando diversos estudos já divulgados no Estado. Considerou-se também a participação de grupos sociais em todo o processo de discussão, norteadora para estudos técnicos do ZEE, e possibilitou o resgate de temas subexplorados em programas do ZEE na Amazônia, tais como aptidão agroflorestal, biodiversidade, serviços ambientais e populações tradicionais.

Na segunda fase, o ZEE Acre buscou uma visão estratégica do governo e da sociedade para o planejamento territorial, por meio da realização de oficinas e reuniões conjuntas para definição de metas e metodologia de trabalho. O produto principal nesta fase foi o Mapa de Gestão Territorial do Estado do Acre, na escala de 1:250.000, construído a partir de sobreposição de informações acerca dos recursos naturais, socioeconomia e dimensão cultural-política extraídos do diagnóstico e prognóstico. O aspecto da participação social se mantém durante o processo de tomadas de decisão sobre o uso do território.

De modo geral, o tratamento do espaço no ZEE Acre analisa o comportamento humano e suas interações com a natureza. A análise integrada da potencialidade humana e da vulnerabilidade natural orienta a delimitação das zonas ecológico-econômicas.

Quanto ao ZEE de Minas Gerais apresenta-se como metodologia a sobreposição da potencialidade social com a vulnerabilidade ambiental, sendo consideradas as variáveis do meio geo-biofísico e socioeconômico-político como *input* para delimitação das zonas. O Índice Ecológico-Econômico é o resultado da combinação lógico-intuitiva dos vários níveis de potencialidade social, com os de vulnerabilidade ambiental. Estabeleceram-se seis zonas de desenvolvimento que se interagem de forma matricial, em terras de baixa ou alta vulnerabilidade, com locais de baixo, médio ou alto potencial social. De forma complementar foram geradas cinco zonas temáticas: Zonas Urbanas, Zonas de Proteção Integral, Zonas Potenciais e Especiais para a Mineração, Zonas Especiais de Uso Sustentável e Áreas Indígenas.

A elaboração do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal definiu como critérios diferenciados dos demais ZEEs dos estados amazônicos, a questão da escala e os interesses coletivos e definiu como critério comum a estes estados, os limites territoriais que transcendem os limites políticos dos Estados e a articulação estadual/macrorregional, onde se busca a dinâmica do conjunto baseado em características dos Estados relacionadas às vulnerabilidades e potencialidades frente às demandas da Amazônia Legal.

Nesse Macrozoneamento foram obtidos dados secundários de fontes oficiais, selecionando indicadores disponíveis e passíveis de rápida elaboração de mapas temáticos, incluindo a sobreposição destes mapas, utilizando a vegetação, terras públicas e devolutas, infraestrutura de transporte e energia, localização de empreendimentos agropecuários e uso da terra, área de influência urbana (Regic, 2008), distribuição territorial das redes sociopolíticas, povoamento e macrorregionalização e dinâmica territorial. Este trabalho foi realizado através do estudo do fluxo dos mais importantes produtos representados em conjunto na forma de mapas de produção e de fluxo e centros de destino dos principais produtos regionais (bovinos, madeira, soja, algodão, herbáceo, leite, milho e arroz).

Dos dados disponibilizados e consultados, foram utilizados dados do IBGE, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério dos Transportes e Ministério de Minas e Energia. O processo de construção do macrozoneamento contou com cinco grandes etapas: o marco teórico-conceitual, levantamento e integração de dados, as consultas setoriais, o refinamento das Unidades Territoriais e suas abordagens estratégicas e, por fim, a consulta pública.

O Zoneamento Ecológico-Econômico da Bacia Hidrográfica do São Francisco respeita as diretrizes metodológicas do ZEE-Brasil, definidas pelo Ministério de Meio Ambiente, em conformidade com o Decreto nº 4297/2002, capítulo III. Durante a fase de diagnóstico, os estudos foram realizados levando em consideração as relações de interdependência entre os componentes físicos, bióticos e socioeconômicos, identificando as unidades ambientais ou sistemas naturais para posterior análise, considerando a definição de limitações e sustentabilidade dos ambientes, em função dos tipos de atividades econômicas exercidas. Foi considerada como unidade territorial de estudos do meio físico, a própria bacia hidrográfica.

O Zoneamento Ecológico-Econômico do Mato Grosso do Sul, em uma primeira aproximação, pode ser compreendido como uma interação de processos naturais com processos sociais, sustentando os objetivos políticos e a dinâmica econômica. A

metodologia utilizada necessitou de incremento da potencialidade social. Deste modo, a matriz metodológica é a mesma adotada para a Amazônia Legal, pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, envolvendo três cartas básicas: a vulnerabilidade natural (geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e climatologia), a potencialidade socioeconômica (institucional, humano e produtivo) e a gestão do território (adotada pela SAE e adaptada à realidade do Mato Grosso do Sul). Desta forma, o trabalho buscou fornecer um complemento à carta temática da gestão do território, dadas as pressões impostas pelo mercado nacional e internacional produtivo, apontando eixos, pólos de ligação, arcos de expansão, zonas e corredores econômicos e de biodiversidade, permitindo usos mais adequados para cada condição do território.

#### **Procedimentos Metodológicos para Delimitação das Zonas Ecológico-Econômicas do Estado**

Com base nos estudos e trabalhos anteriores, o estado da Bahia optou por definir e delimitar as Zonas Ecológico-Econômicas, a partir da integração dos dados temáticos abordados nas Unidades Territoriais Básicas (UTBs), as quais contemplam a convergência e interação de todos os temas que retratam a paisagem do sistema natural dentro de cada UTB como: geologia, relevo, solo, clima e vegetação, em um contexto mais amplo que compõe os vários domínios morfoestruturais e morfoclimáticos. Esta base de delimitação foi relacionada com os modos predominantes de apropriação produtiva do território, expressos no diagnóstico dos arranjos produtivos rurais e definida nas Unidades de Paisagem, que compõe cada uma das UTBs. Dessa leitura integrada foi definida a delimitação ecológica e econômica. As potencialidades, limitações e recomendações temáticas, no que se refere aos setores minerais, industriais, turísticos, institucionais, energéticos, logísticos, sociais, culturais, dentre outros, são superpostas a cada uma das zonas, subsidiando a proposição das diretrizes, com vistas ao desenvolvimento sustentável do Estado.

**Quadro 1 – Procedimentos Metodológicos para Delimitação das Zonas Ecológico-Econômicas do Estado da Bahia**

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	CRITÉRIOS UTILIZADOS
Análise dos trabalhos publicados	Leitura dos diversos ZEEs e trabalhos acadêmicos publicados, para definição da determinação das zonas que melhor se adaptasse a realidade baiana aliada à solicitação do edital.
Determinação da base das Zonas	Adotaram-se os limites das Unidades Territoriais Básicas e Unidades de Paisagem como base para delimitação das zonas. Os limites das UTBs, por indicarem todo o sistema natural com características geoambientais semelhantes, enquadradas no seu domínio morfoestrutural e fitoclimático correspondente, e o limite das UPs, por representarem os arranjos produtivos predominantes. Estes limites, por vezes, foram incorporados para dar origem a zonas diferentes, ou ajustados e melhor adequados, com vistas a facilitar o planejamento e gestão territorial ambiental.
Agrupamento UTBs	<p>Das 65 UTBs, após análise e integração com os arranjos produtivos, as mesmas foram agrupadas em um total de 36 Zonas, conforme critérios abaixo (e suas predominâncias):</p> <p>As UTBs 13, 14 e 15 foram integradas por localizar-se na mesma região do Recôncavo, com características geoambientais muito próximas e mesmo arranjo produtivo. Essa integração resultou na zona 33.</p> <p>As UTBs 23 e 24 foram agrupadas por constituírem o mesmo sistema natural, com muita vegetação nativa (Caatinga), similaridade no relevo, na posição topográfica, solos semelhantes, geologia de calcário Caatinga e Cobertura Tercio-Quaternário e mesma zona climática. O arranjo produtivo de toda área é de agricultura localizada e pastagem extensiva. Essa integração resultou na zona 7.</p> <p>A planície fluvial do São Francisco (UTB 2), não foi considerada como uma zona individualizada por não ter, ao longo de sua extensão, grande expressão do sistema produtivo, daí ser compartimentada e incluída na zona circunvizinha. No trecho limite com a unidade 25 ela foi por esta integrada e agrupada no sistema produtivo de pecuária. A integração das unidades resultou na zona 5.</p> <p>A área que corresponde a UTB 14, 16, 17 e 18 tem como arranjo produtivo de grãos e citros predominantemente e estão localizadas sobre os tabuleiros, do Itapicuru e Tucano Sul. As UTBs 16 e 17 foram separadas pela variação de um único parâmetro que foi o clima mais seco na unidade 17, o que não justifica sua segregação, em termos de zona, uma vez que o arranjo produtivo é o mesmo. O agrupamento resultou na zona 32.</p> <p>A integração entre as UTBs 45, 3 e 46 ocorreu devido às feições topográficas das unidades 3 e 46, com restos de tabuleiros sobre o embasamento, serem semelhantes à unidade mais abrangente (45) e pela aproximação nas atividades produtivas (coco e silvicultura). A integração resultou na zona 35.</p> <p>A UTB 4 integrou a unidade 51 em função da semelhança do sistema natural no que diz respeito a topos residuais de tabuleiros, que compõe a unidade 50, associado à expansão da atividade produtiva de silvicultura, cana, café, mamão e bovino. O agrupamento resultou na zona 28.</p> <p>Para englobar as unidades 33, 34, 36, 37 e 40 foi utilizado o critério de unir todos os topos planos com cobertura pertencentes a Serra do Espinhaço e Chapada Diamantina. A integração resultou nas zonas 11 e 15.</p> <p>A UTB 12 foi subdividida em duas zonas, em função da dinâmica produtiva diferenciada entre os planaltos de Maracás e Vitória da Conquista. Assim, resultou nas zonas 13 e 21.</p> <p>As UTBs 30 e 31 e parcelas da UTB2 foram agrupadas nas zonas da Chapada Ocidental e Oriental, por representarem feições inerentes a toda chapada sedimentar. Essa integração resultou nas zonas 1 e 2.</p> <p>A integração das UTBs 61, 62 e 8 ocorreu na margem direita do rio São Francisco onde ocorrem os projetos de irrigação, delimitados pelas Unidades de Paisagem identificadas no mapa auxiliar. O agrupamento resultou em parte da zona 17.</p>
Agrupamento UTBs (continuação)	<p>Foram integradas as UTBs 59, 60 e parcela da 2 devido a UTB 60, na Depressão do Rio Paramirim, não apresentar subsídios socioeconômicos para constituir uma zona, razão pela qual foi integrada a zona da UTB 59, devido à similaridade com relação à rocha, ao solo, ao relevo e a vegetação. A UTB 2, à jusante da Represa de Sobradinho, por não apresentar um arranjo produtivo importante e pela sua pouca representatividade no território no sentido areal e produtivo optou-se, por incluí-la por trechos dentro da unidade circunvizinha, cujas particularidades serão descritas na zona da qual faz parte. Essa integração resultou na zona 8.</p> <p>A zona 27 foi resultante da integração entre as UTBs 20, 47, 48 e 63. A UTB 20 foi englobada pela 48, em função do avanço do cacau cabrucado. O sistema natural não foi descaracterizado, dentro da UTB integrante, por apresentar características semelhantes. O agrupamento resultou na zona 27.</p> <p>As UTBs 7, 8, 42 e 53 foram agrupadas, pelo fato de todas elas representarem características muito similares no sistema natural e com atividade de pecuária extensiva, em meio aos biomas de Cerrado e Caatinga. A integração das UTBs resultou na zona 6.</p> <p>A parcela da unidade 65 foi absorvida pela 61, por constituírem relevos residuais inerentes da depressão, por ter aspectos do sistema natural muito semelhante, com exceção do relevo, resultando em parte da zona 17.</p> <p>A UTB 62 foi subdividida em duas zonas em função da sua atividade produtiva. Uma relacionada às áreas de culturas permanentes e de sisal. Outra às áreas restritas às atividades de bovinocultura e caprinocultura, resultando em duas zonas: 23 e 24.</p> <p>A unidade 65 foi absorvida pela 62 por constituírem relevos remanescentes dentro do contexto da Depressão Sertaneja sem expressão produtiva.</p> <p>As UTBs 57, 62 e 65 foram agrupadas por apresentarem características próximas do sistema natural no mesmo arranjo produtivo. Este agrupamento resultou na zona 12.</p> <p>Os patamares da unidade 58 foram integrados a unidade 63 e 64, por estarem inclusos no contexto do mesmo sistema natural e uso produtivo. Essa integração resultou na zona 22.</p> <p>As UTBs 49, 54 e 55 estão enquadradas nas mesmas características geoambientais inclusive na posição topográfica e morfológica de patamares, e apresentam semelhança também no que se refere ao uso produtivo. Essa integração resultou na zona 18.</p> <p>Parcela da UTB 47, por não apresentar o cultivo de cacau, foi identificada pelo seu arranjo produtivo de conservação da Floresta Ombrófila Densa e uso da pecuária. Essa individualização resultou na zona 26.</p> <p>UTB 49 foi considerada uma zona por constituir um conjunto destacado na paisagem do estado da Bahia, com características geoambientais inerentes, associada à conservação da Floresta Estacional com remanescentes de Caatinga e uso de pastagem, resultando na zona 20.</p> <p>A UTB 51 foi englobada na 52 por representar o mesmo domínio no sistema natural, embora a UTB 52 apresente um relevo mais acidentado com maior vulnerabilidade, mas que apresenta o mesmo arranjo produtivo de pecuária com esparsas áreas de cacau cabrucado. Essa integração resultou na zona 29.</p> <p>A zona 36 está representada na unidade 1 do litoral, resultante da morfodinâmica marinha, fluvial, e fluviomarina, daí serem integrada as UTBs 1 e 2. Essas unidades também apresentam aproximação na atividade turística. Essa integração resultou na zona 36.</p> <p>Foram integralizadas as UTBs 26, 27, 28 e 29 em uma zona por não apresentarem características de similaridade com as unidades circunvizinhas que pudessem ser englobadas. As UTBs que foram agrupadas para formar essas zonas apresentam as mesmas características físicas e ecológicas dentro do patamar, com preservação de Floresta Semidecidual e Cerrado florestado. Essa integração resultou na zona 3.</p> <p>As UTBs 33, 35, 39 e 41 foram integradas devido à semelhança das características naturais, compondo um mesmo conjunto morfoestrutural em áreas com homogeneidade na atividade atual e arranjo produtivo. Essa integração resultou na zona 9.</p> <p>A UTB 19 e UTB 18 foram integradas devido ao trecho da UTB 18 que foi integrada, corresponder a borda do tabuleiro e do vale do rio Vaza-Barris, com áreas de relevo mais dissecado e vulnerabilidade erosiva forte, área que também deve ser conservada e preservada. Essa integração resultou na zona 30.</p>

(continua)

Continuação do **Quadro 1** – Procedimentos Metodológicos para Delimitação das Zonas Ecológico-Econômicas do Estado da Bahia

Delimitação dos arranjos produtivos	Adotaram-se os limites das UPs, acompanhado dos cartogramas dos arranjos produtivos elaborados pelo Consórcio. A partir daí foram integrados os diversos tipos de atividades agrupadas com Agricultura, Silvicultura, Pecuária, Formações Florestais e Pioneiras assim distribuídas nos critérios estabelecidos pelas UPS, procurando respeitar os limites pré-estabelecidos. No caso da extrapolação do arranjo produtivo para a unidade vizinha, o critério foi expandir a zona caso o geoambiente destoasse apenas em um dos parâmetros analisados para a delimitação das UTBs, contanto que não a descaracterizasse.
Continuidade espacial das zonas.	Assim como as UTBs as zonas poderão apresentar descontinuidade espacial, principalmente quando relacionadas aos residuais planos de Coberturas Tércio Quaternária e que mantém uma relação não só com a genética como no sistema produtivo. Portanto utilizou-se prioritariamente o mesmo critério que as UTBs.
Denominação das zonas	O critério adotado foi a utilização do nome da Região Geomorfológica, do tipo de arranjo produtivo e da Vegetação dominante.
Numeração e ordenamento das zonas	As zonas são numeradas de 1 a 36 e seqüenciadas obedecendo ao critério de agrupamento a partir da região Oeste, seguindo no sentido Norte-Sul, em direção da zona costeira do Estado, considerando as orientações do IBGE.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.



## Etapa 02: caracterização das Zonas Ecológicas Econômicas

De acordo com o Edital, após sua delimitação, “as Zonas Ecológico-Econômicas deverão ser definidas de acordo com suas potencialidades e vulnerabilidades e classificadas de acordo com suas capacidades tecnológicas e socioeconômicas e sua sustentabilidade, considerando a referência territorial das Unidades de Paisagem e sua interação com os padrões de qualidade ambiental”.

Portanto, no ZEE Bahia, todos os demais planos de informação (PI) indicados no TDR/Edital e que se articulam com esse componente de trabalho (A5), foram sobrepostos ao PI que representa os limites das zonas, para efeito de caracterização das mesmas. Esses PIs foram elaborados no âmbito de outros componentes de trabalho, mediante aplicação de metodologia própria, apresentada no presente relatório, em seus volumes específicos.

A caracterização da zona é uma síntese dos aspectos (georreferenciados) mais relevantes de cada tema envolvido, considerando a incidência desse aspecto à interseção entre sua poligonal e o limite da zona em questão. Assim, todas as ocorrências temáticas espacializadas e suas respectivas características, que estão inseridas na poligonal da zona foram consideradas para a leitura do conteúdo da zona, definido sua caracterização. Portanto, os planos de informação temáticos carregam as **ocorrências específicas** de cada tema, em cada Zona, garantindo a preservação da singularidade da informação, no local onde ela ocorre.

As potencialidades, limitações, recomendações e diretrizes temáticas, carregadas em cada Zona, resultaram no extrato bruto da mesma. Após revisão desse extrato pelos respectivos especialistas, procedeu-se a realização de duas **oficinas interdisciplinares**, visando à **interação dos temas e identificação dos conflitos** de uso das terras e dos recursos naturais, sejam existentes ou potenciais.

Nesse contexto, o componente de trabalho B1-A “Potencialidades e Limitações de Desenvolvimento” demonstrou importância fundamental para uma leitura estratégica do território, tendo como foco, a identificação dos aspectos ecológicos, sociais, econômicos e institucionais mais relevantes ao desenvolvimento sustentável. De acordo com o Edital, cada aspecto foi analisado com o objetivo de interpretar quais as **possibilidades de uso social e econômico dos recursos naturais e antrópicos, bem como suas oportunidades e riscos, e quais recomendações são mais indicadas para aperfeiçoar esse uso**, no sentido de favorecer o crescimento econômico com maior distribuição de riqueza justa social e garantia dos direitos humanos, sem desestabilizar os atributos ecológicos basilares.

Para elaboração do componente de trabalho B1-A foi necessário a análise dos aspectos mais relevantes associados a cada tema envolvido no ZEE, em sua respectiva etapa de diagnóstico, bem como aqueles associados à identificação das “Unidades de Paisagem” (componentes de trabalho A1), das “Vulnerabilidades Naturais” (componente de trabalho A2), do “Padrão de Qualidade Ambiental” (componente de trabalho A3) e das capacidades tecnológicas, socioeconômicas e institucionais (componente de trabalho B1-A), que favoreceram a análise conjuntural/ integrada de cada zona.

Os Planos de Informação utilizados para a elaboração das Unidades de Paisagem, Vulnerabilidade Natural e Qualidade Ambiental estão apresentados do Quadro 2 ao Quadro 9.

**Quadro 2 – Arquivos Georreferenciados (Base Cartográfica temática) – Unidade Territorial Básica**

UNIDADE	PLANOS DE INFORMAÇÃO	FONTES	NATUREZA DO PLANO DE INFORMAÇÃO (ORIGINAL)	FINALIDADE
Unidade Territorial Básica	SRTM	NASA, 2000	Arquivo raster /Resolução 90m	Definição dos grandes domínios morfoestruturais e suporte na delimitação das UTBs.
	Geologia	Radambrasil, 1980 CPRM, 1994	Arquivo em PDF/Escala: 1:1.000.000 Arquivo shape/Escala: 1:1.000.000	Suporte na definição dos domínios morfoestruturais informações sobre tipos de litologias de cada UTB.
	Geomorfologia	Radambrasil, 1980	Arquivo em PDF/Escala: 1:1.000.000	Suporte na definição dos domínios morfoestruturais denominação dos domínios morfoestruturais e das UTBs (unidades geomorfológicas).
	Vegetação	Radambrasil, 1980	Arquivo em PDF /Escala: 1:1.000.000 Arquivo em shape (adaptado pelo IBAMA) Escala 1:250.000	Caracterização das UTBs com relação aos ambientes fitoclimáticos.
	Tipologia Climática	SEI, 2007	Arquivo em PDF /Escala: 1:6.500.000	Caracterização climática regional.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

**Quadro 3 – Arquivos Georreferenciados (Base Cartográfica temática) – Unidade de Paisagem**

UNIDADE	PLANOS DE INFORMAÇÃO	FONTE/ANO	ESCALA/FORMATO	FINALIDADE
Unidade de Paisagem	Solos	RADAM 1970 a 1981	1:1000.000/PDF	Definição e caracterização dos atributos das Unidades de Paisagem (apenas para consulta)
	<b>USO DA TERRA E COBERTURA VEGETAL</b>			
	Bacias do Sub-médio São Francisco	SEI, 2011	1:250.000/Shapefile	Delimitação das UPs (Macrorregião do Semiárido)
	Bacias da Margem Direita do Lago de Sobradinho	SEI, 2009	1:250.000/Shapefile	Delimitação das UPs – MR Semiárido
	Uso da Terra	UNB, 2009	1:500.000/Shapefile	Delimitação das UPs – MR Cerrado
	Bacias do Extremo Sul e do Rio Jequitinhonha	SEI, 2008	1:250.000/Shapefile	Delimitação das UPs – MR Litoral Sul
	Bacias dos rios Itapicuru, Vaza-Barris e Real	SEI, 2005	1:250.000/Shapefile	Delimitação das UPs – Semiárido/ Litoral Norte
	Bacias do Recôncavo Norte e do rio Inhambupe	SEI, 2003	1:250.000/PDF	Delimitação das UPs – MR Metropolitana e MR Litoral Norte
	Bacia do Rio Paraguaçu e Sub-bacias dos Rios Jaguaripe e Jequiriçá	SEI, 2000	1:500.000/PDF	Delimitação das UPs – MR Semiárido e MR Metropolitana
Uso e cobertura vegetal	DDF, 1998	1:250.000/Shapefile	Suporte à delimitação das UPs onde não haviam estudos mais recentes	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

**Quadro 4 – Arquivos Georreferenciados (Base Cartográfica temática) – Qualidade da Biodiversidade**

UNIDADE	PLANOS DE INFORMAÇÃO	FONTE/ANO	ESCALA/FORMATO FORMATO
Qualidade Ambiental da Biodiversidade	Cobertura vegetal natural	Projeto de Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiro por Satélite MMA/IBAMA/INPE, 2008 e 2009	1:250.000/Shapefile
	Áreas holísticas em Geodiversidade	CPRM, 2009	Sem Informação/Coordenadas
	Áreas Cársticas	ICMBio,2009	Sem Informação/Shapefile
	Cavernas	ICMBio,2009	Sem Informação/Shapefile
	Movimentação do Relevo	Consortio, 2012	1:250.000/Shapefile
	Tipologia Climática	SEI, 2007	1:6.500.000/PDF
	Importância Biológica	MMA, 2007	1:250.000/Shapefile
	IBA	INEMA, 2009	Sem Informação/Shapefile
	KBAs	C.I.(Conservação Internacional), 2008	Sem Informação/Shapefile
	Prioritárias para da cadeia do espinhaço	MMA, 2007	1:250.000 Shapefile
BAZE	AZE (Alliance for Zero Extinction), 2010	Sem Informação	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

**Quadro 5 – Arquivos Georreferenciados (Base Cartográfica temática) – Vulnerabilidade Erosão**

PRODUTO	PLANOS DE INFORMAÇÃO	FONTES	FORMATO/ESCALA
Vulnerabilidade Erosão	UTB	Consortio, 2012	Shapefile/Escala 1:250.000
	Macro-Regiões	SEI, 2010	Shapefile
	Intensidade de chuvas	Universidade Federal de Viçosa, PLÚVIO 2.1, 2012	Raster
	Variabilidade interanual	Agência Nacional das Águas (ANA), 2012	Raster
	Distribuição Intraanual	Agência Nacional das Águas (ANA), 2012	Planilhas Excel

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

**Quadro 6 – Arquivos Georreferenciados (Base Cartográfica temática) – Vulnerabilidade Natural de Água Subterrânea no Contexto da Disponibilidade Natural**

PRODUTO	PLANOS DE INFORMAÇÃO	FONTES	FORMATO/ESCALA
Vulnerabilidade natural de água subterrânea no contexto da disponibilidade natural	Geologia simplificada	Mapa Geológico (CPRM, 2003), Dominio e Sub-Dominio Hidrogeológico	Shapefile/Escala:1:1000.000
	Macro-Regiões	SEI, 2010	Shapefile
	Disponibilidade Natural	Avaliação de reservas, potencialidade e disponibilidade de aquíferos. Waldir Duarte Costa, 1991.	Planilha Excel

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

**Quadro 7** – Arquivos Georreferenciados (Base Cartográfica temática) – Vulnerabilidade Natural de Água Subterrânea no Contexto da Potencialidade de Contaminação

PRODUTO	PLANOS DE INFORMAÇÃO	FONTES	FORMATO/ESCALA
Vulnerabilidade natural de água subterrânea no contexto da potencialidade de contaminação	Geologia simplificada	Mapa Geológico (CPRM, 2003), Dominio e Sub-Dominio Hidrogeológico	Shapefile/Escala:1:1000.000
	Macro-Regiões	SEI, 2010	Shapefile
	Potencialidade à contaminação	CPRM,2004	Planilha excel

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

**Quadro 8** – Arquivos Georreferenciados (Base Cartográfica temática) – Vulnerabilidade Recursos Hídricos Superficiais

PRODUTO	PLANOS DE INFORMAÇÃO	FONTES	FORMATO/ESCALA
Vulnerabilidade e recursos Hídricos Superficiais	UTB	Consórcio, 2012	Shapefile/Escala 1:250.000
	Macro-Regiões	SEI, 2010	Shapefile
	Risco de Seca	CEI- centro de estatística e informações, 1991	Raster
	Solos	Radambrasil, (1981-1987)	Shapefile/Escala:1.000.000 PDF/Escala: 1:1.000.000
	Ambientes Hidrológicos	Consórcio, 2012	Planilha Excel
	Unidades de balanço	INEMA, 2011	Shapefile/1:1000.000

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

**Quadro 9** – Arquivos Georreferenciados (Base Cartográfica temática) – Qualidade da Água, Ar e Solos

SUBTEMA	NOME DO PLANO DE INFORMAÇÃO OU DO ARQUIVO
Qualidade da Água	INEMA_Indice_de_Estado_Trófico_IET_2009
	INEMA_Indice_de_Qualidade_da_Agua_IQA_2009
	INEMA_Industrias_Potencialmente_Poluidora_da_Agua_2012
	PEMAPES/SEDUR_Pop_sede_N_Atend_SES_2010
	PEMAPES/SEDUR_Pop_sede_N_Atend_RMS_SES_2010
SUBTEMA	NOME DO PLANO DE INFORMAÇÃO OU DO ARQUIVO
Qualidade do Solo	Probio_Cobertura_e_Uso_da_Terra_2007
	INPE_Focos_de_Queimadas_2012
	Sedur_Tipo_de_disposição_final_de_resíduos_sólidos_urbanos_2009
	DNPM_Mineradoras_em_Operação_2012
SUBTEMA	NOME DO PLANO DE INFORMAÇÃO OU DO ARQUIVO
Qualidade do Ar	INEMA_Industrias_Potencialmente_Poluidora_do_Ar_2012
	DENATRAN_Numero_de_Veiculos_por_Municipio_2012

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

O Diagnóstico da Vulnerabilidade Natural (A2), apresentado no presente relatório no Volume 4, está associado à identificação das fragilidades relacionadas aos solos, aos recursos hídricos e à biodiversidade, e favorece a definição de ações para a adequação de usos e atividades cujos impactos ambientais sejam compatíveis com tais fragilidades. Além disso, tais informações favorecem a indicação de áreas para implantação de corredores ecológicos, especialmente onde haja maior densidade de vulnerabilidades, ou seja, maior restrição ao desenvolvimento de atividades produtivas mais impactantes.

De acordo com a metodologia adotada pelo IBGE no trabalho intitulado “*Subsídios ao ZEE da Bacia do Rio Itapecuru*”, a percepção do grau de sustentabilidade do ambiente ante os impactos decorrentes das atividades produtivas, passa por uma avaliação do “balanço” entre potencialidades e vulnerabilidades, afinando-se ao conceito de “capacidade de suporte” do ambiente e favorecendo também a indicação de usos mais adequados às suas características.

Finalmente, a Indicação de Padrões de Qualidade Ambiental (A3), apresentada nesse relatório no Volume 5, além de permitir a identificação de áreas com alta densidade de atributos ecológicos importantes para a biodiversidade e para a manutenção de serviços ambientais, também favorece uma leitura da espacialização de fatores associados à redução da qualidade ambiental. A partir da análise desses fatores foram identificadas demandas por recuperação, controle e monitoramento ambiental de atividades produtivas, bem como de adequação da gestão territorial e da mediação de conflitos sócio-ambientais.

Como forma de orientar e favorecer uma padronização na análise de cada tema e seus aspectos relevantes foi fornecido um modelo de matriz de potencialidades, limitações e recomendações, apresentado no Quadro 10.

**Quadro 10** – Modelo - Matriz Potencialidades, Limitações e recomendações – Tema Aquicultura e Pesca

ASPECTO: CORPOS D'ÁGUA CONTINENTAIS (BARRAGEM, REPRESA E AÇUDE)				
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) a pesca e a aquicultura	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a pesca e a aquicultura	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da pesca e da aquicultura

Além da elaboração de todas as matrizes temáticas, em sua versão completa, foi necessário que cada consultor elaborasse uma versão síntese, com o objetivo de adaptá-la ao formato do respectivo Plano de Informação, a ser utilizado no geoprocessamento das informações e no banco de dados. As informações sobre metodologia e análise de resultados estão apresentadas no volume 7 - Potencialidades e Limitações deste Relatório.

Após essa atividade, foi elaborado um “extrato” de todas as informações associadas aos PIs envolvidos nessa metodologia, mediante processamento da sobreposição e interseção entre as poligonais das ocorrências temáticas e a poligonal da zona em questão. Esse extrato possibilitou a caracterização resumida das zonas e a estrutura de apresentação dessas informações como forma de Relatório, no WEB-SIG e Banco de Dados, conforme modelo a seguir. A descrição do Banco de Dados e WEBSIG encontra-se no Volume 2 – Banco de Dados e WEBSIG deste Relatório.



**Identificação da Zona:**

Número	
Nome	
Área total (km <sup>2</sup> )	

**Descrição:**

**Diretrizes da Zona**

Diretrizes Gerais
Diretrizes Específicas

**Qualidade Ambiental da Biodiversidade:**

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte

**Vulnerabilidade Social:**

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	
<b>Tipo 3:</b> Municípios qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	

**Áreas Especiais:**

**Unidades de conservação:**

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na UC (%)

**Comunidades tradicionais:**

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Comunidades	Municípios	Grupos	População Indígena
Comunidades	Municípios	Nº de Pescadores	

**Infraestrutura:**

**Equipamentos:**

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)

**Fontes de energia:**

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA										FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL									
	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterrosanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio

**Sistemas produtivos:**

Agropecuária:

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																											
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Cítricos	Limão	Coco	Dendê	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja	

Indústria:

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
	Quantidade de Indústrias de Transformação

Turismo:

Localização em Zona Turística: Caminhos do Oeste	Integral	x	Parcial	Residual
Enquadramento geográfico-paisagístico:				
Segmentos turísticos envolvidos:				
Atrativos para o turismo:				
Riscos para o Turismo:				

**Sedes urbanas:**

Cidade

**Perímetros interceptados:**

Unidades territoriais básicas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UTB (%)

Unidades de paisagem:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UP (%)

Bacias hidrográficas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)

Territórios de identidade:

Nº	Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona no TI (%)


Municípios:

Código	Descrição	População total do Município (2010)	Área (km²)	Percentual da Zona no Município (%)

### Etapa 03 – Definição de Diretrizes Gerais e Específicas

Esta Proposta Preliminar do Zoneamento Ecológico-Econômico contempla a definição de diretrizes estratégicas de uso e ocupação do território baiano, seja de caráter geral ou específico, seja para todo o Estado, para cada zona ecológico-econômica ou para determinadas porções de cada zona ecológico-econômica, conforme as ocorrências temáticas e a combinação entre elas.

Esse conjunto de diretrizes foi definido com base no resultado de trabalhos previamente elaborados no âmbito do ZEE Bahia, especialmente no conjunto de **recomendações**, originadas da análise das **potencialidades e limitações**, constantes do Volume 7, deste Relatório, que consideram os resultados produzidos nas **Vulnerabilidades Naturais e Social** – Volume 4, assim como nas **Qualidades Ambientais** – Volume 5, produzidas para os diversos temas. Para tanto, fez-se necessário elaborar, além do extrato de informações espaciais, na tarefa de caracterização das zonas, mas também definir critérios metodológicos para articulação entre essas diferentes recomendações temáticas, a fim de definir diretrizes que as compatibilizem. Tais diretrizes resultaram de quatro referências: 1) a interação dos objetivos e princípios norteadores do ZEE- Bahia; 2) as recomendações de um mesmo tema; 3) da relação entre as recomendações de diferentes temas e 4) do olhar integrado de todos os temas sobre cada zona, especialmente.

Considera-se que as diretrizes devem expressar estratégias comprometidas com o desenvolvimento sustentável, na medida em que favoreçam tanto a verticalização e complexificação de usos e atividades compatíveis entre si e com o ambiente, bem como a minimização de riscos e conflitos socioambientais. Para tanto, foram realizados três procedimentos metodológicos, tendo como principal finalidade propiciar a articulação entre os temas na perspectiva da reflexão integrada do território. São eles: 1) Oficinas de Planejamento Integrado e Interação Temática, 2) Reuniões Técnicas de Interação Temática, e 3) Quadros de Interação Temática e Ocorrências Combinadas, tendo como estruturantes o tema Biodiversidade e o tema Socioeconômico.

As três Oficinas de Planejamento Integrado e Interação Temática tiveram diferentes objetivos, definidos em cada uma delas. **A Oficina 1** previu o intercâmbio entre os temas e seus consultores, sobre os critérios de análise das potencialidade e limitações de cada tema, sobre o território baiano, promovendo uma visão integrada sobre os principais pontos de convergência e divergência entre os temas, ressaltando conflitos e oportunidades. **A Oficina 2** propiciou o aprofundamento da reflexão sobre as implicações da relação entre os temas, em um mesmo território. Foram formados três grupos de articulação temática: 1) social e institucional; 2) físico e biótico; e 3) Infraestrutura e Energia, nos quais os sistemas produtivos (indústria, turismo, pesca e agropecuária) giraram e registraram suas convergências, em forma de potencialidades combinadas e divergências, sob forma de conflitos potenciais ou existentes. No segundo momento da oficina os temas se reorganizaram para a identificação de novos cruzamentos. Foram definidos dois grupos de interação: 1) Grupo de Temas Estruturantes: Físico/Biótico, Social e Institucional e Infraestrutura e Energia; e 2) Grupo Econômico/Produtivo: Indústria, Mineração, Produção Rural - Agropecuária, Aqüicultura e Pesca e Turismo. A finalidade desse segundo nível de interação foi propiciar a visualização do resultado das combinações entre os temas estruturantes, gerando diretrizes institucionais, e as combinações entre os diferentes interesses produtivos, prevendo áreas de conflito existentes ou potenciais, para futura mediação do Estado. **A Oficina 3** partiu dos diferentes olhares temáticos sobre cada zona, dialogando entre si, buscando construir diretrizes integradas comprometidas com o desenvolvimento mais sustentável, em cada uma delas. O relato dessas oficinas e seus resultados podem ser visualizados no Relatório de Planejamento Integrado, em apêndice a este Relatório.

#### Registro Fotográfico das Oficinas 1, 2 e 3



As Reuniões de Interação Temática tiveram como principal finalidade aprofundar e aperfeiçoar os diálogos entre os temas, iniciados nas oficinas, propiciando identificar situações de potencialidades e limitações que sinalizam a importância da definição de recomendações e diretrizes. Foram realizadas seis reuniões: turismo & agropecuária; turismo & infraestrutura e logística; agropecuária & energia; arranjo mineração & ocorrências de mineração; indústria & agropecuária; e social & institucional & biodiversidade.

Por fim, foram construídos dois Quadros de Interação Temática e Ocorrências Combinadas. Um quadro tem a biodiversidade como tema central e sua relação com os demais temas. O outro tem a socioeconomia, com foco na Vulnerabilidade Social e suas diferentes manifestações e sua relação com os demais temas. Esses quadros permitiram a avaliação das interações temáticas mais significativas, mediante identificação de possíveis convergências e divergências entre as ocorrências temáticas que se intersectam quando analisadas par-a-par. Esses temas de referência foram escolhidos por possuírem caráter estruturante, constituindo-se em margens de referência para o desenvolvimento econômico sustentável do território. Esses temas também são de responsabilidade do Estado e refletem condições de fragilidade ante as iniciativas dos setores produtivos. Apresenta-se a seguir os Quadros Modelos de Interação Temática e Ocorrências Combinadas.

Quadro 11 – Interação Temática e Ocorrências Combinadas – Social como Tema de Referência

#### QUADRO COM CRITÉRIOS REFERENCIAIS PARA INTERAÇÃO TEMÁTICA

TEMA DE REFERÊNCIA: SOCIAL					
TEMAS <sup>1</sup>	SOBREPOSIÇÃO DE OCORRÊNCIAS <sup>2</sup>	PLANO DE INFORMAÇÃO DA OCORRÊNCIA	JUSTIFICATIVA		DIRETRIZ ESPECÍFICA DA INTERAÇÃO
			CONVERGÊNCIAS	DIVERGÊNCIAS	
<b>Qualidade Ambiental</b>	Áreas de alta qualidade ambiental em municípios com os tipos 8, 7, 6 e 5 de vulnerabilidade social e, também, os que estão nas zonas proximais a estes tipos ou comunidades tradicionais e do campo	Município x áreas com alta qualidade ambiental			
<b>Água</b>	Municípios localizados na região semiárida, classificados nos tipos 8, 6, 5, 4, 3 de vulnerabilidade social (ou em zonas proximais a estes ) e áreas com baixa e muito baixa disponibilidade hídrica.	Município x Vazão de referência e as unidades de balanço nas classes baixa e muito baixa.			
<b>Solo</b>	Áreas com Aptidão agrícola de Classes 2 e 3 e municípios com a presença de comunidades vulneráveis (tipos 8, 6, 5, 4 e 3 de vulnerabilidade social e em zonas proximais a estes tipos) ou comunidades tradicionais e do campo.	Municípios x Áreas com Aptidão agrícola de classes 2 e 3.			
<b>Energia</b>	Municípios com potencialidade para geração de energia (eólica e hidrelétrica) e municípios onde ocorram de comunidades vulneráveis (tipos 8, 6, 5, 4 e 3 de vulnerabilidade social e em zonas proximais a estes tipos) ou comunidades tradicionais e do campo	Municípios x Município com potencialidade para geração de energia por hidrelétrica e PCHs e eólica			
	Municípios com tipos 8, 6, 5, 4, 3 de vulnerabilidade social ou em zonas proximais a estes e tipos, ou que contenham assentamentos de reforma agrária, acampamentos de trabalhadores sem terra e comunidades tradicionais e, municípios com potencialidade para geração de energia hidrelétrica.	Município x município com potencialidade para geração de energia por hidrelétrica e PCHs			
	Municípios com potencialidade para geração de energia solar e municípios onde ocorram comunidades vulneráveis (tipos 8, 6, 5, 4 e 3 de vulnerabilidade social e em zonas proximais a estes tipos) ou comunidades tradicionais e do campo	Municípios x Municípios com potencialidade para geração de energia solar			
<b>Infraestrutura Logística</b>	Municípios onde estão previstos projetos de infraestrutura logística e municípios com vulnerabilidade social dos tipos 8, 6, 5, 4 e 3 (e em zonas proximais a estes tipos) ou comunidades tradicionais e do campo	Municípios x Municípios onde estão previstos projetos de infraestrutura logística			
<b>Arranjos Institucionais</b>	Territórios de identidade com médio e baixo grau de envolvimento das instituições estatais nos espaços de deliberação e municípios com baixa quantidade de organizações sociais e alta vulnerabilidade social (tipos 8, 6, 5, 4 e 3 de vulnerabilidade social e em zonas proximais a estes tipos)	Município x território de identidade			
	Territórios de identidade com alto grau de envolvimento das instituições estatais nos espaços de deliberação e municípios com baixa quantidade de organizações sociais e alta vulnerabilidade social (tipos 8, 6, 5, 4 e 3 de vulnerabilidade social e em zonas proximais a estes tipos)	Município x território de identidade			
	Territórios de identidade com alto grau de envolvimento das instituições estatais nos espaços de deliberação e municípios com alta quantidade de organizações sociais e alta vulnerabilidade social (tipos 8, 6, 5, 4 e 3 de vulnerabilidade social e em zonas proximais a estes tipos)	Município x território de identidade			

QUADRO COM CRITÉRIOS REFERENCIAIS PARA INTERAÇÃO TEMÁTICA					
TEMA DE REFERÊNCIA: SOCIAL					
<b>Arranjos produtivos</b>	Áreas utilizadas por arranjos produtivos que apresentam baixo potencial para incorporação da agricultura familiar e se utilizam de grandes extensões de terra (silvicultura, soja, café, algodão, cana de açúcar, sisal e citros) e municípios com comunidades vulneráveis (tipos 8, 6, 5, 4 e 3 de vulnerabilidade social e em zonas proximais a estes tipos) ou comunidades tradicionais e do campo	Município x Municípios onde ocorrem os arranjos produtivos			
	Áreas utilizadas por arranjos produtivos que apresentam alto potencial para incorporação da agricultura familiar e municípios com comunidades vulneráveis (tipos 8, 6, 5, 4 e 3 de vulnerabilidade social e em zonas proximais a estes tipos) ou comunidades tradicionais e do campo	Município x Municípios onde ocorrem os arranjos produtivos			
<b>Mineração</b>	Zonas de Interesse Mineral e municípios com comunidades vulneráveis (tipos 8, 6, 5, 4 e 3 de vulnerabilidade social e em zonas proximais a estes tipos) ou comunidades tradicionais e do campo	Município x Zonas de interesse mineral			
<b>Turismo</b>	Municípios inseridos em zonas turísticas e com presença de comunidades tradicionais	Município e zona turística			
<b>Aquicultura e Pesca</b>	Municípios onde existem Comunidades Tradicionais de pescadores artesanais e áreas com alto potencial para aquicultura (classes 1, 2 e 3)	Município e classes de aquicultura			
1. Foram considerados os temas que apresentam interações mais significativas com a Vulnerabilidade Social.					
2. Foram consideradas apenas ocorrências que estão espacializadas e incluídas na tabela de potencialidades, limitações e recomendações do respectivo tema.					

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.



### ***Áreas de alta qualidade ambiental***

Demandam atenção e diretrizes especiais pelo risco da população, sob diferentes situações de vulnerabilidade social, recorrer como modo de sobrevivência à exploração (muitas vezes de forma degradante) desses recursos naturais/ambientais;

### ***Disponibilidade hídrica (superficial e/ou subterrânea?)***

A pertinência da relação com a vulnerabilidade social consiste na relevância de priorizar o abastecimento humano naqueles municípios que apresentam alta vulnerabilidade, bem como minimizar possíveis conflitos relacionados a disputa pela água;

### ***Áreas com atividades agropecuárias***

As atividades produtivas rurais podem ter entre seus critérios de adequação os diferentes potenciais para incorporação da agricultura familiar, especialmente nos municípios em que a vulnerabilidade social e as comunidades tradicionais se mostram mais presentes;

### ***Áreas com atividades de mineração***

Se, por um lado, essa atividade em geral não gera impactos muito difusos, por outro, a intensidade de seus impactos ambientais justificam sua seleção na presente análise, visto que nos locais onde há mineração, muitos atributos culturais (de modos de vida e de usos da terra) ficam vulneráveis e são efetivamente e intensamente afetados;

### ***Municípios com potencial para geração de energia***

A maioria das tecnologias de geração e distribuição de energia gera importantes impactos ambientais, portanto, essa interação indica os municípios onde há risco de ocorrência de impactos e conflitos, demandando uma atenção especial dos entes públicos, sociais e produtivos envolvidos.

### ***Infraestrutura de logística***

Os diferentes elementos de infraestrutura, principalmente rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos, causam impactos aos ambientes onde são implantados. Portanto, sua interação com áreas de vulnerabilidade social ou comunidades tradicionais também se configura numa oportunidade para equacionar compensações e a criação, implantação e/ou consolidação de unidades de conservação (ou outras categorias de áreas especiais) que favoreçam a permanência e manutenção de modos de vida tradicionais;

### ***Arranjos institucionais***

Territórios de identidade com diferentes graus de envolvimento das instituições estatais nos espaços de deliberação associados a municípios com relevante vulnerabilidade social podem tornar as decisões locais mais ou menos lentas e/ou expressivas, influenciando positiva ou negativamente no processo de superação dos quadros de vulnerabilidade social.

### ***Turismo***

O turismo, pensado de forma sustentável, deve estar integrado e contribuir para a geração de renda e a manutenção dos modos de vida tradicionais.

### ***Aqüicultura e Pesca***

Possibilidade de integração de comunidades tradicionais de pesca artesanal na cadeia produtiva organizada da aqüicultura e pesca.

O quadro de interação temática do tema biodiversidade apresenta como eixo central os temas que possuem relevante interação com a biodiversidade, favorecendo uma leitura articulada das respectivas convergências (oportunidades) e divergências (riscos), assim como a definição de diretrizes que as compatibilizem. A relevância da interação deve-se ao significativo potencial de geração de impactos positivos e/ou negativos à biodiversidade. Nesse caso, os temas selecionados foram: água, solos, condições sociais, comunidades tradicionais, condições institucionais, patrimônio natural e cultural, atividades produtivas, energia e infraestrutura. Depois disso, foram selecionados aspectos associados a esses temas, que influenciam significativamente na biodiversidade. A seguir, estão apresentados os aspectos e suas relações com a biodiversidade:



**Quadro 12 – Interação Temática e Ocorrências Combinadas - Biodiversidade como Tema de Referência**

QUADRO COM CRITÉRIOS REFERENCIAIS PARA INTERAÇÃO TEMÁTICA					
Tema de Referência: Biodiversidade					
TEMAS <sup>3</sup>	SOBREPOSIÇÃO DE OCORRÊNCIAS <sup>4</sup>	PLANO DE INFORMAÇÃO DA OCORRÊNCIA	JUSTIFICATIVA		DIRETRIZ ESPECÍFICA DA INTERAÇÃO
			CONVERGÊNCIAS	DIVERGÊNCIAS	
ÁGUA	QAB <sup>5</sup> X Áreas Estratégicas para Conservação das Águas Superficiais	Unidade de Balanço			
	QAB X Áreas Estratégicas para Recarga dos Aquíferos	Domínio Hidrogeológico			
SOLO	QAB X Terras Inaptas para Uso Agropecuário (Classe 6)	Aptidão Agrícola			
UTB	QAB X Alta a Muito Alta Vulnerabilidade a Erosão	UTB			
SOCIAL	QAB X Comunidades Tradicionais	Município			
	QAB X Alta Vulnerabilidade Social (Tipo 8)	Município			
	QAB X Baixa Vulnerabilidade Social (Tipos 1, 2 e 3)	Município			
INSTITUCIONAL	QAB X Alta Densidade de Instituições Públicas de Caráter Ambiental <sup>6</sup>	Território de Identidade			
	QAB X Baixa Densidade ou Inexistência de Instituições Públicas de Caráter Ambiental <sup>4</sup>	Território de Identidade			
TURISMO	QAB X Patrimônio Natural, Paisagens e Patrimônio Arqueológico	Município			
ARRANJOS PRODUTIVOS RURAIS	QAB X Atividades Agropecuárias Consolidadas	Município			
	QAB X Atividades Agropecuárias em Expansão e/ou com Potencial de Implantação	Município			
MINERAÇÃO	QAB X Jazidas Exploradas	Municípios com Exploração de Minério e/ou na Iminência de Exploração (Fases Avançadas DNPM)			
	QAB X Potencial de Exploração Econômica	Zona de Interesse Mineral, Domínio Geológico e Ocorrência Mineral (CPRM)			
PESCA E AQUICULTURA	QAB X Corpo d'Água Marinho/Estuarino com Potencial para Pesca e Aquicultura	Município (contíguo a uma Baía ou Estuário)			
ENERGIA	QAB X Potencial de Geração de Energia	Município			
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	QAB X Infraestrutura a ser Complementada ou Implantada	Eixo (ferrovia, rodovia, hidrovia), Cruzamento (entre dois ou mais eixos) e Ponto (porto, aeroporto, terminal)			

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

<sup>3</sup> Foram considerados os temas que apresentam interações mais significativas com a BIODIVERSIDADE.

<sup>4</sup> Foram consideradas apenas ocorrências que estão especializadas e incluídas na tabela de potencialidades, limitações e recomendações do respectivo tema.

<sup>5</sup> Qualquer ocorrência do tema biodiversidade que se sobreponha à Cobertura Vegetal.

<sup>6</sup> Foi considerada a presença das seguintes instituições: SEMA/INEMA, Conselho Gestor de UC e Sistema Municipal de Gestão Ambiental.

### ***Áreas estratégicas para conservação das águas superficiais e subterrâneas***

Demandam manejos adequados das terras e da cobertura vegetal dos solos, com vistas à manutenção da produção natural das águas;

### ***Terras inaptas para uso agropecuário***

A recomendação prioritária<sup>7</sup> a ser aplicada a tais áreas é a conservação das condições naturais com vistas à estabilização ambiental;

### ***Áreas com alta vulnerabilidade do solo à erosão***

Também demandam manejos adequados das terras e da cobertura vegetal dos solos, nesse caso com vistas à estabilização dos terrenos;

### ***Municípios com alta ou baixa vulnerabilidade social***

Indicam diferentes possibilidades de ocorrência de pressão sobre o ambiente, mas também sinalizam oportunidades de uso sustentável dos recursos naturais e serviços ambientais associados;

### ***Municípios com presença de comunidades tradicionais***

Os modos de vida, associados a essas comunidades, mantêm relação estreita com o ambiente, em geral favorecendo a sustentabilidade;

### ***Municípios com instituições públicas atuantes na área ambiental***

A presença dessas instituições favorece a preservação e uso sustentável do ambiente, especialmente quanto à gestão participativa e ao controle e fiscalização do uso das terras e dos serviços ambientais;

### ***Municípios com patrimônio paisagístico e histórico-cultural***

De maneira geral, as paisagens naturais relevantes e os sítios arqueológicos estão territorialmente associados às áreas de alta importância ecológica, favorecendo a articulação de políticas de preservação mútua;

### ***Áreas com atividades agropecuárias***

Tais atividades produtivas, especialmente os grandes polígonos de monocultura, silvicultura e pecuária extensiva, estão entre as que possuem maior poder de alteração das condições ambientais. Portanto, sua implantação deve ser rigorosamente compatível com as características ecológico-econômicas da área requerida, com vistas a evitar degradação e conflitos;

### ***Áreas com atividades de mineração***

Se, por um lado, essa atividade em geral não gera impactos muito difusos, por outro, a intensidade de seus impactos ambientais justificam sua seleção na presente análise, visto que nos locais onde há mineração, muitos atributos ecológicos ficam vulneráveis e são efetivamente e intensamente afetados. Portanto, sua operação deve ser rigorosamente compatível com as características ecológico-econômicas da área requerida, com vistas a evitar degradação e conflitos;

### ***Municípios com presença de corpos d'água marinhos/estuarinos com potencial para pesca e aqüicultura***

Apesar da atividade pesqueira ser tradicional na Bahia, ainda há muito o que desenvolver, especialmente se considerarmos o imenso potencial inexplorado no setor das aqüiculturas. Para tanto, será necessário um efetivo controle da qualidade das águas, com vistas a viabilizar o aproveitamento dessa oportunidade de produção sustentável de uma das principais fontes de alimento;

### ***Municípios com potencial para geração de energia***

A maioria das tecnologias de geração e distribuição de energia gera importantes impactos ambientais, portanto, essa interação indica os municípios onde há risco de ocorrência de impactos e conflitos, demandando uma atenção especial dos entes públicos, sociais e produtivos envolvidos. A análise dessa interação também permite identificar áreas com potencial para criação, implantação e/ou consolidação de unidades de conservação e outras áreas protegidas;

### ***Infraestrutura de logística existente e a ser implantada***

Os diferentes elementos de infraestrutura, principalmente rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos, causam impactos aos ambientes terrestres e aquáticos nas regiões onde são implantados. Portanto, sua interação com áreas de biodiversidade também se configura numa oportunidade para criação, implantação e/ou consolidação de unidades de conservação e outras áreas protegidas;

A análise de tais aspectos em interação com a biodiversidade favoreceu a identificação de possíveis convergências e/ou divergências e, conseqüentemente, a definição de diretrizes que articulam o aproveitamento das oportunidades e a minimização dos riscos.

Com o objetivo de aprimorar as políticas públicas através de ajustes da sua aplicação no território, com foco na otimização do uso dos recursos naturais e financeiros, foi necessário identificar e enfatizar a abrangência das diversas diretrizes definidas no âmbito do ZEE Bahia. Com efeito, tais diretrizes podem ser de âmbito estadual ou zonal, ou seja, há aquele conjunto que se aplica em todo o território estadual, há o conjunto que se aplica em todo o território de uma determinada zona e há ainda aquelas que se aplicam à determinada(s) porção(s) de uma zona.

Para tanto, considerou-se que a análise das informações associadas às ocorrências temáticas de abrangência e expressão territorial de escala estadual, assim como às políticas, programas e projetos públicos de âmbito estadual/nacional, deve subsidiar a definição das ***Diretrizes Gerais Temáticas*** para todo Estado da Bahia.

Por outro lado, as ***Diretrizes Gerais das Zonas Ecológico-Econômicas*** decorrem das características associadas aos aspectos que possuem abrangência territorial integral ou predominante na zona, e cujas respectivas recomendações de uso e ocupação sejam coerentes para toda a zona.

Por fim, as ***Diretrizes Específicas Temáticas e de Interação Temática*** propiciarão diretrizes válidas para os locais das ocorrências temáticas e de interação dessas ocorrências, podendo ser lidas por zona, ou qualquer outro recorte territorial consultado no WebSIG, a exemplo de bacias hidrográficas, unidades de conservação, municípios, territórios de identidade, poligonais de empreendimentos, entre outros.

Para melhor orientar a leitura dessas interações temáticas construídas nesses três procedimentos metodológicos, foi desenvolvido um Quadro-Índice, facilitando a visualização e o monitoramento dessas interações. Apresenta-se a seguir um Quadro-Índice de Interação Temática (Quadro 13).

<sup>7</sup> De acordo com os estudos realizados pelo Projeto RADAM (IBGE)..

Quadro 13 – Quadro Índice de Interação Temática

TEMAS	MEIO FÍSICO				BIODIVERSIDADE						SOCIAL E INSTITUCIONAL					ECONÔMICO						
	Águas Subterrâneas	Águas superficiais	Ocorrências Minerais	Solos - Aptidão Agrícola	KBA	Sítio Baze	Importância Biológica	IBA	UCs	Vegetação Remanescente	Qualidade de Vida	Condição de Vida	Condição Econômica	Síntese Vulnerabilidade Social	Institucional	Aquicultura e Pesca	Energia	Indústria	Mineração	Infraestrutura	Turismo	Arranjos produtivos
Águas Subterrâneas																						
Águas superficiais																						
Ocorrências Minerais																						
Solos - Aptidão Agrícola																						
KBA																						
Sítio Baze																						
Importância Biológica																						
IBA																						
UCs																						
Vegetação Remanescente																						
Qualidade de Vida																						
Condição de Vida																						
Condição Econômica																						
Síntese																						
Institucional																						
Aquicultura e Pesca																						
Energia																						
Indústria																						
Mineração																						
Infraestrutura																						
Turismo																						
Arranjos produtivos																						

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Uma vantagem destacada nesse caminho metodológico adotado, no qual as zonas são caracterizadas a partir de todos os temas, sem um “rótulo” predefinido de classificação, refere-se ao fato de que as diretrizes das zonas valorizam os aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos, de maneira explícita e integrada, no processo de planejamento e de gestão, o que auxilia no desenvolvimento de um processo pedagógico de construção de uma cultura de planejamento ambiental, promovendo uma atenção do planejador para as limitações e potencialidades dos ecossistemas sobre e para os quais estão planejando.

Ressalta-se que foram considerados o “Princípio da Precaução” e a situação atual de antropização dos biomas do Estado (todos com significativas perdas acumuladas de vegetação nativa), com vistas à definição de diretrizes compatíveis com a conservação de quaisquer remanescentes de cobertura vegetal nativa/natural, constantes dos respectivos mapeamentos oficiais utilizados

### 2.2.3 Delimitação das Zonas

A partir da aplicação da metodologia para delimitação das zonas, foi elaborado o mapa do ZEE Preliminar com todas as zonas nomeadas, numeradas e ordenadas, com vistas a facilitar a leitura territorial das mesmas e, conseqüentemente, seu entendimento por parte da sociedade.

As zonas foram numeradas de 1 a 36 e sequenciadas obedecendo ao critério de agrupamento a partir da região Oeste, seguindo no sentido Norte-Sul, em direção da zona costeira do Estado, considerando as orientações do IBGE.

Apresenta-se no **Quadro 14** as zonas, com seus números e denominações.

**Quadro 14** – Identificação das Zonas Ecológico-Econômicas

Nº DAS ZONAS	NOME DAS ZONAS
1	Chapada Ocidental do Oeste Baiano
2	Vales e Chapada Oriental do Oeste Baiano
3	Bordas da Chapada do Oeste Baiano
4	Depressão dos Rios Grande/Preto
5	Depressão do Médio São Francisco
6	Campos Arenosos do Rio São Francisco
7	Baixadas dos Rios Salitre e Verde/Jacaré
8	Depressões de Guanambi e Paramirim
9	Chapada Diamantina e Serra do Espinhaço
10	Chapada de Irecê
11	Gerais da Diamantina
12	Depressão e Patamares do Rio de Contas
13	Planalto de Vitória da Conquista
14	Serras Setentrionais
15	Chapada de Morro do Chapéu
16	Piemonte da Chapada Diamantina
17	Depressão Sertaneja de Curaçá
18	Borda Oriental da Chapada
19	Tabuleiro de Capim Grosso
20	Planalto de Jequié
21	Planalto de Maracás
22	Patamar e Depressão dos Rios Colônia e Pardo
23	Depressão Sertaneja da Região de Santa Luz
24	Depressão Sertaneja do Jacuípe e Paraguaçu
25	Tabuleiros Interiores do Recôncavo
26	Planalto Pré-Litorâneo Baixo Sul
27	Planaltos e Serras Pré-Litorâneas
28	Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul
29	Piemonte e Maciço do Jucuruçu
30	Tabuleiro do Raso da Catarina
31	Xingó e Vaza-Barris
32	Tabuleiros de Itapicuru e Tucano Sul
33	Recôncavo Baiano
34	Urbana Industrial da Grande Salvador
35	Planalto Costeiro do Litoral Norte
36	Planícies Fluvio-marinhas

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

A localização de cada zona ecológico-econômica definida pode ser observada no Cartograma 1.



### 2.3. Caracterização Resumida das Zonas

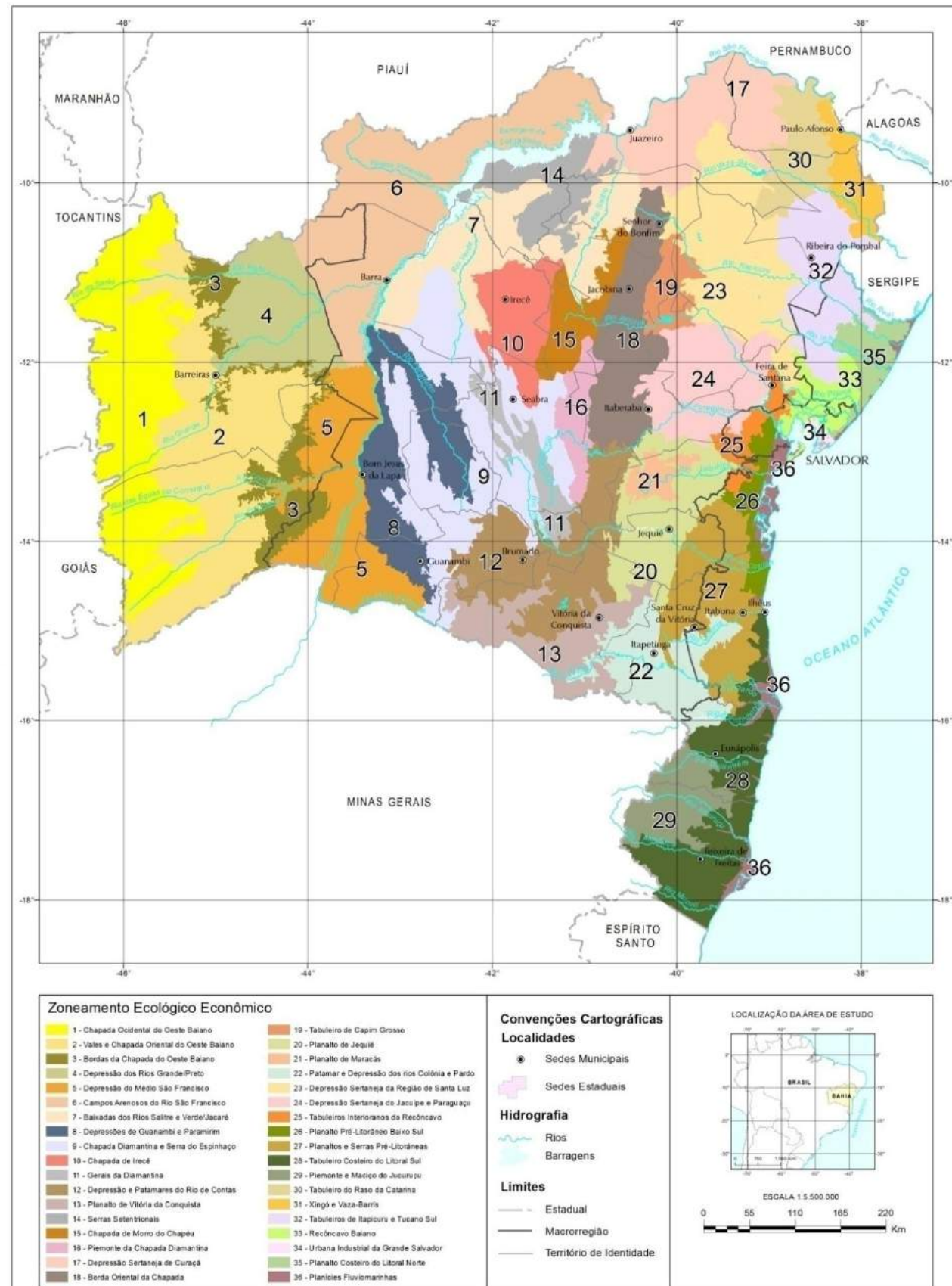
Apresenta-se a seguir a construção da caracterização das zonas, que tiveram como base de conteúdo os quadros de caracterização das potencialidades, limitações e recomendações, cujos conteúdos temáticos confluíram para as Fichas de Caracterização das Zonas, com estrutura semelhante aos Relatórios das zonas que serão produzidos no Banco de Dados.

O Quadro 15 apresenta a caracterização resumida destas zonas, que trazem o referencial ecológico e produtivo predominante, assim como as áreas especiais.

Quadro 15 – Proposta de denominação das Zonas

Nº DAS ZONAS	NOME DAS ZONAS	CARACTERIZAÇÃO SIMPLIFICADA REGIÃO GEOMORFOLÓGICA + VEGETAÇÃO + SOCIOECONOMIA
1	Chapada Ocidental do Oeste Baiano	Chapada Ocidental do Oeste Baiano com produção de grãos e silvicultura, capim elefante, pecuária, bacia leiteira, em área de Cerrado; indústria (Distrito Industrial de Luís Eduardo Magalhães).
2	Vales e Chapada Oriental do Oeste Baiano	Vales e Chapada Oriental do Oeste Baiano com destaque para o turismo e agronegócio. Agricultura de grãos, pecuária, em meio à conservação das Veredas e do Cerrado. Comunidades de fecho de pasto e pescadores.
3	Bordas da Chapada do Oeste Baiano	Bordas da Chapada do Oeste Baiano em áreas cársticas, com Cerrado e Floresta Semidecidual. Agropecuária extensiva, com destaque para agricultura em São Desidério, mineração e aquicultura. Comunidades quilombolas, fechos de pasto e indígenas. Ênfase para o turismo em Correntina.
4	Depressão dos Rios Grande/Preto	Depressão dos rios Grande/Preto em meio à Caatinga e Cerrado com pecuária extensiva, agricultura localizada, indústria (distrito industrial de Barreiras), comércio, serviços e aglomerado urbano (Barreiras).
5	Depressão do Médio São Francisco	Depressão do Médio São Francisco em área de Floresta Estacional com produção agrícola de mandioca e outros produtos, agricultura irrigada, fruticultura, pecuária, assentamentos rurais, mineração (terras raras), comunidades quilombolas (Bom Jesus da Lapa, Malhada, Sítio do Mato e Muquém de São Francisco).
6	Campos Arenosos do Rio São Francisco	Campos arenosos do rio São Francisco em áreas de Caatinga e Cerrado, com pecuária extensiva e mineração (minério de ferro, fosfato - Campo Alegre de Lurdes).
7	Baixadas dos Rios Salitre e Verde/Jacaré	Baixadas dos rios Salitre e Verde/Jacaré em área de Caatinga Arbórea com cultivos temporário (mamona) e permanente (sisal), agricultura irrigada, mineração (rochas ornamentais - Bege Bahia) e comunidades quilombolas (Campo Formoso).
8	Depressões de Guanambi e Paramirim	Depressões de Guanambi e Paramirim em meio à Caatinga, com arranjos produtivos de algodão, milho e mandioca, pecuária, mineração (chumbo, zinco, prata e rochas ornamentais). Aglomerações urbanas (Guanambi e Bom Jesus da Lapa) e turismo religioso (Bom Jesus da Lapa).
9	Chapada Diamantina e Serra do Espinhaço	Chapada Diamantina e Serra do Espinhaço com Cerrado e Floresta Montana preservados. Aquicultura, destaque para mineração, especialmente em Caetitê, produção de cachaça em Abaíra e geração de energia eólica. Comunidades quilombolas, fundos de pasto, indígenas e pescadores. Além da mineração, o turismo se destaca (Lençóis, Palmeiras, Mucugê, Rio de Contas).
10	Chapada de Irecê	Chapada de Irecê em meio à Caatinga e com atividades de culturas temporárias de grãos, pecuária, estrutura (avestruz), mineração (fosfato - Irecê), aglomeração urbana (Irecê), comunidades quilombolas (São Gabriel, Jussara, Ibititá e Canarana).
11	Gerais da Diamantina	Gerais da Diamantina em meio ao Cerrado e Contato Cerrado/Floresta Estacional/Caatinga, com agropecuária e cultivos irrigados. Destaque para produção de café em Piatã.

(continua)



Cartograma 1 – Zonas Ecológicas-Econômicas do Estado da Bahia

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Continuação do **Quadro 15** – Proposta de denominação das Zonas

Nº DAS ZONAS	NOME DAS ZONAS	CARACTERIZAÇÃO SIMPLIFICADA REGIÃO GEOMORFOLÓGICA + VEGETAÇÃO + SOCIOECONOMIA
12	Depressão e Patamares do Rio de Contas	Depressão e Patamares do rio de Contas em áreas de Caatinga e Contato Caatinga/Floresta Estacional, com pecuária e agricultura, em especial fruticultura (manga), mineração (magnesita, talco, urânio), e produção de cachaça. Aglomeração urbana (Brumado).
13	Planalto de Vitória da Conquista	Planalto de Vitória da Conquista em meio à Floresta Estacional e Caatinga Arbórea Arbustiva, com agropecuária, café, leite, indústria, mineração (mica, quartzo), comércio e serviços e aglomeração urbana com área metropolitana incipiente (Vitória da Conquista).
14	Serras Setentrionais	Serras Setentrionais com Cerrado, Floresta Montana e Refúgio Ecológico, com destaque para áreas protegidas, aquicultura e pesca no entorno do Lago de Sobradinho. Comunidades indígenas e de pescadores. Destaque também para agricultura irrigada, mais especificamente fruticultura, no município de Sento Sé.
15	Chapada de Morro do Chapéu	Chapada de Morro do Chapéu com Cerrado, Floresta Estacional e Caatinga. Área protegida em Morro do Chapéu (Parque). Agropecuária com policulturas, culturas irrigadas e bovinocultura, além de mineração. Comunidades quilombolas e fundo de pasto. Turismo em Morro do Chapéu.
16	Piemonte da Chapada Diamantina	Piemonte da Chapada Diamantina em meio à Floresta Estacional, com atividade de cultura de café, outras culturas temporárias e pecuária, turismo (Andaraí, Iramaia e Lençóis). Assentamentos rurais (Nova Redenção, Andaraí e Itaeté).
17	Depressão Sertaneja de Curaçá	Depressão Sertaneja de Curaçá em meio à Caatinga, com caprinocultura e mineração de cobre. Povos indígenas. Existência de patrimônio histórico e cultural (Canudos).
18	Borda Oriental da Chapada	Borda Oriental da Chapada em meio à Floresta Estacional e Contato Caatinga/Floresta, com agricultura e bovinocultura esparsas, mineração (esmeralda, manganês, ouro, cromita e rochas ornamentais). Aglomerações urbanas (Senhor do Bonfim e Jacobina). Comunidades quilombolas (Campo Formoso e Senhor do Bonfim).
19	Tabuleiro de Capim Grosso	Tabuleiro de Capim Grosso com Contato da Floresta Estacional e Caatinga, com arranjo da agropecuária e culturas irrigadas. Assentamentos rurais.
20	Planalto de Jequié	Planalto Soerguido de Jequié em meio à Floresta Estacional e Caatinga, com agropecuária, indústria (Distrito Industrial de Jequié), indústria calçadista, comércio, serviços e mineração (vanádio). Aglomeração urbana (Jequié).
21	Planalto de Maracás	Planalto de Maracás em meio à Floresta Estacional, com atividades agrícolas de floricultura, horticultura e cafeicultura, pecuária e mineração (vanádio).
22	Patamar e Depressão dos Rios Colônia e Pardo	Patamar e Depressão dos rios Colônia e Pardo em áreas de Floresta Estacional, com bovinocultura extensiva, semi-intensiva e intensiva, cacau (zona de transição), mineração (calcário e rochas ornamentais), atividades industriais (Distrito Industrial de Itapetinga) e turismo (festas juninas). Aglomeração urbana (Itapetinga).
23	Depressão Sertaneja da Região de Santa Luz	Depressão Sertaneja da Região de Santa Luz em meio à Caatinga, com produção de sisal e culturas temporárias, caprinocultura, bovinocultura, mineração (diamante industrial, cromita, ouro em Santa Luz, Barrocas e Araci; calcário em Euclides da Cunha) e turismo. Aglomeração urbana (Serrinha).
24	Depressão Sertaneja do Jacuípe e Paraguaçu	Depressão Sertaneja do Itapicuru e Paraguaçu em meio à Caatinga, com bovino e caprinocultura. Polo de artefatos em couro no município de Ipirá.
25	Tabuleiros Interiores do Recôncavo	Tabuleiros Interiores em área de Contato Floresta Estacional/Caatinga, com produção agrícola diversificada, pecuária (avicultura), atividade industrial (Distrito Industrial de Santo Antônio de Jesus e o Centro Industrial do Subaé), confecções, áreas metropolitanas incipientes (Feira de Santana) e aglomerações urbanas (Santo Antônio de Jesus), centro de serviços, comércio e atividades logísticas, geração de energia elétrica (hidrelétrica). Comunidades tradicionais de terreiros e patrimônio artístico e cultural associado à cultura afro-brasileira.

(continua)

Continuação do **Quadro 15** – Proposta de denominação das Zonas

Nº DAS ZONAS	NOME DAS ZONAS	CARACTERIZAÇÃO SIMPLIFICADA REGIÃO GEOMORFOLÓGICA + VEGETAÇÃO + SOCIOECONOMIA
--------------	----------------	--

26	Planalto Pré-Litorâneo Baixo Sul	Planalto Pré-Litorâneo Baixo Sul em área de Floresta Ombrófila Densa, com atividades agrícolas de cacau, piaçava, dendê, borracha, artesanato cerâmico e pecuária. Comunidades quilombolas, tradicionais de terreiros e patrimônio artístico e cultural associado à cultura afro-brasileira.
27	Planaltos e Serras Pré-Litorâneas	Planaltos e Serras Pré-Litorâneas em meio à Floresta Ombrófila Densa, com produção agroflorestal (cacau cabruca), pecuária, indústria (Distrito Industrial de Ilhéus/Itabuna), comércio, serviços, turismo, mineração (rochas ornamentais e níquel em Itagibá e Ipiáú) e aglomeração urbana com conurbação e complementariedade de funções (Ilhéus e Itabuna).
28	Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul	Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul em ambiente de Floresta Ombrófila Densa, com atividade agrícola de cana-de-açúcar, café, mamão, silvicultura, dendê, cacau, pecuária e atividades industriais (Distrito Industrial de Eunápolis e Distrito Industrial de Teixeira de Freitas). Aglomerações urbanas (Eunápolis e Teixeira de Freitas). Assentamentos rurais e a maior concentração povos indígenas do Estado. Patrimônio cultural do descobrimento do Brasil.
29	Piemonte e Maciço do Jucuruçu	Piemonte e Maciço do Jucuruçu em meio à Floresta Estacional e Ombrófila Densa, com agricultura de mamão, cacau e silvicultura, além da pecuária.
30	Tabuleiro do Raso da Catarina	Tabuleiro do Raso da Catarina com Caatinga e Cerrado preservados. Destaque para áreas protegidas e turismo ecológico. Caprinocultura, aquicultura e pesca no rio São Francisco. Comunidades indígenas e pescadores.
31	Xingó e Vaza-Barris	Pediplano do Baixo rio São Francisco em meio à Caatinga, com caprinocultura, ovinocultura, agricultura temporária, piscicultura, energia hidrelétrica, serviços, turismo e aglomeração urbana (Paulo Afonso).
32	Tabuleiros de Itapicuru e Tucano Sul	Tabuleiros de Itapicuru e Tucano Sul em meio ao Cerrado, com agropecuária, silvicultura, citrus, culturas irrigadas, indústria (Distrito Industrial de Alagoinhas), petróleo e gás e mineração. Aglomeração urbana (Alagoinhas).
33	Recôncavo Baiano	Recôncavo Baiano em meio à Floresta Ombrófila Densa, com cultivo de cana-de-açúcar, pecuária, serviços, biodiesel, atividades petrolíferas, industriais, aglomerações urbanas com áreas conurbadas e com caráter metropolitano (Camaçari, Simões Filho, Candeias, São Francisco do Conde, Dias D'Ávila, Mata de São João, Catu e Pojuca). Abrange o Polo Industrial de Camaçari e a Refinaria Landulpho Alves (São Francisco do Conde). Concentração de patrimônio histórico e cultural, comunidades tradicionais de terreiros e patrimônio artístico e cultural associado à cultura afro-brasileira.
34	Urbana Industrial da Grande Salvador	Área metropolitana com metrópole de caráter nacional, conurbação (Salvador, Lauro de Freitas e parte de Simões Filho). Atividades industriais e maior concentração de atividades de comércio e serviços do Estado. Comunidades tradicionais de terreiros e patrimônio artístico-cultural.
35	Planalto Costeiro do Litoral Norte	Planalto Costeiro do Litoral Norte em área de Floresta Ombrófila Densa e Contato Floresta Estacional/Cerrado/Caatinga, com citricultura, silvicultura, coco, pecuária, petróleo e gás, mineração, atividades industriais, de comércio e serviços e turismo. Aglomerados urbanos.
36	Planícies Fluvioamarinhas	Planícies Fluvioamarinhas em meio a Formações Pioneiras e Floresta Ombrófila Densa, com turismo, maricultura, carcinicultura, piscicultura, aquicultura, indústria, comércio e serviços e atividades portuárias. Aglomerados urbanos (Ilhéus, Porto Seguro e Valença). Comunidades de pescadores tradicionais e marisqueiras, com destaque para o Baixo Sul do Estado.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.



Aprofundando o olhar sobre as zonas apresentadas foi possível visualizar critérios de agrupamento que contemplam semelhanças geomorfológicas, geográficas e de identidade sociocultural, que auxilia a melhor compreensão do território da Bahia e indicando características potenciais para o uso produtivo. Esta articulação favorece a definição de diretrizes a serem aplicadas aos grupos de zonas, permitindo adequações na escala de aplicação dessas diretrizes.

Tais critérios estão associados a características físicas que condicionam a ocupação e uso das terras, e que, portanto, articulam-se a recomendações específicas traçadas na análise das UTBs, apresentada no volume 3, deste Relatório. Por exemplo: uma zona com relevo plano ou suave, em termos gerais, é mais adequada à mecanização da produção agrícola e à implantação de infraestrutura; ao contrário, o relevo movimentado/acidentado dificulta a mecanização e a implantação de infraestrutura, demandando manejos mais cuidadosos; por sua vez, a altitude condiciona uma série de cultivares, adaptados a determinadas faixas de altitude; e assim por diante.

A seguir, apresenta-se uma tabela com grupos de Zonas Ecológico-Econômicas, organizadas a partir dessas semelhanças, que podem orientar diretrizes comuns.

**Quadro 16 – Grupos de Zonas**

GRUPOS DE ZONAS	CARACTERÍSTICAS GEOMORFOLÓGICAS	ZONAS QUE COMPÕEM O GRUPO
<b>1. TABULEIROS LITORÂNEOS</b>	Zonas de baixa altitude (em relação ao entorno ou com média inferior a 400 m) predominantemente planas a onduladas (predomínio de grandes interflúvios).	4, 5, 7, 8, 17, 23, 24, 25, 28, 31 e 35.
<b>2. OU PLANALTO PRÉ-LITORÂNEO E PATAMARES</b>	Zonas de baixa altitude (em relação ao entorno ou com média inferior a 400 m) com relevo heterogêneo ou "movimentado" (predomínio de pequenos e médios interflúvios).	12, 22, 26 e 33.
<b>3. TABULEIROS INTERIORANOS</b>	Zonas de altitude intermediária (em relação ao entorno ou com média superior a 400 m e inferior a 700 m) predominantemente planas a onduladas (predomínio de grandes interflúvios).	6, 16, 19, 30 e 32.
<b>4. BORDAS, SERRAS E PLANALTOS PRÉ-LITORÂNEOS</b>	Zonas de altitude intermediária (em relação ao entorno ou com média superior a 400 m e inferior a 700 m) com relevo heterogêneo ou "movimentado" (predomínio de pequenos e médios interflúvios).	3, 18 e 27.
<b>5. "PLATÔS" (OU CHAPADÕES E GERAIS)</b>	Zonas de altitude elevada (em relação ao entorno ou com média superior a 700 m) predominantemente planas a onduladas (predomínio de grandes interflúvios).	1, 10, 11, 13 e 21.
<b>6. CHAPADAS E SERRAS</b>	Zonas de altitude elevada (em relação ao entorno ou com média superior a 700 m) com relevo heterogêneo ou "movimentado" (predomínio de pequenos e médios interflúvios).	2, 9, 14, 15, 20 e 29.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Além desses Grupos de Zonas, destacam-se as duas zonas – **Zona Urbana Industrial da Grande Salvador** (34) e a **Zona das Planícies Fluvioamarinhas** (36) – que, devido a suas características diferenciadas e a questões legais, demandam estudos mais detalhados em escala superior à do ZEE Bahia, com vistas à elaboração de seus respectivos zoneamentos – ZEE da RMS (podendo ser expandido para o conjunto de municípios que compõem a BTS); e ZEE Costeiro (previsto no próprio Decreto Federal do ZEE), que deverá abranger a zona das planícies fluvioamarinhas e parte das demais zonas situadas no litoral.

Considerando o agrupamento descrito anteriormente, pode-se observar que as “**Terras Baixas e Tabuleiros Litorâneos**” ocorrem em extensos trechos ao longo do litoral do estado; no extremo nordeste, em áreas que sofreram processos de pediplanação (aplainamento natural) geralmente sobre o embasamento cristalino; e em extensos trechos das bacias hidrográficas dos principais rios do Estado, situados no centro-nordeste do seu território (Itapicuru); no centro-leste (Paraguaçu); no meio-oeste e norte do Estado (São Francisco e seus grandes afluentes). Os “**Mares de Morros e Patamares**” também ocorrem no litoral e seu entorno (Recôncavo e Baixo Sul) e trechos de bacias hidrográficas importantes situadas no sudoeste do estado (de Contas e Pardo). Os “**Tabuleiros Interioranos**” situam-se no nordeste, em áreas relacionadas ao aquífero Recôncavo-Tucano; no centro-norte, região de Capim Grosso; e no norte, em campos arenosos da margem esquerda do rio São Francisco. Por sua vez, as “**Bordas, Serras e Planaltos Pré-Litorâneos**” estão situados no oeste, bordejando o chapadão; no centro-norte, na região oriental da Chapada Diamantina; e em extenso trecho do Litoral Sul e seu entorno. Já os “**Platôs (ou Chapadões e Gerais)**” situam-se no oeste, sobre o chapadão; no centro do Estado, na região de Irecê e nos gerais da Chapada Diamantina; e no sudoeste, região de Vitória da Conquista e Maracás. Finalmente, as “**Chapadas e Serras**” abrangem terras da porção oriental do Chapadão Oeste, suas encostas e vales; no centro do Estado, de norte a sul, na região da Chapada Diamantina e Serra do Espinhaço; em áreas do Centro-Sudoeste no planalto de Jequié; e no interior do extremo sul, em áreas de abrangência do Maciço Jucuruçu.

Observando a tabela anterior, pode-se observar que: além da Zona Metrópole e da Zona das Planícies Fluvioamarinhas, explicitamente diferenciadas, há 21 zonas ecológico-econômicas mais favoráveis à implantação de infraestrutura e à produção agropecuária mecanizada (nível de manejo C)<sup>8</sup>, admitindo maior extensão das propriedades e empreendimentos, inclusive com produtos relacionados ao mercado de escala; e 13 zonas ecológico-econômicas com maior restrição geomorfológica à implantação de infraestrutura e à produção agropecuária mecanizada e, por outro lado, mais favoráveis às policulturas em

pequenas e médias propriedades, além de atividades associadas à preservação/valorização do patrimônio paisagístico resultante de uma geomorfologia heterogênea. Na prática, essas tendências se confirmam, de maneira geral, nos atuais padrões de uso das terras desses grupos de zonas.

A reflexão anterior contribui para uma leitura do ZEE numa outra escala, intermediária entre as zonas e o território estadual, favorecendo, portanto, maior adequação nas escalas de aplicação das políticas públicas. Essa leitura oportuna, portanto, o posterior detalhamento de diretrizes de âmbito: estadual, para regional (grupos de zonas) e microrregional (zonas e porções das zonas).

<sup>8</sup> De acordo com o estudo sobre aptidão agrícola dos solos, apresentado nesse relatório no Volume 7.



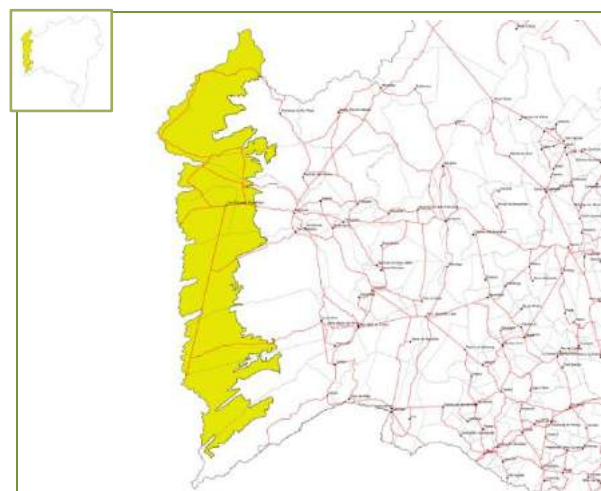


### 3. FICHAS DE CARACTERIZAÇÃO DAS ZONAS

Este capítulo apresenta as Fichas de Caracterização das 36 zonas ecológico-econômicas do Estado da Bahia. Essas fichas constam das informações mais importantes das zonas, para um conhecimento preliminar da diversidade ecológica, social, cultural, econômica e institucional. O conhecimento completo e detalhado de cada universo temático, em cada zona, deverá ser acessado no Banco de Dados/Web Sig, a partir das interações entre os planos de informação que integram cada tema e os respectivos produtos do ZEE, tais como as UTBs e UPs, as Vulnerabilidades Naturais, as Qualidades Ambientais, a Vulnerabilidade Social, as Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e os sistemas produtivos. As informações relativas às diretrizes e potencialidade e limitações, podem ser lidas no item 4 deste volume e no Volume 7 – Potencialidade, Limitações e Recomendações, respectivamente.

**Identificação da Zona:**

Número	1
Nome	<b>Chapada Ocidental do Oeste Baiano</b>
Área total (km <sup>2</sup> )	<b>39.681,54</b>



**Descrição:** Chapada Ocidental do Oeste Baiano com produção de grãos e silvicultura, capim elefante, pecuária, bacia leiteira, em área de Cerrado; indústria (Distrito Industrial de Luís Eduardo Magalhães).

**Diretrizes da Zona:****Diretrizes Gerais**

Promover a verticalização da produção da agropecuária de modo a agregar valor aos produtos.

Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a produção agrícola mecanizada e irrigada consolidada) à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente a disponibilidade hídrica e à inclusão social.

Fortalecer a infraestrutura de logística de transporte, promovendo a multimodalidade, de modo a tornar a produção mais competitiva.

**Diretrizes Específicas**

Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente os remanescentes de cerrado situados sobre os chapadões, bem como as extensas veredas e áreas de cerrado situadas nas encostas e nos fundos dos vales, sobre solos com alta vulnerabilidade à erosão.

Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.

Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.

Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares articuladas às existentes (APA Rio Preto, APA Bacia do Rio de Janeiro, Parque Nacional Grande Sertão – Veredas e Refúgio de Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano), especialmente nas veredas e vales fluviais do Chapadão Oeste, nos remanescentes de Cerrado associados ao alto curso dos rios de Ondas, Roda Velha, Grande, do Meio, Correntina, Arrojado, Veredão e Formoso, habitats e ecossistemas diversificados.

Conservar os vales, pouco profundos e paralelos em relevo plano a suave ondulado, com alta vulnerabilidade dos solos à erosão, respeitando as áreas de preservação permanente, com destaque para as veredas e buritizais.

Implementar programas permanentes para a conservação da biodiversidade associada aos povos e comunidades tradicionais das Gerais, com destaque para a garantia do acesso à terra e à água.

Implantar e fortalecer o manejo e gestão integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: APA Rio Preto, APA Bacia do Rio de Janeiro, Parque Nacional Grande Sertão – Veredas e Refúgio de Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano.

Desenvolver estudos para subsidiar o estabelecimento de limites de ocupação das áreas agrícolas dos municípios que integram a Zona por monoculturas, visando garantir a segurança alimentar, a diversificação da matriz econômica, a geração de emprego e renda e a conservação da biodiversidade.

Implementar estratégias para enfrentar os possíveis efeitos da monocultura, como a insegurança alimentar, concentração fundiária, o estreitamento da matriz econômica e a degradação da biodiversidade.

Aprimorar o sistema de gerenciamento de recursos hídricos, considerando a integração de águas superficiais e subterrâneas e a garantia da vazão do médio São Francisco.

Implementar mecanismos de gestão integrada para mananciais subterrâneos compartilhados por Bahia, Goiás, Tocantins, Piauí e Maranhão.

Priorizar o controle e monitoramento do desmatamento irregular e do carvoejamento ilegal de áreas de cerrado.

Estabelecer sistema de monitoramento da expansão das monoculturas e dos processos fragmentadores da paisagem.

Adequar, de forma sustentável, a infraestrutura energética às necessidades socioeconômicas, aproveitando o potencial energético (gás, térmica, eólica, biodiesel e biomassa - capim elefante) e respeitando as questões ambientais.

Fortalecer as atividades industriais, promovendo a infraestrutura adequada e assegurando o respeito a parâmetros de sustentabilidade ambiental.

Realizar estudos e pesquisas sobre tecnologias mais apropriadas para a expansão das atividades agropecuárias e utilização dos recursos hídricos e do solo no Bioma Cerrado.

Promover políticas de estímulo à diversificação produtiva e limitação da ocupação das áreas agrícolas por monoculturas.

Implantar, recuperar, ampliar e modernizar sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e tratamento de efluentes, bem como de coleta, tratamento e disposição adequada de resíduos sólidos.

Promover o acesso a água, esgotamento sanitário e tratamento de efluentes, bem como à coleta, ao tratamento e à disposição adequada de resíduos sólidos.

Fomentar política de acesso à habitação de qualidade e combate à favelização.

Promover políticas para evitar os efeitos negativos da expansão urbana desordenada e do adensamento populacional no entorno dos centros urbanos (Luís Eduardo Magalhães).

Incentivar a integração dos sistemas de saneamento, considerando a tendência de urbanização e a grande permeabilidade dos solos da região.

**Vulnerabilidade Social:**

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	Barreiras
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	Cocos
<b>Tipo 3:</b> Municípios com qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	-
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	Luís Eduardo Magalhães
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	-
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	-
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	Correntina e São Desidério
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Formosa do Rio Preto, Jaborandi e Riachão das Neves

**Qualidade Ambiental da Biodiversidade:**

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	15,737,06	39,66	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	10.781,61	27,17	ZEE-BA

### Áreas Especiais:

Unidades de conservação:

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km²)	Percentual da Zona na UC (%)
APA Bacia do Rio de Janeiro	x		Uso Sustentável		
APA Rio Preto	x		Uso Sustentável		
Revis das Veredas do Oeste Baiano		x			
Parna Grande Sertão Veredas		x			
Parna das Nascentes do Rio Parnaíba		x			
Esec Serra Geral do Tocantins		x			

Comunidades tradicionais:

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Quilombolas	Barreiras	1	
Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Fundo de pasto	Correntina	14	
	Jaborandi	1	
	São Desidério	9	
Comunidades	Municípios	Grupos	População Indígena
Indígenas	-	-	-
Comunidades	Municípios	Nº de Pescadores	
Pescadores	Barreiras	315	
	Correntina	34	
	Jaborandi	10	
	Riachão das Neves	1	

### Infraestrutura:

Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	25	-	BA-225; BA-458; BA-459; BA-460; BA-461; BA-462; BA-463; BA-827; BR-020; BR-242 e BR-349.

Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA								FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL											
	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterrosanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio
Barreiras																				
Cocos																				
Correntina																				
Formosa do Rio Preto																				
Jaborandi																				
Luís E. Magalhães																				
Riachão das Neves																				
São Desidério																				

### Sistemas produtivos:

Agropecuária:

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																												
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dendê	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja		
Barreiras																													
Cocos																													
Correntina																													
Formosa do Rio Preto																													
Jaborandi																													
Luís Eduardo Magalhães																													
Riachão da Neves																													
São Desidério																													

Indústria:

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
	Quantidade de Indústrias de Transformação
Barreiras	3
Correntina	2
Jaborandi	2
Luís Eduardo Magalhães	10
Riachão da Neves	1

#### Turismo:

Localização em Zona Turística: Caminhos do Oeste	Integral	x	Parcial	Residual
<b>Enquadramento geográfico-paisagístico:</b>				
Vasto platô, entre os estados de Minas Gerais e Tocantins, situado ao longo da divisa da Bahia com o Estado de Goiás. Em sua parte central, já predominantemente ocupada pela fronteira agrícola da soja, localiza-se a cidade de Luís Eduardo Magalhães, centro regional de serviços e agroindustrial; conta ainda, nas suas extremidades sul e oeste e ao longo do seu sistema hidrográfico, com importantes remanescentes de cerrado preservado.				
<b>Segmentos turísticos envolvidos:</b>				
Turismo de Negócios, Agrobusiness. Turismo Ecológico; Turismo de Natureza, nas áreas ainda preservadas e nas APAs.				
<b>Atrativos para o turismo:</b>				
Patrimônio natural: Extenso platô no Oeste baiano, com suas amplas paisagens de agricultura mecanizada (plantações de soja e outras) e com algumas áreas remanescentes de cerrado ainda preservadas; Conjunto de nascentes do sistema hidrográfico regional; Luís Eduardo Magalhães, seu principal centro de serviços e de agroindústria.				
<b>Riscos para o Turismo:</b>				
Expansão desordenada da frente agrícola e das áreas urbanas; poluição dos aquíferos da região.				

#### Sedes urbanas:

Cidade
Luís Eduardo Magalhães

#### Perímetros interceptados:

##### Unidades territoriais básicas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UTB (%)
Planícies Fluviais	1.106,04	2,79
Chapada do Oeste Baiano	34.285,15	86,40
Vales nas Chapadas do Oeste Baiano	4.290,35	10,81

##### Unidades de paisagem:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UP (%)
Planícies Fluviais c/ Agricultura temporária e ou permanente e pecuária com irrigação.	144,56	0,36
Planícies Fluviais c/ Cerrado gramíneo lenhoso e floresta de galeria preservada.	961,48	2,42
Chapada do Oeste Baiano c/ Áreas de irrigação com pivô central.	947,68	2,39
Chapada do Oeste Baiano c/ uso Agrícola de grãos irrigados e mecanizados.	19.317,09	48,68
Chapada do Oeste Baiano em área de Cerrado.	7.496,30	18,89
Chapada do Oeste Baiano c/ Cerrado gramíneo lenhoso e floresta de galeria preservada.	216,15	0,54
Chapada do Oeste Baiano, Áreas de Cerrado c/ pastagem.	595,35	1,50
Chapada do Oeste Baiano c/ Pastagem plantada, associada à agricultura.	1.206,21	3,04
Chapada do Oeste Baiano, áreas c/ Pastagem e Cerrado.	2.633,84	6,64
Chapada do Oeste Baiano c/ uso de Silvicultura, cultivo de eucalipto.	601,37	1,52
Chapada do Oeste Baiano, áreas c/ Remanescentes de silvicultura.	1.271,16	3,20
Vales nas Chapadas do Oeste Baiano c/ Agricultura temporária e ou permanente e pecuária com irrigação.	271,24	0,68
Vales nas Chapadas do Oeste Baiano c/ Cerrado gramíneo-lenhoso c/ aspecto de parque.	3.442,43	8,68
Vales nas Chapadas do Oeste Baiano c/ Cerrado gramíneo lenhoso e floresta de galeria preservada.	31,19	0,08
Vales nas Chapadas do Oeste Baiano, áreas de Cerrado c/ pastagem.	545,48	1,37

##### Bacias hidrográficas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
-----------	------------	--

São Francisco	38.586,17	97,24
---------------	-----------	-------

#### Territórios de identidade:

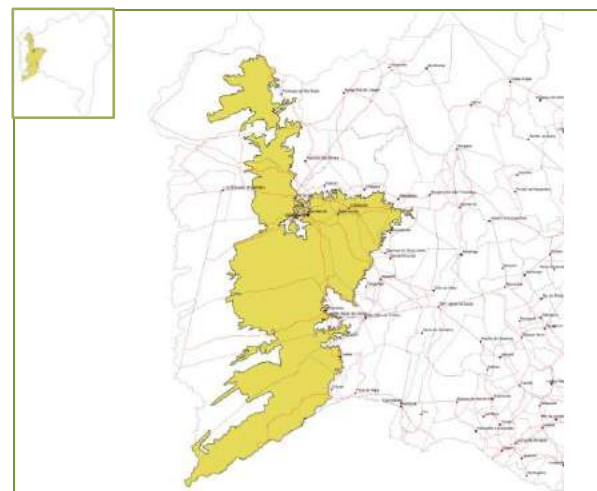
Nº	Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona no TI (%)
11	Bacia do Rio Grande	27.728,76	69,88
23	Bacia do Rio Corrente	11.952,78	30,12

#### Municípios:

Código	Descrição	População total do Município (2010)	Área (km²)	Percentual da Zona no Município (%)
2903201	Barreiras	137.428	4.060,18	10,23
2908101	Cocos	18.182	1.334,43	3,36
2909307	Correntina	31.259	5.529,54	13,93
2911105	Formosa do Rio Preto	22.534	10.990,43	27,70
2917359	Jaborandi	8.976	5.088,80	12,82
2919553	Luís Eduardo Magalhães	60.179	3.982,25	10,04
2926202	Riachão das Neves	21.941	1.618,50	4,08
2928901	São Desidério	27.692	7.077,40	17,84

### Identificação da Zona:

Número	2
Nome	Vales e Chapada Oriental do Oeste Baiano
Área total (km <sup>2</sup> )	43.751,84



**Descrição:** Vales e Chapada Oriental do Oeste Baiano com destaque para o turismo e agronegócio. Agricultura de grãos, pecuária, em meio à conservação das Veredas e do Cerrado. Comunidades de fecho de pasto e pescadores.

### Diretrizes da Zona:

#### Diretrizes Gerais

Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a produção agrícola mecanizada e irrigada consolidada) à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente a disponibilidade hídrica e à inclusão social.

Promover a verticalização da produção da agropecuária de modo a agregar valor aos produtos.

Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, nos extensos fragmentos de cerrado situados sobre os chapadões, encostas, vales e veredas, com vistas principalmente à estabilidade das características naturais dos solos e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais.

#### Diretrizes Específicas

Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente os remanescentes de cerrado situados sobre os chapadões, bem como as extensas veredas e áreas de cerrado situadas nas encostas e nos fundos dos vales, sobre solos com alta vulnerabilidade à erosão.

Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.

Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.

Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares articuladas às existentes (APA Rio Preto, APA Bacia do Rio de Janeiro, Parque Nacional Grande Sertão – Veredas e Refúgio de Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano), especialmente nas veredas e vales fluviais do Chapadão Oeste, nos remanescentes de Cerrado associados ao alto curso dos rios de Ondas, Roda Velha, Grande, do Meio, Correntina, Arrojado, Veredão e Formoso, habitats e ecossistemas diversificados.

Conservar os vales, pouco profundos e paralelos em relevo plano a suave ondulado, com alta vulnerabilidade dos solos à erosão, respeitando as áreas de preservação permanente, com destaque para as veredas e buritizais.

Implementar programas permanentes para a conservação da biodiversidade associada aos povos e comunidades tradicionais das Gerais, com destaque para a garantia do acesso à terra e à água.

Implantar e fortalecer o manejo e gestão integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: APA Rio Preto, APA Bacia do Rio de Janeiro, Parque Nacional Grande Sertão – Veredas e Refúgio de Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano.

Desenvolver estudos para subsidiar o estabelecimento de limites de ocupação das áreas agrícolas dos municípios que integram a Zona por monoculturas, visando garantir a segurança alimentar, a diversificação da matriz econômica, a geração de emprego e renda e a conservação da biodiversidade.

Implementar estratégias para enfrentar os possíveis efeitos da monocultura, como a insegurança alimentar, concentração fundiária, o estreitamento da matriz econômica e a degradação da biodiversidade.

Aprimorar o sistema de gerenciamento de recursos hídricos, considerando a integração de águas superficiais e subterrâneas e a garantia da vazão do médio São Francisco.

Implementar mecanismos de gestão integrada para mananciais subterrâneos compartilhados por Bahia, Goiás, Tocantins, Piauí e Maranhão.

Priorizar o controle e monitoramento do desmatamento irregular e do carvoejamento ilegal de áreas de cerrado.

Estabelecer sistema de monitoramento da expansão das monoculturas e dos processos fragmentadores da paisagem.

Adequar, de forma sustentável, a infraestrutura energética às necessidades socioeconômicas, aproveitando o potencial energético (gás, térmicas, eólica, biodiesel e biomassa - capim elefante) e respeitando as questões ambientais.

Fortalecer as atividades industriais, promovendo a infraestrutura adequada e assegurando o respeito a parâmetros de sustentabilidade ambiental.

Realizar estudos e pesquisas sobre tecnologias mais apropriadas para a expansão das atividades agropecuárias e utilização dos recursos hídricos e do solo no Bioma Cerrado.

Promover políticas de estímulo à diversificação produtiva e limitação da ocupação das áreas agrícolas por monoculturas.

Implantar, recuperar, ampliar e modernizar sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e tratamento de efluentes, bem como de coleta, tratamento e disposição adequada de resíduos sólidos.

Promover o acesso a água, esgotamento sanitário e tratamento de efluentes, bem como à coleta, ao tratamento e à disposição adequada de resíduos sólidos.

Fomentar política de acesso à habitação de qualidade e combate à favelização.

Promover políticas para evitar os efeitos negativos da expansão urbana desordenada e do adensamento populacional no entorno dos centros urbanos (Luís Eduardo Magalhães).

Incentivar a integração dos sistemas de saneamento, considerando a tendência de urbanização e a grande permeabilidade dos solos da região.

### Vulnerabilidade Social:

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	Barreiras
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	-
<b>Tipo 3:</b> Municípios qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	-
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	-
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	Canápolis e Tabocas do Brejo Velho
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	Brejolândia
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	Correntina e São Desidério
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Angical, Baianópolis, Cocos, Catolândia, Coribe, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Jaborandi, Muquém de São Francisco, Riachão das Neves, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, Santana, Serra Dourada e Wanderley

### Qualidade Ambiental da Biodiversidade:

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	37.491,06	85,69	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	34.516,74	78,89	ZEE-BA



### Áreas Especiais:

#### Unidades de conservação:

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km²)	Percentual da Zona na UC (%)
APA São Desidério	x		Uso Sustentável		
APA Bacia do Rio de Janeiro	x		Uso Sustentável		
APA Rio Preto	x		Uso Sustentável		
Revis das Veredas do Oeste Baiano		x			
Flona de Cristópolis		x			
Parna Grande Sertão Veredas		x			

#### Comunidades tradicionais:

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Quilombolas	Barreiras	1	
	Muquém de São Francisco	2	
	Santa Maria da Vitória	1	
	Wanderley	1	
Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Fundo de pasto	Brejolândia	1	
	Jaborandi	1	
	Santa Maria da Vitória	1	
	Serra Dourada	2	
	São Desidério	9	
Tabocas do Brejo Velho	1		
Comunidades	Municípios	Grupos	População Indígena
Indígenas	Angical	1	
	Muquém de São Francisco	1	
	Santa Rita de Cássia	1	
Comunidades	Municípios	Nº de Pescadores	
Pescadores	Angical	79	
	Coribe	48	
	Cotegipe	572	
	Jaborandi	10	
	Riachão das Neves	1	
	Santa Maria da Vitória	6	
	Santana	60	
	Serra Dourada	1	
	Tabocas do Brejo Velho	5	
	Wanderley	329	

### Infraestrutura:

#### Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	6	-	BA-225; BA-449; BA-455; BA-463; BA-464; BA-466; BA-594; BA-827; BA-839; BR-020; BR-135; BR-242; BR-349 e BR-430.

#### Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA								FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL											
	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio
Angical																				
Baianópolis																				
Barreiras																				
Brejolândia																				
Cocos																				
Canápolis																				
Catolândia																				
Coribe																				
Correntina																				
Cotegipe																				
Cristópolis																				
Formosa do Rio Preto																				
Jaborandi																				
Muquém de São Francisco																				
Riachão das Neves																				
Santa M. da Vitória																				
Santa Rita de Cássia																				
Santana																				
Serra Dourada																				
São Desidério																				
Tabocas do Brejo Velho																				
Wanderley																				

## Sistemas produtivos:

### Agropecuária:

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																											
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Caçupi	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Linhaça	Coco	Dendê	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamonca	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja	
Angical																												
Baianópolis																												
Barreiras																												
Brejolândia																												
Cocos																												
Canápolis																												
Catolândia																												
Coribe																												
Correntina																												
Cotegipe																												
Cristópolis																												
Formosa do Rio Preto																												
Jaborandi																												
Muquém de São Francisco																												
Riachão das Neves																												
Santa Maria da Vitória																												
Santa Rita de Cássia																												
Santana																												
Serra Dourada																												
São Desidério																												
Tabocas do Brejo Velho																												
Wanderley																												

### Indústria:

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
	Quantidade de Indústrias de Transformação
Barreiras	01
Correntina	01

### Turismo:

Localização em Zona Turística: Caminhos do Oeste

Integral x Parcial Residual

### Enquadramento geográfico-paisagístico:

Continuação do platô da chapada ocidental até as bordas da zona de transição para a depressão do rio São Francisco. Um território ainda com o cerrado predominantemente preservado, um rico sistema hidrográfico e vales encravados na grande estrutura do platô.

### Segmentos turísticos envolvidos:

Turismo Ecológico; Turismo de Natureza (Rio São Francisco).  
Turismo de Lazer e de Entretenimento (nos rios regionais).  
Turismo de Negócios, Agrobusiness – no centro regional de Barreiras.

### Atrativos para o turismo:

Patrimônio natural: Vasto platô oriental do Oeste baiano com sua maior parte de cerrado ainda preservado recortado pelo seu rico e diversificado sistema hidrográfico regional; Vales, paisagens regionais diversificadas (naturais e de uso agrícola); Barreiras - polo regional de serviços.

Patrimônio histórico-monumental: Núcleos históricos locais.

Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais e contemporâneas de cultura.

### Riscos para o Turismo:

Expansão desordenada da frente agrícola e das áreas urbanas regionais; poluição dos aquíferos e do sistema hídrico da região.

### Sedes urbanas:

#### Cidade

Baianópolis, Correntina e Cristópolis.

### Perímetros interceptados:

#### Unidades territoriais básicas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UTB (%)
Planícies Fluviais	1.523,27	3,48
Chapada do Oeste Baiano	24.811,77	56,71
Vales nas Chapadas do Oeste Baiano	17.416,80	39,81

#### Unidades de paisagem:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UP (%)
Planícies Fluviais c/ Agricultura temporária e ou permanente e pecuária com irrigação.	518,55	1,19
Planícies Fluviais c/ Cerrado gramíneo lenhoso e floresta de galeria preservada.	1.004,72	2,30
Chapada do Oeste Baiano c/ Áreas de irrigação com pivô central.	313,23	0,72
Chapada do Oeste Baiano c/ uso Agrícola de grãos irrigados e mecanizados.	331,89	0,76
Chapada do Oeste Baiano em área de Cerrado.	11.230,43	25,67
Chapada do Oeste Baiano c/ Cerrado gramíneo lenhoso e floresta de galeria preservada.	132,22	0,30
Chapada do Oeste Baiano, Áreas de Cerrado c/ pastagem.	7.539,07	17,23
Chapada do Oeste Baiano, Área de Floresta Estacional Semidecidual.	913,37	2,09
Chapada do Oeste Baiano c/ Pastagem plantada, associada à agricultura.	1.152,92	2,64
Chapada do Oeste Baiano, áreas c/ Pastagem e Cerrado.	1.416,06	3,24
Chapada do Oeste Baiano c/ Pastagem em Floresta Estacional.	951,20	2,17
Chapada do Oeste Baiano, áreas c/ Remanescentes de silvicultura.	831,37	1,90
Vales nas Chapadas do Oeste Baiano c/ Agricultura temporária e ou permanente e pecuária com irrigação.	764,59	1,75
Vales nas Chapadas do Oeste Baiano c/ Cerrado gramíneo-lenhoso c/ aspecto de parque.	13.617,22	31,12
Vales nas Chapadas do Oeste Baiano, áreas de Cerrado c/ pastagem.	1.431,87	3,27
Vales nas Chapadas do Oeste Baiano c/ Pastagem plantada.	861,37	1,97
Vales nas Chapadas do Oeste Baiano c/ Pastagem em meio ao Cerrado.	741,74	1,70

#### Bacias hidrográficas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
São Francisco	43.743,77	99,98

#### Territórios de identidade:



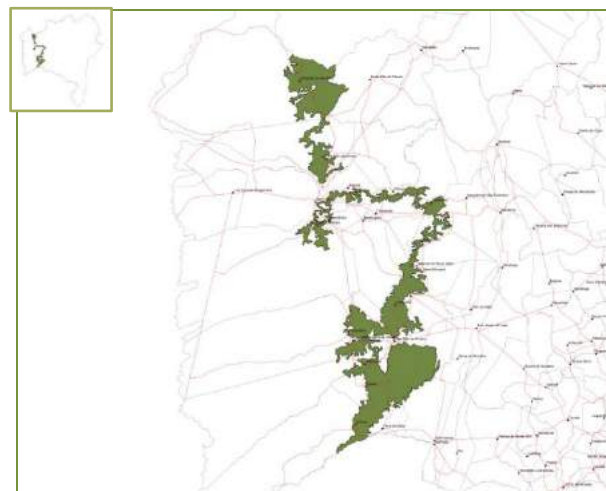
Nº	Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona no TI (%)
2	Velho Chico	52,47	0,12
11	Bacia do Rio Grande	22.134,15	50,59
23	Bacia do Rio Corrente	21.565,21	49,29

Municípios:

Código	Descrição	População total do Município (2010)	Área (km²)	Percentual da Zona no Município (%)
2901403	Angical	14.073	224,27	0,51
2902500	Baianópolis	13.863	3.296,09	7,53
2903201	Barreiras	137.428	3.472,06	7,94
2904407	Brejolândia	11.127	403,72	0,92
2906105	Canápolis	9.382	22,01	0,05
2907400	Catolândia	2.609	690,49	1,58
2908101	Cocos	18.182	8.398,72	19,20
2909109	Coribe	14.301	785,98	1,80
2909307	Correntina	31.259	5.955,80	13,61
2909406	Cotegipe	13.638	18,57	0,04
2909703	Cristópolis	13.280	1.015,34	2,32
2911105	Formosa do Rio Preto	22.534	4.008,16	9,16
2917359	Jaborandi	8.976	4.016,85	9,18
2922250	Muquém de São Francisco	10.272	52,47	0,12
2926202	Riachão das Neves	21.941	1.527,26	3,49
2928109	Santa Maria da Vitória	40.316	663,44	1,52
2928208	Santana	24.747	35,20	0,08
2928901	São Desidério	27.692	7.821,37	17,88
2930303	Serra Dourada	18.112	31,53	0,07
2930907	Tabocas do Brejo Velho	11.428	1.251,97	2,86
2933455	Wanderley	12.485	60,52	0,14

**Identificação da Zona:**

Número	3
Nome	<b>Bordas da Chapada do Oeste Baiano</b>
Área total (km <sup>2</sup> )	12.839,93



**Descrição:** Bordas da Chapada do Oeste Baiano em áreas cársticas, com Cerrado e Floresta Semidecidual. Agropecuária extensiva, com destaque para agricultura em São Desidério, mineração e aquicultura. Comunidades quilombolas, fechos de pasto e indúgenas. Ênfase para o turismo em Correntina.

**Diretrizes da Zona:****Diretrizes Gerais**

Promover o manejo sustentável dos solos, de alta fertilidade natural, resultantes da alteração das rochas calcárias, com vistas à continuidade de práticas agrícolas importantes para economia do Estado, e restrição à supressão vegetal e manejos intensivos nos solos de alta ou muito alta vulnerabilidade à erosão.

Promover políticas para evitar os efeitos negativos da expansão urbana desordenada e do adensamento populacional no entorno dos centros urbanos.

Fortalecer e adensar a cadeia produtiva da agropecuária em bases sustentáveis.

Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a pecuária extensiva, cotonicultura e a mineração) à preservação da biodiversidade, do Chapadão Oeste e manutenção dos serviços ambientais, especialmente a disponibilidade hídrica e à inclusão social.

**Diretrizes Específicas**

Preservar o relevo cárstico de vertentes declivosas e escarpadas com rochas calcárias ravinadas e topos residuais, e a Floresta Semidecidual existente.

Priorizar a manutenção dos componentes da biodiversidade e suas funções ecossistêmicas, principalmente aqueles de influência na estabilização dos solos, da geomorfologia e dos nichos associados à grande concentração de cavernas.

Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.

Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.

Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares articuladas às existentes (APA Rio Preto, APA Bacia do Rio de Janeiro, Parque Nacional Grande Sertão – Veredas e Refúgio de Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano), especialmente ao longo da área que bordeja o Chapadão Oeste, com vegetação característica do cerrado e de floresta estacional, nos vales associados ao médio curso dos rios Branco, de Ondas, das Fêmeas, da Pratinha, Galheirão, Grande, dos Porcos, Guará, do Meio, Santo Antonio, Correntina, Arrojado, Formoso, Itaguari e Carinhanha, abrangendo ecossistemas diversificados, associados às vertentes do relevo cárstico com grande concentração de cavernas, onde há presença de sítios arqueológicos e paisagens singulares.

Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, nos extensos fragmentos de cerrado e floresta estacional situados sobre vertentes declivosas e escarpadas com rochas calcárias ravinadas e topos residuais, além de solos com alta vulnerabilidade a erosão, características do relevo cárstico, com vistas principalmente à estabilidade da geomorfologia dos chapadões, das características naturais dos solos e dos nichos associados à grande concentração de cavernas.

Implantar e fortalecer o manejo e gestão integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: APA Rio Preto, APA São Desidério e Estação Ecológica Rio Preto.

Fortalecer políticas de prevenção, monitoramento e combate aos focos de incêndio.

Aprimorar o sistema de gerenciamento de recursos hídricos, considerando a integração de águas superficiais e subterrâneas e a garantia da vazão do médio São Francisco.

Implementar mecanismos de gestão integrada para mananciais subterrâneos compartilhados por Bahia, Goiás, Tocantins, Piauí e Maranhão.

Desenvolver estudos para subsidiar o estabelecimento de limites de ocupação das áreas agrícolas dos municípios que integram a Zona por monoculturas, visando garantir a segurança alimentar, a diversificação da matriz econômica, a geração de emprego e renda e a conservação da biodiversidade.

Implementar estratégias para enfrentar os possíveis efeitos da monocultura, como a insegurança alimentar, concentração fundiária, o estreitamento da matriz econômica e a degradação da biodiversidade.

Estabelecer sistema de monitoramento da expansão das monoculturas e dos processos fragmentadores da paisagem.

Priorizar o controle e monitoramento do desmatamento irregular e do carvoejamento ilegal de áreas de cerrado.

Apoiar a atividade de mineração respeitando as questões ambientais e as comunidades tradicionais.

Fomentar as culturas existentes (arroz, feijão, milho, algodão e hortigranjeiros) em consonância com a disponibilidade hídrica, sobretudo no vale do rio São Desidério, e ao longo do Rio Preto e de seus afluentes.

Propiciar acordos democráticos e participativos com todos os envolvidos em projetos de mineração, desde sua fase inicial.

Fortalecer a agricultura familiar e orgânica, associada à cadeia produtiva do turismo local, respeitando as questões ambientais.

Fortalecer e expandir os serviços de assistência técnica e extensão rural a fim de fortalecer a agricultura familiar e as comunidades tradicionais.

Incentivar a integração dos sistemas de saneamento de forma preventiva, considerando a tendência de urbanização e a grande permeabilidade dos solos da região.

Potencializar programas e ações que atuem na vigilância epidemiológica, riscos, agravos e controle das doenças endêmicas e epidêmicas.

Promover o acesso a água, esgotamento sanitário e tratamento de efluentes, bem como à coleta, ao tratamento e à disposição adequada de resíduos sólidos.

Fomentar política de acesso à habitação de qualidade e combate à favelização.

**Vulnerabilidade Social:**

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	Barreiras
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	-
<b>Tipo 3:</b> Municípios qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	São Félix do Coribe
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	-
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	Canápolis e Tabocas do Brejo Velho
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	Brejolândia e Feira da Mata
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	Correntina, Serra do Ramalho e São Desidério
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Angical, Cocos, Carinhanha, Catolândia, Coribe, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Jaborandi, Muquém de São Francisco, Riachão das Neves, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, Santana e Serra Dourada

**Qualidade Ambiental da Biodiversidade:**

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	8.136,91	63,37	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	7.196,22	56,05	ZEE-BA

### Áreas Especiais:

#### Unidades de conservação:

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km²)	Percentual da Zona na UC (%)
APA Rio Preto	x		Uso Sustentável		
APA São Desidério	x		Uso Sustentável		
Estação Ecológica Rio Preto	x		Uso Sustentável		

#### Comunidades tradicionais:

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades
Quilombolas	Barreiras	1
	Carinhanha	2
	Muquém de São Francisco	2
	Santa Maria da Vitória	1
	Wanderley	3

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades
Fundo de pasto	Brejolândia	1
	Correntina	14
	Jaborandi	1
	Santa Maria da Vitória	1
	Serra Dourada	2
	São Desidério	9
	Tabocas do Brejo Velho	1

Comunidades	Municípios	Grupos	População Indígena
Indígenas	Angical	1	
	Muquém de São Francisco	1	
	Santa Rita de Cássia	1	
	Serra do Ramalho	1	

Comunidades	Municípios	Nº de Pescadores
Pescadores	Angical	79
	Barreiras	315
	Carinhanha	854
	Coribe	48
	Correntina	34
	Cotegipe	572
	Feira da Mata	1
	Jaborandi	10
	Riachão das Neves	1
	Santa Maria da Vitória	6
	Santana	60
	Serra do Ramalho	901
	Serra Dourada	1
	Tabocas do Brejo Velho	5
	Wanderley	329

### Infraestrutura:

#### Equipamentos:

### QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS

Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	2	-	BA-172; BA-225; BA-449; BA-455; BA-463; BA-466; BA-575; BA-582; BA-594; BA-601; BA-839; BR-020; BR-135; BR-242; BR-349 e BR-430.

#### Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA								FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL											
	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dentê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dentê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio
Angical																				
Barreiras																				
Brejolândia																				
Cocos																				
Canápolis																				
Carinhanha																				
Catolândia																				
Coribe																				
Correntina																				
Cotegipe																				
Cristópolis																				
Feira da Mata																				
Formosa do Rio Preto																				
Jaborandi																				
Muquém de São Francisco																				
Riachão das Neves																				
Santa Maria da Vitória																				
Santa Rita de Cássia																				
Santana																				
Serra do Ramalho																				
Serra Dourada																				
São Desidério																				
São Félix do Coribe																				
Tabocas do Brejo Velho																				
Wanderley																				

### Sistemas produtivos:

#### Agropecuária:

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS
------------	---------------------

	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dendê	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja
Angical																											
Barreiras																											
Brejolândia																											
Cocos																											
Canápolis																											
Carinhanha																											
Catolândia																											
Coribe																											
Correntina																											
Cotegipe																											
Cristópolis																											
Feira da Mata																											
Formosa do Rio Preto																											
Jaborandi																											
Muquém de São Francisco																											
Riachão das Neves																											
Santa Maria da Vitória																											
Santa Rita de Cássia																											
Santana																											
Serra do Ramalho																											
Serra Dourada																											
São Desidério																											
São Félix do Coribe																											
Tabocas do Brejo Velho																											
Wanderley																											

#### Indústria:

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA			
	Quantidade de Indústrias de Transformação			
-	-	-	-	-

#### Turismo:

Localização em Zona Turística: Caminhos do Oeste	Integral	x	Parcial	Residual
Enquadramento geográfico-paisagístico:				
Faixa do território ao longo do platô da chapada oriental com seu ecossistema de restinga ainda bem preservado na descida para a grande planície do rio São Francisco; com estrutura topográfica movimentada, que abriga a passagem/descida do sistema hidrográfico da região. Faixa rica em cachoeiras e corredeiras, bem como em estruturas espeleológicas. Território ainda com o cerrado predominantemente preservado, um rico sistema hidrográfico e vales encravados na grande estrutura do platô.				

#### Segmentos turísticos envolvidos:

Turismo Ecológico; Turismo de Natureza.  
Turismo de Lazer.  
Turismo de Esporte e Aventura – em São Desidério.

#### Atrativos para o turismo:

Patrimônio natural: Conjuntos geográficos com formações topográficas acidentadas - vales, escarpas, cavernas, rios, cachoeiras, corredeiras etc, com seus ecossistemas próprios - a cobertura de cerrado, no geral, ainda bem conservada na faixa situada entre as planícies do Oeste baiano e do Vale do São Francisco - e paisagens regionais específicas.

Patrimônio histórico-monumental: Núcleos e sítios históricos; Sítios pré-históricos núcleos históricos

Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.

#### Riscos para o Turismo:

Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos.

#### Sedes urbanas:

Cidade
Canápolis, Catolândia, Cocos, Coribe, Formosa do Rio Preto, Jaborandi e São Desidério.

#### Perímetros interceptados:

##### Unidades territoriais básicas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UTB (%)
Patamar de Formosa do Rio Preto	2.349,67	18,30
Patamar Cárstico	4.973,16	38,73
Patamar Correntina e Coribe	1.454,50	11,33
Serras do Ramalho e Iuiú	3.795,56	29,56
Chapada do Oeste Baiano	267,04	2,08

##### Unidades de paisagem:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UP (%)
Patamar de Formosa do Rio Preto c/ Pastagem, em meio ao Cerrado arborizado.	2.349,67	18,3
Patamar Cárstico c/ Agropecuária.	583,16	4,54
Patamar Cárstico em Área de Floresta Estacional Semidecidual.	435,60	3,39
Patamar Cárstico em Área de Floresta Estacional Semidecidual.	3.366,37	26,22
Patamar Cárstico c/ Áreas de Pastagem plantada.	588,02	4,58
Patamar de Correntina e Coribe c/ Floresta Estacional Decidual Montana associada ao uso de pastagem plantada.	178,24	1,39
Patamar de Correntina e Coribe c/ Pastagem e agricultura irrigada.	1.276,26	9,94
Serras do Ramalho e Iuiú c/ Floresta Estacional Decidual Montana associada ao uso de pastagem plantada.	3.178,82	24,76
Serras do Ramalho e Iuiú associado à Pastagem plantada com agricultura.	616,74	4,80

##### Bacias hidrográficas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
São Francisco	12.837,58	99,88

##### Territórios de identidade:

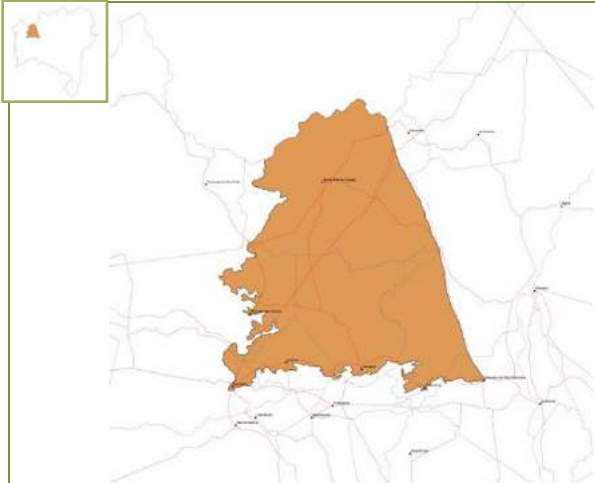
Nº	Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona no TI (%)
2	Velho Chico	1.974,58	15,38
11	Bacia do Rio Grande	4.785,82	37,27
23	Bacia do Rio Corrente	6.079,29	47,35

##### Municípios:

Código	Descrição	População total do Município (2010)	Área (km²)	Percentual da Zona no Município (%)
2901403	Angical	14.073	301,49	2,35
2903201	Barreiras	137.428	143,57	1,12
2904407	Brejolândia	11.127	424,58	3,31
2906105	Canápolis	9.382	418,33	3,26
2907103	Carinhanha	28.378	228,59	1,78

2907400	Catolândia	2.609	30,58	0,24
2908101	Cocos	18.182	518,57	4,04
2909109	Coribe	14.301	1.341,80	10,45
2909307	Correntina	31.259	562,78	4,38
2909406	Cotegipe	13.638	195,81	1,52
2909703	Cristópolis	13.280	35,42	0,28
2910776	Feira da Mata	6.179	1.026,63	8,00
2911105	Formosa do Rio Preto	22.534	1.719,97	13,40
2917359	Jaborandi	8.976	331,92	2,59
2922250	Muquém de São Francisco	10.272	159,58	1,24
2926202	Riachão das Neves	21.941	875,97	6,82
2928109	Santa Maria da Vitória	40.316	1.006,43	7,84
2928406	Santa Rita de Cássia	26.261	718,62	5,60
2928208	Santana	24.747	454,52	3,54
2928901	São Desidério	27.692	442,22	3,44
2929057	São Félix do Coribe	13.042	617,91	4,81
2930154	Serra do Ramalho	31.646	560,02	4,36
2930303	Serra Dourada	18.112	313,79	2,44
2930907	Tabocas do Brejo Velho	11.428	88,65	0,69
2933455	Wanderley	12.485	322,18	2,51

### Identificação da Zona:

Número	4	
Nome	Depressão dos Rios Grande e Preto	
Área total (km <sup>2</sup> )	17.524,63	

**Descrição:** Depressão dos rios Grande/Preto em meio à Caatinga e Cerrado com pecuária extensiva, agricultura localizada, indústria (distrito industrial de Barreiras), comércio, serviços e aglomerado urbano (Barreiras).

### Diretrizes da Zona:

Diretrizes Gerais
Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente os remanescentes de cerrado e caatinga, com vistas principalmente à estabilidade da geomorfologia, das características naturais dos solos, especialmente em áreas com alta vulnerabilidade a erosão nas planícies fluviais e no entorno das lagoas temporárias (paleolagoas), distribuídas entre a Serra do Boqueirão e o Rio Grande, e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais.
Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a mineração e agropecuária - arroz, milho, cebola, melancia e pecuária extensiva) à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente a disponibilidade hídrica e à inclusão social.
Promover programas permanentes para o reconhecimento, fortalecimento e garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, e a inclusão socioeconômica dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, com respeito e valorização da sua identidade, de suas formas de organização e de suas instituições.
Diretrizes Específicas
Fortalecer políticas de prevenção, monitoramento e combate aos focos de incêndio.
Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares articuladas às existentes (APA Rio Preto), abrangendo os remanescentes de vegetação natural mais representativos da diversidade biológica de contato entre os biomas cerrado e caatinga, situados nas bordas da Chapada da Tabatinga, ao norte, no entorno das lagoas temporárias (paleolagoas) distribuídas entre a Serra do Boqueirão e o Rio Grande, ao sul, e nos vales associados às veredas: Maracujá, Conceição, Baixão e Mansidão; ao Riacho do Cambório; e ao Rio Grande e seus afluentes, e habitats e ecossistemas diversificados.
Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.
Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.
Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.
Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.
Implantar e fortalecer o manejo e gestão integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes.
Aprimorar o sistema de gerenciamento de recursos hídricos, considerando a integração de águas superficiais e subterrâneas e a garantia dos usos múltiplos e das funções sociais e ambientais da água.
Desenvolver estudos para subsidiar o estabelecimento de limites de ocupação das áreas agrícolas dos municípios que integram a Zona por monoculturas, visando garantir a segurança alimentar, a diversificação da matriz econômica, a geração de emprego e renda e a conservação da biodiversidade.
Implementar estratégias para enfrentar os possíveis efeitos da monocultura, como a insegurança alimentar, concentração fundiária, o estreitamento da matriz econômica e a degradação da biodiversidade.
Priorizar o controle e monitoramento do desmatamento irregular e do carvoejamento ilegal de áreas de cerrado.
Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade do bioma Cerrado, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.
Apoiar a atividade de mineração respeitando as questões ambientais e as comunidades tradicionais.
Fomentar a adoção de tecnologias sustentáveis para a expansão das atividades de mineração, da agropecuária e da utilização dos recursos hídricos.
Promover políticas de inclusão socioeconômica, segurança alimentar, combate à pobreza e geração de trabalho e renda.
Adequar, de forma sustentável, a infraestrutura energética às necessidades socioeconômicas, aproveitando o potencial energético (solar) e respeitando as questões ambientais.
Priorizar a realização de obras de infraestrutura hídrica e acesso a tecnologias sociais de convivência com o semiárido.
Implantar, recuperar, ampliar e modernizar sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e tratamento de efluentes, bem como de coleta, tratamento e disposição adequada de resíduos sólidos.

Fomentar política de acesso à habitação de qualidade e combate à favelização.

Promover o acesso a água, esgotamento sanitário e tratamento de efluentes, bem como à coleta, ao tratamento e à disposição adequada de resíduos sólidos.

Fomentar políticas de reconhecimento para os povos e comunidades tradicionais, que promovam o acesso à terra e à água, à assistência técnica, à extensão rural e ao crédito adequados aos seus modos de vida e produção.

Fortalecer e expandir os serviços de assistência técnica e extensão rural a fim de fortalecer a agricultura familiar e as comunidades tradicionais.

### Vulnerabilidade Social:

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	Barreiras
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	-
<b>Tipo 3:</b> Municípios com qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	-
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	-
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	-
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	-
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	-
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Angical, Cotegipe, Mansidão, Muquém de São Francisco, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e Wanderley.

### Qualidade Ambiental da Biodiversidade:

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	12.536,43	71,54	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	9.214,56	52,58	ZEE-BA



### Áreas Especiais:

#### Unidades de conservação:

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km²)	Percentual da Zona na UC (%)
APA Rio Preto	x		Uso Sustentável		

#### Comunidades tradicionais:

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Quilombolas	Barreiras	1	
	Muquém de São Francisco	2	
	Wanderley	1	
Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Fundo de pasto	-	-	
Comunidades	Municípios	Grupos	População Indígena
Indígenas	Angical	1	
	Muquém de São Francisco	1	
	Santa Rita de Cássia	1	
Comunidades	Municípios	Nº de Pescadores	
Pescadores	Cotegipe	572	
	Angical	79	
	Barreiras	315	
	Riachão das Neves	1	
	Wanderley	329	

### Infraestrutura:

#### Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	2	-	BA-225; BA-351; BA-447; BA-449; BA-451; BA-455; BA-465; BA-827; BA-839; BR-020; BR-135; BR-242 e BR-430.

#### Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA							FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL												
	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio
Angical																				
Barreiras																				
Cotegipe																				
Mansidão																				
Muquém de São Francisco																				
Riachão das Neves																				
Santa Rita de Cássia																				
Wanderley																				

### Sistemas produtivos:

#### Agropecuária:

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																											
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dendê	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja	
Angical																												
Barreiras																												
Cotegipe																												
Mansidão																												
Muquém de São Francisco																												
Riachão das Neves																												
Santa Rita de Cássia																												
Wanderley																												

#### Indústria:

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
	Quantidade de Indústrias de Transformação
Barreiras	4
Riachão das Neves	3
Santa Rita de Cássia	1

#### Turismo:

<b>Localização em Zona Turística:</b> Caminhos do Oeste	Integral	x	Parcial	Residual
<b>Enquadramento geográfico-paisagístico:</b>				
Ampla estrutura de planície fluvial entre o sopé da borda da chapada do Oeste Baiano, o rio Grande e a divisa com o Estado do Piauí. Território ainda com cobertura vegetal de cerrado bastante preservada, contando com suas áreas mais antropizadas concentradas ao longo do rio Grande – eixo histórico de interiorização da ocupação do Cerrado, oeste baiano até o Estado de Goiás.				
<b>Segmentos turísticos envolvidos:</b>				
Turismo Ecológico; Turismo de Natureza.				
<b>Atrativos para o turismo:</b>				
Patrimônio natural: Ampla planície fluvial com seu rico sistema hidrográfico e sua cobertura de cerrado na maior parte ainda preservada e com algumas formações serranas na faixa da divisa com o Estado do Piauí. Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.				
<b>Riscos para o Turismo:</b>				
Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos.				

#### Sedes urbanas:

Cidade
Angical, Barreiras, Cotegipe, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e Wanderley.

#### Perímetros interceptados:

Unidades territoriais básicas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UTB (%)
Patamar Meridional da Chapada da Tabatinga	572,8	3,27
Depressão dos Rios Grande e Preto	15.654,98	89,33
Planícies Fluviais	622,50	3,55
Chapada da Tabatinga	674,34	3,85

Unidades de paisagem:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UP (%)
Depressão dos rios Grande e Preto com culturas temporárias e permanentes e pastagem plantada.	362,83	2,07
Depressão dos rios Grande e Preto sob domínio de Cerrado.	7.239,01	41,31
Depressão dos rios Grande e Preto c/ Cerrado gramíneo lenhoso e floresta de galeria preservada.	32,37	0,18
Depressão dos rios Grande e Preto sob domínio de Cerrado Arbóreo com pecuária extensiva.	320,88	1,83
Depressão dos rios Grande e Preto c/ Floresta Estacional Decidual Submontana, pastagem e agricultura.	82,99	0,47
Depressão dos rios Grande e Preto c/ Floresta Estacional Decidual Submontana, pastagem e agricultura.	1.517,00	8,66
Depressão dos rios Grande e Preto c/ Pastagem e policultura.	1.790,80	10,22
Depressão dos rios Grande e Preto com Pastagem intensiva e extensiva em meio ao Cerrado.	4.309,11	24,59
Chapada da Tabatinga e Guaribas com Cerrado arbóreo florestado.	674,34	3,85
Planícies Fluviais c/ Cerrado gramíneo lenhoso e floresta de galeria preservada.	622,50	3,55

Bacias hidrográficas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
-----------	------------	--

São Francisco	17.486,92	99,78
---------------	-----------	-------

Territórios de identidade:

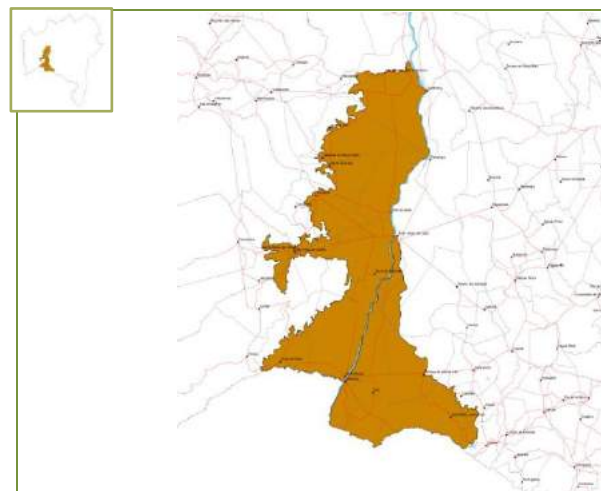
Nº	Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona no TI (%)
2	Velho Chico	252,79	1,44
11	Bacia do Rio Grande	17.271,84	98,56

Municípios:

Código	Descrição	População total do Município (2010)	Área (km²)	Percentual da Zona no Município (%)
2901403	Angical	14.073	1.015,52	5,79
2903201	Barreiras	137.428	273,11	1,56
2909406	Cotegipe	13.638	4.013,31	22,90
2920452	Mansidão	12.594	2.366,21	13,50
2922250	Muquém de São Francisco	10.272	252,79	1,44
2926202	Riachão das Neves	21.941	1.710,97	9,76
2928406	Santa Rita de Cássia	26.261	5.371,19	30,65
2933455	Wanderley	12.485	2.521,53	14,39

### Identificação da Zona:

Número	5
Nome	Depressão do Médio São Francisco
Área total (km <sup>2</sup> )	23.512,45



**Descrição:** Depressão do Médio São Francisco em área de Floresta Estacional com produção agrícola de mandioca e outros produtos, agricultura irrigada, fruticultura, pecuária, assentamentos rurais, mineração (terras raras), comunidades quilombolas (Bom Jesus da Lapa, Malhada, Sítio do Mato e Muquém de São Francisco).

### Diretrizes da Zona:

#### Diretrizes Gerais

Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente os remanescentes de caatinga e floresta estacional próximos ao rio São Francisco e às serras de Iuiu e Monte Alto, com vistas principalmente à estabilidade, da geomorfologia, das características naturais dos solos, dos nichos associados à concentração de cavernas e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais (grande concentração de territórios quilombolas e terras indígenas ao longo das margens do rio São Francisco e pescadores).

Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a agricultura irrigada - fruticultura) à preservação dos recursos naturais e a manutenção dos serviços ambientais, especialmente disponibilidade hídrica, além da inclusão social.

Promover a diminuição da vulnerabilidade social e a melhoria da qualidade de vida, por meio de ações prioritariamente nas áreas saneamento e acesso à energia e à moradia, nas áreas de educação e saúde, e melhoria das condições econômicas, prioritariamente nas áreas de geração de trabalho e renda.

Monitorar o uso da água em culturas irrigadas na planície fluvial do Rio São Francisco, de alta a muito alta vulnerabilidade dos solos à erosão, contemplando os usos múltiplos e garantindo sua função social e ambiental.

#### Diretrizes Específicas

Promover o manejo sustentável dos solos de substrato calcário, devido à alta fertilidade natural e alta vulnerabilidade a erosão, de modo a evitar sua arenização, erosão e assoreamento assim como as ressurgências nas áreas cársticas, de relevo plano e suave ondulado, vulneráveis à erosão.

Compatibilizar as atividades produtivas à preservação da biodiversidade, manutenção dos serviços ambientais, especialmente a disponibilidade hídrica, a estabilização das áreas cársticas e à inclusão social.

Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.

Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais (terras indígenas, colônias de pescadores e grande concentração de territórios quilombolas nas planícies do RSF) que os geram.

Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares abrangendo os remanescentes de vegetação natural, situados nas planícies do médio curso do Rio São Francisco e seus afluentes, e na Serra de Iuiu, ao sul, nas áreas de caatinga e floresta estacional próximas ao rio São Francisco buscando abarcar habitats e ecossistemas diversificados.

Implantar e fortalecer o manejo e gestão integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destaca Parque Estadual Serras de Monte Alto.

Aprimorar o sistema de gerenciamento de recursos hídricos, considerando o uso das águas em culturas irrigadas na planície fluvial do Rio São Francisco, as funções sociais e ambientais da água.

Estabelecer ações de proteção contra a contaminação das águas subterrâneas por disposição inadequada de resíduos, produtos perigosos e uso excessivo de agrotóxicos.

Desenvolver estudos para subsidiar o estabelecimento de limites de ocupação das áreas agrícolas dos municípios que integram a Zona por monoculturas, visando garantir a segurança alimentar, a diversificação da matriz econômica, a geração de emprego e renda e a conservação da biodiversidade.

Promover políticas de inclusão socioeconômica, segurança alimentar, combate à pobreza e geração de trabalho e renda.

Promover o desenvolvimento da atividade de pesca, respeitando as comunidades tradicionais.

Fomentar a adoção de tecnologias sustentáveis para a expansão das atividades de mineração, da agropecuária e da utilização dos recursos hídricos.

Fortalecer a agricultura familiar e orgânica, associada às cadeias produtivas locais.

Apoiar a atividade de mineração respeitando as questões ambientais e as comunidades tradicionais.

Adequar, de forma sustentável, a infraestrutura energética às necessidades socioeconômicas, aproveitando o potencial energético (eólica e solar) e respeitando as questões ambientais.

Promover o desenvolvimento da hidrovia do São Francisco.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e serviços ambientais associados a biodiversidade.

Fomentar política de acesso à habitação de qualidade e combate à favelização.

Implantar, recuperar, ampliar e modernizar sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e tratamento de efluentes, bem como de coleta, tratamento e disposição adequada de resíduos sólidos.

Priorizar a realização de obras de infraestrutura hídrica e acesso a tecnologias sociais de convivência com o semiárido.

Fomentar políticas de reconhecimento para os povos e comunidades tradicionais, que promovam o acesso à terra e à água, à assistência técnica, à extensão rural e ao crédito adequados aos seus modos de vida e produção.

Promover o acesso a água, esgotamento sanitário e tratamento de efluentes, bem como à coleta, ao tratamento e à disposição adequada de resíduos sólidos.

Implementar programas de assistência técnica e extensão rural continuada com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar.

### Vulnerabilidade Social:

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	-
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	Guanambi
<b>Tipo 3:</b> Municípios qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	São Félix do Coribe
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	-
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	Tabocas do Brejo Velho
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	Brejolândia e Feira da Mata
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	Correntina e Serra do Ramalho
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Bom Jesus da Lapa, Cocos, Candiba, Carinhanha, Coribe, Iuiu, Jaborandi, Malhada, Muquém de São Francisco, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Riacho de Santana, Santa Maria da Vitória, Santana, Sebastião Laranjeiras, Serra Dourada e Sítio do Mato

### Qualidade Ambiental da Biodiversidade:

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	8.929,61	37,98	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	4.324,11	18,39	ZEE-BA

### Áreas Especiais:

#### Unidades de conservação:

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km²)	Percentual da Zona na UC (%)
Parque Estadual Serras dos Montes Altos	x		Proteção Integral		
Refúgio de Vida Silvestre Serras dos Montes Altos	x		Proteção Integral		

#### Comunidades tradicionais:

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Quilombolas	Bom Jesus da Lapa	7	
	Candiba	1	
	Carinhanha	2	
	Malhada	1	
	Muquém de São Francisco	2	
	Palmas de Monte Alto	1	
	Riacho de Santana	6	
	Santa Maria da Vitória	1	
	Sítio do Mato	1	
Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Fundo de pasto	Brejolândia	1	
	Correntina	14	
	Jaborandi	1	
	Santa Maria da Vitória	1	
	Serra Dourada	2	
	Tabocas do Brejo Velho	1	
Comunidades	Municípios	Grupos	População Indígena
Indígenas	Muquém de São Francisco	1	
	Serra do Ramalho	1	
Comunidades	Municípios	Nº de Pescadores	
Pescadores	Bom Jesus da Lapa	3.206	
	Carinhanha	854	
	Coribe	48	
	Correntina	34	
	Feira da Mata	1	
	Guanambi	134	
	Jaborandi	10	
	Malhada	923	
	Palmas de Monte Alto	2	
	Santa Maria da Vitória	6	
	Santana	60	
	Serra do Ramalho	901	
	Serra Dourada	1	
	Sítio do Mato	5	
	Tabocas do Brejo Velho	5	
	Urundi	1	

### Infraestrutura:

### Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	5	-	BA-160; BA-161; BA-172; BA-263; BA-466; BA-575; BA-576; BA-582; BA-594; BA-601; BA-612; BA-840; BA-841; BR-030; BR-242; BR-342; BR-349 e BR-430.

### Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA										FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL									
	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio
Bom Jesus da Lapa																				
Brejolândia																				
Cocos																				
Candiba																				
Carinhanha																				
Coribe																				
Correntina																				
Feira da Mata																				
Guanambi																				
Iuiú																				
Jaborandi																				
Malhada																				
Muquém de São Francisco																				
Palmas de Monte Alto																				
Pindaí																				
Riacho de Santana																				
Santa Maria da Vitória																				
Santana																				
Sebastião Laranjeiras																				
Serra do Ramalho																				
Serra Dourada																				
São Félix do Coribe																				
Sítio do Mato																				
Tabocas do Brejo Velho																				
Urundi																				

### Sistemas produtivos:

**Agropecuária:**

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																											
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dendê	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Miracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal		
Bom Jesus da Lapa																												
Brejoândia																												
Cocos																												
Candiba																												
Carinhanha																												
Coribe																												
Correntina																												
Feira da Mata																												
Guanambi																												
Iuiú																												
Jaborandi																												
Malhada																												
Muquém de São Francisco																												
Palmas de Monte Alto																												
Pindaí																												
Riacho de Santana																												
Santa Maria da Vitória																												
Santana																												
Sebastião Laranjeiras																												
Serra do Ramalho																												
Serra Dourada																												
São Félix do Coribe																												
Sítio do Mato																												
Tabocas do Brejo Velho																												
Urandi																												

**Indústria:**

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
	Quantidade de Indústrias de Transformação
Palmas de Monte Alto	1
Brejoândia	1

**Turismo:**

<b>Localização em Zona Turística: Caminhos do Oeste</b>	Integral	x	Parcial	Residual
<b>Enquadramento geográfico-paisagístico:</b>				
Amplas planícies da margem esquerda do Rio São Francisco, que se estendem, a oeste, até a borda da Chapada do Oeste - do município de Ibotirama até a divisa com o Estado de Minas Gerais.				
<b>Segmentos turísticos envolvidos:</b>				
Turismo Ecológico; Turismo de Natureza (Rio São Francisco)				
Turismo Cultural				
Turismo de Negócios				
<b>Atrações para o turismo:</b>				
Patrimônio natural: Vastas planícies fluviais do rio São Francisco, com sua cobertura decerrado amplamente preservada, com seus conjuntos geográficos e paisagísticos, seus ecossistemas e sistemas hidrográficos específicos.				
Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos				
Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais				
<b>Riscos para o Turismo:</b>				
Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos.				

**Sedes urbanas:**

Cidade

Brejoândia, Carinhanha, Feira da Mata, Iuiú, Malhada, Muquém de São Francisco, Palmas de Monte Alto, Santa Maria da Vitória, Santana, Sebastião Laranjeiras, Serra do Ramalho, Serra Dourada, São Felix do Coribe e Tabocas do Brejo Velho.

**Perímetros interceptados:**

**Unidades territoriais básicas:**

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UTB (%)
Planície Fluvial do Rio São Francisco	1.576,16	6,70
Depressão do Médio São Francisco	20.524,60	87,29
Serras do Ramalho e Iuiú	354,36	1,51
Serras Alinhadas do Espinhaço	1.057,33	4,50

**Unidades de paisagem:**

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UP (%)
Depressão do Médio São Francisco c/ Caatinga.	2.771,24	11,79
Depressão do Médio São Francisco c/ Pequenas áreas de Cerrado.	1.585,30	6,74
Depressão do Médio São Francisco c/ Floresta Estacional.	2.507,83	10,67
Depressão do Médio São Francisco, Pastagem c/ policultura.	7.802,44	33,18
Depressão do Médio São Francisco c/ Pastagem em área de ecotono.	778,54	3,31
Depressão do Médio São Francisco c/ áreas de pastagem em meio à Floresta.	5.079,24	21,6
Serras do Ramalho e Iuiú c/ Floresta Estacional Decidual Montana associada ao uso de pastagem plantada.	354,36	1,51
Planície Fluvial do rio São Francisco c/ Caatinga.	104,75	0,45
Planície Fluvial do rio São Francisco c/ Pastagem.	1.471,41	6,26
Serras Alinhadas do Espinhaço c/ Caatinga.	7,53	0,03
Serras Alinhadas do Espinhaço c/ Cerrado Arbóreo Aberto.	334,71	1,42
Serras Alinhadas do Espinhaço c/ Caatinga-Floresta Estacional Decidual.	143,22	0,61
Serras Alinhadas do Espinhaço c/ Pastagem associada a policulturas.	571,87	2,43
Depressão do Médio São Francisco c/ Caatinga.	2.771,24	11,79

**Bacias hidrográficas:**

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
São Francisco	23.511,24	99,99

**Territórios de identidade:**

Nº	Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona no TI (%)
2	Velho Chico	12.725,31	54,12
13	Sertão Produtivo	5.430,70	23,10
23	Bacia do Rio Corrente	5.356,43	22,78

**Municípios:**

Código	Descrição	População total do Município (2010)	Área (km²)	Percentual da Zona no Município (%)
2903904	Bom Jesus da Lapa	63.508	1.016,11	4,32



2904407	Brejolândia	11.127	1.933,31	8,22
2906600	Candiba	13.205	85,50	0,36
2907103	Carinhanha	28.378	2.470,20	10,51
2909109	Coribe	14.301	164,57	0,70
2909307	Correntina	31.259	12,01	0,05
2910776	Feira da Mata	6.179	911,09	3,87
2911709	Guanambi	78.801	32,40	0,14
2917334	Iuiú	10.905	1.493,26	6,35
2917359	Jaborandi	8.976	201,18	0,86
2920205	Malhada	16.008	1.945,17	8,27
2922250	Muquém de São Francisco	10.272	2.542,41	10,81
2923407	Palmas de Monte Alto	20.779	1.548,68	6,59
2924504	Pindaí	15.629	105,56	0,45
2926400	Riacho de Santana	30.651	93,51	0,40
2928109	Santa Maria da Vitória	40.316	312,02	1,33
2928208	Santana	24.747	1.341,97	5,71
2929057	São Félix do Coribe	13.042	337,89	1,44
2930006	Sebastião Laranjeiras	10.372	1.952,16	8,30
2930154	Serra do Ramalho	31.646	2.017,04	8,58
2930303	Serra Dourada	18.112	1.008,72	4,29
2930758	Sítio do Mato	12.051	1.729,78	7,36
2930907	Tabocas do Brejo Velho	11.428	44,76	0,19
2932606	Urandi	16.499	213,15	0,91

### Identificação da Zona:

Número	6
Nome	<b>Campos Arenosos do Rio São Francisco</b>
Área total (km <sup>2</sup> )	<b>42.878,42</b>



**Descrição:** Campos arenosos do rio São Francisco em áreas de Caatinga e Cerrado, com pecuária extensiva e mineração (minério de ferro, fosfato - Campo Alegre de Lourdes).

### Diretrizes da Zona:

#### Diretrizes Gerais

Monitorar o uso da água em culturas irrigadas na planície fluvial do Rio São Francisco e margem esquerda do Lago de Sobradinho, contemplando os usos múltiplos e garantindo sua função social e ambiental, inclusive para áreas circunvizinhas com potencial agrícola.

Compatibilizar as atividades produtivas extensivas (com destaque para pecuária extensiva e a mineração) à preservação da biodiversidade e das dunas e manutenção dos serviços ambientais, especialmente a disponibilidade hídrica, a estabilização de terrenos arenosos, além de comunidades tradicionais (em especial pescadores e fundos de pasto), e à inclusão social.

Promover o manejo sustentável dos solos e restrição à supressão vegetal e manejos intensivos nos solos arenosos, correspondentes às Dunas do São Francisco.

#### Diretrizes Específicas

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade das margens do São Francisco, priorizando os povos e comunidades tradicionais (quilombolas, fundos de pasto e pescadores) que os geram.

Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente os remanescentes de caatinga e cerrado situados sobre superfícies arenosas, com destaque para as Dunas do São Francisco.

Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.

Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.

Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares articuladas às existentes (APA Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco e APA Lago de Sobradinho) abrangendo os remanescentes de vegetação natural, situados nas planícies dos afluentes da margem esquerda do Rio São Francisco e Lago de Sobradinho.

Implantar e fortalecer o manejo e gestão integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: APA Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco e APA Lago de Sobradinho.

Aprimorar o sistema de gerenciamento de recursos hídricos, considerando o uso das águas em culturas irrigadas na planície fluvial do Rio São Francisco e margem esquerda do Lago de Sobradinho, a presença de rios perenes, e as limitações climáticas da área e a garantia dos usos múltiplos e das funções sociais e ambientais da água.

Priorizar a fiscalização e monitoramento focados na prevenção ao desmatamento irregular e ao carvoejamento ilegal de áreas de cerrado.

Estabelecer ações de proteção contra a contaminação das águas subterrâneas por disposição inadequada de resíduos, produtos perigosos e uso excessivo de agrotóxicos.

Incentivar a associação dos sistemas de abastecimento de água, aos sistemas de esgotamento sanitário, intensificando os sistemas de saneamento de forma preventiva, considerando a tendência de urbanização e a grande permeabilidade dos solos da região.

Adequar, de forma sustentável, a infraestrutura energética às necessidades socioeconômicas, aproveitando o potencial energético (eólica e solar) e respeitando as questões ambientais.

Estruturar e apoiar o turismo ecológico (Rio São Francisco, destacando o Lago Sobradinho), buscando incluir as comunidades tradicionais, em especial os pescadores, como oportunidade para o seu desenvolvimento.

Fortalecer e adensar as cadeias produtivas da caprinovinocultura e da apicultura em bases sustentáveis.

Fortalecer e expandir os serviços de assistência técnica e extensão rural a fim de fortalecer a agricultura familiar e as comunidades tradicionais.

Promover o desenvolvimento da hidrovia do São Francisco.

Promover o desenvolvimento da atividade de pesca, respeitando as comunidades tradicionais.

Promover o acesso a água, esgotamento sanitário e tratamento de efluentes, bem como à coleta, ao tratamento e à disposição adequada de resíduos sólidos.

Fomentar política de acesso à habitação de qualidade e combate à favelização.

Promover a inclusão socioeconômica, o combate à pobreza e a geração de trabalho e renda, com ênfase na segurança nutricional e alimentar, e incentivo ao empreendedorismo, à economia solidária e ao cooperativismo.

Fomentar programas e projetos capazes de assegurar a permanência e a conclusão das etapas sucessivas e a integração dos níveis do Ensino Fundamental e Médio da Educação Básica e Profissional, possibilitando acesso ao Ensino Superior.

Fortalecer as políticas de combate ao analfabetismo na população com mais de 15 anos de idade.

Fomentar a adoção de tecnologias sustentáveis para a expansão das atividades de mineração, da agropecuária e da utilização dos recursos hídricos.

Fomentar políticas de reconhecimento para os povos e comunidades tradicionais, que promovam o acesso à terra e à água, à assistência técnica, à extensão rural e ao crédito adequados aos seus modos de vida e produção.

Priorizar a realização de obras de infraestrutura hídrica e acesso a tecnologias sociais de convivência com o semiárido.

Adotar medidas para a solução de conflitos fundiários, para promoção da regularização fundiária e para a inclusão socioeconômica dos povos e comunidades tradicionais.

Implementar programas de assistência técnica e extensão rural continuada com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar.

Fortalecer as políticas de combate ao analfabetismo na população com mais de 15 anos de idade.

Implementar políticas de promoção da igualdade de gênero baseadas no combate à gravidez na adolescência, na educação sexual, na formação educacional, na autonomia e empoderamento feminino e no combate à violência contra as mulheres.

Fortalecer as políticas de combate à mortalidade materna e infantil, priorizando a atenção e prevenção a saúde da gestante, o aleitamento materno e acompanhamento da criança, sobretudo no primeiro ano de vida.

### Vulnerabilidade Social:

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	-
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	-
<b>Tipo 3:</b> Municípios qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	-
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	-
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	-
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	-
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	-
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Barra, Buritirama, Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Mansidão, Muquém de São Francisco, Pilão Arcado, Remanso, Santa Rita de Cássia e Wanderley

### Qualidade Ambiental da Biodiversidade:

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:			IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	36.280,98	84,61	ZEE-BA

### Áreas Especiais:

#### Unidades de conservação:

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km²)	Percentual da Zona na UC (%)
APA Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco	x		Uso Sustentável		
APA Lago de Sobradinho	x		Uso Sustentável		
APA Rio Preto	x		Uso Sustentável		

#### Comunidades tradicionais:

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades
Quilombolas	Barra	1
	Buritirama	1
	Muquém de São Francisco	2
	Wanderley	1

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades
Fundo de pasto	Barra	1
	Buritirama	6
	Campo Alegre de Lourdes	8
	Casa Nova	25
	Pilão Arcado	31
	Remanso	8

Comunidades	Municípios	Grupos	População Indígena
Indígenas	Muquém de São Francisco	1	
	Santa Rita de Cássia	1	

Comunidades	Municípios	Nº de Pescadores
Pescadores	Barra	3.187
	Buritirama	2
	Campo Alegre de Lourdes	1
	Casa Nova	3.286
	Pilão Arcado	1
	Remanso	1.675
	Wanderley	329

### Infraestrutura:

#### Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	4	-	BA-160; BA-161; BA-225; BA-320; BA-351; BA-722; BA-723; BA-752; BR-020; BR-235; BR-324 e BR-330.

#### Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA								FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL											
	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio
Barra																				
Buritirama																				
Campo A. de Lourdes																				
Casa Nova																				
Mansidão																				
Muquém de S. Francisco																				
Pilão Arcado																				
Remanso																				
Santa Rita de Cássia																				
Wanderley																				

### Sistemas produtivos:

#### Agropecuária:

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																										
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dendê	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Feveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja
Barra																											
Buritirama																											
Campo Alegre de Lourdes																											
Casa Nova																											
Mansidão																											
Muquém de São Francisco																											
Pilão Arcado																											
Remanso																											
Santa Rita de Cássia																											
Wanderley																											

#### Indústria:

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
	Quantidade de Indústrias de Transformação
Barra	1
Remanso	1

#### Turismo:

Localização em Zona Turística:	Caminhos do Oeste		Integral	x	Parcial	Residual
	Lagos de São Francisco					
<b>Enquadramento geográfico-paisagístico:</b>						
Vasto território com paisagens e ecossistemas preservados entre o rio São Francisco e a divisa com o Estado de Piauí, estendendo-se desde a Barragem de Sobradinho até o município de Muquém de São Francisco ao sul de Barra, principal referência de apoio urbano da região.						
<b>Segmentos turísticos envolvidos:</b>						
Turismo Ecológico; Turismo de Natureza (Rio São Francisco)						
<b>Atrativos para o turismo:</b>						
Patrimônio natural: Profunda planície fluvial do Rio São Francisco com suas formações geográficas e paisagísticas diversificadas, suas dunas, seus ecossistemas e sistemas hidrográficos específicos e com seus bioma de cerrado amplamente preservado.						
Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos						
Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.						
<b>Riscos para o Turismo:</b>						
Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos.						

### Sedes urbanas:

Cidade
Buritirama, Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Mansidão, Pilão Arcado e Remanso.

### Perímetros interceptados:

#### Unidades territoriais básicas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UTB (%)
Dunas do Médio São Francisco	7.654,68	17,85
Superfície Arenosa do Médio São Francisco	13.257,30	30,92
Depressão dos Rios Grande e Preto	7.319,17	17,07
Chapada da Tabatinga	2.046,62	4,77
Chapada da Tabatinga e Guaribas	597,97	1,39
Depressão do Médio São Francisco	29,17	0,07
Serras Alinhadas do Espinhaço	1.707,45	3,98
Patamar Meridional da Chapada da Tabatinga	1.487,95	3,47
Patamar Casa Nova	5.804,44	13,54
Depressão Sertaneja	2.973,67	6,94

#### Unidades de paisagem:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UP (%)
Depressão dos rios Grande e Preto c/ Veg. Secundária, em áreas de Caatinga Arbórea Aberta e Parque.	3.852,71	8,99
Depressão dos rios Grande e Preto c/ Floresta Estacional Decidual Submontana, pastagem e agricultura.	1.006,07	2,35
Depressão dos rios Grande e Preto c/ Pastagem e policultura.	1.608,16	3,75
Depressão dos rios Grande e Preto c/ Pastagem associada à Vegetação Natural.	852,22	1,99
Chapada da Tabatinga e Guaribas com Caatinga.	264,58	0,62
Chapada da Tabatinga e Guaribas com Cerrado arbóreo florestado.	1.918,84	4,48
Chapada da Tabatinga e Guaribas com Cerrado e Floresta Estacional e Vegetação Secundária.	336,88	0,79
Chapada da Tabatinga e Guaribas com Pecuária em meio ao Cerrado.	124,29	0,29
Depressão do Médio São Francisco c/ áreas de pastagem em meio à Floresta.	29,17	0,07
Serras Alinhadas do Espinhaço c/ Caatinga.	671,53	1,57
Serras Alinhadas do Espinhaço c/ Cerrado Arbóreo Aberto.	242,98	0,57
Serras Alinhadas do Espinhaço c/ Floresta Estacional Decidual Montana.	722,05	1,68
Serras Alinhadas do Espinhaço c/ Pastagem associada a policulturas.	70,89	0,17
Patamar Meridional da Chapada da Tabatinga c/ Caatinga.	1.487,95	3,47
Patamar de Casa Nova c/ Caatinga Arbórea Aberta.	3.954,67	9,22
Patamar de Casa Nova c/ Cerrado.	91,97	0,21
Patamar de Casa Nova com Pastagem associada à vegetação natural.	1.757,80	4,1
Depressão Sertaneja c/ Caatinga e Vegetação Secundária e atividades agropastoris.	2.973,67	6,94
Dunas do Médio São Francisco c/ Caatinga Arbórea Aberta.	93,89	0,22
Dunas do Médio São Francisco, Cerrado c/ uso muito restrito, se limitando à Pastagem extensiva.	7.560,79	17,63
Superfície Arenosa do Médio São Francisco c/ Vegetação Secundária, em áreas de Caatinga Arbórea e Parque.	7.143,67	16,66
Superfície Arenosa do Médio São Francisco c/ Cerrado.	4.154,40	9,69
Superfície Arenosa do Médio São Francisco c/ Floresta.	508,66	1,19
Superfície Arenosa do Médio São Francisco com Pastagem associada à vegetação natural.	1.450,57	3,38

#### Bacias hidrográficas:

Descrição	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
São Francisco	42.727,23	99,65

Territórios de identidade:

Nº	Descrição	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no TI (%)
2	Velho Chico	11.770,94	27,45
10	Sertão do São Francisco	26.232,95	61,18
11	Bacia do Rio Grande	4.874,53	11,37

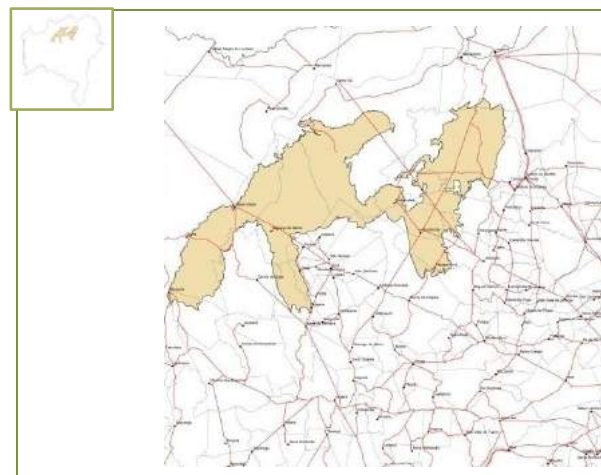
Municípios:

Código	Descrição	População total do Município (2010)	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Município (%)
2902708	Barra	49.342	11.220,94	26,17
2904753	Buritirama	19.589	4.000,11	9,33
2905909	Campo Alegre de Lourdes	28.091	2.813,98	6,56
2907202	Casa Nova	64.944	8.206,27	19,14
2920452	Mansidão	12.594	784,56	1,83
2922250	Muquém de São Francisco	10.272	550	1,28
2924405	Pilão Arcado	32.815	11.323,47	26,41
2926004	Remanso	39.149	3.889,23	9,07
2928406	Santa Rita de Cássia	26.261	15,93	0,04
2933455	Wanderley	12.485	73,92	0,17



**Identificação da Zona:**

Número	7
Nome	<b>Baixadas dos Rios Salitre e Verde/Jacaré</b>
Área total (km <sup>2</sup> )	<b>23.646,19</b>



**Descrição:** Baixadas dos rios Salitre e Verde/Jacaré em área de Caatinga Arbórea com cultivos temporário (mamona) e permanente (sisal), agricultura irrigada, mineração (rochas ornamentais - Bege Bahia) e comunidades quilombolas (Campo Formoso).

**Diretrizes da Zona:****Diretrizes Gerais**

Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, principalmente dos rios São Francisco, Salitre e Verde-Jacaré, as colinas e grutas próximas à Várzea Nova, áreas importantes para a estabilização de nichos associados à grande concentração de cavernas (na bacia do Salitre, a leste, e na Serra de Uibaí, ao sul) e aqueles provedores de interação etnobiológica e de valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais (quilombolas e pescadores).

Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para pecuária extensiva e a mineração) à preservação da biodiversidade, estabilização de áreas cársticas e a manutenção dos serviços ambientais, especialmente à manutenção da disponibilidade hídrica e estabilização de terrenos arenosos, além de comunidades tradicionais (em especial pescadores).

Promover a diminuição da vulnerabilidade social e a melhoria das condições de vida, por meio de ações prioritariamente nas áreas de educação e saúde.

Implementar políticas, projetos, ações e práticas de convivência com seca e diversificação produtiva.

**Diretrizes Específicas**

Promover ações voltadas à revitalização das nascentes dos rios Verde e Jacaré.

Aprimorar o sistema de gerenciamento de recursos hídricos, considerando a integração de águas superficiais e subterrâneas e a garantia dos usos múltiplos e das funções sociais e ambientais da água.

Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.

Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.

Promover o manejo adequado dos solos localizados em relevo plano e suave ondulado, majoritariamente de moderada vulnerabilidade à erosão, evitando seu empobrecimento com técnicas adequadas.

Monitorar o uso da água em culturas irrigadas na planície fluvial do Rio São Francisco e margem direita do Lago de Sobradinho, nas planícies fluviais dos rios Salitre, Verde e Jacaré.

Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares articuladas às existentes (APA Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco, APA Lago de Sobradinho e APA Lagoa de Itaparica), especialmente os remanescentes de caatinga arbórea ao norte, sobre a Serra de Uibaí, dos vales fluviais e nas proximidades do rio São Francisco, nos locais com grande concentração de cavernas e dolinas (bacia do Salitre, a leste) e presença de sítios arqueológicos contemplando os habitats e ecossistemas diversificados.

Fortalecer o manejo e gestão integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: APA Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco, APA Lago de Sobradinho e APA Lagoa de Itaparica, e avaliar a relevância de recategorizar parcialmente alguma das APAs existentes.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade do bioma Cerrado, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.

Manter rigoroso controle sobre o emprego de agrotóxicos, rejeito de embalagens e resíduos, considerando a grande infiltração das águas pluviais que alimentam os lençóis freáticos e águas subterrâneas dessas áreas cársticas.

Implantar programas de alocação negociada de água e de sistemas para mediação de conflitos hídricos.

Apoiar a cadeia produtiva da mineração respeitando as questões ambientais e as comunidades tradicionais.

Promover o desenvolvimento da atividade de pesca, respeitando as comunidades tradicionais.

Promover a regularização das pequenas lavras de exploração mineral, nas dimensões ambiental e do trabalho decente.

Aproveitar o potencial energético (solar, eólica, etanol e biomassa), em bases sustentáveis e respeitando as comunidades tradicionais.

Apoiar de forma sustentável o turismo ecológico e cultural, valorizando grutas, cavernas, comunidades tradicionais e o patrimônio histórico e cultura.

Fomentar a agricultura, aproveitando as oportunidades dos projetos de irrigação.

Fomentar políticas de reconhecimento para os povos e comunidades tradicionais, que promovam o acesso à terra e à água, à assistência técnica, à extensão rural e ao crédito adequados aos seus modos de vida e produção.

Adotar medidas para a solução de conflitos fundiários, para promoção da regularização fundiária e para a inclusão socioeconômica dos povos e comunidades tradicionais.

Priorizar a realização de obras de infraestrutura hídrica e acesso a tecnologias sociais de convivência com o semiárido.

Potencializar programas e ações que atuem na vigilância epidemiológica, riscos, agravos e controle das doenças endêmicas e epidêmicas.

Garantir para os povos e comunidades tradicionais o seu reconhecimento, o acesso à terra e à água, à assistência técnica, à extensão rural e ao crédito adequados aos seus modos de vida e produção.

Implementar programas de assistência técnica e extensão rural continuada com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar.

**Vulnerabilidade Social:**

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	-
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	Juazeiro
<b>Tipo 3:</b> Municípios com qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	-
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	-
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	Jacobina, Jussara, Sobradinho, Uibaí e Xique-Xique
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	Ibititá
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	Campo Formoso
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Central, Gentio do Ouro, Ibipêba, Ibotirama, Itaguaçu da Bahia, Jaguarari, Miguel Calmon, Mirangaba, Morpará, Morro do Chapéu, Orolândia, Sento Sé, São Gabriel, Umburanas e Várzea Nova

**Qualidade Ambiental da Biodiversidade:**

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	12.569,00	53,15	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	12.837,73	54,29	ZEE-BA

### Áreas Especiais:

Unidades de conservação:

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km²)	Percentual da Zona na UC (%)
APA Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco	x		Uso Sustentável		
APA Lagoa de Itaparica	x		Uso Sustentável		
APA Lago de Sobradinho	x		Uso Sustentável		

Comunidades tradicionais:

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades
Quilombolas	Campo Formoso	20
	Gentio do Ouro	1
	Ibipeba	1
	Ibititá	8
	Itaguaçu da Bahia	4
	Jussara	2
	Mirangaba	8
	Morro do Chapéu	7
	São Gabriel	5
	Uibaí	1
	Várzea Nova	1
Xique-Xique	1	

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades
Fundo de pasto	Campo Formoso	38
	Jaguarari	23
	Juazeiro	32
	Mirangaba	2
	Sento Sé	3
	Sobradinho	17
	Umburanas	2

Comunidades	Municípios	Grupos	População Indígena
Indígenas	Ibotirama	1	

Comunidades	Municípios	Nº de Pescadores
Pescadores	Central	1
	Gentio do Ouro	1
	Ibotirama	3.102
	Jaguarari	34
	Juazeiro	2.738
	Miguel Calmon	8
	Sobradinho	1.117
	Xique-Xique	8

### Infraestrutura:

Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	2	-	BA-052; BA-144; BA-148; BA-160; BA-220; BA-225; BA-426; BA-434; BA-438; BR-122; BR-324 e BR-330.

Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA										FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL									
	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio
Campo Formoso																				
Central																				
Gentio do Ouro																				
Ibipeba																				
Ibititá																				
Ibotirama																				
Itaguaçu da Bahia																				
Jacobina																				
Jaguarari																				
Juazeiro																				
Jussara																				
Miguel Calmon																				
Mirangaba																				
Morpará																				
Morro do Chapéu																				
Ourolândia																				
Sento Sé																				
Sobradinho																				
São Gabriel																				
Uibaí																				
Umburanas																				
Várzea Nova																				
Xique-Xique																				

### Sistemas produtivos:

**Agropecuária:**

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																										
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dendê	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja
Campo Formoso																											
Central																											
Gentio do Ouro																											
Ibipeba																											
Ibititá																											
Ibotirama																											
Itaguaçu da Bahia																											
Jacobina																											
Jaguarari																											
Juazeiro																											
Jussara																											
Miguel Calmon																											
Mirangaba																											
Morpará																											
Morro do Chapéu																											
Ourolândia																											
Sento Sé																											
Sobradinho																											
São Gabriel																											
Uibaí																											
Umburanas																											
Várzea Nova																											
Xique-Xique																											

**Indústria:**

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA			
	Quantidade de Indústrias de Transformação			
Ibipeba				1
Ourolândia				1

**Turismo:**

Localização em Zona Turística:	Chapada do Norte	Integral	x	Parcial		Residual
	Lagos de São Francisco		x			
<b>Enquadramento geográfico-paisagístico:</b>						
Amplas planícies do sistema hidrográfico dos rios Salitre e Verde no entorno da Serra Setentrional, entre o lago de Sobradinho e as planícies do município de Juazeiro.						
<b>Segmentos turísticos envolvidos:</b>						
Turismo de Lazer (Lago de Sobradinho)						
Turismo Ecológico; Turismo de Natureza						

**Atrativos para o turismo:**

Patrimônio natural: Amplas planícies fluviais com ecossistema de sertão em grande parte preservado e seus conjuntos geográficos, ecossistemas, sistemas hidrográficos e paisagens regionais peculiares.  
 Patrimônio natural; especial: Cavernas e sítios arqueológicos  
 Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos

Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.

**Riscos para o Turismo:**

Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos.

**Sedes urbanas:**

Cidade
Itaguaçu da Bahia, Morpará, Ourolândia, Umburanas, Várzea Nova e Xique-Xique

**Perímetros interceptados:**

Unidades territoriais básicas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UTB (%)
Planície Fluvial do Rio São Francisco	243,25	1,03
Superfície Arenosa de Morpará	3.469,94	14,67
Baixada do Rio Salitre	8.568,77	36,24
Baixada dos Rios Verde e Jacaré	10.184,82	43,07
Serras Setentrionais	141,42	0,60
Serras Ocidentais da Chapada Diamantina	1.026,45	4,34

Unidades de paisagem:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UP (%)
Baixada do rio Salitre c/ Policultura comercial e subsistência (mandioca, algodão, manga, maracujá, etc).	3.068,71	12,98
Baixada do rio Salitre c/ Cultivo de sisal.	1.289,84	5,45
Baixada do rio Salitre c/ Culturas temporárias tradicionais, feijão, milho, mandioca.	22,54	0,10
Baixada do rio Salitre c/ Caatinga Arbórea e Arbustiva.	3.404,15	14,4
Baixada do rio Salitre c/ Cerrado e Caatinga Arbórea Aberta e Densa.	36,37	0,15
Baixada do rio Salitre c/ Floresta de Galeria.	6,62	0,03
Baixada do rio Salitre, Pastagem c/ policultura.	734,26	3,11
Baixada do rio Salitre c/ Pastagem e culturas temporárias de feijão, milho e mandioca.	6,28	0,03
Baixada dos rios Verde e Jacaré c/ Policultura comercial e de subsistência (banana, coco, algodão, etc).	214,5	0,91
Baixada dos rios Verde e Jacaré c/ Culturas irrigadas de frutíferas.	26,85	0,11
Baixada dos rios Verde e Jacaré c/ Culturas temporárias (feijão, milho, mamona e sorgo).	628,62	2,66
Baixada dos rios Verde e Jacaré c/ Caatinga Arbórea Aberta e Densa intercalada com atividade agropecuária.	7.235,71	30,6
Baixada dos rios Verde e Jacaré c/ Pastagem.	2.079,14	8,79
Planície Fluvial do rio São Francisco c/ Pastagem.	243,25	1,03
Serras Setentrionais c/ Culturas diversificadas: policultura comercial e de subsistência.	2,25	0,01
Serras Setentrionais c/ Caatinga Arbórea Aberta e Densa.	129,67	0,55
Serras Setentrionais c/ Pastagem e policultura.	9,49	0,04
Serras Ocidentais da Chapada Diamantina c/ Cultura diversificada, policultura comercial de subsistência.	7,69	0,03
Serras Ocidentais da Chapada Diamantina c/ Caatinga.	978,75	4,14
Serras Ocidentais da Chapada Diamantina c/ Pastagem.	40,01	0,17
Superfície Arenosa de Morpará c/ Caatinga c/ uso agropecuário.	2.968,19	12,55
Superfície Arenosa de Morpará c/ Pastagem e policultura.	333,60	1,41
Superfície Arenosa de Morpará c/ Pastagem associada à Vegetação natural.	168,16	0,71

**Bacias hidrográficas:**

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
-----------	------------	--

Itapicuru	122,84	0,52
São Francisco	23.523,35	99,48

Territórios de identidade:

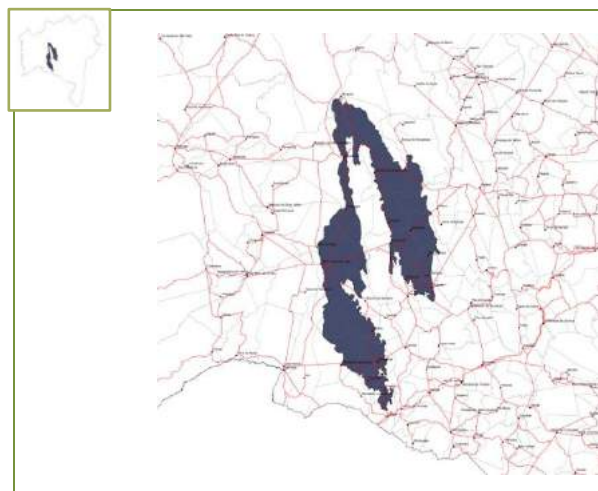
Nº	Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona no TI (%)
1	Irecê	10.494,00	44,38
2	Velho Chico	265,35	1,12
3	Chapada Diamantina	288,66	1,22
10	Sertão do São Francisco	4.404,10	18,62
16	Piemonte da Diamantina	3.963,60	16,76
25	Piemonte Norte do Itapicuru	4.230,48	17,89

Municípios:

Código	Descrição	População (2010)	Área (km²)	Percentual da Zona no Município (%)
2906006	Campo Formoso	66.638	4.216,14	17,83
2907608	Central	17.027	151,04	0,64
2911303	Gentio do Ouro	10.720	417,06	1,76
2912400	Ibipeba	17.021	771,46	3,26
2915353	Itaguaçu da Bahia	13.209	3.887,00	16,44
2917508	Jacobina	79.285	272,42	1,15
2917706	Jaguarari	30.342	14,34	0,06
2918407	Juazeiro	197.984	139,54	0,59
2918506	Jussara	15.053	366,28	1,55
2921203	Miguel Calmon	26.466	28,09	0,12
2921401	Mirangaba	16.323	600,94	2,54
2921609	Morpará	8.285	265,24	1,12
2921708	Morro do Chapéu	35.207	288,66	1,22
2923357	Ourolândia	16.477	1.269,03	5,37
2929255	São Gabriel	18.419	114,04	0,48
2930204	Sento Sé	37.431	4.260,10	18,02
2930774	Sobradinho	21.988	4,47	0,02
2932408	Uibaí	13.655	252,65	1,07
2932457	Umburanas	17.010	922,42	3,9
2933158	Várzea Nova	13.127	870,69	3,68
2933604	Xique-Xique	45.562	4.534,00	19,17

**Identificação da Zona:**

Número	8
Nome	<b>Depressões de Guanambi e Paramirim</b>
Área total (km <sup>2</sup> )	<b>18.652,45</b>



**Descrição:** Depressões de Guanambi e Paramirim em meio à Caatinga, com arranjos produtivos de algodão, milho e mandioca, pecuária, mineração (chumbo, zinco, prata e rochas ornamentais). Aglomerações urbanas (Guanambi e Bom Jesus da Lapa) e turismo religioso (Bom Jesus da Lapa).

**Diretrizes da Zona:****Diretrizes Gerais**

Aprimorar o manejo sustentável dos recursos hídricos e monitoramento do uso das águas nas planícies fluviais dos rios São Francisco e Paramirim, com vistas a permitir o acesso, contemplando os usos múltiplos e garantindo sua função social e ambiental, especialmente em virtude da deficiência de água oriunda das chuvas escassas e irregulares.

Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a agropecuária, atividades de geração de energia eólica e a mineração) à preservação da biodiversidade, à manutenção dos serviços ambientais, especialmente a disponibilidade hídrica e à inclusão social.

Fortalecer e estruturar as cadeias produtivas da fruticultura e da horticultura em bases sustentáveis.

**Diretrizes Específicas**

Promover o manejo sustentável dos solos, principalmente os aluviais situados nas proximidades do RSF, nas áreas de relevo suave ondulado e moderada vulnerabilidade à erosão, e nas áreas sob irrigação.

Monitorar o uso da água do Rio São Francisco, com vistas a permitir o acesso à mesma, contemplando os usos múltiplos e garantindo sua função social e ambiental, especialmente em virtude da deficiência de água oriunda das chuvas escassas e irregulares.

Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.

Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.

Controlar a expansão das pastagens, evitando a fragmentação da paisagem, a diminuição da cobertura vegetal e o conseqüente empobrecimento dos solos.

Priorizar a manutenção dos componentes da biodiversidade e suas funções ecossistêmicas, principalmente aqueles de influência na dinâmica hidroambiental natural (rios São Francisco e Paramirim) e aqueles provedores de interação etnobiológica e de valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais (concentração de territórios quilombolas e terras indígenas ao longo das margens do rio São Francisco e pescadores).

Conservar as áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente os remanescentes de caatinga ao longo do vale do RSF.

Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares articuladas às existentes, abrangendo os remanescentes de vegetação natural situados principalmente ao longo da planície fluvial do RSF e sobre serras residuais, algumas delas com presença de sítios arqueológicos e habitats e ecossistemas diversificados.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade do bioma Cerrado, priorizando os povos e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas e pescadores situados na planície do Rio São Francisco) que os geram.

Aproveitar o potencial energético (solar e eólico) respeitando as questões ambientais e as comunidades e povos tradicionais.

Apoiar a cadeia produtiva da mineração respeitando as questões ambientais e as comunidades e povos tradicionais.

Regularizar as pequenas lavras de exploração mineral, nas dimensões ambiental e do trabalho decente.

Fortalecer a agricultura familiar e orgânica, associada à cadeia produtiva local.

Apoiar o beneficiamento de produtos da agricultura familiar, incentivando programas de financiamento e de assistência técnica.

Promover o desenvolvimento da atividade de pesca, respeitando as comunidades tradicionais.

Promover a regularização das pequenas lavras de exploração mineral, nas dimensões ambiental e do trabalho decente.

Apoiar o desenvolvimento do turismo religioso e cultural, de forma sustentável, promovendo o desenvolvimento e a geração de trabalho e renda.

Potencializar programas e ações que atuem na vigilância epidemiológica, riscos, agravos e controle das doenças endêmicas e epidêmicas.

Priorizar a realização de obras de infraestrutura hídrica e acesso a tecnologias sociais de convivência com a seca.

**Vulnerabilidade Social:**

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	-
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	Guanambi
<b>Tipo 3:</b> Municípios com qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	-
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	-
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	Caturama, Ibitiara e Paramirim
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	-
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	-
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Bom Jesus da Lapa, Boquira, Botuporã, Brotas de Macaúbas, Caetité, Candiba, Ibititanga, Ibotirama, Igaporã, Macaúbas, Matina, Morpará, Oliveira dos Brejinhos, Palmas de Monte Alto, Paratinga, Pindaí, Riacho de Santana, Rio do Pires, Sítio do Mato e Urandi

**Qualidade Ambiental da Biodiversidade:**

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	4.608,86	24,71	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	3.658,36	19,61	ZEE-BA

**Áreas Especiais:****Unidades de conservação:**

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na UC (%)
Refúgio de Vida Silvestre Serras dos Montes Altos	x		Proteção Integral		

**Comunidades tradicionais:**

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades
Quilombolas	Bom Jesus da Lapa	7
	Caetité	5



	Candiba	1	
	Ibitiara	8	
	Igaporã	2	
	Palmas de Monte Alto	1	
	Riacho de Santana	6	
	Sítio do Mato	1	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>	<b>Nº de Comunidades</b>	
Fundo de pasto	Brotas de Macaúbas	3	
	Oliveira dos Brejinhos	11	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>	<b>Grupos</b>	<b>População Indígena</b>
Indígenas	Ibotirama	1	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>	<b>Nº de Pescadores</b>	
Pescadores	Bom Jesus da Lapa	3.206	
	Guanambi	134	
	Ibitiara	1	
	Ibotirama	3.102	
	Palmas de Monte Alto	2	
	Paratinga	3.156	
	Sítio do Mato	5	
	Urandi	1	

**Infraestrutura:**

Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	6	-	BA-152; BA-156; BA-160; BA-245; BA-571; BA-573; BA-612; BA-937; BA-938; BR-030; BR-122; BR-242; BR-349 e BR-430.

Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL
------------	---	--

	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio	
Bom Jesus da Lapa																					
Boquira																					
Botuporã																					
Brotas de Macaúbas																					
Caetité																					
Candiba																					
Caturama																					
Guanambi																					
Ibipitanga																					
Ibitiara																					
Ibotirama																					
Igaporã																					
Macaúbas																					
Matina																					
Morpará																					
Oliveira dos Brejinhos																					
Palmas de Monte Alto																					
Paramirim																					
Paratinga																					
Pindaí																					
Riacho de Santana																					
Rio do Pires																					
Sítio do Mato																					
Urandi																					

### Sistemas produtivos:

#### Agropecuária:

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																											
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dendê	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja	
Bom Jesus da Lapa																												
Boquira																												
Botuporã																												
Brotas de Macaúbas																												
Caetité																												
Candiba																												
Caturama																												
Guanambi																												
Ibipitanga																												
Ibitiara																												
Ibotirama																												
Igaporã																												
Macaúbas																												
Matina																												
Morpará																												
Oliveira dos Brejinhos																												
Palmas de Monte Alto																												
Paramirim																												
Paratinga																												
Pindaí																												
Riacho de Santana																												
Rio do Pires																												
Sítio do Mato																												
Urandi																												

#### Indústria:

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA			
	Quantidade de Indústrias de Transformação			
Paramirim	1			

#### Turismo:

Localização em Zona Turística:	Circuito do Ouro	integral	x	parcial	residual
	Caminhos do Oeste	integral	x	parcial	residual
<b>Enquadramento geográfico-paisagístico:</b>					
Território encaixado entre a Serra do Espinhaço e o Médio São Francisco, tendo como principal centro regional e cultural a cidade de Bom Jesus da Lapa.					
<b>Segmentos turísticos envolvidos:</b>					
Turismo Ecológico; Turismo de Natureza (Rio São Francisco)					
Turismo Cultural; Turismo Religioso (Bom Jesus da Lapa)					
<b>Atrativos para o turismo:</b>					
Patrimônio natural: Planície fluvial do São Francisco com seus conjuntos geográficos de formações montanhosas isolada, com seus ecossistemas e amplas áreas de cerrado preservadas e com seus sistemas hidrográficos e paisagens regionais peculiares.					
Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos; edificações; monumentos históricos					
Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais e religiosas.					
<b>Riscos para o Turismo:</b>					
Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos.					

#### Sedes urbanas:

Cidade
Bom Jesus da Lapa, Boquira, Botuporã, Candiba, Caturama, Guanambi, Ibipitanga, Macaúbas, Matina, Paramirim, Paratinga, Pindaí e Rio do Pires

### Perímetros interceptados:

#### Unidades territoriais básicas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UTB (%)
Planície Fluvial do Rio São Francisco	1.035,40	5,55
Serras Ocidentais da Chapada Diamantina	13,33	0,07
Serras Alinhadas do Espinhaço	181,34	0,97
Depressão de Guanambi	8.233,47	44,14
Depressão de Paramirim	9.188,91	49,26

#### Unidades de paisagem:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UP (%)
Planície Fluvial do rio São Francisco c/ Floresta de Galeria.	492,45	2,64
Planície Fluvial do rio São Francisco c/ Pastagem.	542,96	2,91
Serras Ocidentais da Chapada Diamantina c/ Cerrado.	13,33	0,07
Serras Alinhadas do Espinhaço c/ Caatinga.	90,88	0,49
Serras Alinhadas do Espinhaço c/ Cerrado Arbóreo Aberto.	36,21	0,19
Serras Alinhadas do Espinhaço c/ Pastagem associada a policulturas.	54,25	0,29
Depressão de Guanambi c/ Caatinga.	2.566,73	13,76
Depressão de Guanambi c/ Contato Caatinga/Floresta.	2.128,57	11,41
Depressão de Guanambi c/ Pastagem associada a atividades agrícolas temporárias.	3.538,17	18,97
Depressão de Paramirim c/ Caatinga com Pastagem.	3.001,52	16,09
Depressão de Paramirim c/ Pastagem e atividades agrícolas.	6.187,39	33,17

#### Bacias hidrográficas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
Contas	77,32	0,41
São Francisco	18.575,13	99,59

#### Territórios de identidade:

Nº	Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona no TI (%)
2	Velho Chico	11.058,03	59,28
3	Chapada Diamantina	640,27	3,43
12	Bacia do Paramirim	4.241,23	22,74
13	Sertão Produtivo	2.712,93	14,54

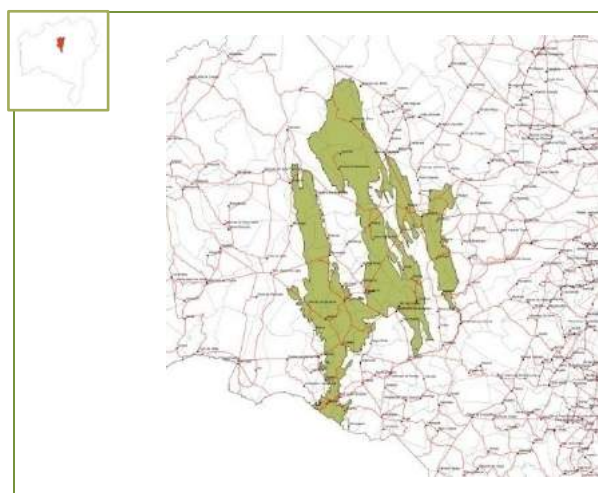
#### Municípios:

Código	Descrição	População (2010)	Área (km²)	Percentual da Zona no Município (%)
2903904	Bom Jesus da Lapa	63.508	2.966,50	15,9
2904100	Boquira	22.042	900,52	4,83

2904209	Botuporã	11.162	352,62	1,89
2904506	Brotas de Macaúbas	10.718	120,53	0,65
2905206	Caetité	47.524	62,84	0,34
2906600	Candiba	13.205	310,93	1,67
2907558	Caturama	8.847	531,1	2,85
2911709	Guanambi	78.801	995,83	5,34
2912509	Ibipitanga	14.171	834,51	4,47
2913002	Ibitiara	15.519	640,27	3,43
2913200	Ibotirama	25.422	1.013,23	5,43
2913408	Igaporã	15.194	113,72	0,61
2919801	Macaúbas	47.067	1.059,63	5,68
2921054	Matina	11.134	574,3	3,08
2921609	Morpará	8.285	950,64	5,1
2923209	Oliveira dos Brejinhos	21.839	2.473,40	13,26
2923407	Palmas de Monte Alto	20.779	987,27	5,29
2923605	Paramirim	20.998	380,16	2,04
2923704	Paratinga	29.475	1.218,37	6,53
2924504	Pindaí	15.629	235,23	1,26
2926400	Riacho de Santana	30.651	1.627,16	8,72
2926905	Rio do Pires	11.923	182,69	0,98
2932606	Urundi	16.499	120,85	0,65

**Identificação da Zona:**

Número	9
Nome	<b>Chapada Diamantina e Serra do Espinhaço</b>
Área total (km <sup>2</sup> )	<b>36.823,57</b>



**Descrição:** Chapada Diamantina e Serra do Espinhaço com Cerrado e Floresta Montana preservados. Aquicultura, destaque para mineração, especialmente em Caetité, produção de cachaça em Abaíra e geração de energia eólica. Comunidades quilombolas, fundos de pasto, indígenas e pescadores. Além da mineração, o turismo se destaca (Lençóis, Palmeiras, Mucugê, Rio de Contas).

**Diretrizes da Zona:****Diretrizes Gerais**

Conservar áreas de importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais nas áreas de cerrado, floresta estacional, caatinga e campos gerais, e presença de nichos associados à concentração de cavernas e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais.

Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para o turismo, a mineração e a agropecuária - mamona, mandioca, café e bovinocultura) à preservação cultural dos povos e comunidades tradicionais e dos recursos naturais e a manutenção dos serviços ambientais - especialmente disponibilidade hídrica e estabilização dos solos e das paisagens singulares- além da inclusão social.

Aproveitar o potencial energético (eólico), mitigando seus impactos sociais e ambientais e maximizando seus benefícios para a região.

Promover a conservação e o manejo sustentável dos solos, especialmente aqueles utilizados mais intensamente pela agricultura irrigada de cultivos temporários, tendo em vista a alta vulnerabilidade à erosão, de modo a proteger as nascentes dos rios, evitar salinização e redução da fertilidade.

**Diretrizes Específicas**

Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares articuladas às existentes, abrangendo especialmente habitats diversificados e os fragmentos remanescentes de cerrado, nos locais com concentração de cavernas (no sul da zona) e presença de sítios arqueológicos, e nas nascentes de rios importantes para diferentes regiões do estado da Bahia, destacando os rios Paraguaçu e de Contas, e habitats e ecossistemas diversificados.

Implantar e fortalecer o manejo e gestão integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: Parque Nacional da Chapada Diamantina (zona de amortecimento do parque) e Área de Relevante Interesse Ecológico Nascente do Rio de Contas.

Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.

Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.

Fortalecer políticas de prevenção, monitoramento e combate aos focos de incêndio.

Orientar a localização das reservas legais dos empreendimentos agrícolas, na perspectiva de proteção da zona de amortecimento do Parque Nacional da Chapada Diamantina e das áreas de interesse ecológico da região.

Incentivar a produção orgânica, delimitando áreas prioritárias para essas atividades e apoiando condições favoráveis ao seu desenvolvimento (outorga de água, financiamentos diferenciados e zoneamento agrícola).

Intensificar a gestão integrada dos sistemas de barragens, considerando sua interdependência.

Fortalecer e expandir os serviços de assistência técnica e extensão rural a fim de fortalecer a agricultura familiar e as comunidades tradicionais.

Fomentar a adoção de tecnologias sustentáveis para a expansão das atividades de mineração, da agropecuária e da utilização dos recursos hídricos.

Apoiar o desenvolvimento do turismo, em especial o ecológico, cultural e de esporte e aventura, de forma sustentável, promovendo o desenvolvimento e a geração de trabalho e renda.

Fortalecer a agricultura familiar e orgânica, associada à cadeia produtiva do turismo local.

Apoiar a cadeia produtiva da mineração respeitando as questões ambientais e as comunidades e povos tradicionais.

Priorizar a realização de obras de infraestrutura hídrica e acesso a tecnologias sociais de convivência com a seca.

Promover a melhoria das condições de vida, por meio de ações prioritariamente nas áreas de educação e saúde.

Promover o combate à pobreza e a inclusão socioeconômica por meio de ações de melhoria das condições econômicas, prioritariamente nas áreas de geração de trabalho e renda.

**Vulnerabilidade Social:**

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	-
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	Abaíra, Érico Cardoso, Guanambi, Ipupiara, Jacaraci e Rio de Contas
<b>Tipo 3:</b> Municípios qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	-
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	-
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	Barra da Estiva, Bonito, Brumado, Caturama, Ibiassucê, Ibitiara, Lençóis, Mucugê, Palmeiras, Paramirim e Xique-Xique
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	Caculé, Jussiape, Licínio de Almeida e Mortugaba
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	Ibicoara, Ituaçu e Novo Horizonte
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Andaraí, Barra do Mendes, Bom Jesus da Lapa, Boninal, Boquira, Botuporã, Brotas de Macaúbas, Caetité, Candiba, Dom Basílio, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibipitanga, Ibotirama, Igaporã, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Itaguaçu da Bahia, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Macaúbas, Matina, Morpará, Nova Redenção, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Piatã, Pindaí, Riacho de Santana, Rio do Pires, Seabra, Souto Soares, Tanque Novo, Urandi e Wagner

**Qualidade Ambiental da Biodiversidade:**

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	23.595,03	64,08	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	27.198,90	73,96	ZEE-BA

**Áreas Especiais:****Unidades de conservação:**

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na UC (%)
APA Lagoa de Itaparica	x		Uso sustentável		
APA Marimbus /Iraquara	x		Uso sustentável		
Área de Relevante Interesse Ecológico Nascente do Rio de Contas	x		Uso sustentável		
APA Serra do Barbado	x		Uso sustentável		
Parque Nacional da Chapada Diamantina		x			

**Comunidades tradicionais:**

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades
Quilombolas	Abaíra	2
	Barra da Estiva	2
	Bom Jesus da Lapa	7
	Boninal	3
	Bonito	14
	Caetité	5
	Candiba	1
	Érico Cardoso	1
	Gentio do Ouro	1
	Ibipeba	1

	Ibitiara	8	
	Igaporã	2	
	Itaguaçu da Bahia	4	
	Lençóis	3	
	Livramento de Nossa Senhora	9	
	Mucugê	1	
	Palmeiras	1	
	Piatã	3	
	Riacho de Santana	6	
	Rio de Contas	1	
	Seabra	10	
	Souto Soares	1	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>	<b>Nº de Comunidades</b>	
Fundo de pasto	Brotas de Macaúbas	1	
	Oliveira dos Brejinhos	11	
	Seabra	1	
	Tanque Novo	1	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>	<b>Grupos</b>	<b>População Indígena</b>
Indígenas	Ibotirama	1	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>	<b>Nº de Pescadores</b>	
Pescadores	Barra da Estiva	2	
	Bom Jesus da Lapa	3.206	
	Gentio do Ouro	1	
	Guanambi	134	
	Ibitiara	1	
	Ibotirama	3.102	
	Iramaia	1	
	Novo Horizonte	1	
	Palmeiras	1	
	Paratinga	3.156	
	Rio de Contas	47	
	Seabra	4	
	Urandi	1	
	Wagner	2	
	Xique-Xique	8	

### Infraestrutura:

Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	6	-	BA-142; BA-144; BA-148; BA-152; BA-156; BA-160; BA-225; BA-245; BA-263; BA-475; BA-483; BA-560; BA-562; BA-563; BA-564; BA-569; BA-571; BA-573; BA-937; BA-938; BR-030; BR-122; BR-242; BR-330; BR-349 e BR-430.

Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA.										FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL.									
	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio
Abaíra																				
Andaraí																				
Barra da Estiva																				
Barra do Mendes																				
Bom Jesus da Lapa																				
Boninal																				
Bonito																				
Boquira																				
Botuporã																				
Brotas de Macaúbas																				
Brumado																				
Caculé																				
Caetité																				
Candiba																				
Caturama																				
Dom Basílio																				
Érico Cardoso																				
Gentio do Ouro																				
Guanambi																				
Ibiassucê																				

(continua)

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA.	FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL.
------------	--	---



	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio	
Ibicoara																					
Ibipeba																					
Ibipitanga																					
Ibitiara																					
Ibotirama																					
Igaporã																					
Ipupiara																					
Iramaia																					
Iraquara																					
Itaeté																					
Itaguaçu da Bahia																					
Ituaçu																					
Jacaraci																					
Jussiape																					
Lagoa Real																					
Lençóis																					
Licínio de Almeida																					
Liv. de N. Senhora																					
Macaúbas																					
Matina																					
Morpará																					
Mortugaba																					
Mucugê																					
Nova Redenção																					
Novo Horizonte																					
Oliveira dos Brejinhos																					
Palmeiras																					
Paramirim																					
Paratinga																					
Piatã																					
Pindaí																					
Riacho de Santana																					
Rio de Contas																					
Rio do Pires																					
Seabra																					
Souto Soares																					
Tanque Novo																					
Urandi																					
Wagner																					
Xique-Xique																					

Agropecuária:

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																											
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dendê	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja	
Abaíra																												
Andaraí																												
Barra da Estiva																												
Barra do Mendes																												
Bom Jesus da Lapa																												
Boninal																												
Bonito																												
Boquira																												
Botuporã																												
Brotas de Macaúbas																												
Brumado																												
Caculé																												
Caetité																												
Candiba																												
Caturama																												
Dom Basílio																												
Érico Cardoso																												
Gentio do Ouro																												
Guanambi																												
Ibiassucê																												
Ibicoara																												
Ibipeba																												
Ibipitanga																												
Ibitiara																												
Ibotirama																												
Igaporã																												
Ipupiara																												
Iramaia																												
Iraquara																												
Itaeté																												
Itaguaçu da Bahia																												
Ituaçu																												
Jacaraci																												
Jussiape																												
Lagoa Real																												
Lençóis																												
Licínio de Almeida																												
Livramento de N.Senhora																												
Macaúbas																												
Matina																												
Morpará																												

(continua)

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS
------------	---------------------

Sistemas produtivos:

	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dendê	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja	
Mortugaba																												
Mucugê																												
Nova Redenção																												
Novo Horizonte																												
Oliveira dos Brejinhos																												
Palmeiras																												
Paramirim																												
Paratinga																												
Piatã																												
Pindaí																												
Riacho de Santana																												
Rio de Contas																												
Rio do Pires																												
Seabra																												
Souto Soares																												
Tanque Novo																												
Urandi																												
Wagner																												
Xique-Xique																												

#### Indústria:

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA	
	Quantidade de Indústrias de Transformação	
Caetité	1	
Paramirim	1	
Seabra	2	
Urandi	2	

#### Turismo:

Localização em Zona Turística:	Chapada Norte	integral	parcial	x	residual	
	Circuito do Diamante		x	parcial	residual	
	Circuito do Ouro		integral	x	parcial	residual
	Caminhos do Oeste		integral	parcial	x	residual

#### Enquadramento geográfico-paisagístico:

Território situado na área central da Chapada Diamantina, com o maciço central entre Gentil do Ouro e o vale do Rio de Contas, envolvendo ainda, na sua parte oeste, a Serra do Espinhaço, indo da região de Ibotirama até o limite com o Estado de Minas Gerais, imergindo da depressão de Paramirim e Guanambi já na área de influência do Rio São Francisco.

#### Segmentos turísticos envolvidos:

Turismo de Lazer e Entretenimento  
Turismo Ecológico; Turismo de Natureza  
Turismo de Esporte e Aventura  
Turismo Cultural; Turismo Religioso

#### Atrativos para o turismo:

Patrimônio natural: Conjuntos geográficos, ecossistemas e sistemas hidrográficos regionais peculiares, com suas paisagens serranas diversificadas e singulares, suas chapadas e formações rochosas abrigando, na sua área central, as principais áreas de interesse turístico da Chapada: Lençóis, Andaraí e Mucugê, no Circuito do Diamante; Rio de Contas, Jussiape, Abaíra, no Circuito do Ouro.

Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos; edificações; monumentos históricos

Patrimônio natural; especial: Sítio Espeleológico

Patrimônio cultural imaterial: Representações simbólicas regionais; manifestações tradicionais; núcleos culturais autênticos, comunidades étnicas etc.

#### Riscos para o Turismo:

Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos; atividades de mineração não integradas no contexto paisagístico local.

#### Sedes urbanas:

Cidade
Abaíra, Andaraí, Brotas de Macaúbas, Caetité, Érico Cardoso, Gentio do Ouro, Ibitiara, Igaporã, Ipupiara, Jacaraci, Jussiape, Lençóis, Mucugê, Novo Horizonte, Oliveira dos Brejinhos, Riacho de Santana, Rio de Contas, Seabra, Tanque Novo e Urandi.

#### Perímetros interceptados:

Unidades territoriais básicas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UTB (%)
Planície Fluvial do Rio São Francisco	94,7	0,26
Chapada de Morro do Chapéu	687,41	1,87
Planalto do Rio Bonito	34,86	0,09
Serra do Sincorá	3.322,79	9,02
Gerais da Chapada Diamantina	1.030,74	2,80
Superfície Dissecada de Barra da Estiva	0,51	0,00
Serras da Nascente do Rio Contas	3.986,00	10,82
Serras Ocidentais da Chapada Diamantina	13.700,68	37,21
Superfície Cimeira do Espinhaço	2.786,68	7,57
Serras Alinhadas do Espinhaço	10.364,00	28,15
Depressão de Guanambi	3,91	0,01
Depressão de Paramirim	363,08	0,99
Depressão Sertaneja	448,20	1,22

#### Unidades de paisagem:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UP (%)
Planície Fluvial do rio São Francisco c/ Floresta de Galeria.	94,7	0,26
Chapada de Morro do Chapéu c/ Cultura de Citros.	5,95	0,02
Chapada de Morro do Chapéu c/ contato Caatinga-Floresta Estacional.	45,96	0,12
Chapada de Morro do Chapéu c/ contato Cerrado-Floresta Estacional.	2,14	0,01
Chapada de Morro do Chapéu c/ Floresta Estacional (fragmentos naturais e/ou descaracterizada).	438,12	1,19
Chapada de Morro do Chapéu c/ Pastagem e policultura.	18,82	0,05
Chapada de Morro do Chapéu c/ Refúgio Ecológico.	176,31	0,48
Planalto do rio Bonito c/ Floresta Estacional (fragmentos naturais e/ou descaracterizada).	34,86	0,09
Serra do Sincorá c/ pequenas parcelas de Cultura irrigada e diversificada de café, feijão, cebola, etc.	26,98	0,07
Serra do Sincorá c/ Café associado à Pastagem.	48,40	0,13
Serra do Sincorá c/ Culturas temporárias tradicionais.	8,83	0,02
Serra do Sincorá c/ Culturas temporárias tradicionais.	57,95	0,16
Serra do Sincorá c/ Cerrado.	803,49	2,18

(continua)

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UP (%)
Serra do Sincorá c/ Contato Cerrado/Floresta.	337,91	0,92
Serra do Sincorá c/ Pastagem plantada, policultura de subsistência e Vegetação Secundária.	18,51	0,05
Serra do Sincorá c/ Refúgio Ecológico.	2.020,71	5,49
Gerais da Chapada Diamantina c/ Culturas diversificadas comercial e de subsistência.	9,73	0,03

Gerais da Chapada Diamantina c/ Caatinga.	411,25	1,12
Gerais da Chapada Diamantina c/ Cerrado gramíneo lenhoso e tipo parque.	169,44	0,46
Gerais da Chapada Diamantina c/ Pastagem plantada, melhorada ou não associada a culturas irrigadas.	440,32	1,2
Serras da Nascente do rio de Contas c/ Cultura de feijão e milho irrigada ou não, intercalada com pastagem.	96,61	0,26
Serras da Nascente do rio de Contas c/ Caatinga.	138,73	0,38
Serras da Nascente do rio de Contas c/ Cerrado Arbóreo Aberto, Cerrado Parque.	171,67	0,47
Serras da Nascente do rio de Contas c/ Cerrado Intercaladas com Pastagem.	357,33	0,97
Serras da Nascente do rio de Contas c/ Refúgio Ecológico.	3.221,65	8,75
Serras Ocidentais da Chapada Diamantina c/ Cultura diversificada, policultura comercial de subsistência.	365,52	0,99
Serras Ocidentais da Chapada Diamantina c/ Cultura de feijão e milho, irrigadas ou não.	82,41	0,22
Serras Ocidentais da Chapada Diamantina c/ Cultura temporária e culturas permanentes.	553,04	1,5
Serras Ocidentais da Chapada Diamantina c/ Caatinga.	4.269,68	11,59
Serras Ocidentais da Chapada Diamantina c/ Cerrado.	2.474,97	6,72
Serras Ocidentais da Chapada Diamantina c/ Contato de Floresta Estacional.	110,14	0,30
Serras Ocidentais da Chapada Diamantina c/ Pastagem.	1.034,93	2,81
Serras Ocidentais da Chapada Diamantina c/ Pastagem.	1.468,99	3,99
Serras Ocidentais da Chapada Diamantina c/ Pastagem associada a cultura de café.	109,47	0,3
Serras Ocidentais da Chapada Diamantina c/ Refúgio ecológico.	3.231,54	8,78
Superfície Cimeira do Espinhaço c/ Vegetação Natural de Cerrado.	1.569,18	4,26
Superfície Cimeira do Espinhaço c/ Floresta.	473,11	1,28
Superfície Cimeira do Espinhaço c/ Pastagem.	734,16	1,99
Superfície Cimeira do Espinhaço c/ Pastagem com Vegetação Natural.	10,23	0,03
Serras Alinhadas do Espinhaço c/ Caatinga.	363,46	0,99
Serras Alinhadas do Espinhaço c/ Cerrado Arbóreo Aberto.	5.539,99	15,04
Serras Alinhadas do Espinhaço c/ Caatinga-Floresta Estacional Decidual.	1.422,74	3,86
Serras Alinhadas do Espinhaço c/ Pastagem associada a policulturas.	2.436,34	6,62
Serras Alinhadas do Espinhaço c/ Pastagem com Vegetação Natural.	130,27	0,35
Serras Alinhadas do Espinhaço c/ Refúgio ecológico.	471,2	1,28
Depressão de Guanambi c/ Caatinga.	3,91	0,01
Depressão de Paramirim c/ Pastagem e atividades agrícolas.	363,05	0,99
Depressão Sertaneja c/ Caatinga e Vegetação Secundária e atividades agropastoris.	28,66	0,08
Depressão Sertaneja c/ Pastagem plantada e natural.	419,54	1,14

#### Bacias hidrográficas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
Contas	6.585,56	17,88
Paraguaçu	5.626,82	15,28
São Francisco	24.610,66	66,83

#### Territórios de identidade:

Nº	Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona no TI (%)
1	Irecê	6.387,62	17,35
2	Velho Chico	7.400,66	20,10
3	Chapada Diamantina	11.313,24	30,72
12	Bacia do Paramirim	5.934,46	16,12

13	Sertão Produtivo	5.109,05	13,87
20	Vitória da Conquista	678,54	1,84

#### Municípios:

Código	Descrição	População (2010)	Área (km²)	Percentual da Zona no Município (%)
2900108	Abaíra	8.324	580,24	1,58
2901304	Andaraí	13.948	747,82	2,03
2902807	Barra da Estiva	21.190	73,65	0,20
2903003	Barra do Mendes	13.997	1.055,56	2,87
2903904	Bom Jesus da Lapa	63.508	162,87	0,44
2904001	Boninal	13.695	399,92	1,09
2904050	Bonito	14.851	25,10	0,07
2904100	Boquira	22.042	586,95	1,59
2904209	Botuporã	11.162	294,75	0,80
2904506	Brotas de Macaúbas	10.718	1.909,62	5,19
2904605	Brumado	64.550	225,48	0,61
2905008	Caculé	22.231	50,15	0,14
2905206	Caetité	47.524	2.153,60	5,85
2906600	Candiba	13.205	22,98	0,06
2907558	Caturama	8.847	135,05	0,37
2910107	Dom Basílio	11.355	133,83	0,36
2900504	Érico Cardoso	10.855	702,76	1,91
2911303	Gentio do Ouro	10.720	3.291,04	8,94
2911709	Guanambi	78.801	268,11	0,73
2912004	Ibiassucê	10.077	34,07	0,09
2912202	Ibicoara	17.301	335,07	0,91
2912400	Ibipeba	17.021	282,02	0,77
2912509	Ibipitanga	14.171	122,24	0,33
2913002	Ibitiara	15.519	1.053,89	2,86
2913200	Ibotirama	25.422	278,52	0,76
2913408	Igaporã	15.194	721,46	1,96
2914109	Ipupiara	9.290	1.064,22	2,89
2914307	Iramaia	11.988	52,33	0,14
2914406	Iraquara	22.607	231,60	0,63
2915007	Itaeté	14.932	87,51	0,24

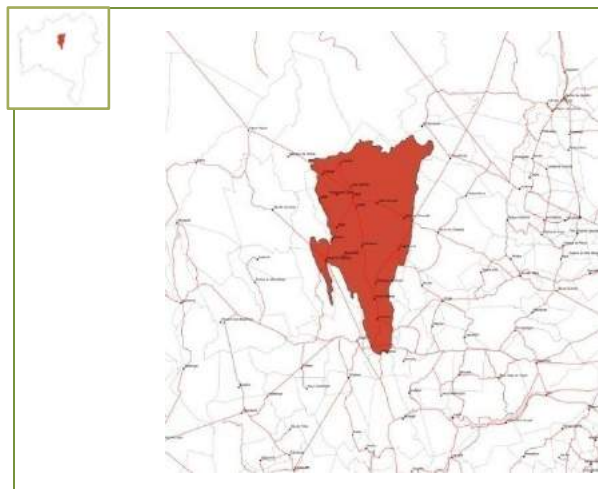
(continua)

Código	Descrição	População (2010)	Área (km²)	Percentual da Zona no Município (%)
2915353	Itaguaçu da Bahia	13.209	306,39	0,83
2917201	Ituaçu	18.127	277,13	0,75
2917409	Jacaraci	13.656	296,11	0,80
2918605	Jussiape	7.972	519,00	1,41
2918753	Lagoa Real	13.934	441,78	1,20
2919306	Lençóis	10.368	1.010,32	2,74

2919405	Licínio de Almeida	12.320	288,92	0,78
2919504	Livramento de Nossa Senhora	42.705	608,85	1,65
2919801	Macaúbas	47.067	1.944,14	5,28
2921054	Matina	11.134	204,3	0,55
2921609	Morpará	8.285	485,25	1,32
2921807	Mortugaba	12.482	93,50	0,25
2921906	Mucugê	10.548	1.175,32	3,19
2922854	Nova Redenção	8.034	9,43	0,03
2923035	Novo Horizonte	10.673	608,02	1,65
2923209	Oliveira dos Brejinhos	21.839	1.104,39	3,00
2923506	Palmeiras	8.408	435,84	1,18
2923605	Paramirim	20.998	784,79	2,13
2923704	Paratinga	29.475	1.661,46	4,51
2924306	Piatã	17.985	1.146,09	3,11
2924504	Pindaí	15.629	275,19	0,75
2926400	Riacho de Santana	30.651	872,79	2,37
2926707	Rio de Contas	12.979	1.021,40	2,77
2926905	Rio do Pires	11.923	638,81	1,73
2929909	Seabra	41.815	1.378,19	3,74
2930808	Souto Soares	15.899	348,62	0,95
2931053	Tanque Novo	16.133	724,96	1,97
2932606	Urandi	16.499	617,89	1,68
2933406	Wagner	8.983	73,87	0,20
2933604	Xique-Xique	45.562	388,40	1,05

### Identificação da Zona:

Número	10
Nome	Chapada de Irecê
Área total (km <sup>2</sup> )	11.037,75



**Descrição:** Chapada de Irecê em meio à Caatinga e com atividades de culturas temporárias de grãos, pecuária, estruticultura (avestruz), mineração (fosfato – Irecê), aglomeração urbana (Irecê), comunidades quilombolas (São Gabriel, Jussara, Ibititá e Canarana).

### Diretrizes da Zona:

#### Diretrizes Gerais

Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, com ênfase nos remanescentes de caatinga situados nas bordas das serras setentrionais, ao norte, e nas bordas da Chapada Diamantina.

Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a produção agropecuária - culturas temporárias, pecuária, mineração) à preservação da biodiversidade e a manutenção dos serviços ambientais, especialmente disponibilidade hídrica e estabilização de áreas cársticas, além da inclusão social.

Incentivar programas e práticas para a convivência com a seca com base na adoção de técnicas adequadas de manejo agropecuário, na diversificação produtiva, em obras de infraestrutura hídrica e de promoção do acesso a tecnologias sociais.

#### Diretrizes Específicas

Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares articuladas às existentes (APA Grutas dos Brejões/Veredas do Romão Gramacho e APA Marimbus-Iraquara) abrangendo os remanescentes de vegetação natural situadas nas bordas das serras setentrionais, ao norte, e nas bordas da Chapada Diamantina, ao sul, situados nos locais com grande concentração de cavernas e dolinas distribuídas por toda a zona e presença de importantes sítios arqueológicos, e na planície do rio Veredas do Romão Gramacho, e habitats e ecossistemas diversificados.

Implantar e fortalecer o manejo e gestão das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: APA Grutas dos Brejões/Veredas do Romão Gramacho e APA Marimbus-Iraquara; assim como da gruta da pratinha e do sistema de grutas e cavernas do município de Iraquara.

Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.

Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.

Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Promover o manejo sustentável dos solos de substrato calcário, devido à alta fertilidade natural e moderada vulnerabilidade a erosão, em virtude do caráter poroso e permeável, de modo a evitar arenização, erosão, assoreamento e redução da fertilidade.

Aprimorar o sistema de gerenciamento de recursos hídricos, considerando devido à alta vulnerabilidade a contaminação e à elevada deficiência hídrica, e a garantia dos usos múltiplos e das funções sociais e ambientais da água.

Incentivar atividades produtivas que contemplem tecnologias de economia de água e manejo sustentável dos solos e desestimular as atividades produtivas que demandem alto consumo hídrico, considerando a importância dos sistemas naturais para conservação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

Fortalecer processos de alocação negociada de água e de sistemas para mediação de conflitos.

Realizar estudos das disponibilidades hídricas subterrâneas nas áreas de domínio hidrogeológico dos Carbonatos/Metacarbonatos.

Fortalecer e estruturar as cadeias produtivas da horticultura e fruticultura, com respeito a parâmetros de sustentabilidade socioeconômica e ambiental, e aproveitamento das potencialidades dos projetos de irrigação.

Fortalecer e expandir os serviços de assistência técnica e extensão rural a fim de fortalecer a agricultura familiar e as comunidades tradicionais.

Fomentar o aprimoramento da cadeia produtiva do biodiesel na região.

Apoiar o turismo ecológico, cultural e de esporte, valorizando especialmente as cavernas, povos e comunidades tradicionais e o patrimônio histórico e cultural.

Incentivar a adoção de tecnologias de economia de água e manejo sustentável dos solos nas atividades produtivas.

Promover a regularização das pequenas lavras de exploração mineral, nas dimensões ambiental e do trabalho decente.

Promover a implantação de obras de infraestrutura hídrica e acesso a tecnologias sociais de convivência com o semiárido.

Fomentar políticas de reconhecimento para os povos e comunidades tradicionais, que promovam o acesso à terra e à água, à assistência técnica, à extensão rural e ao crédito adequados aos seus modos de vida e produção.

### Vulnerabilidade Social:

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	-
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	-
<b>Tipo 3:</b> Municípios qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	-
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	-
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	Barro Alto, Irecê, Palmeiras, Presidente Dutra e Uibaí
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	Ibititá
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	-
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	América Dourada, Barra do Mendes, Cafamaum, Canarana, Central, Ibipeba, Iraquara, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Lapão, Morro do Chapéu, Mulungu do Morro, Ourolândia, Seabra, Sento Sé, São Gabriel e Souto Soares

### Qualidade Ambiental da Biodiversidade:

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	973,80	8,82	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	2.455,24	22,24	ZEE-BA

### Áreas Especiais:

#### Unidades de conservação:

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na UC (%)
APA Gruta dos Brejões/Veredas do Romão Gramacho	x		Uso Sustentável		
APA Marimbus/Iraquara	x		Uso Sustentável		
Parque Nacional da Chapada Diamantina		x			

### Comunidades tradicionais:

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades
Quilombolas	América Dourada	6
	Barro Alto	4
	Canarana	11
	Ibipeba	1



	Ibititá	8	
	Itaguaçu da Bahia	4	
	João Dourado	14	
	Jussara	2	
	Lapão	10	
	Morro do Chapéu	7	
	Palmeiras	1	
	Presidente Dutra	1	
	Seabra	10	
	São Gabriel	5	
	Souto Soares	1	
	Uibaí	1	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>	<b>Nº de Comunidades</b>	
Fundo de pasto	Seabra	1	
	Sento Sé	3	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>	<b>Grupos</b>	<b>População Indígena</b>
Indígenas	-	-	-
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>	<b>Nº de Pescadores</b>	
Pescadores	Central	1	
	Palmeiras	1	
	Seabra	4	
	Presidente Dutra	3	

#### Infraestrutura:

##### Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	3	-	BA-046; BA-052; BA-122; BA-148; BA-225; BA-370; BA-428; BA-431; BA-432; BA-433; BA-434; BA-435; BA-480; BA-483; BA-779; BA-800; BA-801; BA-849; BR-122; BR-242; BR-330 e BR-349.

##### Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL
------------	---	--

	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio	
América Dourada																					
Barra do Mendes																					
Barro Alto																					
Cafarnaum																					
Canarana																					
Central																					
Ibipeba																					
Ibititá																					
Iraquara																					
Irecê																					
Itaguaçu da Bahia																					
João Dourado																					
Jussara																					
Lapão																					
Morro do Chapéu																					
Mulungu do Morro																					
Ourolândia																					
Palmeiras																					
Presidente Dutra																					
Seabra																					
Sento Sé																					
São Gabriel																					
Souto Soares																					
Uibaí																					

**Sistemas produtivos:**

**Agropecuária:**

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																											
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dendê	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja	
América Dourada																												
Barra do Mendes																												
Barro Alto																												
Cafarnaum																												
Canarana																												
Central																												
Ibipeba																												
Ibititá																												
Iraquara																												
Irecê																												
Itaguaçu da Bahia																												
João Dourado																												
Jussara																												
Lapão																												
Morro do Chapéu																												
Mulungu do Morro																												
Ouroândia																												
Palmeiras																												
Presidente Dutra																												
Seabra																												
Sento Sé																												
São Gabriel																												
Souto Soares																												
Uibaí																												

**Indústria:**

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
	Quantidade de Indústrias de Transformação
Ibititá	1
Iraquara	2
Irecê	3
Jussara	3
Seabra	1
Souto Soares	1

**Turismo:**

Localização em Zona Turística:	Chapada Norte	integral	parcial	x	residual
--------------------------------	---------------	----------	---------	---	----------

Circuito do Diamante	integral	x	parcial	residual
<b>Enquadramento geográfico-paisagístico:</b>				
Território situado na ampla planície enclavada entre a Chapada de Morro do Chapéu e a Chapada Diamantina, indo das áreas cársticas de Iraquara até as planícies do rio Jacaré.				
<b>Segmentos turísticos envolvidos:</b>				
Turismo Ecológico; Turismo de Natureza Turismo de Esporte e Aventura				
<b>Atrativos para o turismo:</b>				
Patrimônio natural: Conjuntos geográficos, ecossistemas, sistemas hidrográficos e paisagens regionais específicos, com seu amplo platô carstico com estruturas de grutas e rios subterrâneos. Irecê – é o principal centro regional de serviços; Iraquara – um importante polo espeleológico. Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos Patrimônio natural; especial:(Sítios) Estruturas Espeleológicas Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.				
<b>Riscos para o Turismo:</b>				
Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos.				

**Sedes urbanas:**

Cidade
América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Ibipeba, Ibititá, Iraquara, Irecê, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Palmeiras, Presidente Dutra, São Gabriel, Souto Soares e Uibaí.

**Perímetros interceptados:**

Unidades territoriais básicas:	Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UTB (%)
	Chapada de Irecê	11.037,75	100,00

**Unidades de paisagem:**

Unidades de paisagem:	Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UP (%)
	Chapada de Irecê, áreas c/ Pinha consorciada.	290,79	2,63
	Chapada de Irecê, áreas c/ Plantio de sisal.	20,34	0,18
	Chapada de Irecê c/ Culturas temporárias (feijão, milho, mamona e sorgo) irrigada ou não e policultura.	8.433,41	76,41
	Chapada de Irecê c/ Remanescentes de Caatinga Arbórea.	1.808,49	16,38
	Chapada de Irecê c/ Cerrado.	122,56	1,11
	Chapada de Irecê c/ Floresta.	51,27	0,46
	Chapada de Irecê c/ Pequena área de Pastagem.	310,89	2,82

**Bacias hidrográficas:**

Bacias hidrográficas:	Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
	Paraguaçu	1.554,40	14,08
	São Francisco	9.483,36	85,92

**Territórios de identidade:**

Territórios de identidade:	Nº	Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona no TI (%)
	1	Irecê	8.509,29	77,09
	3	Chapada Diamantina	2.406,07	21,80

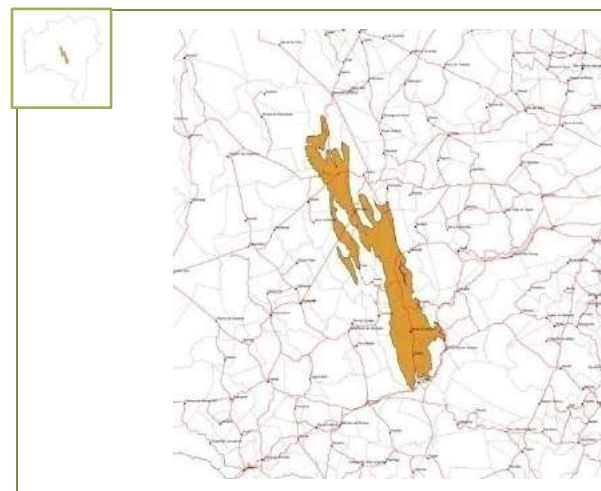
10	Sertão do São Francisco	1,67	0,02
16	Piemonte da Diamantina	120,73	1,09

Municípios:

Código	Descrição	População (2010)	Área (km²)	Percentual da Zona no Município (%)
2901155	América Dourada	15.952	840,17	7,61
2903003	Barra do Mendes	13.997	335,88	3,04
2903235	Barro Alto	13.626	414,68	3,76
2905305	Cafarnaum	17.212	599,91	5,44
2906204	Canarana	24.055	579,80	5,25
2907608	Central	17.027	452,61	4,10
2912400	Ibipeba	17.021	329,48	2,99
2913101	Ibititá	17.832	624,68	5,66
2914406	Iraquara	22.607	646,53	5,86
2914604	Irecê	66.404	319,53	2,89
2915353	Itaguaçu da Bahia	13.209	83,16	0,75
2918357	João Dourado	22.359	915,93	8,30
2918506	Jussara	15.053	583,96	5,29
2919157	Lapão	25.651	603,34	5,47
2921708	Morro do Chapéu	35.207	844,32	7,65
2922052	Mulungu do Morro	12.270	275,79	2,5
2923357	Ourolândia	16.477	120,73	1,09
2923506	Palmeiras	8.408	152,23	1,38
2925600	Presidente Dutra	13.756	163,85	1,48
2929255	São Gabriel	18.419	1.087,06	9,85
2929909	Seabra	41.815	119,44	1,08
2930204	Sento Sé	37.431	1,67	0,02
2930808	Souto Soares	15.899	643,54	5,83
2932408	Uibaí	13.655	299,48	2,71

**Identificação da Zona:**

Número	11
Nome	<b>Gerais da Diamantina e Espinhaço</b>
Área total (km <sup>2</sup> )	<b>6.306,27</b>



**Descrição:** Gerais da Diamantina em meio ao Cerrado e Contato Cerrado/Floresta Estacional/Caatinga, com agropecuária e cultivos irrigados. Destaque para produção de café em Piatã.

**Diretrizes da Zona:****Diretrizes Gerais**

Conservar áreas importantes para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais nas áreas de ecótonos (escassos no norte da zona e mais abundantes na metade sul da zona), com vegetação de contato entre cerrado, floresta estacional, caatinga e campos gerais, com vistas principalmente à estabilidade da geomorfologia, das características naturais dos solos, dos nichos associados à concentração de cavernas e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais.

Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para o turismo, mineração e agropecuária - principalmente café e bovinocultura), à preservação da biodiversidade à manutenção dos serviços ambientais, especialmente disponibilidade hídrica, estabilização dos solos e das paisagens singulares, além da inclusão social.

Promover políticas de estímulo à diversificação produtiva e limitação da ocupação das áreas agrícolas por monoculturas.

Promover políticas de inclusão socioeconômica, segurança alimentar, combate à pobreza e geração de trabalho e renda.

**Diretrizes Específicas**

Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares articuladas às existentes, abrangendo especialmente habitats diversificados e os remanescentes nas planícies fluviais e bordas das serras e chapadas, nos locais com concentração de cavernas (no sul da zona) e presença de sítios arqueológicos, e nas nascentes de rios vitais para o estado (Paraguaçu e de Contas).

Implantar e fortalecer o manejo e gestão integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: Parque Nacional da Chapada Diamantina (zona de amortecimento do parque) e Área de Relevante Interesse Ecológico Nascente do Rio de Contas.

Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.

Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.

Promover o manejo sustentável dos solos, tendo em vista a expansão da agricultura irrigada de cultivos temporários, de modo a evitar erosão, assoreamento e redução da fertilidade.

Aprimorar o manejo sustentável dos solos e recursos hídricos, tendo em vista a expansão da agricultura irrigada de cultivos temporários, de modo a proteger as nascentes dos rios, evitar erosão, assoreamento e redução da fertilidade.

Fortalecimento de políticas de prevenção, monitoramento e combate aos focos de incêndio.

Orientar a localização das reservas legais dos empreendimentos agrícolas, na perspectiva de proteção da zona de amortecimento do Parque Nacional da Chapada Diamantina e das áreas de interesse ecológico da região.

Incentivar a produção orgânica, delimitando áreas prioritárias para essas atividades e apoiando condições favoráveis ao seu desenvolvimento (outorga de água, financiamentos diferenciados e zoneamento agrícola).

Fortalecer a gestão integrada dos sistemas de barragens, considerando sua interdependência.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e serviços ambientais associados a biodiversidade desta Zona.

Fortalecer a agricultura familiar e orgânica, delimitando áreas prioritárias para essas atividades e apoiando condições favoráveis ao seu desenvolvimento (outorga de água, financiamentos diferenciados e zoneamento agrícola).

Fomentar e expandir os serviços de assistência técnica e extensão rural a fim de fortalecer a agricultura familiar e as comunidades tradicionais.

Apoiar o desenvolvimento do turismo, de forma sustentável, promovendo o desenvolvimento e a geração de trabalho e renda.

Fomentar políticas de reconhecimento para os povos e comunidades tradicionais, que promovam o acesso à terra e à água, à assistência técnica, à extensão rural e ao crédito adequados aos seus modos de vida e produção.

Potencializar programas e ações que atuem na vigilância epidemiológica, riscos, agravos e controle das doenças endêmicas e epidêmicas.

Promover a universalização qualificada dos serviços de saúde, com ênfase na ampliação e melhoria da rede de Atenção Básica, na articulação com o sistema de vigilância epidemiológica e no atendimento às necessidades das políticas geracionais, de gênero e de raça.

Fomentar programas e projetos capazes de assegurar a permanência e a conclusão das etapas sucessivas e a integração dos níveis do Ensino Fundamental e Médio da Educação Básica e Profissional, possibilitando acesso ao Ensino Superior.

Fortalecer as políticas de combate ao analfabetismo na população com mais de 15 anos de idade.

Fortalecer as políticas de combate à mortalidade materna e infantil, priorizando a atenção e prevenção a saúde da gestante, o aleitamento materno e acompanhamento da criança, sobretudo no primeiro ano de vida.

Promover a inclusão socioeconômica, o combate à pobreza e a geração de trabalho e renda, com ênfase na segurança nutricional e alimentar, e incentivo ao empreendedorismo, à economia solidária e ao cooperativismo.

**Vulnerabilidade Social:**

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	-
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	Abaíra
<b>Tipo 3:</b> Municípios qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	-
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	-
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	Barra da Estiva, Ibitiara, Mucugê e Palmeiras
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	Jussiape
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	-
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Barra do Mendes, Boninal, Brotas de Macaúbas, Contendas do Sincorá, Piatã e Seabra

**Qualidade Ambiental da Biodiversidade:**

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	2.604,59	41,30	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	3.775,78	59,87	ZEE-BA

### Áreas Especiais:

#### Unidades de conservação:

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km²)	Percentual da Zona na UC (%)
Área de Relevante Interesse Ecológico Nascente do Rio de Contas	x		Uso Sustentável		
Parque Nacional da Chapada Diamantina		x			

#### Comunidades tradicionais:

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Quilombolas	Abaíra	2	
	Barra da Estiva	2	
	Boninal	3	
	Contendas do Sincorá	1	
	Ibitiara	8	
	Mucugê	1	
	Palmeiras	1	
	Piatã	3	
	Seabra	10	
Tanhaçu	1		
Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Fundo de pasto	Brotas de Macaúbas	3	
	Seabra	1	
Comunidades	Municípios	Grupos	População Indígena
Indígenas	-	-	-
Comunidades	Municípios	Nº de Pescadores	
Pescadores	Barra da Estiva	2	
	Ibitiara	1	
	Novo Horizonte	1	
	Palmeiras	1	
	Seabra	4	

### Infraestrutura:

#### Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	2	-	BA-131; BA-142; BA-144; BA-148; BA-245; BA-475; BA-560; BA-562; BA-564; BA-900; BR-122; BR-242; BR-330; BR-349 e BR-407.

#### Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA										FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL									
	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio
Abaíra																				
Barra da Estiva																				
Barra do Mendes																				
Boninal																				
Brotas de Macaúbas																				
Cont. do Sincorá																				
Ibicoara																				
Ibitiara																				
Ituaçu																				
Jussiape																				
Mucugê																				
Novo Horizonte																				
Palmeiras																				
Piatã																				
Seabra																				
Tanhaçu																				



### Sistemas produtivos:

#### Agropecuária:

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																										
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dendê	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja
Abaíra																											
Barra da Estiva																											
Barra do Mendes																											
Boninal																											
Brotas de Macaúbas																											
Contendas do Sincorá																											
Ibicoara																											
Ibitiara																											
Ituaçu																											
Jussiape																											
Mucugê																											
Novo Horizonte																											
Palmeiras																											
Piatã																											
Seabra																											
Tanhaçu																											

#### Indústria:

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
	Quantidade de Indústrias de Transformação
Ibicoara	1

#### Turismo:

Localização em Zona Turística:	Circuito do Diamante		integral	x	parcial	residual
	Circuito do Ouro		integral	x	parcial	residual
<b>Enquadramento geográfico-paisagístico:</b>						
Os Gerais constituem o miolo da Chapada Diamantina com seus maciços de altos platôs, um território que vai da parte norte-central do município de Barra de Mendes até as áreas montanhosas de Barra de Estiva e Ituaçu.						
<b>Segmentos turísticos envolvidos:</b>						
Turismo Ecológico; Turismo de Natureza Turismo de Esporte e Aventura Turismo Cultural; Turismo Religioso						
<b>Atrativos para o turismo:</b>						
Patrimônio natural: Conjuntos geográficos, ecossistemas, sistemas hidrográficos e paisagens regionais específicos, com seus vastos altiplanos sobre as formações serranas da Chapada. Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos. Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.						
<b>Riscos para o Turismo:</b>						
Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos; atividades de mineração não integradas no contexto paisagístico local.						

#### Sedes urbanas:

Cidade
Barra da Estiva, Boninal, Ibicoara, Ituaçu e Piatã

#### Perímetros interceptados:

#### Unidades territoriais básicas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UTB (%)
Superfície Dissecada de Barra da Estiva	1.917,70	30,41
Gerais da Chapada Diamantina	4.388,56	69,59

#### Unidades de paisagem:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UP (%)
Gerais da Chapada Diamantina c/ Culturas diversificadas comercial e de subsistência.	235,12	3,73
Gerais da Chapada Diamantina c/Cultura diversificada de batata inglesa, café, feijão, milho, cebola, etc.	303,54	4,81
Gerais da Chapada Diamantina c/ Culturas de café associado à Pastagem.	55,43	0,88
Gerais da Chapada Diamantina c/ Cultura de feijão e milho irrigada ou não,intercalada com pastagem.	389,29	6,17
Gerais da Chapada Diamantina c/ Cultura permanente (fumo, banana, mamona, etc) intercalada com Pastagem.	205,51	3,26
Gerais da Chapada Diamantina c/ Caatinga.	1.288,74	20,44
Gerais da Chapada Diamantina c/ Cerrado gramíneo lenhoso e tipo parque.	1.627,69	25,81
Gerais da Chapada Diamantina c/ Floresta Estacional Submontana.	20,39	0,32
Gerais da Chapada Diamantina c/ Pastagem plantada, melhorada ou não associada a culturas irrigadas.	202,21	3,21
Gerais da Chapada Diamantina c/ Refúgio ecológico.	16,53	0,26
Gerais da Chapada Diamantina c/ Refúgio Ecológico.	44,11	0,70
Superfície Dissecada de Barra da Estiva c/ Cultivo de café associado à pastagem, policultura.	414,46	6,57
Superfície Dissecada de Barra da Estiva c/ Caatinga.	104,90	1,66
Superfície Dissecada de Barra da Estiva c/ Cerrado Arbóreo Aberto.	131,16	2,08
Superfície Dissecada de Barra da Estiva c/ contato Cerrado-Floresta Estacional.	9,73	0,15
Superfície Dissecada de Barra da Estiva c/ Pastagem.	2,01	0,03
Superfície Dissecada de Barra da Estiva c/ Refúgio ecológico.	1.255,16	19,90

#### Bacias hidrográficas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
Contas	2.049,98	32,51
Paraguaçu	3.141,03	49,81
São Francisco	1.115,26	17,68

#### Territórios de identidade:

Nº	Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona no TI (%)
1	Irecê	152,51	2,42
2	Velho Chico	215,94	3,42
3	Chapada Diamantina	4.844,37	78,82
13	Sertão Produtivo	1.093,44	17,34

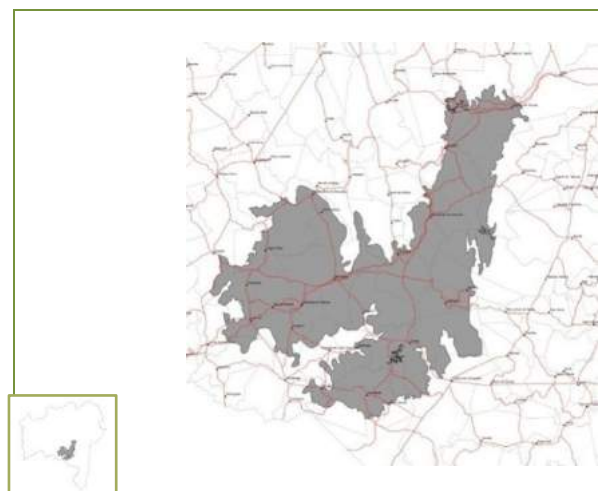
#### Municípios:

Código	Descrição	População (2010)	Área (km²)	Percentual da Zona no Município (%)
--------	-----------	------------------	------------	-------------------------------------

2902807	Barra da Estiva	21.190	675,98	10,72
2903003	Barra do Mendes	13.997	152,51	2,42
2904001	Boninal	13.695	535,48	8,49
2904506	Brotas de Macaúbas	10.718	215,94	3,42
2908804	Contendas do Sincorá	4.663	262,87	4,17
2912202	Ibicoara	17.301	505,95	8,02
2913002	Ibitiara	15.519	157,78	2,50
2917201	Ituaçu	18.127	744,83	11,81
2918605	Jussiapé	7.972	66,86	1,06
2921906	Mucugê	10.548	1.269,52	20,13
2923035	Novo Horizonte	10.673	2,43	0,04
2923506	Palmeiras	8.408	70,40	1,12
2924306	Piatã	17.985	521,06	8,26
2929909	Seabra	41.815	1.038,82	16,47
2931004	Tanhaçu	20.022	85,74	1,36

**Identificação da Zona:**

Número	12
Nome	<b>Depressão e Patamares do Rio de Contas</b>
Área total (km <sup>2</sup> )	23.338,34



**Descrição:** Depressão e Patamares do rio de Contas em áreas de Caatinga e Contato Caatinga/Floresta Estacional, com pecuária e agricultura, em especial fruticultura (manga), mineração (magnesita, talco, urânio), e produção de cachaça. Aglomeração urbana (Brumado).

**Diretrizes da Zona:****Diretrizes Gerais**

Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a mineração e agropecuária - fruticultura e bovinocultura) à preservação da biodiversidade e dos recursos naturais (especialmente Rio de Contas, Floresta Nacional de Contendas do Sincorá) e a manutenção dos serviços ambientais, especialmente a disponibilidade hídrica e a sustentação dos patamares mais altos que envolvem grande parte da área, além da inclusão social.

Garantir o manejo adequado dos solos, incentivar atividades que demandem pouca utilização de recursos hídricos, que mantenham os componentes da biodiversidade (Rio de Contas, Floresta Nacional de Contendas do Sincorá) e de valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais.

**Diretrizes Específicas**

Monitorar a atividade de exploração de urânio, de modo a minimizar as externalidades negativas da atividade.

Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares articuladas às existentes, abrangendo os remanescentes de vegetação natural situados sobre as serras residuais e nas bordas da Chapada Diamantina, ao norte, da Serra Geral, a oeste, e do Planalto Sul Baiano, ao sul, e na planície fluvial do rio de Contas, e habitats e ecossistemas diversificados.

Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente nos fragmentos de caatinga e floresta estacional situadas sobre as serras residuais e nas bordas da Chapada Diamantina, da Serra Geral e do Planalto Sul Baiano, com vistas principalmente à estabilidade da geomorfologia, das características naturais dos solos e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais.

Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.

Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.

Fortalecer a gestão das áreas protegidas existentes, das quais se destaca: Floresta Nacional de Contendas do Sincorá.

Promover o manejo sustentável dos solos, principalmente os aluviais situados nas proximidades do rio de Contas, devido à moderada a alta vulnerabilidade a erosão, de modo a evitar erosão e assoreamento.

Aprimorar a gestão dos recursos hídricos e monitoramento do uso das águas nas planícies fluviais do rio de Contas.

Adequar, de forma sustentável, a infraestrutura energética às necessidades socioeconômicas, aproveitando o potencial energético (solar, eólica, térmicas, biodiesel - mamona e girassol) e respeitando as questões ambientais.

Apoiar o desenvolvimento do turismo ecológico e cultural, de forma sustentável, promovendo o desenvolvimento e a geração de trabalho e renda.

Fomentar a adoção de tecnologias sustentáveis para a expansão das atividades de mineração, da agropecuária e da utilização dos recursos hídricos.

Aprimorar o monitoramento da exploração de urânio e minimizar as externalidades negativas da atividade.

Fortalecer e estruturar a cadeia produtiva da fruticultura em bases sustentáveis.

Fomentar políticas de reconhecimento para os povos e comunidades tradicionais, que promovam o acesso à terra e à água, à assistência técnica, à extensão rural e ao crédito adequados aos seus modos de vida e produção.

Fomentar e expandir os serviços de assistência técnica e extensão rural a fim de fortalecer a agricultura familiar e as comunidades tradicionais.

Potencializar programas e ações que atuem na vigilância epidemiológica, riscos, agravos e controle das doenças endêmicas e epidêmicas.

Promover o acesso à água, esgotamento sanitário e tratamento de efluentes, bem como à coleta, ao tratamento e à disposição adequada de resíduos sólidos.

Fomentar política de acesso à habitação de qualidade e combate à favelização.

**Qualidade Ambiental da Biodiversidade:**

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	5.382,47	23,06	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	6.265,54	26,85	ZEE-BA

**Vulnerabilidade Social:**

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	Maetinga
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	Cordeiros, Jacaraci, Rio de Contas e Vitória da Conquista
<b>Tipo 3:</b> Municípios qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	-
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	-
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	Barra da Estiva, Brumado, Iaçú, Ibiassucê, Paramirim e Tanhaçu
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	Caculé, Guajeru e Licínio de Almeida
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	Caraíbas
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Aracatu, Belo Campo, Boa Vista do Tupim, Caetanos, Caetité, Condeúba, Cândido Sales, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Iramaia, Itaeté, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Manoel Vitorino, Maracás, Marcionílio Souza, Mirante, Paramirim, Piripá, Rio do Antônio e Tremedal

**Áreas Especiais:****Unidades de conservação:**

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na UC (%)
Floresta Nacional Contendas do Sincorá		x			

**Comunidades tradicionais:**

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades
Quilombolas	Anagé	1
	Barra da Estiva	2
	Caetité	5
	Condeúba	1
	Livramento de Nossa Senhora	9
	Piripá	3
	Rio de Contas	1
	Tanhaçu	1
	Tremedal	1
	Vitória da Conquista	16

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades
Fundo de pasto	-	-
Comunidades	Municípios	Grupos
Indígenas	-	-
Comunidades	Municípios	Nº de Pescadores
Pescadores	Aracatu	1
	Barra da Estiva	2
	Belo Campo	5
	Boa Vista do Tupim	3
	Cordeiros	1
	Iramaia	1
	Malhada de Pedras	5
	Manoel Vitorino	19
	Mirante	2
	Rio de Contas	47
Tremedal	49	

### Infraestrutura:

Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	4	-	BA-026; BA-131; BA-142; BA-148; BA-152; BA-156; BA-245; BA-262; BA-263; BA-488; BA-561; BA-569; BA-614; BA-617; BA-623; BA-625; BA-892; BA-940; BA-943; BR-030; BR-330 e BR-407.

Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA							FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL													
	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio	
Anagé																					
Aracatu																					
Barra da Estiva																					
Belo Campo																					
Boa Vista do Tupim																					

Município	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Límão	Coco	Dendê	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja	
Brumado																												
Caculé																												
Caetanos																												
Caetité																												
Caraíbas																												
Condeúba																												
Cândido Sales																												
Contendas do Sinc.																												
Cordeiros																												
Dom Basílio																												
Guajeru																												
Iaçu																												
Ibiassucê																												
Iramaia																												
Itaeté																												
Ituaçu																												
Jacaraci																												
Lagoa Real																												
Licínio de Almeida																												
Livramento de N. S.																												
Maetinga																												
Malhada de Pedras																												
Manoel Vitorino																												
Maracás																												
Marcionílio Souza																												
Mirante																												
Paramirim																												
Piripá																												
Presidente J. Quadros																												
Rio de Contas																												
Rio do Antônio																												
Tanhaçu																												
Tremedal																												
Vitória da Conquista																												

### Sistemas produtivos:

Agropecuária:

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																											
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Límão	Coco	Dendê	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja	
Anagé																												
Aracatu																												
Barra da Estiva																												
Belo Campo																												
Boa Vista do Tupim																												
Brumado																												
Caculé																												
Caetanos																												
Caetité																												





Residuais nas Depressões Interplanálticas c/ Pastagem mais Vegetação Natural.	1,54	0,01
---	------	------

#### Bacias hidrográficas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
Contas	21.408,68	91,73
Paraguaçu	1.929,06	8,27
Pardo	0,60	0,00

#### Territórios de identidade:

Nº	Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona no TI (%)
3	Chapada Diamantina	3.443,84	14,76
9	Vale do Jequiçá	625,41	2,68
12	Bacia do Paramirim	2,54	0,01
13	Sertão Produtivo	9.061,88	38,83
14	Piemonte do Paraguaçu	416,88	1,79
20	Vitória da Conquista	9.024,65	38,67
22	Médio Rio de Contas	763,14	3,27

2915007	Itaeté	14.932	336,86	1,44
2917201	Ituaçu	18.127	195,33	0,84
2917409	Jacaraci	13.656	119,08	0,51
2918753	Lagoa Real	13.934	437,57	1,87
2919405	Licínio de Almeida	12.320	81,88	0,35
2919504	Livramento de Nossa Senhora	42.705	1.530,65	6,56
2919959	Maetinga	7.031	355,54	1,52
2920304	Malhada de Pedras	8.452	529,86	2,27
2920403	Manoel Vitorino	14.390	763,14	3,27
2920502	Maracás	24.615	625,41	2,68
2920809	Marcionílio Souza	10.508	1.127,76	4,83
2921450	Mirante	10.512	599,51	2,57
2923605	Paramirim	20.998	2,54	0,01
2924702	Piripá	12.789	256,33	1,10
2925709	Presidente Jânio Quadros	13.657	507,65	2,18
2926707	Rio de Contas	12.979	43,81	0,19
2926806	Rio do Antônio	14.786	815,93	3,5
2931004	Tanhaçu	20.022	1.149,48	4,93
2931806	Tremedal	17.032	1.126,73	4,83
2933307	Vitória da Conquista	306.374	409,53	1,75

#### Municípios:

Código	Descrição	População (2010)	Área (km²)	Percentual da Zona no Município (%)
2901205	Anagé	25.500	1.574,88	6,75
2902005	Aracatu	13.732	1.369,95	5,87
2902807	Barra da Estiva	21.190	552,89	2,37
2903508	Belo Campo	16.026	294,81	1,26
2903805	Boa Vista do Tupim	18.000	412,40	1,77
2904605	Brumado	64.550	2.004,22	8,59
2905008	Caculé	22.231	446,88	1,91
2905156	Caetanos	13.666	725,76	3,11
2905206	Caetité	47.524	233,16	1,00
2906709	Cândido Sales	27.916	0,74	0,00
2906899	Carafbas	10.225	744,21	3,19
2908705	Condeúba	16.888	48,78	0,21
2908804	Contendas do Sincorá	4.663	782,31	3,35
2909000	Cordeiros	8.169	32,28	0,14
2910107	Dom Basílio	11.355	543,96	2,33
2911659	Guajeru	10.383	776,97	3,33
2911907	Iaçu	25.735	4,48	0,02
2912004	Ibiassucê	10.077	392,52	1,68
2914307	Iramaia	11.988	1.382,52	5,92

### Identificação da Zona:

Número	13	
Nome	Planalto de Vitória da Conquista	
Área total (km <sup>2</sup> )	13.305,13	

**Descrição:** Planalto de Vitória da Conquista em meio à Floresta Estacional e Caatinga Arbórea Arbustiva, com agropecuária, café, leite, indústria, mineração (mica, quartzo), comércio e serviços e aglomeração urbana com área metropolitana incipiente (Vitória da Conquista).

### Diretrizes da Zona:

#### Diretrizes Gerais

Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente os remanescentes de floresta estacional e caatinga, com vistas principalmente à estabilidade da geomorfologia, das áreas de relevância para geodiversidade (alvéolos rochosos), das cabeceiras de rios, das características naturais dos solos e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais.

Fortalecer e estruturar a cadeia produtiva do café em bases sustentáveis e agroecológicas.

Promover políticas para evitar os efeitos negativos da expansão urbana desordenada e do adensamento populacional no entorno dos centros urbanos.

Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a agropecuária, a indústria e a mineração) com a preservação da biodiversidade e a manutenção dos serviços ambientais, especialmente disponibilidade hídrica, além da inclusão social.

#### Diretrizes Específicas

Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares articuladas às existentes, abrangendo especialmente os remanescentes de vegetação natural situados nas bordas da Serra Geral, a noroeste, e nas bordas do planalto sul baiano, a sudeste, e nas planícies fluviais do rio Gavião e afluentes do rio Pardo, além de habitats e ecossistemas diversificados.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade da zona, priorizando os povos e comunidades tradicionais (quilombolas) que os geram.

Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.

Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.

Aprimorar o sistema de gerenciamento de recursos hídricos, considerando a integração de águas superficiais e subterrâneas e a garantia dos usos múltiplos e das funções sociais e ambientais da água, especialmente nas áreas de alimentação dos rios Pardo e Gavião.

Implementar estratégias para enfrentar os possíveis efeitos da monocultura, como a insegurança alimentar, concentração fundiária, o estreitamento da matriz econômica e a degradação da biodiversidade.

Fortalecer políticas de prevenção, monitoramento e combate aos focos de incêndio.

Fortalecer os programas de convivência com a seca e combate à desertificação e ampliação da oferta hídrica.

Elaborar estudos para ampliar a oferta hídrica, tanto para garantia do abastecimento doméstico e para produção agrícola quanto para o Polo Industrial de Vitória da Conquista.

Fomentar políticas de sustentabilidade socioeconômica e ambiental para a implantação de novos empreendimentos, principalmente industriais, e compatibilização das demandas de infraestrutura e de serviços sociais e urbanos na zona.

Fomentar políticas para minimizar impactos socioambientais da substituição das áreas de café por monoculturas de eucalipto.

Adequar, de forma sustentável, a infraestrutura energética às necessidades socioeconômicas, aproveitando o potencial energético (solar, eólica, térmicas, biodiesel - mamona e girassol) e respeitando as questões ambientais.

Fortalecer as atividades industriais, promovendo a infraestrutura adequada e assegurando o respeito a parâmetros de sustentabilidade ambiental.

Apoiar o desenvolvimento do turismo ecológico e de negócios, de forma sustentável, promovendo o desenvolvimento e a geração de trabalho e renda.

Promover políticas de estímulo à diversificação produtiva e limitação a ampliação da monocultura de eucalipto sobre áreas agrícolas e com cobertura vegetal natural.

Fortalecer a agricultura familiar e orgânica, associada à cadeia produtiva local.

Fomentar e expandir os serviços de assistência técnica e extensão rural a fim de fortalecer a agricultura familiar e as comunidades tradicionais.

Promover a inclusão socioeconômica, o combate à pobreza e a geração de trabalho e renda, com ênfase na segurança nutricional e alimentar, e incentivo ao empreendedorismo, à economia solidária e ao cooperativismo.

Promover o acesso à água, esgotamento sanitário e tratamento de efluentes, bem como à coleta, ao tratamento e à disposição adequada de resíduos sólidos.

Ampliar a oferta de energia elétrica domiciliar nas zonas rurais.

Fomentar programas e projetos capazes de assegurar a permanência e a conclusão das etapas sucessivas e a integração dos níveis do Ensino Fundamental e Médio da Educação Básica e Profissional, possibilitando acesso ao Ensino Superior.

Fortalecer as políticas de combate ao analfabetismo na população com mais de 15 anos de idade.

Implementar políticas de promoção da igualdade de gênero baseadas no combate à gravidez na adolescência, na educação sexual, na formação educacional, na autonomia e empoderamento feminino e no combate à violência contra as mulheres.

Fortalecer as políticas de combate à mortalidade materna e infantil, priorizando a atenção e prevenção a saúde da gestante, o aleitamento materno e acompanhamento da criança, sobretudo no primeiro ano de vida.

Fomentar política de acesso à habitação de qualidade e combate à favelização.

### Vulnerabilidade Social:

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	Maetinga
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	Cordeiros, Jacaraci, Macarani, Poções e Vitória da Conquista
<b>Tipo 3:</b> Municípios qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	-
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	-
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	Barra do Choça, Ibiassucê e Itambé
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	Caculé, Guajeru, Licínio de Almeida e Mortugaba
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	Carasbas
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Anagé, Aracatu, Belo Campo, Boa Nova, Condeúba, Cândido Sales, Encruzilhada, Piripá, Planalto, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo e Tremedal

### Qualidade Ambiental da Biodiversidade:

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	4.015,99	30,18	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	7.433,64	55,87	ZEE-BA

### Áreas Especiais:

#### Unidades de conservação:

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km²)	Percentual da Zona na UC (%)
-	-	-	-	-	-

#### Comunidades tradicionais:

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Quilombolas	Anagé	1	
	Condeúba	1	
	Piripá	3	
	Planalto	2	
	Poções	1	
	Ribeirão do Largo	1	
	Tremedal	1	
	Vitória da Conquista	16	
Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Fundo de pasto	-	-	
Comunidades	Municípios	Grupos	População Indígena
Indígenas	-	-	-
Comunidades	Municípios	Nº de Pescadores	
Pescadores	Aracatu	1	
	Belo Campo	5	
	Boa Nova	1	
	Cordeiros	1	
	Tremedal	49	

### Infraestrutura:

#### Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	2	-	BA-026; BA-148; BA-156; BA-262; BA-263; BA-270; BA-614; BA-617; BA-623; BA-630; BA-632; BA-634; BA-635; BA-637; BA-639; BA-640; BA-641; BA-642; BA-643; BA-646; BR-116; BR-407 e BR-415.

#### Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL
------------	---	--

	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio	
Anagé																					
Aracatu																					
Barra do Choça																					
Belo Campo																					
Boa Nova																					
Caculé																					
Caraíbas																					
Condeúba																					
Cândido Sales																					
Cordeiros																					
Encruzilhada																					
Guajeru																					
Ibiassucê																					
Itambé																					
Jacaraci																					
Licínio de Almeida																					
Macarani																					
Maetinga																					
Mortugaba																					
Piripá																					
Planalto																					
Poções																					
Presidente J. Quadros																					
Ribeirão do Largo																					
Tremedal																					
Vitória da Conquista																					

## Sistemas produtivos:

### Agropecuária:

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																											
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dendê	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja	
Anagé																												
Aracatu																												
Barra do Choça																												
Belo Campo																												
Boa Nova																												
Caculé																												
Caraíbas																												
Condeúba																												
Cândido Sales																												
Cordeiros																												
Encruzilhada																												
Guajeru																												
Ibiassucê																												
Itambé																												
Jacaraci																												
Licínio de Almeida																												
Macarani																												
Maetinga																												
Mortugaba																												
Piripá																												
Planalto																												
Poções																												
Presidente Jânio Quadros																												
Ribeirão do Largo																												
Tremedal																												
Vitória da Conquista																												

### Indústria:

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA		
	Quantidade de Indústrias de Transformação		
Anagé			1
Mortugaba			1
Poções			1
Presidente Jânio Quadros			1
Vitória da Conquista			5

### Turismo:

Localização em Zona Turística:	integral	parcial	residual
Não.	integral	parcial	residual
Enquadramento geográfico-paisagístico:			
Território situado no vasto platô entre as bacias dos rios Colônia e Pardo e a depressão do rio de Contas, estendendo-se de Poções até a divisa com Minas Gerais, tendo a BR-116 - a rodovia <i>Rio Bahia</i> - como eixo central de comunicação.			
Segmentos turísticos envolvidos:			

Turismo Ecológico; Turismo de Natureza  
Turismo de Negócios (Vitória da Conquista)

#### Atrativos para o turismo:

Amplios platôs de cobertura de cerrado e de agricultura convencional e pastagens;  
Patrimônio natural: Aspectos; conjuntos geográficos, paisagem regional, planícies, ecossistemas e sistemas hidrográficos;  
Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos;  
Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.

#### Riscos para o Turismo:

Expansão desordenada de atividades agrícolas; expansão desordenada de atividades turísticas bem como das áreas urbanas regionais.

### Sedes urbanas:

#### Cidade

Barra do Choça, Belo Campo, Condeúba, Cândido Sales, Cordeiros, Licínio de Almeida, Maetinga, Mortugaba, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros e Vitória da Conquista.

### Perímetros interceptados:

#### Unidades territoriais básicas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UTB (%)
Planalto Sul Baiano	12.484,47	93,83
Patamar do Médio Rio de Contas	820,67	6,17

#### Unidades de paisagem:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UP (%)
Patamar do Médio rio de Contas com Caatinga.	3.205,82	24,09
Patamar do Médio rio de Contas com contato Caatinga Floresta.	1.161,27	8,73
Planalto Sul Baiano com Pastagem.	7.496,10	56,34
Planalto Sul Baiano com Pequenas e áreas de contato Caatinga/Floresta Estacional.	621,27	4,67
Planalto Sul Baiano com Pastagem associada à Vegetação Natural.	773,07	5,81
Planalto Sul Baiano com Remanescentes de Floresta Estacional.	47,59	0,36

#### Bacias hidrográficas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
Contas	6.658,83	50,05
Pardo	6.574,07	49,41

#### Territórios de identidade:

Nº	Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona no TI (%)
8	Médio Sudoeste da Bahia	7,48	0,06
13	Sertão Produtivo	173,96	1,31
20	Vitória da Conquista	13.116,79	98,58
22	Médio Rio de Contas	6,96	0,05

### Municípios:

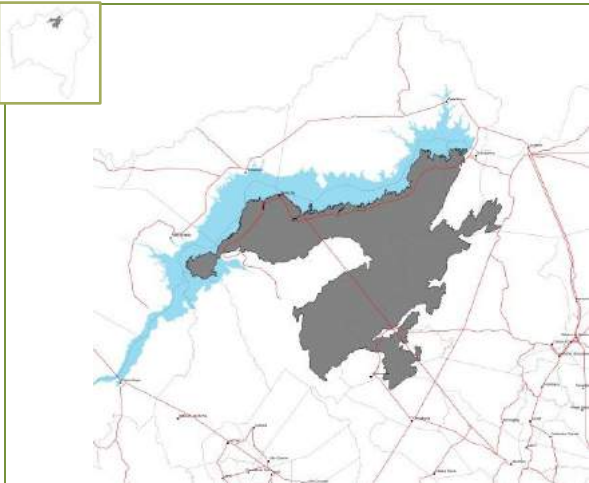
Código	Descrição	População (2010)	Área (km²)	Percentual da Zona no Município (%)
2902005	Aracatu	13.732	121,03	0,91

2901205	Anagé	25.500	208,55	1,57
2902906	Barra do Choça	34.788	346,29	2,60
2903508	Belo Campo	16.026	377,90	2,84
2903706	Boa Nova	15.409	6,96	0,05
2905008	Caculé	22.231	172,89	1,30
2906709	Cândido Sales	27.916	1.538,45	11,56
2906899	Caraíbas	10.225	54,66	0,41
2908705	Condeúba	16.888	1.238,22	9,31
2909000	Cordeiros	8.169	505,55	3,80
2910404	Encruzilhada	23.786	1.591,23	11,96
2911659	Guajeru	10.383	159,15	1,20
2912004	Ibiassucê	10.077	1,07	0,01
2915809	Itambé	23.106	6,10	0,05
2917409	Jacaraci	13.656	823,49	6,19
2919405	Licínio de Almeida	12.320	474,83	3,57
2919702	Macarani	17.088	1,38	0,01
2919959	Maetinga	7.031	326,86	2,46
2921807	Mortugaba	12.482	515,95	3,88
2924702	Piripá	12.789	184,16	1,38
2925006	Planalto	24.497	332,12	2,50
2925105	Poções	44.760	395,51	2,97
2925709	Presidente Jânio Quadros	13.657	680,69	5,12
2926657	Ribeirão do Largo	8.573	217,14	1,63
2931806	Tremedal	17.032	554,48	4,17
2933307	Vitória da Conquista	306.374	2.470,55	18,57



**Identificação da Zona:**

Número	14
Nome	Serras Setentrionais
Área total (km <sup>2</sup> )	9.930,41



**Descrição:** Serras Setentrionais com Cerrado, Floresta Montana e Refúgio Ecológico, com destaque para áreas protegidas, aquicultura e pesca no entorno do Lago de Sobradinho. Comunidades indígenas e de pescadores. Destaque também para agricultura irrigada, mais especificamente fruticultura, no município de Sento Sé.

**Diretrizes da Zona:****Diretrizes Gerais**

Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para turismo, pesca e aquicultura e agropecuária - horticultura irrigada e caprinocultura) à preservação da biodiversidade e a manutenção dos serviços ambientais, especialmente disponibilidade hídrica, estabilização dos solos e das paisagens singulares, além da inclusão social.

Conservar áreas importantes para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais nas extensas áreas de ecótonos significativamente preservados e distribuídos por toda a zona, com vegetação de contato entre cerrado, floresta montana, caatinga e campos rupestres, com vistas principalmente à estabilidade da geomorfologia, das características naturais dos solos e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais.

Fomentar políticas de irrigação que possibilitem o desenvolvimento da atividade agrícola, com ênfase na agricultura familiar.

Fomentar políticas de reconhecimento para os povos e comunidades tradicionais, que promovam o acesso à terra e à água, à assistência técnica, à extensão rural e ao crédito adequados aos seus modos de vida e produção.

**Diretrizes Específicas**

Fortalecer as políticas de prevenção, monitoramento e combate a focos de incêndio florestal.

Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares articuladas às existentes, abrangendo os remanescentes de vegetação natural, situados sobre as serras com topografia irregular, de importância hidrográfica, mineralógica e turística (paisagens singulares e atrativos naturais), com solos de alta vulnerabilidade à erosão, e nas nascentes de afluentes dos rios: Salitre, Jacaré e da margem direita do Lago de Sobradinho (RSF), e habitats e ecossistemas diversificados.

Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.

Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.

Implantar e fortalecer o manejo e gestão integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destaca a APA Lago de Sobradinho.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade do bioma priorizando os povos e comunidades tradicionais (pescadores), promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção da disponibilidade hídrica, da estabilidade de áreas com relevo acidentado e das paisagens singulares.

Promover o manejo sustentável dos solos situados sobre topos planos e suavemente ondulados, de modo a evitar erosão e assoreamento.

Aprimorar a gestão integrada dos recursos hídricos, considerando a relevância das nascentes e do Lago de Sobradinho, com vistas a permitir o acesso à água, contemplando os usos múltiplos e garantindo sua função social e ambiental, especialmente em virtude da deficiência hídrica oriunda das chuvas escassas e irregulares.

Realização de estudos que avaliem a possibilidade de convivência da preservação ambiental com a produção de energia eólica, condicionamento da produção de energia eólica à preservação do patrimônio natural, especialmente das áreas de importância para a biodiversidade.

Fortalecer os processos de alocação negociada de água e de sistemas para mediação de conflitos.

Adequar, de forma sustentável, a infraestrutura energética às necessidades socioeconômicas, aproveitando o potencial energético (solar, eólica, biodiesel) e respeitando as questões ambientais.

Apoiar o turismo ecológico, especialmente no Rio São Francisco, com destaque para o Lago Sobradinho, buscando incluir as comunidades tradicionais, em especial os pescadores.

Fomentar e expandir os serviços de assistência técnica e extensão rural a fim de fortalecer a agricultura familiar e as comunidades tradicionais.

Promover a inclusão socioeconômica, o combate à pobreza e a geração de trabalho e renda, com ênfase na segurança nutricional e alimentar, e incentivo ao empreendedorismo, à economia solidária e ao cooperativismo.

Fomentar programas e projetos capazes de assegurar a permanência e a conclusão das etapas sucessivas e a integração dos níveis do Ensino Fundamental e Médio da Educação Básica e Profissional, possibilitando acesso ao Ensino Superior.

Promover a universalização qualificada dos serviços de saúde, com ênfase na ampliação e melhoria da rede de Atenção Básica, na articulação com o sistema de vigilância epidemiológica e no atendimento às necessidades das políticas geracionais, de gênero e de raça.

Promover o acesso a água, esgotamento sanitário e tratamento de efluentes, bem como à coleta, ao tratamento e à disposição adequada de resíduos sólidos.

**Vulnerabilidade Social:**

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	-
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	Juazeiro
<b>Tipo 3:</b> Municípios qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	-
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	-
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	Sobradinho
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	-
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	-
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Itaguaçu da Bahia, Mirangaba, Ourolândia, Sento Sé e Umburanas

**Qualidade Ambiental da Biodiversidade:**

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	9.205,19	92,70	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	6.527,98	65,74	ZEE-BA

### Áreas Especiais:

#### Unidades de conservação:

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km²)	Percentual da Zona na UC (%)
APA Lago do Sobradinho	x		Uso Sustentável		

#### Comunidades tradicionais:

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Quilombolas	Campo Formoso	20	
	Itaguaçu da Bahia	4	
	Mirangaba	8	
Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Fundo de pasto	Campo Formoso	38	
	Juazeiro	32	
	Mirangaba	2	
	Sento Sé	3	
	Sobradinho	17	
	Umburanas	2	
Comunidades	Municípios	Grupos	População Indígena
Indígenas	-	-	-
Comunidades	Municípios	Nº de Pescadores	
Pescadores	Juazeiro	2.738	
	Sobradinho	1.117	

### Infraestrutura:

#### Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	-	-	BA-144; BA-210; BA-220 e BR-324.

#### Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA								FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL											
	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio
Campo Formoso																				
Itaguaçu da Bahia																				
Juazeiro																				
Mirangaba																				
Ourolândia																				
Sento Sé																				
Sobradinho																				
Umburanas																				

### Sistemas produtivos:

#### Agropecuária:

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																										
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Cítricos	Limão	Coco	Dendê	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja
Campo Formoso																											
Itaguaçu da Bahia																											
Juazeiro																											
Mirangaba																											
Ourolândia																											
Sento Sé																											
Sobradinho																											
Umburanas																											

#### Indústria:

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA					
	Quantidade de Indústrias de Transformação					
Sento Sé	1					

#### Turismo:

Localização em Zona Turística:	Chapada Norte	integral	parcial	x	residual
	Lagos do São Francisco	integral	x	parcial	residual
<b>Enquadramento geográfico-paisagístico:</b>					
Território encravado junto ao Lago de Sobradinho e entre as planícies do rio Salitre e rios Verde; Jacaré, com seus ricos ecossistemas de serras preservados.					
<b>Segmentos turísticos envolvidos:</b>					
Turismo de Lazer e Entretenimento (Lago de Sobradinho) Turismo Ecológico; Turismo de Natureza					
<b>Atrativos para o turismo:</b>					
Patrimônio natural: Maciço de formações serranas sobre o vale do Rio São Francisco, com seus conjuntos geográficos, ecossistemas e sistemas hidrográficos específicos e suas paisagens regionais peculiares. Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.					
<b>Riscos para o Turismo:</b>					
Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos.					

#### Sedes urbanas:

Cidade
Sento Sé.

#### Perímetros interceptados:

##### Unidades territoriais básicas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UTB (%)
Serras Setentrionais	8.303,31	83,61
Superfície Arenosa do Médio São Francisco	1.627,10	16,39

##### Unidades de paisagem:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UP (%)
Serras Setentrionais c/ Culturas diversificadas: policultura comercial e de subsistência.	218,37	2,20
Serras Setentrionais c/ Caatinga Arbórea Aberta e Densa.	5.425,83	54,64
Serras Setentrionais c/ Cerrado.	2.473,26	24,91
Serras Setentrionais c/ Pastagem e policultura.	18,06	0,18
Serras Setentrionais c/ Campos Rupestres.	167,78	1,69
Superfície Arenosa do Médio São Francisco c/ Policultura comercial e de subsistência, banana, coco, etc.	80,03	0,81
Superfície Arenosa do Médio São Francisco c/ Cultura temporária de cebola.	24,69	0,25
Superfície Arenosa do Médio São Francisco c/ Culturas temporárias de feijão, milho, etc.	8,19	0,08
Superfície Arenosa do Médio São Francisco c/ Vegetação Secundária, em áreas de Caatinga Arbórea e Parque.	1.410,96	14,21
Superfície Arenosa do Médio São Francisco c/ Pastagem associada à policultura.	103,24	1,04

##### Bacias hidrográficas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
São Francisco	9.930,41	100,00

##### Territórios de identidade:

Nº	Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona no TI (%)
1	Irecê	4,03	0,04
10	Sertão do São Francisco	7.515,28	75,68

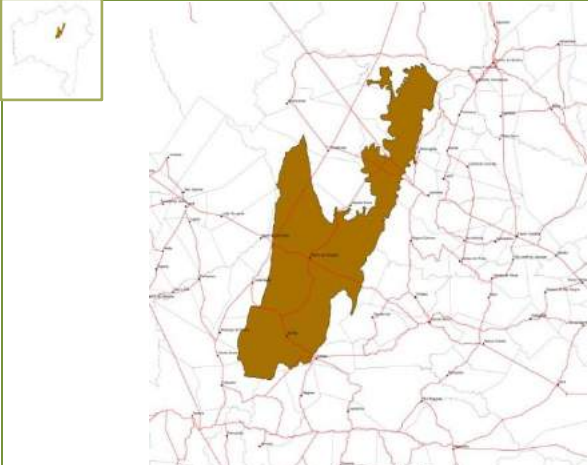
16	Piemonte da Diamantina	926,66	9,33
25	Piemonte Norte do Itapicuru	1.484,43	14,95

#### Municípios:

Código	Descrição	População (2010)	Área (km²)	Percentual da Zona no Município (%)
2906006	Campo Formoso	66.638	1.484,43	14,95
2915353	Itaguaçu da Bahia	13.209	4,03	0,04
2918407	Juazeiro	197.984	211,29	2,13
2921401	Mirangaba	16.323	41,14	0,41
2923357	Ourolândia	16.477	136,35	1,37
2930204	Sento Sé	37.431	6.950,24	69,99
2930774	Sobradinho	21.988	353,75	3,56
2932457	Umburanas	17.010	749,17	7,54

### Identificação da Zona:

Número	15
Nome	Chapada de Morro do Chapéu
Área total (km <sup>2</sup> )	7.709,68



**Descrição:** Chapada de Morro do Chapéu com Cerrado, Floresta Estacional e Caatinga. Área protegida em Morro do Chapéu (Parque). Agropecuária com policulturas, culturas irrigadas e bovinocultura, além de mineração. Comunidades quilombolas e fundo de pasto. Turismo em Morro do Chapéu.

### Diretrizes da Zona:

Diretrizes Gerais
Implementar programas de assistência técnica e extensão rural continuada com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar.
Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a produção agrícola - café, mineração, apicultura e turismo ecológico) à preservação da biodiversidade, à manutenção dos serviços ambientais, especialmente a disponibilidade hídrica e à inclusão social.
Diretrizes Específicas
Conservar as áreas importantes para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais nas extensas áreas de ecótonos significativamente preservados e distribuídos por toda a zona, com vegetação de contato entre cerrado, floresta estacional, caatinga e campos rupestres, com vistas à proteção dos rios Jacaré, Salitre e Jacuípe, das características naturais dos solos, dos nichos associados à concentração de cavernas, e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais.
Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares articuladas às existentes (Parque Estadual de Morro do Chapéu e Monumento Natural Cachoeira do Ferro Doido) abrangendo os remanescentes de vegetação natural, nas extensas áreas de ecótonos significativamente preservados distribuídos por toda a zona, com vegetação de contato entre cerrado, floresta estacional, caatinga e campos rupestres, situados sobre as serras e chapadas com relevo de dissecção estrutural e topografia irregular, de importância hidrográfica, mineralógica e turística (paisagens singulares e atrativos naturais), com solos de alta vulnerabilidade à erosão, nos locais com ocorrência de cavernas, dolinas e sítios arqueológicos, e nas nascentes de rios importantes para diferentes regiões do estado da Bahia, como: Jacaré, Salitre e Jacuípe, e habitats e ecossistemas diversificados.
Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.
Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.
Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.
Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.
Implantar e fortalecer o manejo e gestão integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam Parque Estadual de Morro do Chapéu e Monumento Natural Cachoeira do Ferro Doido, considerando a existência de comunidades tradicionais dentro das UC e a necessidade de planos de uso público das mesmas.
Promover o manejo sustentável dos solos profundos, porosos e permeáveis situados sobre topos planos e suavemente ondulados, considerando o potencial agrícola e a existência de solos com alta vulnerabilidade à erosão.
Aprimorar o sistema de gerenciamento de recursos hídricos, considerando a possibilidade de impactos da agricultura em áreas de nascentes de rios importantes e a garantia dos usos múltiplos e das funções sociais e ambientais da água.
Fortalecer políticas de prevenção, monitoramento e combate aos focos de incêndio.
Fortalecer os processos de alocação negociada de água e de sistemas para mediação de conflitos.
Adequar, de forma sustentável, a infraestrutura energética às necessidades socioeconômicas, aproveitando o potencial energético (solar, eólica e biodiesel) e respeitando as questões ambientais e os povos e comunidades tradicionais.
Fomentar políticas de convivência da produção de energia eólica com a preservação ambiental e do patrimônio natural.
Fomentar políticas de convivência da atividade mineradora com a preservação ambiental, do patrimônio natural e dos povos e comunidades tradicionais.
Apoiar o desenvolvimento do turismo, em especial o ecológico, cultural e de esporte e aventura, de forma sustentável, promovendo o desenvolvimento e a geração de trabalho e renda.
Promover a universalização qualificada dos serviços de saúde, com ênfase na ampliação e melhoria da rede de Atenção Básica, na articulação com o sistema de vigilância epidemiológica e no atendimento às necessidades das políticas geracionais, de gênero e de raça.
Fomentar programas e projetos capazes de assegurar a permanência e a conclusão das etapas sucessivas e a integração dos níveis do Ensino Fundamental e Médio da Educação Básica e Profissional, possibilitando acesso ao Ensino Superior.
Implementar políticas de acesso a tecnologias sociais de convivência com o semiárido.

Fomentar políticas de reconhecimento para os povos e comunidades tradicionais, que promovam o acesso à terra e à água, à assistência técnica, à extensão rural e ao crédito adequados aos seus modos de vida e produção.

### Vulnerabilidade Social:

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	-
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	-
<b>Tipo 3:</b> Municípios qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	-
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	-
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	Bonito; Jacobina; Lençóis.
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	-
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	Campo Formoso.
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Antônio Gonçalves, Cafarnaum, Iraquara, Miguel Calmon, Mirangaba, Morro do Chapéu, Mulungu do Morro, Ourulândia, Souto Soares, Tapiramutá, Utinga, Várzea Nova e Wagner.

### Qualidade Ambiental da Biodiversidade:

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	5.728,68	74,31	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	7.184,24	93,18	ZEE-BA

### Áreas Especiais:

Unidades de conservação:

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na UC (%)
Monumento Natural Cachoeira do Ferro Doido	x		Proteção Integral		
Parque Estadual de Morro do Chapéu	x		Proteção Integral		

### Comunidades tradicionais:

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades
Quilombolas	Antônio Gonçalves	4
	Bonito	14
	Campo Formoso	20

	Lençóis	3	
	Mirangaba	8	
	Souto Soares	1	
	Várzea Nova	1	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>	<b>Nº de Comunidades</b>	
Fundo de pasto	Antônio Gonçalves	4	
	Campo Formoso	38	
	Mirangaba	2	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>	<b>Grupos</b>	<b>População Indígena</b>
Indígenas	-	-	-
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>	<b>Nº de Pescadores</b>	
Pescadores	Miguel Calmon	8	
	Utinga	3	
	Wagner	2	

### Infraestrutura:

#### Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	1	-	BA-046; BA-052; BA-144; BA-422; BA-426; BA-427; BA-429; BA-432; BR-122; BR-324 e BR-349.

#### Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA										FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL									
	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio
Antônio Gonçalves																				
Bonito																				
Cafarnaum																				
Campo Formoso																				
Iraquara																				
Jacobina																				
Lençóis																				
Miguel Calmon																				
Mirangaba																				
Morro do Chapéu																				
Mulungu do Morro																				
Ourolândia																				
Souto Soares																				
Tapiramutá																				
Utinga																				
Várzea Nova																				
Wagner																				



### Sistemas produtivos:

#### Agropecuária:

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																										
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dendê	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja
Antônio Gonçalves																											
Bonito																											
Cafarnaum																											
Campo Formoso																											
Iraquara																											
Jacobina																											
Lençóis																											
Miguel Calmon																											
Mirangaba																											
Morro do Chapéu																											
Mulungu do Morro																											
Ouroândia																											
Souto Soares																											
Tapiramutá																											
Utinga																											
Várzea Nova																											
Wagner																											

#### Indústria:

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA	
	Quantidade de Indústrias de Transformação	
-	-	-

#### Turismo:

Localização em Zona Turística:	Chapada Norte	integral	x	parcial		residual
	Circuito do Diamante	integral		parcial	x	residual
<b>Enquadramento geográfico-paisagístico:</b>						
Ricos ecossistemas de zonas montanhosas da Chapada situados entre os municípios de Bonito e Mirangaba. A cidade de Morro de Chapéu constitui o principal centro regional de serviços e cultura.						
<b>Segmentos turísticos envolvidos:</b>						
Turismo Ecológico; Turismo de Natureza						
Turismo de Esporte e Aventura						
Turismo Cultural; Turismo Religioso						
<b>Atrativos para o turismo:</b>						
Patrimônio natural: Maciço norte da Chapada Diamantina, com amplos platôs, serras, vales, escarpas e paisagens naturais preservados, compondo seus conjuntos geográficos, ecossistemas, sistemas hidrográficos e paisagens regionais peculiares.						
Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos						
Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.						
<b>Riscos para o Turismo:</b>						
Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos; atividades de mineração não integradas no contexto paisagístico local.						

#### Sedes urbanas:

Cidade
Bonito e Morro do Chapéu

#### Perímetros interceptados:

#### Unidades territoriais básicas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UTB (%)
Chapada de Morro do Chapéu	6.486,62	84,14
Planalto do rio Bonito	1.223,06	15,86

#### Unidades de paisagem:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UP (%)
Chapada de Morro do Chapéu c/ Culturas diversificadas comercial e de subsistência.	774,43	10,04
Chapada de Morro do Chapéu c/ Cultura de Citros.	4,33	0,06
Chapada de Morro do Chapéu c/ Cultivo de sisal intercalado com policultura, Pastagem e Vegetação.	92,35	1,20
Chapada de Morro do Chapéu c/ Pastagem e policultura e Cultivo de café.	191,24	2,48
Chapada de Morro do Chapéu c/ Culturas temporárias tradicionais, feijão, milho, mandioca.	112,01	1,45
Chapada de Morro do Chapéu c/ contato Caatinga-Floresta Estacional.	1.809,95	23,48
Chapada de Morro do Chapéu c/ contato Cerrado-Floresta Estacional.	1.523,96	19,77
Chapada de Morro do Chapéu c/ Floresta Estacional (fragmentos naturais e/ou descaracterizada).	963,51	12,50
Chapada de Morro do Chapéu c/ Pastagem e policultura.	535,11	6,94
Chapada de Morro do Chapéu c/ Culturas temporárias, feijão, milho, mandioca.	49,91	0,65
Chapada de Morro do Chapéu c/ Pastagem associada a palma forrageira, sisal e Vegetação Secundária.	40,63	0,53
Chapada de Morro do Chapéu c/ Refúgio Ecológico.	389,20	5,05
Planalto do rio Bonito c/ Café associado à Pastagem, policultura de subsistência e Vegetação Natural.	237,53	3,08
Planalto do rio Bonito c/ Culturas temporárias tradicionais, feijão, milho, mandioca e outras.	73,24	0,95
Planalto do rio Bonito c/ Caatinga intercalada com agropecuária.	19,41	0,25
Planalto do rio Bonito c/ Cerrado.	203,78	2,64
Planalto do rio Bonito c/ Floresta Estacional (fragmentos naturais e/ou descaracterizada).	444,45	5,76
Planalto do rio Bonito c/ Pastagem com policultura.	237,41	3,08
Planalto do rio Bonito c/ Pastagem associada a café e frutíferas.	7,24	0,09

#### Bacias hidrográficas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
Itapicuru	344,42	4,47
Paraguaçu	3.280,31	42,55
São Francisco	4.084,95	52,98

#### Territórios de identidade:

Nº	Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona no TI (%)
1	Irecê	367,04	4,76
3	Chapada Diamantina	4.989,88	64,72
14	Piemonte do Paraguaçu	1,80	0,02
16	Piemonte da Diamantina	1.926,24	24,98
25	Piemonte Norte do Itapicuru	424,72	5,51

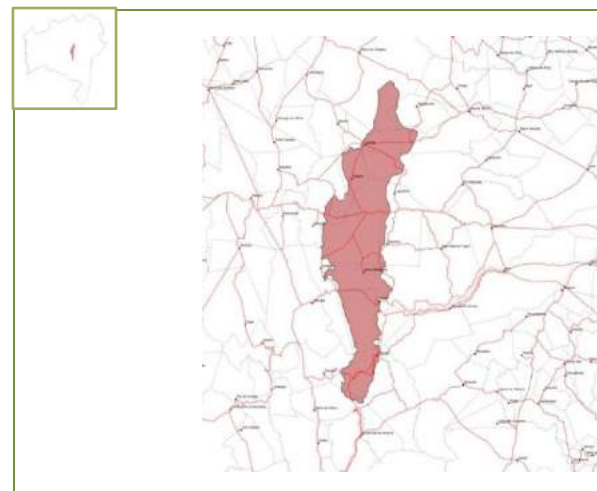
#### Municípios:

Código	Descrição	População (2010)	Área (km²)	Percentual da Zona no Município (%)
--------	-----------	------------------	------------	-------------------------------------

2901809	Antônio Gonçalves	11.019	18,01	0,23
2904050	Bonito	14.851	702,08	9,11
2905305	Cafarnaum	17.212	76,23	0,99
2906006	Campo Formoso	66.638	406,71	5,28
2914406	Iraquara	22.607	114,12	1,48
2917508	Jacobina	79.285	645,34	8,37
2919306	Lençóis	10.368	21,3	0,28
2921203	Miguel Calmon	26.466	286,39	3,71
2921401	Mirangaba	16.323	650,68	8,44
2921708	Morro do Chapéu	35.207	3.861,82	50,09
2922052	Mulungu do Morro	12.270	290,81	3,77
2923357	Ourolândia	16.477	21,08	0,27
2930808	Souto Soares	15.899	25,94	0,34
2931301	Tapiramutá	16.528	1,80	0,02
2932804	Utinga	18.193	264,21	3,43
2933158	Várzea Nova	13.127	322,75	4,19

**Identificação da Zona:**

Número	16
Nome	<b>Piemonte da Chapada Diamantina</b>
Área total (km <sup>2</sup> )	5.506,15



**Descrição:** Piemonte da Chapada Diamantina em meio à Floresta Estacional, com atividade de cultura de café, outras culturas temporárias e pecuária, turismo (Andaraí, Iramaia e Lençóis). Assentamentos rurais (Nova Redenção, Andaraí e Itaeté).

**Diretrizes da Zona:****Diretrizes Gerais**

Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a produção agrícola - mandioca, feijão, milho, oleicultura - e turismo ecológico) à preservação da biodiversidade, estabilização dos solos e das paisagens singulares, manutenção dos serviços ambientais, especialmente a disponibilidade hídrica, e à inclusão social.

Fortalecer e estruturar as cadeias produtivas das lavouras de café, cana e mamona em bases sustentáveis

**Diretrizes Específicas**

Conservar áreas importantes para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais, especialmente nos fragmentos de caatinga e floresta estacional situadas nas bordas da Chapada Diamantina e dos Marimbus, com vistas principalmente à estabilidade da geomorfologia, das características naturais dos solos, dos nichos associados à concentração de cavernas e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais.

Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares articuladas à APA Marimbus-Iraquara, abrangendo os remanescentes de vegetação natural situados nas bordas da Chapada Diamantina, ao norte, sul e oeste da zona, e na planície fluvial do rio Paraguaçu, com destaque para os extensos alagadiços dos Marimbus.

Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.

Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.

Implantar e fortalecer o manejo e gestão integrada da APA Marimbus-Iraquara, inclusive com a avaliação da possibilidade de recategorização parcial ou criação de unidades de proteção integral associadas.

Promover o manejo sustentável dos solos, principalmente na região com maior vulnerabilidade à erosão (Serra de Jacobina) e em solos que mesmo com baixa vulnerabilidade à erosão, encontram-se esgotados e com ampla ocorrência de murundus (termiteiros), em função de manejo e usos inadequados, que prejudicam a instalação e o desenvolvimento das culturas.

Aprimorar o sistema de gerenciamento de recursos hídricos manejo sustentável dos recursos hídricos e monitoramento do uso das águas nas planícies fluviais do rio Paraguaçu e nos Marimbus, racionalizando o uso da água, em virtude do elevado risco de seca e de contaminação dos recursos hídricos subterrâneos; plano de gestão e recuperação da sub bacia do rio Utinga –o mais importante afluente do rio Paraguaçu em seu alto curso.

Manter rigoroso controle sobre o emprego de agrotóxicos, rejeito de embalagens e resíduos, considerando a proximidade com o rio Paraguaçu e os Marimbus.

Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do bioma Caatinga e dessa Zona.

Aproveitar o potencial energético (solar, eólica e biodiesel - mamona e girassol) respeitando as questões ambientais e as comunidades tradicionais.

Fortalecer as lavouras estratégicas para a segurança alimentar regional (em especial mandioca, feijão, milho e oleicultura).

Implantar programas de convivência com a seca.

Apoiar o desenvolvimento do turismo ecológico, cultural, de esporte e rural, de forma sustentável e integrada à zona turística da Chapada Diamantina, promovendo o desenvolvimento e a geração de trabalho e renda.

Fortalecer e adensar, em bases sustentáveis, as cadeias produtivas da bovinocultura, meliponicultura e caprinocultura, agregando valor à produção local.

Fomentar e expandir os serviços de assistência técnica e extensão rural a fim de fortalecer a agricultura familiar e as comunidades tradicionais.

Potencializar programas e ações que atuem na vigilância epidemiológica, riscos, agravos e controle das doenças endêmicas e epidêmicas.

Promover o acesso a água, esgotamento sanitário e tratamento de efluentes, bem como à coleta, ao tratamento e à disposição adequada de resíduos sólidos.

Promover a universalização qualificada dos serviços de saúde, com ênfase na ampliação e melhoria da rede de Atenção Básica, na articulação com o sistema de vigilância epidemiológica e no atendimento às necessidades das políticas geracionais, de gênero e de raça.

Fomentar programas e projetos capazes de assegurar a permanência e a conclusão das etapas sucessivas e a integração dos níveis do Ensino Fundamental e Médio da Educação Básica e Profissional, possibilitando acesso ao Ensino Superior.

**Vulnerabilidade Social:**

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	-
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	-
<b>Tipo 3:</b> Municípios com qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	-
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	-
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	Barra da Estiva, Bonito e Lençóis.
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	Mundo Novo
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	Ibicoara
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Andaraí, Boa Vista do Tupim, Ibiquera, Iramaia, Itaeté, Lajedinho, Morro do Chapéu, Nova Redenção, Ruy Barbosa, Tapiramutá, Utinga e Wagner.

**Qualidade Ambiental da Biodiversidade:**

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	2.007,91	36,47	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	2.837,44	51,53	ZEE-BA

### Áreas Especiais:

Unidades de conservação:

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km²)	Percentual da Zona na UC (%)
APA Marimbus/Iraquara	x		Uso Sustentável		
Parque Nacional da Chapada Diamantina		x			

Comunidades tradicionais:

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Quilombolas	Barra da Estiva	2	
	Bonito	14	
	Lençóis	3	
Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Fundo de pasto	-	-	
Comunidades	Municípios	Grupos	População Indígena
Indígenas	-	-	-
Comunidades	Municípios	Nº de Pescadores	
Pescadores	Barra da Estiva	2	
	Boa Vista do Tupim	3	
	Iramaia	1	
	Ruy Barbosa	4	
	Utinga	3	
	Wagner	2	

### Infraestrutura:

Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	2	-	BA-046; BA-131; BA-142; BA-144; BA-245; BA-422; BA-429; BA-479; BA-851; BR-242; BR-330; BR-349 e BR-407.

Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA										FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL									
	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio
Andaraí																				
Barra da Estiva																				
Boa Vista do Tupim																				
Bonito																				
Ibicoara																				
Ibiquera																				
Iramaia																				
Itaeté																				
Lajedinho																				
Lençóis																				
Morro do Chapéu																				
Mundo Novo																				
Nova Redenção																				
Ruy Barbosa																				
Tapiramutá																				
Utinga																				
Wagner																				

### Sistemas produtivos:

#### Agropecuária:

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																										
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dende	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja
Andaraí																											
Barra da Estiva																											
Boa Vista do Tupim																											
Bonito																											
Ibicoara																											
Ibiquera																											
Iramaia																											
Itaeté																											
Lajedinho																											
Lençóis																											
Morro do Chapéu																											
Mundo Novo																											
Nova Redenção																											
Ruy Barbosa																											
Tapiramutá																											
Utinga																											
Wagner																											

#### Indústria:

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA	
	Quantidade de Indústrias de Transformação	
-	-	-

#### Turismo:

Localização em Zona Turística:	Chapada Norte	integral	parcial	x	residual
	Circuito do Diamante	integral	x	parcial	residual
<b>Enquadramento geográfico-paisagístico:</b>					
Território encravado entre a borda oeste da Serra do Espinhaço e a borda oriental da Chapada, estendendo-se da região de Utinga a Iramaia, com planícies mescladas com paisagens de topografia ondulada.					
<b>Segmentos turísticos envolvidos:</b>					
Turismo Ecológico; Turismo de Natureza Turismo de Esporte e Aventura Turismo Cultural; Turismo Religioso					
<b>Atrativos para o turismo:</b>					
Patrimônio natural: Conjuntos geográficos - formações rochosas singulares -, ecossistemas, sistemas hidrográficos e paisagens regionais peculiares, com suas planícies, vales e ricos ecossistemas encravados na muralha da Chapada Diamantina Central. Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.					
<b>Riscos para o Turismo:</b>					
Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos.					

#### Sedes urbanas:

Cidade
Utinga, Wagner, Nova Redenção.

#### Perímetros interceptados:

#### Unidades territoriais básicas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UTB (%)
Piemonte da Chapada Diamantina	5.506,15	100,00

#### Unidades de paisagem:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UP (%)
Piemonte da Chapada Diamantina c/ Culturas de horticulturas,olericultura e fruticultura irrigadas.	81,88	1,49
Piemonte da Chapada Diamantina c/ Culturas temporárias,feijão,milho,irrigada ou não.	528,70	9,60
Piemonte da Chapada Diamantina c/ Pequenas áreas de Cerrado.	203,79	3,70
Piemonte da Chapada Diamantina c/ Pastagem plantada,policultura de subsistência e Veg.Secundária.	2.609,15	47,39
Piemonte da Chapada Diamantina c/ Pequena área de café.	6,98	0,13
Piemonte da Chapada Diamantina c/ Citros.	116,30	2,11
Piemonte da Chapada Diamantina c/ Refúgio Ecológico.	18,86	0,34
Piemonte da Chapada Diamantina c/ Pastagem plantada,natural e Vegetação Natural.	33,63	0,61
Piemonte da Chapada Diamantina c/ Floresta fragmentada e agropecuária.	1.906,86	34,63

#### Bacias hidrográficas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
Contas	100,20	1,82
Paraguaçu	5.405,95	98,18

#### Territórios de identidade:

Nº	Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona no TI (%)
3	Chapada Diamantina	4.182,58	75,96
14	Piemonte do Paraguaçu	1.323,55	24,04

#### Municípios:

Código	Descrição	População (2010)	Área (km²)	Percentual da Zona no Município (%)
2901304	Andaraí	13.948	1.115,01	20,25



2902807	Barra da Estiva	21.190	44,84	0,81
2903805	Boa Vista do Tupim	18.000	158,57	2,88
2912202	Ibicoara	17.301	8,79	0,16
2912608	Ibiquera	4.865	110,69	2,01
2914307	Iramaia	11.988	509,42	9,25
2915007	Itaeté	14.932	776,29	14,1
2919009	Lajedinho	3.930	471,34	8,56
2919306	Lençóis	10.368	246,43	4,48
2921708	Morro do Chapéu	35.207	338,42	6,15
2922102	Mundo Novo	24.419	142,32	2,58
2922854	Nova Redenção	8.034	422,12	7,67
2927200	Ruy Barbosa	29.869	368,60	6,69
2931301	Tapiramutá	16.528	72,02	1,31
2932804	Utinga	18.193	374,28	6,80
2933406	Wagner	8.983	346,98	6,30

### Identificação da Zona:

Número	17
Nome	Depressão Sertaneja de Curaçá
Área total (km <sup>2</sup> )	20.714,63



**Descrição:** Depressão Sertaneja de Curaçá em meio à Caatinga, com caprinocultura e mineração de cobre. Povos indígenas. Existência de patrimônio histórico e cultural (Canudos).

### Diretrizes da Zona:

Diretrizes Gerais
Priorizar a realização de obras de infraestrutura hídrica e acesso a tecnologias sociais de convivência com o semiárido.
Fortalecer e adensar, em bases sustentáveis, a cadeia produtiva da caprinovinocultura, agregando valor à produção local.
Conservar as áreas importantes para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais nas extensas áreas de caatinga preservada, com vistas principalmente à estabilidade das características naturais dos solos e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais.
Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para o turismo, indústrias, mineração e agropecuária - fruticultura irrigada e caprinocultura) à preservação da biodiversidade, estabilização dos solos e das paisagens singulares, manutenção dos serviços ambientais, especialmente a disponibilidade hídrica e à inclusão social.
Diretrizes Específicas
Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares articuladas às existentes (APA Lago de Sobradinho) abrangendo os remanescentes de vegetação natural situados principalmente sobre solos litólicos (pedregosos) e nas planícies fluviais dos rios: São Francisco, Salitre, Curaçá e Macururé, e habitats e ecossistemas diversificados.
Implantar e fortalecer o manejo e gestão integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam a APA Lago de Sobradinho e a Estação Ecológica do Raso da Catarina.
Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.
Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.
Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.
Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.
Promover o manejo sustentável dos solos, devido à vulnerabilidade a erosão muito alta e ao elevado risco de desertificação, especialmente entre o oeste de Macururé, leste de Juazeiro e no entorno da Reserva Ecológica do Raso da Catarina, considerando inclusive a possibilidade de desestimular ou mesmo vedar práticas agrícolas que levem à desestruturação, salinização, sodificação ou aridização de solos em áreas sujeitas à desertificação.
Elaborar estudos para identificação, estruturação/reestruturação de cadeias produtivas locais associadas ao manejo sustentável do território.
Aprimorar o sistema de gerenciamento de recursos hídricos, considerando forte pressão da agricultura irrigada, a perspectiva de expansão das fronteiras agrícolas e os conflitos presentes na zona e a necessidade de garantir os usos múltiplos e das funções sociais e ambientais da água.
Fortalecer os processos de alocação negociada de água e de sistemas para mediação de conflitos.
Ampliar o uso de tecnologias de aproveitamento da água de chuva, de reuso e otimização do uso da água.
Realizar estudos sobre alternativas viáveis para a racionalização e otimização da cadeia logística em consonância com o princípio da multimodalidade.
Aproveitar o potencial energético (solar, etanol e gás natural) respeitando as questões ambientais e as comunidades tradicionais.
Garantir minimização, mitigação e compensação de impactos socioambientais das usinas hidroelétricas projetadas (Riacho Seco e Pedra Branca), com especial atenção aos povos e comunidades tradicionais e agricultura familiar.
Fortalecer o Distrito Industrial do São Francisco - DISF em Juazeiro, assegurando o respeito a parâmetros de sustentabilidade ambiental.
Estruturar e apoiar o turismo ecológico, enológico, de esportes, cultural e de negócios, de forma sustentável, promovendo o desenvolvimento e a geração de trabalho e renda.
Implementar tecnologias adequadas à expansão da fruticultura irrigada e da caprinocultura de modo a conservar o meio ambiente e otimizar os recursos hídricos.
Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e serviços ambientais associados a biodiversidade.

- Fomentar e expandir os serviços de assistência técnica e extensão rural a fim de fortalecer a agricultura familiar e as comunidades tradicionais.
- Promover a inclusão socioeconômica, o combate à pobreza e a geração de trabalho e renda, com ênfase na segurança nutricional e alimentar, e incentivo ao empreendedorismo, à economia solidária e ao cooperativismo.
- Promover o acesso a água, esgotamento sanitário e tratamento de efluentes, bem como à coleta, ao tratamento e à disposição adequada de resíduos sólidos.
- Fomentar políticas de reconhecimento para os povos e comunidades tradicionais, que promovam o acesso à terra e à água, à assistência técnica, à extensão rural e ao crédito adequados aos seus modos de vida e produção.
- Ampliar a oferta de energia elétrica domiciliar nas zonas rurais.
- Fomentar política de acesso à habitação de qualidade e combate à favelização.

### Vulnerabilidade Social:

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	Juazeiro.
<b>Tipo 3:</b> Municípios com qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	Abaré; Rodelas; Sobradinho.
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	Campo Formoso.
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Canudos; Casa Nova; Chorrochó; Curaçá; Jaguarari; Jeremoabo; Macururé; Sento Sé; Uauá.

### Qualidade Ambiental da Biodiversidade:

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	12.268,68	59,23	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	13.549,43	65,41	ZEE-BA

### Áreas Especiais:

#### Unidades de conservação:

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na UC (%)
APA Lago de Sobradinho	x		Uso Sustentável		

### Comunidades tradicionais:

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades
Quilombolas	Abaré	2
	Campo Formoso	20
	Curaçá	4
	Jeremoabo	1
Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades
Fundo de pasto	Campo Formoso	38
	Canudos	18

	Casa Nova	25	
	Curaçá	39	
	Jaguarari	23	
	Juazeiro	32	
	Sento Sé	3	
	Sobradinho	17	
	Uauá	78	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>	<b>Grupos</b>	<b>População Indígena</b>
Indígenas	Abaré	1	
	Rodelas	1	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>	<b>Nº de Pescadores</b>	
Pescadores	Canudos	280	
	Casa Nova	3.286	
	Curaçá	24	
	Jaguarari	34	
	Juazeiro	2.738	
	Rodelas	393	
	Sobradinho	1.117	

### Infraestrutura:

#### Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	6	-	BA-120; BA-144; BA-210; BA-310; BA-311; BA-314; BA-316; BR-116; BR-235; BR-407 e BR-423.

#### Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA										FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL									
	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio
Abaré																				
Campo Formoso																				
Canudos																				
Casa Nova																				
Chorrochó																				
Curaçá																				
Jaguarari																				
Jeremoabo																				
Juazeiro																				
Macururé																				
Rodelas																				
Sento Sé																				
Sobradinho																				
Uauá																				

### Sistemas produtivos:

#### Agropecuária:

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																										
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dende	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja
Abaré																											
Campo Formoso																											
Canudos																											
Casa Nova																											
Chorrochó																											
Curaçá																											
Jaguarari																											
Jeremoabo																											
Juazeiro																											
Macururé																											
Rodelas																											
Sento Sé																											
Sobradinho																											
Uauá																											

#### Indústria:

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA	
	Quantidade de Indústrias de Transformação	
Jaguarari	1	
Juazeiro	1	

#### Turismo:

Localização em Zona Turística:	Lagos do São Francisco	integral	x	parcial		residual
	Caminhos do Sertão	integral		parcial	x	residual
<b>Enquadramento geográfico-paisagístico:</b>						
Ampla planície sertaneja ao longo do Rio São Francisco estendendo-se desde os municípios ribeirinhos do Lago de Sobradinho até a região de Canudos, dispondo ainda de amplos territórios de caatinga preservados, sobretudo na sua parte leste, junto ao Raso da Catarina.						
<b>Segmentos turísticos envolvidos:</b>						
Turismo Ecológico; Turismo de Natureza Turismo de Esporte e Aventura Turismo de Lazer e Entretenimento (Rio São Francisco) Turismo Cultural; Turismo de Negócios (Juazeiro)						
<b>Atrativos para o turismo:</b>						
Patrimônio natural: Conjuntos geográficos, ecossistemas, sistemas hidrográficos e paisagens regionais peculiares que caracterizam essa ampla faixa de planície sertaneja ao longo das margens do Rio São Francisco. Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.						
<b>Riscos para o Turismo:</b>						
Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos.						

#### Sedes urbanas:

Cidade
Abaré, Chorrochó, Curaçá, Juazeiro, Macururé, Rodelas, Sobradinho.

### Perímetros interceptados:

#### Unidades territoriais básicas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UTB (%)
Patamar da Serra de Jacobina	60,70	0,29
Depressão Sertaneja Curaçá	13.729,10	66,28
Depressão Sertaneja	3.708,64	17,90
Planície Fluvial do Rio São Francisco	159,11	0,77
Residuais nas Depressões Interplanálticas	996,74	4,81
Patamar Ocidental do Raso da Catarina	2.060,34	9,95

#### Unidades de paisagem:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UP (%)
Planície Fluvial do rio São Francisco c/ Culturas diversificadas.	1,36	0,01
Planície Fluvial do rio São Francisco c/ Floresta de Galeria.	156,74	0,76
Patamar da Serra de Jacobina c/ Cultura diversificada (banana, coco, algodão, milho, mamona, feijão, etc).	3,17	0,02
Patamar da Serra de Jacobina c/ Caatinga.	53,23	0,26
Patamar da Serra de Jacobina c/ Pastagem plantada e natural.	4,29	0,02
Patamar Ocidental do Raso da Catarina c/ Pequenas áreas de Culturas diversificadas.	142,96	0,69
Patamar Ocidental do Raso da Catarina c/ Áreas Irrigadas.	26,73	0,13
Patamar Ocidental do Raso da Catarina c/ Caatinga Arbórea Aberta.	1.163,67	5,62
Patamar Ocidental do Raso da Catarina c/ Cerrado.	667,51	3,22
Patamar Ocidental do Raso da Catarina c/ Pastagem com policultura.	59,46	0,29
Depressão Sertaneja de Curaçá c/ Culturas diversificadas.	1.654,78	7,99
Depressão Sertaneja de Curaçá c/ Cultura irrigada de manga, uva, melão, pinha, mamão, goiaba, romã, etc.	326,36	1,58
Depressão Sertaneja de Curaçá c/ Cultivos de cana-de-açúcar.	23,98	0,12
Depressão Sertaneja de Curaçá c/ Caatinga.	11.344,77	54,77
Depressão Sertaneja de Curaçá c/ Cerrado.	11,87	0,06
Planície Fluvial do rio São Francisco c/ Floresta de Galeria.	1,84	0,01
Depressão Sertaneja de Curaçá c/ Pastagem.	142,92	0,69
Depressão Sertaneja c/ Policultura comercial, mandioca, algodão, manga, coco, caju, maracujá, etc.	305,38	1,47
Depressão Sertaneja c/ Cultura irrigada de manga, uva, melão, pinha, romã, olericultura, floricultura, etc.	119,38	0,58
Depressão Sertaneja c/ Citros (laranja).	9,54	0,05
Depressão Sertaneja c/ Sisal intercalado com policultura e Pastagem.	12,16	0,06
Depressão Sertaneja c/ Cultivos de cana-de-açúcar.	218,29	1,05
Depressão Sertaneja c/ Caatinga e Vegetação Secundária e atividades agropastoris.	2.814,96	13,59
Depressão Sertaneja c/ Pastagem plantada e natural.	181,83	0,88
Residuais nas Depressões Interplanálticas c/ Culturas diversificadas.	23,93	0,12
Residuais nas Depressões Interplanálticas c/ Caatinga e Vegetação Secundária.	964,11	4,65
Residuais nas Depressões Interplanálticas c/ Pastagem.	8,71	0,04
Rio São Francisco	270,69	1,31

#### Bacias hidrográficas:

Descrição	Área	Percentual da
-----------	------	---------------

	(km <sup>2</sup> )	Zona na Bacia Hidrográfica (%)
São Francisco	20.038,05	96,73
Vaza Barris	516,33	2,49

Territórios de identidade:

Nº	Descrição	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no TI (%)
10	Sertão do São Francisco	12.613,63	60,89
17	Semiárido Nordeste II	74,69	0,36
24	Itaparica	6.420,12	30,99
25	Piemonte Norte do Itapicuru	1.606,17	7,75

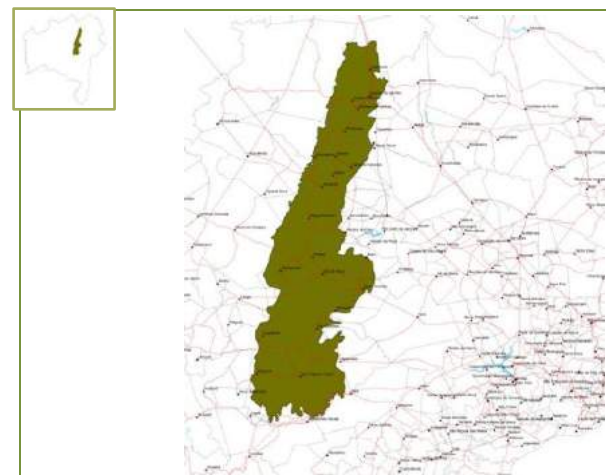
Municípios:

Código	Descrição	População (2010)	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Município (%)
2900207	Abaré	17.072	1.533,53	7,4
2906006	Campo Formoso	66.638	138,8	0,67
2906824	Canudos	15.755	420,62	2,03
2907202	Casa Nova	64.944	211,28	1,02
2907707	Chorrochó	10.734	3.030,37	14,63
2909901	Curaçá	32.165	4.823,30	23,28
2917706	Jaguarari	30.342	1.467,38	7,08
2918100	Jeremoabo	37.661	74,69	0,36
2918407	Juazeiro	197.984	6.191,88	29,89
2919900	Macururé	8.067	1.482,63	7,16
2927101	Rodelas	7.779	373,59	1,80
2930204	Sento Sé	37.431	55,56	0,27
2930774	Sobradinho	21.988	806,10	3,89
2932002	Uauá	24.302	104,89	0,51



### Identificação da Zona:

Número	18
Nome	Borda Oriental da Chapada
Área total (km <sup>2</sup> )	16.991,80



**Descrição:** Borda Oriental da Chapada em meio à Floresta Estacional e Contato Caatinga/Floresta, com agricultura e bovinocultura esparsas, mineração (esmeralda, manganês, ouro, cromita e rochas ornamentais). Aglomerações urbanas (Senhor do Bonfim e Jacobina). Comunidades quilombolas (Campo Formoso e Senhor do Bonfim).

### Diretrizes da Zona:

#### Diretrizes Gerais

Promover o manejo sustentável dos solos, especialmente em áreas com alta vulnerabilidade a erosão, a exemplo da Serra de Jacobina, e estimular atividades em áreas já desmatadas ou convertidas para outros usos agropecuários.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade do bioma Caatinga, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.

Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a mineração, turismo e agropecuária - culturas temporárias, bovino e caprinocultura), com a expansão das áreas urbanas, preservação de povos e comunidades tradicionais, os recursos naturais e serviços ambientais (sustentação das áreas elevadas da Chapada Diamantina), especialmente disponibilidade hídrica, estabilização dos solos e das paisagens singulares, e à inclusão social.

Promover o turismo ecológico, em especial nas Unidades de Conservação existentes na zona, em consonância com os planos de manejo.

#### Diretrizes Específicas

Conservar áreas importantes para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais, especialmente nos fragmentos de caatinga e floresta estacional, situadas sobre serras e áreas de relevo acidentado, com vistas principalmente à estabilidade da geomorfologia, das características naturais dos solos e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais. Preservar as pinturas rupestres e as cavernas existentes na zona e registrar como patrimônio arqueológico, em especial em Campo Formoso.

Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.

Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.

Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares articuladas às existentes (Parque Estadual de Sete Passagens de Área de Relevante Interesse Ecológico da Serra do Orobó), especialmente abrangendo os remanescentes de vegetação natural situados na Serra da Jacobina, nas nascentes do rio Itapicuru e nas planícies fluviais do rio Jacuípe e afluentes da margem esquerda do rio Paraguaçu, e habitats e ecossistemas diversificados.

Implantar e fortalecer o manejo e gestão integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam Parque Estadual de Sete Passagens de Área de Relevante Interesse Ecológico da Serra do Orobó, elaboração e implementação do Planos de Uso Público e Negócios.

Aprimorar o sistema de gerenciamento de recursos hídricos, considerando elevado risco de seca característico do clima semiárido e a garantia dos usos múltiplos e das funções sociais e ambientais da água.

Manter rigoroso controle sobre o emprego de agrotóxicos, rejeito de embalagens e resíduos, considerando a proximidade com importantes mananciais, especialmente os rios Paraguaçu, Jacuípe e Itapicuru.

Ampliar o uso de tecnologias de aproveitamento da água de chuva, de reuso e otimização do uso da água.

Aproveitar o potencial energético (solar) respeitando as questões ambientais e as comunidades tradicionais.

Estruturar e apoiar o turismo ecológico, em especial nas Unidades de Conservação existentes, de forma sustentável, promovendo o desenvolvimento e a geração de trabalho e renda.

Apoiar e fortalecer a cadeia produtiva da mineração, especialmente de pedras preciosas, respeitando as questões ambientais e as comunidades tradicionais, e definindo instrumentos para redução dos impactos negativos da atividade sobre os recursos naturais, especialmente os mananciais.

Promover a inclusão socioeconômica, o combate à pobreza e a geração de trabalho e renda, com ênfase na segurança nutricional e alimentar, e incentivo ao empreendedorismo, à economia solidária e ao cooperativismo.

Implementar políticas de acesso a tecnologias sociais de convivência com o semiárido.

Fomentar políticas de reconhecimento para os povos e comunidades tradicionais, que promovam o acesso à terra e à água, à assistência técnica, à extensão rural e ao crédito adequados aos seus modos de vida e produção.

Fomentar e expandir os serviços de assistência técnica e extensão rural a fim de fortalecer a agricultura familiar e as comunidades tradicionais.

Promover a universalização qualificada dos serviços de saúde, com ênfase na ampliação e melhoria da rede de Atenção Básica, na articulação com o sistema de vigilância epidemiológica e no atendimento às necessidades das políticas geracionais, de gênero e de raça.

Fomentar programas e projetos capazes de assegurar a permanência e a conclusão das etapas sucessivas e a integração dos níveis do Ensino Fundamental e Médio da Educação Básica e Profissional, possibilitando acesso ao Ensino Superior.

Promover o acesso a água, esgotamento sanitário e tratamento de efluentes, bem como à coleta, ao tratamento e à disposição adequada de resíduos sólidos.

Potencializar programas e ações que atuem na vigilância epidemiológica, riscos, agravos e controle das doenças endêmicas e epidêmicas.

### Vulnerabilidade Social:

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	-
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	-
<b>Tipo 3:</b> Municípios qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	-
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	-
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	Iaçu; Itaberaba; Jacobina; Senhor do Bonfim; Várzea do Poço
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	Mundo Novo
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	Campo Formoso
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Antônio Gonçalves; Baixa Grande; Boa Vista do Tupim; Caldeirão Grande; Caém; Filadélfia; Ibiquera; Jaguarari; Lajedinho; Macajuba; Mairi; Marcionílio Souza; Miguel Calmon; Mirangaba; Morro do Chapéu; Pindobaçu; Piritiba; Ponto Novo; Ruy Barbosa; Saúde; Serrolândia; Tapiramutá; Utinga

### Qualidade Ambiental da Biodiversidade:

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	7.567,51	44,54	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	9.114,36	53,64	ZEE-BA

### Áreas Especiais:

#### Unidades de conservação:

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na UC (%)
Área de Relevante Interesse Ecológico da Serra do Orobó	x		Uso Sustentável		
Parque Estadual de Sete Passagens	x		Proteção Integral		

#### Comunidades tradicionais:

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades
Quilombolas	Antônio Gonçalves	4
	Campo Formoso	20
	Caém	1
	Filadélfia	13
	Mirangaba	8
	Morro do Chapéu	6
	Pindobaçu	3

	Ponto Novo	1	
	Senhor do Bonfim	15	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>	<b>Nº de Comunidades</b>	
Fundo de pasto	Antônio Gonçalves	4	
	Campo Formoso	38	
	Jaguarari	23	
	Mirangaba	2	
	Pindobaçu	4	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>	<b>Grupos</b>	<b>População Indígena</b>
Indígenas	-	-	-
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>	<b>Nº de Pescadores</b>	
Pescadores	Baixa Grande	2	
	Boa Vista do Tupim	3	
	Itaberaba	32	
	Jaguarari	34	
	Macajuba	3	
	Mairi	1	
	Miguel Calmon	8	
	Piritiba	38	
	Ponto Novo	120	
	Ruy Barbosa	4	
	Senhor do Bonfim	154	
	Utinga	3	

### Infraestrutura:

#### Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	4	-	BA-046; BA-052; BA-130; BA-131; BA-142; BA-144; BA-220; BA-245; BA-372; BA-375; BA-407; BA-419; BA-421; BA-422; BA-424; BA-479; BA-484; BA-485; BA-488; BR-242; BR-324; BR-349 e BR-407.

#### Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA								FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL											
	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio
Antônio Gonçalves																				
Baixa Grande																				
Boa Vista do Tupim																				
Caldeirão Grande																				
Campo Formoso																				
Caém																				
Filadélfia																				
Iaçu																				
Ibiquera																				
Itaberaba																				
Jacobina																				
Jaguarari																				
Lajedinho																				
Macajuba																				
Mairi																				
Marcionílio Souza																				
Miguel Calmon																				
Mirangaba																				
Morro do Chapéu																				
Mundo Novo																				
Pindobaçu																				
Piritiba																				
Ponto Novo																				
Ruy Barbosa																				
Saúde																				
Senhor do Bonfim																				
Serrolândia																				
Tapiramutá																				
Utinga																				
Várzea do Poço																				

**Sistemas produtivos:**

**Agropecuária:**

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																										
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dende	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja
Antônio Gonçalves																											
Baixa Grande																											
Boa Vista do Tupim																											
Caldeirão Grande																											
Campo Formoso																											
Caém																											
Filadélfia																											
Iaçú																											
Ibiquera																											
Itaberaba																											
Jacobina																											
Jaguarari																											
Lajedinho																											
Macajuba																											
Mairi																											
Marcionílio Souza																											
Miguel Calmon																											
Mirangaba																											
Morro do Chapéu																											
Mundo Novo																											
Pindobaçu																											
Piritiba																											
Ponto Novo																											
Ruy Barbosa																											
Saúde																											
Senhor do Bonfim																											
Serrolândia																											
Tapiramutá																											
Útinga																											
Várzea do Poço																											

**Indústria:**

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
	Quantidade de Indústrias de Transformação
Campo Formoso	3
Jaguarari	2
Miguel Calmon	1
Ruy Barbosa	1
Senhor do Bomfim	7

**Turismo:**

Localização em Zona Turística: Chapada Norte	integral	x	parcial	residual
<b>Enquadramento geográfico-paisagístico:</b>				
Zona montanhosa, sobretudo na sua porção norte, com ricos sistemas de caatinga ainda preservados, estendendo-se do norte da depressão sertaneja de Curaçá até o rio Paraguaçu, ao sul, na zona de transição para o maciço da Chapada de Morro de Chapéu; amplas planícies do sertão baiano, contando, na sua faixa norte, com apoios urbanos importantes: Senhor do Bonfim, Campo Formoso e Jacobina.				
<b>Segmentos turísticos envolvidos:</b>				
Turismo Ecológico; Turismo de Natureza Turismo de Esporte e Aventura Turismo Cultural				
<b>Atrativos para o turismo:</b>				
Patrimônio natural: Conjuntos geográficos, ecossistemas, sistemas hidrográficos e paisagens regionais específicos, com suas formações rochosas e de paisagens naturais, mesclando cobertura de vegetação de caatinga com atividades de agricultura tradicional. Jacobina constitui o seu centro regional, tradicionalmente voltado para o garimpo e a mineração. Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.				
<b>Riscos para o Turismo:</b>				
Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos; atividades de mineração não integradas no contexto paisagístico local.				

**Sedes urbanas:**

Cidade
Antônio Gonçalves, Baixa Grande, Boa Vista do Tupim, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Caém, Ibiquera, Jacobina, Jaguarari, Lajedinho, Macajuba, Miguel Calmon, Mirangaba, Mundo Novo, Pindobaçu, Piritiba, Ruy Barbosa, Saúde, Senhor do Bonfim, Tapiramutá.

**Perímetros interceptados:**

**Unidades territoriais básicas:**

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UTB (%)
Patamar da Serra de Jacobina	3.910,15	23,01
Depressão Sertaneja	509,69	3,00
Planalto Soerguido	2.531,15	14,90
Serra de Jacobina	1.762,91	10,38
Chapada de Morro do Chapéu	40,02	0,24
Patamar Colinoso de Tapiramutá	8.237,87	48,48

**Unidades de paisagem:**

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UP (%)
Chapada de Morro do Chapéu c/ contato Cerrado-Floresta Estacional.	2,39	0,01
Chapada de Morro do Chapéu c/ Floresta Estacional (fragmentos naturais e/ou descaracterizada).	23,94	0,14
Chapada de Morro do Chapéu c/ Culturas temporárias, feijão, milho, mandioca.	13,68	0,08
Serra de Jacobina c/ Culturas diversificadas.	37,81	0,22
Serra de Jacobina c/ Caatinga.	113,38	0,67
Serra de Jacobina c/ Contato Cerrado-Caatinga.	267,32	1,57
Serra de Jacobina c/ Contato Cerrado-Floresta.	693,68	4,08
Serra de Jacobina c/ Pastagem e policultura.	61,67	0,36
Serra de Jacobina c/ Pastagem associada a Culturas temporárias.	36,19	0,21
Serra de Jacobina c/ Pastagem associada à palma e sisal.	36,37	0,21
Serra de Jacobina c/ Refúgio Ecológico Montano.	516,49	3,04

(continua)

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UP (%)
Planalto Soerguido c/ Pequenas áreas de contato Caatinga/Floresta Estacional.	307,48	1,81

Planalto Soerguido c/ Remanescentes de Floresta Estacional com agropecuária e Vegetação Secundária.	1.146,00	6,74
Planalto Soerguido c/ Pastagem plantada e natural.	1.077,68	6,34
Patamar da Serra de Jacobina c/ Cultura diversificada (banana, coco, algodão, milho, mamona, feijão, etc).	86,50	0,51
Patamar da Serra de Jacobina c/ Caatinga.	222,28	1,31
Patamar da Serra de Jacobina c/ contato Cerrado/Floresta.	36,48	0,21
Patamar da Serra de Jacobina c/ Tensão Ecológica contato Cerrado/Floresta e Caatinga/Floresta.	1.188,88	7,00
Patamar da Serra de Jacobina c/ Pastagem plantada e natural.	157,04	0,92
Patamar da Serra de Jacobina c/ Pastagem associada a culturas temporárias (feijão, milho e mandioca).	1.371,16	8,07
Patamar da Serra de Jacobina, Pastagem c/ ocorrência de palma forrageira.	847,44	4,99
Patamar Colinoso de Tapiramutá c/ Culturas temporárias feijão e milho irrigadas ou não.	0,77	0,00
Patamar Colinoso de Tapiramutá c/ Culturas temporárias com ocorrência de fumo, banana, mamona, etc.	27,25	0,16
Patamar Colinoso de Tapiramutá c/ Vestígios de Caatinga.	54,50	0,32
Patamar Colinoso de Tapiramutá c/ Floresta Estacional Semidecidual e Vegetação Secundária.	2.676,80	15,75
Patamar Colinoso de Tapiramutá c/ Pastagem plantada, natural e Vegetação Natural.	5.050,14	29,72
Patamar Colinoso de Tapiramutá c/ Pastagem associada à Cultura temporária (feijão, milho e mandioca).	423,92	2,49
Patamar Colinoso de Tapiramutá c/ Pastagem associada à palma forrageira e sisal.	0,57	0,00
Patamar Colinoso de Tapiramutá c/ Refúgio ecológico.	3,92	0,02
Depressão Sertaneja c/ Cultura irrigada de manga, uva, melão, pinha, romã, olericultura, floricultura, etc.	9,21	0,05
Depressão Sertaneja c/ Caatinga e Vegetação Secundária e atividades agropastoris.	23,99	0,14
Depressão Sertaneja c/ Pastagem plantada e natural.	476,49	2,80

#### Bacias hidrográficas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
Itapicuru	5.527,92	32,53
Paraguaçu	11.037,77	64,96
São Francisco	426,11	2,51

#### Territórios de identidade:

Nº	Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona no TI (%)
3	Chapada Diamantina	361,42	2,13
14	Piemonte do Paraguaçu	9.011,90	53,04
15	Bacia do Jacuípe	1.035,25	6,09
16	Piemonte da Diamantina	3.369,87	19,83
25	Piemonte Norte do Itapicuru	3.213,36	18,91

#### Municípios:

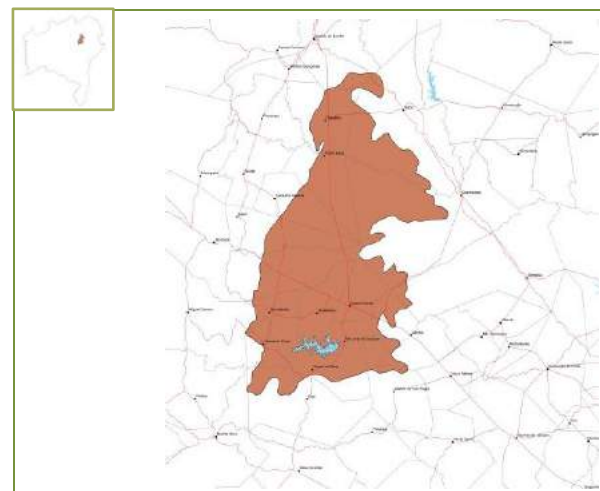
Código	Descrição	População (2010)	Área (km²)	Percentual da Zona no Município (%)
2901809	Antônio Gonçalves	11.019	291,35	1,71

2902609	Baixa Grande	20.069	525,21	3,09
2903805	Boa Vista do Tupim	18.000	2.227,26	13,11
2905107	Caém	10.376	270,44	1,59
2905503	Caldeirão Grande	12.485	223,12	1,31
2906006	Campo Formoso	66.638	1.010,39	5,95
2910859	Filadélfia	16.749	218,64	1,29
2911907	Iaçu	25.735	72,08	0,42
2912608	Ibiquera	4.865	834,79	4,91
2914703	Itaberaba	61.623	792,17	4,66
2917508	Jacobina	79.285	964,97	5,68
2917706	Jaguarari	30.342	469,16	2,76
2919009	Lajedinho	3.930	305,04	1,80
2919603	Macajuba	11.229	307,00	1,81
2920106	Mairi	19.335	447,44	2,63
2920809	Marcionílio Souza	10.508	6,96	0,04
2921203	Miguel Calmon	26.466	1.230,26	7,24
2921401	Mirangaba	16.323	405,09	2,38
2921708	Morro do Chapéu	35.207	354,43	2,09
2922102	Mundo Novo	24.419	1.350,06	7,95
2924603	Pindobaçu	20.119	496,15	2,92
2924801	Piritiba	22.411	975,54	5,74
2925253	Ponto Novo	15.741	121,62	0,72
2927200	Ruy Barbosa	29.869	1.557,80	9,17
2929800	Saúde	11.847	494,18	2,91
2930105	Senhor do Bonfim	74.431	382,94	2,25
2930600	Serrolândia	12.347	4,95	0,03
2931301	Tapiramutá	16.528	590,17	3,47
2933109	Várzea do Poço	8.664	62,60	0,37



### Identificação da Zona:

Número	19
Nome	Tabuleiro de Capim Grosso
Área total (km <sup>2</sup> )	5.110,50



**Descrição:** Tabuleiro de Capim Grosso com Contato da Floresta Estacional e Caatinga, com arranjo da agropecuária e culturas irrigadas. Assentamentos rurais.

### Diretrizes da Zona:

Diretrizes Gerais
Conservar as áreas importantes para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais nos remanescentes de floresta estacional e caatinga.
Fortalecer e adensar, em bases sustentáveis, a cadeia produtiva do sisal, agregando valor à produção local.
Fortalecer e expandir os serviços de assistência técnica e extensão rural a fim de fortalecer a agricultura familiar e as comunidades tradicionais.
Implantar programas e práticas para a convivência com a seca, particularmente com técnicas adequadas de manejo agropecuário, e a diversificação produtiva.
Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a pecuária) à preservação da biodiversidade, estabilização dos solos e das paisagens singulares e manutenção dos serviços ambientais, especialmente a disponibilidade hídrica e à inclusão social.
Diretrizes Específicas
Promover o manejo sustentável dos solos, tendo em vista a significativa vulnerabilidade de contaminação do lençol freático.
Aprimorar o sistema de gerenciamento de recursos hídricos, considerando a significativa vulnerabilidade de contaminação do lençol freático, as significativas necessidades das culturas irrigadas, as condições de clima semiárido e a garantia dos usos múltiplos e das funções sociais e ambientais da água.
Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.
Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.
Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.
Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.
Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade do bioma Caatinga, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.
Compatibilização entre áreas protegidas, terras de comunidades tradicionais (quilombolas) e unidades produtivas, com destaque para a agricultura irrigada, a pecuária e a mineração.
Fortalecer e adensar, em bases sustentáveis, a cadeia produtiva da caprinocultura, agregando valor à produção local.
Priorizar a realização de obras de infraestrutura hídrica e acesso a tecnologias sociais de convivência com o semiárido.
Fomentar políticas de reconhecimento para os povos e comunidades tradicionais, que promovam o acesso à terra e à água, à assistência técnica, à extensão rural e ao crédito adequados aos seus modos de vida e produção.
Potencializar programas e ações que atuem na vigilância epidemiológica, riscos, agravos e controle das doenças endêmicas e epidêmicas.

### Vulnerabilidade Social:

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	-
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	-
<b>Tipo 3:</b> Municípios com qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	Capela do Alto Alegre
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	-
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição	Capim Grosso; Jacobina; Senhor do Bonfim; São

econômica e condição de vida.	José do Jacuípe; Várzea da Roça; Várzea do Poço
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	Gavião; Mundo Novo
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	-
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Caldeirão Grande; Caém; Filadélfia; Itiúba; Mairi; Miguel Calmon; Ponto Novo; Queimadas; Quixabeira; Santaluz; Serrolândia

### Qualidade Ambiental da Biodiversidade:

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	756,63	14,81	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	1.177,17	23,03	ZEE-BA

### Áreas Especiais:

Unidades de conservação:

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na UC (%)
-	-	-	-	-	-

### Comunidades tradicionais:

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Quilombolas	Caém	1	
	Filadélfia	13	
	Ponto Novo	1	
	Quixabeira	1	
	Senhor do Bonfim	15	
Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Fundo de pasto	Itiúba	7	
	Queimadas	1	
Comunidades	Municípios	Grupos	População Indígena
Indígenas	-	-	-
Comunidades	Municípios	Nº de Pescadores	
Pescadores	Itiúba	10	
	Mairi	1	
	Miguel Calmon	8	
	Ponto Novo	120	
	Senhor do Bonfim	154	



**Infraestrutura:**

Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	1	-	BA-375; BA-381; BA-413; BA-414; BA-417; BA-422; BA-424; BA-791; BR-342 e BR-407.

Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA								FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL												
	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio	
Caldeirão Grande																					
Capela do A. Alegre																					
Capim Grosso																					
Caém																					
Filadélfia																					
Gavião																					
Itiúba																					
Jacobina																					
Mairi																					
Miguel Calmon																					
Mundo Novo																					
Ponto Novo																					
Queimadas																					
Quixabeira																					
Santaluz																					
Senhor do Bonfim																					
Serrolândia																					
São José do Jacuípe																					
Várzea da Roça																					
Várzea do Poço																					

**Sistemas produtivos:**

Agropecuária:

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																											
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dendê	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja	
Caldeirão Grande																												
Capela do Alto Alegre																												
Capim Grosso																												
Caém																												
Filadélfia																												
Gavião																												
Itiúba																												
Jacobina																												
Mairi																												
Miguel Calmon																												
Mundo Novo																												
Ponto Novo																												
Queimadas																												
Quixabeira																												
Santaluz																												
Senhor do Bonfim																												
Serrolândia																												
São José do Jacuípe																												
Várzea da Roça																												
Várzea do Poço																												

Indústria:

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
	Quantidade de Indústrias de Transformação
Itiúba	2
Ponto Novo	1

Turismo:

Localização em Zona Turística: Chapada Norte	integral	parcial	x	residual
<b>Enquadramento geográfico-paisagístico:</b>				
Faixa de território no sopé do bordão oriental da Chapada Diamantina, entre os municípios de Filadélfia e Capim Grosso, com suas paisagens de planícies, pastagens naturais e pequenas áreas de agricultura de subsistência.				
<b>Segmentos turísticos envolvidos:</b>				
-				
<b>Atrativos para o turismo:</b>				
Patrimônio natural: Conjuntos geográficos, ecossistemas, sistemas hidrográficos específicos e paisagens agrestes e de pastagens naturais peculiares no sopé da Serra de Jacobina.				
Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos				
Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.				
<b>Riscos para o Turismo:</b>				
Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos.				

**Sedes urbanas:**

Cidade
Capim Grosso, Filadélfia, Ponto Novo, Quixabeira, Serrolândia, São José do Jacuípe, Várzea da Roça, Várzea do Poço.

**Perímetros interceptados:**

Unidades territoriais básicas:

Descrição	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na UTB (%)
Tabuleiros Interioranos	5.110,50	100,00

Unidades de paisagem:

Descrição	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na UP (%)
Tabuleiros Interioranos c/ Pastagem plantada e natural.	934,59	18,29
Tabuleiros Interioranos c/ Pastagem associada a coco-da-baia, citros e vegetação Natural.	1.323,75	25,90
Tabuleiros Interioranos c/ Floresta.	134,14	2,62
Tabuleiros Interioranos c/ Pequenas áreas de sisal.	87,41	1,71
Tabuleiros Interioranos c/ Vegetação Secundária em áreas de Caatinga Arbórea e/ou Arbustiva Densa.	71,67	1,40
Tabuleiros Interioranos c/ Culturas temporárias tradicionais (feijão, milho e mamona) e sisal.	71,65	1,40
Tabuleiros Interioranos c/ Pastagem associada à palma forrageira e culturas temporárias de subsistência.	2.487,30	48,67

Bacias hidrográficas:

Descrição	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
Itapicuru	4.041,09	79,07
Paraguaçu	1.069,42	20,93

Territórios de identidade:

Nº	Descrição	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no TI (%)
4	Sisal	1.259,28	24,64
14	Piemonte do Paraguaçu	0,91	0,02
15	Bacia do Jacuípe	1.441,97	28,22
16	Piemonte da Diamantina	1.395,12	27,30
25	Piemonte Norte do Itapicuru	1.013,21	19,83

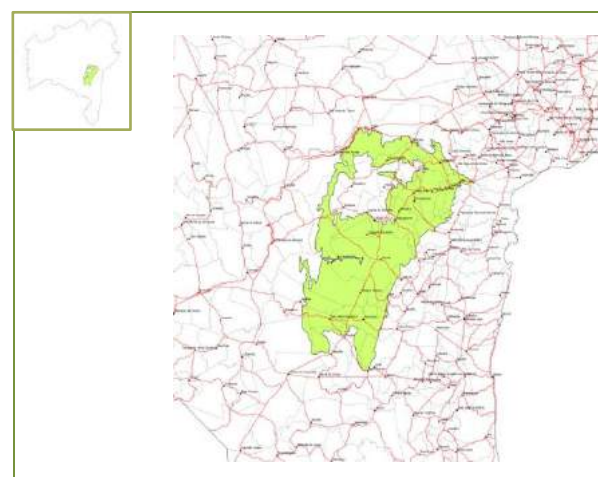
Municípios:

Código	Descrição	População (2010)	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Município
--------	-----------	------------------	-------------------------	---------------------------------

				(%)
2905107	Caém	10.376	277,68	5,43
2905503	Caldeirão Grande	12.485	241,78	4,73
2906857	Capela do Alto Alegre	11.527	107,94	2,11
2906873	Capim Grosso	26.529	330,44	6,47
2910859	Filadélfia	16.749	332,52	6,51
2911253	Gavião	4.561	59,74	1,17
2917003	Itiúba	36.112	462,94	9,06
2917508	Jacobina	79.285	473,31	9,26
2920106	Mairi	19.335	150,40	2,94
2921203	Miguel Calmon	26.466	23,46	0,46
2922102	Mundo Novo	24.419	0,91	0,02
2925253	Ponto Novo	15.741	375,53	7,35
2925808	Queimadas	24.583	762,02	14,91
2925931	Quixabeira	9.548	379,48	7,43
2928000	Santaluz	33.816	34,32	0,67
2929370	São José do Jacuípe	10.213	261,60	5,12
2930105	Senhor do Bonfim	74.431	63,39	1,24
2930600	Serrolândia	12.347	290,23	5,68
2933059	Várzea da Roça	13.787	340,55	6,66
2933109	Várzea do Poço	8.664	142,25	2,78

### Identificação da Zona:

Número	20
Nome	Planalto de Jequié
Área total (km <sup>2</sup> )	15.260,29



**Descrição:** Planalto Soerguido de Jequié em meio à Floresta Estacional e Caatinga, com agropecuária, indústria (Distrito Industrial de Jequié), indústria calçadista, comércio, serviços e mineração (vanádio). Aglomeração urbana (Jequié).

### Diretrizes da Zona:

#### Diretrizes Gerais

Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente os remanescentes de floresta estacional e caatinga distribuídos por toda a zona.

Fortalecer as atividades industriais, promovendo a infraestrutura adequada e assegurando o respeito a parâmetros de sustentabilidade ambiental.

Implantar programas e práticas para a convivência com a seca, particularmente com técnicas adequadas de manejo agropecuário, e a diversificação produtiva.

Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a mineração, o turismo e agropecuária - horticultura, fruticultura e bovinocultura) e a expansão das áreas urbanas, à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, as áreas protegidas, as terras de povos e comunidades tradicionais e à inclusão social.

Promover ações de inclusão socioproductiva e combate à pobreza com prioridade para a população em situação de alta vulnerabilidade social.

#### Diretrizes Específicas

Promover o manejo sustentável dos solos e das águas, considerando sua alta vulnerabilidade à erosão.

Priorizar e fomentar o desenvolvimento de atividades primárias em áreas desmatadas ou convertidas para usos agropecuários, com práticas de manejo adequadas, especialmente do solo, e a implantação de consórcios agroflorestais, reflorestamentos ou cultivos permanentes de um modo geral.

Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.

Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.

Implementar políticas e projetos de fomento ao ecoturismo, o extrativismo sustentável e o pagamento por serviços ambientais visando a conservação e valorização da sociobiodiversidade associada aos povos e comunidades tradicionais.

Fomentar o desenvolvimento de atividades pesqueiras, aquícolas, agroflorestais e o extrativismo vegetal (óleos, gomas, látex, frutos, raízes etc.) em suas diversas modalidades, especialmente, nas áreas de várzeas e terras firmes marginais aos principais rios da bacia hidrográfica do rio de Contas e do Vale do Jiquiriçá.

Fortalecer o manejo e gestão integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança, APA Serra do Ouro, Estação Ecológica Wenceslau Guimarães, Parque Nacional de Boa Nova e Refúgio de Vida Silvestre de Boa Nova.

Aprimorar o sistema de gerenciamento e controle dos recursos hídricos, especialmente nas áreas de recarga dos rios de Contas e Jiquiriçá, devido à deficiência hídrica com precipitações médias anuais variando entre 500 e 800 mm, considerando os usos múltiplos e garantindo sua função social e ambiental.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e serviços ambientais associados a biodiversidade dessa Zona.

Aproveitar o potencial energético (solar) respeitando as questões ambientais e as comunidades tradicionais.

Fortalecer e adensar, em bases sustentáveis, as cadeias produtivas do café, da horticultura e da fruticultura, agregando valor à produção local.

Realizar estudos e pesquisas sobre tecnologias mais apropriadas para a modernização da agricultura familiar, respeitando as questões ambientais.

Implantar infraestrutura de comercialização das cadeias produtivas.

Apoiar a cadeia produtiva da mineração (em especial do vanádio) respeitando as questões ambientais e as comunidades tradicionais.

### Vulnerabilidade Social:

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons	-

desempenhos.

**Tipo 2:** Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica. Lafaiete Coutinho; Poções; Vitória da Conquista.

**Tipo 3:** Municípios com qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.

**Tipo 4:** Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.

**Tipo 5:** Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida. Cravolândia; Iaçú; Itagi; Itaquara; Itruruçu; Jequié; Jitaúna; Santa Inês.

**Tipo 6:** Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica. Elísio Medrado.

**Tipo 7:** Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.

**Tipo 8:** Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins. Amargosa; Anagé; Apuarema; Boa Nova; Bom Jesus da Serra; Brejões; Caetano; Dário Meira; Iguaf; Irajuba; Itatim; Jaguaquara; Jiquiriçá; Lajedo do Tabocal; Laje; Manoel Vitorino; Maracás; Marcionílio Souza; Milagres; Mirante; Mutuípe; Nova Canaã; Nova Itarana; Planaltino; Planalto; Presidente Tancredo Neves; Santa Teresinha; São Miguel das Matas; Teolândia; Ubaíra; Wenceslau Guimarães.

### Qualidade Ambiental da Biodiversidade:

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	5.311,01	34,80	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	7.514,43	49,24	ZEE-BA

### Áreas Especiais:

Unidades de conservação:

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na UC (%)
APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança	x		Uso Sustentável		
APA Serra do Ouro	x		Uso Sustentável		
Estação Ecológica Wenceslau Guimarães	x		Proteção integral		
Parque Nacional de Boa Nova		x			
Refúgio de Vida Silvestre de Boa Nova		x			

### Comunidades tradicionais:

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades
Quilombolas	Anagé	1
	Bom Jesus da Serra	1
	Jequié	1
	Planalto	2
	Poções	1
	Presidente Tancredo Neves	2
	Teolândia	1
	Vitória da Conquista	16







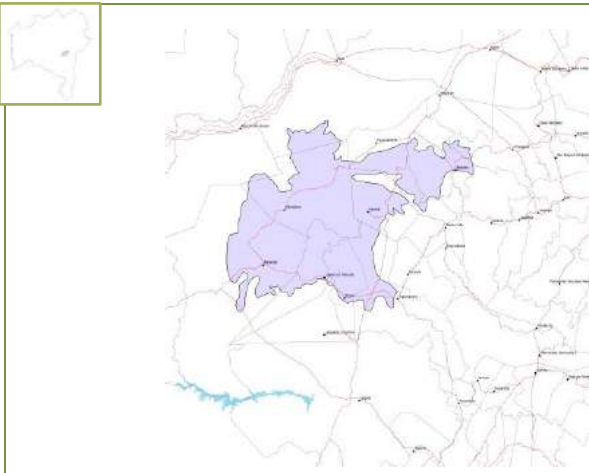
9	Vale do Jequiricá	5.906,91	38,71
14	Piemonte do Paraguaçu	1.086,95	7,12
20	Vitória da Conquista	1.687,41	11,06
22	Médio Rio de Contas	5.722,51	37,5

Municípios:

Código	Descrição	População (2010)	Área (km²)	Percentual da Zona no Município (%)
2901007	Amargosa	34.340	422,71	2,77
2901205	Anagé	25.500	156,82	1,03
2901957	Apuarema	7.463	38,01	0,25
2903706	Boa Nova	15.409	854,03	5,6
2903953	Bom Jesus da Serra	10.113	431,12	2,83
2904308	Brejões	14.282	210,9	1,38
2905156	Caetanos	13.666	42,16	0,28
2909505	Cravolândia	5.042	162,07	1,06
2910008	Dário Meira	12.841	97,96	0,64
2910305	Elísio Medrado	7.952	20,76	0,14
2911907	Iaçu	25.735	1.057,35	6,93
2913507	Iguaí	25.724	334,63	2,19
2914208	Irajuba	7.002	164,11	1,08
2915106	Itagi	13.053	184,6	1,21
2916708	Itaquara	7.678	322,79	2,12
2916856	Itatim	14.539	4,88	0,03
2916906	Itiruçu	12.693	88,06	0,58
2917607	Jaguaquara	51.019	666,4	4,37
2918001	Jequié	151.921	3.020,08	19,79
2918209	Jiquiriçá	14.087	236,58	1,55
2918308	Jitaúna	14.115	68,9	0,45
2918704	Lafaiete Coutinho	3.901	398,71	2,61
2918803	Laje	22.206	167,65	1,1
2919058	Lajedo do Tabocal	8.305	197,44	1,29
2920403	Manoel Vitorino	14.390	1.458,92	9,56
2920502	Maracás	24.615	935,79	6,13
2920809	Marcionílio Souza	10.508	131,63	0,86
2921302	Milagres	10.306	197,06	1,29
2921450	Mirante	10.512	458,93	3,01
2922409	Mutuípe	21.466	260,54	1,71
2922706	Nova Canaã	16.727	48,41	0,32
2922805	Nova Itarana	7.438	268,07	1,76
2924900	Planaltino	8.822	110,14	0,72
2925006	Planalto	24.497	255,9	1,68
2925105	Poções	44.760	340,3	2,23
2925758	Presidente Tancredo Neves	23.857	62,28	0,41
2927903	Santa Inês	10.363	306,52	2,01
2928505	Santa Teresinha	9.658	24,72	0,16

2929404	São Miguel das Matas	10.414	14,12	0,09
2931608	Teolândia	14.850	84,2	0,55
2932101	Ubaíra	19.759	756,48	4,96
2933307	Vitória da Conquista	306.374	2,18	0,01
2933505	Wenceslau Guimarães	22.181	195,36	1,28

### Identificação da Zona:

Número	21	
Nome	Planalto de Maracás	
Área total (km²)	3.055,88	

**Descrição:** Planalto de Maracás em meio à Floresta Estacional, com atividades agrícolas de floricultura, horticultura e cafeicultura, pecuária e mineração (vanádio).

### Diretrizes da Zona:

#### Diretrizes Gerais

Fortalecer a cadeia produtiva e a agregação de valor à cafeicultura, horticultura, fruticultura e outras culturas adaptáveis às condições edafoclimáticas, nas áreas de elevada altitude no médio e alto Jiquiriçá.

Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a mineração, o turismo e agropecuária) e a expansão das áreas urbanas, à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, as áreas protegidas, as terras de povos e comunidades tradicionais e à inclusão social.

Fortalecer programas e práticas para a convivência com a seca, particularmente com técnicas adequadas de manejo agropecuário, e a diversificação produtiva.

#### Diretrizes Específicas

Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares articuladas às existentes, abrangendo especialmente os remanescentes de vegetação nativa situados nas áreas de nascentes e cabeceiras do rio Jiquiriçá e seus afluentes.

Preservar o patrimônio espeleológico e de áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente os remanescentes de floresta estacional, com destaque para os recursos naturais provedores de interação etnobiológica de valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais.

Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.

Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.

Promover o monitoramento do uso da água dos rios das Bacias do Jacuípe e Paraguaçu e Lago de Pedra do Cavalo, contemplando os usos múltiplos, garantindo sua função social e ambiental, e mitigando os efeitos causados pela deficiência de água oriunda das chuvas escassas e irregulares.

Promover a conservação e o manejo sustentável dos recursos hídricos e dos solos, considerando a presença de cultivos adaptados a altitudes elevadas (variando entre 800m e 1.000m).

Promover a sustentabilidade socioambiental da cadeia produtiva e a minimização dos impactos ambientais associados a mineração, com destaque para a exploração do vanádio.

Adequar, de forma sustentável, a infraestrutura energética às necessidades socioeconômicas, aproveitando o potencial energético (solar) e respeitando as questões ambientais e os povos e comunidades tradicionais.

Fortalecer e adensar, em bases sustentáveis, as cadeias produtivas do café, da horticultura e da fruticultura, agregando valor à produção local.

Implementar políticas para o desenvolvimento de tecnologias mais apropriadas para a modernização da agricultura familiar, respeitando as questões ambientais.

Priorizar a realização de obras de infraestrutura hídrica e acesso a tecnologias sociais de convivência com o semiárido.

Fomentar políticas de reconhecimento para os povos e comunidades tradicionais, que promovam o acesso à terra e à água, à assistência técnica, à extensão rural e ao crédito adequados aos seus modos de vida e produção.

Incentivar programas e práticas com base na adoção de técnicas adequadas de manejo agropecuário, na diversificação produtiva, em obras de infraestrutura hídrica e de promoção do acesso a tecnologias sociais.

Implementar políticas de promoção da igualdade de gênero baseadas no combate à gravidez na adolescência, na educação sexual, na formação educacional, na autonomia e empoderamento feminino e no combate à violência contra as mulheres.

### Vulnerabilidade Social:

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	Lafaiete Coutinho.

<b>Tipo 3:</b> Municípios qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	Iaçú; Itiruçu; Santa Inês.
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Amargosa; Brejões; Irajuba; Jaguaquara; Lajedo do Tabocal; Maracás; Marcionílio Souza; Nova Itarana; Planaltino; Ubaíra.

### Qualidade Ambiental da Biodiversidade:

Aspectos	Área (km²)	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	375,52	12,29	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	1.287,66	42,14	ZEE-BA

### Áreas Especiais:

#### Unidades de conservação:

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km²)	Percentual da Zona na UC (%)
-	-	-	-	-	-

#### Comunidades tradicionais:

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Quilombolas	-	-	
Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Fundo de pasto	-	-	
Comunidades	Municípios	Grupos	População Indígena
Indígenas	-	-	-
Comunidades	Municípios	Nº de Pescadores	
Pescadores	Irajuba	1	

**Infraestrutura:**

Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	2	-	BA-026; BA-120; BA-130; BA-250; BA-888; BR-116; BR-330 e BR-420.

Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA							FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL													
	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio	
Amargosa																					
Brejões																					
Iaçu																					
Irajuba																					
Itiruçu																					
Jaguaquara																					
Lafaiete Coutinho																					
Lajedo do Tabocal																					
Maracás																					
Marcionílio Souza																					
Nova Itarana																					
Planaltino																					
Santa Inês																					
Ubaíra																					

**Sistemas produtivos:**

Agropecuária:

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																												
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Cítricos	Limão	Coco	Dendê	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja		
Amargosa																													
Brejões																													
Iaçu																													
Irajuba																													
Itiruçu																													
Jaguaquara																													
Lafaiete Coutinho																													
Lajedo do Tabocal																													
Maracás																													
Marcionílio Souza																													
Nova Itarana																													
Planaltino																													
Santa Inês																													
Ubaíra																													

Indústria:

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
	Quantidade de Indústrias de Transformação
Maracás	1

Turismo:

Localização em Zona Turística: Não	integral	parcial	residual
Enquadramento geográfico-paisagístico:			
Área serrana, com suas plantações e paisagens agrícolas específicas, encravada na parte norte do planalto de Jequié.			
Segmentos turísticos envolvidos:			
Turismo de Lazer e Entretenimento			
Turismo Ecológico; Turismo de Natureza			
Turismo Cultural.			
Atrações para o turismo:			
Patrimônio natural: Conjuntos geográficos, ecossistemas, sistemas hidrográficos específicos e paisagens regionais peculiares, no contexto do seu maciço de platô voltado, de frente, para a Chapada Diamantina e dominado pelo Vale do Jiquiriçá.			
Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos			
Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.			
Riscos para o Turismo:			
Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos.			

Sedes urbanas:

Cidade
Irajuba, Itiruçu, Lajedo do Tabocal, Maracás, Planaltino.

**Perímetros interceptados:**

## Unidades territoriais básicas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UTB (%)
Planalto Sul Baiano	3.055,88	100,00

## Unidades de paisagem:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UP (%)
Planalto Sul Baiano c/ Pequenas e áreas de contato Caatinga/Floresta Estacional.	73,46	2,40
Planalto Sul Baiano com Pastagem associada a café.	561,79	18,38
Planalto Sul Baiano com Remanescentes de Floresta Estacional.	287,21	9,4
Planalto Sul Baiano com Cultivo de café associado à pastagem, policultura e Vegetação Natural.	118,32	3,87
Planalto Sul Baiano c/ Pastagem.	2.015,10	65,94

## Bacias hidrográficas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
Contas	340,25	0,35
Paraguaçu	383,47	95,84
São Francisco	2.332,16	3,80

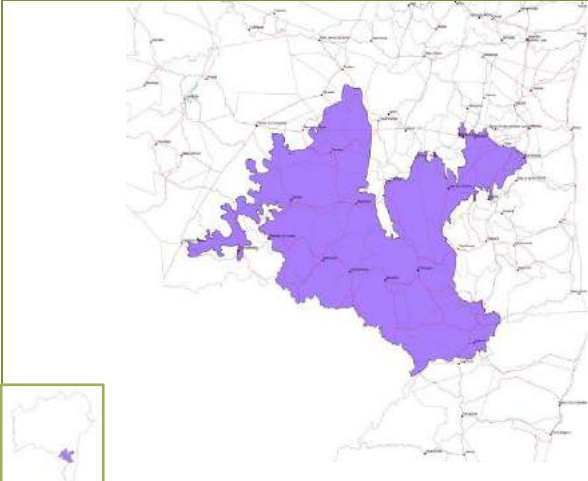
## Territórios de identidade:

Nº	Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona no TI (%)
3	Chapada Diamantina	10,81	0,35
9	Vale do Jequiçá	2.928,89	95,84
14	Piemonte do Paraguaçu	116,18	3,80

## Municípios:

Código	Descrição	População (2010)	Área (km²)	Percentual da Zona no Município (%)
2901007	Amargosa	34.340	22,55	0,74
2904308	Brejões	14.282	269,65	8,82
2911907	Iaçu	25.735	116,18	3,8
2914208	Irajuba	7.002	249,21	8,16
2916906	Itiruçu	12.693	225,51	7,38
2917607	Jaguaquara	51.019	221,5	7,25
2918704	Lafaiete Coutinho	3.901	6,38	0,21
2919058	Lajedo do Tabocal	8.305	234,47	7,67
2920502	Maracás	24.615	671,57	21,98
2920809	Marcionílio Souza	10.508	10,81	0,35
2922805	Nova Itarana	7.438	202,13	6,61
2924900	Planaltino	8.822	816,58	26,72
2927903	Santa Inês	10.363	8,95	0,29

### Identificação da Zona:

Número	22	
Nome	Depressão e Patamar dos rios Colônia e Pardo	
Área total (km <sup>2</sup> )	14.484,31	

**Descrição:** Patamar e Depressão dos rios Colônia e Pardo em áreas de Floresta Estacional, com bovinocultura extensiva, semi-intensiva e intensiva, cacau (zona de transição), mineração (calcário e rochas ornamentais), atividades industriais (Distrito Industrial de Itapetinga) e turismo (festas juninas). Aglomeração urbana (Itapetinga).

### Diretrizes da Zona:

Diretrizes Gerais
Implantar programas e práticas para a convivência com a seca, particularmente com técnicas adequadas de manejo agropecuário.
Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a bovinocultura, silvicultura e a mineração), à preservação da biodiversidade e, das terras de povos e comunidades tradicionais, promovendo a manutenção da disponibilidade hídrica e a sustentação dos patamares de maior altitude, que abrangem grande parte desta Zona, e à inclusão social.
Promover políticas para evitar os efeitos negativos da expansão urbana desordenada e do adensamento populacional no entorno dos centros urbanos (Feira de Santana, Santo Antonio de Jesus e Cruz das Almas).
Diretrizes Específicas
Promover o manejo sustentável dos solos, visando desestimular a ampliação de pastagens extensivas, especialmente nas vertentes dos morros, cujos solos possuem vulnerabilidade moderada à alta à erosão.
Aprimorar o sistema de gerenciamento e controle dos recursos hídricos, especialmente nas bacias dos rios Pardo e Colônia, e proximidades da barragem de Itapebi, considerando os usos múltiplos e garantindo sua função social e ambiental.
Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.
Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.
Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.
Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.
Promover políticas de estímulo à diversificação produtiva e limitação da ocupação das áreas agrícolas por monoculturas.
Implementar estratégias para enfrentar os possíveis efeitos da monocultura, como a insegurança alimentar, concentração fundiária, o estreitamento da matriz econômica e a degradação da biodiversidade.
Estabelecer sistema de monitoramento georreferenciado da expansão das monoculturas e dos processos fragmentadores da paisagem.
Priorizar a atenção ao território, mediante ações de compartilhamento da gestão ambiental, de modo a reduzir os conflitos por terra e água.
Apoiar o desenvolvimento do turismo, em especial o de lazer e cultural, de forma sustentável, promovendo o desenvolvimento e a geração de trabalho e renda.
Fortalecer e adensar, em bases sustentáveis, as cadeias produtivas da agricultura, agregando valor à produção local (especialmente ampliando os sistemas de armazenamento e beneficiamento).
Fortalecer e adensar, em bases sustentáveis, a cadeia produtiva do café, agregando valor à produção local.
Fortalecer as atividades industriais, promovendo a infraestrutura adequada e assegurando o respeito a parâmetros de sustentabilidade ambiental.
Ampliar a oferta de energia elétrica domiciliar nas zonas rurais.
Fortalecer as políticas de combate ao analfabetismo na população com mais de 15 anos de idade.
Priorizar a realização de obras de infraestrutura hídrica e acesso a tecnologias sociais de convivência com o semiárido.
Fomentar programas e projetos capazes de assegurar a permanência e a conclusão das etapas sucessivas e a integração dos níveis do Ensino Fundamental e Médio da Educação Básica e Profissional, possibilitando acesso ao Ensino Superior.
Implementar políticas de promoção da igualdade de gênero baseadas no combate à gravidez na adolescência, na educação sexual, na formação educacional, na autonomia e empoderamento feminino e no combate à violência contra as mulheres.

### Vulnerabilidade Social:

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	Itabuna; Itapetinga.
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	Caatiba; Macarani; Poções; Vitória da Conquista.
<b>Tipo 3:</b> Municípios qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	Maiquinique.
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	Barra do Choça; Belmonte; Buerarema; Firmino Alves; Floresta Azul; Ibicaraí; Itagimirim; Itaju do Colônia; Itambé; Itapé; Itarantim; Itororó; Jussari; Mascote; Pau Brasil; Potiraguá; Santa Cruz da Vitória; São José da Vitória.
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Cândido Sales; Encruzilhada; Nova Canaã; Planalto; Ribeirão do Largo.

### Qualidade Ambiental da Biodiversidade:

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	2.638,17	18,21	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	7.987,72	55,15	ZEE-BA

### Áreas Especiais:

Unidades de conservação:

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na UC (%)
-	-	-	-	-	-

### Comunidades tradicionais:

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Quilombolas	Planalto	2	
	Poções	1	
	Ribeirão do Largo	1	
	Vitória da Conquista	16	
Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Fundo de pasto	-	-	
Comunidades	Municípios	Grupos	População Indígena
Indígenas	Belmonte	1	-



	Buerarema	1	
	Itambé	1	
	Pau Brasil	1	
Comunidades	Municípios	Nº de Pescadores	
Pescadores	Belmonte	822	
	Caatiba	5	
	Floresta Azul	6	
	Itabuna	32	
	Itagimirim	1	
	Itapebi	11	
	Jussari	5	
	Maiquinique	1	
	Mascote	202	
	Pau Brasil	15	

Buerarema					
Caatiba					
Cândido Sales					
Encruzilhada					
Firmino Alves					
Floresta Azul					
Ibicaraí					
Itabuna					
Itagimirim					
Itajudo Colônia					
Itambé					
Itapebi					
Itapetinga					
Itapé					
Itarantim					
Itororó					
Jussari					
Macarani					
Maiquinique					
Mascote					
Nova Canaã					
Pau Brasil					
Planalto					
Poções					
Potiraguá					
Ribeirão do Largo					
Santa Cruz da Vitória					
São José da Vitória					
Vitória da Conquista					

**Infraestrutura:**

Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	1	-	BA-120; BA-130; BA-262; BA-263; BA-270; BA-274; BA-275; BA-632; BA-633; BA-634; BA-635; BA-638; BA-642; BA-643; BA-646; BA-649; BA-661; BA-663; BA-667; BA-668; BA-670; BA-671; BA-680; BA-953; BA-982; BA-989; BR-101; BR-251; BR-367 e BR-415.

Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA								FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL												
	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio	
Barra do Choça																					
Belmonte																					

### Sistemas produtivos:

#### Agropecuária:

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																										
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dende	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja
Barra do Choça																											
Belmonte																											
Buerarema																											
Caatiba																											
Cândido Sales																											
Encruzilhada																											
Firmino Alves																											
Floresta Azul																											
Ibicaraí																											
Itabuna																											
Itagimirim																											
Itajudo Colônia																											
Itambé																											
Itapebi																											
Itapetinga																											
Itapé																											
Itarantim																											
Itororó																											
Jussari																											
Macarani																											
Maiquinique																											
Mascote																											
Nova Canaã																											
Pau Brasil																											
Planalto																											
Poções																											
Potiraguá																											
Ribeirão do Largo																											
Santa Cruz da Vitória																											
São José da Vitória																											
Vitória da Conquista																											

#### Indústria:

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
	Quantidade de Indústrias de Transformação
Caatiba	2
Firmino Alves	2
Floresta Azul	1
Ibicaraí	2
Itambé	3
Itapetinga	17
Itarantim	2
Itororó	2
Macarani	2
Maiquinique	2
Potiraguá	2

#### Turismo:

Localização em Zona Turística:	integral	parcial	residual
Não.	integral	parcial	residual
<b>Enquadramento geográfico-paisagístico:</b>			
Bacias dos rios Colônia e Pardo, com suas paisagens colinosas dominadas, na parte norte e divisa com Minas Gerais, por extensas áreas de pastagem entre as formações serranas, avançando, na parte leste, até a região da rodovia BR-101 e, na parte oeste, estendendo-se até as escarpas do planalto de Vitória da Conquista.			
<b>Segmentos turísticos envolvidos:</b>			
Turismo de Lazer e Entretenimento Turismo Ecológico; Turismo de Natureza Turismo de Esporte e Aventura Turismo Cultural; Turismo Religioso Turismo de Negócios.			
<b>Atrações para o turismo:</b>			
Patrimônio natural: Conjuntos geográficos, ecossistemas, sistemas hidrográficos e paisagens regionais específicos, no âmbito da ampla planície fluvial da zona costeira, enclavada nas escarpas do platô de Vitória da Conquista. Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.			
<b>Riscos para o Turismo:</b>			
Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos.			

#### Sedes urbanas:

Cidade
Buerarema, Caatiba, Encruzilhada, Firmino Alves, Floresta Azul, Ibicaraí, Itajudo Colônia, Itambé, Itapebi, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Potiraguá, Ribeirão do Largo, Santa Cruz da Vitória

#### Perímetros interceptados:

##### Unidades territoriais básicas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UTB (%)
Colinas e Morros na Depressão do Rio Jequitinhonha	1.671,26	11,54
Depressão Interplanáltica de Itabuna/Itapetinga	6.172,18	42,61
Colinas e Serras Pré-Litorâneas	51,75	0,36
Planalto Soerguido	212,54	1,47
Pat. Oriental do Planalto de Vitória da Conquista	6.376,59	44,02

##### Unidades de paisagem:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UP (%)
Colinas e Serras Pré-Litorâneas c/ Áreas sob cultivo em sistema agroflorestal.	51,75	0,36
Planalto Soerguido c/ Pastagem plantada e natural.	212,54	1,47
Patamar Oriental do Planalto de Vitória da Conquista c/ Pastagem.	6.376,59	44,02
Depressão Interplanáltica de Itabuna/Itapetinga c/ Predomínio de sistema agroflorestal.	40,00	0,28
Depressão Interplanáltica de Itabuna/Itapetinga c/ Pastagem.	6.132,17	42,34
Colinas e Morros na Depressão do rio Jequitinhonha Ocupados c/ pastagem.	1.474,38	10,18
Colinas e Morros na Depressão do rio Jequitinhonha c/ Pastagem e floresta cabrucada com cacau.	137,27	0,95
Barragem de Itapebi	59,61	0,41

#### Bacias hidrográficas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
Contas	269,76	1,86

Jequitinhonha	2.426,48	16,75
Leste	2.222,74	15,35
Pardo	9.548,84	65,93

Territórios de identidade:

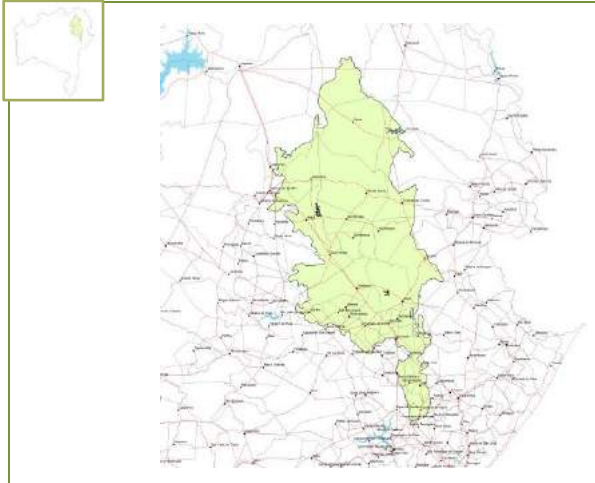
Nº	Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona no TI (%)
5	Litoral Sul	2.184,69	15,08
8	Médio Sudoeste da Bahia	8.072,51	55,73
20	Vitória da Conquista	2.765,67	19,09
27	Costa do Descobrimento	1.461,45	10,09

Municípios:

Código	Descrição	População (2010)	Área (km²)	Percentual da Zona no Município (%)
2902906	Barra do Choça	34.788	300,31	2,07
2903409	Belmonte	21.838	148,52	1,03
2904704	Buerarema	18.622	55,34	0,38
2904803	Caatiba	11.448	424,97	2,93
2906709	Cândido Sales	27.916	75,78	0,52
2910404	Encruzilhada	23.786	395,87	2,73
2910909	Firmino Alves	5.385	33,66	0,23
2911006	Floresta Azul	10.660	28,32	0,20
2912103	Ibicaraí	24.241	134,95	0,93
2914802	Itabuna	204.710	65,88	0,45
2915304	Itagimirim	7.110	356,31	2,46
2915403	Itaju do Colônia	7.278	967,31	6,68
2915809	Itambé	23.106	1.304,74	9,01
2916203	Itapé	10.986	371,15	2,56
2916302	Itapebi	10.497	956,61	6,60
2916401	Itapetinga	68.314	1.447,14	9,99
2916807	Itarantim	18.548	1.791,86	12,37
2917102	Itororó	19.911	73,09	0,5
2918555	Jussari	6.467	180,17	1,24
2919702	Macarani	17.088	1.286,26	8,88
2920007	Maiquinique	8.782	491,98	3,4
2920908	Mascote	14.640	73,69	0,51
2922706	Nova Canaã	16.727	413,88	2,86
2923902	Pau Brasil	10.853	291,36	2,01
2925006	Planalto	24.497	373,52	2,58
2925105	Poções	44.760	90,49	0,62
2925402	Potiraguá	9.829	791,36	5,46
2926657	Ribeirão do Largo	8.573	1.054,18	7,28
2927804	Santa Cruz da Vitória	6.673	13,56	0,09
2929354	São José da Vitória	5.715	16,51	0,11
2933307	Vitória da Conquista	306.374	475,51	3,28

### Identificação da Zona:

Número	23
Nome	Depressão Sertaneja da Região de Santa Luz
Área total (km <sup>2</sup> )	26.576,95



**Descrição:** Depressão Sertaneja da Região de Santa Luz em meio à Caatinga, com produção de sisal e culturas temporárias, caprinocultura, bovinocultura, mineração (diamante industrial, cromita, ouro em Santa Luz, Barrocas e Araci; calcário em Euclides da Cunha) e turismo. Aglomeração urbana (Serrinha).

### Diretrizes da Zona:

Diretrizes Gerais
Promover o manejo sustentável dos solos e dos recursos hídricos, considerando a sua relevância e fragilidade nesta Zona.
Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente os remanescentes de caatinga situados sobre as serras residuais distribuídas por toda a zona, e que contribuem para a estabilização dos solos e são de valor reconhecido para os povos e comunidades tradicionais.
Estimular a adoção de medidas para a solução de conflitos fundiários, para promoção da regularização fundiária e para a inclusão socioeconômica dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares articuladas a medidas de reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização da sua identidade, de suas formas de organização e de suas instituições.
Fortalecer o manejo sustentável dos recursos hídricos, contemplando culturas de sequeiro implantadas com sucesso na área, a exemplo do sisal e a palma forrageira, adequadas ao clima semiárido (com precipitação média anual entre 500 mm e 700 mm), e restringindo cultivos irrigados em virtude do alto risco de seca e dos solos rasos, que podem ocasionar salinização.
Diretrizes Específicas
Compatibilizar a atividade produtiva (com destaque para a mineração, caprinocultura, apicultura e sisal) à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, as áreas protegidas, as terras de povos e comunidades tradicionais e à inclusão social.
Aprimorar o sistema de gerenciamento e controle dos recursos hídricos, especialmente dos rios da Bacia do Itapicuru e do Vaza Barris, contemplando os usos múltiplos e sua função socioambiental, especialmente em virtude da deficiência de água oriunda de chuvas escassas e irregulares.
Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.
Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.
Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.
Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.
Implementar programas de manejo sustentável de áreas de fundo de pasto tendo como base a seleção de áreas de caatinga para preservação ambiental.
Aprimorar o sistema de controle ambiental, com enfoque para a atividade de mineração, especialmente em áreas próximas aos rios e mananciais, contemplando mecanismos eficientes de compensação socioambiental.
Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.
Implementar tecnologias adequadas à expansão da cadeia da caprinocultura de modo a conservar o meio ambiente e otimizar os recursos naturais disponíveis.
Apoiar a cadeia produtiva da mineração respeitando as questões ambientais e as comunidades tradicionais, e definindo instrumentos para redução dos impactos negativos da atividade sobre os recursos naturais, especialmente os mananciais.
Implementar tecnologias adequadas ao fortalecimento e adensamento da cadeia produtiva do sisal (especialmente para o combate de pragas e o aproveitamento integral da produção), agregando valor à produção local em bases sustentáveis.
Fortalecer e adensar, em bases sustentáveis, a cadeia da apicultura, expandindo o beneficiamento e agregando valor à produção local.
Apoiar a cadeia produtiva da mineração respeitando as questões ambientais e as comunidades tradicionais, e definindo instrumentos para redução dos impactos negativos da atividade sobre os recursos naturais, especialmente os mananciais.
Promover o associativismo e fortalecimento da agricultura familiar.
Fomentar programas e projetos capazes de assegurar a permanência e a conclusão das etapas sucessivas e a integração dos níveis do Ensino Fundamental e Médio da Educação Básica e Profissional, possibilitando acesso ao Ensino Superior.
Fortalecer as políticas de combate ao analfabetismo na população com mais de 15 anos de idade.

- Priorizar a realização de obras de infraestrutura hídrica e acesso a tecnologias sociais de convivência com o semiárido.
- Promover a inclusão socioeconômica, o combate à pobreza e a geração de trabalho e renda, com ênfase na segurança nutricional e alimentar, e incentivo ao empreendedorismo, à economia solidária e ao cooperativismo.
- Promover o acesso a água, esgotamento sanitário e tratamento de efluentes, bem como à coleta, ao tratamento e à disposição adequada de resíduos sólidos
- Fortalecer e expandir os serviços de assistência técnica e extensão rural a fim de fortalecer a agricultura familiar e as comunidades tradicionais.
- Fomentar políticas de acesso à habitação de qualidade e combate a favelização.
- Potencializar programas e ações que atuem na vigilância epidemiológica, riscos, agravos e controle das doenças endêmicas e epidêmicas.

### Vulnerabilidade Social:

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	Feira de Santana; São Domingos; Valente.
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	Nova Fátima; Retiroândia.
<b>Tipo 3:</b> Municípios qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	Conceição do Jacuípe; Ichu.
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	Barrocas; Capim Grosso; Conceição do Coité; Riachão do Jacuípe; Senhor do Bonfim; Serrinha; São José do Jacuípe.
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	Gavião; Teofilândia.
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Água Fria; Andorinha; Antônio Gonçalves; Araci; Biritinga; Candial; Cansanção; Canudos; Coração de Maria; Curaçá; Euclides da Cunha; Filadélfia; Irará; Itiúba; Jaguarari; Lamarão; Monte Santo; Nordestina; Pedrão; Queimadas; Quijingue; Santa Bárbara; Santaluz; Santanópolis; Sátiro Dias; Teodoro Sampaio; Tucano; Uauá.

### Qualidade Ambiental da Biodiversidade:

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	9.232,14	34,74	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	7.092,86	26,69	ZEE-BA

### Áreas Especiais:

Unidades de conservação:

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na UC (%)
-	-	-	-	-	-

### Comunidades tradicionais:

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades
Quilombolas	Antônio Gonçalves	4
	Biritinga	1
	Curaçá	4
	Feira de Santana	1
	Filadélfia	13
	Irará	4
	Monte Santo	1

	Nordestina	1	
	Senhor do Bonfim	15	
Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Fundo de pasto	Andorinha	23	
	Antônio Gonçalves	4	
	Canudos	18	
	Curaçá	39	
	Euclides da Cunha	1	
	Itiúba	7	
	Jaguarari	23	
	Monte Santo	49	
	Queimadas	1	
	Uauá	78	
Comunidades	Municípios	Grupos	População Indígena
Indígenas	Euclides da Cunha	1	
	Quijingue	1	
Comunidades	Municípios	Nº de Pescadores	
Pescadores	Andorinha	45	
	Araci	251	
	Candeal	3	
	Cansanção	1	
	Canudos	280	
	Curaçá	24	
	Feira de Santana	134	
	Ichu	1	
	Itiúba	10	
	Jaguarari	34	
	Monte Santo	3	
	Nordestina	4	
	Quijingue	1	
	Senhor do Bonfim	154	
	Serrinha	2	
Valente	3		

### Infraestrutura:

#### Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	8	-	BA-084; BA-120; BA-220; BA-233; BA-314; BA-381; BA-383; BA-395; BA-402; BA-408; BA-409; BA-411; BA-412; BA-413; BA-416; BA-503; BA-504; BA-509; BA-788; BA-866; BR-101; BR-116; BR-235; BR-324; BR-349; BR-407; BR-410 e BR-423.

#### Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA								FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL											
	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio
Água Fria																				
Andorinha																				
Antônio Gonçalves																				
Araci																				
Barrocas																				
Biringinga																				
Candeal																				
Cansanção																				
Canudos																				
Capim Grosso																				
Conceição do Coité																				
Conceição do Jacuípe																				
Coração de Maria																				
Curaçá																				
Euclides da Cunha																				
Feira de Santana																				
Filadélfia																				
Gavião																				
Ichu																				
Irará																				

(continua)



MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA								FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL											
	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio
Itiúba																				
Jaguarari																				
Lamarão																				
Monte Santo																				
Nordestina																				
Nova Fátima																				
Pedrao																				
Queimadas																				
Quijingue																				
Retirolândia																				
Riachão do Jacuípe																				
Santa Bárbara																				
Santaluz																				
Santanópolis																				
Senhor do Bonfim																				
Serrinha																				
São Domingos																				
São José do Jacuípe																				
Sátiro Dias																				
Teodoro Sampaio																				
Teofilândia																				
Tucano																				
Uauá																				
Valente																				

### Sistemas produtivos:

#### Agropecuária:

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																										
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dendê	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja
Água Fria																											
Andorinha																											
Antônio Gonçalves																											
Araci																											
Barrocas																											
Biritinga																											
Candeal																											
Cansanção																											
Canudos																											
Capim Grosso																											
Conceição do Coité																											
Conceição do Jacuípe																											
Coração de Maria																											
Curaçá																											
Euclides da Cunha																											
Feira de Santana																											
Filadélfia																											
Gavião																											
Ichu																											
Irará																											
Itiúba																											
Jaguarari																											
Lamarão																											
Monte Santo																											
Nordestina																											
Nova Fátima																											
Pedrao																											
Queimadas																											
Quijingue																											
Retirolândia																											
Riachão do Jacuípe																											
Santa Bárbara																											
Santaluz																											
Santanópolis																											
Senhor do Bonfim																											
Serrinha																											
São Domingos																											
São José do Jacuípe																											
Sátiro Dias																											
Teodoro Sampaio																											
Teofilândia																											
Tucano																											
Uauá																											
Valente																											

**Indústria:**

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA	
	Quantidade de Indústrias de Transformação	
Barrocas	1	
Conceição do Coité	8	
Conceição do Jacuípe	1	
Retirolândia	1	
Serrinha	3	
Uauá	1	
Valente	3	

**Turismo:**

Localização em Zona Turística:	Lagos de São Francisco	integral	parcial	x	residual
	Caminhos do Sertão	integral	x	parcial	residual
<b>Enquadramento geográfico-paisagístico:</b>					
Área central do grande sertão da Bahia, com suas paisagens de pastos naturais, com seus remanescentes de caatinga e com suas pequenas formações serranas isoladas da região indo de Feira de Santana até a área de depressão do rio São Francisco, limitando-se, na parte oeste, com os tabuleiros de Capim Grosso e, a leste, com os tabuleiros de Itapicuru, Tucano e Raso da Catarina.					
<b>Segmentos turísticos envolvidos:</b>					
Turismo de Lazer e Entretenimento Turismo Ecológico; Turismo de Natureza Turismo Cultural; Turismo Religioso					
<b>Atrativos para o turismo:</b>					
Patrimônio natural: Coração do grande sertão da Bahia com seus conjuntos geográficos, ecossistemas e sistemas hidrográficos específicos e seus cenários regionais peculiares proporcionados pelas suas paisagens sertanejas e pelos seus pastos naturais. Centralidades regionais: Euclides da Cunha, Ipirá e Uauá. Patrimônio natural; especial: Hidrotérmico subterrâneo (Tucano) Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais, religiosas (Sento Sé e Monte Santo) e comunidades étnicas.					
<b>Riscos para o Turismo:</b>					
Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos.					

**Sedes urbanas:**

Cidade
Água Fria, Andorinha, Araci, Barrocas, Biringinga, Cansanção, Conceição do Coité, Coração de Maria, Euclides da Cunha, Gavião, Irará, Itiúba, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, Santanópolis, São Domingos, Teofilândia, Tucano, Uauá, Valente.

**Perímetros interceptados:**

## Unidades territoriais básicas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UTB (%)
Depressão Sertaneja	22.058,46	83,00
Residuais nas Depressões Interplanálticas	4.518,49	17,00

## Unidades de paisagem:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona
-----------	------------	--------------------

		na UP (%)
Depressão Sertaneja c/ Policultura comercial, mandioca, algodão, manga, coco, caju, maracujá, etc.	314,33	1,18
Depressão Sertaneja c/ Sisal intercalado com policultura e Pastagem.	2.035,92	7,66
Depressão Sertaneja c/ Cultura de feijão e milho comercial c/ ocorrência de mandioca.	205,2	0,77
Depressão Sertaneja c/ Culturas temporárias tradicionais e outras, associadas à Pastagem.	2.772,78	10,43
Depressão Sertaneja c/ Caatinga e Vegetação Secundária e atividades agropastoris.	5.925,18	22,29
Depressão Sertaneja c/ Cerrado.	316,82	1,19
Depressão Sertaneja c/ Floresta.	123,61	0,47
Depressão Sertaneja c/ Pastagem plantada e natural.	1.209,92	4,55
Depressão Sertaneja com Pastagem associada a cana-de-açúcar.	2,79	0,01
Depressão Sertaneja c/ Pastagem e culturas temporárias (feijão, milho, mandioca) e Vegetação Secundária.	2.407,41	9,06
Depressão Sertaneja c/ Ocorrência ou não de palma forrageira e sisal.	6.712,22	25,26
Depressão Sertaneja c/ Pequena área de Silvicultura c/ eucalipto.	32,26	0,12
Residuais nas Depressões Interplanálticas c/ Culturas diversificadas.	22,84	0,09
Residuais nas Depressões Interplanálticas c/ Culturas de feijão, milho e mandioca associada ou não.	1.158,12	4,36
Residuais nas Depressões Interplanálticas c/ Caatinga e Vegetação Secundária.	2.056,35	7,74
Residuais nas Depressões Interplanálticas c/ Cerrado.	35,59	0,13
Residuais nas Depressões Interplanálticas c/ Pastagem associada à cultura temporária.	492,29	1,85
Residuais nas Depressões Interplanálticas c/ Pastagem associada à palma, forrageira, sisal, etc.	753,3	2,83

**Bacias hidrográficas:**

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
Inhambupe	1.035,55	3,9
Itapicuru	16.736,38	62,97
Paraguaçu	2.167,53	8,16
Recôncavo Norte	1.235,22	4,65
São Francisco	1.959,71	7,37
Vaza Barris	3.442,56	12,95

**Territórios de identidade:**

Nº	Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona no TI (%)
4	Sisal	16.348,39	61,51
10	Sertão do São Francisco	5.196,87	19,55
15	Bacia do Jacuípe	598,94	2,25
16	Piemonte da Diamantina	3,78	0,01
17	Semiárido Nordeste II	904,77	3,40
18	Litoral Norte e Agreste Baiano	35,50	0,13
19	Portal do Sertão	1.333,48	5,02
25	Piemonte Norte do Itapicuru	2.155,22	8,11

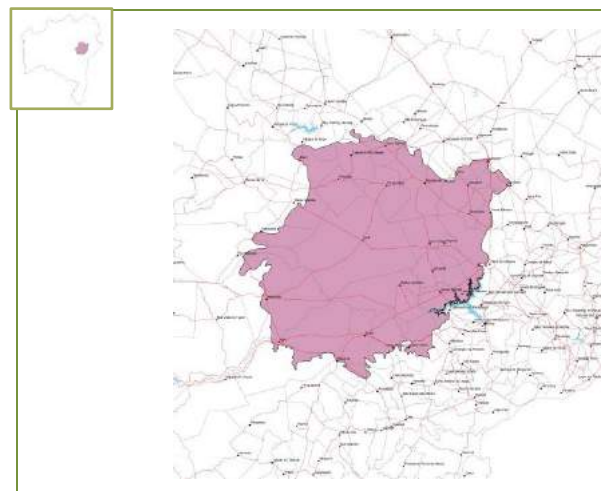
**Municípios:**

Código	Descrição	População (2010)	Área (km²)	Percentual da Zona no Município
--------	-----------	------------------	------------	---------------------------------

				(%)
2900405	Água Fria	15.726	240,86	0,91
2901353	Andorinha	14.417	1.246,93	4,69
2901809	Antônio Gonçalves	11.019	4,50	0,02
2902104	Araci	51.636	1.545,08	5,81
2903276	Barrocas	14.189	200,80	0,76
2903607	Biritinga	14.833	326,70	1,23
2906402	Candeal	8.895	11,17	0,04
2906808	Cansanção	32.923	1.325,33	4,99
2906824	Canudos	15.755	940,13	3,54
2906873	Capim Grosso	26.529	3,78	0,01
2908408	Conceição do Coité	62.042	1.014,44	3,82
2908507	Conceição do Jacuípe	30.123	24,06	0,09
2908903	Coração de Maria	22.431	345,95	1,30
2909901	Curaçá	32.165	1.328,64	5,00
2910701	Euclides da Cunha	56.312	904,77	3,40
2910800	Feira de Santana	556.756	72,96	0,27
2910859	Filadélfia	16.749	18,68	0,07
2911253	Gavião	4.561	261,68	0,98
2913309	Ichu	5.255	36,10	0,14
2914505	Irará	27.492	264,86	1,00
2917003	Itiúba	36.112	1.247,31	4,69
2917706	Jaguarari	30.342	504,59	1,9
2919108	Lamarão	9.027	112,92	0,42
2921500	Monte Santo	52.360	3.184,52	11,98
2922656	Nordestina	12.398	468,41	1,76
2922730	Nova Fátima	7.602	61,50	0,23
2924108	Pedrao	6.896	33,58	0,13
2925808	Queimadas	24.583	1.264,63	4,76
2925907	Quijingue	27.243	1.106,98	4,17
2926103	Retirolândia	12.059	181,33	0,68
2926301	Riachão do Jacuípe	33.081	148,71	0,56
2927507	Santa Bárbara	19.064	139,49	0,52
2928000	Santaluz	33.816	1.527,95	5,75
2928307	Santanópolis	8.781	230,65	0,87
2928950	São Domingos	9.221	320,37	1,21
2929370	São José do Jacuípe	10.213	127,06	0,48
2929701	Sátiro Dias	18.588	1,92	0,01
2930105	Senhor do Bonfim	74.431	380,53	1,43
2930501	Serrinha	77.285	396,49	1,49
2931400	Teodoro Sampaio	7.895	14,65	0,06
2931509	Teofilândia	21.484	312,96	1,18
2931905	Tucano	52.391	1.380,84	5,20
2932002	Uauá	24.302	2.928,10	11,02
2933000	Valente	24.579	384,04	1,45

**Identificação da Zona:**

Número	24
Nome	<b>Depressão Sertaneja do Jacuípe e Paraguaçu</b>
Área total (km <sup>2</sup> )	17.096,29



**Descrição:** Depressão Sertaneja do Itapicuru e Paraguaçu em meio à Caatinga, com bovino e caprinocultura. Polo de artefatos em couro no município de Ipirá.

**Diretrizes da Zona:****Diretrizes Gerais**

Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente os remanescentes de caatinga situados sobre as serras distribuídas por toda a zona, os mananciais hídricos, das encostas, dos vales, das planícies marinhas e fluvio-marinhas, das lagoas e da grande área remanescente da Floresta Ombrófila Densa.

Compatibilizar as atividades produtivas, com destaque para a bovinocultura, caprinocultura e mineração, e a conservação da biodiversidade, contemplando as áreas protegidas, as terras de povos e comunidades tradicionais e à inclusão social.

**Diretrizes Específicas**

Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares articuladas às existentes (APA Lago de Pedra do Cavalo), abrangendo os remanescentes de vegetação natural situados no centro da Zona e sobre as serras, com destaque para as serras de Ipirá, Serra Preta, Pé de Serra, Iaçú, Itatim e Santa Terezinha, e nas planícies fluviais dos rios Jacuípe, Paraguaçu e do Peixe.

Implantar e fortalecer o manejo e gestão integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destaca a APA Lago de Pedra do Cavalo.

Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.

Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.

Aprimorar o sistema de gerenciamento e controle dos recursos hídricos, especialmente dos rios das Bacias do Jacuípe e Paraguaçu e Lago de Pedra do Cavalo, contemplando os usos múltiplos e sua função socioambiental, especialmente em virtude da deficiência de água oriunda de chuvas escassas e irregulares.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Fortalecer o manejo sustentável dos recursos hídricos, fomentando a criação de caprinos e ovinos por serem mais adequadas ao clima semiárido (com precipitação média anual entre 500 e 700 mm), em áreas de relevo plano, e restringindo cultivos irrigados em virtude do alto risco de seca e dos solos rasos, que podem ocasionar salinização.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e serviços ambientais associados a biodiversidade e das cadeias produtivas desta Zona.

Implantar programas e práticas para a convivência com a seca, particularmente com técnicas adequadas de manejo agropecuário.

Adequar a infraestrutura energética à demanda socioeconômica.

Adequar, de forma sustentável, a infraestrutura energética às necessidades socioeconômicas, aproveitando o potencial energético (solar) e respeitando as questões ambientais.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e serviços ambientais associados a biodiversidade.

Estruturar e fortalecer a bacia leiteira, por meio de assistência técnica e extensão rural continuada.

Apoiar a cadeia produtiva da mineração respeitando as questões ambientais e as comunidades tradicionais, e definindo instrumentos para redução dos impactos negativos desta atividade, especialmente sobre os mananciais.

**Vulnerabilidade Social:**

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	Feira de Santana, Domingos.
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em	Nova Fátima, Retiroândia.

condição econômica.	
<b>Tipo 3:</b> Municípios qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	Capela do Alto Alegre.
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	Ichu.
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	Castro Alves, Conceição do Coité, Iaçú, Itaberaba, Riachão do Jacuípe, Serrinha, Tanquinho, Várzea da Roça.
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	Conceição do Almeida, Elísio Medrado, Gavião.
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	Pintadas.
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Amargosa, Anguera, Antônio Cardoso, Baixa Grande, Cabaceiras do Paraguaçu, Candeal, Ipecaetá, Ipirá, Itatim, Lamarão, Macajuba, Mairi, Milagres, Pé de Serra, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Bárbara, Santa Teresinha, Santo Estêvão, Serra Preta.

**Qualidade Ambiental da Biodiversidade:**

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	-	-	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	7.328,88	42,87	ZEE-BA

**Áreas Especiais:****Unidades de conservação:**

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na UC (%)
APA Lago de Pedra do Cavalo	x		Uso Sustentável		
Área de Relevante Interesse Ecológico Serra do Orobó	x		Uso Sustentável		

**Comunidades tradicionais:**

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

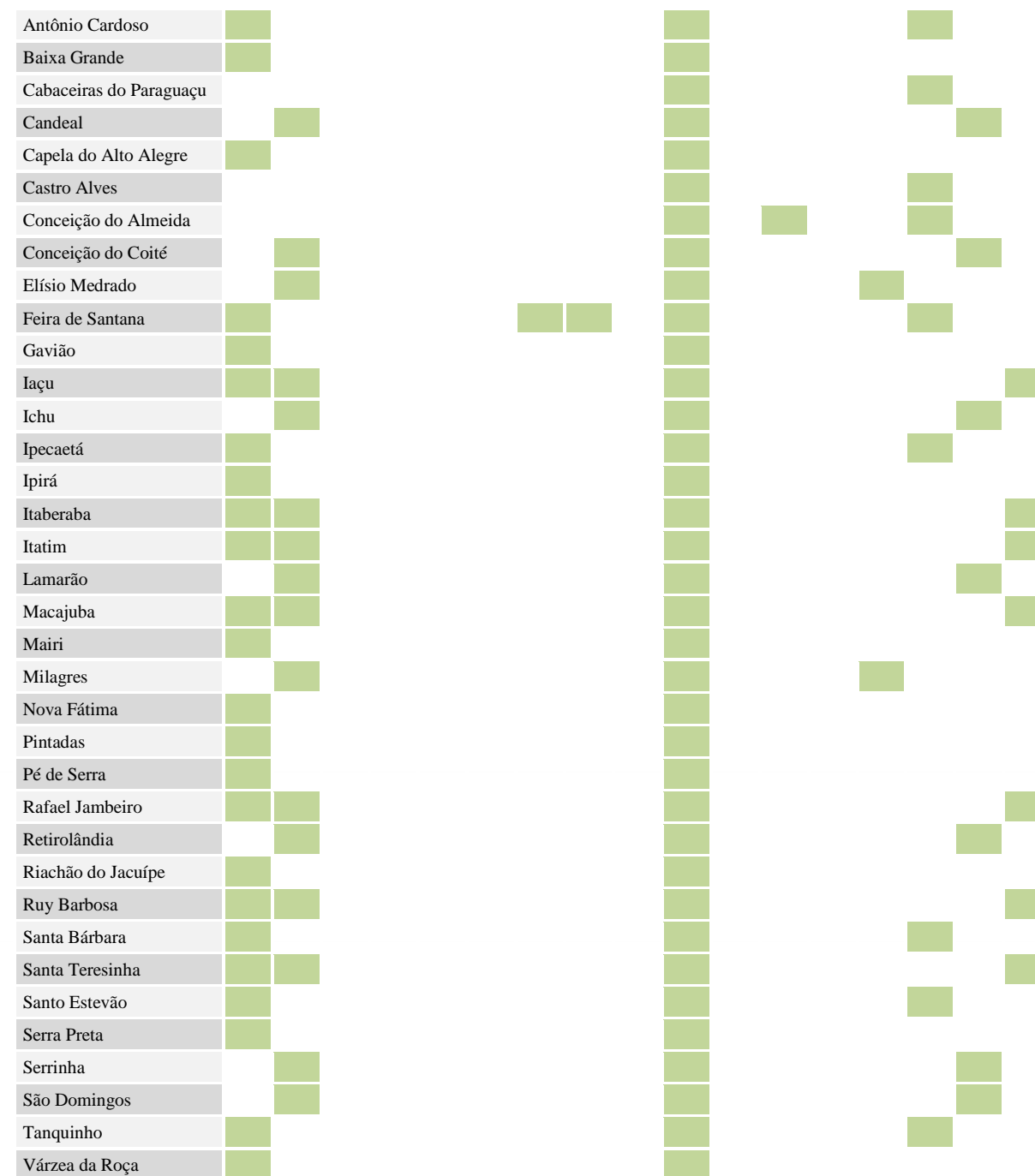
Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Quilombolas	Antônio Cardoso	1	
	Feira de Santana	1	
Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Fundo de pasto	-	-	
Comunidades	Municípios	Grupos	População Indígena
Indígenas	-	-	-
Comunidades	Municípios	Nº de Pescadores	

Pescadores	Baixa Grande	2
	Candeal	3
	Castro Alves	89
	Feira de Santana	134
	Ichu	1
	Itaberaba	32
	Macajuba	3
	Mairi	1
	Ruy Barbosa	4
	Serrinha	2
	Tanquinho	1

**Infraestrutura:**

Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	2	-	BA-046; BA-052; BA-120; BA-233; BA-245; BA-400; BA-402; BA-409; BA-411; BA-412; BA-414; BA-424; BA-484; BA-490; BA-491; BA-492; BA-493; BA-495; BA-496; BA-499; BA-788; BA-886; BR-116; BR-242; BR-324; BR-349 e BR-407.



Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA										FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL									
	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio
Amargosa																				
Anguera																				



## Sistemas produtivos:

### Agropecuária:

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																										
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dende	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja
Amargosa																											
Anguera																											
Antônio Cardoso																											
Baixa Grande																											
Cab. do Paraguaçu																											
Candeal																											
Capela do Alto Alegre																											
Castro Alves																											
Conceição do Almeida																											
Conceição do Coité																											
Elísio Medrado																											
Feira de Santana																											
Gavião																											
Iaçu																											
Ichu																											
Ipecaetá																											
Ipirá																											
Itaberaba																											
Itatim																											
Lamarão																											
Macajuba																											
Mairi																											
Milagres																											
Nova Fátima																											
Pintadas																											
Pé de Serra																											
Rafael Jambeiro																											
Retirolândia																											
Riachão do Jacuípe																											
Ruy Barbosa																											
Santa Bárbara																											
Santa Teresinha																											
Santo Estevão																											
Serra Preta																											
Serrinha																											
São Domingos																											
Tanquinho																											
Várzea da Roça																											

### Indústria:

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
	Quantidade de Indústrias de Transformação
Castro Alves	1
Feira de Santana	2
Ichu	1
Ipirá	3
Itaberaba	1
Riachão do Jacuípe	4
Santa Teresinha	1
Santo Estevão	4
Serra Preta	1
Serrinha	1

### Turismo:

Localização em Zona Turística: Caminhos do Sertão	integral	parcial	x	residual
<b>Enquadramento geográfico-paisagístico:</b>				
Território, com paisagens dominadas por amplas pastagens e por remanescentes de caatinga, estendendo-se, na sua parte sul, das escarpas do planalto de Jequié até as baixadas da região de Santa Luz, onde conta com importantes remanescentes de cobertura florestal de caatinga; na sua parte leste, ele vai da Barragem Pedra do Cavalo, no rio Paraguaçu, até o início das formações serranas da borda oriental da Chapada Diamantina.				
<b>Segmentos turísticos envolvidos:</b>				
Turismo de Lazer e Entretenimento Turismo Ecológico; Turismo de Natureza Turismo Cultural.				
<b>Atrativos para o turismo:</b>				
Patrimônio natural: Conjuntos geográficos, ecossistemas, sistemas hidrográficos específicos, com suas planícies e formações serranas, seus pastos e áreas de agricultura tradicional, proporcionando paisagens regionais peculiares. Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.				
<b>Riscos para o Turismo:</b>				
Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos.				

### Sedes urbanas:

Cidade
Anguera, Antônio Cardoso, Candeal, Capela do Alto Alegre, Castro Alves, Iaçu, Ichu, Ipecaetá, Ipirá, Itaberaba, Itatim, Lamarão, Mairi, Nova Fátima, Pintadas, Pé de Serra, Rafael Jambeiro, Riachão do Jacuípe, Santa Bárbara, Santa Teresinha, Santo Estevão, Serra Preta, Serrinha, Tanquinho.

**Perímetros interceptados:**

## Unidades de paisagem:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UP (%)
Depressão Sertaneja c/ Cultura irrigada de manga,uva,melão,pinha,romã,olericultura,floricultura,etc.	30,79	0,18
Depressão Sertaneja c/ Citros (laranja).	35,15	0,21
Depressão Sertaneja c/ Sisal intercalado com policultura e Pastagem.	3,48	0,02
Depressão Sertaneja c/ Cultura de feijão e milho comercial c/ ocorrência de mandioca.	131,02	0,77
Depressão Sertaneja c/ Culturas temporárias tradicionais e outras,associadas à Pastagem.	59,31	0,35
Depressão Sertaneja c/ Caatinga e Vegetação Secundária e atividades agropastoris.	456,69	2,67
Depressão Sertaneja c/ Floresta.	440,5	2,58
Depressão Sertaneja c/ Pastagem plantada e natural.	13.286,71	77,72
Depressão Sertaneja c/ Ocorrência ou não de palma forrageira e sisal.	2,10	0,01
Residuais nas Depressões Interplanálticas c/ Caatinga e Vegetação Secundária.	281,1	1,64
Residuais nas Depressões Interplanálticas c/ Remanescentes de Floresta estacional.	156,33	0,91
Residuais nas Depressões Interplanálticas c/ Pastagem.	1.598,13	9,35
Tabuleiros Interioranos c/ Vegetação Secundária em áreas de Caatinga Arbórea e/ou Arbustiva Densa.	361,70	2,12
Tabuleiros Interioranos c/ Floresta.	4,49	0,03
Tabuleiros Interioranos c/ Pastagem plantada e natural.	243,59	1,42
Barragem de Pedra do Cavalo	5,18	0,03

## Bacias hidrográficas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
Inhambupe	35,21	0,21
Paraguaçu	16.470,09	96,34
Recôncavo Norte	159,72	0,93
Recôncavo Sul	431,27	2,52

## Territórios de identidade:

Nº	Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona no TI (%)
4	Sisal	855,30	5,00
9	Vale do Jequiçá	98,30	0,57
14	Piemonte do Paraguaçu	5.678,96	33,22
15	Bacia do Jacuípe	7.586,30	44,37
19	Portão do Sertão	2.376,51	13,90
21	Recôncavo	500,93	2,93

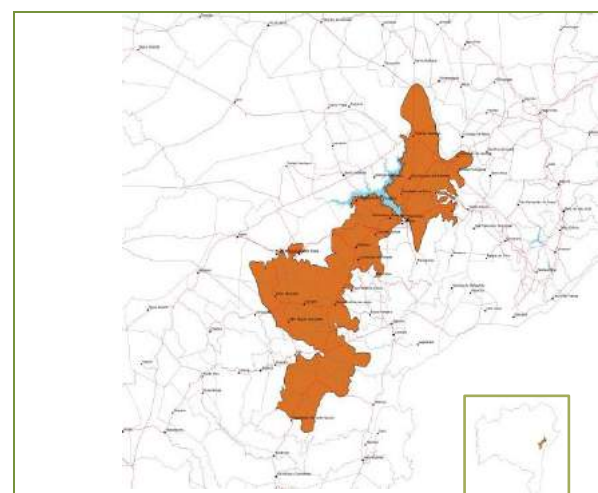
## Municípios:

Código	Descrição	População (2010)	Área (km²)	Percentual da Zona no Município
--------	-----------	------------------	------------	---------------------------------

				(%)
2901007	Amargosa	34.340	10,54	0,06
2901502	Anguera	10.248	176,90	1,03
2901700	Antônio Cardoso	11.548	273,9	1,60
2902609	Baixa Grande	20.069	421,07	2,46
2904852	Cabaceiras do Paraguaçu	17.327	75,21	0,44
2906402	Candeal	8.895	433,58	2,54
2906857	Capela do Alto Alegre	11.527	541,14	3,17
2907301	Castro Alves	25.419	425,72	2,49
2908408	Conceição do Coité	62.042	0,76	0,00
2910305	Elísio Medrado	7.952	0,62	0,00
2910800	Feira de Santana	556.756	794,64	4,65
2911253	Gavião	4.561	48,23	0,28
2911907	Iaçu	25.735	1.200,32	7,02
2913309	Ichu	5.255	91,47	0,54
2913804	Ipecaetá	15.334	369,60	2,16
2914000	Ipirá	59.352	3.046,67	17,82
2914703	Itaberaba	61.623	1.550,61	9,07
2916856	Itatim	14.539	578,18	3,38
2919108	Lamarão	9.027	215,59	1,26
2919603	Macajuba	11.229	352,48	2,06
2920106	Mairi	19.335	354,43	2,07
2921302	Milagres	10.306	87,14	0,51
2922730	Nova Fátima	7.602	288,17	1,69
2924058	Pé de Serra	13.752	615,79	3,6
2924652	Pintadas	10.345	545,23	3,19
2925956	Rafael Jambeiro	25.555	1.218,01	7,12
2926301	Riachão do Jacuípe	33.081	1.040,62	6,09
2927200	Ruy Barbosa	29.869	235,68	1,38
2927507	Santa Bárbara	19.064	205,90	1,20
2928505	Santa Teresinha	9.658	543,69	3,18
2928802	Santo Estêvão	47.901	335,90	1,96
2928950	São Domingos	9.221	6,34	0,04
2930402	Serra Preta	15.401	536,09	3,14
2930501	Serrinha	77.285	107,57	0,63
2931103	Tanquinho	8.008	219,67	1,28
2933059	Várzea da Roça	13.787	148,86	0,87

**Identificação da Zona:**

Número	25
Nome	<b>Tabuleiros Interioranos do Recôncavo</b>
Área total (km <sup>2</sup> )	4.373,08



**Descrição:** Tabuleiros Interioranos em área de Contato Floresta Estacional/Caatinga, com produção agrícola diversificada, pecuária (avicultura), atividade industrial (Distrito Industrial de Santo Antônio de Jesus e o Centro Industrial do Subaé), confecções, áreas metropolitanas incipientes (Feira de Santana) e aglomerações urbanas (Santo Antônio de Jesus), centro de serviços, comércio e atividades logísticas, geração de energia elétrica (hidrelétrica). Comunidades tradicionais de terreiros e patrimônio artístico e cultural associado à cultura afro-brasileira.

**Diretrizes da Zona:****Diretrizes Gerais**

Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a agropecuária e as atividades industriais), e a expansão das áreas urbanas, à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, as áreas protegidas, as terras de povos e comunidades tradicionais e à inclusão social.

Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente os remanescentes de caatinga, floresta estacional e mata atlântica, provedores de interação etnobiológica e de valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais.

Estabelecer sistema de monitoramento georreferenciado da expansão das monoculturas e dos processos fragmentadores da paisagem.

**Diretrizes Específicas**

Aprimorar o sistema de controle ambiental sobre a disposição de efluentes líquidos e resíduos sólidos, domésticos e industriais.

Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares articuladas às existentes, abrangendo especialmente os remanescentes de vegetação natural localizados nas áreas serranas, no entorno do Lago de Pedra do Cavalo e nas planícies fluviais dos rios Paraguaçu, Jaguaripe e Jiquiriçá, e nascentes do rio Subaé.

Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.

Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.

Fortalecer o manejo e gestão integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destaca a APA Lago de Pedra do Cavalo, considerando as comunidades pesqueiras ribeirinhas à montante da Barragem.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Promover o manejo sustentável dos solos, restringindo atividades agropecuárias nas serras e colinas localizadas na porção centro-oeste da zona, em virtude da alta vulnerabilidade dos solos à erosão.

Aprimorar o sistema de gerenciamento e controle dos recursos hídricos, especialmente no entorno do Lago de Pedra do Cavalo, contemplando os usos múltiplos e sua função socioambiental, especialmente em virtude da deficiência de água oriunda de chuvas escassas e irregulares.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e serviços ambientais associados a biodiversidade desta Zona.

Incentivar o consumo do gás natural na Bahia priorizando a expansão no entorno dos gasodutos do estado.

Fortalecer as atividades industriais, de comércio e serviços, promovendo a infraestrutura adequada e assegurando o respeito a parâmetros de sustentabilidade ambiental.

Apoiar o desenvolvimento do turismo, em especial o de lazer e cultural, de forma sustentável, promovendo o desenvolvimento e a geração de trabalho e renda.

Implementar programas de extensão rural com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e as comunidades tradicionais.

Promover o acesso à água, esgotamento sanitário e tratamento de efluentes, bem como de coleta, tratamento e disposição adequada de resíduos sólidos.

Priorizar a realização de obras de infraestrutura hídrica e acesso a tecnologias sociais de convivência com o semiárido.

Fomentar políticas de reconhecimento para os povos e comunidades tradicionais, que promovam o acesso à terra e à água, à assistência técnica, à extensão rural e ao crédito adequados aos seus modos de vida e produção.

**Vulnerabilidade Social:**

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	Feira de Santana.
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	Cachoeira, Santo Antônio de Jesus.
<b>Tipo 3:</b> Municípios qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	Conceição do Jacuípe.
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	Aratuípe, Castro Alves, Santo Amaro, São Félix.
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Muritiba; Varzedo.
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	Valença.
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Amargosa, Amélia Rodrigues, Cabaceiras do Paraguaçu, Conceição da Feira, Governador Mangabeira, Jaguaripe, Laje, Maragogipe, Mutuípe, Presidente Tancredo Neves, Santa Teresinha, Sapeaçu, São Felipe, São Gonçalo dos Campos, São Miguel das Matas.

**Qualidade Ambiental da Biodiversidade:**

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	404,42	9,25	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	1.222,17	27,95	ZEE-BA

**Áreas Especiais:****Unidades de conservação:**

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na UC (%)
APA Baía de Todos os Santos	x		Uso Sustentável		
APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança	x		Uso Sustentável		
Monumento Natural Canions do Subaé	x		Proteção integral		
APA Lago de Pedra do Cavalo	x		Uso Sustentável		
Reserva Extrativista Marinha da Baía de Iguape		x			

**Comunidades tradicionais:**

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades
Quilombolas	Cachoeira	15
	Cruz das Almas	1
	Feira de Santana	1
	Maragogipe	11
	Presidente Tancredo Neves	2
	Santo Amaro	3



### Sistemas produtivos:

#### Agropecuária:

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																											
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dendê	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja	
Amargosa																												
Amélia Rodrigues																												
Aratuípe																												
Cabaçasdo Paraguaçu																												
Cachoeira																												
Castro Alves																												
Conceição da Feira																												
Conceição do Almeida																												
Conceição do Jacuípe																												
Cruz das Almas																												
Dom Macedo Costa																												
Elísio Medrado																												
Feira de Santana																												
Gov. Mangabeira																												
Jaguaripe																												
Laje																												
Maragogipe																												
Muritiba																												
Mutuípe																												
Presidente Tancredo Neves																												
Santa Teresinha																												
Santo Amaro																												
Santo Antônio de Jesus																												
Sapeaçu																												
São Felipe																												
São Félix																												
São Gonçalo dos Campos																												
São Miguel das Matas																												
Valença																												
Varzedo																												

#### Indústria:

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
	Quantidade de Indústrias de Transformação
Cachoeira	2
Castro Alves	1
Conceição de Feira	1
Conceição do Almeida	1
Conceição do Jacuípe	6
Cruz das Almas	2
Feira de Santana	35
Governador Mangabeira	2
Santo Antônio de Jesus	15
São Gonçalo dos Campos	2

#### Turismo:

Localização em Zona Turística:	Baía de Todos-os-Santos	integral	x	parcial		residual
	Costa do Dendê	integral		parcial	x	residual
	Vale do Jiquiriçá	integral		parcial	x	residual
	Caminhos do Sertão	integral		parcial	x	residual

#### Enquadramento geográfico-paisagístico:

Faixa de território de pastagens e culturas agrícolas diversas, situada ao longo da rodovia BR-101 entre Feira de Santana e Tancredo Neves, constituindo uma área de transição que se estende do planalto pré-litorâneo do Baixo Sul e Bacia do Recôncavo até a depressão sertaneja do Jacuípe e Paraguaçu.

#### Segmentos turísticos envolvidos:

Turismo de Lazer e Entretenimento  
Turismo Ecológico; Turismo de Natureza  
Turismo Cultural; Turismo Religioso

#### Atrativos para o turismo:

Patrimônio natural: Conjuntos geográficos, ecossistemas, sistemas hidrográficos específicos e suas paisagens dominadas por tabuleiros interioranos do Recôncavo, por pequenas ondulações e por planícies com agricultura tradicional do recôncavo.

Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos

Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais

#### Riscos para o Turismo:

Expansão desordenada de atividades agrícolas – desmatamentos - e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos.

#### Sedes urbanas:

Cidade
Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Conceição da Feira, Conceição do Almeida, Conceição do Jacuípe, Cruz das Almas, Elísio Medrado, Feira de Santana, Governador Mangabeira, Santo Antônio de Jesus, Sapeaçu, São Gonçalo dos Campos, São Miguel das Matas, Varzedo.



**Perímetros interceptados:**

## Unidades de paisagem:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UP (%)
Tabuleiro Pré-Litorâneo c/ Pastagem associada a café e frutíferas.	44,95	1,03
Tabuleiro Pré-Litorâneo c/ uso de Pastagem associada à cana-de-açúcar.	30,07	0,69
Tabuleiros Interioranos c/ Pastagem plantada e natural.	485,76	11,11
Residuais nas Depressões Interplanálticas c/ Citros (laranja), policultura, Vegetação Natural.	44,32	1,01
Tabuleiros Interioranos c/ Culturas temporárias tradicionais (feijão, milho e mamona) e sisal.	36,85	0,84
Colinas e Serras Pré-Litorâneas c/ Pastagem plantada e natural.	48,12	1,10
Depressão Sertaneja c/ Floresta.	36,58	0,84
Planalto Pré-Litorâneo c/ uso de Citros.	10,59	0,24
Planalto Pré-Litorâneo c/ Pastagem associada a coco-da-baía.	47,70	1,09
Depressão Sertaneja c/ Pastagem plantada e natural.	87,43	2,00
Tabuleiro Pré-Litorâneo c/ uso de Pastagem.	1.461,16	33,41
Tabuleiro Pré-Litorâneo c/ pequenos Remanescentes de Floresta.	37,14	0,85
Planalto Pré-Litorâneo, c/ Vegetação Arbórea e Arbustiva e mangue.	1,56	0,04
Planalto Pré-Litorâneo c/ Pastagem e Vegetação Secundária.	54,43	1,24
Residuais nas Depressões Interplanálticas c/ Pastagem.	28,84	0,66
Tabuleiros Interioranos c/ Pastagem associada a coco-da-baía, citros e vegetação Natural.	47,66	1,09
Residuais nas Depressões Interplanálticas c/ Remanescentes de Floresta estacional.	34,47	0,79
Tabuleiros Interioranos com Culturas temporárias de cana-de-açúcar.	5,62	0,13
Colinas e Serras Pré-Litorâneas c/ Citros.	94,57	2,16
Tabuleiro Pré-Litorâneo c/ Culturas de citros (laranja), policultura, Vegetação Natural e Pastagem.	1.419,57	32,46
Tabuleiro Pré-Litorâneo c/ Culturas diversificadas: policultura comercial (cacau, mandioca, dendê).	120,64	2,76
Planalto Pré-Litorâneo c/ Pastagem associada a coco-da-baía.	27,41	0,63
Tabuleiro Pré-Litorâneo com cana-de-açúcar.	73,98	1,69
Colinas e Serras Pré-Litorâneas c/ Citros intercalados com pastagem em área de floresta.	42,61	0,97
Barragem de Pedra do Cavalo	51,04	1,17

## Bacias hidrográficas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
Paraguçu	835,96	19,12
Recôncavo Norte	963,61	22,04
Recôncavo Sul	2.573,33	58,84

## Territórios de identidade:

Nº	Descrição	Área	Percentual
----	-----------	------	------------

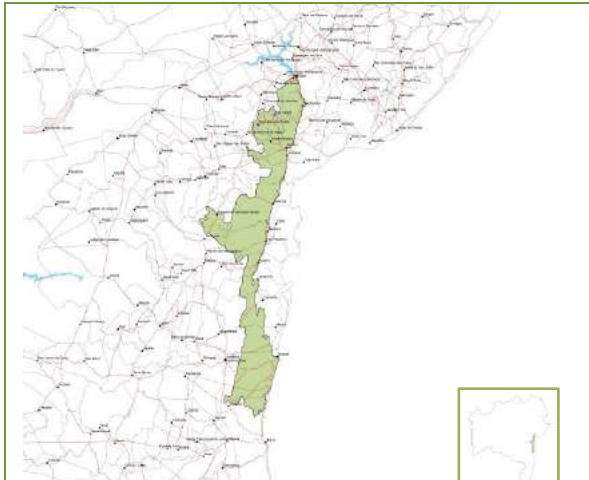
		(km²)	da Zona no TI (%)
6	Baixo Sul	700,97	16,03
9	Vale do Jequiriçá	669,30	15,30
14	Piemonte do Paraguçu	138,33	3,16
19	Portal do Sertão	981,75	22,45
21	Recôncavo	1.882,73	43,05

## Municípios:

Código	Descrição	População (2010)	Área (km²)	Percentual da Zona no Município (%)
2901007	Amargosa	34.340	7,07	0,16
2901106	Amélia Rodrigues	25.190	50,52	1,16
2902302	Aratuípe	8.590	6,46	0,15
2904852	Cabaceiras do Paraguçu	17.327	119,93	2,74
2904902	Cachoeira	32.035	196,8	4,5
2907301	Castro Alves	25.419	285,44	6,53
2908200	Conceição da Feira	20.408	134,33	3,07
2908309	Conceição do Almeida	17.895	260,59	5,96
2908507	Conceição do Jacuípe	30.123	63,31	1,45
2909802	Cruz das Almas	58.584	125,53	2,87
2910206	Dom Macedo Costa	3.873	6,46	0,15
2910305	Elísio Medrado	7.952	172,01	3,93
2910800	Feira de Santana	556.756	452,50	10,35
2911600	Governador Mangabeira	19.826	95,86	2,19
2917805	Jaguaripe	16.467	154,83	3,54
2918803	Laje	22.206	267,64	6,12
2920601	Maragogipe	42.815	3,59	0,08
2922300	Muritiba	28.897	73,64	1,68
2922409	Mutuípe	21.466	22,45	0,51
2925758	Presidente Tancredo Neves	23.857	197,24	4,51
2928505	Santa Teresinha	9.658	138,33	3,16
2928604	Santo Amaro	57.811	135,46	3,10
2928703	Santo Antônio de Jesus	90.949	172,93	3,95
2929107	São Felipe	20.305	59,94	1,37
2929008	São Félix	14.099	2,82	0,06
2929305	São Gonçalo dos Campos	33.289	281,09	6,43
2929404	São Miguel das Matas	10.414	200,13	4,58
2929602	Sapeaçu	16.597	117,11	2,68
2932903	Valença	88.729	342,44	7,83
2933174	Varzedo	9.121	226,62	5,18

**Identificação da Zona:**

Número	26
Nome	<b>Planalto Pré-Litorâneo Baixo Sul</b>
Área total (km <sup>2</sup> )	<b>4.467,43</b>



**Descrição:** Planalto Pré-Litorâneo Baixo Sul em área de Floresta Ombrófila Densa, com atividades agrícolas de cacau, piaçava, dendê, borracha, artesanato cerâmico e pecuária. Comunidades quilombolas, tradicionais de terreiros e patrimônio artístico e cultural associado à cultura afro-brasileira.

**Diretrizes da Zona:****Diretrizes Gerais**

Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente dos remanescentes de vegetação secundária de floresta ombrófila densa em diferentes estágios de regeneração, localizados no centro e sul da zona, considerando os topos de colinas do relevo dissecado e nos vales, as características dos solos e os componentes provedores de interação etnobiológica de valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais.

Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para as policulturas, a pecuária, o turismo e indústria naval) e a expansão das áreas urbanas, à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, as áreas protegidas, as áreas de relevo acidentado, as terras de povos e comunidades tradicionais e à inclusão social.

**Diretrizes Específicas**

Implantar programas de monitoramento da cunha salina nos locais onde a exploração de água subterrânea seja intensa.

Aprimorar o sistema de controle e monitoramento georreferenciado das carciniculturas localizadas na porção costeira da Zona.

Aprimorar o sistema de gerenciamento e controle dos recursos hídricos, contemplando projetos e ações de proteção de nascentes, considerando os usos múltiplos e a função socioambiental.

Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.

Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.

Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares articuladas às existentes (Reserva Extrativista Marinha da Baía de Iguape, APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança, APA do Pratigi, APA Baía de Camamu, APA Itacaré - Serra Grande, Parque Estadual Serra do Conduru e APA Almada - Lagoa Encantada), abrangendo especialmente os remanescentes de floresta ombrófila densa significativamente preservados, situados no centro e no sul da Zona, as áreas de relevo acidentado e vales dos rios Paraguaçu, Jaguaripe, da Dona, Una, de Contas e Jiquiriçá, e seus respectivos afluentes, com presença de sítios arqueológicos.

Implantar e fortalecer o manejo e gestão integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam a Reserva Extrativista Marinha da Baía de Iguape, APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança, APA do Pratigi, APA Baía de Camamu, APA Itacaré - Serra Grande, Parque Estadual Serra do Conduru e APA Lagoa Encantada/Rio Almada, considerando as comunidades pesqueiras ribeirinhas à montante da Barragem.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Promover o manejo sustentável dos solos, considerando a sua alta vulnerabilidade à erosão.

Aprimorar o sistema de controle ambiental para prevenção do uso e ocupação irregular de APPs, Unidades de Conservação, ser entorno e demais áreas protegidas.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e serviços ambientais associados a biodiversidade desta Zona.

Estabelecer um plano regional de desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis, com destaque para o turismo ecológico, cultural e de aventura.

Fomentar a implementação de agroflorestas e sistemas produtivos que promovam a conservação dos remanescentes florestais.

Fortalecer e estruturar as cadeias produtivas da agricultura (oleaginosas, palmito e heveicultura), em bases sustentáveis e agroecológicas.

Implementar programas de assistência técnica e extensão rural continuada com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais, incluindo a pesca.

Garantir para os povos e comunidades tradicionais o seu reconhecimento, o acesso à terra e à água, à assistência técnica, à extensão rural e ao crédito adequados aos seus modos de vida e produção.

Implementar programas de assistência técnica e extensão rural continuada com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar.

**Vulnerabilidade Social:**

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	-
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	Santo Antônio de Jesus.
<b>Tipo 3:</b> Municípios qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	-
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	-
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	Aratuípe, Ilhéus, Muniz Ferreira, Nazaré, São Félix, Uruçuca.
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Muritiba.
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	Valença.
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Camamu, Governador Mangabeira, Igrapiúna, Itacaré, Ituberá, Jaguaripe, Laje, Marauí, Maragogipe, Mutuípe, Nilo Peçanha, Pirafó do Norte, Presidente Tancredo Neves, São Felipe, Taperoá, Teolândia, Wenceslau Guimarães.

**Qualidade Ambiental da Biodiversidade:**

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	1.218,46	27,27	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	2.914,56	65,24	ZEE-BA

**Áreas Especiais:****Unidades de conservação:**

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na UC (%)
APA Baía de Camamu	x		Uso Sustentável		
APA Baía de Todos os Santos	x		Uso Sustentável		
APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança	x		Uso Sustentável		
APA Lago de Pedra do Cavalo	x		Uso Sustentável		
APA Costa de Itacaré / Serra Grande	x		Uso Sustentável		
APA Lagoa Encantada	x		Uso Sustentável		
APA Pratigi	x		Uso Sustentável		
APA Serra do Conduru	x		Uso Sustentável		
Reserva Extrativista Marinha da Baía de Iguape		x			

**Comunidades tradicionais:**

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades
Quilombolas	Camamu	10
	Cruz das Almas	1

	Igrapiúna	2	
	Itacaré	12	
	Maraú	6	
	Maragogipe	11	
	Nilo Peçanha	2	
	Presidente Tancredo Neves	2	
	Taperoá	3	
	Teolândia	1	
	Valença	7	
	Wenceslau Guimarães	5	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>	<b>Nº de Comunidades</b>	
Fundo de pasto	-	-	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>	<b>Grupos</b>	<b>População Indígena</b>
Indígenas	Camamu	1	
	Ilhéus	1	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>	<b>Nº de Pescadores</b>	
Pescadores	Aratuípe	3	
	Camamu	1.825	
	Ilhéus	9	
	Itacaré	9	
	Jaguaripe	1.661	
	Maraú	1	
	Maragogipe	3.666	
	Muniz Ferreira	109	
	Muritiba	5	
	Nazaré	29	
	Nilo Peçanha	18	
	Taperoá	2	
	Valença	88	

### Infraestrutura:

Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	-	1	BA-001; BA-026; BA-046; BA-250; BA-496; BA-500; BA-502; BA-508; BA-517; BA-542; BA-650; BA-653; BA-654; BA-655; BA-656; BR-030; BR-101; BR-242 e BR-420.

Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA									FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL										
	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio
	Aratuípe																			
Camamu																				
Conceição do Almeida																				
Cruz das Almas																				
Dom Macedo Costa																				
Governador Mangabeira																				
Igrapiúna																				
Ilhéus																				
Itacaré																				
Ituberá																				
Jaguaripe																				
Laje																				
Maraú																				
Maragogipe																				
Muniz Ferreira																				
Muritiba																				
Mutuípe																				
Nazaré																				
Nilo Peçanha																				
Piraf do Norte																				
Presidente Tancredo Neves																				
Santo Antônio de Jesus																				
São Felipe																				
São Félix																				
Taperoá																				
Teolândia																				
Uruçuca																				
Valença																				
Wenceslau Guimarães																				

## Sistemas produtivos:

### Agropecuária:

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																											
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dendê	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja	
Aratuípe																												
Camamu																												
Conceição do Almeida																												
Cruz das Almas																												
Dom Macedo Costa																												
Governador Mangabeira																												
Igrapiúna																												
Ilhéus																												
Itacaré																												
Ituberá																												
Jaguaripe																												
Laje																												
Marau																												
Maragogipe																												
Muniz Ferreira																												
Muritiba																												
Mutuípe																												
Nazaré																												
Nilo Peçanha																												
Pirai do Norte																												
Presidente T. Neves																												
Santo Antônio de Jesus																												
São Felipe																												
São Félix																												
Taperoá																												
Teolândia																												
Uruçuca																												
Valença																												
Wenceslau Guimarães																												

### Indústria:

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA						
	Quantidade de Indústrias de Transformação						
Muritiba							1
Santo Antônio de Jesus							1
São Felipe							1
Taperoá							1
Valença							3

### Turismo:

Localização em Zona Turística:	Baía de Todos-os-Santos						
	integral	x	parcial	x	residual		
	Costa do Dendê	integral	x	parcial		residual	
Costa do Cacau	integral	x	parcial		residual		

### Enquadramento geográfico-paisagístico:

Território de culturas agroflorestais e de importantes remanescentes de Mata Atlântica que tem, ao fundo, as planícies costeiras do Baixo Sul que avançam entre Itacaré e Serra Grande até a Costa Atlântica estendendo-se, na parte norte, até os tabuleiros interioranos do Recôncavo; na parte sul, avança até o planalto e serras pré-litorâneas.

### Segmentos turísticos envolvidos:

Turismo de Lazer e Entretenimento  
Turismo Ecológico; Turismo de Natureza  
Turismo de Esporte e Aventura  
Turismo Cultural

### Atrativos para o turismo:

Patrimônio natural: Maciço continental sobre as planícies costeiras do Baixo Sul com seus remanescentes de Mata Atlântica e culturas tradicionais agroflorestais, seus conjuntos geográficos de relevo acidentado, ecossistemas, sistemas hidrográficos específicos e paisagens regionais peculiares.

Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos

Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.

### Riscos para o Turismo:

Expansão desordenada de atividades agrícolas – desmatamentos - e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos; projetos de hidrelétricas em trechos de interesse paisagístico e de esportes de aventura.

### Sedes urbanas:

#### Cidade

Dom Macedo Costa, Itacaré, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, São Felipe, São Félix, Taperoá.

### Perímetros interceptados:

#### Unidades territoriais básicas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UTB (%)
Planalto Pré-Litorâneo	4.434,22	99,26
Planícies Marinhas e Fluvio-marinhas	33,21	0,74

#### Unidades de paisagem:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UP (%)
Planalto Pré-Litorâneo c/ Pastagem e Vegetação Secundária.	150,86	3,38
Planícies Marinhas e Fluvio-marinhas, c/ Vegetação Arbórea e Arbustiva e mangue.	11,58	0,26
Planícies Marinhas e Fluvio-marinhas c/ uso diversificado.	4,29	0,10
Planícies Marinhas e Fluvio-marinhas c/ áreas Remanescentes de Floresta Ombrófila Densa.	17,35	0,39
Planalto Pré-Litorâneo c/ uso de Citros.	509,08	11,40
Planalto Pré-Litorâneo c/ Áreas de fragmentos remanescentes de Floresta Ombrófila Densa.	808,94	18,11
Planalto Pré-Litorâneo c/ Áreas em cultivo de cacau.	560,91	12,56
Planalto Pré-Litorâneo c/ Pastagem associada a coco-da-baía.	238,68	5,34

### Bacias hidrográficas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
Contas	634,03	14,19
Leste	304,02	6,81
Paraguaçu	167,71	3,75
Recôncavo Sul	3.355,22	75,10

## Territórios de identidade:

Nº	Descrição	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no TI (%)
5	Litoral Sul	1.184,19	26,51
6	Baixo Sul	2.241,05	50,16
9	Vale do Jequiriçá	22,11	0,49
21	Recôncavo	1.020,08	22,83

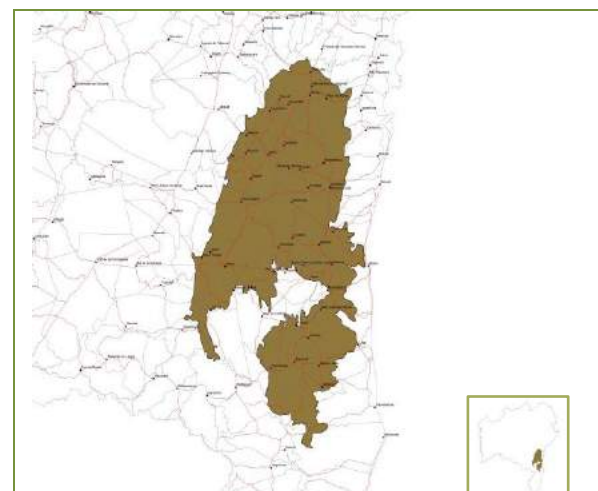
## Municípios:

Código	Descrição	População (2010)	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Município (%)
2902302	Aratuípe	8.590	149,35	3,34
2905800	Camamu	35.160	239,22	5,35
2908309	Conceição do Almeida	17.895	29,12	0,65
2909802	Cruz das Almas	58.584	20,11	0,45
2910206	Dom Macedo Costa	3.873	78,24	1,75
2913457	Igrapiúna	13.347	125,57	2,81
2913606	Ilhéus	184.231	124,69	2,79
2914901	Itacaré	24.340	558,16	12,49
2917300	Ituberá	26.592	127,59	2,86
2917805	Jaguaripe	16.467	185,95	4,16
2918803	Laje	22.206	22,10	0,49
2920601	Maragogipe	42.815	242,44	5,43
2920700	Maraú	19.097	276,48	6,19
2922201	Muniz Ferreira	7.310	110,03	2,46
2922300	Muritiba	28.897	15,59	0,35
2922508	Nazaré	27.269	195,78	4,38
2922607	Nilo Peçanha	12.530	95,11	2,13
2924678	Pirai do Norte	9.835	3,31	0,07
2925758	Presidente Tancredo Neves	23.857	157,37	3,52
2928703	Santo Antônio de Jesus	90.949	88,22	1,97
2929107	São Felipe	20.305	145,89	3,27
2929008	São Félix	14.099	94,53	2,12
2931202	Taperoá	18.791	389,73	8,72
2931608	Teolândia	14.850	113,69	2,54
2932705	Uruçuca	19.840	224,86	5,03
2932903	Valença	88.729	654,07	14,64



**Identificação da Zona:**

Número	27
Nome	<b>Planaltos e Serras Pré-Litorâneas</b>
Área total (km <sup>2</sup> )	17.202,27



**Descrição:** Planaltos e Serras Pré-Litorâneas em meio à Floresta Ombrófila Densa, com produção agroflorestal (cacau cabruca), pecuária, indústria (Distrito Industrial de Ilhéus/Itabuna), comércio, serviços, turismo, mineração (rochas ornamentais e níquel em Itagibá e Ipiáú) e aglomeração urbana com conurbação e complementariedade de funções (Ilhéus e Itabuna).

**Diretrizes da Zona:****Diretrizes Gerais**

Promover o desenvolvimento socioeconômico diversificado e desconcentrado, compatibilizando as atividades agropecuárias à conservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente a disponibilidade hídrica e à inclusão social.

Fortalecer e adensar, em bases sustentáveis, a cadeia produtiva do cacau, agregando valor à produção local.

Conservar áreas importantes para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais nos remanescentes de caatinga intercalados por áreas antropizadas e distribuídos por toda a zona, com vistas principalmente à estabilidade dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais.

Promover ações de inclusão socioproductiva e combate à pobreza com prioridade para a população em situação de alta vulnerabilidade social.

Compatibilizar as atividades produtivas (com relevância para a cacauicultura, pecuária e turismo) e a expansão das áreas urbanas, à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, as áreas protegidas (em especial a Reserva Biológica de Una, Estação Ecológica Wenceslau Guimarães e APA Lagoa Encantada), as terras de povos e comunidades tradicionais e à inclusão social.

**Diretrizes Específicas**

Implantar programas de monitoramento da cunha salina nos locais onde a exploração de água subterrânea seja intensa.

Fortalecer o manejo e gestão integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam a Reserva Extrativista Marinha da Baía de Iguape, APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança, APA do Pratigi, APA Baía de Camamu, Parque Nacional de Serra das Lontras, Refúgio de Vida Silvestre de Una, Reserva Biológica de Una, APA Serra do Ouro e APA Almada-Lagoa Encantada.

Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.

Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.

Promover o manejo sustentável dos solos, considerando a alta vulnerabilidade à erosão das vertentes íngremes distribuídas por toda a zona.

Aprimorar o sistema de controle ambiental para prevenção do uso e ocupação irregular de APPs, Unidades de Conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Apoiar a cadeia produtiva da mineração respeitando as questões ambientais e as comunidades tradicionais.

Adequar, de forma sustentável, a infraestrutura energética às necessidades socioeconômicas, aproveitando o potencial energético (solar, térmica e biodiesel - dendê e sebo) respeitando as questões ambientais.

Fomentar políticas de reconhecimento para os povos e comunidades tradicionais, que promovam o acesso à terra e à água, à assistência técnica, à extensão rural e ao crédito adequados ao seus modos de vida e produção.

Potencializar programas e ações que atuem na vigilância epidemiológica, riscos, agravos e controle das doenças endêmicas e epidêmicas.

Fomentar programas e projetos capazes de assegurar a permanência e a conclusão das etapas sucessivas e a integração dos níveis do Ensino Fundamental e Médio da Educação Básica e Profissional, possibilitando acesso ao Ensino Superior.

Fortalecer as políticas de combate ao analfabetismo na população com mais de 15 anos de idade.

Fortalecer as políticas de combate à mortalidade materna e infantil, priorizando a atenção e prevenção a saúde da gestante, o aleitamento materno e acompanhamento da criança, sobretudo no primeiro ano de vida.

Implementar políticas de promoção da igualdade de gênero baseadas no combate à gravidez na adolescência, na educação sexual, na formação educacional, na autonomia e empoderamento feminino e no combate à violência contra as mulheres.

Fortalecer e expandir os serviços de assistência técnica e extensão rural a fim de fortalecer a agricultura familiar e as comunidades tradicionais.

**Vulnerabilidade Social:**

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	Itabuna, Itapetinga.
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	Caatiba, Itajuípe
<b>Tipo 3:</b> Municípios qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	-
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	-
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	Aiquara, Almada, Aurelino Leal, Barra do Rocha, Barro Preto, Belmonte, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Firmino Alves, Floresta Azul, Gongogi, Ibicaraí, Ibicuí, Ibirataia, Ilhéus, Ipiáú, Itagi, Itajudo Colônia, Itambé, Itapitanga, Itapé, Itarantim, Itororó, Jequié, Jitaúna, Jussari, Mascote, Pau Brasil, Potiraguá, Santa Cruz da Vitória, São José da Vitória, Ubaitaba, Uruçuca.
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	-
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	-
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	-

**Qualidade Ambiental da Biodiversidade:**

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	5.206,42	30,27	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	14.294,27	83,10	ZEE-BA

**Áreas Especiais:**

## Unidades de conservação:

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km²)	Percentual da Zona na UC (%)
APA Baía de Camamu	x		Uso Sustentável		
APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança	x		Uso Sustentável		
APA Costa de Itacaré / Serra Grande	x		Uso Sustentável		
APA Lagoa Encantada	x		Uso Sustentável		
APA Pratigi	x		Uso Sustentável		
APA Serra do Ouro	x		Uso Sustentável		
Parque Nacional de Serra das Lontras		x			
Refúgio de Vida Silvestre de Boa Nova		x			
Refúgio de Vida Silvestre de Una		x			
Reserva Biológica de Una		x			

## Comunidades tradicionais:

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades
Quilombolas	Camamu	10
	Igrapiúna	2
	Itacaré	12
	Jequié	1
	Maraú	6
	Nilo Peçanha	2
	Nova Ibiá	1
	Taperoá	3
	Teolândia	1
	Wenceslau Guimarães	5

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades
Fundo de pasto	-	-

Comunidades	Municípios	Grupos	População Indígena
Indígenas	Belmonte	1	
	Buerarema	1	
	Camacan	1	
	Camamu	1	
	Ilhéus	1	
	Itajudo Colônia	1	
	Pau Brasil	1	
	Una	1	

Comunidades	Municípios	Nº de Pescadores
Pescadores	Arataca	1
	Aurelino Leal	92

Barra do Rocha	1
Belmonte	822
Boa Nova	1
Caatiba	5
Camacan	9
Camamu	1.825
Canavieiras	1.293
Floresta Azul	6
Gongogi	25
Ibirapitanga	4
Ilhéus	9
Itabuna	32
Itacaré	9
Itapitanga	1
Jussari	5
Maraú	1
Mascote	202
Nilo Peçanha	18
Pau Brasil	15
Santa Luzia	23
Taperoá	2
Ubaitaba	318
Una	901

**Infraestrutura:**

Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	2	-	BA-001; BA-120; BA-130; BA-250; BA-262; BA-270; BA-274; BA-537; BA-548; BA-549; BA-551; BA-558; BA-644; BA-645; BA-647; BA-648; BA-649; BA-650; BA-651; BA-652; BA-653; BA-654; BA-655; BA-656; BA-660; BA-661; BA-663; BA-664; BA-665; BA-665; BA-667; BA-668; BA-669; BA-671; BA-672; BA-676; BA-678; BA-680; BA-966; BA-969; BA-972; BA-976; BA-982; BR-030; BR-101; BR-251; BR330 e BR-415.

Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA										FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL									
	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio
Aiquara																				
Almadina																				
Apuarema																				
Arataca																				
Aurelino Leal																				
Barra do Rocha																				
Barro Preto																				
Belmonte																				
Boa Nova																				
Buerarema																				
Caatiba																				
Camacan																				
Camamu																				
Canavieiras																				
Coaraci																				
Dário Meira																				
Firmino Alves																				
Floresta Azul																				

(continua)

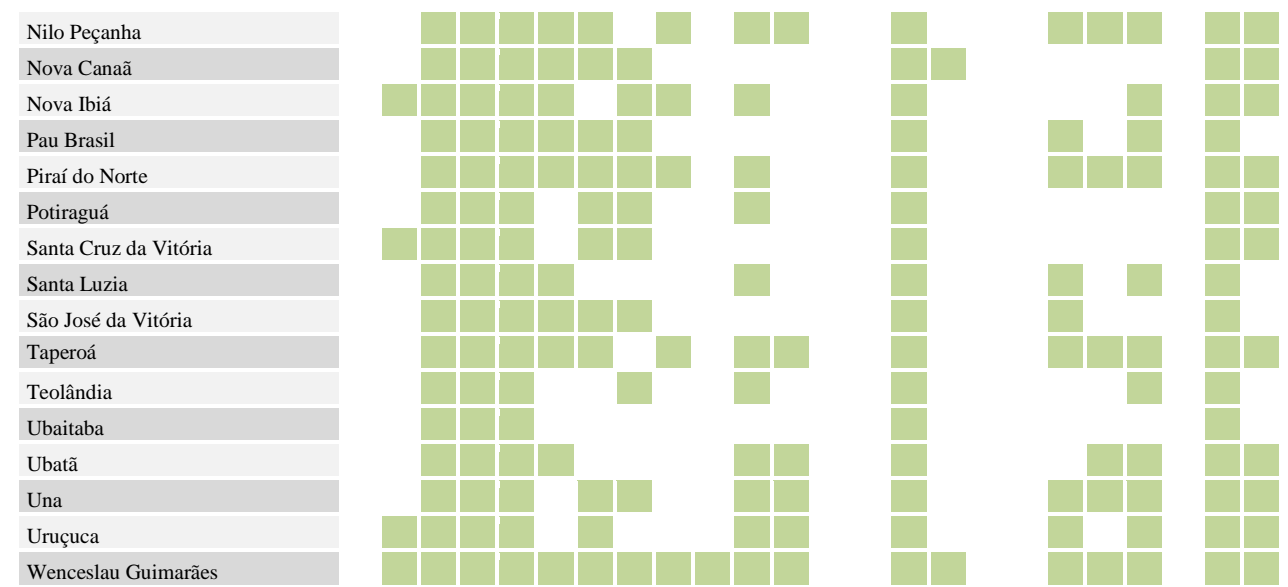
MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL
------------	---	--

	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio	
Gandu																					
Gongogi																					
Ibicaraí																					
Ibicuí																					
Ibirapitanga																					
Ibirataia																					
Igrapiúna																					
Iguaí																					
Ilhéus																					
Ipiaú																					
Itabuna																					
Itacaré																					
Itagi																					
Itagibá																					
Itajudo Colônia																					
Itajuípe																					
Itamari																					
Itambé																					
Itapetinga																					
Itapitanga																					
Itapé																					
Itarantim																					
Itororó																					
Ituberá																					
Jaguaquara																					
Jequié																					
Jitaúna																					
Jussari																					
Marau																					
Mascote																					
Nilo Peçanha																					
Nova Canaã																					
Nova Ibiá																					
Pau Brasil																					
Piraí do Norte																					
Potiraguá																					
Santa Cruz da Vitória																					
Santa Luzia																					
São José da Vitória																					
Taperoá																					
Teolândia																					
Ubaítaba																					
Ubatã																					
Una																					
Uruçuca																					
Wenceslau Guimarães																					

**Sistemas produtivos:**

Agropecuária:

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																											
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dende	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamonca	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja	
Aiquara																												
Almadina																												
Apurema																												
Arataca																												
Aurelino Leal																												
Barra do Rocha																												
Barro Preto																												
Belmonte																												
Boa Nova																												
Buerarema																												
Caatiba																												
Camacã																												
Camamu																												
Canavieiras																												
Coaraci																												
Dário Meira																												
Firmino Alves																												
Floresta Azul																												
Gandu																												
Gongogi																												
Ibicará																												
Ibicuí																												
Ibirapitanga																												
Ibirataia																												
Igrapiúna																												
Iguaí																												
Ilhéus																												
Ipiaú																												
Itabuna																												
Itacaré																												
Itagi																												
Itagibá																												
Itajudo Colônia																												
Itajuípe																												
Itamari																												
Itambé																												
Itapetinga																												
Itapitanga																												
Itapé																												
Itarantim																												
Itororó																												
Ituberá																												
Jaguaquara																												
Jequié																												
Jitaúna																												
Jussari																												
Maraú																												
Mascote																												



Indústria:

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA			
	Quantidade de Indústrias de Transformação			
Barro Preto				1
Camacã				1
Firmino Alves				1
Gongogi				1
Ibicuí				2
Iguaí				1
Ilhéus				2
Ipiaú				1
Itabuna				8
Itagi				1
Itagiba				1
Itajuípe				3
Itororó				2
Mascote				1
Santa Luzia				2
Ubatã				1
Wenceslau Guimaraes				1

Turismo:

Localização em Zona Turística:	Costa do Dendê	integral	x	parcial	residual
	Costa do Cacau	integral	x	parcial	residual
	Costa do Descobrimento	integral		parcial	x residual
Enquadramento geográfico-paisagístico:					

Ampla território de topografia acentuada pela formação de cadeias de serras entre os planaltos pré-litorâneos do Baixo Sul e os tabuleiros costeiros do Litoral Sul – de Teolândia, ao norte, a Mascote, ao sul. Tendo como espinha dorsal de comunicação a rodovia BR-101, ele se estende para o interior até o planalto de Jacuípe, na parte norte, envolvendo, na parte sul, o patamar de depressão dos rios Colônia e Prado.

#### Segmentos turísticos envolvidos:

Turismo de Lazer e Entretenimento  
Turismo Ecológico; Turismo de Natureza  
Turismo de Esporte e Aventura  
Turismo Cultural  
Turismo de Negócios (Ilhéus e Itabuna).

#### Atrações para o turismo:

Patrimônio natural: Conjuntos geográficos, ecossistemas, sistemas hidrográficos e paisagens regionais peculiares dessa região da zona cacauera e área de influência direta, com suas planícies e formações serranas específicas.

Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos

Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.

#### Riscos para o Turismo:

Expansão desordenada de atividades agrícolas – desmatamentos – expansão desordenada das áreas urbanas e áreas industriais regionais; poluição dos recursos hídricos; projetos de hidrelétricas em trechos de interesse paisagístico e de esportes de aventura

#### Sedes urbanas:

##### Cidade

Aiquara, Almadina, Apuarema, Arataca, Aurelino Leal, Barra do Rocha, Barro Preto, Camacan, Coaraci, Dário Meira, Gandu, Gongogi, Ibicuí, Ibirapitanga, Ibirataia, Iguai, Ipiaú, Itabuna, Itagi, Itagibá, Itajuípe, Itamari, Itapitanga, Itapé, Jussari, Mascote, Nova Canaã, Nova Ibiá, Pau Brasil, Piraí do Norte, Santa Luzia, São José da Vitória, Teolândia, Ubaitaba, Ubatã, Uruçuca, Wenceslau Guimarães.

#### Perímetros interceptados:

##### Unidades territoriais básicas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UTB (%)
Tabuleiro do Rio Pardo	1.398,68	8,13
Depressão Interplanáltica de Itabuna/Itapetinga	1.086,04	6,31
Colinas e Serras Pré-Litorâneas	12.007,98	69,80
Planalto Soerguido	1.252,88	7,28
Planalto Pré-Litorâneo	1.456,70	8,47

##### Unidades de paisagem:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UP (%)
Tabuleiro do rio Pardo c/ Cultivo de cacau.	1.204,83	7,00
Tabuleiro do rio Pardo c/ Pastagem.	193,84	1,13
Planalto Pré-Litorâneo c/ Áreas em cultivo de cacau.	1.003,64	5,83
Planalto Pré-Litorâneo c/ Áreas de fragmentos remanescentes de Floresta Ombrófila Densa.	453,06	2,63
Colinas e Serras Pré-Litorâneas c/ Áreas sob cultivo em sistema agroflorestal.	6.832,44	39,72
Colinas e Serras Pré-Litorâneas c/ Pastagem plantada e natural.	5.175,54	30,09
Planalto Soerguido c/ Pastagem plantada e natural.	1.252,88	7,28
Depressão Interplanáltica de Itabuna/Itapetinga c/ Predomínio de sistema agroflorestal.	961,61	5,59
Depressão Interplanáltica de Itabuna/Itapetinga c/ Pastagem.	124,43	0,72

##### Bacias hidrográficas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
Contas	7.594,35	44,15
Leste	5.238,95	30,45
Pardo	2.363,99	13,74
Recôncavo Sul	2.004,50	11,65

##### Territórios de identidade:

Nº	Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona no TI (%)
5	Litoral Sul	8.260,00	48,02
6	Baixo Sul	2.194,80	12,76
8	Médio Sudoeste da Bahia	3.295,89	19,16
9	Vale do Jiquiriçá	39,85	0,23
22	Médio Rio de Contas	3.330,92	19,36
27	Costa do Descobrimento	80,82	0,47

##### Municípios:

Código	Descrição	População (2010)	Área (km²)	Percentual da Zona no Município (%)
2900603	Aiquara	4.602	159,60	0,93
2900900	Almadina	6.360	250,94	1,46
2901957	Apuarema	7.463	116,75	0,68
2902252	Arataca	10.403	374,93	2,18
2902401	Aurelino Leal	13.599	457,46	2,66
2903102	Barra do Rocha	6.336	208,23	1,21
2903300	Barro Preto	6.453	128,28	0,75
2903409	Belmonte	21.838	80,82	0,47
2903706	Boa Nova	15.409	7,48	0,04
2904704	Buerarema	18.622	174,59	1,01
2904803	Caatiba	11.448	66,23	0,39
2905602	Camacan	31.468	626,20	3,64
2905800	Camamu	35.160	345,48	2,01
2906303	Canavieiras	32.331	81,00	0,47
2908002	Coaraci	20.964	282,45	1,64
2910008	Dário Meira	12.841	317,91	1,85
2910909	Firmino Alves	5.385	128,68	0,75
2911006	Floresta Azul	10.660	264,95	1,54
2911204	Gandu	30.329	242,97	1,41
2911501	Gongogi	8.344	197,51	1,15

(continua)

Código	Descrição	População (2010)	Área (km²)	Percentual da Zona no Município (%)
2912103	Ibicaraí	24.241	96,82	0,56
2912301	Ibicuí	15.786	1.176,16	6,84
2912707	Ibirapitanga	22.610	446,93	2,60
2912905	Ibirataia	18.946	294,66	1,71
2913457	Igrapiúna	13.347	165,62	0,96
2913507	Iguai	25.724	492,81	2,86
2913606	Ilhéus	184.231	1.021,78	5,94
2913903	Ipiaú	44.430	267,16	1,55
2914802	Itabuna	204.710	366,03	2,13



2914901	Itacaré	24.340	161,98	0,94
2915106	Itagi	13.053	74,44	0,43
2915205	Itagibá	15.210	817,68	4,75
2915403	Itaju do Colônia	7.278	254,62	1,48
2915502	Itajuípe	21.094	284,26	1,65
2915700	Itamari	7.904	111,01	0,65
2915809	Itambé	23.106	130,45	0,76
2916203	Itapé	10.986	87,88	0,51
2916401	Itapetinga	68.314	179,54	1,04
2916609	Itapitanga	10.207	408,09	2,37
2916807	Itarantim	18.548	12,64	0,07
2917102	Itororó	19.911	240,34	1,40
2917300	Ituberá	26.592	114,8	0,67
2917607	Jaguaquara	51.019	39,85	0,23
2918001	Jequié	151.921	161,97	0,94
2918308	Jitaúna	14.115	149,88	0,87
2918555	Jussari	6.467	176,42	1,03
2920700	Maraú	19.097	292,25	1,70
2920908	Mascote	14.640	621,53	3,61
2922607	Nilo Peçanha	12.530	123,51	0,72
2922706	Nova Canaã	16.727	391,08	2,27
2922755	Nova Ibiá	6.648	178,61	1,04
2923902	Pau Brasil	10.853	314,8	1,83
2924678	Piraf do Norte	9.835	183,82	1,07
2925402	Potiraguá	9.829	193,51	1,12
2927804	Santa Cruz da Vitória	6.673	284,46	1,65
2928059	Santa Luzia	13.332	452,83	2,63
2929354	São José da Vitória	5.715	55,93	0,33
2931202	Taperoá	18.791	2,28	0,01
2931608	Teolândia	14.850	91,26	0,53
2932200	Ubaitaba	20.697	178,68	1,04
2932309	Ubatã	25.015	268,03	1,56
2932507	Una	24.106	682,75	3,97
2932705	Uruçuca	19.840	162,56	0,95
2933505	Wenceslau Guimarães	22.181	478,13	2,78

### Identificação da Zona:

Número	28
Nome	Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul
Área total (km <sup>2</sup> )	19.857,67



**Descrição:** Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul em ambiente de Floresta Ombrófila Densa, com atividade agrícola de cana-de-açúcar, café, mamão, silvicultura, dendê, cacau, pecuária e atividades industriais (Distrito Industrial de Eunápolis e Distrito Industrial de Teixeira de Freitas). Aglomerações urbanas (Eunápolis e Teixeira de Freitas). Assentamentos rurais e a maior concentração povos indígenas do Estado. Patrimônio cultural do descobrimento do Brasil.

### Diretrizes da Zona:

#### Diretrizes Gerais

Compatibilizar as atividades produtivas (com relevância para a indústria de celulose e silvicultura, cacauicultura, pecuária, turismo) e a expansão das áreas urbanas, à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, as áreas protegidas (Parque Nacional do Descobrimento, Parque Nacional Pau Brasil, Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal, APA Caraíva- Trancoso, APA Coroa Vermelha, APA Santo Antônio, Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, Reserva Extrativista de Cassurubá, Reserva Biológica de Una), as terras de povos e comunidades tradicionais e à inclusão social.

Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente os remanescentes de floresta ombrófila densa, localizados na porção costeira e seu entorno, contemplando componentes provedores de interação etnobiológica e de valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais.

Promover políticas de desenvolvimento urbano para compatibilizar o uso e a ocupação do solo e a dinâmica socioeconômica com a preservação dos ecossistemas.

#### Diretrizes Específicas

Implantar programas de monitoramento da cunha salina nos locais onde a exploração de água subterrânea seja intensa.

Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares articuladas às existentes, abrangendo especialmente os remanescentes de vegetação natural situados sobre os tabuleiros costeiros, no norte e centro da zona, e nas planícies fluviais e fluviomarinhas dos rios Una, Pardo, Jequitinhonha, Santo Antônio, João de Tiba, Buranhém, dos Frades, Caraíva, Jucuruçu, Alcobaça (ou Itanhém), Peruípe e Mucuri, com presença de sítios arqueológicos.

Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.

Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.

Fortalecer o manejo e gestão integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, Reserva Extrativista de Cassurubá, APA Ponta da Baleia e Abrolhos, Refúgio de Vida Silvestre de Una, Reserva Biológica de Una, Refúgio de Vida Silvestre de Rio dos Frades, Parque Nacional do Descobrimento, Parque Nacional Pau Brasil, Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal, APA Caraíva – Trancoso, APA Coroa Vermelha e APA Santo Antônio.

Implantação de políticas setoriais estaduais nas reservas extrativistas costeiras.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Promover o manejo sustentável dos solos, em virtude da existências de solos distróficos e aluminicos situados sobre os tabuleiros e dos solos aluviais de alta vulnerabilidade a erosão situados nas planícies fluviais.

Desenvolver estudos para subsidiar o estabelecimento de limites de ocupação das áreas agrícolas dos municípios que integram a Zona por monoculturas, visando garantir a segurança alimentar, a diversificação da matriz econômica, a geração de emprego e renda e a conservação da biodiversidade.

Implementar estratégias para enfrentar os possíveis efeitos da monocultura, como a insegurança alimentar, concentração fundiária, o estreitamento da matriz econômica e a degradação da biodiversidade.

Estabelecer sistema de monitoramento georreferenciado da expansão das monoculturas e dos processos fragmentadores da paisagem.

Aprimoramento do sistema de gerenciamento e controle dos recursos hídricos, especialmente no rio Jequitinhonha, contemplando os usos múltiplos e garantindo sua função socioambiental.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e serviços ambientais associados a biodiversidade desta Zona, especialmente nas Reservas Extrativistas.

Implementar mecanismos de sustentabilidade da atividade de extrativismo vegetal, em especial a exploração madeireira para produção de artesanato (industriano).

Monitorar a expansão da silvicultura e restringir sua ampliação para áreas onde há cobertura vegetal natural.

Compatibilizar a atividade da indústria, em especial a de celulose, com a preservação dos remanescentes de floresta ombrófila, em especial, localizados nos tabuleiros costeiros.

Fortalecer as atividades industriais, promovendo a infraestrutura adequada e assegurando o respeito a parâmetros de sustentabilidade ambiental.

Implementar programas de extensão rural com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e as comunidades tradicionais.

Apoiar o desenvolvimento do turismo, em especial o ecológico, o de lazer, o de esporte e aventura e o de negócios, de forma sustentável, promovendo o desenvolvimento e a geração de trabalho e renda.

Fomentar políticas de reconhecimento para os povos e comunidades tradicionais, que promovam o acesso à terra e à água, à assistência técnica, à extensão rural e ao crédito adequados aos seus modos de vida e produção.

Implementar programas de assistência técnica e extensão rural continuada com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar.

Implementar políticas de promoção da igualdade de gênero baseadas no combate à gravidez na adolescência, na educação sexual, na formação educacional, na autonomia e empoderamento feminino e no combate à violência contra as mulheres.

### Vulnerabilidade Social:

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	Teixeira de Freitas.
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	Ibirapuã, Itanhém, Lajedão, Porto Seguro.
<b>Tipo 3:</b> Municípios com qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	Eunápolis.
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	-
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	Belmonte, Buerarema, Canavieiras, Ilhéus, Itagimirim, Itamaraju, Mascote, Medeiros Neto, Santa Cruz Cabrália.
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	-
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	Alcobaça, Itapebi, Mucuri, Nova Viçosa.
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Caravelas, Guaratinga, Itabela, Prado, Santa Luzia, Una, Vereda.

### Qualidade Ambiental da Biodiversidade:

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	-	-	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	10.869,55	54,74	ZEE-BA

### Áreas Especiais:

Unidades de conservação:

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km²)	Percentual da Zona na UC (%)
APA Caraíva/Trancoso	x		Uso Sustentável		
APA Coroa Vermelha	x		Uso Sustentável		
APA Santo Antônio	x		Uso Sustentável		
Parque Nacional do Descobrimento		x			
Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal		x			
Parque Nacional Pau Brasil		x			
Refúgio de Vida Silvestre de Una		x			
Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades		x			
Reserva Biológica de Una		x			
Reserva Extrativista de Cassurubá		x			
Reserva Extrativista Marinha do Corumbau		x			

### Comunidades tradicionais:

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Quilombolas	Ibirapuã	1	
	Nova Viçosa	6	
Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Fundo de pasto	-	-	
Comunidades	Municípios	Grupos	População Indígena
Indígenas	Belmonte	1	-
	Buerarema	1	
	Ilhéus	1	
	Itamaraju	1	
	Porto Seguro	1	
	Prado	1	
	Santa Cruz Cabrália	1	
Una	1		
Comunidades	Municípios	Nº de Pescadores	
Pescadores	Alcobaça	14	
	Belmonte	822	
	Canavieiras	1.293	
	Caravelas	1.127	
	Guaratinga	4	
	Ilhéus	9	
	Itabela	7	
	Itagimirim	1	
	Itamaraju	440	
	Itapebi	11	
	Mascote	202	
	Medeiros Neto	101	

### Infraestrutura:

Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	10	-	BA-001; BA-126; BA-270; BA-274; BA-275; BA-283; BA-284; BA-290; BA-668; BA-672; BA-676; BA-678; BA-683; BA-685; BA-690; BA-693; BA-695; BA-696; BA-697; BA-698; BA-982; BA-986; BA-987; BA-989; BR-101; BR-251; BR-367; BR-418 e BR-489.

Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA									FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL										
	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio
Alcobaça																				
Belmonte																				
Buerarema																				
Canavieiras																				
Caravelas																				
Eunápolis																				
Guaratinga																				
Ibirapuã																				
Ilhéus																				
Itabela																				
Itagimirim																				
Itamaraju																				
Itanhém																				
Itapebi																				
Lajedão																				
Mascote																				
Medeiros Neto																				
Mucuri																				
Nova Viçosa																				
Porto Seguro																				
Prado																				
Santa Cruz Cabrália																				
Santa Luzia																				
Teixeira de Freitas																				
Una																				
Vereda																				

**Sistemas produtivos:**

**Agropecuária:**

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																											
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dendê	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja	
Alcobaça																												
Belmonte																												
Buerarema																												
Canavieiras																												
Caravelas																												
Eunápolis																												
Guaratinga																												
Ibirapuã																												
Ilhéus																												
Itabela																												
Itagimirim																												
Itamaraju																												
Itanhém																												
Itapebi																												
Lajedão																												
Mascote																												
Medeiros Neto																												
Mucuri																												
Nova Viçosa																												
Porto Seguro																												
Prado																												
Santa Cruz Cabralia																												
Santa Luzia																												
Teixeira de Freitas																												
Una																												
Vereda																												

**Indústria:**

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA	
	Quantidade de Indústrias de Transformação	
Eunápolis	8	
Ibirapuã	3	
Lajedão	2	
Mucuri	5	
Nova Viçosa	1	
Teixeira de Freitas	4	
Una	1	

**Turismo:**

Localização em Zona Turística:	Costa do Cacau		x	integral	parcial	residual
	Costa do Descobrimento					

Costa das Baleias	integral	x	parcial	residual
<b>Enquadramento geográfico-paisagístico:</b>				
Território situado, na parte norte, entre Ilhéus e a divisa com o Espírito Santo, com suas escarpas, falésias e paisagens de cabruças; na parte sul, com seus pastos, áreas agrícolas e de plantações de eucaliptos, avançando, em sua parte continental, até as estruturas de serras na divisa com Minas Gerais e com a costa oceânica, interrompidas apenas pelas planícies fluvial-marinhas do rio Jequitinhonha e da região de Canavieiras.				
<b>Segmentos turísticos envolvidos:</b>				
Turismo de Lazer e Entretenimento Turismo Ecológico; Turismo de Natureza Turismo de Esporte e Aventura Turismo Cultural Turismo de Negócios (Eunápolis, Teixeira de Freitas e Porto Seguro).				
<b>Atrativos para o turismo:</b>				
Patrimônio natural: Conjuntos geográficos, ecossistemas, sistemas hidrográficos e paisagens regionais peculiares da ampla planície costeira, com seus pastos, suas culturas e seu polo de silvicultura (eucalipto), tendo, na sua parte costeira, o mais importante polo turístico do interior da Bahia: começando em Una, em sua porção norte, e se estendendo até Santa Cruz Cabralia-Prado, em sua porção sul. Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.				
<b>Riscos para o Turismo:</b>				
Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas e áreas industriais regionais; poluição dos recursos hídricos; projetos de hidrelétricas em trechos de interesse paisagístico e de esportes de aventura.				

**Sedes urbanas:**

Cidade
Eunápolis, Ibirapuã, Itabela, Itagimirim, Itamaraju, Lajedão, Medeiros Neto, Teixeira de Freitas, Una.

**Perímetros interceptados:**

Unidades territoriais básicas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UTB (%)
Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul	15.804,74	79,59
Colinas e Morros na Depressão do Rio Jequitinhonha	18,26	0,09
Planícies Fluviais	120,97	0,61
Planalto Pré-Litorâneo	45,09	0,23
Planícies Marinhas e Fluviomarinhas	97,73	0,49
Colinas e Residuais das Coberturas	3.770,89	18,99

Unidades de paisagem:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UP (%)
Planícies Marinhas e Fluviomarinhas, c/ Cultivo de cacau associado à Mata Atlântica cabrucada.	16,36	0,08
Planícies Marinhas e Fluviomarinhas c/ uso diversificado.	22,44	0,11

Planícies Marinhas e Fluvio-marinhas c/ áreas Remanescentes de Floresta Ombrófila Densa.	48,83	0,25
Planícies Marinhas e Fluvio-marinhas c/ Pastagem e policultura.	10,10	0,05
Planícies Fluviais c/ Cultivo de cacau associado à Mata Atlântica cabrucada.	57,83	0,29
Planícies Fluviais c/ áreas Remanescentes de Floresta Ombrófila Densa.	59,71	0,30
Planícies Fluviais c/ Pastagem associada à cultura temporária.	3,42	0,02
Planalto Pré-Litorâneo c/ Áreas em cultivo de cacau.	27,37	0,14
Planalto Pré-Litorâneo c/ Áreas de fragmentos remanescentes de Floresta Ombrófila Densa.	17,72	0,09
Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul c/ cultivo de cacau associado à Mata Atlântica cabrucada.	6,31	0,03
Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul c/ Cultivo de cacau associado à Mata Atlântica cabrucada.	34,63	0,17
Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul c/ Cultivo de cana-de-açúcar.	449,21	2,26
Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul c/ uso diversificado.	46,21	0,23
Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul c/ áreas Remanescentes de Floresta Ombrófila Densa.	3.880,01	19,54
Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul c/ Pastagem e policultura.	3.047,55	15,35
Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul c/ Pastagem associada à cana-de-açúcar.	199,69	1,01
Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul c/ Pastagem associada à floresta cabrucada com cacau.	69,20	0,35
Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul c/ Pastagem associada ao plantio de eucalipto.	2.611,73	13,15
Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul c/ Pastagem associada a café.	131,96	0,66
Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul c/ Silvicultura de eucalipto.	5.328,24	26,83
Colinas e Residuais das Coberturas/ cultivo de cacau associado à Mata Atlântica cabrucada.	2,19	0,01
Colinas e Residuais das Coberturas c/ Cultivo de cana-de-açúcar.	726,13	3,66
Colinas e Residuais das Coberturas c/ áreas Remanescentes de Floresta Ombrófila Densa.	1,31	0,01
Colinas e Residuais das Coberturas c/ Pastagem.	1.178,85	5,94
Colinas e Residuais das Coberturas c/ Pastagem associada à cana-de-açúcar.	98,8	0,50
Colinas e Residuais das Coberturas c/ Pastagem associada à floresta cabrucada com cacau.	0,59	0,00
Colinas e Residuais das Coberturas c/ Pastagem associada ao plantio de eucalipto.	964,42	4,86
Colinas e Residuais das Coberturas c/ Pastagem associada a café.	22,25	0,11
Colinas e Residuais das Coberturas utilizados c/ Silvicultura de eucalipto.	776,36	3,91
Colinas e Morros na Depressão do rio Jequitinhonha c/ Pastagem e floresta cabrucada com cacau.	18,26	0,09

#### Bacias hidrográficas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
Extremo Sul	16.552,79	83,36
Jequitinhonha	1.115,05	5,62
Leste	1.292,78	6,51
Pardo	846,44	4,26

#### Territórios de identidade:

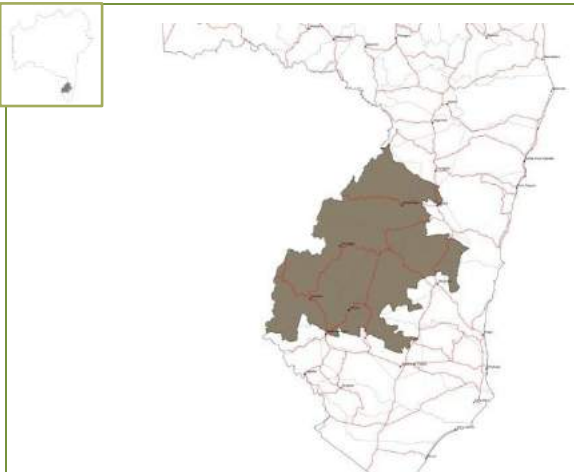
Nº	Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona no TI (%)
5	Litoral Sul	1.912,44	9,63
7	Extremo Sul	11.078,97	55,79
27	Costa do Descobrimento	6.866,26	34,58

#### Municípios:

Código	Descrição	População (2010)	Área (km²)	Percentual da Zona no Município (%)
2900801	Alcobaça	21.319	1.284,70	6,47
2903409	Belmonte	21.838	1.143,19	5,76
2906303	Canavieiras	32.331	665,48	3,35
2906907	Caravelas	21.437	1.937,67	9,76
2910727	Eunápolis	100.246	1.054,13	5,31
2911808	Guaratinga	22.195	106,78	0,54
2912806	Ibirapuã	7.960	787,34	3,96
2913606	Ilhéus	184.231	453,6	2,28
2914653	Itabela	28.399	444,83	2,24
2915304	Itagimirim	7.110	476,94	2,4
2915601	Itamaraju	63.355	319,97	1,61
2916005	Itanhém	20.199	46,16	0,23
2916302	Itapebi	10.497	48,09	0,24
2918902	Lajedão	3.733	616,17	3,1
2920908	Mascote	14.640	76,66	0,39
2921104	Medeiros Neto	21.541	628,49	3,16
2922003	Mucuri	36.043	1.735,34	8,74
2923001	Nova Viçosa	38.537	1.156,99	5,83
2925303	Porto Seguro	126.770	2.102,00	10,59
2925501	Prado	27.612	1.461,66	7,36
2927705	Santa Cruz Cabrália	26.198	1.490,30	7,5
2928059	Santa Luzia	13.332	407,3	2,05
2931350	Teixeira de Freitas	138.491	819,31	4,13
2932507	Una	24.106	309,06	1,56
2933257	Vereda	6.802	285,17	1,44



**Identificação da Zona:**

Número	29	
Nome	Piemonte e Maciço do Jucuruçu	
Área total (km <sup>2</sup> )	9.360,06	

**Descrição:** Piemonte e Maciço do Jucuruçu em meio à Floresta Estacional e Ombrófila Densa, com agricultura de mamão, cacau e silvicultura, além da pecuária.

**Diretrizes da Zona:****Diretrizes Gerais**

Promover o desenvolvimento econômico diversificado, compatibilizando a conservação da biodiversidade e suas funções ecossistêmicas aos sistemas produtivos, respeitando os povos e comunidades tradicionais e a agricultura familiar.

Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente os remanescentes de floresta ombrófila densa e floresta estacional, significativamente preservados, de importância para a interação etnobiológica e de valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais.

Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a agropecuária e mineração) à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, as áreas protegidas (Parque Nacional do Descobrimento, Parque Nacional Pau Brasil, Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal, APA Caraíva- Trancoso, APA Coroa Vermelha, APA Santo Antônio, Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, Reserva Extrativista de Cassurubá, Reserva Biológica de Una), as terras de povos e comunidades tradicionais (Terras Indígenas no extremo leste da zona) e à inclusão social.

**Diretrizes Específicas**

Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares articuladas às existentes (Parque Nacional do Alto Cariri), abrangendo especialmente os remanescentes de vegetação natural floresta ombrófila densa e floresta estacional, situados sobre relevo acidentado, predominante na zona, e nas nascentes e vales dos rios Buranhém, da Barriguda, Jucuruçu e Alcobaça (ou Itanhém), e respectivos afluentes.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.

Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.

Promover o manejo sustentável dos solos, considerando a alta vulnerabilidade à erosão das vertentes íngremes distribuídas por toda a zona.

Aprimorar o sistema de gerenciamento e controle dos recursos hídricos, especialmente dos rios Buranhém, Jucuruçu e Alcobaça (ou Itanhém), em virtude do clima subúmido a seco (com precipitações médias anuais variando entre 1100 mm e 1250 mm), contemplando os usos múltiplos e garantindo sua função socioambiental.

Desenvolver estudos para subsidiar o estabelecimento de limites de ocupação das áreas agrícolas dos municípios que integram a Zona por monoculturas, visando garantir a segurança alimentar, a diversificação da matriz econômica, a geração de emprego e renda e a conservação da biodiversidade.

Implementação de estratégias para enfrentar os possíveis efeitos da monocultura, como a insegurança alimentar, concentração fundiária, o estreitamento da matriz econômica e a degradação da biodiversidade.

Estabelecer sistema de monitoramento georreferenciado da expansão das monoculturas e dos processos fragmentadores da paisagem.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e serviços ambientais associados a biodiversidade desta Zona.

Realizar estudos e pesquisas visando potencializar o desenvolvimento do cultivo da cana-de-açúcar.

Adequar, de forma sustentável, a infraestrutura energética às necessidades socioeconômicas, aproveitando o potencial energético (em especial o etanol) e respeitando as questões ambientais.

Fortalecer e adensar, em bases sustentáveis, a cadeia produtiva do cacau, agregando valor à produção local.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e serviços ambientais associados a biodiversidade desta Zona.

Fomentar políticas de reconhecimento para os povos e comunidades tradicionais, que promovam o acesso à terra e à água, à assistência técnica, à extensão rural e ao crédito adequados aos seus modos de vida e produção.

Implementar programas de assistência técnica e extensão rural continuada com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar.

Implementar políticas de promoção da igualdade de gênero baseadas no combate à gravidez na adolescência, na educação sexual, na formação educacional, na autonomia e empoderamento feminino e no combate à violência contra as mulheres.

Promover a inclusão socioeconômica, o combate à pobreza e a geração de trabalho e renda, com ênfase na segurança nutricional e alimentar, e incentivo ao empreendedorismo, à economia solidária e ao cooperativismo.

Ampliar a oferta de energia elétrica domiciliar nas zonas rurais.

**Vulnerabilidade Social:**

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	Teixeira de Freitas.
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	Itanhém, Porto Seguro.
<b>Tipo 3:</b> Municípios qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	Eunápolis.
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	Itagimirim, Itamaraju, Medeiros Neto.
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Guaratinga, Itabela, Jucuruçu, Prado, Vereda.

**Qualidade Ambiental da Biodiversidade:**

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	3.082,94	32,94	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	6.368,63	68,04	ZEE-BA

### Áreas Especiais:

#### Unidades de conservação:

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km²)	Percentual da Zona na UC (%)
Parque Nacional do Monte Pascoal		x			
Parque Nacional do Alto Cariri		x			

#### Comunidades tradicionais:

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Quilombolas	-	-	
Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Fundo de pasto	-	-	
Comunidades	Municípios	Grupos	População Indígena
Indígenas	Itamaraju	1	-
	Porto Seguro	1	
	Prado	1	
Comunidades	Municípios	Nº de Pescadores	
Pescadores	Guaratinga	4	
	Itabela	7	
	Itagimirim	1	
	Itamaraju	440	
	Medeiros Neto	101	
	Porto Seguro	756	
	Prado	1.694	
	Teixeira de Freitas	26	
	Vereda	6	

### Infraestrutura:

#### Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	-	-	BA-126; BA-283; BA-284; BA-290; BA-686; BA-690; BA-699; BR-101 e BR-498.

#### Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL
------------	---	--

	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio	
Eunápolis																					
Guaratinga																					
Itabela																					
Itagimirim																					
Itamaraju																					
Itanhém																					
Jucuruçu																					
Medeiros Neto																					
Porto Seguro																					
Prado																					
Teixeira de Freitas																					
Vereda																					

### Sistemas produtivos:

#### Agropecuária:

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																										
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dende	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja
Eunápolis																											
Guaratinga																											
Itabela																											
Itagimirim																											
Itamaraju																											
Itanhém																											
Jucuruçu																											
Medeiros Neto																											
Porto Seguro																											
Prado																											
Teixeira de Freitas																											
Vereda																											

#### Indústria:

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
	Quantidade de Indústrias de Transformação
Itanhém	1
Medeiros Neto	1

#### Turismo:

Localização em Zona Turística:	Costa do Descobrimento	Costa das Baleias	integral	parcial	x	residual
			integral	parcial	x	residual
<b>Enquadramento geográfico-paisagístico:</b>						
Território situado em região serrana, com limite no fundo da rodovia BR-101 entre Itabela e Teixeira de Freitas, tendo, sua grande parte, cobertura arbórea preservada.						
<b>Segmentos turísticos envolvidos:</b>						
Turismo de Lazer e Entretenimento						
Turismo Ecológico; Turismo de Natureza						
Turismo de Esporte e Aventura						
<b>Atrativos para o turismo:</b>						
Patrimônio natural: Conjuntos geográficos, ecossistemas, sistemas hidrográficos e paisagens regionais peculiares. Seu maciço serrano com formações singulares, estende-se da divisa com Minas Gerais até a planície costeira baiana (Monte Pascoal)						
Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos						
Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.						
<b>Riscos para o Turismo:</b>						
Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais, poluição dos recursos hídricos.						

#### Sedes urbanas:

Cidade
Guaratinga, Itanhém, Jucuruçu, Vereda.

### Perímetros interceptados:

#### Unidades territoriais básicas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UTB (%)
Piemonte Oriental do Maciço de Jucuruçu	5.830,78	62,29
Maciço do Jucuruçu	3.529,28	37,71

#### Unidades de paisagem:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UP (%)
Piemonte Oriental do Maciço de Jucuruçu c/ Pastagem associada ao plantio de eucalipto.	624,84	6,68
Piemonte Oriental do Maciço de Jucuruçu c/ Pastagem associada a café.	74,90	0,80
Maciço de Jucuruçu c/ Pastagem.	3.311,36	35,38
Piemonte Oriental do Maciço de Jucuruçu c/ Pastagem associada à floresta cabrucada com cacau.	350,30	3,74
Piemonte Oriental do Maciço de Jucuruçu c/ Pastagem.	4.753,72	50,79
Piemonte Oriental do Maciço de Jucuruçu c/ Silvicultura de eucalipto.	8,78	0,09
Maciço de Jucuruçu c/ Pastagem associada à floresta cabrucada com cacau.	217,92	2,33
Piemonte Oriental do Maciço de Jucuruçu c/ áreas Remanescentes de Floresta Ombrófila Densa.	18,25	0,20

#### Bacias hidrográficas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
Extremo Sul	9.232,44	98,64
Jequitinhonha	15,07	0,16

#### Territórios de identidade:

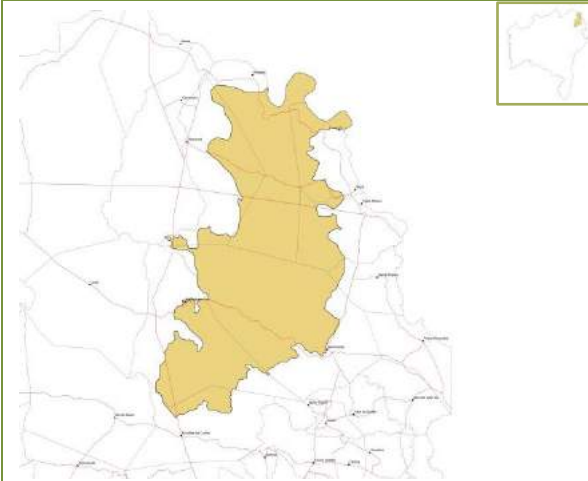
Nº	Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona no TI (%)
7	Extremo Sul	6.427,77	68,67
27	Costa do Descobrimento	2.932,29	31,33

#### Municípios:

Código	Descrição	População (2010)	Área (km²)	Percentual da Zona no Município (%)
2910727	Eunápolis	100.246	124,18	1,33
2911808	Guaratinga	22.195	2.216,62	23,68
2914653	Itabela	28.399	405,27	4,33
2915304	Itagimirim	7.110	14,86	0,16
2915601	Itamaraju	63.355	1.893,99	20,23
2916005	Itanhém	20.199	1.417,98	15,15
2918456	Jucuruçu	9.960	1.463,06	15,63
2921104	Medeiros Neto	21.541	612,63	6,55
2925303	Porto Seguro	126.770	171,35	1,83
2925501	Prado	27.612	107,52	1,15
2931350	Teixeira de Freitas	138.491	343,88	3,67
2933257	Vereda	6.802	588,71	6,29

### Identificação da Zona:

Número	30
Nome	Tabuleiro do Raso da Catarina
Área total (km <sup>2</sup> )	9.508,25



**Descrição:** Tabuleiro do Raso da Catarina com Caatinga e Cerrado preservados. Destaque para áreas protegidas e turismo ecológico. Caprinocultura, aquicultura e pesca no rio São Francisco. Comunidades indígenas e pescadores.

### Diretrizes da Zona:

Diretrizes Gerais da Zona:

Diretrizes Gerais
Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a caprinocultura, agropecuária e mineração) à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, sustentação dos tabuleiros, as áreas protegidas, as terras de povos e comunidades tradicionais e à inclusão social.
Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente os remanescentes de caatinga significativamente preservados, distribuídos por toda a zona, as áreas de relevo dissecado das bordas do Tabuleiro e das vertentes do Rio Vaza-Barris, de alta vulnerabilidade dos solos à erosão, e interação etnobiológica de valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais.
Implementar programas para o enfrentamento dos processos de desertificação, em especial na região do Raso da Catarina.

Obs: As Diretrizes Específicas e de Zonas Interceptadas deverão ser consultadas no SIG.

Diretrizes Específicas
Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares articuladas às existentes (Estação Ecológica do Raso da Catarina, Área de Relevante Interesse Ecológico Cocorobó e APA Serra Branca – Raso da Catarina), abrangendo especialmente os remanescentes de vegetação natural (Caatinga) situados sobre os tabuleiros e nas bordas das encostas, na planície fluvial e vertentes do rio Vaza Barris, nos cânions do rio São Francisco e sobre áreas de recarga do aquífero Tucano.
Implantar e fortalecer do manejo e gestão integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: Estação Ecológica do Raso da Catarina, Área de Relevante Interesse Ecológico Cocorobó e APA Serra Branca-Raso da Catarina.
Desestimular práticas agrícolas que levem à desestruturação, salinização, sodificação ou aridização de solos em áreas sujeitas à desertificação.
Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.
Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.
Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.
Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.
Promover o manejo sustentável dos solos, em virtude da alta vulnerabilidade à erosão e da alta instabilidade morfodinâmica.
Aprimorar o sistema de gerenciamento e controle dos recursos hídricos, especialmente dos rios São Francisco e Vaza-Barris, em virtude da deficiência hídrica (com precipitações médias anuais variando entre 400 mm e 600 mm), contemplando os usos múltiplos e sua função socioambiental.
Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e serviços ambientais associados a biodiversidade desta Zona.
Propor mecanismos de gestão integrada para mananciais subterrâneos compartilhados por vários estados.
Priorizar a manutenção dos componentes da biodiversidade e suas funções ecossistêmicas, principalmente aqueles de influência na estabilização de solos e da geomorfologia (bordas do tabuleiro) e aqueles provedores de interação etnobiológica.
Fortalecer as comunidades tradicionais e dos seus produtos artesanais, que guardam intensa relação com o ambiente conservado, como estratégia de valorização cultural, socioeconômica e de proteção ambiental.
Promover estratégias que contemplem compensações ambientais e sociais decorrentes de impactos socioambientais causados por empreendimentos de mineração.
Fortalecer e adensar, em bases sustentáveis, as cadeias produtivas da apicultura e meliponicultura, agregando valor à produção local.
Adequar, de forma sustentável, a infraestrutura energética às necessidades socioeconômicas, aproveitando o potencial energético (solar) e respeitando as questões ambientais.
Fortalecer e expandir os serviços de assistência técnica e extensão rural a fim de fortalecer a agricultura familiar e as comunidades tradicionais.
Promover o associativismo e fortalecimento da agricultura familiar.

- Apoiar o desenvolvimento da atividade de pesca e piscicultura em bases sustentáveis.
- Implementar tecnologias adequadas à expansão da cadeia da caprinovinocultura de modo a adensar a cadeia, conservar o meio ambiente e otimizar os recursos naturais disponíveis.
- Apoiar a cadeia produtiva da mineração respeitando as questões ambientais e as comunidades tradicionais, e definindo instrumentos para redução dos impactos negativos desta atividade.
- Estruturar e apoiar o turismo ecológico, de esportes, cultural e de negócios, de forma sustentável, promovendo o desenvolvimento e a geração de trabalho e renda.
- Fomentar políticas de reconhecimento para os povos e comunidades tradicionais, que promovam o acesso à terra e à água, à assistência técnica, à extensão rural e ao crédito adequados aos seus modos de vida e produção.
- Implementar programas de assistência técnica e extensão rural continuada com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e as comunidades tradicionais.
- Fomentar políticas de reconhecimento para os povos e comunidades tradicionais, que promovam o acesso à terra e à água, à assistência técnica, à extensão rural e ao crédito adequados aos seus modos de vida e produção.
- Potencializar programas e ações que atuem na vigilância epidemiológica, riscos, agravos e controle das doenças endêmicas e epidêmicas.
- Implementar políticas de promoção da igualdade de gênero baseadas no combate à gravidez na adolescência, na educação sexual, na formação educacional, na autonomia e empoderamento feminino e no combate à violência contra as mulheres.
- Promover o acesso a água, esgotamento sanitário e tratamento de efluentes, bem como de coleta, tratamento e disposição adequada de resíduos sólidos.
- Promover o acesso à habitação de qualidade, com a construção de habitações populares, urbanização de favelas e assentamentos precários e requalificação de moradias.

### Vulnerabilidade Social:

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	
<b>Tipo 3:</b> Municípios qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	Paulo Afonso.
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	Rodelas.
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Canudos, Chorrochó, Euclides da Cunha, Glória, Jeremoabo, Macururé, Santa Brígida.

### Qualidade Ambiental da Biodiversidade:

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	7.527,23	79,17	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	8.106,40	85,26	ZEE-BA

### Áreas Especiais:

#### Unidades de conservação:

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km²)	Percentual da Zona na UC (%)
APA Serra Branca / Raso da Catarina	x		Uso Sustentável		
Estação Ecológica Raso da Catarina		x			
Área de Relevante Interesse Ecológico Cocorobó		x			

#### Comunidades tradicionais:

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Quilombolas	Jeremoabo	1	
Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Fundo de pasto	Canudos	18	
	Euclides da Cunha	1	
Comunidades	Municípios	Grupos	População Indígena
Indígenas	Euclides da Cunha	1	-
	Paulo Afonso	1	
	Rodelas	1	
Comunidades	Municípios	Nº de Pescadores	
Pescadores	Canudos	280	
	Paulo Afonso	65	
	Rodelas	393	

### Infraestrutura:

#### Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	-	-	BA-210; BR-110; BR-116; BR-235 e BR-423.

#### Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL

	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio
Canudos																				
Chorrochó																				
Euclides da Cunha																				
Glória																				
Jeremoabo																				
Macururé																				
Paulo Afonso																				
Rodelas																				
Santa Brígida																				

### Sistemas produtivos:

#### Agropecuária:

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																											
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dendê	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja	
Canudos																												
Chorrochó																												
Euclides da Cunha																												
Glória																												
Jeremoabo																												
Macururé																												
Paulo Afonso																												
Rodelas																												
Santa Brígida																												

#### Indústria:

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
	Quantidade de Indústrias de Transformação
Euclides da Cunha	4

#### Turismo:

Localização em Zona Turística:	Lagos do São Francisco	integral	x	parcial	residual
	Caminhos do Sertão		integral		parcial

#### Enquadramento geográfico-paisagístico:

Faixa de território do alto sertão que, na sua maior parte, preserva, o seu bioma original de caatinga. Está localizada entre a zona da depressão sertaneja de



Curaçá e o pediplano do baixo São Francisco, abrangendo os municípios ao longo do rio São Francisco entre Rodelas e Paulo Afonso e se estendendo, ao sul, até a região de Canudos. Seu atrativo central é o sítio histórico de Canudos.

**Segmentos turísticos envolvidos:**

Turismo Ecológico; Turismo de Natureza  
Turismo Cultural (Canudos).

**Atrativos para o turismo:**

Patrimônio natural: Conjuntos geográficos, ecossistemas, sistemas hidrográficos e paisagens regionais peculiares, com seus maciços de áreas de sertão preservadas, mesclando culturas agrícolas e caprinas de subsistência.

Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos

Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.

**Riscos para o Turismo:**

Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos.

**Sedes urbanas:**

Cidade
Canudos

**Perímetros interceptados:**

Unidades territoriais básicas:

Descrição	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na UTB (%)
Tabuleiro do Raso da Catarina	8.166,06	85,88
Patamares Dissecados de Cícero Dantas	1.342,19	14,12

Unidades de paisagem:

Descrição	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na UP (%)
Tabuleiro do Raso da Catarina c/ Culturas temporárias, feijão, milho e mandioca e Vegetação Natural.	318,48	3,35
Patamares Dissecados de Cícero Dantas c/ Caatinga Arbórea e/ou Arbustiva Densa e Aberta.	163,22	1,72
Tabuleiro do Raso da Catarina c/ ambiente de Caatinga Arbórea e Densa.	3.834,93	40,33
Tabuleiro do Raso da Catarina c/ área de Tensão Ecológica, contato Cerrado Caatinga Arbórea Aberta.	2.831,00	29,77
Tabuleiro do Raso da Catarina c/ Culturas de feijão, milho e mandioca associada ou não.	11,03	0,12
Patamares Dissecados de Cícero Dantas c/ Cultura de feijão, milho e mandioca associada/não.	113,51	1,19
Patamares Dissecados de Cícero Dantas c/ Pastagem e castanha de caju.	118,55	1,25
Patamares Dissecados de Cícero Dantas, Policultura comercial e subsistência (mandioca, algodão, manga.).	62,38	0,66
Tabuleiro do Raso da Catarina c/ Áreas Irrigadas: banana, coco-da-baía, olericulturas, etc.	23,40	0,25
Tabuleiro do Raso da Catarina c/ Policultura comercial e de subsistência (mandioca, algodão, manga, etc).	888,04	9,34
Tabuleiro do Raso da Catarina c/ Pastagem com policultura.	1,72	0,02
Tabuleiro do Raso da Catarina c/ Pastagem associada a palma forrageira e sisal.	54,18	0,57
Patamares Dissecados de Cícero Dantas c/ contato Cerrado e Caatinga e Cerrado Arbóreo Aberto.	853,89	8,98
Patamares Dissecados de Cícero Dantas, Pastagem c/ ocorrência de palma forrageira.	30,65	0,32
Rio São Francisco e Açude Cocorobó	203,29	2,14

Bacias hidrográficas:

Descrição	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
Itapicuru	197,30	2,08
São Francisco	5.227,75	54,98
Vaza Barris	4.081,06	42,92

Territórios de identidade:

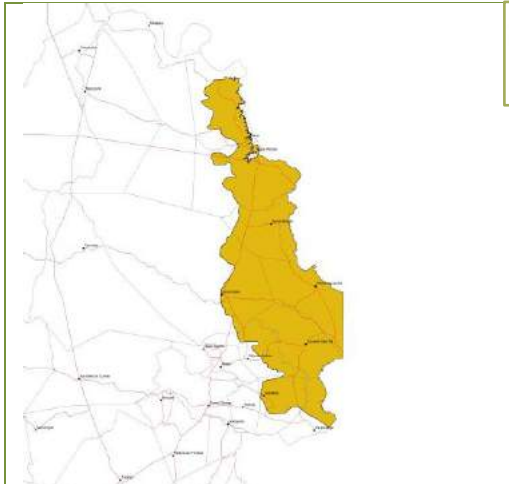
Nº	Descrição	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no TI (%)
10	Sertão do São Francisco	1.528,72	16,08
17	Semiárido Nordeste II	3.490,45	36,71
24	Itaparica	4.489,09	47,21

Municípios:

Código	Descrição	População (2010)	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Município (%)
2906824	Canudos	15.755	1.528,72	16,08
2910701	Euclides da Cunha	56.312	281,61	2,96
2911402	Glória	15.073	660,54	6,95
2918100	Jeremoabo	37.661	3.151,27	33,14
2919900	Macururé	8.067	809,76	8,52
2924009	Paulo Afonso	108.419	651,31	6,85
2927101	Rodelas	7.779	2.367,46	24,90
2927606	Santa Brígida	15.059	57,56	0,61

### Identificação da Zona:

Número	31
Nome	Xingó e Vaza-Barris
Área total (km <sup>2</sup> )	5.988,02



**Descrição:** Pediplano do Baixo rio São Francisco em meio à Caatinga, com caprinocultura, ovinocultura, agricultura temporária, piscicultura, energia hidrelétrica, serviços, turismo e aglomeração urbana (Paulo Afonso).

### Diretrizes da Zona:

Diretrizes Gerais
Incentivar a política de inclusão produtiva focadas principalmente na redução da pobreza e desigualdades regionais.
Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente os remanescentes de caatinga distribuídos por toda a zona, e de interação etnobiológica de valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais.
Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a piscicultura, caprinovinocultura e turismo) à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, as áreas protegidas, as terras de povos e comunidades tradicionais e à inclusão social.
Diretrizes Específicas
Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares articuladas às existentes (Monumento Natural do Rio São Francisco), abrangendo especialmente os remanescentes de vegetação natural de caatinga, situados sobre as serras residuais, na planície fluvial do rio Vaza Barris e nos cânions do rio São Francisco.
Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração vegetal, priorizando ações nas unidades de conservação, no seu entorno e demais áreas protegidas.
Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.
Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.
Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.
Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.
Aprimorar o sistema de gerenciamento e controle dos recursos hídricos, especialmente dos rios São Francisco (Lago de Itaparica) e Vaza-Barris, restringindo os cultivos irrigados às manchas de solo com aptidão agrícola, em virtude da deficiência hídrica (com precipitações médias anuais variando entre 500 mm e 700 mm) e do alto risco de seca e salinização, contemplando os usos múltiplos e sua função socioambiental.
Promover o manejo sustentável dos solos, em virtude da alta vulnerabilidade à erosão, de modo a evitar processos de degradação.
Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e serviços ambientais associados a biodiversidade desta Zona.
Desestimular ou mesmo vedar práticas agrícolas que levem à desestruturação, salinização, sodificação ou aridização de solos em áreas sujeitas à desertificação.
Estruturar e promover o turismo de aventura, náutico, ecológico, cultural e de esportes, valorizando o patrimônio natural, histórico e arqueológico presentes na zona, buscando incluir as comunidades tradicionais, em especial os pescadores, como oportunidade para o seu desenvolvimento.
Fomentar a cadeia produtiva da pesca e aquicultura de forma sustentável.
Promover atividades produtivas dos povos e comunidades tradicionais, em especial o artesanato, constituindo uma estratégia de valorização cultural, socioeconômica e de proteção ambiental.
Fortalecer e adensar, em bases sustentáveis, as cadeias agroindustriais, agregando valor à produção local.
Implementar tecnologias adequadas à expansão da cadeia da caprinovinocultura de modo a adensar a cadeia, conservar o meio ambiente e otimizar os recursos naturais disponíveis.
Adequar, de forma sustentável, a infraestrutura energética às necessidades socioeconômicas, aproveitando o potencial energético (solar) e respeitando as questões ambientais.
Priorizar a realização de obras de infraestrutura hídrica e acesso a tecnologias sociais de convivência com o semiárido.
Viabilizar a implantação de dessalinizadores para atendimento às demandas de abastecimento humano em áreas dispersas nas áreas de domínio hidrogeológico cristalino, onde a qualidade da água dos poços inviabilize o seu aproveitamento para consumo.
Estimular a prática produção de forrageiras para silagem e técnicas para dessedentação animal.

- Implantar programas e práticas para a convivência com a seca, particularmente com técnicas adequadas de manejo agropecuário.
- Fomentar políticas de reconhecimento para os povos e comunidades tradicionais, que promovam o acesso à terra e à água, à assistência técnica, à extensão rural e ao crédito adequados aos seus modos de vida e produção.
- Fomentar programas e projetos capazes de assegurar a permanência e a conclusão das etapas sucessivas e a integração dos níveis do Ensino Fundamental e Médio da Educação Básica e Profissional, possibilitando acesso ao Ensino Superior.
- Fortalecer as políticas de combate ao analfabetismo na população com mais de 15 anos de idade.
- Implementar políticas de promoção da igualdade de gênero baseadas no combate à gravidez na adolescência, na educação sexual, na formação educacional, na autonomia e empoderamento feminino e no combate à violência contra as mulheres.
- Fortalecer as políticas de combate à mortalidade materna e infantil, priorizando a atenção e prevenção a saúde da gestante, o aleitamento materno e acompanhamento da criança, sobretudo no primeiro ano de vida.
- Promover a inclusão socioeconômica, o combate à pobreza e a geração de trabalho e renda, com ênfase na segurança nutricional e alimentar, e incentivo ao empreendedorismo, à economia solidária e ao cooperativismo.
- Promover o acesso a água, esgotamento sanitário e tratamento de efluentes, bem como de coleta, tratamento e disposição adequada de resíduos sólidos.
- Promover o acesso à habitação de qualidade, com a construção de habitações populares, urbanização de favelas e assentamentos precários e requalificação de moradias.
- Ampliar a oferta de energia elétrica domiciliar nas zonas rurais.

### Vulnerabilidade Social:

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	
<b>Tipo 3:</b> Municípios qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	Paulo Afonso.
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Ajustina, Coronel João Sá, Glória, Jeremoabo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Santa Brígida, Sítio do Quinto.

### Qualidade Ambiental da Biodiversidade:

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	1.870,95	31,24	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	1.894,65	31,64	ZEE-BA

### Áreas Especiais:

#### Unidades de conservação:

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km²)	Percentual da Zona na UC (%)
Monumento Natural do Rio São Francisco	x				

#### Comunidades tradicionais:

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Quilombolas	Jeremoabo	1	
Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Fundo de pasto	-	-	
Comunidades	Municípios	Grupos	População Indígena
Indígenas	Paulo Afonso	1	-
Comunidades	Municípios	Nº de Pescadores	
Pescadores	Adustina	67	
	Paripiranga	17	
	Paulo Afonso	65	

### Infraestrutura:

#### Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	2	-	BA-084; BA-210; BA-305; BA-386; BA-391; BA-392; BR-110; BR-235 e BR-423.

#### Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA							FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL													
	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio	
Adustina																					
Coronel João Sá																					
Glória																					
Jeremoabo																					
Paripiranga																					
Paulo Afonso																					
Pedro Alexandre																					
Santa Brígida																					
Sítio do Quinto																					

### Sistemas produtivos:

#### Agropecuária:

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																											
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dendê	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja	
Adustina																												
Coronel João Sá																												
Glória																												
Jeremoabo																												
Paripiranga																												
Paulo Afonso																												
Pedro Alexandre																												
Santa Brígida																												
Sítio do Quinto																												

#### Indústria:

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
	Quantidade de Indústrias de Transformação
Jeremoabo	1

#### Turismo:

Localização em Zona Turística: Lagos do São Francisco	integral	x	parcial	residual
Enquadramento geográfico-paisagístico:				
Faixa do alto sertão, já bastante antropizada, situada na área de influência da frente agrícola do Estado de Sergipe, entre a região de Canudos e os tabuleiros de Tucano sul, compreendendo os municípios das margens do rio São Francisco - desde Paulo Afonso a Adustina - limítrofes com Sergipe.				
Segmentos turísticos envolvidos:				
Turismo Ecológico; Turismo de Natureza				
Turismo Cultural				
Atrações para o turismo:				
Patrimônio natural: Conjuntos geográficos, ecossistemas e sistemas hidrográficos específicos, áreas de subsistência sertaneja e paisagens regionais peculiares.				
Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos				
Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais, religiosas, núcleos tradicionais e autênticos.				
Riscos para o Turismo:				
Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos.				

#### Sedes urbanas:

Cidade
Adustina, Coronel João Sá, Glória, Jeremoabo, Paulo Afonso, Pedro Alexandre, Santa Brígida.

**Perímetros interceptados:**

## Unidades territoriais básicas:

Descrição	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na UTB (%)
Pediaplano do Baixo São Francisco	5.988,02	100,00

## Unidades de paisagem:

Descrição	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na UP (%)
Pediaplano do Baixo São Francisco c/ Pastagem plantada/natural associada à cultura temporária de feijão,etc.	961,52	16,06
Pediaplano do Baixo São Francisco c/ Pastagem com castanha de caju.	58,66	0,98
Pediaplano do Baixo São Francisco c/ Culturas diversificadas: policultura comercial e de subsistência.	1.820,01	30,39
Pediaplano do Baixo São Francisco c/ Vegetação Secundária de Floresta Estacional e Tensão Ecológica de Caatinga.	381,17	6,37
Pediaplano do Baixo São Francisco c/ Cultivo de feijão,milho,mandioca,policultura irrigada.	795,48	13,28
Pediaplano do Baixo São Francisco c/ Manga,uva,melão,pinha,romã,banana,mamão,goiaba,olericultura,etc.	74,75	1,25
Pediaplano do Baixo São Francisco c/ ocorrência de Caatinga Arbórea.	713,40	11,91
Pediaplano do Baixo São Francisco c/ Ocorrência ou não de palma forrageira, mais Vegetação Natural.	1.070,87	17,88
Pediaplano do Baixo São Francisco c/ Cerrado.	82,03	1,37
Rio São Francisco e Barragem de Adustina	30,12	0,50

## Bacias hidrográficas:

Descrição	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
São Francisco	2.454,77	40,99
Vaza Barris	3.290,73	54,96

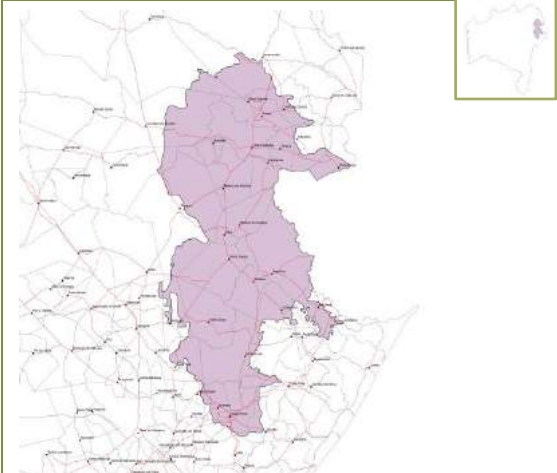
## Territórios de identidade:

Nº	Descrição	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no TI (%)
17	Semiárido Nordeste II	4.542,55	75,86
24	Itaparica	1.445,45	24,14

## Municípios:

Código	Descrição	População (2010)	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Município (%)
2900355	Adustina	15.702	382,36	6,39
2909208	Coronel João Sá	17.066	882,56	14,74
2911402	Glória	15.076	547,82	9,15
2918100	Jeremoabo	37.680	843,47	14,09
2923803	Paripiranga	27.778	229,85	3,84
2924009	Paulo Afonso	108.396	897,63	14,99
2924207	Pedro Alexandre	16.995	1.032,05	17,24
2927606	Santa Brígida	15.060	779,42	13,02
2930766	Sítio do Quinto	12.592	392,84	6,56

### Identificação da Zona:

Número	32	
Nome	Tabuleiros de Itapicuru e Tucano Sul	
Área total (km <sup>2</sup> )	15.794,09	

**Descrição:** Tabuleiros de Itapicuru e Tucano Sul em meio ao Cerrado, com agropecuária, silvicultura, citrus, culturas irrigadas, indústria (Distrito Industrial de Alagoinhas), petróleo e gás e mineração. Aglomeração urbana (Alagoinhas).

### Diretrizes da Zona:

Diretrizes Gerais
Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente dos remanescentes de caatinga, as bordas dos tabuleiros, os ecossistemas associados às cavernas e os componentes provedores de interação etnobiológica de valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, no norte da zona, e pescadores).
Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a agricultura irrigada, a pecuária e a mineração, silvicultura, petróleo e gás e a atividade industrial) à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, a sustentação dos tabuleiros, as áreas protegidas, as terras de povos e comunidades tradicionais e à inclusão social.
Diretrizes Específicas
Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares, abrangendo especialmente os fragmentos de vegetação natural situados sobre os tabuleiros e nas encostas em suas bordas, nas planícies fluviais e vertentes dos rios Real, Itapicuru e Inhambupe, assim como nos extensos fragmentos de caatinga situados no centro e norte da zona.
Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.
Promover o manejo sustentável dos solos, predominantemente arenosos e vulneráveis à erosão.
Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.
Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.
Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.
Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.
Aprimorar o sistema de gerenciamento e controle dos recursos hídricos, especialmente dos rios Inhambupe, Itapicuru e Real, contemplando restrições aos cultivos irrigados e as monoculturas, visando os contemplando os usos múltiplos e garantia de sua função socioambiental.
Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e serviços ambientais associados a biodiversidade desta Zona.
Promover políticas de estímulo à diversificação produtiva e limitação a ampliação da monocultura sobre áreas agrícolas e com cobertura vegetal natural.
Fortalecer as atividades industriais, promovendo a infraestrutura adequada e assegurando o respeito a parâmetros de sustentabilidade ambiental.
Promover estudos que indiquem alternativas de fontes hídricas para cultivos irrigados (como reúso de água), em virtude do alto risco de seca e os baixos índices pluviométricos na região.
Promover o turismo e o aproveitamento sustentável das águas termais existentes na Zona.
Implementar programas, projetos e ações visando a prevenção, o monitoramento e a mitigação de impactos ambientais sinérgicos resultantes de atividade industrial.
Realizar estudos e pesquisas sobre o aproveitamento do gás natural não convencional na bacia do Tucano Sul.
Adequar, de forma sustentável, a infraestrutura energética às necessidades socioeconômicas, aproveitando o potencial energético (solar, gás, natural e petróleo) e respeitando as questões ambientais.
Apoiar o desenvolvimento do turismo, aproveitando, em especial, as águas termais da região, de forma sustentável, promovendo o desenvolvimento e a geração de trabalho e renda.
Priorizar a realização de obras de infraestrutura hídrica e acesso a tecnologias sociais de convivência com o semiárido.
Fomentar políticas de reconhecimento para os povos e comunidades tradicionais, que promovam o acesso à terra e à água, à assistência técnica, à extensão rural e ao crédito adequados aos seus modos de vida e produção.
Implementar programas de assistência técnica e extensão rural continuada com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar.

### Vulnerabilidade Social:

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	Alagoinhas.
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	
<b>Tipo 3:</b> Municípios com qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	Antas, Banzaê, Cipó, Fátima, Heliópolis, Novo Triunfo, Olindina.
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	Teofilândia.
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	Araças.
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Água Fria, Adustina, Aporá, Araci, Aramari, Biritinga, Canudos, Crisópolis, Cícero Dantas, Entre Rios, Euclides da Cunha, Inhambupe, Itapicuru, Jandaíra, Jeremoabo, Nova Soure, Ouricangas, Paripiranga, Quijingue, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Rio Real, Sátiro Dias, Sítio do Quinto, Tucano.

### Qualidade Ambiental da Biodiversidade:

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	4.889,89	30,96	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	6.062,79	38,39	ZEE-BA

### Áreas Especiais:

#### Unidades de conservação:

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na UC (%)
-	-	-	-	-	-

### Comunidades tradicionais:

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades
Quilombolas	Alagoinhas	3
	Aramari	1
	Araças	3
	Banzaê	3
	Biritinga	1
	Cipó	3
	Entre Rios	2







Tabuleiro de Itapicuru c/ pequenas áreas de Floresta.	85,20	0,54
Tabuleiro de Itapicuru c/ Pastagem plantada.	337,53	2,14
Tabuleiro de Itapicuru c/ Pastagem, culturas temporárias (feijão,milho e mandioca), mamona.	1.073,95	6,80
Tabuleiro de Itapicuru c/ Pastagem mais palma forrageira.	27,88	0,18
Tabuleiro de Itapicuru c/ Pastagem e castanha de caju.	1.016,92	6,44
Tabuleiro de Itapicuru c/ Silvicultura de Eucalipto.	233,77	1,48
Patamares Dissecados de Cícero Dantas c/ Cultura de feijão,milho e mandioca associada/não.	1.659,51	10,51
Patamares Dissecados de Cícero Dantas c/ Caatinga Arbórea e/ou Arbustiva Densa e Aberta.	260,69	1,65
Patamares Dissecados de Cícero Dantas c/ contato Cerrado e Caatinga e Cerrado Arbóreo Aberto.	1.348,83	8,54
Patamares Dissecados de Cícero Dantas c/ contato Caatinga e Floresta Estacional.	128,72	0,81
Patamares Dissecados de Cícero Dantas c/ Pastagem associada a culturas temporárias,feijão,milho,etc.	878,39	5,56
Patamares Dissecados de Cícero Dantas,Pastagem c/ ocorrência de palma forrageira.	812,5	5,14
Patamares Dissecados de Cícero Dantas c/ Pastagem e castanha de caju.	609,71	3,86
Tabuleiro do Raso da Catarina c/ área de Tensão Ecológica, contato Cerrado Caatinga Arbórea Aberta.	333,62	2,11
Planícies Fluviais c/ Pastagem plantada associada a Citros.	2,78	0,02
Planícies Fluviais c/ Culturas temporárias.	1,14	0,01
Planícies Fluviais c/ Pastagem associada à cultura temporária.	145,29	0,92

#### Bacias hidrográficas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
Inhambupe	2.050,23	12,98
Itapicuru	7.615,17	48,22
Real	1.950,39	12,35
Recôncavo Norte	1.347,82	8,53
Vaza Barris	2.800,28	17,73

#### Territórios de identidade:

Nº	Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona no TI (%)
4	Sisal	1.900,12	12,03
10	Sertão do São Francisco	266,27	1,69
17	Semiárido Nordeste II	7.111,14	45,02
18	Litoral Norte e Agreste Baiano	6.187,05	39,17
19	Portal do Sertão	329,51	2,09

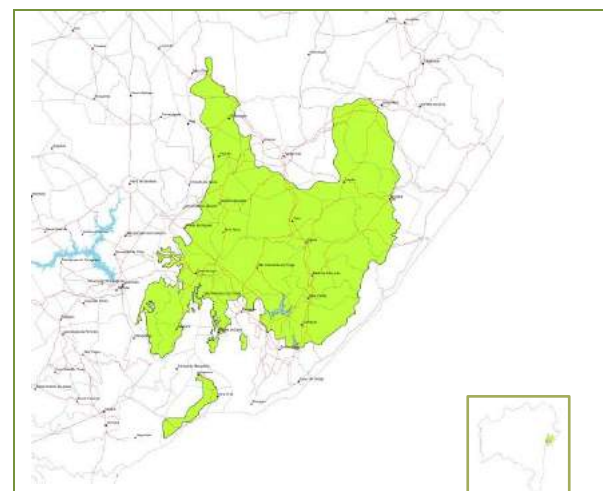
#### Municípios:

Código	Descrição	População (2010)	Área (km²)	Percentual da Zona no Município (%)
2900355	Adustina	15.706	249,72	1,58
2900405	Água Fria	15.726	329,51	2,09
2900702	Alagoinhas	142.160	550,63	3,49
2901601	Antas	17.078	319,4	2,02
2901908	Aporá	17.720	42,37	0,27
2902054	Araças	11.569	136,40	0,86
2902104	Araci	51.636	3,86	0,02
2902203	Aramari	10.039	286,74	1,82
2902658	Banzaê	11.811	226,80	1,44

2903607	Biritinga	14.833	222,91	1,41
2906824	Canudos	15.755	266,27	1,69
2907806	Cícero Dantas	32.304	884,95	5,60
2907905	Cipó	15.764	128,22	0,81
2909604	Crisópolis	20.056	436,44	2,76
2910503	Entre Rios	39.883	65,65	0,42
2910701	Euclides da Cunha	56.312	873,33	5,53
2910750	Fátima	17.652	359,01	2,27
2911857	Heliópolis	12.444	312,95	1,98
2913705	Inhambupe	36.290	1.182,64	7,49
2916500	Itapicuru	32.278	1.584,67	10,03
2917904	Jandaíra	10.322	8,73	0,06
2918100	Jeremoabo	37.661	582,98	3,69
2922904	Nova Soure	24.132	949,70	6,01
2923050	Novo Triunfo	15.057	251,25	1,59
2923100	Olindina	24.943	541,83	3,43
2923308	Ouriçangas	8.287	0,92	0,01
2923803	Paripiranga	27.782	234,99	1,49
2925907	Quijingue	27.243	234,95	1,49
2926509	Ribeira do Amparo	14.267	640,73	4,06
2926608	Ribeira do Pombal	48.271	788,31	4,99
2927002	Rio Real	37.127	342,68	2,17
2929701	Sátiro Dias	18.588	1.007,34	6,38
2930766	Sítio do Quinto	12.603	308,81	1,96
2931509	Teofilândia	21.484	22,30	0,14
2931905	Tucano	52.391	1.416,11	8,97

### Identificação da Zona:

Número	33
Nome	Recôncavo Baiano
Área total (km <sup>2</sup> )	5.580,35



**Descrição:** Recôncavo Baiano em meio à Floresta Ombrófila Densa, com cultivo de cana-de-açúcar, pecuária, serviços, biodiesel, atividades petrolíferas, industriais, aglomerações urbanas com áreas conurbadas e com caráter metropolitano (Camaçari, Simões Filho, Candeias, São Francisco do Conde, Dias D'Ávila, Mata de São João, Catu e Pojuca). Abrange o Polo Industrial de Camaçari e a Refinaria Landulpho Alves (São Francisco do Conde). Concentração de patrimônio histórico e cultural, comunidades tradicionais de terreiros e patrimônio artístico e cultural associado à cultura afro-brasileira.

### Diretrizes da Zona:

#### Diretrizes Gerais

Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente dos remanescentes de floresta ombrófila densa, com vegetação secundária em diferentes estágios de regeneração, e cerrado, provedores de interação etnobiológica e de valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais.

Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a exploração de petróleo, a agropecuária, o turismo e a mineração) à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, a sustentação dos tabuleiros, as áreas protegidas, as terras de povos e comunidades tradicionais e à inclusão social.

#### Diretrizes Específicas

Fortalecer o manejo e gestão integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: APA Baía de Todos os Santos, Monumento Natural Caminhos do Subaé, APA Joanes-Ipitanga e Reserva Extrativista Marinha da Baía de Iguape.

Promover políticas de desenvolvimento urbano compatibilizando as ocupações do uso do solo à preservação dos ecossistemas e a dinâmica econômica e social.

Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.

Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Aprimorar o sistema de controle e monitoramento ambiental da poluição do solo, recursos hídricos e ar nas baías de Aratu, Iguape e Todos os Santos, e na região de influência do Polo Industrial de Camaçari e Refinaria Landulpho Alves de Mataripe.

Mapear os manguezais, apicuns, identificando os povos e comunidades tradicionais associados a esses ecossistemas, contemplando estudos que permitam a regularização da carcinicultura e maricultura para prevenção, mitigação e compensação de impactos socioambientais.

Fortalecer o monitoramento e fiscalização ambientais visando prevenir o uso e ocupação irregular de APPs, Unidades de Conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Aprimorar o sistema de controle e monitoramento georreferenciado das carciniculturas localizadas na porção costeira da Zona.

Fortalecer o sistema integrado de unidades de conservação, por meio da compensação ambiental oriunda dos processos de licenciamento de empreendimentos imobiliários, infraestrutura e industriais.

Promover políticas de estímulo à diversificação produtiva e limitação a ampliação da monocultura sobre áreas agrícolas e com cobertura vegetal natural.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e serviços ambientais associados a biodiversidade desta Zona.

Promover técnicas de manejo adequadas e sustentáveis dos solos das planícies fluvio-marinhas, de vulnerabilidade à erosão muito alta, e em toda Baixada Litorânea, onde a vulnerabilidade à erosão é alta.

Implementar estudos que indiquem os usos adequados e sustentáveis, visando a aproveitamento do potencial do clima úmido e superúmido, com precipitação média anual entre 1300 e 2500 mm e o baixo risco de seca.

Preservar as planícies fluvio-marinhas, considerando sua importância para proteção da zona costeira e conservação do equilíbrio dos processos morfogênicos dos sistemas costeiros.

Fomentar a ocupação ordenada e planejada, e o uso sustentável do ambiente litorâneo, considerando as limitações socioambientais, o elevado potencial turístico.

Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares articuladas às existentes (APA Baía de Todos os Santos, Monumento Natural Caminhos do Subaé, APA Joanes – Ipitanga e Reserva Extrativista Marinha da Baía de Iguape), abrangendo especialmente os remanescentes de floresta ombrófila densa situados por toda a zona e na área da Depressão de Camaçari, com ocorrência destacada de ecossistemas do bioma Cerrado.

Fortalecer a infraestrutura de apoio ao turismo náutico, cultural, étnico e religioso, especialmente no Recôncavo, com ampliação da mobilidade para circulação de pessoas e produtos, com vistas ao desenvolvimento regional e à atração do turismo nacional e internacional.

Fortalecer as atividades industriais, promovendo a infraestrutura adequada e assegurando o respeito a parâmetros de sustentabilidade ambiental.

Apoiar o desenvolvimento do turismo, em especial o cultural, étnico e religioso, especialmente no Recôncavo, de forma sustentável, promovendo o desenvolvimento e a geração de trabalho e renda.

Implementar programas e projetos visando o fortalecimento e sustentabilidade da cadeia produtiva da pesca artesanal e aquicultura, com combate à pesca predatória.

Promover estudos sobre o aproveitamento do gás natural não convencional na bacia do Recôncavo e incentivar a adoção de medidas mitigadoras para os impactos ambientais de sua exploração.

Priorizar a realização de obras de infraestrutura hídrica e acesso a tecnologias sociais de convivência com o semiárido.

Implantar, recuperar, ampliar e modernizar sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e tratamento de efluentes, bem como de coleta, tratamento e disposição adequada de resíduos sólidos.

Fomentar políticas de reconhecimento para os povos e comunidades tradicionais, que promovam o acesso à terra e à água, à assistência técnica, à extensão rural e ao crédito adequados aos seus modos de vida e produção.

Implementar programas de assistência técnica e extensão rural continuada com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar.

### Vulnerabilidade Social:

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	Alagoinhas, Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Madre de Deus, Pojuca, Salvador, Simões Filho, São Francisco do Conde.
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	Cachoeira, Catu, Itaparica, São Sebastião do Passé, Vera Cruz.
<b>Tipo 3:</b> Municípios qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	Mata de São João, Saubara.
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	Conceição do Jacuípe.
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	Santo Amaro, Terra Nova.
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	-
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	Araças.
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Água Fria, Amélia Rodrigues, Aramarí, Coração de Maria, Entre Rios, Irará, Itanagra, Ouricangas, Pedrão, São Gonçalo dos Campos, Teodoro Sampaio.

### Qualidade Ambiental da Biodiversidade:

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	1.846,22	33,08	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	2.683,98	48,10	ZEE-BA

### Áreas Especiais:

Unidades de conservação:

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km²)	Percentual da Zona na UC (%)
APA Baía de Todos os Santos	x		Uso Sustentável		
Monumento Natural Canions do Subaé	x		Proteção Integral		
APA Joanes/Ipitanga	x		Uso Sustentável		
APA Litoral Norte do Estado da Bahia	x		Uso Sustentável		
Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape		x			

Comunidades tradicionais:

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Quilombolas	Alagoinhas	3	
	Aramari	1	
	Araças	3	
	Cachoeira	15	
	Camaçari	1	
	Entre Rios	2	
	Irará	4	
	Mata de São João	3	
	Salvador	6	
	Santo Amaro	3	
	Simões Filho	3	
	São Francisco do Conde	1	
	São Gonçalo dos Campos	1	
	São Sebastião do Passé	1	
Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Fundo de pasto	-	-	
Comunidades	Municípios	Grupos	População Indígena
Indígenas	-	-	-
Comunidades	Municípios	Nº de Pescadores	
Pescadores	Alagoinhas	3	
	Cachoeira	1.241	
	Candeias	591	
	Catu	3	
	Itaparica	2.166	
	Madre de Deus	1.016	
	Pojuca	1	
	Salvador	52.780	
	Santo Amaro	4.127	
	Saubara	3.776	
	Simões Filho	7	
	São Francisco do Conde	5	
	Terra Nova	1	
	Vera Cruz	6.002	

### Infraestrutura:

Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	2	-	BA-001; BA-084; BA-093; BA-400; BA-401; BA-503; BA-504; BA-505; BA-506; BA-507; BA-510; BA-512; BA-515; BA-516; BA-518; BA-519; BA-522; BA-523; BA-524; BA-531; BA-532; BA-535; BA-784; BA-868; BA-871; BA-878; BA-880; BR-101; BR-110; BR-324 e BR-420.

Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA								FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL											
	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Carvão-de-ácúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio
Água Fria																				
Alagoinhas																				
Amélia Rodrigues																				
Aramari																				
Araças																				
Cachoeira																				
Camaçari																				
Candeias																				
Catu																				
Conceição do Jacuípe																				
Coração de Maria																				
Dias d'Ávila																				
Entre Rios																				
Irará																				
Itanagra																				
Itaparica																				
Madre de Deus																				
Mata de São João																				
Ouriçangas																				
Pedrão																				
Pojuca																				

(continua)

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL
------------	---	--



	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio
Salvador																				
Santo Amaro																				
Saubara																				
Simões Filho																				
São F. do Conde																				
São G. dos Campos																				
São S. do Passé																				
Teodoro Sampaio																				
Terra Nova																				
Vera Cruz																				

### Sistemas produtivos:

#### Agropecuária:

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																										
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dendê	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja
Água Fria																											
Alagoinhas																											
Amélia Rodrigues																											
Aramari																											
Araças																											
Cachoeira																											
Camaçari																											
Candeias																											
Catu																											
Conceição do Jacuípe																											
Coração de Maria																											
Dias d'Ávila																											
Entre Rios																											
Irará																											
Itanagra																											
Itaparica																											
Madre de Deus																											
Mata de São João																											

(continua)

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS
------------	---------------------

	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dendê	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja
Ouriçangas																											
Pedrao																											
Pojuca																											
Salvador																											
Santo Amaro																											
Saubara																											
Simões Filho																											
São Francisco do Conde																											
São G. dos Campos																											
São Sebastião do Passé																											
Teodoro Sampaio																											
Terra Nova																											
Vera Cruz																											

#### Indústria:

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA	
	Quantidade de Indústrias de Transformação	
Araças		1
Camaçari		137
Candeias		2
Catu		7
Dias D'Ávila		12
Pojuca		5
Santo Amaro		1
São Francisco do Conde		2
São Sebastião do Passé		2
Saubara		1
Simões Filho		2
Terra Nova		3

#### Turismo:

Localização em Zona Turística:	Costa dos Coqueiros	integral	x	parcial	residual
	Baía de Todos-os-Santos	integral	x	parcial	residual
<b>Enquadramento geográfico-paisagístico:</b>					
Zona situada no entorno da Baía de Todos-os-Santos, entre planícies fluvial-marinhas do Recôncavo Sul até os tabuleiros interioranos e as planícies costeiras do Litoral Norte.					
<b>Segmentos turísticos envolvidos:</b>					
Turismo de Lazer e Entretenimento Turismo Ecológico; Turismo de Natureza Turismo de Esporte e Aventura Turismo Cultural; Turismo Religioso Turismo de Negócios.					
<b>Atrativos para o turismo:</b>					
Patrimônio natural: Conjuntos geográficos, ecossistemas e sistemas hidrográficos específicos, envolvendo a própria Baía de Todos-os-Santos, e paisagens regionais peculiares com os tradicionais canaviais e engenhos de cana de açúcar do Recôncavo. Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais, religiosas e núcleos tradicionais e autênticos.					
<b>Riscos para o Turismo:</b>					
Expansão desordenada de atividades agrícolas, das áreas urbanas e áreas industriais regionais; poluição dos recursos hídricos.					

#### Sedes urbanas:

Cidade
--------

Amélia Rodrigues, Araças, Camaçari, Catu, Dias d'Ávila, Itanagra, Itaparica, Madre de Deus, Mata de São João, Ouriçangas, Pedrão, Pojuca, Santo Amaro, Saubara, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Teodoro Sampaio, Terra Nova, Vera Cruz.

#### Perímetros interceptados:

Unidades territoriais básicas:

Descrição	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na UTB (%)
Depressão de Camaçari	367,79	6,59
Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte	62,93	1,13
Planícies Marinhas e Fluvio-marinhas	82,34	1,48
Tabuleiro Dissecado do Recôncavo	4.262,62	76,39
Baixada Litorânea do Recôncavo	682,47	12,23
Planícies Fluviais	122,21	2,19

Unidades de paisagem:

Descrição	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na UP (%)
Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte c/ Vegetação Secundária.	3,59	0,06
Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte c/ Silvicultura.	59,34	1,06
Tabuleiro Dissecado do Recôncavo c/ Vegetação Arbórea e Arbustiva e mangue.	3,77	0,07
Planícies Marinhas e Fluvio-marinhas, c/ Vegetação Arbórea e Arbustiva e mangue.	53,76	0,96
Tabuleiro Dissecado do Recôncavo com Pastagem plantada e/ou natural mais policultura.	1.435,05	25,72
Depressão de Camaçari c/ pequenos remanescentes de Floresta Ombrófila Densa.	4,52	0,08
Tabuleiro Dissecado do Recôncavo com Pastagem associada à cana-de-açúcar.	845,9	15,16
Baixada Litorânea do Recôncavo, c/ Vegetação Arbórea e Arbustiva e mangue.	7,18	0,13
Tabuleiro Dissecado do Recôncavo com Pastagem plantada e/ou natural associada a coco-da-baía.	97,6	1,75
Tabuleiro Dissecado do Recôncavo c/ pequenos remanescentes de Floresta Ombrófila Densa.	834,87	14,96
Depressão de Camaçari c/ Área industrial.	59,67	1,07
Tabuleiro Dissecado do Recôncavo, Contato de Cerrado e Floresta c/ agropecuária.	101,32	1,82
Baixada Litorânea do Recôncavo, área de extração de petróleo e gás.	2,64	0,05
Baixada Litorânea do Recôncavo com cana-de-açúcar.	114,89	2,06
Baixada Litorânea do Recôncavo com Pastagem associada à cana-de-açúcar.	100,85	1,81
Baixada Litorânea do Recôncavo com Pastagem associada a coco-da-baía.	83,67	1,5
Planícies Fluviais c/ áreas Remanescentes de Floresta Ombrófila Densa.	22,26	0,4
Baixada Litorânea do Recôncavo com Pastagem.	196,29	3,52
Depressão de Camaçari com Cerrado.	288,37	5,17
Baixada Litorânea do Recôncavo com Silvicultura.	2,42	0,04
Tabuleiro Dissecado do Recôncavo com Silvicultura.	380,9	6,83
Planícies Marinhas e Fluvio-marinhas c/ uso diversificado.	16,32	0,29
Planícies Marinhas e Fluvio-marinhas c/ áreas Remanescentes de Floresta Ombrófila Densa.	12,26	0,22
Planícies Fluviais c/ Pastagem associada à cultura temporária.	99,95	1,79
Tabuleiro Dissecado do Recôncavo com Citros (laranja).	58,98	1,06
Depressão de Camaçari com Pastagem plantada e/ou natural mais policultura.	15,23	0,27
Tabuleiro Dissecado do Recôncavo com Pastagem associada a Citros.	136,89	2,45
Tabuleiro Dissecado do Recôncavo com Cultivo de cana de açúcar.	167,13	2,99
Tabuleiro Dissecado do Recôncavo com Pastagem associada à área de extração de petróleo e gás.	81,51	1,46
Tabuleiro Dissecado do Recôncavo c/ pequenos remanescentes de Floresta Ombrófila Densa	11,2	0,2
Tabuleiro Dissecado do Recôncavo com Cultivo de cana-de-açúcar.	82,32	1,48
Baixada Litorânea do Recôncavo c/ pequenos remanescentes de Floresta Ombrófila Densa.	174,13	3,12
Tabuleiro Dissecado do Recôncavo com Culturas temporárias tradicionais.	25,19	0,45

Bacias hidrográficas:

Descrição	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
Inhambupe	20,77	0,37
Paraguaçu	3,22	0,06
Recôncavo Norte	5.364,60	96,13

Territórios de identidade:

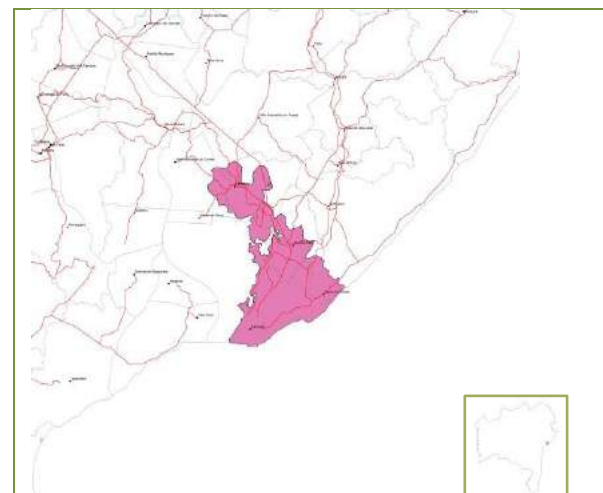
Nº	Descrição	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no TI (%)
18	Litoral Norte e Agreste Baiano	2.751,25	49,30
19	Portal do Sertão	677,83	12,15
21	Recôncavo	1.241,92	22,26
26	Metropolitano de Salvador	909,36	16,30

Municípios:

Código	Descrição	População (2010)	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Município (%)
2900405	Água Fria	15.726	90,97	1,63
2900702	Alagoinhas	142.160	166,98	2,99
2901106	Amélia Rodrigues	25.190	122,83	2,2
2902054	Araças	11.569	350,42	6,28
2902203	Aramari	10.039	76,92	1,38
2904902	Cachoeira	32.035	155,58	2,79
2905701	Camaçari	242.984	405,82	7,27
2906501	Candeias	83.077	98,03	1,76
2907509	Catu	51.075	415,92	7,45
2908507	Conceição do Jacuípe	30.123	30,07	0,54
2908903	Coração de Maria	22.431	1,93	0,03
2910057	Dias d'Ávila	66.373	178,87	3,21
2910503	Entre Rios	39.883	424,6	7,61
2914505	Irará	27.492	12,71	0,23
2915908	Itanagra	7.591	324,46	5,81
2916104	Itaparica	20.760	21,28	0,38
2919926	Madre de Deus	17.384	4,85	0,09
2921005	Mata de São João	40.210	421,87	7,56
2923308	Ouriçangas	8.287	154,05	2,76
2924108	Pedrão	6.896	126,1	2,26
2925204	Pojuca	33.064	289,93	5,2
2927408	Salvador	2.676.606	26,39	0,47
2928604	Santo Amaro	57.811	310,07	5,56
2929206	São Francisco do Conde	33.172	154,96	2,78
2929305	São Gonçalo dos Campos	33.289	3,82	0,07
2929503	São Sebastião do Passé	42.153	537,48	9,63
2929750	Saubara	11.201	83,83	1,5
2930709	Simões Filho	118.020	75,07	1,35
2931400	Teodoro Sampaio	7.895	216,71	3,88
2931707	Terra Nova	12.806	198,78	3,56
2933208	Vera Cruz	37.587	99,03	1,77

Identificação da Zona:

Número	34
Nome	Urbana Industrial da Grande Salvador
Área total (km <sup>2</sup> )	614,28



**Descrição:** Área metropolitana com metrópole de caráter nacional, conurbação (Salvador, Lauro de Freitas e parte de Simões Filho). Atividades industriais e maior concentração de atividades de comércio e serviços do Estado. Comunidades tradicionais de terreiros e patrimônio artístico-cultural.

#### Diretrizes da Zona:

##### Diretrizes Gerais

Conservação de áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente dos remanescentes de floresta ombrófila densa, com vegetação secundária em diferentes estágios de regeneração, dunas, restingas e manguezais, provedores de interação etnobiológica e de valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais.

Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a indústria, o turismo e a mineração) à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, a sustentação dos tabuleiros, as áreas protegidas, as terras de povos e comunidades tradicionais e à inclusão social.

##### Diretrizes Específicas

Implementar a adoção de medidas preventivas e mitigadoras de impactos ambientais oriundos da incineração de resíduos sólidos, envolvendo, principalmente, o controle de emissões.

Aprimorar o sistema de gerenciamento e controle da disposição de efluentes líquidos e resíduos sólidos, domésticos e industriais.

Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.

Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.

Implementar programas e projetos de monitoramento ambiental dos corpos d'água, e de proteção contra a contaminação das águas subterrâneas, principalmente por se tratar de uma Zona de concentração industrial e populacional.

Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares articuladas às existentes, abrangendo especialmente os remanescentes de floresta ombrófila situados sobre relevo ondulado e intercalados ao tecido urbano, nas planícies fluvio-marinhas, na Baía de Todos os Santos, no entorno de mananciais de abastecimento da metrópole e nas dunas e restingas.

Implantação e fortalecimento do manejo e gestão integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: APA Baía de Todos os Santos, APA Joanes-Ipitanga, APA Bacia do Cobre-São Bartolomeu, APA Lagoas e Dunas do Abaeté.

Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação e seu entorno, e demais áreas protegidas.

Adequar as tecnologias construtivas e urbanísticas, especialmente nas planícies marinhas e fluvio-marinhas, onde a vulnerabilidade à erosão é muito alta, assim como nas vertentes de relevo ondulado, onde há alto risco de desmoronamento.

Aprimorar o sistema de controle e monitoramento das fontes de poluição dos cursos d'água e nas baías de Aratu e Todos os Santos, devido a sua importância socioambiental e cultural, e potencial pesqueiro, turístico, paisagístico e náutico.

Promover ações de requalificação das APAs Lagoas e Dunas do Abaeté, APA São Bartolomeu/Bacia do Cobre e Parque Urbano de Pituacu com o objetivo de criação e implementação planos de uso público, planos de negócios e roteiros de turismo ecológico envolvendo essas UC.

Despoluição dos mananciais de abastecimento e universalização do saneamento ambiental, considerando: rede e tratamento de efluentes domésticos e industriais; manejo, tratamento e destinação final adequada dos resíduos sólidos urbanos e industriais, com ênfase na coleta seletiva, no reúso e na reciclagem; e rede, manejo e tratamento das águas pluviais.

Implementar programas e projetos visando o fortalecimento e sustentabilidade da cadeia produtiva da pesca artesanal e aquicultura, com combate à pesca predatória.

Promoção de atividades industriais não poluentes, tais como biotecnologia, tecnologia da informação e comunicação, assim como incentivar o desenvolvimento de tecnologias limpas e das atividades econômicas que as utilizem.

Fortalecer o sistema de controle e monitoramento do solo, recursos hídricos e ar, em virtude dos resíduos gerados pelas atividades industriais, considerando seu potencial de contaminação.

Fortalecer as atividades industriais, de comércio e serviços, promovendo a infraestrutura adequada e assegurando o respeito a parâmetros de sustentabilidade ambiental.

Estímulo ao desenvolvimento dos serviços de alto valor agregado (superiores), tais como educação, medicina, financeiro, cultural e tecnologia da informação e comunicação.

- Estruturar a rede de gás natural na Bahia priorizando a expansão no suprimento em Salvador, Feira de Santana e no entorno dos gasodutos do estado.
- Incentivar a constituição de consórcios para geração de eletricidade cuja fonte seja o biogás.
- Fortalecer as atividades industriais, promovendo a infraestrutura adequada e assegurando o respeito a parâmetros de sustentabilidade ambiental.
- Promoção do turismo cultural, histórico, ecológico, de base comunitária, associado à conservação do patrimônio natural e cultural.
- Incentivo à implantação, recuperação, ampliação e modernização de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e tratamento de efluentes, bem como de coleta, tratamento e disposição adequada de resíduos sólidos.
- Fomentar políticas de reconhecimento para os povos e comunidades tradicionais, que promovam o acesso à terra e à água, à assistência técnica, à extensão rural e ao crédito adequados aos seus modos de vida e produção.
- Implementar programas de assistência técnica e extensão continuada com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais, em especial os pescadores.

#### Vulnerabilidade Social:

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	Camaçari, Candeias, Lauro de Freitas, Salvador, São Francisco do Conde.
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	São Sebastião do Passé.
<b>Tipo 3:</b> Municípios com qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	-
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	-
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	-
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	-
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	-
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	-

#### Qualidade Ambiental da Biodiversidade:

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	164,08	26,71	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	133,28	21,70	ZEE-BA

### Áreas Especiais:

Unidades de conservação:

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km²)	Percentual da Zona na UC (%)
APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu	x		Uso Sustentável		
APA Baía de Todos os Santos	x		Uso Sustentável		
APA Lagoas e Dunas do Abaeté	x		Uso Sustentável		
APA Joanes/Ipitanga	x		Uso Sustentável		
APA Plataforma Continental do Litoral Norte	x		Uso Sustentável		

Comunidades tradicionais:

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Quilombolas	Camaçari	1	
	Salvador	6	
	Simões Filho	3	
	São Francisco do Conde	2	
	São Sebastião do Passé	1	
Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Fundo de pasto	-	-	
Comunidades	Municípios	Grupos	População Indígena
Indígenas	-	-	-
Comunidades	Municípios	Nº de Pescadores	
Pescadores	Candeias	591	
	Lauro de Freitas	71	
	Salvador	52.780	
	Simões Filho	7	
	São Francisco do Conde	5	

### Infraestrutura:

Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
1	-	2	BA-093; BA-099; BA-521; BA-522; BA-523; BA-524; BA-526; BA-528; BA-535 e BR-324.

Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA								FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL											
	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio
Camaçari																				
Candeias																				
Lauro de Freitas																				
Salvador																				
Simões Filho																				
São F. do Conde																				
São S. do Passé																				

### Sistemas produtivos:

#### Agropecuária:

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																										
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dende	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja
Camaçari																											
Candeias																											
Lauro de Freitas																											
Salvador																											
Simões Filho																											
São Francisco do Conde																											
São Sebastião do Passé																											

#### Indústria:

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA	
	Quantidade de Indústrias de Transformação	
Candeias	22	
Salvador	17	
São Francisco do Conde	2	
Simões Filho	80	

#### Turismo:

Localização em Zona Turística:	Costa dos Coqueiros	integral	parcial	x	residual
	Baía de Todos-os-Santos	integral	x	parcial	residual
<b>Enquadramento geográfico-paisagístico:</b>					
Península entre a Baía de Todos-os-Santos e o Oceano Atlântico, abrigando a capital do Estado da Bahia – núcleo central da Região Metropolitana de Salvador (RMS) - com o seu centro histórico, seus centros de serviços e suas áreas de expansão urbana e industrial.					
<b>Segmentos turísticos envolvidos:</b>					
Turismo de Lazer e Entretenimento Turismo Ecológico; Turismo de Natureza Turismo Cultural; Turismo Religioso Turismo de Negócios.					
<b>Atrativos para o turismo:</b>					
Patrimônio natural: Conjuntos geográficos, ecossistemas e sistemas hidrográficos específicos e singulares e diversificadas paisagens naturais. A cidade do Salvador, capital do Estado da Bahia e primeira capital do Brasil, tem posição privilegiada, excepcional, sobre a Baía de Todos-os-Santos. Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos; edificações; monumentos históricos. Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.					
<b>Riscos para o Turismo:</b>					
Expansão desordenada de ocupação urbana, das áreas urbanas e áreas industriais; problemas de mobilidade e de segurança.					

#### Sedes urbanas:

Cidade
Candeias; Lauro de Freitas; Salvador; Simões Filho

### Perímetros interceptados:

#### Unidades territoriais básicas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UTB (%)
Baixada Litorânea do Recôncavo	184,57	30,05
Planalto Oriental	313,92	51,10
Planícies Marinhas e Fluvio-marinhas	48,10	7,83
Tabuleiro Dissecado do Recôncavo	67,69	11,02

#### Unidades de paisagem:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UP (%)
Baixada Litorânea do Recôncavo em Área industrial.	74,49	12,13
Baixada Litorânea do Recôncavo com Pastagem.	29,81	4,85
Planícies Marinhas e Fluvio-marinhas, c/ Vegetação Arbórea e Arbustiva e mangue.	6,18	1,01
Tabuleiro Dissecado do Recôncavo c/ pequenos remanescentes de Floresta Ombrófila Densa.	9,74	1,58
Tabuleiro Dissecado do Recôncavo com Pastagem associada à área de extração de petróleo e gás.	26,93	4,38
Tabuleiro Dissecado do Recôncavo com Pastagem plantada e/ou natural mais policultura.	31,02	5,05
Baixada Litorânea do Recôncavo c/ pequenos remanescentes de Floresta Ombrófila Densa.	15,58	2,54
Baixada Litorânea do Recôncavo, área de extração de petróleo e gás.	29,24	4,76
Planícies Marinhas e Fluvio-marinhas c/ uso diversificado.	7,29	1,19
Planalto Oriental c/ Remanescentes de Floresta Ombrófila.	121,46	19,77
Baixada Litorânea do Recôncavo, c/ Vegetação Arbórea e Arbustiva e mangue.	5,22	0,85
Planícies Marinhas e Fluvio-marinhas, área de extração de petróleo e gás.	2,74	0,45
Baixada Litorânea do Recôncavo com cana-de-açúcar.	2,37	0,39
Planalto Oriental c/ Remanescentes de Floresta Ombrófila e área industrial.	35,37	5,76
Barragem do Joanes II	216,84	35,30

#### Bacias hidrográficas:

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
Recôncavo Norte	597,85	97,33

#### Territórios de identidade:

Nº	Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona no TI (%)
21	Recôncavo	33,60	5,47
26	Metropolitano de Salvador	580,68	94,53

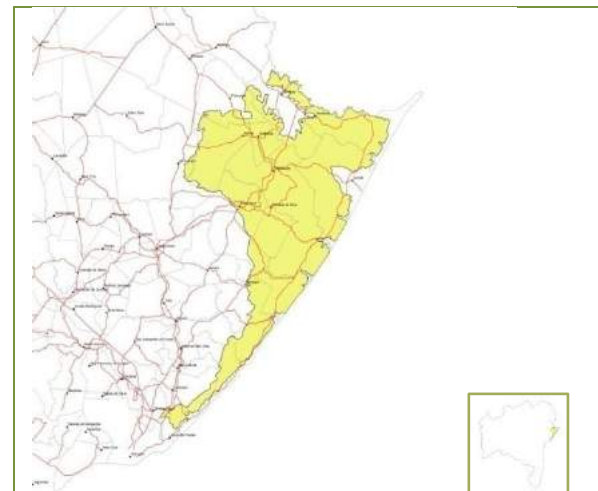
#### Municípios:

Código	Descrição	População (2010)	Área (km²)	Percentual da Zona no Município (%)
2906501	Candeias	83.077	141,37	23,01
2919207	Lauro de Freitas	163.414	57,05	9,29
2927408	Salvador	2.676.606	277,96	45,25
2930709	Simões Filho	118.020	104,01	16,93
2929206	São Francisco do Conde	33.172	33,39	5,44

#### Identificação da Zona:



Número	35
Nome	Planalto Costeiro do Litoral Norte
Área total (km <sup>2</sup> )	5.370,05



**Descrição:** Planalto Costeiro do Litoral Norte em área de Floresta Ombrófila Densa e Contato Floresta Estacional/Cerrado/Caatinga, com citricultura, silvicultura, coco, pecuária, petróleo e gás, mineração, atividades industriais, de comércio e serviços e turismo. Aglomerados urbanos.

#### Diretrizes da Zona:

##### Diretrizes Gerais

Conservação de áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente dos remanescentes de floresta ombrófila densa, com vegetação secundária em diferentes estágios de regeneração, ecossistemas de Cerrado, dunas, restingas e manguezais, provedores de interação etnobiológica e de valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais.

Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a silvicultura, a citricultura, a pecuária, o cultivo de coco, o turismo e a mineração) à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, a sustentação dos tabuleiros, as áreas protegidas, as terras de povos e comunidades tradicionais e à inclusão social.

##### Diretrizes Específicas

Implantar programas de monitoramento da cunha salina nos locais onde a exploração de água subterrânea seja intensa.

Implementar estudos que indiquem os usos adequados e sustentáveis, visando o aproveitamento do potencial do clima úmido a subúmido, com precipitações entre 1000 e 1800 mm, em região de relevo plano e suave ondulado.

Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.

Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.

Promover o manejo conservacionista e restringir supressões vegetais e atividades que possam desestabilizar ou expor as áreas de relevo forte ondulado nas vertentes, e nas planícies fluviais e areias quartzosas em virtude da vulnerabilidade destes solos.

Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares articuladas às existentes (APA Joanes – Ipitanga, APA Lagoas de Guarajuba, APA Rio Capivara, APA Litoral Norte do Estado da Bahia e APA Plataforma Continental do Litoral Norte), abrangendo especialmente os remanescentes de floresta ombrófila densa, restinga, matas paludosas e ecossistemas de cerrado preservados distribuídos ao longo da Zona, e nas planícies fluviomarinhas dos rios Real, Piranji, Itapicuru, Itariri, Inhambupe, Subaúma, Sauípe, Imbassá e Pojuca, com presença de sítios arqueológicos.

Implantação e fortalecimento do manejo e gestão integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: APA Joanes-Ipitanga, APA Lagoas de Guarajuba, APA Rio Capivara, APA Litoral Norte do Estado da Bahia e APA Plataforma Continental do Litoral Norte; implantação do sistema de gestão integrada das UCs do Litoral Norte.

Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Restringir grandes empreendimentos de alto potencial poluidor sobre áreas frágeis, com remanescentes de vegetação nativa protegidos pela Lei da Mata Atlântica e/ou com relevância paisagística de potencial turístico.

Promover políticas de estímulo à diversificação produtiva e limitação a ampliação da monocultura sobre áreas agrícolas e com cobertura vegetal natural.

Estabelecer ações de proteção contra a contaminação das águas subterrâneas.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e serviços ambientais associados a biodiversidade desta Zona.

Promover o desenvolvimento do turismo ecológico e cultural, associado à conservação do patrimônio natural e cultural, integrando os povos e comunidades tradicionais, em especial os pescadores e quilombolas.

Apoiar a atividade de mineração respeitando as questões ambientais e as comunidades tradicionais.

Estímulo à intensificação, produtividade e verticalização da pecuária em unidades de pequeno porte, considerando a produção local.

Fomentar políticas de reconhecimento para os povos e comunidades tradicionais, que promovam o acesso à terra e à água, à assistência técnica, à extensão rural e ao crédito adequados aos seus modos de vida e produção.

Implementar programas de assistência técnica e extensão rural continuada com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar.

Fomentar programas e projetos capazes de assegurar a permanência e a conclusão das etapas sucessivas e a integração dos níveis do Ensino Fundamental e Médio da Educação Básica e Profissional, possibilitando acesso ao Ensino Superior.

Fortalecer as políticas de combate ao analfabetismo na população com mais de 15 anos de idade.

#### Vulnerabilidade Social:

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	Camaçari, Lauro de Freitas.
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	-
<b>Tipo 3:</b> Municípios qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	Mata de São João.
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	-
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	-
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	-
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	Esplanada.
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Acajutiba, Aporá, Cardeal da Silva, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Inhambupe, Itanagra, Jandaíra, Rio Real.

#### Qualidade Ambiental da Biodiversidade:

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	1.184,64	22,06	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	2.699,27	50,27	ZEE-BA

#### Áreas Especiais:

##### Unidades de conservação:

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na UC (%)
APA Joanes / Ipitanga	x		Uso Sustentável		
APA Lagoas de Guarajuba	x		Uso Sustentável		
APA Litoral Norte do Estado da Bahia	x		Uso Sustentável		
APA Rio Capivara	x		Uso Sustentável		
APA Plataforma Continental do Litoral Norte	x		Uso Sustentável		

##### Comunidades tradicionais:

Nota: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades
Quilombolas	Camaçari	1
	Entre Rios	2

	Mata de São João	3	
	Simões Filho	3	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>	<b>Nº de Comunidades</b>	
Fundo de pasto	-	-	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>	<b>Grupos</b>	<b>População Indígena</b>
Indígenas	-	-	-
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>	<b>Nº de Pescadores</b>	
Pescadores	Cardeal da Silva	3	
	Conde	2.279	
	Esplanada	22	
	Jandaíra	1	
	Mata de São João	71	
	Simões Filho	3	

**Infraestrutura:**

Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	4	-	BA-099; BA-233; BA-396; BA-398; BA-400; BA-401; BA-505; BA-506; BA-512; BA-529; BA-531; BA-535; BA-782 e BR-101.

Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL
------------	---	--

	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio
Acajutiba																				
Aporá																				
Camaçari																				
Cardeal da Silva																				
Conde																				
Crisópolis																				
Entre Rios																				
Esplanada																				
Inhambupe																				
Itanagra																				
Jandaíra																				
Lauro de Freitas																				
Mata de São João																				
Rio Real																				
Simões Filho																				

**Sistemas produtivos:**

Agropecuária:

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																										
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Limão	Coco	Dendê	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja
Acajutiba																											
Aporá																											
Camaçari																											
Cardeal da Silva																											
Conde																											
Crisópolis																											
Entre Rios																											
Esplanada																											
Inhambupe																											
Itanagra																											
Jandaíra																											
Lauro de Freitas																											
Mata de São João																											
Rio Real																											
Simões Filho																											

Indústria:

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
	Quantidade de Indústrias de Transformação

Esplanada	13
Jandaíra	1

#### Turismo:

<b>Localização em Zona Turística: Costa dos Coqueiros</b>				
	integral	x	parcial	residual
<b>Enquadramento geográfico-paisagístico:</b>				
Faixa costeira composta de planícies fluvial-marinhas situada entre o Município de Lauro de Freitas, na RMS, e a divisa de Sergipe - entre o Oceano Atlântico e os tabuleiros de Itapicuru, Tucano Sul e o Recôncavo baiano. Em sua faixa praiana, com dunas, restingas, lagoas, coqueirais e vilas tradicionais de pescadores, concentram-se os equipamentos turísticos de hospedagem da Zona Turística Costa dos Coqueiros; na sua porção interiorana, situam-se amplas e diversificadas paisagens de pastos e de plantações de eucaliptos e pinheiros.				
<b>Segmentos turísticos envolvidos:</b>				
Turismo de Lazer e Entretenimento Turismo Ecológico; Turismo de Natureza Turismo de Esporte e Aventura Turismo Cultural; Turismo Religioso Turismo de Negócios.				
<b>Atrativos para o turismo:</b>				
Patrimônio natural: Conjuntos geográficos, ecossistemas, sistemas hidrográficos e paisagens costeiras singulares do relevo ondulado, com seus pastos, silvicultura de pinheiros, áreas de restinga e coqueirais costeiros. O litoral dos municípios de Camaçari, Praia do Forte e Imbassaí abriga os principais equipamentos do parque hoteleiro regional. Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos; edificações; monumentos históricos. Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.				
<b>Riscos para o Turismo:</b>				
Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas; poluição dos recursos hídricos.				

#### Sedes urbanas:

	Cidade
Acajutiba; Aporá; Cardeal da Silva; Entre Rios; Esplanada; Jandaíra.	

#### Perímetros interceptados:

##### Unidades territoriais básicas:

Descrição	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na UTB (%)
Planalto Dissecado do Aporá	1.283,62	23,90
Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte	3.075,48	57,27
Tabuleiro Dissecado do Recôncavo	26,01	0,48
Planícies Fluviais	155,05	2,89
Planalto Oriental	829,79	15,45

##### Unidades de paisagem:

Descrição	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na UP (%)
Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte c/ Silvicultura.	837,30	15,59
Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte c/ Vegetação Secundária.	651,81	12,14
Planalto Oriental c/ Pastagem e coco-da-baía.	73,80	1,37
Planalto Dissecado do Aporá c/ Citros.	0,53	0,01

Planalto Oriental c/ Silvicultura de eucalipto e pinus.	63,54	1,18
Planícies Fluviais c/ Pastagem associada à cultura temporária.	103,36	1,92
Tabuleiro Dissecado do Recôncavo com Pastagem associada a Citros.	25,94	0,48
Planalto Dissecado do Aporá c/ Culturas temporárias.	166,1	3,09
Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte c/ Pastagem associada ao cultivo de coco-da-baía.	1.348,64	25,11
Planalto Dissecado do Aporá c/ Pastagem plantada.	592,62	11,04
Planalto Dissecado do Aporá c/ Pastagem plantada associada a coco-da-baía.	316,48	5,89
Planícies Fluviais c/ Pastagem associada ao cultivo de coco-da-baía.	44,91	0,84
Planalto Dissecado do Aporá c/ Cultivo de citros (laranja).	163,60	3,05
Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte c/ Coco-da-baía.	25,97	0,48
Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte c/ Pastagem com policultura.	25,87	0,48
Planalto Oriental c/ Pastagem.	251,93	4,69
Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte c/ Cerrado e Contatos Cerrado/Caatinga/Floresta Estacional.	53,88	1,00
Planalto Oriental c/ Remanescentes de Floresta Ombrófila.	439,20	8,18
Planícies Fluviais c/ áreas Remanescentes de Floresta Ombrófila Densa.	6,78	0,13
Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte c/ Silvicultura, área de extração de petróleo e gás.	27,44	0,51
Planalto Dissecado do Aporá c/ Pastagem e mamona c/ Vegetação Secundária da Floresta Estacional.	44,28	0,82
Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte c/ Pastagem associada a citros e mandioca.	26,21	0,49
Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte c/ Pastagem associada ao cultivo de coco-da-baía e laranja.	78,37	1,46

#### Bacias hidrográficas:

Descrição	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
Inhambupe	2.071,91	38,58
Itapicuru	1.334,39	24,85
Real	497,66	9,27
Recôncavo Norte	1.464,78	27,28

#### Territórios de identidade:

Nº	Descrição	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no TI (%)
18	Litoral Norte e Agreste Baiano	5.098,88	94,95
26	Metropolitano de Salvador	271,17	5,05

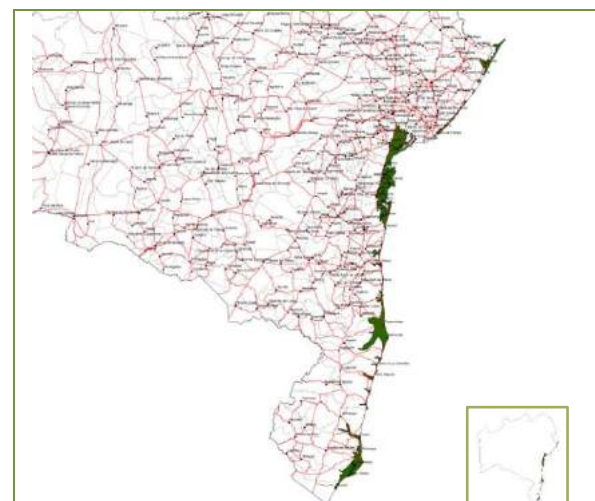
#### Municípios:

Código	Descrição	População (2010)	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Município (%)
2900306	Acajutiba	14.830	193,35	3,60
2901908	Aporá	17.720	519,12	9,67
2905701	Camaçari	242.984	260,36	4,85
2907004	Cardeal da Silva	8.271	260,96	4,86
2908606	Conde	23.594	742,6	13,83

2909604	Crisópolis	20.056	170,86	3,18
2910503	Entre Rios	39.883	699,40	13,02
2910602	Esplanada	33.278	1.268,32	23,62
2913705	Inhambupe	36.290	39,09	0,73
2915908	Itanagra	7.591	163,65	3,05
2917904	Jandaíra	10.322	490,13	9,13
2921005	Mata de São João	40.210	176,5	3,29
2927002	Rio Real	37.127	374,89	6,98
2930709	Simões Filho	118.020	10,36	0,19

**Identificação da Zona:**

Número	36
Nome	Planícies Fluvioamarinhas
Área total (km <sup>2</sup> )	5.633,69



**Descrição:** Planícies Fluvioamarinhas em meio a Formações Pioneiras e Floresta Ombrófila Densa, com turismo, maricultura, carcinicultura, piscicultura, aquicultura, indústria, comércio e serviços e atividades portuárias. Aglomerados urbanos (Ilhéus, Porto Seguro e Valença). Comunidades de pescadores tradicionais e marisqueiras, com destaque para o Baixo Sul do Estado.

**Diretrizes da Zona:****Diretrizes Gerais**

Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente dos remanescentes de floresta ombrófila densa, com vegetação secundária em diferentes estágios de regeneração, dunas, restingas, zonas úmidas e manguezais, provedores de interação etnobiológica e de valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais.

Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para o turismo, o cultivo do coco, a aquicultura) à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, as áreas protegidas, as terras de povos e comunidades tradicionais e à inclusão social.

**Diretrizes Específicas**

Compatibilizar as ocupações do uso do solo urbano à preservação dos ecossistemas costeiros e a dinâmica socioeconômica.

Mapear os manguezais, apicuns, identificando os povos e comunidades tradicionais associados a esses ecossistemas, contemplando estudos que permitam a regularização da carcinicultura e maricultura para prevenção, mitigação e compensação de impactos socioambientais.

Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.

Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.

Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.

Implementar políticas, estratégias e ações visando a ocupação ordenada e planejada, a conservação e o uso sustentável da Zona Costeira, considerando os aspectos socioeconômicos, o elevado potencial turístico, à inclusão social, os povos e comunidades tradicionais.

Implementar programas, projetos e ações visando a preservação e manutenção da geomorfologia e das características físicas das planícies fluvioamarinhas, considerando a vulnerabilidade muito alta à erosão e importância para proteção da zona costeira e conservação do equilíbrio dos processos morfogênicos.

Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares articuladas às existentes, abrangendo especialmente os remanescentes de floresta ombrófila densa, restinga, matas paludosas, zonas úmidas, manguezais e apicuns preservados distribuídos ao longo da Zona, e nas planícies fluvioamarinhas, com presença de sítios arqueológicos.

Implantação e fortalecimento do manejo e gestão integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes ao longo de toda a zona costeira.

Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas.

Promover o manejo sustentável dos solos e adequação de tecnologias construtivas e urbanísticas, considerando a vulnerabilidade muito alta à erosão dos depósitos quaternários que predominam nas planícies fluvioamarinhas.

Elaborar estudos orientados à identificar povos e comunidades tradicionais que utilizem recursos naturais de forma sustentável nesta zona e com potencial para criação de reservas extrativistas e ou reservas de desenvolvimento sustentável; - a exemplo da Resex fluvio marinha do Conde-inclusa no Programa Sítio Ramsar – valorizando o conhecimento etnoecológico relativo a pesca artesanal acumulado neste território.

Promoção de medidas de proteção socioambiental na concepção, implantação e operação dos empreendimentos potencialmente impactantes, especialmente os de infraestrutura portuária e indústrias, considerando a sustentabilidade do turismo, do lazer, a proteção ambiental, cultural e histórica dos bens e recursos costeiros.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e serviços ambientais associados a biodiversidade desta Zona.

Implementar programas e projetos visando o fortalecimento e sustentabilidade da cadeia produtiva da pesca artesanal e aquicultura (com destaque para a mariscagem e a carcinicultura), com combate à pesca predatória.

Fortalecimento do sistema integrado de unidades de conservação, considerando a aplicação de recursos oriundos de compensação ambiental relacionados aos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos.

Implantar programas de monitoramento da cunha salina nos locais onde a exploração de água subterrânea seja intensa.

Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e serviços ambientais associados a biodiversidade desta Zona.

Estimular a adoção de medidas para a solução de conflitos e promoção da regularização fundiária, com inclusão socioeconômica dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares.

Promoção do turismo cultural, histórico, ecológico, de base comunitária, associado à conservação do patrimônio natural e cultural.

Fomentar políticas de reconhecimento para os povos e comunidades tradicionais, que promovam o acesso à terra e à água, à assistência técnica, à extensão rural e ao crédito adequados aos seus modos de vida e produção.

Implementar programas de assistência técnica e extensão rural continuada com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar.

Fomentar programas e projetos capazes de assegurar a permanência e a conclusão das etapas sucessivas e a integração dos níveis do Ensino Fundamental e Médio da Educação Básica e Profissional, possibilitando acesso ao Ensino Superior.

Fortalecer as políticas de combate ao analfabetismo na população com mais de 15 anos de idade.

Implementar políticas de promoção da igualdade de gênero baseadas no combate à gravidez na adolescência, na educação sexual, na formação educacional, na autonomia e empoderamento feminino e no combate à violência contra as mulheres.

Promover o acesso a água, esgotamento sanitário e tratamento de efluentes, bem como de coleta, tratamento e disposição adequada de resíduos sólidos.

Promover o acesso à habitação de qualidade, com a construção de habitações populares, urbanização de favelas e assentamentos precários e requalificação de moradias.

**Vulnerabilidade Social:**

Tipologias de Vulnerabilidade Social	Municípios
<b>Tipo 1:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos.	Lauro de Freitas, Valente.
<b>Tipo 2:</b> Municípios com qualidade de vida e condição de vida bons e baixo desempenho em condição econômica.	Itaparica, Porto Seguro, Salinas da Margarida, Vera Cruz.
<b>Tipo 3:</b> Municípios qualidade de vida e condição econômica bons e baixo desempenho em condição de vida.	Cairu, Mata de São João, Saubara
<b>Tipo 4:</b> Municípios com condição econômica e condição de vida bons e desempenho ruim em qualidade de vida.	-
<b>Tipo 5:</b> Municípios com qualidade de vida boa mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.	Aratuípe, Belmonte, Canavieiras, Ilhéus, Nazaré, Santa Cruz Cabrália, Uruçuca
<b>Tipo 6:</b> Municípios com condição de vida boa mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.	-
<b>Tipo 7:</b> Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida.	Alcobaça, Esplanada, Mucuri, Nova Viçosa
<b>Tipo 8:</b> Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.	Camamu, Caravelas, Conde, Entre Rios, Igrapiúna, Itacaré, Itanagra, Ituberá, Jaguaribe, Jandaíra, Maragogipe, Marau, Nilo Peçanha, Prado, Santa Luzia, Taperoá e Una.

**Qualidade Ambiental da Biodiversidade:**

Aspectos	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Aspecto (%)	Fonte
Vegetação Remanescente:	-	-	IBAMA
Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:	4.892,93	86,85	ZEE-BA



### Áreas Especiais:

Unidades de conservação:

Denominação	Estadual	Federal	Tipo	Área (km²)	Percentual da Zona na UC (%)
APA Baía de Camamu	x		Uso sustentável		
APA Baía de Todos os Santos	x		Uso sustentável		
APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança	x		Uso sustentável		
APA Caraíva / Trancoso	x		Uso sustentável		
APA Coroa Vermelha	x		Uso sustentável		
APA Costa de Itacaré / Serra Grande	x		Uso sustentável		
APA Guaibim	x		Uso sustentável		
APA Ilhas de Tinharé e Boipeba	x		Uso sustentável		
APA Joanes / Ipitanga	x		Uso sustentável		
APA Lagoa Encantada e Rio Almada	x		Uso sustentável		
APA Lagoas de Guarajuba	x		Uso sustentável		
APA Litoral Norte do Estado da Bahia	x		Uso sustentável		
APA Mangue Seco	x		Uso sustentável		
APA Plataforma Continental do Litoral Norte	x		Uso sustentável		
APA Ponta das Baleias / Abrolhos	x		Uso sustentável		
APA Pratigi	x		Uso sustentável		
APA Rio Capivara	x		Uso sustentável		
APA Santo Antônio	x		Uso sustentável		
Parque Nacional do Monte Pascoal		x			
Refúgio de Vida Silvestre de Una		x			
Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades		x			
Reserva Biológica de Una		x			
Reserva Extrativista de Cassurubá		x			
Reserva Extrativista de Canavieiras		x			
Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape		x			

Comunidades tradicionais:

Nota1: Os dados referentes a comunidades quilombolas, de fundo de pasto e de pescadores não estão georreferenciados, tendo sido computados por município, podendo gerar distorção na informação do tema.

Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Quilombolas	Cairu	6	
	Camamu	10	
	Camaçari	1	
	Entre Rios	2	
	Igrapiúna	2	
	Itacaré	12	
	Maraú	6	
	Maragogipe	11	
	Mata de São João	3	
	Nilo Peçanha	2	
	Nova Viçosa	6	
	Taperoá	3	
	Valença	7	
Comunidades	Municípios	Nº de Comunidades	
Fundo de pasto	-	-	
Comunidades	Municípios	Grupos	População Indígena
Indígenas	-	-	-

(continua)

Comunidades	Municípios	Nº de Pescadores
Pescadores	Alcobaça	14

Aratuípe	3
Belmonte	822
Cairu	2.244
Camamu	1.825
Canavieiras	1.293
Caravelas	1.127
Conde	2.279
Entre Rios	143
Esplanada	22
Ilhéus	9
Itacaré	9
Jaguaripe	1.651
Jandaíra	1
Lauro de Freitas	71
Maraú	1
Maragogipe	3.666
Mucuri	572
Nazaré	29
Nilo Peçanha	18
Nova Viçosa	6
Porto Seguro	756
Prado	1.694
Salinas da Margarida	5.852
Santa Cruz de Cabrália	2
Santa Luzia	23
Saubara	3.776
Taperoá	2
Una	901
Valença	88
Vera Cruz	6.002

### Infraestrutura:

Equipamentos:

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS			
Nº DE AEROPORTOS	Nº DE AERÓDROMOS	Nº DE PORTOS	RODOVIAS (BA OU BR)
-	15	1	BA-001; BA-030; BA-099; BA-233; BA-250; BA-262; BA-270; BA-274; BA-275; BA-283; BA-290; BA-400; BA-512; BA-529; BA-531; BA-534; BA-542; BA-648; BA-650; BA-685; BA-697; BA-698; BA-782; BA-868; BA-882; BA-883; BA-884; BA-885; BA-887; BA-986; BR-030; BR-242; BR-251; BR-367; BR-415; BR-418; BR-420 e BR-489.

Fontes de energia:

MUNICÍPIOS	FONTES POTENCIAIS PARA SUPRIMENTO DE	FONTES POTENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE
------------	--------------------------------------	------------------------------------

	ENERGIA ELÉTRICA										COMBUSTÍVEL									
	Solar fotovoltaica	Termossolar	Hídrica (PCHs)	Eólica	Gás natural	Biomassa e resíduo de processo produtivo	Resíduo oriundo de aterro sanitário	Biogás oriundo de aterro sanitário	Nuclear	Sup. de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Petróleo	Gás Natural	Cana-de-açúcar (Etanol)	Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais	Dendê e óleos e gorduras residuais	Mamona e amendoim (Biodiesel)	Mamona e girassol (Biodiesel)	Soja e algodão (Biodiesel)	Xisto	Urânio
Alcobaça																				
Aratuípe																				
Belmonte																				
Cairu																				
Camamu																				
Camaçari																				
Canavieiras																				
Caravelas																				
Conde																				
Entre Rios																				
Esplanada																				
Igrapiúna																				
Ilhéus																				
Itacaré																				
Itanagra																				
Itaparica																				
Ituberá																				
Jaguaripe																				
Jandaíra																				
Lauro de Freitas																				
Maraú																				
Maragogipe																				
Mata de São João																				
Mucuri																				
Nazaré																				
Nilo Peçanha																				
Nova Viçosa																				
Porto Seguro																				
Prado																				
Salinas da Margarida																				
Santa Cruz Cabrália																				
Santa Luzia																				
Saubara																				
Taperoá																				
Una																				
Uruçuca																				
Valença																				
Vera Cruz																				

**Sistemas produtivos:**

Agropecuária:

MUNICÍPIOS	ARRANJOS PRODUTIVOS																										
	Algodão	Apicultura	Avicultura	Bovicultura	Cacau	Café	Cana	Caprinocultura	Citros	Linhão	Coco	Dende	Manga	Uva	Banana	Tomate	Alho	Cebola	Heveicultura	Mamão	Maracujá	Mamona	Mandioca	Milho	Madeira	Sisal	Soja
Alcobaça																											
Aratuípe																											
Belmonte																											
Cairu																											
Camamu																											
Camaçari																											
Canavieiras																											
Caravelas																											
Conde																											
Entre Rios																											
Esplanada																											
Igrapiúna																											
Ilhéus																											
Itacaré																											
Itanagra																											
Itaparica																											
Ituberá																											
Jaguaripe																											
Jandaíra																											
Lauro de Freitas																											
Maraú																											
Maragogipe																											
Mata de São João																											
Mucuri																											
Nazaré																											
Nilo Peçanha																											
Nova Viçosa																											
Porto Seguro																											
Prado																											
Salinas da Margarida																											
Santa C. Cabrália																											
Santa Luzia																											
Saubara																											
Taperoá																											
Una																											
Uruçuca																											
Valença																											
Vera Cruz																											

**Indústria:**

MUNICÍPIOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA			
	Quantidade de Indústrias de Transformação			
Camaçari				11
Igrapiúna				2
Ilhéus				4
Nazaré				1
Valença				7
Vera Cruz				1

**Turismo:**

Localização em Zona Turística:	Costa dos Coqueiros	integral		parcial	x	residual
	Baía de Todos-os-Santos	integral	x	parcial		residual
	Costa do Dendê	integral	x	parcial		residual
	Costa do Cacau	integral		parcial	x	residual
	Costa do Descobrimento	integral	x	parcial		residual
	Costa das Baleias	integral	x	parcial		residual

**Enquadramento geográfico-paisagístico:**

A região costeira baiana se estende da divisa da Bahia com o estado de Sergipe, no norte, à divisa com o estado do Espírito Santo, no sul, envolvendo sucessivamente as zonas turístico-costeiras de Litoral Norte, Baixo Sul e Litoral Sul. Litoral Norte: com suas paisagens compostas por praias, dunas, restingas, lagoas, lagunas, coqueirais, desembocaduras de rios etc, faz limite continental com o platô costeiro e com o Oceano Atlântico; Baixo Sul: estende-se da zona costeira da Baía de Todos-os-Santos até o Rio de Contas - entre a falha geológica de Maragogipe/platô pré-litorâneo do Baixo Sul e o Oceano Atlântico - abrangendo o arquipélago de Cairu e a baía tropical de Camamu, com suas paisagens exuberantes de manguezais, campos, restingas, foz de rios, braços de mar e coqueirais, compondo assim a faixa costeira onde se concentra a maior parte dos equipamentos turísticos de hospedagem da região; Litoral Sul: estende-se de Ilhéus até Mucuri na divisa com o Espírito Santo, fazendo limites continentais com os tabuleiros costeiros do Litoral Sul e o Oceano Atlântico, compreendendo amplas paisagens costeiras dominadas por seu vasto sistema de canais e braços de rios, em que os mais importantes ambientes são as desembocaduras do rio Jequitinhonha, a faixa litorânea de Canavieiras e a área costeira entre Prado e Mucuri, com seu importante conjunto de manguezais e restingas preservados.

**Segmentos turísticos envolvidos:**

Turismo de Lazer e Entretenimento  
Turismo Ecológico; Turismo de Natureza  
Turismo de Esporte e Aventura  
Turismo Cultural; Turismo Religioso  
Turismo de Negócios.

**Atrativos para o turismo:**

Patrimônio natural: Conjuntos geográficos, ecossistemas, sistemas hidrográficos epaisagens costeiras singulares, no contexto de suas planícies com vastas áreas de restinga arbustiva e arbórea preservadas. São áreas em que normalmente não são ocupadas por empreendimentos hoteleiros, salvo no Baixo Sul onde essas planícies concentram os principais empreendimentos turísticos da região, mais especificamente no arquipélago de Cairu e na região da Baía de Camamu.

Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos; edificações; monumentos históricos.

Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.

**Riscos para o Turismo:**

Expansão desordenada de atividades agrícolas e de piscicultura – desmatamentos –; expansão desordenada das áreas urbanas; poluição dos recursos hídricos.

**Sedes urbanas:**

Cidade
Alcobaça; Aratuípe; Belmonte; Cairu; Camamu; Canavieiras; Caravelas; Conde; Igrapiúna; Ilhéus; Ituberá; Jaguaripe; Marauá; Mucuri; Nova Viçosa; Porto Seguro; Prado; Salinas da Margarida; Santa Cruz Cabralia; Valença.

**Perímetros interceptados:****Unidades de paisagem:**

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na UP (%)
Baixada Litorânea do Recôncavo c/ uso diversificado.	48,09	0,85
Baixada Litorânea do Recôncavo c/ pequenos remanescentes de Floresta Ombrófila Densa.	709,04	12,59
Baixada Litorânea do Recôncavo com Pastagem associada a coco-da-baía.	25,14	0,45
Tabuleiro Dissecado do Recôncavo c/ pequenos remanescentes de Floresta Ombrófila Densa.	86,89	1,54
Planícies Marinhas e Fluviomarinhas, c/ Coco-da-baía.	66,51	1,18
Planícies Marinhas e Fluviomarinhas, c/ Cultivo de cacau associado à Mata Atlântica cabrucada.	232,08	4,12
Planícies Marinhas e Fluviomarinhas c/ uso diversificado.	3.971,37	70,49
Planícies Marinhas e Fluviomarinhas c/ áreas Remanescentes de Floresta Ombrófila Densa.	210,92	3,74
Planícies Marinhas e Fluviomarinhas, c/ Vegetação Arbórea e Arbustiva e mangue.	84,12	1,49
Planícies Marinhas e Fluviomarinhas c/ Pastagem e policultura.	36,21	0,64
Planícies Marinhas e Fluviomarinhas c/ Pastagem.	3,98	0,07
Planícies Marinhas e Fluviomarinhas c/ Silvicultura de eucalipto.	55,76	0,99
Planícies Fluviais c/ áreas Remanescentes de Floresta Ombrófila Densa.	25,71	0,46
Planícies Fluviais c/ Pastagem associada ao cultivo de coco-da-baía.	11,84	0,21
Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte c/ Coco-da-baía.	0,52	0,01
Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte c/ uso diversificado.	3,84	0,07
Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte c/ Pastagem associada ao cultivo de coco-da-baía.	5,22	0,09
Planalto Pré-Litorâneo c/ uso diversificado.	9,37	0,17
Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul c/ uso diversificado.	1,14	0,02
Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul c/ áreas Remanescentes de Floresta Ombrófila Densa.	27,28	0,48
Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul c/ Pastagem e policultura.	4,38	0,08
Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul c/ Silvicultura de eucalipto.	1,57	0,03

**Bacias hidrográficas:**

Descrição	Área (km²)	Percentual da Zona na Bacia Hidrográfica (%)
Contas	31,76	0,56
Extremo Sul	1.076,08	19,1
Inhambupe	31,73	0,56
Itapicuru	221,15	3,93
Jequitinhonha	501,96	8,91
Leste	338,54	6,01
Pardo	444,29	7,89
Real	122,69	2,18
Recôncavo Norte	165,2	2,93
Recôncavo Sul	1.869,77	33,19

**Territórios de identidade:**

Nº	Descrição	Área	Percentual
----	-----------	------	------------

		(km <sup>2</sup> )	da Zona no TI (%)
5	Litoral Sul	1.073,28	19,05
6	Baixo Sul	1.880,66	33,38
7	Extremo Sul	976,38	17,33
18	Litoral Norte e Agreste Baiano	438,34	7,78
21	Recôncavo	219,16	3,89
26	Metropolitano de Salvador	255,66	4,54
27	Costa do Descobrimento	790,01	14,02

Municípios:

Código	Descrição	População (2010)	Área (km <sup>2</sup> )	Percentual da Zona no Município (%)
2900801	Alcobaça	21.319	195,61	3,47
2902302	Aratuípe	8.590	24,72	0,44
2903409	Belmonte	21.838	585,62	10,4
2905404	Cairu	15.366	402,34	7,14
2905701	Camaçari	242.984	116,73	2,07
2905800	Camamu	35.160	234,21	4,16
2906303	Canavieiras	32.331	582,06	10,33
2906907	Caravelas	21.437	413,43	7,34
2908606	Conde	23.594	221,94	3,94
2910503	Entre Rios	39.883	21,18	0,38
2910602	Esplanada	33.278	15,44	0,27
2913457	Igrapiúna	13.347	184,68	3,28
2913606	Ilhéus	184.231	156,84	2,78
2914901	Itacaré	24.340	15,12	0,27
2915908	Itanagra	7.591	2,16	0,04
2916104	Itaparica	20.760	3,36	0,06
2917300	Ituberá	26.592	153,73	2,73
2917805	Jaguaripe	16.467	516,56	9,17
2917904	Jandaíra	10.322	143,16	2,54
2920601	Maragogipe	42.815	160,12	2,84
2920700	Maraú	19.097	224,12	3,98
2921005	Mata de São João	40.210	34,45	0,61
2922003	Mucuri	36.043	38,07	0,68
2922508	Nazaré	27.269	57,45	1,02
2922607	Nilo Peçanha	12.530	175,99	3,12
2923001	Nova Viçosa	38.537	159,47	2,83
2925303	Porto Seguro	126.770	133,24	2,37
2925501	Prado	27.612	169,8	3,01
2927309	Salinas da Margarida	13.465	60,06	1,07
2927705	Santa Cruz Cabrália	26.198	71,15	1,26
2928059	Santa Luzia	13.332	43,88	0,78
2929750	Saubara	11.201	1,59	0,03
2931202	Taperoá	18.791	15,33	0,27
2932507	Una	24.106	47,02	0,83
2932705	Uruçuca	19.840	4,25	0,08
2932903	Valença	88.729	173,11	3,07
2933208	Vera Cruz	37.587	75,36	1,34

#### 4. DIRETRIZES DO ZEE – BAHIA

Com a realização de diversos estudos temáticos e a construção de um amplo diagnóstico territorial integrado do Estado da Bahia, tornou-se possível o desenvolvimento da etapa de prognóstico, com a proposição de recomendações, ações emergenciais de desenvolvimento sustentável e diretrizes, integrantes deste ZEE-BA Preliminar. Compreende-se que as diretrizes propostas nessa etapa serão refletidas e pactuadas durante o processo de participação da sociedade, construindo assim a versão final do ZEE-BA que será aprovada na Assembléia Legislativa do Estado. Considerando que as recomendações e ações de desenvolvimento estão apresentadas nos quadros de potencialidades, limitações e recomendações, apresentam-se a seguir as diretrizes que são consideradas como ponto de partida para a construção da versão final do ZEE-BA.

É fundamental que a sociedade reconheça o ZEE como um instrumento de planejamento e gestão do território, que ampliará seu conhecimento e permitirá decisões e ações com maior consciência de suas implicações, cabendo a estes a responsabilidade sobre as repercussões de cada decisão pactuada. Assim, as decisões e o modelo de desenvolvimento acordados entre as partes resultarão sempre da dinâmica do diálogo, dos compromissos assumidos e do cumprimento da ética acordada nos objetivos, princípios e diretrizes deste ZEE-BA.

As Diretrizes do ZEE-BA Preliminar estão estruturadas em: a) Diretrizes Gerais Estaduais Temáticas e as Diretrizes Gerais das Zonas; e b) Diretrizes Específicas - válidas em áreas específicas, onde ocorrem as características que motivaram a existência dessas diretrizes. As diretrizes por ocorrência favorecem a leitura dessas diretrizes em qualquer unidade de planejamento ou polígono livre, consultado no Banco de Dados, a exemplo de Unidades de Conservação, Bacias Hidrográficas, Municípios, polígono de empreendimentos, entre outros. O Quadro 17 apresenta como estão estruturadas as diretrizes e a Figura 3 ilustra o processo de construção destas.

As diretrizes temáticas, gerais e específicas, foram elaboradas a partir das recomendações originadas da análise das potencialidades e limitações, que foram produzidas tendo como referência a análise das vulnerabilidades naturais e social, assim como da qualidade ambiental, da infraestrutura logística, de energia e das atividades produtivas, que constituem os temas trabalhados. De outro lado, as diretrizes de interação temática e as diretrizes gerais das zonas, que requereram articulação e análise integrada entre os temas, foram produzidas em Oficinas de Planejamento Integrado, com a participação dos consultores temáticos e da equipe técnica do Consórcio Geohidro-Sondotécnica.



Quadro 17 – Estrutura das diretrizes do ZEE-BA

TIPOS DE DIRETRIZES	CONTEÚDO	EXPRESSÃO TERRITORIAL
<b>Diretrizes Gerais Estaduais</b>	Orientações gerais que traduzem os princípios e objetivos do ZEE-BA	Bahia: válidas para todo o território do estado
Diretrizes Gerais Estaduais Temáticas	Orientadoras dos princípios de sustentabilidade relacionados a cada tema, seu modo de interação com os demais temas e sua melhor contribuição aos usos mais sustentáveis do território.	
<b>Diretrizes Gerais das Zonas</b>	Orientações gerais de referência para usos sustentáveis do território, nas zonas.	Zona: válidas para todo o território da zona.
<b>Diretrizes Específicas</b>	Oriundas das potencialidades e/ou limitações e vinculadas às ocorrências que lhe deram origem.	Ocorrência: válidas apenas para as áreas de ocorrência das potencialidades e/ou limitações que motivaram a diretriz. Essas diretrizes podem ser lidas por Zona, assim como para qualquer outro recorte territorial, a exemplo de bacias hidrográficas, unidades de conservação, territórios de identidade, municípios, poligonais de empreendimentos, entre outros.
Diretrizes Específicas Temáticas	Orientações específicas em função da ocorrência de potencialidades e/ou limitações de cada tema.	
Diretrizes Específicas de Interação Temática (por ocorrências combinadas)	Orientações para situações emblemáticas, específicas, em que duas ou mais potencialidades e/ou limitações, de diferentes temas, ocorrem numa mesma área.	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

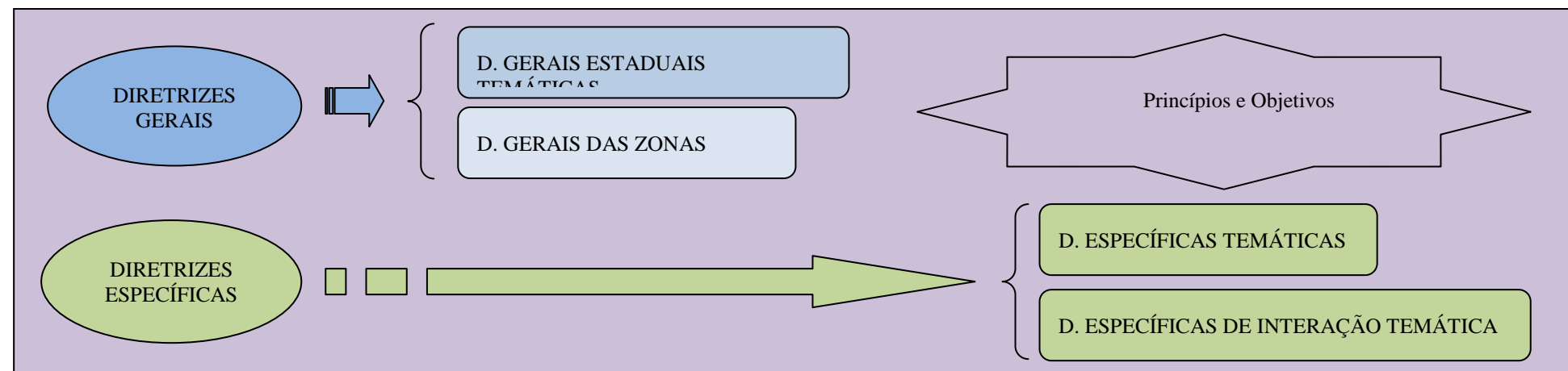


Figura 3 – Esquematização da construção das

diretrizes

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Todo o conjunto de diretrizes construído no ZEE-BA busca valorizar os objetivos e os princípios estabelecidos, como expressão da ética desse instrumento de planejamento e gestão, com afirmação de um pacto com o desenvolvimento sustentável no Estado da Bahia. As **Diretrizes Gerais das Zonas** visam o reatamento desses princípios como orientações norteadoras de ações comprometidas com o desenvolvimento sustentável da zona, considerando suas especificidades. As **Diretrizes Gerais Estaduais Temáticas** traduzem os princípios orientadores daquele tema, apontando os modos como o tema tratado deve interagir com os demais temas, além de apresentar algumas prioridades para sua melhor contribuição no processo de análise dos usos e seus impactos, oferecendo referências balizadoras para a construção de um desenvolvimento mais sustentável no estado da Bahia.

Entre as diretrizes específicas, as **Diretrizes Específicas Temáticas** orientam o aproveitamento mais sustentável das potencialidades e a mitigação das limitações do referido tema, quando essas ocorrem em locais específicos do território baiano. Neste caso, o que as tornam específicas são as ocorrências espaciais, ou seja, os locais onde elas ocorrem. Essas diretrizes podem ser apresentadas como orientações ou indicações de ações, conforme previsto no PZEE. As **Diretrizes Específicas de Interação Temática** resultam da relação entre situações emblemáticas identificadas nos diferentes temas, quando se encontram em uma mesma porção do território, formando assim as ocorrências combinadas. Foram consideradas apenas ocorrências que estão espacializadas e incluídas na tabela de potencialidades, limitações e recomendações dos respectivos temas. A construção desse quadro de interações temáticas foi realizada tendo como balizadores os temas Biodiversidade e Social, por serem esses temas estruturantes que devem orientar o desenvolvimento econômico sustentável e sua conseqüente relação com o território. Essas situações emblemáticas identificadas têm a finalidade de ressaltar as potencialidades de maior força, assim como os conflitos existentes ou prováveis, de maior expressão no território. Para essas situações ressaltadas, são propostas diretrizes específicas de interação temática.

Ressalta-se que, especialmente, as diretrizes gerais e específicas propostas neste ZEE-BA Preliminar para os sistemas/arranjos produtivos devem ser consideradas como ponto de partida para a pactuação junto aos respectivos segmentos produtivos e a sociedade. O processo de finalização e gestão do ZEE requer a progressiva pactuação dessas diretrizes entre os segmentos e a sociedade, uma vez que expressam o modo como o setor produtivo irá interagir com as potencialidades e limitações do território. As diretrizes específicas para o setor produtivo, portanto, precisarão atuar como orientações ao desenvolvimento sustentável do território, de forma ampla e dinâmica, integrando assim os processos de tomadas de decisão. As atividades produtivas devem ser refletidas nas diretrizes, a partir das diretrizes gerais, até as específicas, permitindo que sejam identificadas as atividades com maior ou menor grau de sustentabilidade para cada zona e para o Estado, em última análise. Lembra-se que, o ZEE deve atuar como orientador para um desenvolvimento mais sustentável, mas as decisões sobre o melhor uso do território serão sempre originárias dos processos de diálogo e pactuação com a sociedade.

Buscando sempre a compatibilização metodológica do ZEE-BA com as referências nacionais, as diretrizes do ZEE-BA consideraram, além das orientações do PZEE, aquelas constantes do Decreto 4.197/2002. Apresentam-se no Quadro 18 os aspectos orientadores para a elaboração de diretrizes no ZEE, oriundos deste Decreto, para os quais, todas as diretrizes elaboradas neste ZEE-BA, apresentam correspondência.

**Quadro 18** - Aspectos orientadores para a elaboração de diretrizes no ZEE

INCISOS ART. 14	CONTEÚDOS MÍNIMOS DAS DIRETRIZES GERAIS E ESPECÍFICAS (CONFORME ART.14 DO DECRETO 4.197 DE 2002)	REBATIMENTO NO ZEE-BA
I	Atividades adequadas a cada zona, de acordo com sua fragilidade ecológica, capacidade de suporte ambiental e potencialidades;	Oferece recomendações e diretrizes que orientam a análise da maior ou menor adequação das atividades, em cada zona, podendo também avaliar essa adequação para outras unidades de planejamento, como Territórios de Identidade, Unidades de Conservação, Bacias Hidrográficas, municípios, entre outros.
II	Necessidades de proteção ambiental e conservação das águas, do solo, do subsolo, da fauna e flora e demais recursos naturais renováveis e não-renováveis;	Oferece recomendações e diretrizes temáticas, gerais e específicas, que visam valorizar potencialidades e proteger as riquezas naturais e suas fragilidades, dos impactos gerados pelo uso humano do território.
III	Definição de áreas para unidades de conservação, de proteção integral e de uso sustentável;	Apresenta as Áreas Relevantes para a Conservação e o Uso Sustentável da Biodiversidade, como subsídio à proposição, definição e implementação de Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável.
IV	Critérios para orientar as atividades: madeireira e não-madeireira, agrícola, pecuária, pesqueira e de piscicultura, de urbanização, de industrialização, de mineração e de outras opções de uso dos recursos ambientais;	Oferece recomendações e diretrizes que balizam e orientam os sistemas produtivos, considerando as potencialidades produtivas e suas limitações em relação ao território e suas relações com os ecossistemas e riquezas naturais, assim como, com a sociedade e suas culturas.
V	Medidas destinadas a promover, de forma ordenada e integrada, o desenvolvimento ecológico e economicamente sustentável do setor rural, com o objetivo de melhorar a convivência entre a população e os recursos ambientais, inclusive com a previsão de diretrizes para implantação de infra-estrutura de fomento às atividades econômicas;	Oferece recomendações, diretrizes e ações de desenvolvimento sustentável que visam melhor orientar a relação entre os sistemas produtivos, os ecossistemas e a sociedade, onde estão incluídas ações de infraestrutura, voltadas à potencialização das atividades econômicas, com maior sustentabilidade.
VI	Medidas de controle e de ajustamento de planos de zoneamento de atividades econômicas e sociais resultantes da iniciativa dos municípios, visando a compatibilizar, no interesse da proteção ambiental, usos conflitantes em espaços municipais contíguos e a integrar iniciativas regionais amplas e não restritas às cidades;	Oferece um conjunto de informações sob forma de Banco de Dados, permitindo a atualização dinâmica dos planos de informação, favorecendo ajustes e adequações necessárias na articulação com demais políticas estaduais, municipais e federais, assim como a partir da dinâmica social.
VII	Planos, programas e projetos dos governos federal, estadual e municipal, bem como suas respectivas fontes de recursos com vistas a viabilizar as atividades apontadas como adequadas a cada zona.	Oferece em seu Arranjo Institucional uma arquitetura de relações e ações, com medidas de implementação, monitoramento e avaliação, que visam potencializar investimentos promotores do desenvolvimento sustentável.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

A seguir estão apresentados os **objetivos, princípios** e as **diretrizes**. As diretrizes estão organizadas em três grupos. O primeiro apresenta as **Diretrizes Gerais Estaduais Temáticas**, o segundo as **Diretrizes Gerais das Zonas** e o terceiro as **Diretrizes Específicas Temáticas e as Diretrizes Específicas de Interação Temática**. Primeiramente são elencados os objetivos e princípios do ZEE-BA, seguidos pelas diretrizes, apresentadas nos capítulos seguintes.

#### **OBJETIVOS:**

▪Atuar como um sistema dinâmico de informações sobre o território, nas dimensões temáticas: Ecológica (Física e Biótica), Sociocultural, Produtiva e Jurídico-institucional, que contribua com a ampliação do conhecimento e o apoio à decisão de técnicos, gestores e da sociedade, sobre o Estado, e com seus instrumentos de planejamento e gestão, sistematizando dados, informações, critérios e orientações para a proteção ambiental e os usos sustentáveis do território;

▪Contribuir para o desenvolvimento sustentável do Estado da Bahia e para a melhoria das condições de vida da sua população, estabelecendo medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade. (Baseado no Decreto 4.297 de 2001);

▪Organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos, privados e sociais, quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas. (Baseado no Decreto 4.297 de 2001);

▪Contribuir para integração das políticas territoriais, com seus sistemas de gestão e colegiados, fortalecendo a participação social e a construção da governança compartilhada do território;

▪Favorecer o equilíbrio entre os usos produtivos, o desenvolvimento humano e a conservação ambiental do território;

▪Facilitar os processos de pactuação e tomada de decisão sobre planos, programas e projetos, públicos ou privados;

▪Contribuir para a melhoria da relação entre a população, os ecossistemas e suas riquezas naturais. (Baseado no Edital);

▪Contribuir para a redução da Vulnerabilidade Social;

▪Identificar áreas relevantes para a proteção ambiental, a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. (Baseado no Edital);

▪Contribuir para o fortalecimento da gestão das unidades de conservação e demais áreas protegidas;

▪Apresentar parâmetros para orientação das atividades produtivas. (Baseado no Edital);

▪Contribuir para tornar mais ágeis e efetivos os processos de licenciamento ambiental. (Baseado no Edital);

▪Indicar o desenvolvimento de novos estudos que ampliem o conhecimento sobre o território e permita a atualização permanente de informações no ZEE;

▪Subsidiar instituições de financiamento do setor produtivo a priorizarem linhas de financiamento (recursos) para atividades mais sustentáveis;

▪Contribuir para o aperfeiçoamento dos sistemas de controle sobre o uso dos recursos naturais, em especial dos recursos hídricos.

#### **PRINCÍPIOS**

▪Do Desenvolvimento Sustentável;

Desenvolvimento da sociedade que considera a dimensão Ecológica (conservação dos ecossistemas); a dimensão social (melhoria da qualidade e condições de vida das populações); a dimensão cultural (respeito e valorização da diversidade cultural integrante da zona); a dimensão econômica (valorização de tecnologias limpas e de inclusão social); a dimensão jurídica, política e institucional (apoio a construção da governança da zona e a regulamentação de políticas públicas comprometidas com a sustentabilidade).

▪Do Planejamento Integrado;

Planejamento que promove o diálogo entre as diferentes dimensões temáticas, tendo como eixo transversal a sustentabilidade, na perspectiva de construção de um planejamento que valorize diferentes perspectivas, na construção de um produto comum.

▪Da Equidade Social;

Compromisso com a busca pela justiça e igualdade social.

▪Da Governança Compartilhada e da Participação Social;

A Governança Compartilhada inclui a participação das esferas públicas (municipal, estadual e federal); da sociedade organizada, com representações dos diferentes segmentos; e do setor econômico/produtivo predominante na zona. A participação social

implica na inclusão desses diferentes agentes públicos, sociais e econômicos nas decisões e pactuações sobre o desenvolvimento da zona que compartilham. O poder público tem a especial função de mediação e proteção dos bens comuns.

▪Da Conservação da Biodiversidade e Sociobiodiversidade

A conservação da biodiversidade se refere à proteção dos ecossistemas em relação às condições necessárias à proteção da biodiversidade. A conservação da sociobiodiversidade considera ainda a relação dos ecossistemas e de sua biodiversidade com as comunidades que vivem e sobrevivem de forma interdependente a esses ambientes, considerando ainda os aspectos culturais e de biotecnologia, associados.

▪Da Promoção dos Serviços Ambientais;

A promoção dos serviços ambientais visa assegurar a sustentabilidade econômica da atividade de conservação de ecossistemas e das riquezas naturais, criando condições de motivação financeira para que essa conservação ocorra e seja rentável para o agente que garante a proteção dos serviços ambientais.

▪Da Valorização Cultural;

A valorização cultural busca a inclusão da diversidade cultural integrante na zona, nos processos de decisão e pactuação sobre a referida zona, buscando promover o desenvolvimento das comunidades e povos tradicionais, respeitando as especificidades de cada cultura.

▪Da Diversificação Produtiva;

A diversificação produtiva visa, sempre que possível, ampliar as formas de produção em uma mesma zona, promovendo diferentes oportunidades de desenvolvimento, visando ampliar a perspectiva de sustentabilidade da zona.

▪Da Precaução e Respeito à Vida;

O princípio da precaução e respeito à vida visa salvaguardar as condições fundamentais à manutenção da saúde dos ecossistemas e das pessoas, buscando a segurança da manutenção dessas condições, atuando com precaução nas decisões que implicam em aspectos de insegurança ambiental.

▪Da Descentralização do Desenvolvimento Territorial;

A descentralização do desenvolvimento territorial visa à promoção de condições favoráveis ao desenvolvimento nas diferentes zonas e territórios do estado da Bahia, a partir da valorização de suas potencialidades e minimização ou resolução de suas limitações.

▪Da Valorização das Comunidades Tradicionais como Estratégia de Desenvolvimento Sustentável.

Incluir as comunidades tradicionais e suas especificidades culturais e de formas de vida em estratégias formais de desenvolvimento das respectivas zonas e dos respectivos territórios onde essas comunidades estão inseridas.

#### 4.1. Diretrizes Gerais Estaduais Temáticas

O presente capítulo apresenta as Diretrizes Gerais Estaduais Temáticas e as Diretrizes Específicas Temáticas, ambas referentes aos 12 temas tratados.

Conforme expresso no Quadro 17, as diretrizes gerais estaduais temáticas são orientadoras dos princípios de sustentabilidade relacionados a cada tema, seu modo de interação com os demais temas e sua melhor contribuição aos usos mais sustentáveis do território. O Quadro 19 apresenta tais diretrizes, válidas para todo o território do Estado.

**Quadro 19** – Diretrizes gerais estaduais temáticas

TEMA	DIRETRIZES GERAIS ESTADUAIS
<b>SOLOS</b>	<p>Restrição ao uso de implementos químicos em práticas agropecuárias, priorizando manejos que contribuam para a manutenção das funções naturais e produtivas dos solos.</p> <p>Estímulo a atividades que valorizem as potencialidades naturais e a aptidão agrícola dos solos, respeitando suas limitações e desestímulo à exploração das terras e seus recursos naturais com atividades inadequadas.</p> <p>Promoção do manejo sustentável dos solos, possibilitando a continuação de práticas agrícolas significantes para economia do Estado, impedindo o processo de arenização das terras.</p> <p>Priorização e estímulo a práticas de manejo em atividades agropecuárias que contribuam para a conservação dos solos.</p> <p>Controle da ampliação das pastagens, impedindo a descaracterização da paisagem, a redução da cobertura vegetal e a consequente exaustão dos solos.</p> <p>Atuação e cooperação com programas de combate à arenização das terras.</p>
<b>RECURSOS HÍDRICOS</b>	<p>Condicionamento da obtenção de licenças à análise criteriosa da disponibilidade hídrica e da qualidade das águas.</p> <p>Implantação efetiva de gestão dos serviços de saneamento que contemplem a redução da degradação da qualidade das águas e ampliem a matriz de alternativas tecnológicas de disposição final de efluentes.</p> <p>Valorização, a partir de incentivos econômicos, da redução da produção de efluentes e a maximização do reuso das águas nos diversos processos econômicos.</p> <p>Integração da gestão das bacias hidrográficas à especificidade dos territórios de identidade e aos demais níveis e setores de planejamento regional e estadual.</p> <p>Integração dos setores da administração pública e dos usuários da água para o planejamento dos recursos hídricos estadual, a definição de planos integrados de recursos hídricos e a fiscalização de sua implantação.</p> <p>Intensificação do planejamento dos recursos hídricos, valorizando sua característica sistêmica, para definição de obras e intervenções que possam comprometer o potencial hídrico regional.</p> <p>Estruturação de sistema para controle efetivo da disposição de efluentes líquidos e resíduos sólidos, domésticos e industriais.</p>

(Continua)

Continuação do **Quadro 19** – Diretrizes gerais estaduais temáticas

TEMA	DIRETRIZES GERAIS ESTADUAIS
------	-----------------------------

TEMA	DIRETRIZES GERAIS ESTADUAIS
<b>RECURSOS MINERAIS</b>	Efetivação da fiscalização como modo de garantir a implementação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e impactos ambientais da mineração.
<b>BIODIVERSIDADE</b>	<p>Priorização estudos de aprofundamento do conhecimento sobre a Biodiversidade do estado para definição de unidades de conservação, em especial as de proteção integral.</p> <p>Estabelecimento, nas diferentes zonas, da conectividade entre fragmentos de áreas de importância biológica e sua recuperação, pactuando a formação de corredores que permitam a mobilidade ecológica entre as atividades produtivas.</p> <p>Orientação do desenvolvimento produtivo em sítios de fragilidade ecológica priorizando tecnologias, práticas e usos sustentáveis, compatíveis com as diretrizes das políticas ambientais e com a realidade local.</p> <p>Favorecimento da compatibilização dos arranjos produtivos mediante identificação das práticas tradicionais e familiares promovendo a complementaridade dos usos e da produção, principalmente nas áreas de fragilidade ambiental.</p> <p>Promoção de programas de Pagamentos por Serviços Ambientais.</p> <p>Implantação de sistemas de monitoramento como instrumento de controle da qualidade ambiental: em áreas com comprovada degradação proporcionada por problemas históricos já registrados; em áreas com potencial de comprometimento da qualidade, provocado por: ação difusa de baixa intensidade, desenvolvida em grande extensão territorial (exemplos: silvicultura e agricultura e pecuária extensivas); em áreas restritas, com elevada concentração de empreendimentos e com alta intensidade de degradação.</p> <p>Elaboração do plano de recuperação e manutenção da qualidade ambiental para áreas com comprovada degradação ambiental promovendo a participação de grupos de estudos em parcerias estabelecidas entre instituições.</p>
<b>PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL</b>	<p>Contribuição para ampliação do volume de recursos disponíveis para a identificação, recuperação e conservação do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico.</p> <p>Articulação do conhecimento existente produzido pela arqueologia com os saberes populares e modos de vida locais, reforçando as relações sociais de identidade e pertencimento ao território, por meio de ações integradas de pesquisa, ensino, cultura e atividades produtivas associadas.</p>
<b>SOCIAL</b>	<p>Redução da Vulnerabilidade Social pela melhoria da Qualidade de Vida, da Condição Econômica e da Condição de Vida nos municípios baianos.</p> <p>Priorização do desenvolvimento econômico diversificado e desconcentrado, respeitando as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores, garantindo a ambos o direito a terra.</p> <p>Valorização socioeconomicamente as comunidades tradicionais a partir da inserção dos produtos da sociobiodiversidade no sistema produtivo do Estado.</p> <p>Priorização para as comunidades Quilombolas e de Fundo e Feche de Pasto de seu reconhecimento enquanto grupo e sua regularização fundiária.</p> <p>Valorização dos aspectos que fortaleçam a etnoconservação e a sociobiodiversidade na perspectiva da inclusão dessas comunidades de pescadores artesanais nas estratégias de desenvolvimento do Estado.</p> <p>Favorecimento à agilização dos processos de declaração, delimitação, estudo, homologação e regularização das terras indígenas.</p> <p>Priorização da infraestrutura habitacional e atendimento social (educação do campo e saúde) e produtivo em assentamentos de reforma agrária garantindo a preservação do modo de vida do agricultor familiar e sua permanência no campo.</p>
<b>ARRANJOS PRODUTIVOS RURAIS</b>	<p>Priorização da agricultura sustentável.</p> <p>Favorecimento da integração da agricultura familiar nos arranjos produtivos.</p>
<b>AQUICULTURA E PESCA</b>	Priorização da demarcação de áreas e parques aquícolas nos principais corpos hídricos baianos.
<b>TURISMO</b>	<p>Introdução ao elemento paisagem como parâmetro de análise de impactos visuais e orientação no sistema de planejamento e licenciamento de atividades.</p> <p>Valorização da diversidade cultural e ambiental do Estado.</p> <p>Valorização dos recursos naturais e culturais, em termos de qualidade e diversidade, como matéria prima para o turismo.</p>

(Continua)



Continuação do **Quadro 19** – Diretrizes gerais estaduais temáticas

TEMA	DIRETRIZES GERAIS ESTADUAIS
<b>INDÚSTRIA</b>	<p>Priorizar a desconcentração espacial da atividade industrial no estado.</p> <p>Intensificar a verticalização da produção, estimulando a agregação de valor local aos produtos manufaturados.</p> <p>Estímulo a expansão de atividades indústrias não poluentes e intensivas em tecnologia.</p> <p>Articular as diversas escalas de produção, estimulando a cadeia de fornecimento local, com vistas ao enraizamento da atividade industrial.</p> <p>Favorecer a expansão do setor agroindustrial de produção de consumo final.</p> <p>Favorecer a integração da produção industrial com outros setores da indústria e da economia.</p> <p>Priorizar capacitação e absorção de recursos humanos locais em processos de implantação e fomento industrial.</p> <p>Favorecer a implantação de agroindústrias rurais de base familiar ou cooperativas associadas a programas de capacitação.</p>
<b>INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA</b>	<p>Priorização da intermodalidade no sistema logístico.</p> <p>Priorização da implantação de intervenções estruturais em eixos e equipamentos logísticos como meio de contribuir para a integração territorial e a eficiência logística do Estado.</p> <p>Priorização da implantação de sistema integrado de gestão da logística do Estado</p> <p>Priorização da implantação de uma rede efetiva de centros logísticos do Estado.</p> <p>Estímulo ao transporte aéreo inter-regional por meio da estruturação dos terminais aeroportuários existentes, estimulando aproveitamento do potencial turístico regional.</p>
<b>ENERGIA</b>	<p>Apoio à autoprodução de energia elétrica de pequeno porte e o uso de resíduos sólidos urbanos.</p> <p>Aproveitamento do potencial de fontes de energia alternativas ou renováveis como forma de tornar o estado da Bahia menos dependente do sistema interligado.</p> <p>Negociação da garantia da aquisição de energia, gerada a partir de fontes renováveis, pelas concessionárias de energia elétrica.</p> <p>Estímulo a utilização, nos processos de geração de energia, de sistemas de refrigeração mais eficientes que utilizem menor quantidade de água.</p> <p>Favorecimento da diversificação das fontes de geração de energia.</p> <p>Incentivo ao incremento da produção de energia elétrica com o uso de fontes alternativas de energia, renováveis ou não.</p> <p>Avaliação da possibilidade da utilização de tecnologias de irrigação e de dessalinização alimentados por sistemas locais de geração de energia, especialmente das fontes termossolar e fotovoltaica (especialmente no semiárido).</p>
<b>INSTITUCIONAL</b>	<p>Favorecimento da efetividade de instâncias participativas como forma de garantir o controle social em políticas públicas.</p> <p>Promoção de institucionalidades com representatividade social e competência executiva como meio de fortalecer a gestão e governança territorial.</p> <p>Fortalecimento e qualificação a atuação do Estado nos territórios de identidade.</p> <p>Estimulação da articulação entre as instituições estaduais visando ao aprimoramento de uso das estruturas físicas existentes</p> <p>Contribuição para a constituição de um sistema de gestão ambiental e territorial para o desenvolvimento sustentável, integrando e articulando as políticas ambientais, territoriais e setoriais e seus respectivos sistemas de gestão.</p> <p>Contribuição para a elaboração de uma política estadual de participação social e governança do território, articulando os sistemas de gestão e participação social nas políticas públicas.</p> <p>Priorização de estratégias de apoio técnico, institucional e capacitação para que os municípios atuem como entes sensibilizadores e multiplicadores da importância da adequada implementação dos instrumentos de planejamento territorial e funcionem como estruturas de apoio à gestão ambiental do Estado.</p> <p>Priorização da representação das instituições por interlocutores com capacidade de decisão, de modo que a participação não se dê apenas de uma maneira protocolar.</p>

(Continua)

#### **4.2. Diretrizes Específicas Temáticas**

As diretrizes específicas temáticas são decorrentes de recomendações, que por sua vez, são oriundas das potencialidades e limitações temáticas (relacionadas aos temas adotados, conforme TDR) identificadas em áreas específicas do território estadual.

Dessa forma, tais diretrizes são específicas por serem válidas apenas para áreas específicas do território (onde ocorrem as potencialidades e/ou limitações), e são temáticas porque foram identificadas e organizadas de acordo com os temas utilizados para abordar a realidade do Estado.

Quadro 20 – Diretrizes específicas temáticas para Solos

SOLOS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Terras indicadas para atividades agrícolas</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 1abC em relação à disponibilidade de água no solo para as plantas, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>NEOSSOLO FLÚVICO Eutrófico.</p>	4, 5, 6, 8, 9, 28, 36	Desestímulo à implantação de lavouras que requeiram significativas demandas de água, devido à necessidade de drenagem artificial.	Promoção da irrigação suplementar, com efetivo controle das quantidades utilizadas, evitando, assim, a necessidade de drenagem artificial dos terrenos por excesso de água de irrigação.
<p><b>Terras indicadas para atividades agrícolas</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 1abC em relação à fertilidade natural do solo, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>NEOSSOLO FLÚVICO Eutrófico.</p>	4, 5, 6, 8, 9, 28, 36	Controle da aplicação de químicos nas áreas que demandam adubação e correção do solo, uma vez que manejos inadequados do solo podem proporcionar danos ao meio ambiente, como a contaminação do lençol freático e das águas superficiais e a salinização do solo.	Monitoramento da qualidade das águas e dos sedimentos depositados nos corpos hídricos, nos trechos à jusante de áreas irrigadas, em face da grande proximidade destas áreas em relação a mananciais superficiais.
<p><b>Terras indicadas para atividades agrícolas</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 1abC em relação à suscetibilidade à erosão das terras, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>NEOSSOLO FLÚVICO Eutrófico.</p>	4, 5, 6, 8, 9, 28, 36	Desestímulo ao uso de implementos agrícolas na época das enchentes, quando há carreamento das partículas tanto para as várzeas quanto para os mananciais.	
<p><b>Terras indicadas para atividades agrícolas</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 1abC em relação ao impedimento à mecanização das terras, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>NEOSSOLO FLÚVICO Eutrófico.</p>	4, 5, 6, 8, 9, 28, 36	Desestímulo à mecanização em áreas pedregosas; Restrição às práticas de mecanização agrícola em solos com alto teor de argila que contribuam para perda de potência de máquinas.	
<p><b>Terras indicadas para atividades agrícolas</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 2abc em relação à disponibilidade de água no solo para as plantas, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO Eutrófico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico; CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico; CHERNOSSOLO HÁPLICO; LATOSSOLO VERMELHO Eutrófico; NEOSSOLO FLÚVICO; NEOSSOLO FLÚVICO Eutrófico.</p>	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 36		Fomento à implantação de lavouras que possuam reduzidas demandas por água, salvo, quando possível, com o uso de irrigação.

(Continua)

SOLOS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Terras indicadas para atividades agrícolas</b> Classe de aptidão agrícola 2abc em relação à fertilidade natural do solo, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico; ARGISSOLO VERMELHO Eutrófico; CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico.</p>	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 36	Favorecimento da implantação de lavouras que possuam reduzidas demandas por nutrientes.	Fomento à implantação de culturas.
<p><b>Terras indicadas para atividades agrícolas</b> Classe de aptidão agrícola 2abc em relação à suscetibilidade à erosão das terras, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico; ARGISSOLO VERMELHO Eutrófico; CHERNOSSOLO HÁPLICO; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico; LATOSSOLO VERMELHO Eutrófico; NEOSSOLO FLÚVICO; NEOSSOLO FLÚVICO Eutrófico.</p>	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 36	Restrição à implantação de lavouras em áreas com altas pluviosidades.	Promoção de cultivos em curvas de nível determinadas por métodos com média tecnologia.
<p><b>Terras indicadas para atividades agrícolas</b> Classe de aptidão agrícola 2abc em relação ao impedimento à mecanização das terras, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>NEOSSOLO FLÚVICO; NEOSSOLO FLÚVICO Eutrófico.</p>	5, 6, 7, 8, 9, 14	Desestímulo ao uso de implementos agrícolas mecanizados em áreas com alguma limitação à mecanização.	

(Continua)

SOLOS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Terras indicadas para atividades agrícolas</b> Classe de aptidão agrícola 2(ab)c em relação à disponibilidade de água no solo para as plantas, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ARGISSOLO AMARELO Distrófico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico; CAMBISSOLO HÁPLICO Alumínico; CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico; CAMBISSOLO HÁPLICO Distrófico; CHERNOSSOLO HÁPLICO; LATOSSOLO AMARELO Alumínico; LATOSSOLO AMARELO Distrófico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; NEOSSOLO FLÚVICO Distrófico; NEOSSOLO REGOLÍTICO Eutrófico; NEOSSOLO QUARTZARÊNICO; VERTISSOLO; LATOSSOLO VERMELHO Distrófico.</p>	<p>1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36</p>	<p>Restrição à implantação de lavouras que requeiram significativas demandas de água, salvo, quando possível, com o uso de irrigação.</p>	<p>Estímulo ao cultivo de plantas de ciclo curto.</p>
<p><b>Terras indicadas para atividades agrícolas</b> Classe de aptidão agrícola 2(ab)c em relação à fertilidade natural do solo, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ARGISSOLO AMARELO Distrófico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; CAMBISSOLO HÁPLICO Alumínico; CHERNOSSOLO HÁPLICO; LATOSSOLO AMARELO Alumínico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; NEOSSOLO QUARTZARÊNICO; NEOSSOLO REGOLÍTICO Eutrófico; LATOSSOLO VERMELHO Distrófico.</p>	<p>1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36</p>	<p>Restrição à implantação de lavouras que requeiram significativas demandas de nutrientes para as culturas.</p>	

(Continua)



SOLOS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Terras indicadas para atividades agrícolas</b> Classe de aptidão agrícola 2(ab)c em relação à suscetibilidade à erosão das terras, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico; CAMBISSOLO HÁPLICO Alumínico; CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico.</p>	<p>1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 36</p>	<p>Restrição à implantação de lavouras em áreas com alta pluviosidade.</p>	<p>Priorização de cultivos em curvas de nível.</p>
<p><b>Terras indicadas para atividades agrícolas</b> Classe de aptidão agrícola 2(ab)c em relação ao impedimento à mecanização das terras, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico; CAMBISSOLO HÁPLICO Alumínico; CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico; CHERNOSSOLO HÁPLICO; NEOSSOLO FLÚVICO Distrófico; VERTISSOLO.</p>	<p>2, 3, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 36</p>	<p>Utilização, quando necessário, de implementos agrícolas rústicos ou motorizados para mecanização de lavouras, principalmente em solos argilosos.</p>	

(Continua)

SOLOS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Terras indicadas para atividades agrícolas</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 3(abc) em relação à disponibilidade de água no solo para as plantas, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;                      ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;                      ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;                      CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico;                      CHERNOSSOLO HÁPLICO;                      LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico Alumínico;                      NEOSSOLO FLÚVICO Eutrófico;                      NEOSSOLO QUARTZARÊNICO;                      NEOSSOLO QUARTZARÊNICO Órtico;                      NEOSSOLO REGOLÍTICO Eutrófico;                      LUVISSOLO CRÔMICO Órtico;                      VERTISSOLO;                      VERTISSOLO HÁPLICO;                      CAMBISSOLO HÁPLICO;                      LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;                      LATOSSOLO AMARELO Distrófico;                      LATOSSOLO AMARELO Alumínico;                      LATOSSOLO VERMELHO Eutrófico;                      LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;                      NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;                      NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico;                      NEOSSOLO REGOLÍTICO Distrófico;                      VERTISSOLO HÁPLICO Órtico.</p>	Todas	Restrição à implantação de lavouras que requeiram significativas demandas de água, salvo, quando possível, com o uso de irrigação.	Promoção do cultivo de plantas de ciclo curto.

(Continua)

SOLOS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Terras indicadas para atividades agrícolas</b> Classe de aptidão agrícola 3(abc) em relação à fertilidade natural do solo, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>VERTISSOLO HÁPLICO; CHERNOSSOLO HÁPLICO; LUVISSOLO CRÔMICO Órtico; NEOSSOLO REGOLÍTICO Distrófico; CAMBISSOLO HÁPLICO; NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico; VERTISSOLO HÁPLICO Órtico.</p>	6, 7, 9, 10, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32, 33	Restrição à implantação de lavouras que requeiram significativas demandas de nutrientes para as culturas.	
<p><b>Terras indicadas para atividades agrícolas</b> Classe de aptidão agrícola 3(abc) em relação à suscetibilidade à erosão das terras na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico; CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico.</p>	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36	Restrição à implantação de lavouras em áreas com significativa pluviosidade.	Promoção de cultivos em curvas de nível.
<p><b>Terras indicadas para atividades agrícolas</b> Classe de aptidão agrícola 3(abc) em relação ao impedimento à mecanização das terras, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico; NEOSSOLO QUARTZARÊNICO; NEOSSOLO QUARTZARÊNICO Órtico; VERTISSOLO HÁPLICO; CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico; LUVISSOLO CRÔMICO Órtico; NEOSSOLO FLÚVICO Eutrófico.</p>	1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36	Utilização, quando necessário, de implementos agrícolas rústicos para mecanização de lavouras, principalmente em solos argilosos.	

(Continua)

SOLOS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Terras indicadas para atividades agrícolas</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 3(bc) em relação à disponibilidade de água no solo para as plantas, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>GLEISSOLO HÁPLICO;</p> <p>GLEISSOLO HÁPLICO Alumínico;</p> <p>GLEISSOLO HÁPLICO Eutrófico.</p>	1, 2, 3, 28, 29, 32, 33, 35, 36	Restrição à implantação de lavouras que requeiram significativas demandas de água, salvo, quando possível, com o uso de irrigação.	Fomento ao cultivo de plantas de ciclo curto.
<p><b>Terras indicadas para atividades agrícolas</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 3(bc) em relação à fertilidade natural do solo, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>GLEISSOLO HÁPLICO;</p> <p>GLEISSOLO HÁPLICO Alumínico;</p> <p>GLEISSOLO HÁPLICO Eutrófico;</p> <p>GLEISSOLO HÁPLICO Distrófico.</p>	1, 2, 3, 28, 29, 32, 33, 35, 36	Restrição à implantação de lavouras que requeiram significativas demandas de nutrientes para as culturas.	
<p><b>Terras indicadas para atividades agrícolas</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 3(bc) em relação à suscetibilidade à erosão das terras, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>GLEISSOLO HÁPLICO;</p> <p>GLEISSOLO HÁPLICO Alumínico;</p> <p>GLEISSOLO HÁPLICO Eutrófico.</p>	1, 2, 3, 28, 29, 32, 33, 35, 36	Restrição à implantação de lavouras em áreas com significativa pluviosidade.	Promoção do cultivo em curvas de nível.
<p><b>Terras indicadas para atividades agrícolas</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 3(bc) em relação ao impedimento à mecanização das terras, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>GLEISSOLO HÁPLICO;</p> <p>GLEISSOLO HÁPLICO Alumínico;</p> <p>GLEISSOLO HÁPLICO Eutrófico.</p>	1, 2, 3, 28, 29, 32, 33, 35, 36	Utilização, quando necessário, de implementos agrícolas rústicos para mecanização de lavouras, principalmente em solos argilosos.	
<p><b>Terras indicadas para atividades agrícolas</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 3(bc) em relação à disponibilidade de oxigênio no solo para as plantas, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>GLEISSOLO HÁPLICO;</p> <p>GLEISSOLO HÁPLICO Alumínico;</p> <p>GLEISSOLO HÁPLICO Eutrófico;</p> <p>GLEISSOLO HÁPLICO Distrófico.</p>	1, 2, 3, 28, 29, 32, 33, 35, 36	Priorização da conservação dos ecossistemas em áreas de solos suscetíveis à inundação; <p>Desestímulo às práticas agrícolas na época das cheias dos mananciais, devido aos solos apresentarem moderada a forte deficiência de oxigênio para as culturas.</p>	

(Continua)

SOLOS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Terras indicadas para atividades agrícolas</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 3(c) em relação à disponibilidade de água no solo para as plantas, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico; LATOSSOLO VERMELHO Eutrófico; VERTISSOLO.</p>	2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 13	Restrição à implantação de lavouras que requeiram significativas demandas de água, salvo, quando possível, com o uso de irrigação.	Fomento ao cultivo de plantas de ciclo curto.
<p><b>Terras indicadas para atividades agrícolas</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 3(c) em relação à fertilidade natural do solo, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO Eutrófico; VERTISSOLO.</p>	3, 4, 5	Restrição à implantação de lavouras que requeiram significativas demandas de nutrientes para as culturas.	
<p><b>Terras indicadas para atividades agrícolas</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 3(c) em relação à suscetibilidade à erosão das terras, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico.</p>	2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 13	Restrição à implantação de lavouras em áreas com significativa pluviosidade.	Promoção do cultivo em curvas de nível.
<p><b>Terras indicadas para atividades agrícolas</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 3(c) em relação ao impedimento à mecanização das terras, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico.</p>	2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 13	Utilização, quando necessário, de implementos agrícolas rústicos para mecanização de lavouras, principalmente em solos argilosos.	
<p><b>Terras indicadas para pastagem plantada</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 4P em relação à disponibilidade de água no solo para as plantas, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico; ARGISSOLO VERMELHO Eutrófico; CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; LUVISSOLO CRÔMICO; NEOSSOLO QUARTZARÊNICO; LATOSSOLO VERMELHO Eutrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico; PLANOSSOLO HÁPLICO Eutrófico Solódico.</p>	3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29	Desestímulo ao cultivo de lavouras em áreas com chuvas irregulares; Incentivo ao cultivo de espécies gramíneas.	

(Continua)



SOLOS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Terras indicadas para pastagem plantada</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 4P em relação à fertilidade natural do solo, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;                      LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico;                      LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;                      ARGISSOLO VERMELHO Eutrófico;                      CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico;                      NEOSSOLO QUARTZARÊNICO;                      LATOSSOLO VERMELHO Eutrófico;                      NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;                      PLANOSSOLO HÁPLICO Eutrófico Solódico;                      ESPODOSSOLO FERRILÚVICO.</p>	<p>3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 35, 36</p>	<p>Desestímulo ao cultivo de lavouras em solos com forte deficiência de fertilidade, além de pequena profundidade e elevada pedregosidade;</p> <p>Incentivo ao cultivo de espécies gramíneas.</p>	
<p><b>Terras indicadas para pastagem plantada</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 4P em relação à suscetibilidade à erosão das terras, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;                      ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;                      ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;                      ARGISSOLO VERMELHO Eutrófico;                      CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico;                      LATOSSOLO AMARELO Alumínico;                      LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;                      LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico;                      LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;                      NEOSSOLO QUARTZARÊNICO;                      NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;                      LATOSSOLO VERMELHO Eutrófico;                      PLANOSSOLO HÁPLICO Eutrófico Solódico;                      ESPODOSSOLO FERRILÚVICO.</p>	<p>3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 35, 36</p>	<p>Estímulo à conservação da vegetação natural, de modo que seja reduzida a erosão dos terrenos, o que empobrece os solos e assoreia os cursos d'água.</p>	<p>Promoção do cultivo de espécies gramíneas em terrenos com declividade superior a 8%.</p>

(Continua)

SOLOS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Terras indicadas para pastagem plantada</b> Classe de aptidão agrícola 4P em relação ao impedimento à mecanização das terras, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico; ARGISSOLO VERMELHO Eutrófico; CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico; LATOSSOLO AMARELO Alumínico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; LUVISSOLO CRÔMICO; NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico; PLANOSSOLO HÁPLICO Eutrófico Solódico; ESPODOSSOLO FERRILÚVICO.</p>	3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 35, 36	<p>Estímulo à manutenção da vegetação natural e desestímulo à utilização de implementos agrícolas de modo a minimizar a degradação dos solos;</p> <p>Priorização da conservação dos ecossistemas em áreas com declividade acima de 8%.</p>	
<p><b>Terras indicadas para pastagem plantada</b> Classe de aptidão agrícola 4p em relação à disponibilidade de água no solo para as plantas, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico; ARGISSOLO VERMELHO Eutrófico; LATOSSOLO AMARELO Alumínico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico.</p>	9, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 36	<p>Desestímulo ao cultivo de lavouras em área de clima seco;</p> <p>Incentivo ao cultivo de espécies gramíneas em localidades com solos expostos.</p>	
<p><b>Terras indicadas para pastagem plantada</b> Classe de aptidão agrícola 4p em relação à fertilidade natural do solo, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; LATOSSOLO AMARELO Alumínico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico; ARGISSOLO VERMELHO Eutrófico.</p>	9, 11, 12, 13, 16, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 36	<p>Desestímulo às práticas agrícolas em solos com forte deficiência de fertilidade, além de pequena profundidade e elevada pedregosidade.</p>	

(Continua)

SOLOS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Terras indicadas para pastagem plantada</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 4p em relação à suscetibilidade à erosão das terras, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;                      ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;                      ARGISSOLO VERMELHO Eutrófico;                      LATOSSOLO AMARELO Alumínico;                      LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico;                      LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;                      NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico.</p>	9, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 36	<p>Estímulo à conservação da vegetação natural, de modo que seja reduzida a erosão dos terrenos, o que empobrece os solos e assoreia os cursos d'água;</p> <p>Incentivo ao cultivo de espécies gramíneas em localidades com solos expostos.</p>	
<p><b>Terras indicadas para pastagem plantada</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 4p em relação ao impedimento à mecanização das terras, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;                      ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;                      ARGISSOLO VERMELHO Eutrófico;                      LATOSSOLO AMARELO Alumínico;                      LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico;                      LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;                      NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico.</p>	9, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 36	<p>Estímulo à manutenção da vegetação natural e desestímulo à utilização de implementos agrícolas de modo a minimizar a degradação dos solos;</p> <p>Priorização da conservação dos ecossistemas em áreas com declividade acima de 8%.</p>	
<p><b>Terras indicadas para pastagem plantada</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 4(p) em relação à disponibilidade de água no solo para as plantas, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico;                      NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;                      NEOSSOLO REGOLÍTICO Eutrófico.</p>	6, 7, 14, 15, 17, 18, 19, 23, 24, 30, 31, 32	<p>Desestímulo ao cultivo de lavouras em área de clima seco;</p> <p>Incentivo ao cultivo de espécies gramíneas.</p>	
<p><b>Terras indicadas para pastagem plantada</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 4(p) em relação à fertilidade natural do solo, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico;                      NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico.</p>	6, 7, 14, 15, 17, 18, 19, 23, 24, 30, 31, 32	Desestímulo às práticas agrícolas em solos rasos e com elevada pedregosidade.	

(Continua)

SOLOS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Terras indicadas para pastagem plantada</b> Classe de aptidão agrícola 4(p) em relação à suscetibilidade à erosão das terras, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico; NEOSSOLO REGOLÍTICO Eutrófico.</p>	6, 7, 14, 15, 17, 18, 19, 23, 24, 30, 31, 32	<p>Estímulo à conservação da vegetação natural, de modo que seja reduzida a erosão dos terrenos, o que empobrece os solos e assoreia os cursos d'água;</p> <p>Incentivo ao cultivo de espécies gramíneas em localidades com solos expostos.</p>	
<p><b>Terras indicadas para pastagem plantada</b> Classe de aptidão agrícola 4(p) em relação ao impedimento à mecanização das terras, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico.</p>	6, 7, 14, 15, 17, 18, 19, 23, 24, 30, 31, 32	<p>Estímulo à manutenção da vegetação natural e desestímulo à utilização de implementos agrícolas de modo a minimizar a degradação dos solos;</p> <p>Priorização da conservação dos ecossistemas em áreas com declividade acima de 8%.</p>	
<p><b>Terras indicadas para silvicultura e pastagem natural</b> Classe de aptidão agrícola 5SN em relação à disponibilidade de água no solo para as plantas, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico; CHERNOSSOLO HÁPLICO; ESPODOSSOLO HUMILÚVICO; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico.</p>	2, 3, 4, 5, 8, 9, 11, 15, 24, 25, 26, 28, 33, 34, 35, 36	<p>Desestímulo às práticas agrícolas;</p> <p>Incentivo ao cultivo de espécies arbóreas e estímulo ao uso da vegetação natural para pastoreio extensivo.</p>	
<p><b>Terras indicadas para silvicultura e pastagem natural</b> Classe de aptidão agrícola 5SN em relação à fertilidade natural do solo, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico.</p>	2, 3, 4, 5, 8, 9, 15, 25, 26, 33, 34, 36	<p>Estímulo à conservação da vegetação natural, de modo que seja reduzida a erosão dos terrenos, o que empobrece os solos e assoreia os cursos d'água;</p> <p>Incentivo ao cultivo de espécies arbóreas.</p>	

(Continua)

SOLOS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Terras indicadas para silvicultura e pastagem natural</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 5SN em relação à suscetibilidade à erosão das terras, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;                      CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico;                      CHERNOSSOLO HÁPLICO;                      ESPODOSSOLO HUMILÚVICO;                      LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;                      LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;                      NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;                      NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico.</p>	2, 3, 4, 5, 8, 9, 11, 15, 24, 25, 26, 28, 33, 34, 35, 36	Estímulo à manutenção da vegetação natural e desestímulo à utilização de implementos agrícolas de modo a minimizar a degradação dos solos; Priorização da conservação dos ecossistemas.	
<p><b>Terras indicadas para silvicultura e pastagem natural</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 5SN em relação ao impedimento à mecanização das terras, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;                      CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico;                      CHERNOSSOLO HÁPLICO;                      ESPODOSSOLO HUMILÚVICO;                      LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;                      LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;                      NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;                      NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico.</p>	2, 3, 4, 5, 8, 9, 11, 15, 24, 25, 26, 28, 33, 34, 35, 36	Estímulo à manutenção da vegetação natural e desestímulo à utilização de implementos agrícolas de modo a minimizar a degradação dos solos; Priorização da conservação dos ecossistemas.	
<p><b>Terras indicadas para silvicultura e pastagem natural</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 5SN em relação à disponibilidade de oxigênio no solo para as plantas, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ESPODOSSOLO HUMILÚVICO.</p>	28, 36	Desestímulo às práticas agrícolas; Priorização da conservação dos ecossistemas em áreas de solos susceptíveis à inundação.	

(Continua)



SOLOS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Terras indicadas para silvicultura e pastagem natural</b> Classe de aptidão agrícola 5sn em relação à disponibilidade de água no solo para as plantas, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>CHERNOSSOLO HÁPLICO; CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico; NEOSSOLO QUARTZARÊNICO Hidromórfico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; VERTISSOLO; PLANOSSOLO HÁPLICO Eutrófico Solódico.</p>	2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 15, 24, 25, 26, 32, 33, 35	<p>Desestímulo ao cultivo de lavouras;</p> <p>Incentivo ao cultivo de espécies arbóreas e estímulo ao uso da vegetação natural para pastoreio extensivo.</p>	
<p><b>Terras indicadas para silvicultura e pastagem natural</b> Classe de aptidão agrícola 5sn em relação à fertilidade natural do solo, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico; NEOSSOLO QUARTZARÊNICO Hidromórfico; VERTISSOLO; ESPODOSSOLO HUMILÚVICO; PLANOSSOLO HÁPLICO Eutrófico Solódico.</p>	2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 15, 24, 28, 32, 33, 35, 36	<p>Desestímulo ao cultivo de lavouras.</p>	
<p><b>Terras indicadas para silvicultura e pastagem natural</b> Classe de aptidão agrícola 5sn em relação à suscetibilidade à erosão das terras, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; CHERNOSSOLO HÁPLICO; NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico; NEOSSOLO QUARTZARÊNICO Hidromórfico; VERTISSOLO; ESPODOSSOLO HUMILÚVICO; PLANOSSOLO HÁPLICO Eutrófico Solódico.</p>	2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 15, 24, 25, 26, 28, 32, 33, 35, 36	<p>Estímulo à conservação da vegetação natural, de modo que seja reduzida a erosão dos terrenos, o que empobrece os solos e assoreia os cursos d'água;</p> <p>Priorização da conservação dos ecossistemas.</p>	

(Continua)

SOLOS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Terras indicadas para silvicultura e pastagem natural</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 5sn em relação ao impedimento à mecanização das terras, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;                      CHERNOSSOLO HÁPLICO;                      NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;                      NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico;                      LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;                      CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico;                      NEOSSOLO QUARTZARÊNICO Hidromórfico;                      VERTISSOLO;                      ESPODOSSOLO HUMILÚVICO;                      PLANOSSOLO HÁPLICO Eutrófico Solódico.</p>	<p>2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 15, 24, 25, 26, 28, 32, 33, 35, 36</p>	<p>Estímulo à conservação da vegetação natural;                      Priorização da conservação dos ecossistemas.</p>	
<p><b>Terras indicadas para silvicultura e pastagem natural</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 5(sn) em relação à disponibilidade de água no solo para as plantas, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;                      ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;                      ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;                      ESPODOSSOLO HUMILÚVICO;                      LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;                      NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;                      NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico;                      PLANOSSOLO HÁPLICO;                      PLANOSSOLO NÁTRICO;                      NEOSSOLO QUARTZARÊNICO;                      PLANOSSOLO NÁTRICO Órtico;                      PLANOSSOLO HÁPLICO Eutrófico Solódico.</p>	<p>5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36</p>	<p>Desestímulo ao cultivo de lavouras;                      Incentivo ao cultivo de espécies arbóreas e estímulo ao uso da vegetação natural para pastoreio extensivo.</p>	

(Continua)

SOLOS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Terras indicadas para silvicultura e pastagem natural</b> Classe de aptidão agrícola 5(sn) em relação à fertilidade natural do solo, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico; PLANOSSOLO NÁTRICO; PLANOSSOLO HÁPLICO; ESPODOSSOLO HUMILÚVICO; PLANOSSOLO NÁTRICO Órtico; PLANOSSOLO HÁPLICO Eutrófico Solódico.</p>	<p>5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36</p>	<p>Desestímulo ao cultivo de lavouras; Incentivo ao cultivo de espécies arbóreas e estímulo ao uso da vegetação natural para pastoreio extensivo.</p>	
<p><b>Terras indicadas para silvicultura e pastagem natural</b> Classe de aptidão agrícola 5(sn) em relação à suscetibilidade à erosão das terras, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; ESPODOSSOLO HUMILÚVICO; NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico; PLANOSSOLO HÁPLICO; PLANOSSOLO NÁTRICO; PLANOSSOLO NÁTRICO Órtico; PLANOSSOLO HÁPLICO Eutrófico Solódico.</p>	<p>5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36</p>	<p>Estímulo à conservação da vegetação natural, de modo que seja reduzida a erosão dos terrenos, o que empobrece os solos e assoreia os cursos d'água; Priorização da conservação dos ecossistemas.</p>	

(Continua)

SOLOS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Terras indicadas para silvicultura e pastagem natural</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 5(sn) em relação ao impedimento à mecanização das terras, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;                      ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;                      ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;                      LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;                      ESPODOSSOLO HUMILÚVICO;                      NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;                      NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico;                      PLANOSSOLO HÁPLICO;                      PLANOSSOLO NÁTRICO Órtico;                      PLANOSSOLO HÁPLICO Eutrófico Solódico;                      PLANOSSOLO NÁTRICO.</p>	<p>5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36</p>	<p>Estímulo à conservação da vegetação natural, de modo que seja reduzida a erosão dos terrenos que empobrecem os solos e assoreiam os cursos d'água;</p> <p>Priorização da conservação dos ecossistemas.</p>	
<p><b>Terras não indicadas para atividades agrícolas, pastagem ou silvicultura</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 6 em relação à disponibilidade de água no solo para as plantas, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;                      ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;                      LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico;                      LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;                      NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;                      NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico;                      PLANOSSOLO NÁTRICO;                      ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;                      NEOSSOLO FLÚVICO Eutrófico.</p>	<p>2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33</p>	<p>Desestímulo a qualquer atividade agropecuária;</p> <p>Priorização da conservação dos ecossistemas.</p>	

(Continua)

SOLOS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Terras não indicadas para atividades agrícolas, pastagem ou silvicultura</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 6 em relação à fertilidade natural do solo, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico;</p> <p>ORGANOSSOLO HÁPLICO;</p> <p>PLANOSSOLO NÁTRICO;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>NEOSSOLO FLÚVICO Eutrófico.</p>	<p>2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36</p>	<p>Desestímulo a qualquer atividade agropecuária;</p> <p>Priorização da conservação dos ecossistemas.</p>	
<p><b>Terras não indicadas para atividades agrícolas, pastagem ou silvicultura</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 6 em relação à suscetibilidade à erosão das terras, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico;</p> <p>PLANOSSOLO NÁTRICO;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>NEOSSOLO FLÚVICO Eutrófico.</p>	<p>2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33</p>	<p>Estímulo à conservação da vegetação natural, de modo que seja reduzida a erosão dos terrenos, o que empobrece os solos e assoreia os cursos d'água;</p> <p>Priorização da conservação dos ecossistemas.</p>	

(Continua)

SOLOS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Terras não indicadas para atividades agrícolas, pastagem ou silvicultura</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 6 em relação ao impedimento à mecanização das terras, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;                      ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;                      LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico;                      LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;                      NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;                      NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico;                      ORGANOSSOLO TIOMÓRFICO;                      ORGANOSSOLO HÁPLICO;                      PLANOSSOLO NÁTRICO;                      ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;                      NEOSSOLO FLÚVICO Eutrófico.</p>	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36	<p>Estímulo à conservação da vegetação natural, de modo que seja reduzida a erosão dos terrenos, o que empobrece os solos e assoreia os cursos d'água;</p> <p>Priorização da conservação dos ecossistemas.</p>	
<p><b>Terras não indicadas para atividades agrícolas, pastagem ou silvicultura</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 6 em relação à disponibilidade de oxigênio no solo para as plantas, na(s) classe(s) de solo:</p> <p>ORGANOSSOLO TIOMÓRFICO;                      ORGANOSSOLO HÁPLICO.</p>	25, 26, 27, 28, 33, 34, 35, 36	<p>Desestímulo a qualquer atividade agropecuária;</p> <p>Priorização da conservação dos ecossistemas.</p>	
<p><b>Terras não indicadas para atividades agrícolas, pastagem ou silvicultura</b></p> <p>Classe de aptidão agrícola 6 (sem aptidão):</p> <p>AFLORAMENTO ROCHOSO.</p>	3, 5, 28, 29	<p>Desestímulo a qualquer atividade agropecuária;</p> <p>Priorização da conservação da paisagem e dos ecossistemas.</p>	

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.



Quadro 21 – Diretrizes específicas temáticas para Recursos Hídricos

RECURSOS HÍDRICOS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Disponibilidade hídrica subterrânea</b> Ocorrência do Domínio Hidrogeológico dos Carbonatos/Metacarbonatos.	2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 27, 30, 31, 32, 35	Priorização da aplicação dos instrumentos de gestão das águas nas áreas de Domínio Hidrogeológico dos Carbonatos/Metacarbonatos com superexploração <sup>9</sup> , cujas rochas possuem capacidade de armazenamento de água variando de razoável a médio e potencial para exploração de médio a baixo, a depender dos aportes pluviométricos e do grau de dissolução das rochas.	
<b>Disponibilidade hídrica subterrânea</b> Ocorrência do Domínio Cristalino, localizado na Macrorregião Semiárido.	5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33	Restrição à implantação de atividades que exijam significativas demandas de água subterrânea nas áreas de Domínio Hidrogeológico do Cristalino, dada a limitação de produções de vazões em termos qualitativos e quantitativos, optando destinar as mesmas como alternativa estratégica para atender ao abastecimento da população rural dispersa em períodos de secas severas;  Viabilização técnica e econômica da utilização de sistemas com dessalinizadores para atendimento às demandas de abastecimento humano em áreas dispersas nas áreas de Domínio Hidrogeológico do Cristalino da região semiárida, onde a qualidade da água dos poços inviabilizavam o seu aproveitamento para consumo.	Implementação de política de captação dos recursos hídricos subterrâneos nas áreas de Domínio Hidrogeológico do Cristalino para atender ao abastecimento humano e à dessedentação animal, com vistas às demandas rurais disseminadas, como a melhor alternativa de abastecimento, principalmente em época de secas severas.
<b>Disponibilidade hídrica subterrânea</b> Ocorrência do Domínio Poroso/Fissural, localizado na Macrorregião Semiárido.	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 31, 32	Restrição à implantação de atividades que exijam significativas demandas de água subterrânea nas áreas de Domínio Hidrogeológico Poroso/Fissural da região semiárida, dada a limitação de produções de vazões em termos qualitativos e quantitativos, optando destinar as mesmas como alternativa estratégica para atender ao abastecimento da população rural dispersa em períodos de secas severas;  Viabilização técnica e econômica da utilização de sistemas com dessalinizadores para atendimento às demandas de abastecimento humano em áreas dispersas nas áreas de Domínio Hidrogeológico Poroso/Fissural da região semiárida, onde a qualidade da água dos poços inviabilizavam o seu aproveitamento para consumo.	Implementação de política de captação dos recursos hídricos subterrâneos nas áreas de Domínio Hidrogeológico Poroso/Fissurais para atender ao abastecimento humano e à dessedentação animal, com vistas às demandas rurais disseminadas, como a melhor alternativa de abastecimento, principalmente em época de secas severas.
<b>Disponibilidade hídrica subterrânea</b> Ocorrência do Domínio dos Metassedimentos/Metavulcânicas, localizado na Macrorregião Semiárido.	4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 30, 31, 32	Restrição à implantação de atividades que exijam significativas demandas de água subterrânea nas áreas de Domínio Hidrogeológico dos Metassedimentos/Metavulcânicas da região semiárida, dada a limitação de produções de vazões em termos qualitativos e quantitativos, optando destinar as mesmas como alternativa estratégica para atender ao abastecimento da população rural dispersa em períodos de secas severas;  Viabilização técnica e econômica da utilização de sistemas com dessalinizadores para atendimento às demandas de abastecimento humano em áreas dispersas nas áreas de Domínio Hidrogeológico Metassedimentar/ Metavulcânicas da região semiárida, onde a qualidade da água dos poços inviabilizava o seu aproveitamento para consumo.	Implementação de política de captação dos recursos hídricos subterrâneos nas áreas de Domínio Hidrogeológico dos Metassedimentos/ Metavulcânicas para atender ao abastecimento humano e à dessedentação animal, com vistas às demandas rurais disseminadas, como alternativa de abastecimento, principalmente em época de secas severas, quando as ofertas hídricas superficiais tornam-se escassas.
<b>Disponibilidade hídrica subterrânea</b> Ocorrência do Domínio das Formações Cenozóicas, localizado na Macrorregião Semiárido.	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 33	Nos aluviões dos terrenos de Formações Cenozóicas, perfurar poços, cacimbas e cisternas com estrutura de proteção sanitária contra a invasão de águas do escoamento superficial, objetivando evitar possíveis problemas de qualidade das águas em face da elevada susceptibilidade à contaminação, principalmente na região semiárida em função de sua intensa utilização nos períodos de estiagens como fonte de abastecimento de água das comunidades rurais.	Promoção da implantação de sistema de esgotamento sanitário com o objetivo de evitar a contaminação dos sistemas aquíferos porosos das Formações Cenozóicas com efluentes domésticos.

(Continua)

<sup>9</sup> Superexploração é a extração de volumes que ultrapassem os limites de produção das reservas reguladoras ou ativas do aquífero

RECURSOS HÍDRICOS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Disponibilidade hídrica subterrânea</b> Ocorrência do Domínio das Formações Cenozóicas, localizado nas Macrorregiões Litoral Norte, Litoral Sul e Recôncavo/RMS.	22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36	Perfuração, em áreas de aluviões, de poços, cacimbas e cisternas com proteção contra a invasão de águas do escoamento superficial, objetivando evitar possíveis contaminações de áreas do Domínio das Formações Cenozóicas da região do litoral, constituídas por coberturas arenosas, de alta transmissividade, com alto potencial à contaminação pela disposição inadequada de resíduos.	Promoção da implantação de sistema de esgotamento sanitário com o objetivo de evitar a contaminação dos sistemas aquíferos porosos das Formações Cenozóicas com efluentes domésticos.
<b>Disponibilidade hídrica subterrânea</b> Ocorrência do Domínio das Bacias Sedimentares.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 17, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36	Priorização do uso de água subterrânea para atendimento das demandas nas áreas de Domínio Hidrogeológico de Bacia Sedimentar e suas adjacências, devido à alta a muito alta disponibilidade hídrica do domínio e à condição das áreas serem possuidoras de baixa oferta de água de superfície, especialmente na região semiárida.	
<b>Qualidade das águas subterrâneas</b> Ocorrência do Domínio Cristalino.	2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36	Promoção do cadastramento dos usuários de água subterrânea e das estruturas de captação utilizadas, bem como, as fontes potenciais e atuais de contaminação, considerando o raso nível estático dos aquíferos com porosidade fissural, sujeito à recarga direta ou à influência dos rios nos períodos de chuva, apresentando elevado potencial de contaminação.	Estabelecimento de monitoramento da qualidade das águas subterrâneas, usando sistema de informação geográfico.
<b>Qualidade das águas subterrâneas</b> Ocorrência das Formações Cenozóicas, Subdomínios dos Aluviões, Depósitos Eólicos e Depósitos Litorâneos.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36	Promoção do cadastramento dos usuários de água subterrânea e das estruturas de captação utilizadas, bem como, as fontes potenciais e atuais de contaminação, considerando que os depósitos litorâneos, aluvionares e eólicos das Formações Cenozóicas apresentam muito alta potencialidade de contaminação em decorrência da sua constituição predominantemente arenosa, alta transmissividade e nível estático raso a aflorante;  Promoção de controle e limitação rigorosa à disposição de efluentes líquidos e resíduos sólidos, domésticos e industriais, com potencial de contaminação diretamente sobre as Formações Cenozóicas, Subdomínios dos Aluviões, Depósitos Aluvionares, Eólicos e Litorâneos;  Permissão, quando possível, apenas de ocupações de baixa densidade e de uso controlado.	
<b>Qualidade das águas subterrâneas</b> Ocorrência do Domínio dos Carbonatos/Metacarbonatos.	2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 27, 30, 31, 32, 35	Promoção do cadastramento dos usuários de água subterrânea e das estruturas de captação utilizadas, bem como, as fontes potenciais e atuais de contaminação, considerando que o Domínio dos Carbonatos/Metacarbonatos apresenta alta potencialidade de contaminação, por constituir-se em um sistema livre, com recarga direta, alta transmissividade fissural e por dissolução e com nível estático raso a pouco profundo, sujeito à recarga direta;  Promoção de controle e limitação rigorosa à disposição de efluentes líquidos e resíduos sólidos, domésticos e industriais, com potencial de contaminação diretamente sobre o Domínio Hidrogeológico dos Carbonatos/Metacarbonatos.	

(Continua)

<b>RECURSOS HÍDRICOS</b>			
<b>CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)</b>	<b>ZONA(S)</b>	<b>DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS</b>	
		<b>ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>	<b>AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>
<b>Qualidade das águas subterrâneas</b> Ocorrência do Domínio dos Metassedimentos/Metavulcânicas.	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 36	Promoção do cadastramento dos usuários de água subterrânea e das estruturas de captação utilizadas, bem como, as fontes potenciais e atuais de contaminação, considerando que o Domínio Metassedimentos/Metavulcânicas apresenta alta potencialidade de contaminação, por estarem presentes em regiões topograficamente elevadas, com denso sistema de descontinuidade aflorante, constituindo-se em um aquífero fissural interconectado, livre, sujeito à recarga direta e de elevada transmissividade;  Promoção de controle e limitação rigorosa à disposição de efluentes líquidos e resíduos sólidos, domésticos e industriais, com potencial de contaminação diretamente sobre o Domínio Hidrogeológico Metassedimentos/Metavulcânicas.	
<b>Qualidade das águas subterrâneas</b> Ocorrência do Domínio das Formações Cenozóicas, Subdomínio dos Depósitos Tipo Barreiras.	22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36	Promoção de controle e limitação rigorosa à disposição de efluentes líquidos e resíduos sólidos, domésticos e industriais, com potencial de contaminação diretamente sobre o Domínio Hidrogeológico das Formações Cenozóicas, Subdomínio dos Depósitos Tipo Barreiras, que se constitui em coberturas arenosas, de alta transmissividade, com alto potencial à contaminação pela disposição inadequada de resíduos.	
<b>Qualidade das águas subterrâneas</b> Ocorrência do Domínio das Bacias Sedimentares, Subdomínios das Bacias do Parnaíba, Recôncavo-Tucano-Jatobá e do Urucuia.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 17, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36	Promoção de controle e limitação rigorosa à disposição de efluentes líquidos e resíduos sólidos, domésticos e industriais, com potencial de contaminação diretamente sobre o Domínio Hidrogeológico das Bacias Sedimentares, Subdomínio das Bacias do Parnaíba, Recôncavo-Tucano-Jatobá e do Urucuia, que se constitui em áreas com alto potencial de contaminação, decorrente da recarga direta e rápida dos aquíferos.	
<b>Conservação dos recursos hídricos subterrâneos</b> Ocorrência do Domínio dos Carbonatos/Metacarbonatos, localizado nas RPGAs dos Rios Verde e Jacaré e do Rio Salitre.	7, 9, 10, 14, 15, 17, 18	Estímulo ao uso sustentável dos solos, principalmente para as atividades ligadas à agricultura irrigada e com tecnologia, exercendo controle efetivo do uso de agrotóxicos, em áreas estratégicas para conservação das águas subterrâneas nas regiões de Domínio Hidrogeológico dos Carbonatos/Metacarbonatos das RPGAs dos Rios Verde e Jacaré e do Rio Salitre, consideradas com bom potencial subterrâneo e oferta de águas superficiais, geralmente, muito baixa.	Promoção do controle da disposição de efluentes líquidos e resíduos sólidos, domésticos e industriais.
<b>Conservação das águas subterrâneas</b> Ocorrência do Domínio das Bacias Sedimentares, Subdomínios das Bacias do Recôncavo-Tucano-Jatobá, localizado na Macrorregião Semiárido, e do Urucuia.	1, 2, 3, 4, 5, 17, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 33	Estímulo ao uso sustentável dos solos, principalmente para as atividades ligadas à agricultura irrigada e com tecnologia, exercendo controle efetivo do de usos de agrotóxicos, em áreas estratégicas para conservação das águas subterrâneas nas regiões de Domínio Hidrogeológico das Bacias Sedimentares, Subdomínios das Bacias do Recôncavo-Tucano-Jatobá e do Urucuia, consideradas importantes para recarga do sistema aquífero e de grande disponibilidade hídrica subterrânea.	Promoção do controle da disposição de efluentes líquidos e resíduos sólidos, domésticos e industriais.
<b>Conservação das águas subterrâneas</b> Ocorrência do Domínio das Bacias Sedimentares, Subdomínio da Bacia Recôncavo-Tucano-Jatobá, localizado nas Macrorregiões do Litoral Norte, Litoral Sul e Recôncavo/RMS.	23, 25, 26, 27, 32, 33, 34, 35, 36	Promoção de efetivo controle exploração do aquífero e disposição de efluentes líquidos e resíduos sólidos, domésticos e industriais, nas áreas estratégicas para conservação das águas subterrâneas das regiões de Domínio Hidrogeológico das Bacias Sedimentares, Subdomínios das Bacias do Recôncavo-Tucano-Jatobá situadas ao longo do litoral, consideradas importantes para recarga do sistema em função das significativas reservas e boa distribuição espacial, com possibilidade de atendimento das demandas sem grandes aduções.	

(Continua)

RECURSOS HÍDRICOS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Conservação das águas subterrâneas</b> Ocorrência do Domínio das Formações Cenozóicas, Subdomínios dos Aluviões, Depósitos Litorâneos, Depósitos Tipo Barreiras e Formações Cenozóicas Indiferenciadas, localizado nas Macrorregiões Litoral Norte, Litoral Sul e Recôncavo/RMS.	22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36	Promoção de efetivo controle exploração do aquífero e disposição de efluentes líquidos e resíduos sólidos nas áreas estratégicas para conservação das águas subterrâneas das regiões de Domínio Hidrogeológico de Formações Cenozóicas, Subdomínios dos Aluviões, Depósitos Litorâneos, Depósitos Tipo Barreiras e Formações Cenozoicas Indiferenciadas situadas ao longo do litoral, consideradas importantes para recarga do sistema em função das significativas reservas e boa distribuição espacial.	
<b>Conservação das águas subterrâneas</b> Ocorrência do Domínio Cristalino.	2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36	Definição de critérios adequados para concessão dos recursos hídricos subterrâneos nas áreas de Domínio Hidrogeológico do Cristalino que desestimulem o uso inapropriado e, por conseguinte, evitem o esgotamento dos mesmos, considerando tratar-se de reservas com suficiente distribuição espacial, embora limitadas em quantidade.	
<b>Conservação das águas subterrâneas</b> Domínio Hidrogeológico Poroso/Fissural.	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 27, 28, 31, 32, 35, 36	Definição de critérios adequados para concessão dos recursos hídricos subterrâneos nas áreas de Domínio Hidrogeológico Poroso / Fissural-que desestimulem o uso inapropriado e, por conseguinte, evitem o esgotamento dos mesmos, considerando tratar-se de reservas com suficiente distribuição espacial e elevada permeabilidade fissural e intersticial, embora limitadas em quantidade, ao tempo em que se constituem em áreas estratégicas para a conservação dos recursos hídricos subterrâneos.	Promoção de cuidados especiais devido à elevada transmissividade e baixa disponibilidade do domínio, mesmo com o manancial subterrâneo sendo mais protegido de contaminação do que o superficial.
<b>Conservação das águas subterrâneas</b> Ocorrência do Domínio dos Metassedimentos/Metavulcânicas.	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 36	Definição de critérios adequados para concessão outorga dos recursos hídricos subterrâneos nas áreas de Domínio Hidrogeológico Metassedimentares/Metavulcânicas que desestimulem o uso inapropriado e, por conseguinte, evitem o esgotamento dos mesmos, considerando a elevada permeabilidade fissural e intersticial e seu potencial para formação de reservas subterrâneas capazes de exploração, com certa segurança, em regiões com irregularidade pluviométrica.	Promoção de cuidados especiais devido à elevada transmissividade e baixa disponibilidade do domínio, mesmo com o manancial subterrâneo sendo mais protegido de contaminação do que o superficial.

(Continua)

RECURSOS HÍDRICOS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Disponibilidade hídrica superficial</b> Porções do território com Q90 muito alta ou alta e IUD muito baixo ou baixo.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 35, 36	Priorização de atividades que requeiram elevado consumo de água nos ambientes hidrológicos com elevada disponibilidade hídrica superficial e reduzido consumo, favorecendo o atendimento de novas demandas.	
<b>Disponibilidade hídrica superficial</b> Porções do território com IOR ou IUD muito alto, alto ou médio e IV alto ou muito alto.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10	Restrição de atividades que requeiram significativas demandas de água superficial nos ambientes hidrológicos onde se registra elevado consumo hídrico superficial e reduzida capacidade de ampliação da disponibilidade;  Intensificação dos procedimentos de gestão dos recursos hídricos bem como o eficiente controle de perdas nos sistemas de água e processos produtivos e o emprego de práticas que maximizem o reuso das águas	
<b>Disponibilidade hídrica superficial</b> Porções do território com IOR ou IUD muito alto, alto ou médio e IV médio, baixo ou muito baixo.	5, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 33, 34, 35, 36	Intensificação dos procedimentos de gestão dos recursos hídricos nos ambientes hidrológicos onde há amplitude no regime das vazões e elevados consumos, assim como o condicionamento da obtenção de licenças à melhoria da infraestrutura hídrica com a implantação de barragens de regularização, permitindo o aumento da disponibilidade hídrica superficial.	
<b>Disponibilidade hídrica superficial</b> Porções do território da Bacia do Rio São Francisco com baixa disponibilidade hídrica e que podem ter seu déficit de demanda suprido por este manancial.	5, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 17, 18, 23, 30, 31	Garantia ao atendimento das demandas de água estratégicas para o desenvolvimento nas porções da bacia do Rio São Francisco com baixa disponibilidade hídrica e que podem ter seu déficit suprido por este manancial, mesmo considerando as retiradas para fins de transposição.	
<b>Salinização das águas superficiais</b> Porções do território com predominância dos solos Planossolos Háplicos.	5, 7, 8, 9, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 30, 32, 33	Exigência para reservatórios artificiais situados em áreas com predominância dos solos Planossolos Háplicos de pequeno tempo de detenção, equipamentos hidráulicos eficientes e critérios operacionais bem definidos, objetivando o controle da salinidade.	
<b>Salinização das águas superficiais</b> Porções do território em que ocorrem os solos Planossolos Háplicos, embora não sejam predominantes.	5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36	Exigência para reservatórios artificiais com bacia de contribuição onde predominam solos Planossolo Háplico de pequeno tempo de detenção, equipamentos hidráulicos eficientes e critérios operacionais bem definidos, objetivando o controle da salinidade das águas represadas.	
<b>Salinização das águas superficiais</b> Porções do território em que ocorrem os solos Planossolos Nátricos.	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 14, 17, 18, 23, 30, 31	Restrição à construção de açudes em áreas onde predominam solos Planossolo Nátrico, devido às características de salinidade desses solos, podendo implicar salinização de águas represadas.	
<b>Qualidade das águas superficiais</b> Porções do território em que predominam indicadores de qualidade (IQA e IET) das águas classificados como inadequados.	15, 16, 18, 19, 23, 24, 25, 32, 33, 34, 35, 36	Restrição à implantação de novos empreendimentos cujo lançamento de efluentes nos corpos hídricos possa piorar a qualidade das águas em porções do território cujos índices de qualidade indicam sua inadequação aos padrões estabelecidos para os usos previstos.	Revisão das licenças concedidas para lançamentos de efluentes objetivando requalificar as águas destes cursos de modo a se atender aos referenciais de padrão estabelecidos pelas entidades competentes.
<b>Conservação das águas superficiais</b> Porções do território com terrenos suaves, de grande capacidade de infiltração e armazenamento, constituindo-se como estratégicas para a manutenção do da vazão de base em recursos hídricos de interesse local.	3, 4, 6, 7, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 2, 20, 22, 23, 27	Promoção do uso de técnicas de manejo de água e solo nas áreas com terrenos suaves, com maior capacidade de infiltração e armazenamento, consideradas estratégicas para a manutenção da vazão de base em recursos hídricos de interesse local durante períodos de estiagem branda ou moderada.	Implantação de programas de recuperação de mata ciliar.

(Continua)



RECURSOS HÍDRICOS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Conservação das águas superficiais</b></p> <p>Porções do território com terrenos muito planos, de grande capacidade de armazenamento, que favorecem a infiltração das águas e constituem-se como estratégicas para a manutenção do da vazão de base em recursos hídricos de interesse regional.</p>	1, 2, 3, 4, 5, 6	Inclusão nos condicionantes do licenciamento ambiental do uso de técnicas de manejo, que favoreçam significativamente a infiltração de água no solo, para empreendimentos/atividades situados em áreas com terrenos suaves, com maior capacidade de infiltração e armazenamento, consideradas estratégicas para a manutenção da vazão de base em recursos hídricos de interesse regional ao longo de todo o ano.	
<p><b>Conservação das águas superficiais</b></p> <p>Porções do território com terrenos planos a suavemente ondulados, compostos por material não consolidado, que favorecem a infiltração e constituem-se como estratégicas para a manutenção do QB em RHs de interesse regional.</p>	9, 10, 11, 15, 16	Inclusão nos condicionantes do licenciamento ambiental do uso de técnicas de manejo que favoreçam significativamente a infiltração de água no solo, para empreendimentos/atividades situados em áreas com terrenos planos a suavemente ondulados, compostos por material não consolidado, consideradas estratégicas para a manutenção da vazão de base em recursos hídricos de interesse regional por serem porções do território relevantes na formação do regime dos rios na região alta das bacias hidrográficas.	Implantação de programas (p.ex. a prestação de serviços ambientais) de favorecimento da alimentação das reservas, responsáveis pela manutenção do escoamento nas estiagens.
<p><b>Conservação das águas superficiais</b></p> <p>Porções do território com rochas fissuradas/fraturadas, em áreas elevadas e acidentadas, que favorecem o armazenamento e a produção de águas e constituem-se como estratégicas para a manutenção dos QB e QD em RHs de interesse regional.</p>	7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 18, 19, 24	Incentivo à conservação das condições naturais dos terrenos com rochas fissuradas/fraturadas, em áreas elevadas e acidentadas, permitindo apenas atividades sustentáveis que não diminuam significativamente a capacidade de produção hídrica do ambiente, dada a importância para a produção de significativos volumes de escoamento durante as chuvas, possibilitando a alimentação de barramentos existentes.	
<p><b>Conservação das águas superficiais</b></p> <p>Porções do território com terrenos planos a suavemente ondulados, compostos por rochas calcárias, que favorecem a infiltração das águas e constituem-se como estratégicas para a manutenção do QB em RHs de interesse regional.</p>	9, 11, 12, 15, 16, 18, 20, 21, 24	Garantia de adequada alimentação do sistema cárstico atrelado aos Rios Utinga, Santo Antônio e Una, cujos terrenos planos a suavemente ondulados, compostos por rochas calcárias, favorecem a captação de significativas contribuições pluviais e concentração de grandes volumes de água, garantindo a perenidade do trecho médio do rio Paraguaçu.	
<p><b>Conservação das águas superficiais</b></p> <p>Porções do território com rochas fissuradas/fraturadas, em áreas elevadas e acidentadas, que favorecem o armazenamento e a produção de águas, constituindo-se como estratégicas para a manutenção dos QB e QD em RHs de interesse regional.</p>	7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 18, 19, 24	Inclusão nos condicionantes do licenciamento ambiental do uso de técnicas de manejo para empreendimentos/atividades situados nos domínios da Serra da Jacobina, com rochas fissuradas/fraturadas situadas em áreas elevadas e acidentadas, favorecendo a elevada produção hídrica que abastece os principais afluentes do Alto Itapicuru.	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.



Quadro 22 – Diretrizes específicas temáticas para Recursos Minerais

RECURSOS MINERAIS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Zonas de interesse de minerais não metálicos</b> Rochas carbonáticas e metacarbonáticas.	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 27, 28, 30, 31, 32, 35		Promoção da implantação de infraestrutura e logística de transporte para permitir o escoamento das rochas carbonáticas e metacarbonáticas.
<b>Zonas de interesse de minerais não metálicos</b> Rochas cristalinas.	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36	Articulação da atribuição do licenciamento, ordenamento e fiscalização dos recursos minerais aos municípios, com monitoramento e apoio do Estado.	Fomento ao desenvolvimento de pequenas indústrias regionais para o aproveitamento de rochas cristalinas.
<b>Zonas de interesse de minerais não metálicos</b> Areia, argila, cascalho e material arenoso.	Todas	Articulação da atribuição do licenciamento, ordenamento e fiscalização dos recursos minerais aos municípios, com monitoramento e apoio do Estado.	Estímulo para que os municípios estabeleçam, em seus Planos Diretores Municipais, as "Zonas de Uso Especial para Mineração" de materiais de empréstimo para os municípios, facilitando o controle ambiental das áreas sujeitas à exploração de areia, argila, cascalho e material arenoso.  Fomento ao desenvolvimento de pequenas indústrias regionais para o aproveitamento de areia, argila, cascalho e material arenoso.
<b>Zonas de interesse de minerais não metálicos</b> Pedras ornamentais e de revestimento.	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36		Fomento à produção de peças e artefatos finais já talhados e acabados para agregar valor econômico a essa produção mineral do estado.  Promoção da implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos danos ambientais decorrentes da mineração de pedras ornamentais e de revestimento.  Promoção de serviço de extensão para a exploração mineral, com vistas à melhor orientar e disciplinar esta atividade, ressaltando o aproveitamento do rejeito.
<b>Zonas de interesse de minerais não metálicos</b> Fosfato.	6, 10, 19, 23, 24		Promoção de ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos danos ambientais decorrentes da exploração do recurso mineral.
<b>Zonas de interesse de minerais não metálicos</b> Barita.	7, 8, 9, 10, 11, 12, 18, 20, 23, 26, 30, 32, 33, 36		
<b>Zonas de interesse de minerais não metálicos</b> Talco.	6, 8, 9, 12, 13, 20, 24		
<b>Zonas de interesse de minerais não metálicos</b> Magnesita.	9, 12, 14		
<b>Zonas de interesse de minerais não metálicos</b> Gipsita.	36		
<b>Zonas de interesse de minerais não metálicos</b> Bentonita.	12, 13		
<b>Zonas de interesse de minerais não metálicos</b> Diatomita.	9, 11, 12, 13, 15		

(Continua)

RECURSOS MINERAIS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Zonas de interesse de minerais metálicos</b> Bauxita.	12, 18, 20, 21		Promoção da adequação da logística, com ênfase para o escoamento da produção do recurso mineral para exportação.
<b>Zonas de interesse de minerais metálicos</b> Manganês.	1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 11, 12, 13, 18, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 36		Promoção de ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais decorrentes da exploração do recurso mineral.
<b>Zonas de interesse de minerais metálicos</b> Tálio.	1, 2, 3, 4, 5		Promoção de ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais decorrentes da exploração do recurso mineral.
<b>Zonas de interesse de minerais metálicos</b> Ilmenita.	28, 36, Fora do limite de zona		
<b>Zonas de interesse de minerais metálicos</b> Zirconita.	28, 36, Fora do limite de zona		
<b>Zonas de interesse de minerais metálicos</b> Rutilo.	Fora de limite de zona		
<b>Zonas de interesse de minerais metálicos</b> Ferro.	6, 8, 9, 12, 13, 14, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27		Promoção da adequação da logística, com ênfase para o escoamento da produção do recurso mineral para exportação.
<b>Zonas de interesse de minerais metálicos</b> Vanádio.	12, 20		Promoção de ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais decorrentes da exploração do recurso mineral.
<b>Zonas de interesse de minerais metálicos</b> Chumbo.	7, 8, 9, 10, 15, 16		Promoção de ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais decorrentes da exploração do recurso mineral.
<b>Zonas de interesse de minerais metálicos</b> Zinco.	3, 5, 8, 9, 10		
<b>Zonas de interesse de minerais metálicos</b> Níquel.	9, 12, 13, 19, 20, 22, 27		
<b>Zonas de interesse de minerais metálicos</b> Cromo.	17, 18, 23		
<b>Zonas de interesse de minerais metálicos</b> Ouro.	8, 9, 12, 13, 18, 23		

(Continua)

RECURSOS MINERAIS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Zonas de interesse de gemas, pedras preciosas e semipreciosas</b> Ametista.	9, 12, 13		Fomento à produção de pedras, peças e artefatos finais, já lapidados, talhados e acabados, agregando valor econômico a essa produção mineral do estado.  Promoção de ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais decorrentes da exploração do recurso mineral.
<b>Zonas de interesse de gemas, pedras preciosas e semipreciosas</b> Água marinha.	13, 22, 28, 29		
<b>Zonas de interesse de gemas, pedras preciosas e semipreciosas</b> Ágata.	13, 22		
<b>Zonas de interesse de gemas, pedras preciosas e semipreciosas</b> Apatita.	19, 23		
<b>Zonas de interesse de gemas, pedras preciosas e semipreciosas</b> Berilo.	13, 22, 28, 29		
<b>Zonas de interesse de gemas, pedras preciosas e semipreciosas</b> Calcedônia.	12, 13, 20, 21, 22, 25, 27		
<b>Zonas de interesse de gemas, pedras preciosas e semipreciosas</b> Cianita.	6, 9, 12, 13, 22, 28, 29,		
<b>Zonas de interesse de gemas, pedras preciosas e semipreciosas</b> Citriño.	6		
<b>Zonas de interesse de gemas, pedras preciosas e semipreciosas</b> Crisoprásio.	13, 20, 22, 27		
<b>Zonas de interesse de gemas, pedras preciosas e semipreciosas</b> Diamante.	7, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 20, 23, 27, 28		
<b>Zonas de interesse de gemas, pedras preciosas e semipreciosas</b> Esmeralda.	6, 12, 13, 18		

(Continua)

RECURSOS MINERAIS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Zonas de interesse de gemas, pedras preciosas e semipreciosas</b> Granada.	9, 12, 13, 17, 22, 28, 29, 30		Fomento à produção de pedras, peças e artefatos finais, já lapidados, talhados e acabados, agregando valor econômico a essa produção mineral do estado.  Promoção de ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais decorrentes da exploração do recurso mineral.
<b>Zonas de interesse de gemas, pedras preciosas e semipreciosas</b> Quartzo.	6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29		
<b>Zonas de interesse de gemas, pedras preciosas e semipreciosas</b> Rubi.	17, 23		
<b>Zonas de interesse de gemas, pedras preciosas e semipreciosas</b> Topázio.	12, 20		
<b>Zonas de interesse de gemas, pedras preciosas e semipreciosas</b> Turmalina.	6, 9, 12, 13		
<b>Zonas de interesse de gemas, pedras preciosas e semipreciosas</b> Turquesa.	6		
<b>Zonas de Interesse de Minerais Energéticos</b> Turfa e maruito (recursos energéticos fósseis).	1, 2, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 35, 36	Limitação ou proibição da exploração mineral, devido às restrições ambientais.	
<b>Zonas de Interesse de Minerais Energéticos</b> Petróleo e gás (recursos energéticos fósseis).	32, 33, 34, 35, 36		Promoção de ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais decorrentes da exploração do recurso mineral.
<b>Zonas de Interesse de Minerais Energéticos</b> Urânio (recursos energéticos nucleares).	9, 12		

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Quadro 23 – Diretrizes específicas temáticas para **Biodiversidade**

BIODIVERSIDADE			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Qualidade ambiental da biodiversidade</b> Ocorrência de Key Biodiversity Areas – KBA (Áreas-Chave para Conservação da Biodiversidade).</p>	5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36	Desestímulo às atividades produtivas promotoras de grandes intervenções no ambiente ou de fragmentações dos ecossistemas em KBAs (Key Biodiversity Areas), consideradas áreas-chave para a conservação da biodiversidade, relevantes pela grande presença de atributos ecológicos insubstituíveis para a manutenção de diferentes grupos taxonômicos com espécies globalmente ameaçadas, espécies de distribuição restrita ou espécies congregantes.	Elaboração de estudos complementares em parceria com entidades públicas e privadas com foco na conservação de diferentes grupos e ambientes peculiares ameaçados.  Promoção da responsabilidade ecológica aos usos produtivos e conflitantes e aos projetos de infraestrutura, mediante mitigação de efeitos negativos por meio da conservação, recuperação de demais sítios e pagamentos por uso de serviços ambientais regulamentados por política específica, visando a conservação das áreas-chave para a conservação da biodiversidade (KBAs).
<p><b>Qualidade ambiental da biodiversidade</b> Ocorrência de sítios identificados pela Brazilian Alliance for Zero Extinction – BAZE (Aliança Brasileira para Extinção Zero).</p>	17, 23, 30, 31, 32	Priorização da conservação de quaisquer áreas consideradas Sítio BAZE (Brazilian Alliance for Zero Extinction), indicados pela Aliança Brasileira para Extinção Zero, pela presença de atributos ecológicos insubstituíveis para espécies ameaçadas de extinção, dada a variabilidade ecológica desses ecossistemas, que em interação desempenham suas funções ecológicas provedoras de serviços ecossistêmicos e ambientais.  Desestímulo às atividades produtivas promotoras de grandes intervenções no ambiente ou de fragmentações dos ecossistemas nos sítios BAZE.	Promoção da responsabilidade ecológica aos usos produtivos e conflitantes e aos projetos de infraestrutura, mediante mitigação de efeitos negativos por meio da conservação, recuperação de demais sítios e pagamentos por uso de serviços ambientais regulamentados por política específica, visando à conservação dos sítios BAZE.  Elaboração de estudos complementares em parceria com entidades públicas e privadas com foco na conservação dos atributos existentes nos Sítios BAZE.
<p><b>Qualidade ambiental da biodiversidade</b> Ocorrência de Important Bird Areas – IBA (Áreas Importantes para Conservação das Aves).</p>	1, 2, 3, 5, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36	Preservação, em equipamentos públicos ou privados específicos, de ecossistemas raros e de grande variabilidade ecológica que abrigam espécies ameaçadas, visando ao desenvolvimento produtivo em consonância com o equilíbrio e a resiliência dos ecossistemas situados em áreas importantes para a conservação das aves (Important Bird Areas – IBAs), pela existência de atributos ecológicos únicos para a avifauna.  Restrição das atividades produtivas promotoras de grandes intervenções no ambiente ou de fragmentações dos ecossistemas em áreas importantes para a conservação das aves.  Desestímulo às práticas agrícolas e de pecuária com necessidade de utilização maciça de insumos provedores de alteração ambiental.	Elaboração de estudos complementares em parceria com entidades públicas e privadas com foco na conservação de aves.  Promoção da responsabilidade ecológica aos usos produtivos e conflitantes e aos projetos de infraestrutura, mediante mitigação de efeitos negativos por meio da conservação, recuperação de demais sítios e pagamentos por usos de serviços ambientais regulamentados por política específica, visando a conservação das áreas importantes para a conservação das aves.
<p><b>Qualidade ambiental da biodiversidade</b> Ocorrência de áreas com importância biológica.</p>	Todas	Desestímulo às práticas produtivas invasivas em áreas com importância biológica e presença de: monumentos paisagísticos, ecossistemas raros e peculiares, e grande especificidade de habitats em diferentes tipologias de solo, ciclo hidrológico e clima.  Priorização da conservação de ambientes singulares em áreas com importância biológica, como: paredões rochosos, áreas em relevo, grutas, cavernas e geossistemas.	Elaboração de estudos complementares em parceria com entidades públicas e privadas com foco na conservação de áreas de importância biológica, considerando inclusive a presença de bioelementos com potencial de geração de novas biotecnologias.  Promoção da responsabilidade ecológica aos usos produtivos e conflitantes e aos projetos de infraestrutura, mediante mitigação de efeitos negativos por meio da conservação, recuperação de demais sítios e pagamentos por uso de serviços ambientais regulamentados por política específica, visando a conservação das áreas com importância biológica.

(Continua)

BIODIVERSIDADE			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Qualidade ambiental da biodiversidade</b> Ocorrência de vegetação remanescente.</p>	Todas	<p>Priorização de usos produtivos consorciados com áreas com vegetação remanescente conservadas, reduzindo o impacto de supressão da vegetação natural por meio da otimização do uso das áreas já antropizadas, e proporcionando conectividade dos ecossistemas através de corredores ecológicos, potencializando serviços ambientais e ecossistêmicos, provisão de recursos naturais, regulação ecológica, aspectos culturais e de suporte aos componentes do sistema biológico e socioambiental.</p> <p>Condicionamento da liberação de crédito a estudos de adequabilidade ambiental da atividade produtiva em áreas com vegetação remanescente, como: estudos de viabilidade, subsídios às boas práticas agrícolas, recuperação e manutenção da reserva legal, e proteção de áreas de preservação permanente.</p>	<p>Agregação dos estudos articulados a programas e obras de infraestrutura, visando à coerência entre usos e propósitos de desenvolvimento sustentável.</p> <p>Intensificação do diálogo sobre responsabilidade ecológica com grupos empreendedores, com o objetivo de preservar áreas com vegetação remanescente.</p> <p>Compactuação de ações conjuntas de mitigação de efeitos perturbadores, recuperação, adoção de áreas para conservação e políticas de pagamento pelo uso de serviços ambientais em prol da preservação da biodiversidade.</p> <p>Definição de usos compatíveis com o estado atual de manutenção da cobertura vegetal remanescente, sua fragmentação, suas tipologias e composições, bem como riqueza, raridade e conectividade.</p> <p>Monitoramento dos remanescentes a partir do Cadastro Ambiental Rural da Bahia (CEFIR), com compensação de área de reserva legal no mesmo bioma, preferencialmente na mesma bacia e necessariamente dentro do Estado da Bahia.</p>
<p><b>Qualidade ambiental da biodiversidade</b> Ocorrência de áreas importantes em geodiversidade.</p>	7, 10, 15, 16, 18	<p>Priorização da conservação e o uso sustentável de quaisquer áreas consideradas holísticas em geodiversidade, detentoras de "sítios geológicos de relevo" e "mosaico de entidades geológicas" de grande importância científica, raridade e beleza, e provedoras de grande variabilidade de habitats.</p> <p>Condicionamento de usos produtivos ao subsídio de estudos visando desvendar, agregar ou validar informações dos atributos físicos, ecológicos e as relações socioambientais estabelecidas em áreas holísticas em geodiversidade.</p>	<p>Criação de unidades de conservação e restrição de atividades produtivas promotoras de grandes intervenções no ambiente, com o objetivo de preservar as áreas holísticas em geodiversidade e favorecer seu potencial para atividades de pesquisa e turismo.</p> <p>Elaboração de estudos complementares em parceria com entidades públicas e privadas com foco na conservação dos atributos existentes nas áreas holísticas em geodiversidade.</p>
<p><b>Qualidade ambiental da biodiversidade</b> Ocorrência de áreas cársticas.</p>	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 27, 28, 30, 31, 32, 35, 36	<p>Condicionamento de usos produtivos ao subsídio de estudos visando desvendar, agregar ou validar informações dos atributos físicos, ecológicos e as relações socioambientais estabelecidas em áreas cársticas, considerando o banco genético específico de seus habitats provedores de serviços ambientais, contemplando inclusive os sistemas com dinâmica biogeohidrológica específica proporcionada pelos mananciais formados sob a influência dessas áreas.</p>	<p>Elaboração de estudos complementares em parceria com entidades públicas e privadas com foco na conservação dos atributos existentes em áreas cársticas.</p> <p>Criação de unidades de conservação e restrição de atividades produtivas promotoras de grandes intervenções no ambiente, com o objetivo de preservar as áreas cársticas e valorizar o potencial para atividades de pesquisa e turismo, por possuírem grande valor cênico, que abrigam, muitas vezes, elementos arqueológicos.</p>
<p><b>Qualidade ambiental da biodiversidade</b> Ocorrência de cavernas.</p>	2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 22, 23, 32, 33, 34	<p>Condicionamento de usos produtivos ao subsídio de estudos visando desvendar, agregar ou validar informações dos atributos físicos, ecológicos e as relações socioambientais estabelecidas em áreas com registro de cavernas, considerando o banco genético específico de seus habitats provedores de serviços ambientais, contemplando inclusive os sistemas com dinâmica biogeohidrológica específica proporcionada pelos mananciais formados sob a influência dessas áreas.</p>	<p>Elaboração de estudos complementares em parceria com entidades públicas e privadas com foco na conservação dos atributos existentes em cavernas.</p> <p>Criação de unidades de conservação e restrição de atividades produtivas promotoras de grandes intervenções no ambiente, com o objetivo de preservar as áreas com ocorrência de cavernas e valorizar o potencial para atividades de pesquisa e turismo, por possuírem grande valor cênico, que abrigam, muitas vezes, elementos arqueológicos.</p>
<p><b>Qualidade ambiental da biodiversidade</b> Ocorrência de áreas susceptíveis à desertificação e/ou aridização.</p>	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 35, 36	<p>Condicionamento de usos produtivos ao perfil de severidade ambiental local das áreas susceptíveis à desertificação ou aridização, priorizando e incentivando os de compatibilidade locacional, considerando a severidade climática, baixa disponibilidade hídrica e a ocorrência de ecossistemas singulares e sensíveis, adaptados às peculiaridades dos habitats.</p> <p>Promoção da responsabilidade ecológica aos usos produtivos e conflitantes e aos projetos de infraestrutura, mediante mitigação de efeitos negativos por meio da conservação, recuperação de demais sítios e pagamentos por uso de serviços ambientais regulamentados por política específica.</p>	<p>Elaboração de estudos complementares em parceria com entidades públicas e privadas com foco na identificação das áreas de severidade ambiental susceptíveis à aridização em articulação com programas e projetos específicos.</p>

(Continua)



BIODIVERSIDADE			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Vulnerabilidade natural da biodiversidade</b> Ocorrências de áreas com atividades de relação etnobiológica e de reconhecimento tradicional – Territórios quilombolas.	2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 36	Compatibilização dos arranjos produtivos aos atributos ecológicos, por meio da valorização dos usos tradicionais e do conhecimento empírico em territórios quilombolas, visto que são áreas com atividades de relação etnobiológica e de reconhecimento tradicional marcada pela presença de territórios quilombolas.  Desestímulo às atividades produtivas promotoras de grandes intervenções no ambiente ou de fragmentações dos ecossistemas incentivando os serviços agroflorestais e demais usos, voltados para a exploração sustentável dos serviços ambientais disponíveis na localidade.	Elaboração de estudos complementares em parceria com entidades públicas e privadas com foco na conservação dos recursos naturais e promoção das atividades tradicionais e de subsistência.
<b>Vulnerabilidade natural da biodiversidade</b> Ocorrências de áreas com atividades de relação etnobiológica e de reconhecimento tradicional – Terras indígenas.	5, 8, 17, 22, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 36	Promoção da compatibilização dos arranjos produtivos com a sustentabilidade dos recursos naturais alvo mediante identificação das práticas tradicionais e familiares e aprimoramento das mesmas.  Compatibilização dos arranjos produtivos aos atributos ecológicos, por meio da valorização dos usos tradicionais e do conhecimento empírico em territórios indígenas, visto que são áreas com atividades de relação etnobiológica e de reconhecimento tradicional marcada pela presença de terras indígenas.  Desestímulo às atividades produtivas promotoras de grandes intervenções no ambiente ou de fragmentações dos ecossistemas incentivando os serviços agroflorestais e demais usos, voltados para a exploração sustentável dos serviços ambientais disponíveis na localidade.	Elaboração de estudos complementares em parceria com entidades públicas e privadas com foco na conservação dos recursos naturais e promoção das atividades tradicionais e de subsistência.
<b>Vulnerabilidade natural da biodiversidade</b> Ocorrência de áreas com atividades de relação etnobiológica e de reconhecimento tradicional – Comunidades de fundo e fecho de pasto.	Não espacializado devido à inexistência de plano de informação georreferenciado das comunidades de fundo e fecho de pasto.	Desestímulo às atividades produtivas promotoras de grandes intervenções no ambiente ou de fragmentações dos ecossistemas incentivando os serviços agroflorestais e demais usos, voltados para a exploração sustentável dos serviços ambientais disponíveis na localidade.	Elaboração de estudos complementares em parceria com entidades públicas e privadas com foco na conservação dos recursos naturais e promoção das atividades tradicionais e de subsistência.
<b>Vulnerabilidade natural da biodiversidade</b> Ocorrência de áreas relevantes para conservação e uso sustentável da biodiversidade.	Todas	Priorização da conservação de ambientes singulares para manutenção da biodiversidade e dos serviços ambientais associados à essas áreas relevantes para conservação e uso sustentável da biodiversidade, considerando tratar-se de sítios relevantes que abrigam áreas reconhecidas pela importância biológica e sob ameaça pela expansão de usos conflitantes.	Elaboração de estudos complementares em parceria com entidades públicas e privadas visando à revisão das áreas prioritárias para conservação do estado da Bahia.
<b>Vulnerabilidade natural da biodiversidade</b> Ocorrência de unidades de conservação federais – Proteção integral.	1, 2, 9, 10, 11, 16, 20, 27, 28, 29, 30, 31, 36	Desestímulo às atividades produtivas promotoras de grandes intervenções no ambiente ou de fragmentações dos ecossistemas, incentivando os serviços agroflorestais e demais usos, voltados para a exploração sustentável dos serviços ambientais disponíveis em unidades de conservação de proteção integral.  Promoção da recuperação de áreas degradadas e solução de conflitos fundiários com auxílio de fundos de compensação advindos de pactos entre iniciativas pública e privada.	Desempenho de atividades produtivas em harmonia com as diretrizes definidas pelos planos de manejo e compatíveis com o zoneamento de UCs.  Promoção da regularização de reservas legais, prioritariamente no entorno de unidades de conservação de proteção integral; de áreas de preservação permanente e de outorgas de direito de uso das águas.
<b>Vulnerabilidade natural da biodiversidade</b> Ocorrência de unidades de conservação estaduais – Proteção integral.	3, 5, 8, 15, 18, 20, 25, 26, 33	Priorização de ações de desenvolvimento social e alternativas econômicas sustentáveis para as populações do entorno das unidades de conservação de proteção integral.	Participação dos múltiplos atores e usuários nos conselhos gestores das unidades de conservação de proteção integral.

(Continua)

BIODIVERSIDADE			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Vulnerabilidade natural da biodiversidade</b> Ocorrência de unidades de conservação federais – Uso sustentável.	2, 12, 25, 26, 28, 30, 33	Desestímulo às atividades produtivas promotoras de grandes intervenções no ambiente ou de fragmentações dos ecossistemas incentivando as atividades tradicionais, agroflorestais e demais usos, voltados para a exploração sustentável dos serviços ambientais disponíveis em unidades de conservação de uso sustentável.	Desempenho de atividades produtivas em harmonia com as diretrizes definidas pelos planos de manejo e compatíveis com o zoneamento de UCs.  Promoção da regularização de reservas legais, prioritariamente no interior de unidades de conservação de proteção integral; de áreas de preservação permanente e de outorgas de direito de uso das águas.
<b>Vulnerabilidade natural da biodiversidade</b> Ocorrência de unidades de conservação estaduais – Uso sustentável.	1, 2, 3, 4, 6, 7, 9, 10, 11, 14, 16, 17, 18, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 33, 34, 35, 36	Promoção da recuperação de áreas degradadas e solução de conflitos fundiários com auxílio de fundos de compensação advindos de pactos entre iniciativas pública e privada.	Participação dos múltiplos atores e usuários nos conselhos gestores das unidades de conservação de uso sustentável.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Quadro 24 – Diretrizes específicas temáticas para Patrimônio Histórico-Cultural

PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Patrimônio imaterial</b> Presença de manifestações culturais e instituições afins.</p>	Todas	<p>Estímulo ao fortalecimento do calendário de festas populares tradicionais nos municípios com manifestações culturais e instituições afins, mantendo ou recuperando seus aspectos matriciais como fator de preservação da autenticidade, gerando um círculo virtuoso de resgate e consolidação identitária, contrapondo-se à massificação e descaracterização cultural em curso, que atinge preferencialmente as populações mais jovens.</p> <p>Estímulo às manifestações culturais populares existentes, com vistas: à ampliação de oportunidades de desenvolvimento de pequenos empreendimentos e geração de renda; à valorização da identidade cultural local e regional, favorecendo o “produto cultural Bahia”; e ao reforço da cidadania e das dinâmicas culturais, locais e regionais.</p>	<p>Estímulo à valorização e promoção das diversas manifestações tradicionais e contemporâneas, nos municípios com manifestações culturais e instituições afins, que compõem o patrimônio imaterial do município (folclore, culinária, artesanato, música, dança, literatura etc.).</p>
<p><b>Patrimônio material</b> Presença de bem tombado pela União (IPHAN) ou pelo Estado (IPAC).</p>	1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36	<p>Promoção da articulação do patrimônio local existente, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural Nacional (IPHAN) ou Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia (IPAC), com instituições ligadas à cultura e à educação, considerando o contexto sociocultural, enquanto entidades preferenciais para manutenção e administração do patrimônio material, tendo em vista a convergência de atuação e funções.</p> <p>Priorização da adequação dos usos de cada bem tombado (edificação, monumento etc.) no contexto cultural onde se insere, bem como a sustentabilidade econômico-financeira na gestão do patrimônio.</p>	<p>Elaboração ou atualização de Plano Diretor Urbano nos municípios com presença de bens tombados pela União (IPHAN) ou pelo Estado (IPAC), com vistas à: criação de parâmetros de níveis de proteção; compatibilização do uso do solo e das novas edificações com as características e potencialidades do patrimônio arquitetônico, favorecendo condições de sustentabilidade; e respeito aos padrões estruturais e volumétricos em intervenções nas áreas históricas e seu entorno imediato.</p> <p>Promoção da realização de pesquisas e estudos de caráter histórico, artístico e cultural, sobre os bens que compõem o patrimônio local.</p> <p>Implantação ou consolidação do centro de referência histórica, artística e cultural, com porte e estrutura adequados à importância do patrimônio local existente, em articulação com as instituições ligadas à cultura e à educação.</p> <p>Implantação de campanhas educativas de educação patrimonial e consciência cultural junto à população local.</p>
<p><b>Patrimônio material</b> Ausência de bem tombado pela União (IPHAN) ou pelo Estado (IPAC).</p>	Todas	<p>Promoção da articulação do patrimônio local existente com instituições ligadas à cultura e à educação, considerando o contexto sociocultural em municípios com ausência de bens tombados pela União (IPHAN) ou pelo Estado (IPAC).</p>	<p>Realização de estudos para identificação de patrimônio relevante nos municípios com ausência de bens tombados, com vistas ao tombamento pela União (IPHAN) ou pelo Estado (IPAC) e salvaguarda patrimonial, evitando sua deterioração.</p> <p>Elaboração ou atualização de Plano Diretor Urbano, com vistas à: criação de parâmetros de níveis de proteção; compatibilização do uso do solo e das novas edificações com as características e potencialidades do patrimônio arquitetônico, favorecendo condições de sustentabilidade; respeito aos padrões estruturais e volumétricos em intervenções nas áreas históricas e seu entorno imediato.</p> <p>Implantação de legislação específica para controle, fiscalização e proteção do patrimônio material.</p> <p>Promoção de campanhas educativas de educação patrimonial e consciência cultural junto à população local.</p>

(Continua)

PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Patrimônio arqueológico</b> Registro oficial da existência de sítio(s) arqueológico(s).</p>	<p>2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36</p>	<p>Priorização da identificação e preservação dos sítios pré-coloniais nos municípios com registro oficial da existência de sítio(s) arqueológico(s), devido sua vital importância para construção histórica do processo de ocupação humana do território e de formação das identidades brasileiras.</p> <p>Ampliação da proteção dos sítios arqueológicos com registro oficial de existência e dos ambientes naturais do seu entorno que condicionam sua preservação, viabilizando o turismo cultural, patrimonial e acadêmico, que se configuram em oportunidades efetivas para o desenvolvimento socioeconômico local/regional.</p>	<p>Apoio ao cumprimento efetivo da legislação federal vigente, que impõe atividades de prospecção arqueológica prévias a qualquer obra ou atividade com potencial de poluição e degradação ambiental que impliquem transformação do solo nos municípios com registro oficial da existência de sítio(s) arqueológico(s), especialmente aquelas relacionadas à extração de produtos minerais, obras de infraestrutura (rodovias, barragens, parque eólico etc.) e grandes empreendimentos agropecuários, turísticos e urbanísticos, que acarretam por vezes danos irreversíveis ao patrimônio arqueológico.</p> <p>Implantação de medidas com vistas à ampliação do conhecimento sobre os sítios arqueológicos registrados (escavações, pesquisas, instalação de estrutura para visitação etc.), bem como a identificação, mapeamento e inventário sítios ainda não reconhecidos.</p> <p>Criação de Centros de Referência Arqueológica em articulação com instituições de ensino, especialmente de formação superior, e agências de turismo local ou regional, nos municípios com densa presença de sítios e com estrutura institucional adequada para tanto, priorizando as seguintes regiões: Recôncavo Baiano, Litoral Sul, Chapada Diamantina, Vale do São Francisco e Oeste.</p>

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Quadro 25 – Diretrizes específicas temáticas para Social

SOCIAL			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 1 com indicadores dimensionais em zona de comodidade.	-	Fortalecimento de possibilidades de desenvolvimento econômico diversificado e desconcentrado.	Consolidação da infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação). Garantia do atendimento social de qualidade a toda população, respeitando suas diferenças e especificidades. Criação de políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando a esta autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.
<b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 1 com indicador dimensional condição de vida em zona proximal.	33, 34	Priorização de investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas. Priorização de investimentos em diagnóstico, planejamento, execução ou gestão nas áreas de saneamento e habitação, considerando-se que o valor das variáveis de condição de vida se constitui numa consequência dos arranjos dos indicadores dimensionais Qualidade de Vida e Condição Econômica. Priorização de ações nos municípios enquadrados nesta categoria, para garantir sua permanência no Tipo 1 de vulnerabilidade social.	Destinação de recursos suficientes para a elaboração de planos, aquisição de equipamentos, construção e reforma de edificações destinadas ao ensino e saúde. Fortalecimento de possibilidades de desenvolvimento econômico diversificado e desconcentrado. Criação de políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando a esta autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.
<b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 1 com indicador dimensional qualidade de vida em zona proximal.	1, 2, 4, 12, 13, 23, 24, 25, 32, 33, 34, 35, 36	Priorização de ações nos municípios enquadrados nesta categoria, para garantir sua permanência no Tipo 1 de vulnerabilidade social. Priorização de ações nos municípios enquadrados nesta categoria, para garantir sua permanência no Tipo 1 de vulnerabilidade social. Priorização de investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais.	Fortalecimento da educação em todas as suas esferas (infraestrutura, equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares) e intensificação de programas voltados para a educação do campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior. Superação dos problemas relacionados à saúde, buscando-se a implantação de mais equipes de PSF, aumentando-se a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e, de serviços de emergência. Fortalecimento de possibilidades de desenvolvimento econômico diversificado e desconcentrado. Criação de políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando a esta autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.
<b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 1 com indicador dimensional condição econômica em zona proximal.	22, 23, 27, 28, 29, 34	Priorização de ações nos municípios enquadrados nesta categoria, para garantir sua permanência no Tipo 1 de vulnerabilidade social. Priorização de investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária).	Elaboração de planos de desenvolvimento estratégico municipais para nortear ações visando o desenvolvimento socioeconômico, considerando a sociedade civil organizada no processo de planejamento destes, seus anseios e necessidades. Implantação, de forma planejada, de estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios. Criação de políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando a esta autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.

(Continua)

SOCIAL			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 2 com indicadores dimensionais em zona de comodidade.</p>	27	<p>Priorização de investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária), considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição Econômica.</p> <p>Garantia do atendimento social de qualidade a toda população, respeitando suas diferenças e especificidades.</p>	<p>Consolidação da infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação).</p> <p>Implantação, de forma planejada, de estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.</p> <p>Criação de políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando a esta autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.</p>
<p><b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 2 com indicador dimensional condição de vida em zona proximal.</p>	28	<p>Priorização de investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária), considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição Econômica.</p> <p>Priorização de investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas.</p> <p>Priorização de investimentos em diagnóstico, planejamento, execução ou gestão nas áreas de saneamento e habitação, considerando-se que o valor das variáveis de condição de vida se constitui numa consequência dos arranjos dos indicadores dimensionais Qualidade de Vida e Condição Econômica.</p> <p>Priorização de ações nos municípios enquadrados nesta categoria que estejam em zona proximal ao Tipo 1.</p>	<p>Implantação, de forma planejada, de estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.</p> <p>Criação de políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando a esta autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.</p> <p>Destinação de recursos suficientes para a elaboração de planos, aquisição de equipamentos, construção e reforma de edificações destinadas ao ensino e saúde.</p>
<p><b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 2 com indicador dimensional qualidade de vida em zona proximal.</p>	8, 9, 12, 13, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 36	<p>Priorização de investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária), considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição Econômica.</p> <p>Priorização de ações nos municípios enquadrados nesta categoria que estejam em zona proximal ao Tipo 1.</p> <p>Priorização de investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário, coleta e destinação de resíduos sólidos e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais.</p>	<p>Fortalecimento da educação em todas as suas esferas, tanto no que concerne a infraestrutura, quanto para aquisição de equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares.</p> <p>Intensificação de programas voltados para a educação do campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.</p> <p>Superação dos problemas relacionados à saúde, buscando-se a implantação de mais equipes de PSF, aumentando-se a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e, de serviços de emergência.</p> <p>Implantação, de forma planejada, de estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.</p> <p>Criação de políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando a esta autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.</p>

(Continua)



SOCIAL			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 2 com indicador dimensional condição econômica em zona proximal.</p>	17, 22, 36	<p>Priorização de investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária), considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição Econômica.</p> <p>Priorização de ações nos municípios enquadrados nesta categoria que estejam em zona proximal ao Tipo 1.</p>	<p>Elaboração de planos de desenvolvimento estratégico municipais para nortear ações visando o desenvolvimento socioeconômico, considerando a sociedade civil organizada no processo de planejamento destes, seus anseios e necessidades.</p> <p>Priorização de investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária).</p> <p>Implantação, de forma planejada, de estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.</p> <p>Criação de políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando a esta autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.</p>
<p><b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 3 com indicadores dimensionais em zona de comodidade.</p>	-	<p>Priorização de investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne à mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas, considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição de Vida.</p> <p>Priorização de ações nos municípios enquadrados nesta categoria que estejam em zona proximal ao Tipo 1.</p> <p>Priorização de investimentos em diagnóstico, planejamento, execução ou gestão nas áreas de saneamento e habitação, considerando-se que o valor das variáveis de condição de vida se constitui numa consequência dos arranjos dos indicadores dimensionais Qualidade de Vida e Condição Econômica.</p>	<p>Destinação de recursos suficientes para a elaboração de planos, aquisição de equipamentos, construção e reforma de edificações destinadas ao ensino e saúde.</p>
<p><b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 3 com indicador dimensional condição de vida em zona proximal.</p>	-	<p>Priorização de investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne à mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas, considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição de Vida.</p> <p>Priorização de ações nos municípios enquadrados nesta categoria que estejam em zona proximal ao Tipo 1.</p> <p>Priorização de investimentos em diagnóstico, planejamento, execução ou gestão nas áreas de saneamento e habitação, considerando-se que o valor das variáveis de condição de vida se constitui numa consequência dos arranjos dos indicadores dimensionais Qualidade de Vida e Condição Econômica.</p>	<p>Destinação de recursos suficientes para a elaboração de planos, aquisição de equipamentos, construção e reforma de edificações destinadas ao ensino e saúde.</p>

(Continua)

<b>SOCIAL</b>			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 3 com indicador dimensional qualidade de vida em zona proximal.	3, 5, 19, 22, 24, 28, 29, 33, 35, 36	Priorização de investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne à mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas, considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição de Vida.  Priorização de ações nos municípios enquadrados nesta categoria que estejam em zona proximal ao Tipo 1.  Priorização de investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais.	Fortalecimento da educação em todas as suas esferas, tanto no que concerne a infraestrutura, quanto para aquisição de equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares. Intensificação de programas voltados para a educação do campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.  Superação dos problemas relacionados à saúde, buscando-se a implantação de mais equipes de PSF, aumentando-se a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e, de serviços de emergência.
<b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 3 com indicador dimensional condição econômica em zona proximal.	30, 31	Priorização de investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas, considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição de Vida.  Priorização de ações nos municípios enquadrados nesta categoria que estejam em zona proximal ao Tipo 1.  Priorização de investimentos em diagnóstico, planejamento, execução ou gestão nas áreas de saneamento e habitação, considerando-se que o valor das variáveis de condição de vida se constitui numa consequência dos arranjos dos indicadores dimensionais Qualidade de Vida e Condição Econômica.  Priorização de investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária).	Elaboração de planos de desenvolvimento estratégico municipais para nortear ações visando o desenvolvimento socioeconômico, considerando a sociedade civil organizada no processo de planejamento destes, seus anseios e necessidades.  Destinação de recursos suficientes para a elaboração de planos, aquisição de equipamentos, construção e reforma de edificações destinadas ao ensino e saúde.  Implantação, de forma planejada, de estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.  Criação de políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando a esta autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.
<b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 4 com indicadores dimensionais em zona de comodidade.	-	Priorização de investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais, considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Qualidade de Vida.  Priorização de ações nos municípios enquadrados nesta categoria que estejam em zona proximal ao Tipo 1.	Fortalecimento da educação em todas as suas esferas, tanto no que concerne a infraestrutura, quanto para aquisição de equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares. Intensificação de programas voltados para a educação do campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.  Superação dos problemas relacionados à saúde, buscando-se a implantação de mais equipes de PSF, aumentando-se a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e, de serviços de emergência.
<b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 4 com indicador dimensional condição de vida em zona proximal.	-	Priorização de investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais, considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Qualidade de Vida.  Priorização de ações nos municípios enquadrados nesta categoria que estejam em zona proximal ao Tipo 1.  Priorização de investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas.	Fortalecimento da educação em todas as suas esferas, tanto no que concerne a infraestrutura, quanto para aquisição de equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares. Intensificação de programas voltados para a educação do campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.  Superação dos problemas relacionados à saúde, buscando-se a implantação de mais equipes de PSF, aumentando-se a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e, de serviços de emergência.

(Continua)

<b>SOCIAL</b>			
<b>CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)</b>	<b>ZONA(S)</b>	<b>DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS</b>	
		<b>ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>	<b>AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>
<p><b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 4 com indicador dimensional qualidade de vida em zona proximal.</p>	1, 23, 24, 25, 33	<p>Priorização de investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais, considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Qualidade de Vida.</p> <p>Priorização de ações nos municípios enquadrados nesta categoria que estejam em zona proximal ao Tipo 1.</p>	<p>Fortalecimento da educação em todas as suas esferas, tanto no que concerne a infraestrutura, quanto para aquisição de equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares. Intensificação de programas voltados para a educação do campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.</p> <p>Superação dos problemas relacionados à saúde, buscando-se a implantação de mais equipes de PSF, aumentando-se a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e, de serviços de emergência.</p>
<p><b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 4 com indicador dimensional condição econômica em zona proximal.</p>	-	<p>Priorização de investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais, considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Qualidade de Vida.</p> <p>Priorização de ações nos municípios enquadrados nesta categoria que estejam em zona proximal ao Tipo 1.</p>	<p>Elaboração de planos de desenvolvimento estratégico municipais para nortear ações visando o desenvolvimento socioeconômico, considerando a sociedade civil organizada no processo de planejamento destes, seus anseios e necessidades.</p> <p>Fortalecimento da educação em todas as suas esferas, tanto no que concerne a infraestrutura, quanto para aquisição de equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares. Intensificação de programas voltados para a educação do campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.</p> <p>Superação dos problemas relacionados à saúde, buscando-se a implantação de mais equipes de PSF, aumentando-se a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e, de serviços de emergência.</p> <p>Implantação, de forma planejada, de estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.</p>
<p><b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 5 com indicadores dimensionais em zona de comodidade.</p>	18, 20, 22, 24, 27, 32	<p>Priorização de investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne à mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas, considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição de Vida.</p> <p>Priorização de investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária), considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição Econômica.</p> <p>Priorização da regularização fundiária de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, fundo e feche de pasto e pescadores artesanais) e posseiros que trabalham e vivem no campo, além de se continuar, com planejamento adequado, a política de reforma agrária, aumentando-se o contingente da agricultura familiar formal no Estado da Bahia; dado os números relacionados à concentração de terras e sua relação com a vulnerabilidade social.</p> <p>Priorização de investimentos em diagnóstico, planejamento, execução ou gestão nas áreas de saneamento e habitação, considerando-se que o valor das variáveis de condição de vida se constitui numa consequência dos arranjos dos indicadores dimensionais Qualidade de Vida e Condição Econômica.</p>	<p>Implantação, de forma planejada, de estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.</p> <p>Criação de políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando a esta autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.</p> <p>Destinação de recursos suficientes para a elaboração de planos, aquisição de equipamentos, construção e reforma de edificações destinadas ao ensino (priorizando a educação de jovens e adultos) e saúde.</p>

(Continua)

SOCIAL			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 5 com indicador dimensional condição de vida em zona proximal.</p>	20, 21, 22, 26, 27, 28, 36	<p>Priorização de investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne à mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas, considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição de Vida.</p> <p>Priorização de investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária), considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição Econômica.</p> <p>Priorização da regularização fundiária de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, fundo e feche de pasto e pescadores artesanais) e posseiros que trabalham e vivem no campo, além de se continuar, com planejamento adequado, a política de reforma agrária, aumentando-se o contingente da agricultura familiar formal no Estado da Bahia; dado os números relacionados à concentração de terras e sua relação com a vulnerabilidade social.</p>	<p>Implantação, de forma planejada, de estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.</p> <p>Criação de políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando a esta autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.</p>
<p><b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 5 com indicador dimensional qualidade de vida em zona proximal.</p>	2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 36	<p>Priorização de investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas, considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição de Vida.</p> <p>Priorização de investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária), considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição Econômica.</p> <p>Priorização de ações nos municípios enquadrados nesta categoria que estejam em zona proximal ao Tipo 8.</p> <p>Priorização da regularização fundiária de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, fundo e feche de pasto e pescadores artesanais) e posseiros que trabalham e vivem no campo, além de se continuar, com planejamento adequado, a política de reforma agrária, aumentando-se o contingente da agricultura familiar formal no Estado da Bahia; dado os números relacionados à concentração de terras e sua relação com a vulnerabilidade social.</p> <p>Priorização de investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário, coleta e destinação de resíduos sólidos e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais.</p>	<p>Implantação, de forma planejada, de estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.</p> <p>Criação de políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando a esta autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.</p> <p>Fortalecimento da educação em todas as suas esferas, tanto no que concerne a infraestrutura, quanto para aquisição de equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares.</p> <p>Intensificação de programas voltados para a educação do campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.</p> <p>Superação dos problemas relacionados à saúde, buscando-se a implantação de mais equipes de PSF, aumentando-se a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e, de serviços de emergência.</p>

(Continua)

SOCIAL			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 5 com indicador dimensional condição econômica em zona proximal.</p>	14, 17, 20, 22, 27, 30	<p>Priorização de investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas, considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição de Vida.</p> <p>Priorização de investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária), considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição Econômica.</p> <p>Priorização de investimentos em diagnóstico, planejamento, execução ou gestão nas áreas de saneamento e habitação, considerando-se que o valor das variáveis de condição de vida se constitui numa consequência dos arranjos dos indicadores dimensionais Qualidade de Vida e Condição Econômica.</p>	<p>Destinação de recursos suficientes para a elaboração de planos, aquisição de equipamentos, construção e reforma de edificações destinadas ao ensino (priorizando a educação de jovens e adultos) e saúde.</p>
<p><b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 6 com indicadores dimensionais em zona de comodidade.</p>	-	<p>Priorização de investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais, considerando os municípios com baixo Indicador Dimensional Qualidade de Vida.</p> <p>Priorização de investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária), considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição Econômica.</p> <p>Priorização da regularização fundiária de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, fundo e feche de pasto e pescadores artesanais) e posseiros que trabalham e vivem no campo, além de se continuar, com planejamento adequado, a política de reforma agrária, aumentando-se o contingente da agricultura familiar formal no Estado da Bahia; dado os números relacionados à concentração de terras e sua relação com a vulnerabilidade social.</p>	<p>Implantação, de forma planejada, de estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.</p> <p>Criação de políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando a esta autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.</p> <p>Fortalecimento da educação em todas as suas esferas, tanto no que concerne a infraestrutura, quanto para aquisição de equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares. Intensificação de programas voltados para a educação do campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.</p> <p>Superação dos problemas relacionados à saúde, buscando-se a implantação de mais equipes de PSF, aumentando-se a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e, de serviços de emergência.</p>

(Continua)



<b>SOCIAL</b>			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 6 com indicador dimensional condição de vida em zona proximal.</p>	<p>2, 3, 5, 23, 32</p>	<p>Priorização de investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário, coleta e destinação de resíduos sólidos e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais, considerando os municípios com baixo Indicador Dimensional Qualidade de Vida.</p> <p>Priorização de investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária), considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição Econômica.</p> <p>Priorização de ações nos municípios enquadrados nesta categoria que estejam em zona proximal ao Tipo 8.</p> <p>Priorização da regularização fundiária de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, fundo e feche de pasto e pescadores artesanais) e posseiros que trabalham e vivem no campo, além de se continuar, com planejamento adequado, a política de reforma agrária, aumentando-se o contingente da agricultura familiar formal no Estado da Bahia; dado os números relacionados à concentração de terras e sua relação com a vulnerabilidade social.</p> <p>Priorização de investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas.</p>	<p>Implantação, de forma planejada, de estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.</p> <p>Criação de políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando a esta autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.</p> <p>Fortalecimento da educação em todas as suas esferas, tanto no que concerne a infraestrutura, quanto para aquisição de equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares. Intensificação de programas voltados para a educação do campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.</p> <p>Superação dos problemas relacionados à saúde, buscando-se a implantação de mais equipes de PSF, aumentando-se a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e, de serviços de emergência.</p>
<p><b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 6 com indicador dimensional qualidade de vida em zona proximal.</p>	<p>9, 10, 11, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26</p>	<p>Priorização de investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais, considerando os municípios com baixo Indicador Dimensional Qualidade de Vida.</p> <p>Priorização de investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária), considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição Econômica.</p> <p>Priorização da regularização fundiária de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, fundo e feche de pasto e pescadores artesanais) e posseiros que trabalham e vivem no campo, além de se continuar, com planejamento adequado, a política de reforma agrária, aumentando-se o contingente da agricultura familiar formal no Estado da Bahia; dado os números relacionados à concentração de terras e sua relação com a vulnerabilidade social.</p>	<p>Implantação, de forma planejada, de estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.</p> <p>Criação de políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando a esta autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.</p> <p>Fortalecimento da educação em todas as suas esferas, tanto no que concerne a infraestrutura, quanto para aquisição de equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares. Intensificação de programas voltados para a educação do campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.</p> <p>Superação dos problemas relacionados à saúde, buscando-se a implantação de mais equipes de PSF, aumentando-se a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e, de serviços de emergência.</p>

(Continua)



<b>SOCIAL</b>			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 6 com indicador dimensional condição econômica em zona proximal.</p>	9, 12, 13	<p>Priorização de investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário, coleta e destinação de resíduos sólidos e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais, considerando os municípios com baixo Indicador Dimensional Qualidade de Vida.</p> <p>Priorização de investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária), considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição Econômica.</p> <p>Priorização da regularização fundiária de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, fundo e feche de pasto e pescadores artesanais) e posseiros que trabalham e vivem no campo, além de se continuar, com planejamento adequado, a política de reforma agrária, aumentando-se o contingente da agricultura familiar formal no Estado da Bahia; dado os números relacionados à concentração de terras e sua relação com a vulnerabilidade social.</p>	<p>Implantação, de forma planejada, de estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.</p> <p>Criação de políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando a esta autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.</p> <p>Fortalecimento da educação em todas as suas esferas, tanto no que concerne a infraestrutura, quanto para aquisição de equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares. Intensificação de programas voltados para a educação do campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.</p> <p>Superação dos problemas relacionados à saúde, buscando-se a implantação de mais equipes de PSF, aumentando-se a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e, de serviços de emergência.</p>
<p><b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 7 com indicadores dimensionais em zona de comodidade.</p>	-	<p>Priorização de investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais, considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Qualidade de Vida.</p> <p>Priorização de investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas, considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição de Vida.</p>	<p>Fortalecimento da educação em todas as suas esferas, tanto no que concerne a infraestrutura, quanto para aquisição de equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares. Intensificação de programas voltados para a educação do campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.</p> <p>Superação dos problemas relacionados à saúde, buscando-se a implantação de mais equipes de PSF, aumentando-se a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e, de serviços de emergência.</p> <p>Elaboração de planos de desenvolvimento estratégico municipais para nortear ações visando o desenvolvimento socioeconômico, considerando a sociedade civil organizada no processo de planejamento destes, seus anseios e necessidades.</p>
<p><b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 7 com indicador dimensional condição de vida em zona proximal.</p>	-	<p>Priorização de investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais, considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Qualidade de Vida.</p> <p>Priorização de investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas, considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição de Vida.</p>	<p>Fortalecimento da educação em todas as suas esferas, tanto no que concerne a infraestrutura, quanto para aquisição de equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares. Intensificação de programas voltados para a educação do campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.</p> <p>Superação dos problemas relacionados à saúde, buscando-se a implantação de mais equipes de PSF, aumentando-se a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e, de serviços de emergência.</p> <p>Elaboração de planos de desenvolvimento estratégico municipais para nortear ações visando o desenvolvimento socioeconômico, considerando a sociedade civil organizada no processo de planejamento destes, seus anseios e necessidades.</p>

(Continua)

<b>SOCIAL</b>			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 7 com indicador dimensional qualidade de vida em zona proximal.</p>	9, 11, 12, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 35, 36	<p>Priorização de investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais, considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Qualidade de Vida.</p> <p>Priorização de investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas, considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição de Vida.</p>	<p>Fortalecimento da educação em todas as suas esferas, tanto no que concerne a infraestrutura, quanto para aquisição de equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares.</p> <p>Intensificação de programas voltados para a educação do campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.</p> <p>Superação dos problemas relacionados à saúde, buscando-se a implantação de mais equipes de PSF, aumentando-se a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e, de serviços de emergência.</p> <p>Elaboração de planos de desenvolvimento estratégico municipais para nortear ações visando o desenvolvimento socioeconômico, considerando a sociedade civil organizada no processo de planejamento destes, seus anseios e necessidades.</p>
<p><b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 7 com indicador dimensional condição econômica em zona proximal.</p>	1, 2, 3, 5, 7, 12, 13, 14, 15, 18, 32, 33	<p>Priorização de investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário, coleta e destinação de resíduos sólidos e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais, considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Qualidade de Vida.</p> <p>Priorização de investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas, considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição de Vida.</p> <p>Priorização de ações nos municípios enquadrados nesta categoria que estejam em zona proximal ao Tipo 8.</p> <p>Priorização de investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária).</p> <p>Priorização da regularização fundiária de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, fundo e feche de pasto e pescadores artesanais) e posseiros que trabalham e vivem no campo, além de se continuar, com planejamento adequado, a política de reforma agrária, aumentando-se o contingente da agricultura familiar formal no Estado da Bahia; dado os números relacionados à concentração de terras e sua relação com a vulnerabilidade social.</p>	<p>Elaboração de planos de desenvolvimento estratégico municipais para nortear ações visando o desenvolvimento socioeconômico, considerando a sociedade civil organizada no processo de planejamento destes, seus anseios e necessidades.</p> <p>Implantação, de forma planejada, de estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.</p> <p>Criação de políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando a esta autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.</p> <p>Fortalecimento da educação em todas as suas esferas, tanto no que concerne a infraestrutura, quanto para aquisição de equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares.</p> <p>Intensificação de programas voltados para a educação do campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.</p> <p>Superação dos problemas relacionados à saúde, buscando-se a implantação de mais equipes de PSF, aumentando-se a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e, de serviços de emergência.</p>

(Continua)

<b>SOCIAL</b>			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 8 com indicadores dimensionais em zona de comodidade.</p>	<p>1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36</p>	<p>Priorização de investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário, coleta e destinação de resíduos sólidos e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais, considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Qualidade de Vida.</p> <p>Priorização de investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência, mortalidade infantil e violências, em suas diversas manifestações e derivações, considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição de Vida.</p> <p>Priorização de investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária), considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição Econômica.</p> <p>Priorização (de forma emergencial) de ações nos municípios de médio porte enquadrados nesta categoria.</p> <p>Priorização da regularização fundiária de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, fundo e feche de pasto e pescadores artesanais) e posseiros que trabalham e vivem no campo, além de se continuar, com planejamento adequado, a política de reforma agrária, aumentando-se o contingente da agricultura familiar formal no Estado da Bahia; dado os números relacionados à concentração de terras e sua relação com a vulnerabilidade social.</p>	<p>Elaboração de estudo para os municípios de pequeno e muito pequeno portes no sentido de se analisar a realidade local com mais profundidade e verificar a priorização das ações.</p> <p>Implantação, de forma planejada, de estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.</p> <p>Criação de políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando a esta autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.</p> <p>Fortalecimento da educação em todas as suas esferas, tanto no que concerne a infraestrutura, quanto para aquisição de equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares. Intensificação de programas voltados para a educação do campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.</p> <p>Superação dos problemas relacionados à saúde, buscando-se a implantação de mais equipes de PSF, aumentando-se a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e, de serviços de emergência.</p>
<p><b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 8 com indicador dimensional condição de vida em zona proximal.</p>	<p>1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 31, 32, 33</p>	<p>Priorização de investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário, coleta e destinação de resíduos sólidos e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais, considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Qualidade de Vida.</p> <p>Priorização de investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência, mortalidade infantil e violências, em suas diversas manifestações e derivações, considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição de Vida.</p> <p>Priorização de investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária), considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição Econômica.</p> <p>Priorização de ações em municípios enquadrados nesta categoria, por estarem em zona proximal ao Tipo 6 de vulnerabilidade social.</p> <p>Priorização da regularização fundiária de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, fundo e feche de pasto e pescadores artesanais) e posseiros que trabalham e vivem no campo, além de se continuar, com planejamento adequado, a política de reforma agrária, aumentando-se o contingente da agricultura familiar formal no Estado da Bahia; dado os números relacionados à concentração de terras e sua relação com a vulnerabilidade social.</p> <p>Priorização de investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas.</p>	<p>Implantação, de forma planejada, de estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.</p> <p>Criação de políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando a esta autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.</p> <p>Fortalecimento da educação em todas as suas esferas, tanto no que concerne a infraestrutura, quanto para aquisição de equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares. Intensificação de programas voltados para a educação do campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.</p> <p>Superação dos problemas relacionados à saúde, buscando-se a implantação de mais equipes de PSF, aumentando-se a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e, de serviços de emergência.</p>

(Continua)

SOCIAL			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Vulnerabilidade social</b></p> <p>Tipo 8 com indicador dimensional qualidade de vida em zona proximal.</p>	<p>1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36</p>	<p>Priorização de investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário, coleta e destinação de resíduos sólidos e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais, considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Qualidade de Vida.</p> <p>Priorização de investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência, mortalidade infantil e violências, em suas diversas manifestações e derivações, considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição de Vida.</p> <p>Priorização de investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária), considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição Econômica.</p> <p>Priorização de ações em municípios enquadrados nesta categoria, por estarem em zona proximal ao Tipo 5 de vulnerabilidade social.</p> <p>Priorização da regularização fundiária de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, fundo e feche de pasto e pescadores artesanais) e posseiros que trabalham e vivem no campo, além de se continuar, com planejamento adequado, a política de reforma agrária, aumentando-se o contingente da agricultura familiar formal no Estado da Bahia; dado os números relacionados à concentração de terras e sua relação com a vulnerabilidade social.</p> <p>Priorização de investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas.</p>	<p>Implantação, de forma planejada, de estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.</p> <p>Criação de políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando a esta autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.</p> <p>Fortalecimento da educação em todas as suas esferas, tanto no que concerne a infraestrutura, quanto para aquisição de equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares.</p> <p>Intensificação de programas voltados para a educação do campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.</p> <p>Superação dos problemas relacionados à saúde, buscando-se a implantação de mais equipes de PSF, aumentando-se a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e, de serviços de emergência.</p>

(Continua)

<b>SOCIAL</b>			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Vulnerabilidade social</b> Tipo 8 com indicador dimensional condição econômica em zona proximal.</p>	<p>1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 32</p>	<p>Priorização de investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário, coleta e destinação de resíduos sólidos e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais, considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Qualidade de Vida.</p> <p>Priorização de investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência, mortalidade infantil e violências, em suas diversas manifestações e derivações, considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição de Vida.</p> <p>Priorização de investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária), considerando os municípios com baixo desempenho no Indicador Dimensional Condição Econômica.</p> <p>Priorização de ações em municípios enquadrados nesta categoria, por estarem em zona proximal ao Tipo 7 de vulnerabilidade social.</p> <p>Priorização de regularização fundiária de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, fundo e feche de pasto e pescadores artesanais) e posseiros que trabalham e vivem no campo, além de se continuar, com planejamento adequado, a política de reforma agrária, aumentando-se o contingente da agricultura familiar formal no Estado da Bahia; dado os números relacionados à concentração de terras e sua relação com a vulnerabilidade social.</p> <p>Priorização de investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas.</p>	<p>Elaboração de planos de desenvolvimento estratégico municipais para nortear ações visando o desenvolvimento socioeconômico, considerando a sociedade civil organizada no processo de planejamento destes, seus anseios e necessidades.</p> <p>Implantação, de forma planejada, de estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.</p> <p>Criação de políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando a esta autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.</p> <p>Fortalecimento da educação em todas as suas esferas, tanto no que concerne a infraestrutura, quanto para aquisição de equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares. Intensificação de programas voltados para a educação do campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.</p> <p>Superação dos problemas relacionados à saúde, buscando-se a implantação de mais equipes de PSF, aumentando-se a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e, de serviços de emergência.</p>
<p><b>Sistemas sociais organizados</b> Município onde ocorre(m) Comunidade(s) Quilombola(s) certificada(s) pela Fundação Palmares.</p>	<p>Todas</p>	<p>Priorização de estas comunidades seu reconhecimento enquanto grupo e sua regularização fundiária. O local de vida deste grupo deve ser preservado para que ele consiga manter sua cultura. Para tanto, devem ser priorizados a elaboração dos RTIDs (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) de todas as comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares e, viabilizados instrumentos e rotinas públicas para se agilizar os processos de reconhecimento de seus territórios, objetivando-se o título formal das terras que ocupam.</p> <p>Viabilização do processo discriminatório e de delimitação de terras devolutas para agilizar a regularização fundiária de várias comunidades quilombolas.</p> <p>Valorização socioeconômica dessas comunidades a partir da inserção dos produtos da sociobiodiversidade no sistema produtivo do Estado e que sejam promovidos estudos que contemplem o maior conhecimento de seus sistemas socioprodutivos, especialmente aqueles relacionados à biodiversidade, como forma de incluí-los em uma política de valorização dos serviços ambientais no estado da Bahia.</p> <p>Valorização sociocultural e socioambiental dessas comunidades a partir da promoção de políticas, planos, programas e projetos que fortaleçam aspectos da etnoconservação e da sociobiodiversidade, na perspectiva da inclusão dessas comunidades nas estratégias formais de desenvolvimento do Estado.</p>	<p>Elaboração de programas de fortalecimento sociocultural e valorização das comunidades tradicionais e suas formas de vida singulares, destacando a relação da sociobiodiversidade e alternativas para uma forma de viver mais sustentável, enfatizando a educação ambiental.</p> <p>Criação de formas ágeis de se tomar conhecimento e dar encaminhamento aos conflitos de terra vivenciados cotidianamente pelas comunidades quilombolas, garantindo-se, que a violência física e não física a estas comunidades seja cessada.</p>

(Continua)



<b>SOCIAL</b>			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Sistemas sociais organizados</b> Município em que ocorre(m) Comunidade(s) de Fundo e Feche de Pasto.</p>	<p>1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 23, 30, 32</p>	<p>Priorização de estas comunidades seu reconhecimento enquanto grupo e sua regularização fundiária, pois, apesar de terem sido reconhecidas na Constituição do Estado da Bahia de 1989, as Comunidades de Fundo e Feche de Pasto enfrentam dificuldades com relação ao processo de identificação, reconhecimento e legalização das suas terras.</p> <p>Preservação do local de vida destes grupos para que eles consigam manter sua cultura, assim sendo, suas áreas de pastoreio extensivo e ou refrigérios devem ser incluídas no processo de identificação dos territórios, e não somente as áreas de cultura agrícola e habitação.</p> <p>Viabilização de instrumentos e rotinas públicas para se agilizar os processos de reconhecimento de seus territórios, objetivando-se o título formal das terras que ocupam, já que, na grande maioria dos casos, se constituem em terras devolutas.</p> <p>Valorização socioeconômica dessas comunidades a partir da inserção dos produtos da sociobiodiversidade no sistema produtivo do Estado e que sejam promovidos estudos que contemplem o maior conhecimento de seus sistemas socioprodutivos, especialmente aqueles relacionados à biodiversidade, como forma de incluí-los em uma política de valorização dos serviços ambientais no estado da Bahia.</p> <p>Valorização sociocultural e socioambiental dessas comunidades a partir da promoção de políticas, planos, programas e projetos que fortaleçam aspectos da etnoconservação e da sociobiodiversidade, na perspectiva da inclusão dessas comunidades nas estratégias formais de desenvolvimento do Estado.</p>	<p>Elaboração de programas de fortalecimento sociocultural e valorização das comunidades tradicionais e suas formas de vida singulares, destacando a relação da sociobiodiversidade e alternativas para uma forma de viver mais sustentável, enfatizando a educação ambiental;</p> <p>Criação de formas ágeis de se tomar conhecimento e dar encaminhamento aos conflitos de terra vivenciados cotidianamente pelas comunidades de fundo e feche de pasto, garantindo-se, que a violência física e não física a estas comunidades seja cessada.</p>
<p><b>Sistemas sociais organizados</b> Município em que ocorre(m) Comunidade(s) de Pescadores Artesanais.</p>	<p>Todas</p>	<p>Regularização dos territórios historicamente ocupados pelos pescadores artesanais, pois, uma das principais questões que devem ser destacadas quando se trata da pesca artesanal é que ela deve ser entendida com uma atividade que se desenvolve tanto na terra como na água. Isto porque o acesso à água é mediado pelo acesso a terra. Além disso, muitos pescadores complementam sua renda com atividades agrícolas, mantendo um modo de vida particular.</p> <p>Preservação e recuperação as áreas onde os pescadores artesanais reproduzem seu modo de vida, pois, as áreas que eles se utilizam para sobreviver vêm sofrendo inúmeras agressões que vão desde a pesca predatória, até os efeitos da poluição urbana. Diante disto, o pescador artesanal tem encontrado dificuldades em conseguir se manter da pesca em momentos que os impactos ambientais são mais agressivos.</p> <p>Não restrição do acesso aos recursos naturais necessários ao desenvolvimento e manutenção de suas atividades, principalmente as áreas de manguezais.</p> <p>Incentivo e reconhecimento de todas as formas de organização social dos pescadores artesanais, sejam elas associações, sindicatos ou colônias.</p> <p>Valorização socioeconômica dessas comunidades a partir da inserção dos produtos da sociobiodiversidade no sistema produtivo do Estado e que sejam promovidos estudos que contemplem o maior conhecimento de seus sistemas socioprodutivos, especialmente aqueles relacionados à biodiversidade, como forma de incluí-los em uma política de valorização dos serviços ambientais no estado da Bahia.</p> <p>Valorização sociocultural e socioambiental dessas comunidades a partir da promoção de políticas, planos, programas e projetos que fortaleçam aspectos da etnoconservação e da sociobiodiversidade, na perspectiva da inclusão dessas comunidades nas estratégias formais de desenvolvimento do Estado.</p>	<p>Elaboração de programas de fortalecimento sociocultural e valorização das comunidades tradicionais e suas formas de vida singulares, destacando a relação da sociobiodiversidade e alternativas para uma forma de viver mais sustentável, enfatizando a educação ambiental;</p> <p>Criação de formas ágeis de se tomar conhecimento e dar encaminhamento aos conflitos de terra e água vivenciados cotidianamente pelos pescadores artesanais, garantindo-se, que a violência física e não física a estas comunidades seja cessada.</p>

(Continua)



SOCIAL			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Sistemas sociais organizados</b> Município em que ocorre(m) Povos Indígenas.</p>	3, 4, 5, 6, 8, 9, 14, 17, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 36	<p>Agilizar os processos de regularização das terras indígenas desde o autorreconhecimento oficial do grupo étnico, os estudos, a delimitação e demarcação até a homologação, pois, o ato de reconhecer os povos indígenas enquanto realidades sociais diferenciadas não pode estar dissociado da questão territorial, dado o papel relevante da terra para a reprodução econômica, ambiental, física e cultural destes.</p> <p>Garantia da autonomia do povo indígena na terra regularizada principalmente a partir da própria ação indígena ou, quando isto não é possível, de um novo modelo de indigenismo, em que as diferentes realidades sejam contempladas por diferentes formas de planejamento e experiências, expurgando-se o velho modelo, caracterizado pelo paternalismo e clientelismo.</p> <p>Valorização socioeconômica dessas comunidades a partir da inserção dos produtos da sociobiodiversidade no sistema produtivo do Estado e que sejam promovidos estudos que contemplem o maior conhecimento de seus sistemas socioprodutivos, especialmente aqueles relacionados à biodiversidade, como forma de incluí-los em uma política de valorização dos serviços ambientais no estado da Bahia.</p> <p>Valorização sociocultural e socioambiental dessas comunidades a partir da promoção de políticas, planos, programas e projetos que fortaleçam aspectos da etnoconservação e da sociobiodiversidade, na perspectiva da inclusão dessas comunidades nas estratégias formais de desenvolvimento do Estado.</p>	<p>Elaboração de programas de fortalecimento sociocultural e valorização dos povos indígenas e suas formas de vida singulares, destacando a relação da sociobiodiversidade e alternativas para uma forma de viver mais sustentável, enfatizando a educação ambiental;</p> <p>Criação de formas ágeis de se tomar conhecimento e dar encaminhamento aos conflitos de terra vivenciados cotidianamente pelos povos indígenas, garantindo-se, que a violência física e não física a estas comunidades seja cessada.</p>
<p><b>Sistemas sociais organizados</b> Município em que ocorre(m) Acampamento(s) de Trabalhadores Rurais sem Terra.</p>	Todas	<p>Priorização de ações para desconcentração de terras, visando à diminuição da pobreza e estagnação econômica no interior do Estado da Bahia, assim como do êxodo rural.</p>	<p>Criação de assentamentos de reforma agrária no sentido de se atender a demanda dos trabalhadores rurais sem terra em locais onde haja possibilidade de desenvolvimento sociocultural e econômico do público alvo.</p>
<p><b>Sistemas sociais organizados</b> Município em que ocorre(m) assentamento(s) de Reforma Agrária municipais, estaduais ou federais.</p>	Todas	<p>Priorização do acesso à educação profissional vinculada aos anseios e necessidades específicas dos assentados e, também, ao crédito para produção com a devida assistência técnica, além do apoio a comercialização.</p>	<p>Viabilização da infraestrutura habitacional, de atendimento social (educação do campo e saúde) e produtivo em assentamentos de reforma agrária, preservando o modo de vida do agricultor familiar e possibilitando sua permanência no campo.</p>
<p><b>Sistemas sociais organizados</b> Município em que ocorre(m) entidades de representação social (sindicatos patronais e de trabalhadores, ONGs, associações, UPF etc.).</p>	Todas	<p>Priorização de processos decisórios em conjunto com as organizações sociais, seja em conselhos, câmaras ou comissões, levando-se em consideração suas ponderações de forma democrática e igualitária, principalmente frente aos interesses dos grandes investidores, no que concerne a projetos de infraestrutura logística ou de produção e serviços, com impactos ambientais ou sociais em nome do desenvolvimento econômico com abrangência municipal, regional, estadual ou nacional.</p>	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Quadro 26 – Diretrizes Específicas Temáticas – Arranjos Produtivos Rurais

ARRANJOS PRODUTIVOS RURAIS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Arranjo do Algodão:</b> na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	1, 2, 3, 4, 5, 6	Apoio com pesquisa, assistência técnica e incentivos as práticas que se revelam avançadas e compatíveis com a agricultura sustentável do arranjo do algodão na UTB 30.  Fomento aos programas de pesquisa e de assistência técnica para a agricultura familiar.	Fomento aos programas de pesquisa e de assistência técnica para a agricultura familiar.
<b>Arranjo do Algodão:</b> nas UTBs Superfície Cimeira do Espinhaço (UTB 40), Serras Alinhadas do Espinhaço (UTB 41) e Depressão de Guanambi (UTB 59)	4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13	Avaliação da possibilidade de aumentar o rendimento físico mediante irrigação do arranjo do algodão nas UTBs 40, 41 e 59.  Apoio às iniciativas de induzir o surgimento de unidades de beneficiamento com caráter cooperativo.  Priorização dos programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica podendo também ser contemplado com o fomento para atividades comunitárias de beneficiamento e industrialização, visando a consolidação da agricultura familiar.	
<b>Arranjo da Apicultura:</b> nas UTBs Tabuleiro de Itapicuru (UTB 17), Patamares Dissecados de Cícero Dantas (UTB 18) e Depressão Sertaneja (UTB 62).	7, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 30, 32		Apoio às atividades de pesquisa agropecuária e de assistência técnica em todos os municípios produtores do arranjo apicultura nas UTBs 17, 18 e 62.  Promoção do acesso a programas de financiamento, de assistência técnica e de acesso à terra, de modo a alavancar a produção e expandir o beneficiamento e a industrialização por arranjos comunitários do mel de abelha, fortalecendo a agricultura familiar.
<b>Arranjo da Avicultura Integrada:</b> arranjo nas UTBs Tabuleiro Pré-Litorâneo (UTB 5), Tabuleiros Interioranos (UTB 6) e Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13); na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30); na UTB Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	1, 2, 3, 4, 5, 6, 25, 26, 27, 32, 33, 34, 35, 36		Avaliação da possibilidade de adoção por parte dos avicultores de modelo cooperativo de abate de aves, de modo a se tornarem independentes dos frigoríficos no arranjo da avicultura integrada nas UTBs 5, 6, 13, 30 e 45.  Apoio com pesquisa e assistência técnica os avicultores independentes.  Desenvolvimento de programas de acesso à terra, de financiamento de equipamentos, de custeio e de assistência técnica para os sistemas de criação de aves "caipiras" espalhados pelo estado.  Promoção do cooperativismo e o empoderamento para que a avicultura familiar possa passar a integrar a cadeia produtiva na etapa de abate de aves.
<b>Arranjo da Bovinocultura:</b> na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3); na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4); na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62); arranjo na UTB Depressão Interplanáltica de Itabuna/Itapetinga (UTB 63); arranjo na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 36	Incentivo a uma maior sustentabilidade no sistema produtivo da bovinocultura, com a evolução da criação extensiva para a semi-intensiva nas UTBs 3, 4, 30, 62 e 63. Desta forma, a atividade poderá concorrer para diferenciação e prosperidade da unidade de produção familiar.	Apoio às atividades de pesquisa e de assistência técnica.  Criação de programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, pois podem vir a ampliar a participação da unidade produtiva familiar na bovinocultura.
<b>Arranjo do Cacau:</b> na UTB Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47); nas UTBs Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47) e Colinas e Serras Pré-Litorâneas (UTB 48); nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13); nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4),	20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 35, 36		Promoção do beneficiamento e associação do arranjo do cacau à industrialização com vista à obter derivados semi-processados com alto valor agregado ou mesmo produzir o chocolate nas UTBs 4, 13, 47 e 48.  Promoção de programas de acesso à terra, de conversão de remanescentes de latifúndios extrativistas em condomínios produtivos familiares.
<b>Arranjo do Café:</b> nas UTBs Planícies Fluviais (UTB 2) e Chapada do Oeste Baiano (UTB 30);	1, 2, 3, 4, 5	Estímulo ao uso de tecnologias de menor consumo de água no processo produtivo do arranjo do café nas UTBs 2 e 30.  Restrição da ocupação em locais com baixa disponibilidade hídrica.	Fomento aos programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, que podem vir a ampliar a participação da agricultura familiar.
<b>Arranjo do Café:</b> na UTB Superfície Dissecada de Barra da Estiva (UTB 37); na UTB Gerais da Chapada Diamantina (UTB 36); nas UTBs Planalto Sul Baiano (UTB 12) e Pat. Oriental do Planalto de Vitória da Conquista (UTB 58).	8, 9, 10, 11, 12, 13, 20, 21, 22, 27		Apoio às atividades de pesquisa e de assistência técnica para o arranjo do café nas UTBs 12, 36, 37 e 58, inclusive para a agricultura familiar.  Promoção de programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, que podem vir a ampliar a participação da agricultura familiar.

(Continua)

ARRANJOS PRODUTIVOS RURAIS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Arranjo da Cana de Açúcar:</b> nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4), Colinas e Residuais das Coberturas (UTB 50) e Piemonte Oriental do Maciço de Jucuruçu (UTB 51)	22, 28, 29, 36	Priorização, para expansão das lavouras de cana, das áreas já utilizadas pelo setor produtivo (especialmente pecuária extensiva).	Apoio com pesquisa e assistência técnica nas áreas de gestão produtiva e de agroecologia.. Criação de programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica para os sistemas de produção artesanal de cachaça e rapadura.
<b>Arranjo da Cana de Açúcar:</b> nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Tabuleiro Dissecado do Recôncavo (UTB 14); na Depressão Sertaneja (UTB 62)	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 27, 30, 32, 33, 34, 35, 36	Reconsideração da atividade agro-canavieira em decorrência das melhores alternativas de uso do solo do solo, especialmente horticultura e fruticultura.	Criação de programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica para os sistemas de produção artesanal de cachaça e rapadura.
<b>Arranjo da Caprinocultura:</b> em todos os municípios produtores	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33	Favorecimento da utilização de técnicas avançadas de produção e beneficiamento para maior retorno social para o arranjo da caprinocultura em todos os municípios produtores.	Apoio às atividades de pesquisa e de assistência técnica em todos os municípios produtores, visando verificar se existem vantagens significativas de escala na produção isolada e integrada com laticínios e frigoríficos. Estímulo aos programas de acesso a terra, de financiamento e de assistência técnica para melhorar desempenho da produção familiar de animais para o abate ou produção leiteira.
<b>Arranjo de Citros:</b> nas UTBs Tabuleiro da Bacia do Tucano Sul (UTB 16) e Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45); na UTB Tabuleiro Pré-Litorâneo (UTB 5).	20, 23, 24, 25, 26, 32, 33, 35, 36		Promoção da assistência técnica em gestão produtiva e na elevação dos padrões tecnológicos de produção. Estímulo aos programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, que podem vir a ampliar a participação da agricultura familiar no arranjo citros. Favorecimento da melhoria da qualidade dos frutos mediante material genético adequado e assistência técnica, garantindo maior receita.
<b>Arranjo do Coco:</b> nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3), Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Planalto Oriental (UTB 46); nas UTBs Depressão Sertaneja (UTB 62) e Residuais nas Depressões Interplanálticas (UTB 65)	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 32, 33, 34, 35, 36		Fomento à assistência técnica e a capacitação em gestão em todas as áreas produtivas do arranjo do coco nas UTBs 3, 13, 46, 62 e 65. Fomento aos programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica voltada para a produção familiar, que podem vir a ampliar a participação da agricultura de pequenos produtores. Estímulo à melhoria da qualidade dos pomares e frutos mediante material genético adequado e assistência técnica, garantindo uma maior receita.
<b>Arranjo do Dendê:</b> nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47).	20, 25, 26, 27, 28, 33, 36		Promoção da integração da atividade de produção primária com a extração de óleo no arranjo do dendê nas UTBs 13 e 47. Fomento à assistência técnica e a capacitação em gestão em todas as áreas produtivas e estímulo à produção científica sobre lavoura do dendê. Fomento aos programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica dirigidos para a produção familiar, pois podem vir a ampliar a participação de pequenos produtores na palmicultura. Recomenda-se que os produtores familiares estejam associados com a agro-industrialização, evitando que os produtores independentes continuem reféns da agroindústria de extração de óleo, podendo garantir uma maior participação no produto final.
<b>Arranjo do Feijão:</b> na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	1, 2, 3, 4, 5, 6		Apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento voltadas para a busca de maior eficiência nos usos da energia e dos insumos químicos para a busca de biofertilizantes e biopesticidas. Promoção de programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, que podem vir a ampliar a participação da agricultura familiar com alguma melhoria de desempenho, a depender de zoneamentos mais precisos que desestimulem plantios em área com risco de elevado déficit hídrico.
<b>Arranjo do Feijão:</b> Na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33		Promoção de programas de pesquisa e assistência técnica que orientem no sentido de uma maior eficiência ou de redirecionamento para outras atividades, diante da adversidade do meio físico no arranjo do feijão na UTB 62. Promoção de programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, que podem vir a ampliar a participação da agricultura familiar com alguma melhoria de desempenho, a depender de zoneamentos mais precisos que desestimulem plantios em área com risco de elevado déficit hídrico.
<b>Arranjo da Fruticultura Irrigada:</b> nas regiões de Bom Jesus da Lapa, de Juazeiro e de Brumado.	5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33		Fomento à assistência técnica e a capacitação em gestão em todas as áreas produtivas do arranjo da fruticultura irrigada nas proximidades de Bom Jesus da Lapa, Juazeiro e Brumado. Fomento aos programas de acesso à terra com possibilidade de irrigação, de financiamento e de assistência técnica voltada para a produção familiar, que podem vir a ampliar a participação da agricultura de pequenos produtores.

**ARRANJOS PRODUTIVOS RURAIS**

CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Arranjo da Heveicultura:</b> nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47).	20, 22, 25, 26, 27, 28, 36		Fomento à assistência técnica e a capacitação em gestão em todas as áreas produtiva do arranjo da heveicultura nas UTBs 13 e 47. Promoção do incremento da produção científica sobre heveicultura. Fomento aos programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica voltada para a produção familiar, que podem vir a ampliar a participação de pequenos produtores. Estímulo à melhoria da qualidade dos clones e variedades, tornando-os mais produtivos.
<b>Arranjo do Mamão:</b> nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3) e Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45); na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4); e na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	1, 2, 3, 4, 5, 22, 26, 27, 28, 29, 32, 35, 36		Estímulo aos procedimentos essenciais para atender mercados mais exigentes, sobretudo para exportação, na pós-colheita como tratamentos térmicos, de refrigeração e imersões em soluções que evitam tanto a ação de insetos, fungos e bactérias, como o apodrecimento precoce, além de melhorar a cor e o sabor para o arranjo do mamão nas UTBs 3, 4, 30 e 45. Apoio com pesquisa e assistência técnica, especialmente para as fases de produção e pós-colheita, essencial para aumentar a resistência ao transporte e à manipulação. Fomento aos programas para agricultura familiar de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, podendo também contemplar atividades comunitárias de pós-colheita e de práticas de packing house, beneficiamento, industrialização e qualificação destes produtos, como meio de consolidar a agricultura familiar.
<b>Arranjo da Mamona:</b> na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30); nas UTBs Chapada de Irecê (UTB 22) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24		Apoio às atividades de pesquisa e de assistência técnica em todas as áreas produtoras, levando em conta a possibilidade de existir vantagens significativas de escala na produção da matéria prima produzida como atividade isolada ou como atividade integrada a uma usina de biodiesel para o arranjo da mamona nas UTBs 22, 30 e 62. Promoção de programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, que podem vir a constituir um parque de beneficiamento e industrialização um pouco mais complexa que a extração do óleo. Tais programas devem contemplar a possibilidade da produção familiar se associar à comercialização da torta de mamona.
<b>Arranjo da Mandioca:</b> nas UTBs Tabuleiro Pré-Litorâneo (UTB 5) e Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13); na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 32, 33, 34, 35, 36		Fomento à assistência técnica, visando utilizar a expressiva produção científica sobre manicultura nas UTBs 5, 13 e 62. Promoção de programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, podendo vir a ampliar a participação da agricultura familiar no arranjo manicultura. Favorecimento da melhoria da qualidade e diversificação dos produtos mediante material genético adequado, assistência técnica e apoio à industrialização.
<b>Arranjo do Maracujá:</b> na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3); na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4); na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 35, 36		Apoio com pesquisa e assistência para o sistema de produção do arranjo do maracujá, que pode ser melhorado tanto na fase de produção como de pós-colheita e processamento nas UTBs 3, 4 e 62. Fomento à produção de suco concentrado, dada a elasticidade da demanda para o suco de maracujá. Criação de programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica com o fomento para atividades comunitárias de processamento da fruta, ajudando a consolidar a agricultura familiar.
<b>Arranjo do Milho:</b> na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	1, 2, 3, 4, 5, 6		Apoio às atividades de Pesquisa e Desenvolvimento voltadas para a busca de maior eficiência no usos da energia e dos insumos químicos e para a busca de biofertilizantes e biopesticidas para o arranjo do milho da UTB 30. Criação de programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, que podem vir a ampliar a participação da agricultura familiar com alguma melhoria de desempenho, a depender de zoneamentos mais precisos que desestimulem plantios em área com risco de elevado déficit hídrico.
<b>Arranjo do Milho:</b> na UTB do Aporá (UTB 45); na UTB Planalto Soerguido (UTB 49); nas UTBs Patamar da Serra de Jacobina (UTB 54) e Depressão Sertaneja (UTB 62);	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 32, 33, 35, 36		Condução de programas de pesquisa e assistência técnica que orientem no sentido de uma maior eficiência ou de reorientação para outras atividades, diante das especificidades do ambiente, para o arranjo do milho nas UTBs 45, 49, 54 e 62. Criação de programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, que podem vir a ampliar a participação da agricultura familiar com alguma melhoria de desempenho, a depender de zoneamentos mais precisos que desestimulem plantios em área com risco de elevado déficit hídrico.
<b>Arranjo da Silvicultura:</b> nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3) e Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45); na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	22, 28, 29, 32, 33, 35, 36		Apoio às pesquisas que visem converter a silvicultura de monocultivo em sistemas agroflorestais ou silvopastoris nas UTBs 3, 4 e 45. Promoção de alternativas que favoreçam a geração de emprego e renda na economia local, permitindo a inclusão de parte da população não inserida no arranjo produtivo da silvicultura.

ARRANJOS PRODUTIVOS RURAIS			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Arranjo do Sisal na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	7, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 30, 32		Apoio às atividades de pesquisa e de assistência técnica em todos os municípios produtores do arranjo do sisal na UTB 62.  Avaliação das vantagens de escala na produção da matéria prima.  Estímulo às políticas de diversificação do produto e dos subprodutos

Quadro 27 – Diretrizes específicas temáticas para Aquicultura e Pesca

AQUICULTURA E PESCA			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Corpos d'água continentais (barragem, represa e açude)</b> Ocorrência de reservatório(s) com volume de acumulação igual ou superior a 100 hm<sup>3</sup>.</p>	<p>1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36</p>	<p>Adoção, inicialmente, do parâmetro para utilização de no máximo 1% da lâmina d'água do corpo hídrico com aquicultura e realização de monitoramento ambiental nos municípios com reservatórios com volume de acumulação a partir de 100 hm<sup>3</sup>, ou seja, que possuem grandes corpos d'água com alto potencial para aquicultura em tanques-rede e pesca comercial.</p> <p>Priorização do desenvolvimento aquícola em áreas que possuam estrutura para o aporte de insumos (ração e alevinos), beneficiamento (filé, couro, óleo, farinha) e comercialização.</p> <p>Condicionalidade da utilização dos corpos oligotróficos à verificação do padrão de qualidade da água, principalmente quanto às concentrações de fósforo e nitrogênio total.</p>	<p>Implementação de política de assistência técnica e extensão rural (ATER) orientada para a organização da produção e estratégias de comercialização.</p> <p>Verificação de compatibilidade para uso aquícola do corpo d'água (abastecimento humano, unidade de conservação, navegação, níveis de poluição e áreas tradicionais de pesca).</p> <p>Implementação de planos de monitoramento ambiental nos corpos d'água que possuem produção aquícola ou que serão destinados a este fim, visando subsidiar o desenvolvimento da produção.</p> <p>Elaboração de estudos para a determinação da capacidade de suporte dos corpos d'água, visando à criação de áreas e parques aquícolas estaduais e federais (águas da União).</p> <p>Elaboração de planos de desenvolvimento da cadeia produtiva aquícola para cada polo produtor.</p> <p>Elaboração de estudos voltados à recuperação e gestão dos estoques naturais, e ao ordenamento da pesca comercial.</p> <p>Criação de políticas de incentivos para o licenciamento ambiental.</p> <p>Desenvolvimento de políticas de certificação de pescados para acesso a mercados mais exigentes, que permitam a prática de maiores preços na comercialização.</p> <p>Realização de estudos de pré-investimento e fomento à pesca e à aquicultura, com o fortalecimento das associações de pescadores e colônias de pesca, com a diminuição de intermediários na comercialização, bem como com a implantação de infraestrutura para armazenamento e transporte nos pólos de produção de pescado.</p> <p>Aprimoramento dos mecanismos para licenciamento ambiental de empreendimentos de aquicultura, com vistas à celeridade dos processos de autorização, especialmente para pequenos produtores.</p> <p>Fornecimento de assistência técnica gratuita (ou subsidiada) para o licenciamento ambiental da aquicultura de pequeno porte.</p> <p>Elaboração de estudos voltados à definição de cotas de produção familiares que compatibilizem a manutenção dos estoques naturais e renda digna às famílias.</p>

(Continua)



AQUICULTURA E PESCA			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Corpos d'água continentais (barragem, represa e açude)</b> Ocorrência de reservatórios com volume de acumulação igual ou superior a 1 hm<sup>3</sup> e inferior a 100 hm<sup>3</sup>.</p>	<p>5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36</p>	<p>Adoção, inicialmente, do parâmetro para utilização de no máximo 1% da lâmina d'água do corpo hídrico com aquicultura e realização de monitoramento ambiental nos municípios com reservatórios com volume de acumulação igual ou superior a 1 hm<sup>3</sup> e inferior a 100 hm<sup>3</sup>, ou seja, que possuem grandes corpos d'água com bom potencial para aquicultura e para pesca artesanal.</p> <p>Priorização do desenvolvimento aquícola em áreas que possuam estrutura para o aporte de insumos (ração e alevinos), beneficiamento (filé, couro, óleo, farinha) e comercialização.</p> <p>Condicionalidade da utilização dos corpos oligotróficos à verificação do padrão de qualidade da água, principalmente quanto às concentrações de fósforo e nitrogênio total.</p>	<p>Implementação de política de assistência técnica e extensão rural (ATER) orientada para a organização da produção e estratégias de comercialização.</p> <p>Verificação de compatibilidade para uso aquícola do corpo d'água (abastecimento humano, unidade de conservação, navegação, níveis de poluição e áreas tradicionais de pesca).</p> <p>Implementação de planos de monitoramento ambiental nos corpos d'água que possuem produção aquícola ou que serão destinados a este fim, visando subsidiar o desenvolvimento da produção.</p> <p>Elaboração de estudos para a determinação da capacidade de suporte dos corpos d'água, visando à criação de áreas e parques aquícolas estaduais e federais (águas da União).</p> <p>Elaboração de planos de desenvolvimento da cadeia produtiva aquícola para cada polo produtor.</p> <p>Elaboração de estudos voltados à recuperação e gestão dos estoques naturais, e ao ordenamento da pesca artesanal.</p> <p>Criação de políticas de incentivos para o licenciamento ambiental.</p> <p>Desenvolvimento de políticas de certificação de pescados para acesso a mercados mais exigentes, que permitem a prática de maiores preços na comercialização.</p> <p>Realização de estudos de pré-investimento e fomento à pesca e à aquicultura, com o fortalecimento das associações de pescadores e colônias de pesca, com a diminuição de intermediários na comercialização, bem como com a implantação de infraestrutura para armazenamento e transporte nos pólos de produção de pescado.</p> <p>Aprimoramento dos mecanismos para licenciamento ambiental de empreendimentos de aquicultura, com vistas à celeridade dos processos de autorização, especialmente para pequenos produtores.</p> <p>Fornecimento de assistência técnica gratuita (ou subsidiada) para o licenciamento ambiental da aquicultura de pequeno porte.</p> <p>Elaboração de estudos voltados à definição de cotas de produção familiares que compatibilizem a manutenção dos estoques naturais e renda digna às famílias.</p>
<p><b>Corpos d'água continentais (barragem, represa e açude)</b> Ocorrência de reservatórios com volume de acumulação igual ou superior a 130 mil m<sup>3</sup> e inferior a 1 hm<sup>3</sup>.</p>	<p>1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 30, 32, 34, 35</p>	<p>Estímulo ao peixamento mediante levantamento das espécies de pescado presentes nos corpos hídricos, considerando seu nível trófico e grau de aceitação no comércio local nos municípios com reservatórios com volume de acumulação igual ou superior a 130 mil m<sup>3</sup> e inferior a 1 hm<sup>3</sup>, ou seja, que possuem grandes corpos d'água com alto potencial para esta ação, voltado à pesca artesanal e de subsistência.</p>	<p>Implementação de política de assistência técnica e extensão rural (ATER) orientada para a organização da produção e estratégias de comercialização.</p> <p>Implementação de estratégias de pré-estocagem dos alevinos e pós-larvas, a serem utilizados no peixamento, visando assegurar uma maior taxa de sobrevivência.</p> <p>Fomento ao peixamento de camarões (pitu e camarão da malásia) nos corpos d'água, devido ao seu alto valor de comercialização.</p> <p>Fomento às pesquisas para subsidiar a implementação de estratégias de manejo dos corpos hídricos.</p> <p>Elaboração de estudos voltados à recuperação e gestão dos estoques naturais, e ao ordenamento da pesca artesanal.</p>

(Continua)

AQUICULTURA E PESCA			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Quantidade de pescadores</b> Contingente igual ou superior a 10 mil.</p>	34		<p>Apoio ao desenvolvimento da atividade de pesca, considerando o contingente de pescadores envolvido, seja este de moderado a alto, e suas respectivas demandas.</p> <p>Apoio à implementação da aquicultura comunitária, envolvendo os pescadores, para a diminuição do esforço de pesca nos estoques naturais.</p> <p>Criação de fóruns municipais e regionais, que assegurem a participação das comunidades e instituições do setor, em reuniões semestrais que definam as prioridades locais e articulem as ações a ser adotadas.</p> <p>Implementação de programas técnicos e profissionalizantes voltados à inserção dos jovens, filhos(as) dos pescadores, na pesca e em atividades de apoio, ligadas à gestão da produção, organização social, educação ambiental, empreendedorismo e ordenamento pesqueiro.</p> <p>Elaboração de estudos voltados à recuperação e à gestão dos estoques naturais, proteção dos territórios pesqueiros e ao ordenamento da pesca artesanal.</p> <p>Criação de fóruns municipais representativos visando a articulação para o desenvolvimento do setor e o atendimento de demandas prioritárias das comunidades pesqueiras.</p> <p>Implementação de cursos profissionalizantes para estimular a inserção dos filhos de pescadores na atividade.</p> <p>Implementação de ações de assistência técnica continuada na implementação de projetos socioprodutivos e capacitação de agentes comunitários locais para o desenvolvimento das ações.</p> <p>Elaboração de estudos voltados à recuperação e gestão dos estoques naturais, e ao ordenamento da pesca artesanal.</p>
<p><b>Quantidade de pescadores</b> Contingente igual ou superior a 1 mil e inferior a 10 mil.</p>	5, 6, 8, 9, 14, 17, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 35, 36		<p>Apoio ao desenvolvimento da atividade de pesca, considerando o contingente de pescadores envolvido, seja este de moderado a alto, e suas respectivas demandas.</p> <p>Criação de fóruns municipais e regionais, que assegurem a participação das comunidades e instituições do setor, em reuniões semestrais que definam as prioridades locais e articulem as ações a ser adotadas.</p> <p>Implementação de programas técnicos e profissionalizantes voltados à inserção dos jovens, filhos(as) dos pescadores, na pesca e em atividades de apoio, ligadas à gestão da produção, organização social, educação ambiental, empreendedorismo e ordenamento pesqueiro.</p> <p>Elaboração de estudos voltados à recuperação e à gestão dos estoques naturais, proteção dos territórios pesqueiros e ao ordenamento da pesca artesanal.</p> <p>Criação de fóruns municipais representativos visando a articulação para o desenvolvimento do setor e o atendimento de demandas prioritárias das comunidades pesqueiras.</p> <p>Implementação de cursos profissionalizantes para estimular a inserção dos filhos de pescadores na atividade.</p> <p>Implementação de ações de assistência técnica continuada na implementação de projetos socioprodutivos e capacitação de agentes comunitários locais para o desenvolvimento das ações.</p> <p>Elaboração de estudos voltados à recuperação e gestão dos estoques naturais, e ao ordenamento da pesca artesanal.</p>
<p><b>Quantidade de pescadores</b> Contingente igual ou superior a 100 e inferior a 1 mil.</p>	1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36		<p>Criação de fóruns municipais representativos visando a articulação para o desenvolvimento do setor e o atendimento de demandas prioritárias das comunidades pesqueiras.</p> <p>Implementação de cursos profissionalizantes para estimular a inserção dos filhos de pescadores na atividade.</p> <p>Implementação de ações de assistência técnica continuada na implementação de projetos socioprodutivos e capacitação de agentes comunitários locais para o desenvolvimento das ações.</p> <p>Elaboração de estudos voltados à recuperação e gestão dos estoques naturais, e ao ordenamento da pesca artesanal.</p>

(Continua)

AQUICULTURA E PESCA			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Quantidade de pescadores</b> Contingente inferior a 100.</p>	<p>1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36</p>		<p>Criação de fóruns municipais e regionais, que assegurem a participação das comunidades e instituições do setor, em reuniões semestrais que definam as prioridades locais e articulem as ações a ser adotadas.</p> <p>Implementação de programas técnicos e profissionalizantes voltados à inserção dos jovens, filhos(as) dos pescadores, na pesca e em atividades de apoio, ligadas a gestão da produção, organização social, educação ambiental, empreendedorismo e ordenamento pesqueiro.</p> <p>Apoio ao desenvolvimento da atividade de pesca, considerando o baixo contingente de pescadores envolvido e suas respectivas demandas.</p>
<p><b>Corpos d'água marinhos/estuarinos (baía e estuário)</b> Área de abrangência direta da Baía de Todos os Santos.</p>	<p>25, 26, 33, 34, 35, 36</p>	<p>Adoção, inicialmente, do parâmetro para utilização de no máximo 1% da lâmina d'água do corpo hídrico com aquicultura e realização de monitoramento ambiental em corpos d'água marinhos/estuarinos com alto potencial para a aquicultura e pesca artesanal (áreas de abrangência direta das Baías de Todos os Santos e Camamu).</p> <p>Priorização do desenvolvimento aquícola em áreas que possuam estrutura para o aporte de insumos (ração e alevinos), beneficiamento (filé, couro, óleo, farinha) e comercialização.</p> <p>Condicionamento da utilização dos corpos oligotróficos à verificação do padrão de qualidade da água, principalmente quanto às concentrações de fósforo e nitrogênio total.</p> <p>Aprimoramento dos mecanismos para licenciamento ambiental de empreendimentos de aquicultura, com vistas à celeridade dos processos de autorização, especialmente para pequenos produtores.</p>	<p>Implementação, de forma articulada, de ações rígidas de fiscalização dos praticantes da pesca com bomba, envolvendo as comunidades impactadas, demandando uma integração com instituições relacionadas à segurança, saúde e educação.</p> <p>Desenvolvimento de instrumentos legais para a gestão integrada destes ambientes, inclusive zoneamentos específicos, considerando seus múltiplos usos e potenciais impactos na pesca e aquicultura.</p> <p>Verificação de compatibilidade para uso aquícola do corpo d'água (abastecimento humano, unidade de conservação, navegação, níveis de poluição e áreas tradicionais de pesca).</p> <p>Implementação de planos de monitoramento ambiental nos corpos d'água que possuem produção aquícola ou que serão destinados a este fim, visando o desenvolvimento da produção.</p> <p>Elaboração de estudos para a determinação da capacidade de suporte dos corpos d'água, visando à criação de áreas e parques aquícolas estaduais e federais (águas da União).</p> <p>Elaboração de planos de desenvolvimento da cadeia produtiva aquícola para cada polo produtor, em consonância com estudos para a implementação dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação existentes.</p> <p>Implantação de estruturas de monitoramento estatístico e biológico da produção de pescados nos pontos de desembarque, para reduzir deficiências nos dados oficiais e fornecer dados para uma gestão adequada dos recursos pesqueiros naturais.</p> <p>Monitoramento das condições higiênicas e sanitárias dos produtos produzidos (especialmente moluscos), haja vista a poluição e contaminação crônica em áreas tradicionalmente produtoras.</p> <p>Realização de estudos de pré-investimento e fomento à pesca e à aquicultura, com o fortalecimento das associações de pescadores e colônias de pesca, com a diminuição de intermediários na comercialização, bem como com a implantação de infraestrutura para armazenamento e transporte nos pólos de produção de pescado.</p> <p>Fornecimento de assistência técnica gratuita (ou subsidiada) para o licenciamento ambiental da aquicultura de pequeno porte.</p>
<p><b>Corpos d'água marinhos/estuarinos (baía e estuário)</b> Área de abrangência direta da Baía de Camamu.</p>	<p>26, 27, 36</p>		<p>Implantação de estruturas de monitoramento estatístico e biológico da produção de pescados nos pontos de desembarque, para reduzir deficiências nos dados oficiais e fornecer dados para uma gestão adequada dos recursos pesqueiros naturais.</p> <p>Monitoramento das condições higiênicas e sanitárias dos produtos produzidos (especialmente moluscos), haja vista a poluição e contaminação crônica em áreas tradicionalmente produtoras.</p> <p>Realização de estudos de pré-investimento e fomento à pesca e à aquicultura, com o fortalecimento das associações de pescadores e colônias de pesca, com a diminuição de intermediários na comercialização, bem como com a implantação de infraestrutura para armazenamento e transporte nos pólos de produção de pescado.</p> <p>Fornecimento de assistência técnica gratuita (ou subsidiada) para o licenciamento ambiental da aquicultura de pequeno porte.</p>

(Continua)

AQUICULTURA E PESCA			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Corpos d'água marinhos/estuarinos (baía e estuário)</b> Área de abrangência direta do Estuário do Rio Real.</p>	32, 35, 36	<p>Adoção, inicialmente, do parâmetro para utilização de no máximo 1% da lâmina d'água do corpo hídrico com aquicultura e realização de monitoramento ambiental em corpos d'água marinhos/estuarinos com alto potencial para a aquicultura e pesca artesanal (área de abrangência direta do Estuário do Rio Real).</p> <p>Priorização do desenvolvimento aquícola em áreas que possuam estrutura para o aporte de insumos (ração e alevinos), beneficiamento (filé, couro, óleo, farinha) e comercialização.</p> <p>Condicionamento da utilização dos corpos oligotróficos à verificação do padrão de qualidade da água, principalmente quanto às concentrações de fósforo e nitrogênio total.</p> <p>Aprimoramento dos mecanismos para licenciamento ambiental de empreendimentos de aquicultura, com vistas à celeridade dos processos de autorização, especialmente para pequenos produtores.</p>	<p>Desenvolvimento de instrumento para a gestão compartilhada deste ambiente, considerando a legislação vigente para águas públicas federais.</p> <p>Desenvolvimento de instrumentos legais para a gestão integrada destes ambientes, inclusive zoneamentos específicos, considerando seus múltiplos usos e potenciais impactos na pesca e aquicultura.</p> <p>Realização de estudos prévios às ações de fomento à piscicultura em tanques-rede, a fim de identificar os locais mais abrigados de fortes correntes.</p> <p>Verificação de compatibilidade para uso aquícola do corpo d'água (abastecimento humano, unidade de conservação, navegação, níveis de poluição e áreas tradicionais de pesca).</p> <p>Implementação de planos de monitoramento ambiental nos corpos d'água que possuem produção aquícola ou que serão destinados a este fim, visando o desenvolvimento da produção.</p> <p>Elaboração de estudos para a determinação da capacidade de suporte dos corpos d'água, visando à criação de áreas e parques aquícolas estaduais e federais (águas da União).</p> <p>Elaboração de planos de desenvolvimento da cadeia produtiva aquícola para cada polo produtor, em consonância com estudos para a implementação dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação existentes.</p> <p>Implantação de estruturas de monitoramento estatístico e biológico da produção de pescados nos pontos de desembarque, para reduzir deficiências nos dados oficiais e fornecer dados para uma gestão adequada dos recursos pesqueiros naturais.</p> <p>Monitoramento das condições higiênicas e sanitárias dos produtos produzidos (especialmente moluscos), haja vista a poluição e contaminação crônica em áreas tradicionalmente produtoras.</p> <p>Realização de estudos de pré-investimento e fomento à pesca e à aquicultura, com o fortalecimento das associações de pescadores e colônias de pesca, com a diminuição de intermediários na comercialização, bem como com a implantação de infraestrutura para armazenamento e transporte nos pólos de produção de pescado.</p> <p>Fornecimento de assistência técnica gratuita (ou subsidiada) para o licenciamento ambiental da aquicultura de pequeno porte.</p>

(Continua)

AQUICULTURA E PESCA			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Corpos d'água marinhos/estuarinos (baía e estuário)</b>                      Área de abrangência direta do Complexo Estuarino do Baixo Sul (de Aratuípe a Ituberá).</p>	25, 26, 27, 36	<p>Adoção, inicialmente, do parâmetro para utilização de no máximo 1% da lâmina d'água do corpo hídrico com aquicultura e realização de monitoramento ambiental em corpos d'água marinhos/estuarinos com alto potencial para a aquicultura e pesca artesanal (área de abrangência direta do Complexo Estuarino do Baixo Sul).</p> <p>Priorização do desenvolvimento aquícola em áreas que possuam estrutura para o aporte de insumos (ração e alevinos), beneficiamento (filé, couro, óleo, farinha) e comercialização.</p> <p>Condicionamento da utilização dos corpos oligotróficos à verificação do padrão de qualidade da água, principalmente quanto às concentrações de fósforo e nitrogênio total.</p> <p>Aprimoramento dos mecanismos para licenciamento ambiental de empreendimentos de aquicultura, com vistas à celeridade dos processos de autorização, especialmente para pequenos produtores.</p>	<p>Implementação, de forma articulada, de ações rígidas de fiscalização dos praticantes da pesca com bomba, envolvendo as comunidades impactadas, demandando uma integração com instituições relacionadas à segurança, saúde e educação.</p> <p>Desenvolvimento de instrumentos legais para a gestão integrada destes ambientes, inclusive zoneamentos específicos, considerando seus múltiplos usos e potenciais impactos na pesca e aquicultura.</p> <p>Realização de estudos prévios às ações de fomento à piscicultura em tanques-rede, a fim de identificar os locais mais abrigados de fortes correntes.</p> <p>Verificação de compatibilidade para uso aquícola do corpo d'água (abastecimento humano, unidade de conservação, navegação, níveis de poluição e áreas tradicionais de pesca).</p> <p>Implementação de planos de monitoramento ambiental nos corpos d'água que possuem produção aquícola ou que serão destinados a este fim, visando o desenvolvimento da produção.</p> <p>Elaboração de estudos para a determinação da capacidade de suporte dos corpos d'água, visando à criação de áreas e parques aquícolas estaduais e federais (águas da União).</p> <p>Elaboração de planos de desenvolvimento da cadeia produtiva aquícola para cada polo produtor, em consonância com estudos para a implementação dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação existentes.</p> <p>Implantação de estruturas de monitoramento estatístico e biológico da produção de pescados nos pontos de desembarque, para reduzir deficiências nos dados oficiais e fornecer dados para uma gestão adequada dos recursos pesqueiros naturais.</p> <p>Monitoramento das condições higiênicas e sanitárias dos produtos produzidos (especialmente moluscos), haja vista a poluição e contaminação crônica em áreas tradicionalmente produtoras.</p> <p>Realização de estudos de pré-investimento e fomento à pesca e à aquicultura, com o fortalecimento das associações de pescadores e colônias de pesca, com a diminuição de intermediários na comercialização, bem como com a implantação de infraestrutura para armazenamento e transporte nos pólos de produção de pescado.</p> <p>Fornecimento de assistência técnica gratuita (ou subsidiada) para o licenciamento ambiental da aquicultura de pequeno porte.</p>

(Continua)

AQUICULTURA E PESCA			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Corpos d'água marinhos/estuarinos (baía e estuário)</b> Área de abrangência direta do Estuário de Canavieiras.</p>	27, 28, 36	<p>Adoção, inicialmente, do parâmetro para utilização de no máximo 1% da lâmina d'água do corpo hídrico com aquicultura e realização de monitoramento ambiental em corpos d'água marinhos/estuarinos com alto papel social na pesca artesanal e favorável para a aquicultura artesanal e de subsistência (área de abrangência direta do Estuário de Canavieiras).</p> <p>Priorização do desenvolvimento aquícola em áreas que possuam estrutura para o aporte de insumos (ração e alevinos), beneficiamento (filé, couro, óleo, farinha) e comercialização.</p> <p>Condicionalidade da utilização dos corpos oligotróficos à verificação do padrão de qualidade da água, principalmente quanto às concentrações de fósforo e nitrogênio total.</p>	<p>Implementação, de forma articulada, de ações rígidas de fiscalização dos praticantes da pesca com bomba, envolvendo as comunidades impactadas, demandando uma integração com instituições relacionadas à segurança, saúde e educação.</p> <p>Desenvolvimento de instrumentos legais para a gestão integrada destes ambientes, inclusive zoneamentos específicos, considerando seus múltiplos usos e potenciais impactos na pesca e aquicultura.</p> <p>Realização de estudos prévios às ações de fomento à piscicultura em tanques-rede, a fim de identificar os locais mais abrigados de fortes correntes.</p> <p>Verificação de compatibilidade para uso aquícola do corpo d'água (abastecimento humano, unidade de conservação, navegação, níveis de poluição e áreas tradicionais de pesca).</p> <p>Implementação de planos de monitoramento ambiental nos locais de produção e desembarque de pescados, e nas áreas de produção aquícola ou que serão destinados a este fim, visando atender aos padrões de segurança alimentar.</p> <p>Elaboração de estudos para a determinação da capacidade de suporte dos corpos d'água, visando à criação de áreas e parques aquícolas estaduais e federais (águas da União).</p> <p>Elaboração de planos de desenvolvimento da cadeia produtiva aquícola para cada polo produtor, em consonância com estudos para a implementação dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação existentes.</p> <p>Implantação de estruturas de monitoramento estatístico e biológico da produção de pescados nos pontos de desembarque, para reduzir deficiências nos dados oficiais e fornecer dados para uma gestão adequada dos recursos pesqueiros naturais.</p> <p>Monitoramento das condições higiênicas e sanitárias dos produtos produzidos (especialmente moluscos), haja vista a poluição e contaminação crônica em áreas tradicionalmente produtoras.</p> <p>Realização de estudos de pré-investimento e fomento à pesca e à aquicultura, com o fortalecimento das associações de pescadores e colônias de pesca, com a diminuição de intermediários na comercialização, bem como com a implantação de infraestrutura para armazenamento e transporte nos pólos de produção de pescado.</p> <p>Criação de políticas de incentivos para a gestão pesqueira.</p>

(Continua)



AQUICULTURA E PESCA			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Corpos d'água marinhos/estuarinos (baía e estuário)</b> Área de abrangência direta do Estuário do Prado.</p>	28, 29, 36	<p>Adoção, inicialmente, do parâmetro para utilização de no máximo 1% da lâmina d'água do corpo hídrico com aquicultura e realização de monitoramento ambiental em corpos d'água marinhos/estuarinos com alto papel social na pesca artesanal e favorável para a aquicultura artesanal e de subsistência (áreas de abrangência direta do Estuário do Prado).</p> <p>Priorização do desenvolvimento aquícola em áreas que possuam estrutura para o aporte de insumos (ração e alevinos), beneficiamento (filé, couro, óleo, farinha) e comercialização.</p> <p>Condicionalidade da utilização dos corpos oligotróficos à verificação do padrão de qualidade da água, principalmente quanto às concentrações de fósforo e nitrogênio total.</p>	<p>Desenvolvimento de instrumentos legais para a gestão integrada destes ambientes, inclusive zoneamentos específicos, considerando seus múltiplos usos e potenciais impactos na pesca e aquicultura.</p> <p>Realização de estudos prévios às ações de fomento à piscicultura em tanques-rede, a fim de identificar os locais mais abrigados de fortes correntes.</p> <p>Verificação de compatibilidade para uso aquícola do corpo d'água (abastecimento humano, unidade de conservação, navegação, níveis de poluição e áreas tradicionais de pesca).</p> <p>Implementação de planos de monitoramento ambiental nos locais de produção e desembarque de pescados, e nas áreas de produção aquícola ou que serão destinados a este fim, visando atender aos padrões de segurança alimentar.</p> <p>Elaboração de estudos para a determinação da capacidade de suporte dos corpos d'água, visando à criação de áreas e parques aquícolas estaduais e federais (águas da União).</p> <p>Elaboração de planos de desenvolvimento da cadeia produtiva aquícola para cada polo produtor, em consonância com estudos para a implementação dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação existentes.</p>
<p><b>Corpos d'água marinhos/estuarinos (baía e estuário)</b> Área de abrangência direta do Estuário de Caravelas.</p>	28, 36		<p>Implantação de estruturas de monitoramento estatístico e biológico da produção de pescados nos pontos de desembarque, para reduzir deficiências nos dados oficiais e fornecer dados para uma gestão adequada dos recursos pesqueiros naturais.</p> <p>Monitoramento das condições higiênicas e sanitárias dos produtos produzidos (especialmente moluscos), haja vista a poluição e contaminação crônica em áreas tradicionalmente produtoras.</p> <p>Realização de estudos de pré-investimento e fomento à pesca e à aquicultura, com o fortalecimento das associações de pescadores e colônias de pesca, com a diminuição de intermediários na comercialização, bem como com a implantação de infraestrutura para armazenamento e transporte nos pólos de produção de pescado.</p> <p>Criação de políticas de incentivos para a gestão pesqueira.</p>
<p><b>Viveiros de Maricultura</b> Área igual ou superior a 1 mil ha de viveiros.</p>	25, 26, 36	<p>Aprimoramento dos mecanismos para licenciamento ambiental de empreendimentos de aquicultura, com vistas à celeridade dos processos de autorização, especialmente para pequenos produtores.</p>	<p>Realização de estudos para definição de medidas mitigadoras e compensatórias proporcionais aos níveis de impactos dos efluentes lançados, principalmente para os empreendimentos de médio e grande porte, destacando-se, entre as medidas, a adoção da aquicultura multitrófica integrada, com moluscos e macroalgas, a qual proporciona uma redução significativa no volume de efluentes.</p> <p>Fomentar a produção de organismos marinhos (peixes, camarões, moluscos e algas) em cultivos multitróficos.</p>
<p><b>Viveiros de Maricultura</b> Área igual ou superior a 500 ha e inferior a 1 mil ha de viveiros.</p>	35, 36		<p>Mitigar os conflitos socioambientais através do envolvimento das comunidades de pescadores na produção de moluscos e algas, fomentadas pelos maricultores.</p> <p>Elaborar estudos sobre a capacidade de suporte dos ambientes nas áreas onde estão implantadas as fazendas de maricultura, visando estabelecer normas e limites para os sistemas de produção e manejo para cada local.</p>
<p><b>Viveiros de Maricultura</b> Área igual ou superior a 250 ha e inferior a 500 ha de viveiros.</p>	25, 27, 28, 33, 36		<p>Criação de políticas de incentivos para a gestão pesqueira.</p> <p>Fornecimento de assistência técnica gratuita (ou subsidiada) para o licenciamento ambiental da aquicultura de pequeno porte.</p>

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Quadro 28 – Diretrizes específicas temáticas para Turismo

TURISMO			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Patrimônio natural - conjunto geográfico</b> Ocorrência de serra.	6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 30, 31	Incorporação de critérios paisagísticos na implantação de projetos e obras de impactos visuais.  Promoção da cadeia do turismo sustentável, de inclusão social, proteção cultural e conservação da biodiversidade.	
<b>Patrimônio natural - conjunto geográfico</b> Ocorrência de chapada.	6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 30, 31		
<b>Patrimônio natural - conjunto geográfico</b> Ocorrência de planície.	Todas		
<b>Patrimônio natural - conjunto geográfico</b> Ocorrência de rio.	Todas		
<b>Patrimônio natural - conjunto geográfico</b> Ocorrência de vale.	Todas		
<b>Patrimônio natural - conjunto geográfico</b> Ocorrência de baía.	25, 26, 27, 33, 34, 36		
<b>Patrimônio natural - conjunto natural integrado e de uso agrícola/agroflorestal</b> Ocorrência de coqueiral, canavial, dendezal, cacau-cabruca ou outra modalidade de cultivo.	8, 9, 11, 12, 20, 22, 25, 26, 27, 28, 36	Favorecimento da adequação dos usos agrícolas com as características regionais.  Realização de controle efetivo do uso do solo urbano e regional, através de planos regionais, planos diretores e outros instrumentos de gestão.	Priorização da implantação de zonas e corredores de proteção paisagística.
<b>Patrimônio natural - ecossistema</b> Ocorrência de Mata Atlântica.	20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36	Priorização da implantação de zonas e corredores de proteção paisagístico-florestal.  Garantia do monitoramento e fiscalização sistemáticos das Unidades de Conservação.	Priorização de projetos agroflorestais sustentáveis nas regiões.  Implantação de sistema de monitoramento ambiental integrado.
<b>Patrimônio natural - ecossistema</b> Ocorrência de restinga.	20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36	Garantia de monitoramento e fiscalização sistemáticos das Unidades de Conservação.	Priorização da implantação de zonas e corredores de proteção paisagístico-florestal.  Implantação de sistema de monitoramento ambiental integrado.
<b>Patrimônio natural - ecossistema</b> Ocorrência de manguezal.	20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36		
<b>Patrimônio natural - ecossistema</b> Ocorrência de caatinga.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32		

(Continua)

TURISMO			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Patrimônio natural - paisagem costeira</b> Ocorrência de praia, coqueiral ou escarpa.	20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36	Garantia de monitoramento e fiscalização sistemáticos de todas as Unidades de Conservação litorâneas.  Considerar os aspectos paisagísticos locais, ambientais e urbanos locais na elaboração e execução dos projetos.	Garantia, nos planos urbanos territoriais municipais, de incorporação das Zonas Especiais com seus parâmetros de uso e ocupação do solo, implantando-se estruturas de monitoramento e fiscalização.
<b>Patrimônio natural - paisagem costeira</b> Ocorrência de baía, enseada ou braço de mar.	20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36		
<b>Patrimônio natural - paisagem costeira</b> Ocorrência de ilha ou arquipélago.	25, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 36		
<b>Patrimônio natural - sistema hidrográfico</b> Ocorrência de rio navegável.	1, 2, 3, 4, 5, 8, 6, 14, 17, 23, 25, 26, 30, 31, 33, 36	Garantia da conservação da paisagem natural dos componentes do sistema hidrográfico.	
<b>Patrimônio natural - sistema hidrográfico</b> Ocorrência de rio acidentado ou caudaloso.	1, 2, 3, 26, 27, 36		
<b>Patrimônio natural - sistema hidrográfico</b> Ocorrência de lago.	Todas		
<b>Patrimônio histórico e monumental - núcleo histórico</b> Cidade histórica ou centro histórico.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36	Respeito aos padrões estruturais e volumétricos em intervenções nas áreas históricas e seu entorno imediato.	Promoção/apoio da implementação de um processo de conscientização patrimonial da população.
<b>Patrimônio histórico e monumental - núcleo histórico</b> Sítio histórico.	Todas		
<b>Patrimônio histórico e monumental - núcleo histórico</b> Sítio arqueológico.	Todas		
<b>Patrimônio histórico e monumental - edificação e monumento histórico</b> Edificação ou monumento cívico, religioso ou militar.	Todas	Priorização de recursos para recuperação e manutenção nos orçamentos públicos e em contrapartidas de empreendimentos privados relevantes.	Promoção/apoio da implementação de um processo de conscientização patrimonial da população.
<b>Patrimônio natural especial - patrimônio espeleológico</b> Ocorrência de caverna, gruta, dolina ou espeleotema.	7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23	Restrição à implantação de novas construções e a expansão urbana em áreas com risco de desabamento.	Promoção e apoio à implantação de estrutura de pesquisa, monitoramento e fiscalização do patrimônio espeleológico.  Promoção e apoio à processos de conscientização patrimonial da população.
<b>Patrimônio natural especial - patrimônio espeleológico</b> Ocorrência de rio subterrâneo.	9, 10, 15		

(Continua)

TURISMO			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Patrimônio natural especial - recurso hidrotérmico subterrâneo</b> Ocorrência de água termal.	23, 32	Restrição a que processos de ocupação do solo, urbano ou rural, comprometam os sítios e as áreas de entorno dos recursos hidrotérmicos subterrâneos.	Favorecimento da incorporação no setor de atividades econômicas vinculadas a recursos hidrotérmicos.
<b>Patrimônio imaterial - comunidade autêntica</b> Ocorrência de comunidade urbana ou rural diferenciadas.	Todas	Favorecimento de oportunidades de fortalecimento das atividades econômicas, a partir da qualificação física e sociocultural das comunidades.	Promoção de expressões e manifestações culturais autênticas, centros de cultura, núcleos de referência, museus.
<b>Patrimônio imaterial - comunidade étnica</b> Ocorrência de comunidade quilombola.	Todas	Promoção da valorização da memória cultural. Promoção da regularização fundiária.	Promoção da melhoria das condições habitacionais e de infraestrutura locais.
<b>Patrimônio imaterial - comunidade étnica</b> Ocorrência de comunidade ou área indígena.	17, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 36		
<b>Patrimônio imaterial - produção e manifestação artística e cultural</b> Manifestação popular, cívica ou religiosa.	Todas	Promoção da valorização das diversas manifestações tradicionais e contemporâneas.	Apoio ao calendário de festas populares tradicionais, mantendo e resgatando seus aspectos matriciais, como fatores de preservação da autenticidade e de potencialização e diferenciação da oferta no contexto do turismo cultural de qualidade. Promover a valorização da identidade cultural local e regional, e o fortalecimento do “produto cultural Bahia”.
<b>Patrimônio imaterial - produção e manifestação artística e cultural</b> Folclore.	Todas		
<b>Patrimônio imaterial - produção e manifestação artística e cultural</b> Culinária.	Todas		
<b>Patrimônio imaterial - produção e manifestação artística e cultural</b> Produção artística.	Todas		
<b>Patrimônio imaterial - produção e manifestação artística e cultural</b> Produção artesanal.	Todas		
<b>Infraestrutura turística - acesso aeroviário</b> Aeroporto portal de entrada em Salvador.	34	Favorecimento de oportunidades de investimentos imobiliários comerciais e de serviços, respeitando as condições socioambientais locais, na área de influência do aeroporto.	Promoção da implantação de uma estrutura intermodal integrada.
<b>Infraestrutura turística - acesso aeroviário</b> Aeroporto/aeródromo auxiliar de Ilhéus.	26, 27, 28, 36		
<b>Infraestrutura turística - acesso aeroviário</b> Aeroporto/aeródromo auxiliar de Porto Seguro.	28, 29, 36		

(Continua)

TURISMO			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Infraestrutura turística - acesso hidroviário</b> Porto âncora de Salvador.	34	Favorecimento de investimentos em serviços turísticos e atividades produtivas afins.	Implantação de infraestrutura receptiva adequada à demanda, a ser aferida em estudos específicos. Promoção de melhoria do sistema operacional do porto.
<b>Infraestrutura turística - acesso hidroviário</b> Porto regional de apoio a cruzeiros de Ilhéus.	26, 27, 28, 36		
<b>Infraestrutura turística - acesso hidroviário</b> Porto regional de apoio a cruzeiros de Porto Seguro.	28, 29, 36		
<b>Infraestrutura turística - acesso rodoviário</b> Sistema de rodovias federais e estaduais.	Todas		Planejamento e manutenção viária em áreas de interesse turístico buscando minimizar impactos negativos sobre as potencialidades turísticas.
<b>Infraestrutura turística - acesso rodoviário</b> Corredor rodoviário de mobilidade turística - Litoral Norte (BA-099).	32, 33, 34, 35, 36		Implantação de desvio rodoviário da BA-099 na área urbana de Lauro de Freitas. Promoção de novos investimentos no corredor visando ao atendimento do setor turístico.
<b>Infraestrutura turística - acesso rodoviário</b> Corredor rodoviário de mobilidade turística - Litoral Sul Costeiro (BA-001).	20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 36		Promoção da melhoria das condições de travessia Salvador - Ilha de Itaparica. Implantação de desvios urbanos contribuindo para melhoria da mobilidade turística regional.
<b>Infraestrutura turística - acesso rodoviário</b> Corredor rodoviário de mobilidade turística - Litoral Sul Continental (BR-101).	20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 36		Promoção da melhoria dos apoios turísticos urbanos.
<b>Infraestrutura turística - acesso rodoviário</b> Corredor rodoviário de mobilidade turística - Chapada Diamantina e Oeste baiano.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 34		Conclusão da duplicação do trecho entre Feira de Santana e o rio Paraguaçu da BR-116.
<b>Infraestrutura turística - acesso ferroviário</b> Circuito ferroviário - Ferrovia Centro-Atlântica.	8, 9, 11, 12, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 25, 26, 32, 33, 34, 35, 36		Realização de estudo de utilização da ferrovia para o transporte de passageiros em trechos de interesse turístico. Criação e implantação de planos diretores nos pontos ferroviários de apoio turístico. Criação de oportunidades de investimentos de apoio turístico.
<b>Infraestrutura turística - infraestrutura hoteleira</b> Parque hoteleiro de Salvador.	34		Estabelecimento e garantia, por meio de planos e zoneamentos turísticos ambientais e de estruturas de fiscalização e monitoramento, dos parâmetros urbanísticos e ambientais para as áreas de interesse de implantação de equipamentos turísticos. Criação de oportunidades para investimentos hoteleiros com sustentabilidade de médio e longo prazo.

(Continua)

TURISMO			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Infraestrutura turística - infraestrutura hoteleira</b> Parque hoteleiro da Zona Turística Baía de Todos os Santos.	33, 36		<p>Estabelecimento e garantia, por meio de planos e zoneamentos turísticos ambientais e de estruturas de fiscalização e monitoramento, dos parâmetros urbanísticos e ambientais para as áreas de interesse de implantação de equipamentos turísticos.</p> <p>Criação de oportunidades para investimentos hoteleiros com sustentabilidade de médio e longo prazo.</p> <p>Estruturação e ampliação da infraestrutura para esportes náuticos.</p> <p>Qualificação do sistema de transportes de passageiros com roteiros permanentes, tanto para a população local quanto para os visitantes.</p> <p>Restrições a integrações inadequadas dos empreendimentos à condição urbanística, paisagística e ambiental da Baía de Todos os Santos.</p>
<b>Infraestrutura turística - infraestrutura hoteleira</b> Parque hoteleiro da Zona Turística Costa dos Coqueiros.	33, 35, 36		<p>Estabelecimento e garantia, por meio de planos e zoneamentos turísticos ambientais e de estruturas de fiscalização e monitoramento, dos parâmetros urbanísticos e ambientais para as áreas de interesse de implantação de equipamentos turísticos.</p> <p>Criação de oportunidades para investimentos hoteleiros com sustentabilidade de médio e longo prazo.</p>
<b>Infraestrutura turística - infraestrutura hoteleira</b> Parque hoteleiro da Zona Turística Costa do Dendê.	36		<p>Estabelecimento e garantia, por meio de planos e zoneamentos turísticos ambientais e de estruturas de fiscalização e monitoramento, dos parâmetros urbanísticos e ambientais para as áreas de interesse de implantação de equipamentos turísticos.</p> <p>Criação de oportunidades para investimentos hoteleiros com sustentabilidade de médio e longo prazo.</p> <p>Promoção da melhoria da acessibilidade rodoviária.</p> <p>Ativação do Aeroporto/Aeródromo Turístico de Valença.</p> <p>Ampliação e qualificação dos serviços de comunicação por mar entre a zona turística e Salvador.</p> <p>Controle das ocupações irregulares e a requalificação das áreas urbanas.</p>
<b>Infraestrutura turística - infraestrutura hoteleira</b> Parque hoteleiro da Zona Turística Costa do Cacau.	26, 27, 28, 36		<p>Estabelecimento e garantia, por meio de planos e zoneamentos turísticos ambientais e de estruturas de fiscalização e monitoramento, dos parâmetros urbanísticos e ambientais para as áreas de interesse de implantação de equipamentos turísticos.</p> <p>Criação de oportunidades para investimentos hoteleiros com sustentabilidade de médio e longo prazo.</p> <p>Requalificação e complementação da rodovia BA-001, principal via costeira turística da Bahia.</p> <p>Relocação do Aeroporto/Aeródromo Auxiliar de Ilhéus.</p> <p>Criação de plano turístico-ambiental integrado, contemplando as atividades econômicas de Canavieiras e Itacaré.</p> <p>Estímulo à elaboração de planos urbanísticos e ambientais para os municípios, considerando seus patrimônios paisagísticos, ecológicos e históricos.</p> <p>Favorecimento da abertura do mercado para novos projetos do segmento agroflorestal e do seu beneficiamento, além de produtos manufaturados com base em matéria prima regional.</p>

(Continua)



TURISMO			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Infraestrutura turística - infraestrutura hoteleira</b> Parque hoteleiro da Zona Turística Costa do Descobrimento.	28, 29, 36		<p>Estabelecimento e garantia, por meio de planos e zoneamentos turísticos ambientais e de estruturas de fiscalização e monitoramento, dos parâmetros urbanísticos e ambientais para as áreas de interesse de implantação de equipamentos turísticos.</p> <p>Criação de oportunidades para investimentos hoteleiros com sustentabilidade de médio e longo prazo.</p> <p>Requalificação e complementação da rodovia BA-001, principal via costeira turística da Bahia.</p> <p>Qualificação das condições portuárias para atracação dos cruzeiros marítimos.</p>
<b>Infraestrutura turística - infraestrutura hoteleira</b> Parque hoteleiro da Zona Turística Costa das Baleias.	28, 29, 36		<p>Estabelecimento e garantia, por meio de planos e zoneamentos turísticos ambientais e de estruturas de fiscalização e monitoramento, dos parâmetros urbanísticos e ambientais para as áreas de interesse de implantação de equipamentos turísticos.</p> <p>Criação de oportunidades para investimentos hoteleiros com sustentabilidade de médio e longo prazo.</p> <p>Requalificação e complementação da rodovia BA-001, principal via costeira turística da Bahia.</p> <p>Ativação do Aeroporto/Aeródromo Turístico de Caravelas.</p>
<b>Infraestrutura turística - infraestrutura hoteleira</b> Parque hoteleiro da Zona Turística Chapada Diamantina.	7, 9, 15, 16, 18, 19		<p>Estabelecimento e garantia, por meio de planos e zoneamentos turísticos ambientais e de estruturas de fiscalização e monitoramento, dos parâmetros urbanísticos e ambientais para as áreas de interesse de implantação de equipamentos turísticos.</p> <p>Criação de oportunidades para investimentos hoteleiros com sustentabilidade de médio e longo prazo.</p> <p>Avaliação da possibilidade de transferência do transporte de cargas do Oeste baiano do corredor rodoviário para o sistema ferroviário.</p> <p>Integração rodoviária complementar dos circuitos e qualificação dos acessos à Zona Turística da Chapada Diamantina.</p> <p>Promoção do planejamento econômico e turístico integrado em toda zona turística.</p> <p>Apoio à implantação efetiva do Parque Nacional da Chapada Diamantina, valendo-se do seu uso para visitação controlada.</p>
<b>Infraestrutura turística - infraestrutura hoteleira</b> Parque hoteleiro da Zona Turística Caminhos do Oeste.	1, 2, 4, 5, 8		<p>Estabelecimento e garantia, por meio de planos e zoneamentos turísticos ambientais e de estruturas de fiscalização e monitoramento, dos parâmetros urbanísticos e ambientais para as áreas de interesse de implantação de equipamentos turísticos.</p> <p>Criação de oportunidades para investimentos hoteleiros com sustentabilidade de médio e longo prazo.</p> <p>Fomento à elaboração de plano ecológico, econômico e turístico integrado do Oeste da Bahia.</p> <p>Promoção da requalificação urbanística e paisagística do município de Bom Jesus da Lapa.</p> <p>Estabelecimento de integrações adequadas das atividades econômicas à condição paisagística e ecológica da região.</p>

(Continua)

TURISMO			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Infraestrutura turística - infraestrutura hoteleira</b> Parque hoteleiro da Zona Turística Vale do São Francisco.	17		<p>Estabelecimento e garantia, por meio de planos e zoneamentos turísticos ambientais e de estruturas de fiscalização e monitoramento, dos parâmetros urbanísticos e ambientais para as áreas de interesse de implantação de equipamentos turísticos.</p> <p>Criação de oportunidades para investimentos hoteleiros com sustentabilidade de médio e longo prazo.</p> <p>Realização de manutenção e promoção da ampliação do sistema rodoviário que leva à zona turística.</p> <p>Implantação de plano integrado de atividades turísticas.</p> <p>Estabelecimento de plano de utilização, para fins turísticos, do rio São Francisco e do Lago de Sobradinho.</p>
<b>Infraestrutura turística - infraestrutura hoteleira</b> Parque hoteleiro da Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco.	30, 31	Estímulo à valorização do patrimônio natural da região de Paulo Afonso.	<p>Estabelecimento e garantia, por meio de planos e zoneamentos turísticos ambientais e de estruturas de fiscalização e monitoramento, dos parâmetros urbanísticos e ambientais para as áreas de interesse de implantação de equipamentos turísticos.</p> <p>Criação de oportunidades para investimentos hoteleiros com sustentabilidade de médio e longo prazo.</p> <p>Articulação para inclusão do Aeroporto/Aeródromo Regional de Paulo Afonso nos roteiros das linhas regionais e nacionais.</p> <p>Estabelecimento de plano de utilização, para fins turísticos, do rio São Francisco e do Lago de Sobradinho.</p> <p>Promoção de programas de proteção e de recuperação de matas ciliares.</p> <p>Promoção de melhoria da estrutura de acesso à zona turística.</p>
<b>Infraestrutura turística - infraestrutura hoteleira</b> Parque hoteleiro da Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá.	20, 25		<p>Estabelecimento e garantia, por meio de planos e zoneamentos turísticos ambientais e de estruturas de fiscalização e monitoramento, dos parâmetros urbanísticos e ambientais para as áreas de interesse de implantação de equipamentos turísticos.</p> <p>Criação de oportunidades para investimentos hoteleiros com sustentabilidade de médio e longo prazo.</p> <p>Fomento a programas de reflorestamento das bacias e, sobretudo, das áreas marginais ao rio Jiquiriçá.</p>
<b>Infraestrutura turística - infraestrutura hoteleira</b> Parque hoteleiro da Zona Turística Caminhos do Sertão.	23, 24, 25		<p>Estabelecimento e garantia, por meio de planos e zoneamentos turísticos ambientais e de estruturas de fiscalização e monitoramento, dos parâmetros urbanísticos e ambientais para as áreas de interesse de implantação de equipamentos turísticos.</p> <p>Criação de oportunidades para investimentos hoteleiros com sustentabilidade de médio e longo prazo.</p> <p>Reativação e valorização do potencial hidromineral, a partir de pesquisas geológicas e dos mercados nacionais e internacionais.</p>
<b>Infraestrutura turística - infraestrutura hoteleira</b> Parque hoteleiro da Zona Turística Caminhos do Sudoeste.	12, 13, 22		<p>Estabelecimento e garantia, por meio de planos e zoneamentos turísticos ambientais e de estruturas de fiscalização e monitoramento, dos parâmetros urbanísticos e ambientais para as áreas de interesse de implantação de equipamentos turísticos.</p> <p>Criação de oportunidades para investimentos hoteleiros com sustentabilidade de médio e longo prazo.</p>

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Quadro 29 – Diretrizes Específicas Temáticas para Indústria

INDÚSTRIA			
CRITÉRIO(S)	ZONA (S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Cadeia ou setor de produção</b> Indústria de papel e celulose.	22, 23, 28, 29, 32, 33, 35, 36	<p>Articulação do plano de expansão e tecnificação da produção de madeira às condicionantes de sustentabilidade indicadas no ZEE do Estado.</p> <p>Priorizar a expansão da silvicultura sobre áreas já antropizadas, diminuindo a pressão sobre o remanescente florestal nativo.</p> <p>Fomentar o desenvolvimento tecnológico na cadeia industrial da madeira.</p>	<p>Fomento às atividades transformadoras com base florestal, sob bases sustentáveis, priorizando a manutenção da qualidade ambiental da região por meio de manejos compatíveis com os objetivos da preservação.</p> <p>Fomento à atração de indústrias produtoras de chapa de madeiras industrializadas.</p> <p>Fomento de políticas de estímulo à agricultura familiar como forma de garantir segurança alimentar mínima para região de expansão da silvicultura.</p>
<b>Cadeia ou setor de produção</b> Setores intensivos em tecnologia - “Eletroeletrônicos”.	22, 26, 27, 28, 36	<p>Estímulo aos setores intensivos em tecnologias, principalmente próximos a grandes centros, como meio de estímulo as indústrias não poluentes e a proximidade ao mercado consumidor.</p> <p>Promoção de melhoria nas condições de competitividade da produção de hardware, através de investimento em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&amp;D) e requalificação física do polo de informática de Ilhéus.</p> <p>Articulação da produção de software com os segmentos dinâmicos da economia, especialmente o agronegócio e os serviços urbanos.</p> <p>Fortalecimento do Parque Tecnológico da Bahia como espaço coletivo para formulação de estratégias e inovação tecnológicas dentro de estado.</p>	<p>Desenvolvimento de programas de estímulo ao conteúdo local par produção de softwares dentro do estado.</p> <p>Ampliação da rede de formação de pessoas, especialmente para serviços intensivos em tecnologia.</p> <p>Desenvolvimento de programas de estímulos à ações de verticalização da produção, integrando a fabricação de componentes e equipamentos de informática (hardware) a serviços de desenvolvimento de programas (software).</p>
<b>Cadeia ou setor de produção</b> Setores intensivos em marca e <i>design</i> - Produtos da madeira e mobiliários.	28, 29, 36	<p>Fomento e adensamento da indústria moveleira, sob bases sustentáveis, com sistema de certificação dos insumos de base florestal.</p>	<p>Fomento à atração de empresas-âncora focada no mercado nacional de alto valor agregado de forma articulada aos empreendimentos de médio e pequeno porte local.</p>
<b>Cadeia ou setor de produção</b> Indústria náutica.	20, 25, 26, 27, 28, 29, 36	<p>Fortalecimento do arranjo da industrial náutica, integrando-a a mercados mais estruturados como o de lazer náutico na BTS ou o de transporte nas comunidades com potencial para o modal aquaviário.</p>	<p>Elaboração de políticas de incentivo ao turismo náutico, e ao transporte aquaviário das comunidades locais, como forma de estruturar a demanda da cadeia na região.</p>
<b>Cadeia ou setor de produção</b> Indústria naval e <i>offshore</i> .	24, 25, 26, 33, 34, 35, 36	<p>Criação de condições, inclusive definição de sítios, para atrair empresas construtoras de navios e plataformas de grande porte, além de sondas e outras unidades <i>offshore</i>, compatíveis com objetivos da conservação ambiental.</p> <p>Adensamento da cadeia de fornecedores locais para a indústria naval.</p> <p>Fomento ao desenvolvimento da indústria de construção de embarcações de esporte e lazer de pequeno porte integrado ao complexo do turismo e esportes náuticos.</p>	<p>Elaboração do plano estratégico de desenvolvimento do polo náutico, respeitando as especificidades locais e a cultura manufatureira local.</p>
<b>Cadeia ou setor de produção</b> Indústria de petróleo e gás.	19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36	<p>Estímulo à incorporação dos pequenos e médios empreendedores à cadeia de petróleo e gás.</p> <p>Interiorização da oferta de gás canalizado, como forma de aumentar a competitividade do parque industrial do estado sob bases energéticas menos poluentes.</p> <p>Promoção de maior integração dos campos maduros à cadeia do petróleo, regulamentado e certificando o mercado de comercialização de óleo e gás natural produzidos pelos pequenos produtores.</p>	<p>Desenvolvimento do plano de atração de investimentos e de qualificação de empresas locais para o fornecimento de bens e serviços de exploração e produção <i>offshore</i>, inclusive no pré-sal, com incentivos ao encadeamento e à cooperação regional.</p> <p>Desenvolvimento de programa de competitividade do gás natural para as cadeias estratégica se para suporte à expansão de novos segmentos na indústria de cerâmica e alimentos.</p>

(Continua)

INDÚSTRIA			
CRITÉRIO(S)	ZONA (S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Cadeia ou setor de produção</b> Indústria química e petroquímica.	24, 25, 26, 33, 34, 35, 36	<p>Promoção de maior integração operacional entre a Refinaria Landulpho Alves e a central de matérias-primas do polo de Camaçari.</p> <p>Melhoria da integração logística com o mercado do Sudeste e o mercado internacional, incluindo a remodelagem regulatória do Porto de Aratu.</p> <p>Fomento à cabotagem como alternativa logística de integração do polo e o mercado do sudeste.</p> <p>Foco na descomotização (capacidade de a empresa ou setor crescer e sobreviver de modo sustentável) na base da cadeia petroquímica, aproveitando a potencialidade do pólo acrílico e têxtil.</p> <p>Fomento à infraestrutura educacional e tecnológica da Bahia para atender às demandas petroquímicas por Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&amp;D&amp;I) em química verde e otimização de processos industriais.</p>	Estímulo à política de tratamento de resíduos industriais, especialmente nos distritos situados no interior do estado
<b>Cadeia ou setor de produção</b> Agroindústria no litoral.	20, 22, 25, 26, 27, 28, 36	<p>Estímulo aos modelos integrados de produção agropecuária, industrialização e comércio, promovendo a distribuição de renda, integração com fornecedores locais e incorporação do pequeno e médio empreendedor.</p> <p>Estímulo, por meio de políticas de certificação, à aquisição de insumos para a cadeia, com base -nas diretrizes de sustentabilidade do ZEE, que considere necessariamente a preservação da qualidade ambiental dos territórios.</p> <p>Incentivo à implantação de agroindústrias rurais de base familiar ou cooperativas associadas a programas de capacitação.</p> <p>Promoção de estudos para a melhoria da tecnologia de produção de peixes, especialmente por meio da implantação de parques pesqueiros regionais.</p>	<p>Estímulo à atração de empresas atacadistas, explorando sua capacidade de alavancagem da agroindústria e da agricultura familiar.</p> <p>Capacitação de pessoas em gestão empresarial, produção e logística para a agroindústria.</p>
<b>Cadeia ou setor de produção</b> Agroindústria no oeste.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 14, 17, 23, 30, 32	<p>Estímulo aos modelos integrados de produção agropecuária, industrialização e comércio, promovendo a distribuição de renda, integração com fornecedores locais e incorporação do pequeno e médio empreendedor.</p> <p>Estímulo, por meio de políticas de certificação, à aquisição de insumos para a cadeia, com base nas diretrizes de sustentabilidade do ZEE, que considere necessariamente a preservação da qualidade ambiental dos territórios.</p> <p>Incentivo à implantação de agroindústrias rurais de base familiar ou cooperativas associadas a programas de capacitação.</p> <p>Promoção de estudos para a melhoria da tecnologia de produção de peixes, especialmente por meio da implantação de parques pesqueiros regionais.</p>	<p>Definição de programa de atração seletiva de investimentos buscando a verticalização da cadeia, a montante estimulando as cadeias de rações, fertilizantes, defensivos e a jusante, priorizando o beneficiamento local dos insumos agropecuários.</p> <p>Estímulo à atração de empresas atacadistas, explorando sua capacidade de alavancagem da agroindústria e da agricultura familiar.</p> <p>Planejamento da espacialização de investimentos no setor, de modo a aferir vantagens competitivas considerando o sistema logístico alimentador da Ferrovia Oeste-Leste, a Hidrovia do São Francisco, a FCA e os eixos rodoviários estruturantes do estado.</p> <p>Capacitação de pessoas em gestão empresarial, produção e logística para a agroindústria.</p>

(Continua)

INDÚSTRIA			
CRITÉRIO(S)	ZONA (S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p><b>Cadeia ou setor de produção</b> Agroindústria no semiárido.</p>	19, 23, 24, 30, 31, 32	<p>Estímulo aos modelos integrados de produção agropecuária, industrialização e comércio, promovendo a distribuição de renda, integração com fornecedores locais e incorporação do pequeno e médio empreendedor.</p> <p>Estímulo, por meio de políticas de certificação, à aquisição de insumos para a cadeia, com base nas diretrizes de sustentabilidade do ZEE, que considere necessariamente a preservação da qualidade ambiental dos territórios.</p> <p>Incentivo a implantação de agroindústrias rurais de base familiar ou cooperativas associadas a programas de capacitação.</p> <p>Promoção de estudos para a melhoria da tecnologia de produção de peixes, especialmente por meio da implantação de parques pesqueiros regionais.</p>	<p>Definição de programa de atração seletiva de investimentos buscando a verticalização da cadeia, a montante estimulando as cadeias de rações, fertilizantes, defensivos e a jusante, priorizando o beneficiamento local dos insumos agropecuários.</p> <p>Estímulo à atração de empresas atacadistas, explorando sua capacidade de alavancagem da agroindústria e da agricultura familiar.</p> <p>Planejamento da espacialização de investimentos no setor, de modo a aferir vantagens competitivas considerando o sistema logístico alimentador da Ferrovia Oeste-Leste, a Hidrovia do São Francisco, a FCA e os eixos rodoviários estruturantes do estado.</p> <p>Capacitação de pessoas em gestão empresarial, produção e logística para a agroindústria.</p>
<p><b>Cadeia ou setor de produção</b> Indústria de calçados e segmentos intensivos em marca e <i>design</i>.</p>	20, 22, 27	<p>Estabelecimento de condições para tornar atrativo o investimento no setor calçadista, possibilitando a ampliação do conteúdo local da cadeia de fornecedores, considerando a disponibilidade de matéria prima e mão de obra já qualificada.</p>	<p>Estabelecimento de programa de incentivos ao encadeamento local na indústria de calçados com instrumentos de ordem tributária vinculados a um sistema de metas de conteúdo local.</p> <p>Fomento à atração de empresas-âncora focada no mercado nacional de alto valor agregado de forma articulada aos empreendimentos de médio e pequeno porte local.</p>
<p><b>Cadeia ou setor de produção</b> Indústria automotiva.</p>	24, 25, 26, 33, 34, 35, 36	<p>Apoio ao parque automotivo instalado e estímulo à sua expansão, atraindo novos projetos e adensando a cadeia de fornecedores.</p>	<p>Estímulo à investimentos em soluções logísticas que permitam o aumento da competitividade do pólo automotivo do estado, favorecendo especialmente a remodelagem regulatória da ferrovia de integração Norte-Sul, atual FCA, ampliação do terminal de veículos e ampliação da capacidade atual de transporte e armazenagem de contêineres.</p> <p>Implantação de programa CKD (processo de produção que consiste em enviar um veículo completo desmontado para ser finalizado no país onde será vendido) no estado, com ênfase em motos e veículos especiais.</p> <p>Elaboração de programa de atração de fabricantes de veículos especiais e de veículos pesados, considerando demandas de setores dinâmicos da economia baiana como mineração, agricultura, turismo e obras públicas.</p>

(Continua)

INDÚSTRIA			
CRITÉRIO(S)	ZONA (S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Cadeia ou setor de produção</b> Indústria da construção civil.	1, 2, 3, 4, 6, 7, 14, 17, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36	Melhoria da produtividade pela incorporação de novas técnicas construtivas e organização da cadeia construtiva em bases industriais  Estímulo ao desenvolvimento de novas tecnologias ambientalmente mais sustentáveis, especialmente no que diz respeito à extração mineral e disposição dos resíduos.  Ampliação do conteúdo local da cadeia de fornecedores da indústria de construção do estado.  Estímulo a programas de mitigação dos impactos ambientais, especialmente das grandes obras associadas à construção pesadas e reuso nas obras de edificações.	Implantação da rede de centrais de reciclagem e tratamento de resíduos da construção, visando a ampliação da produtividade e a redução da contaminação do ambiente por resíduos.  Qualificação da indústria local para participação nas demandas públicas e nos empreendimentos estratégicos do estado.  Criação de programa de certificação dos insumos, evitando o estímulo a atividades não sustentáveis, principalmente de extração mineral.
<b>Arranjo minerário</b> Indústria da extração e transformação mineral - Metais ferrosos, Grupo A.	5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 32, 33	Aproveitamento da dinamização do setor, para estabelecer políticas de compensação ambiental no processo de licenciamento.  Ampliação das externalidades positivas, incluindo infraestrutura de suporte com rede logística e compensação ambiental.	Reforço de funções institucionais na cadeia mineral, inclusive fortalecendo a base de dados e mapeamento do território em escala adequada.  Estímulo ao programa de apoio aos municípios e às empresas na estruturação de planos de diversificação econômica, preservação e recuperação ambiental, e geração de renda local nos polos de mineração.  Desenvolvimento da rede de qualificação de recursos humanos especializados para o atendimento das demandas da mineração.  Fomento ao desenvolvimento de plano da Indústria Cerâmica do Eixo Oeste-Leste, considerando a disponibilidade de matérias primas e as facilidades de escoamento.
<b>Arranjo minerário</b> Indústria da extração e transformação mineral - Metais ferrosos, Grupo B	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 17, 23, 30, 31		
<b>Arranjo minerário</b> Indústria da extração e transformação mineral - Metais ferrosos, Grupo C	24, 25, 26, 33, 36	Aproveitamento da dinamização do setor, para estabelecer políticas de compensação ambiental no processo de licenciamento.  Ampliação das externalidades positivas, incluindo infraestrutura de suporte com rede logística e compensação ambiental.	Reforço de funções institucionais na cadeia mineral, inclusive fortalecendo a base de dados e mapeamento do território em escala adequada.  Estímulo ao programa de apoio aos municípios e às empresas na estruturação de planos de diversificação econômica, preservação e recuperação ambiental, e geração de renda local nos polos de mineração.  Desenvolvimento da rede de qualificação de recursos humanos especializados para o atendimento das demandas da mineração.
<b>Arranjo minerário</b> Indústria da extração e transformação mineral - Metais ferrosos, Grupo D	17, 19, 23, 24, 30, 31, 32		
<b>Arranjo minerário</b> Indústria da extração e transformação mineral - Metais ferrosos, Grupo E	20, 22, 25, 26, 27, 28, 36	Aproveitamento da dinamização do setor, para estabelecer políticas de compensação ambiental no processo de licenciamento.  Ampliação das externalidades positivas, incluindo infraestrutura de suporte com rede logística e compensação ambiental.	Reforço de funções institucionais na cadeia mineral, inclusive fortalecendo a base de dados e mapeamento do território em escala adequada.  Estímulo ao programa de apoio aos municípios e às empresas na estruturação de planos de diversificação econômica, preservação e recuperação ambiental, e geração de renda local nos polos de mineração.  Desenvolvimento da rede de qualificação de recursos humanos especializados para o atendimento das demandas da mineração.  Fomento ao desenvolvimento de plano da Indústria Cerâmica do Eixo Oeste-Leste, considerando a disponibilidade de matérias primas e as facilidades de escoamento.

(Continua)



INDÚSTRIA			
CRITÉRIO(S)	ZONA (S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Arranjo minerário</b> Indústria da extração e transformação mineral - Metais não ferrosos e semimetais, Grupo A	5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27	<p>Promoção da formalização, do zoneamento de atividades e da mitigação de impactos ambientais em projetos minerais de produção de insumos para construção civil.</p> <p>Aproveitamento da dinamização do setor, para estabelecer políticas de compensação ambiental no processo de licenciamento.</p> <p>Encadeamento de elos do comércio, serviços e logística na indústria da mineração, inclusive com formatação de planos para a indústria cerâmica e de rochas ornamentais.</p> <p>Ampliação das externalidades positivas, incluindo infraestrutura de suporte com rede logística e compensação ambiental.</p> <p>Fortalecimento da aglomeração da indústria de confecções de pedras preciosas, e valorizando da marca de origem Bahia, promovendo a formalização e integração das pequenas empresas ao circuito da moda.</p>	<p>Desenvolvimento de sistema de rastreamento, metrologia e monitoramento das Jazidas e Cadeias de gemas e pedras semipreciosas, promovendo sua regularização e certificação ambiental.</p> <p>Reforço de funções institucionais na cadeia mineral, inclusive fortalecendo a base de dados e mapeamento do território em escala adequada.</p> <p>Estímulo ao programa de apoio aos municípios e às empresas na estruturação de planos de diversificação econômica, preservação e recuperação ambiental, e geração de renda local nos polos de mineração.</p> <p>Desenvolvimento da rede de qualificação de recursos humanos especializados para o atendimento das demandas da mineração.</p> <p>Fomento ao desenvolvimento de plano da Indústria Cerâmica do Eixo Oeste-Leste, considerando a disponibilidade de matérias primas e as facilidades de escoamento.</p>
<b>Arranjo minerário</b> Indústria da extração e transformação mineral - Metais não ferrosos e semimetais, Grupo B	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 17, 23, 30, 31	<p>Promoção da formalização, do zoneamento de atividades e da mitigação de impactos ambientais em projetos minerais de produção de insumos para construção civil.</p> <p>Aproveitamento da dinamização do setor, para estabelecer políticas de compensação ambiental no processo de licenciamento.</p> <p>Encadeamento de elos do comércio, serviços e logística na indústria da mineração, inclusive com formatação de planos para a indústria cerâmica e de rochas ornamentais.</p> <p>Ampliação das externalidades positivas, incluindo infraestrutura de suporte com rede logística e compensação ambiental.</p>	<p>Reforço de funções institucionais na cadeia mineral, inclusive fortalecendo a base de dados e mapeamento do território em escala adequada.</p> <p>Estímulo ao programa de apoio aos municípios e às empresas na estruturação de planos de diversificação econômica, preservação e recuperação ambiental, e geração de renda local nos polos de mineração.</p> <p>Desenvolvimento da rede de qualificação de recursos humanos especializados para o atendimento das demandas da mineração.</p> <p>Fomento ao desenvolvimento de plano da Indústria Cerâmica do Eixo Oeste-Leste, considerando a disponibilidade de matérias primas e as facilidades de escoamento.</p>
<b>Arranjo minerário</b> Indústria da extração e transformação mineral - Metais não ferrosos e semimetais, Grupo C	24, 25, 26, 33, 36		
<b>Arranjo minerário</b> Indústria da extração e transformação mineral - Metais não ferrosos e semimetais, Grupo D	17, 19, 23, 24, 30, 31, 32		
<b>Arranjo minerário</b> Indústria da extração e transformação mineral - Metais não ferrosos e semimetais, Grupo E	20, 22, 25, 26, 27, 28, 36		
<b>Arranjo minerário</b> Indústria da extração e transformação mineral - Recursos energéticos, Grupo A	5, 8, 9, 11, 12, 13, 20, 23, 24, 25, 32, 33		
<b>Arranjo minerário</b> Indústria da extração e transformação mineral - Recursos energéticos, Grupo B	1, 2, 3, 4, 5, 17, 30, 31		
<b>Arranjo minerário</b> Indústria da extração e transformação mineral - Recursos energéticos, Grupo C	24, 25, 26, 33, 34, 35, 36		
<b>Arranjo minerário</b> Indústria da extração e transformação mineral - Recursos energéticos, Grupo D	17, 19, 23, 30, 32, 33, 35, 36		
<b>Arranjo minerário</b> Indústria da extração e transformação mineral - Recursos energéticos, Grupo E	20, 22, 25, 26, 27, 28, 36		

(Continua)

INDÚSTRIA			
CRITÉRIO(S)	ZONA (S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Cadeia ou setor de produção</b> Indústria da extração e transformação mineral - Rochas e minerais industriais, Grupo A	5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 32, 33	Promoção da formalização, do zoneamento de atividades e da mitigação de impactos ambientais em projetos minerais de produção de insumos para construção civil. Aproveitamento da dinamização do setor, para estabelecer políticas de compensação ambiental no processo de licenciamento.	Reforço de funções institucionais na cadeia mineral, inclusive fortalecendo a base de dados e mapeamento do território em escala adequada. Estímulo ao programa de apoio aos municípios e às empresas na estruturação de planos de diversificação econômica, preservação e recuperação ambiental, e geração de renda local nos polos de mineração.
<b>Cadeia ou setor de produção</b> Indústria da extração e transformação mineral - Rochas e minerais industriais, Grupo B	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 17, 23, 30, 31	Encadeamento de elos do comércio, serviços e logística na indústria da mineração, inclusive com formatação de planos para a indústria cerâmica e de rochas ornamentais. Ampliação das externalidades positivas, incluindo infraestrutura de suporte com rede logística e compensação ambiental.	Desenvolvimento da rede de qualificação de recursos humanos especializados para o atendimento das demandas da mineração. Fomento ao desenvolvimento de plano da Indústria Cerâmica do Eixo Oeste-Leste, considerando a disponibilidade de matérias primas e as facilidades de escoamento.
<b>Cadeia ou setor de produção</b> Indústria da extração e transformação mineral - Rochas e minerais industriais, Grupo C	24, 25, 26, 33, 34, 35, 36		
<b>Cadeia ou setor de produção</b> Indústria da extração e transformação mineral - Rochas e minerais industriais, Grupo D	17, 19, 23, 24, 30, 31, 32, 33, 35		
<b>Cadeia ou setor de produção</b> Indústria da extração e transformação mineral - Rochas e minerais industriais, Grupo E	20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 36		

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

Quadro 30 – Diretrizes específicas temáticas para **Infraestrutura Logística**

INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Corredor Norte-Sul Litorâneo</b> Eixo rodoviário composto pela BR-101.	20, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 35		Promoção da ampliação da capacidade de fluxo da BR 101, particularmente do trecho Feira de Santana a Rio Real.
<b>Corredor Norte-Sul Litorâneo</b> Eixo rodoviário composto pelas BA-001, BA-093, BA-099, BA-233 e BA-506.	26, 27, 28, 33, 34, 35, 36		Realização de intervenções visando ao aumento da capacidade de escoamento das pistas (terceira faixa, duplicações pontuais e alargamento de acostamentos) e à redução de conflitos urbanos (novos contornos viários e melhoria dos trechos de aproximação urbana).
<b>Corredor Norte-Sul Litorâneo</b> Eixo ferroviário composto pela Linha Norte da FCA Norte (antiga Linha Norte da Ferrovia Leste Brasileiro).	32, 33, 34, 35	Estímulo a criação de centros logísticos (Plataformas Logísticas, Zonas de Atividades e Apoio Logístico e Terminais Multimodais) para regulação e intermodalidade dos fluxos de circulação de mercadorias, em especial para a chamada carga geral  Favorecimento a ampliação do transporte de cargas, mediante a incorporação de cargas oriundas da expansão dos atuais arranjos produtivos e da inclusão de novos arranjos.	Elaboração do plano logístico para transferência de carga do modal rodoviário para o ferroviário.  Priorizar a revitalização do eixo ferroviário, tornando-o mais eficiente.
<b>Corredor Norte-Sul interior</b> Eixo rodoviário composto pela BR-116.	13, 17, 20, 21, 23, 24, 25, 30, 32		Promoção da ampliação da capacidade de escoamento das pistas, particularmente no trecho entre a divisa de Minas Gerais/Bahia e a cidade de Feira de Santana.
<b>Corredor Norte-Sul interior</b> Eixo rodoviário composto pelas BR-122, BR-407, BA-130, BA-131 e demais vias difusas (afunilando até Juazeiro).	8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 27		Construção dos segmentos de interligações com a região central do Estado, área de importância fundamental para o turismo na Chapada Diamantina.
<b>Corredor Norte-Sul interior</b> Eixo hidroviário composto pelo rio São Francisco, à montante do Lago de Sobradinho (trecho de Pirapora/MG a Juazeiro).	17, 30, 31		Efetucação de estudos de viabilidade para melhor aproveitamento deste eixo hidroviário, em consonância com o princípio da multimodalidade, como forma de racionalizar e otimizar a cadeia logística.
<b>Corredor Norte-Sul interior</b> Eixo ferroviário composto pelas Linhas Centro e Sul da FCA Norte (antiga Linha Norte da Ferrovia Leste Brasileiro).	32, 33, 34	Priorização a recuperação e revitalização da ferrovia visando ao maior aproveitamento de sua capacidade instalada.  Estímulo a criação de centros logísticos (Plataformas Logísticas, Zonas de Atividades e Apoio Logístico e Terminais Multimodais) para regulação e intermodalidade dos fluxos de circulação de mercadorias, em especial para a chamada carga geral.	
<b>Corredor Norte-Sul interior</b> Eixo rodoviário composto pelas BA-160 e BA-161 e trechos das BR-030, BR-242 e BR-349.	5, 6, 7, 8, 9		Promoção da requalificação do sistema alimentador complementar a este eixo, com implantação de novos acessos e a melhoria dos acessos existentes.
<b>Corredor Norte-Sul interior</b> Porto fluvial de Juazeiro.	17		Elaboração do plano visando à implantação de uma hidrovia mais eficiente e comercialmente competitiva.
<b>Corredor Norte-Sul Oeste</b> Eixo rodoviário composto pela BR-020.	1, 2, 3, 4, 6		Promoção da implantação de rotas alternativas para o escoamento da produção do Estado, via costa baiana, tornando a BR-020 num tronco alimentador do sistema de logística estadual.
<b>Corredor Norte-Sul Oeste</b> Eixo rodoviário composto pela BR-135.	2, 3, 4		Priorização da conclusão da BR-135, com vistas a torná-la um tronco alimentador do sistema de logística estadual.

(Continua)

INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Corredor Transversal Oeste-Leste</b> Eixo rodoviário composto pelas BR-324, BA-052 e trechos da BR-116.	7, 10, 15, 18, 24, 25, 33, 37		Elaboração dos estudos com vistas ao prolongamento do trecho rodoviário na direção dos municípios de Luís Eduardo Magalhães e Formosa do Rio Preto, além de propor articulação da rodovia com as potenciais hidrovias do Rio Preto e Rio Grande.
<b>Corredor Transversal Oeste-Leste</b> Eixo rodoviário composto pelas BR-030, BR-330, BR-430, BA-262 e trechos das BR-101, BR-116, BR-349 e BR-430.	2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 12, 13, 20, 21, 22, 27, 36		Promoção da complementação do eixo da BR-030.
<b>Corredor Transversal Oeste-Leste</b> Eixo rodoviário composto pelas BR-242, BR-324 e trechos das BR-020 e BR-116.	1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 18, 24, 25, 26, 33, 34		Ampliação a capacidade de carregamento do eixo. Elaboração de estudos visando prolongar a BR-242 até os portos da BTS.
<b>Corredor Transversal Norte</b> Eixo rodoviário composto pela BR-235 e trechos da BR-407.	6, 17, 23, 30, 31, 32		Elaboração de estudos de viabilidade desse eixo para escoamento de carga via Costa Sergipana, visando à redução de custo dos produtos finais.
<b>Corredor Transversal Norte</b> Eixo rodoviário composto pelas BA-210 e trechos da BR-110.	14, 17, 30, 31		Priorização da elaboração de estudos de viabilidade desse eixo complementa para escoamento de carga via costa sergipana. Priorizar a implementação da requalificação do trecho de modo a viabilizar a absorção de maior carregamento no eixo.
<b>Corredor Transversal Norte</b> Eixo hidroviário composto pelo rio São Francisco, à jusante do Lago de Sobradinho (trecho Juazeiro/BA à foz do rio).	2, 3, 4, 5, 6, 8, 17		Elaboração de estudos de viabilidade para implantação da hidrovia como via de grande capacidade.
<b>Corredor Norte-Sul Marítimo</b> Costa marítima e "águas abrigadas" (baías e estuários).	25, 26, 28, 33, 34, 36	Estímulo a implantação de sistema de cabotagem no corredor Norte-Sul Marítimo: Costa marítima e "águas abrigadas" (baías e estuários).	Articulação da maior participação do estado na política nacional de transporte, de modo a melhor aproveitar proximidade da costa estadual ao Centro-Oeste brasileiro.
<b>Corredor Norte-Sul Marítimo</b> Complexo portuário da Baía de Todos os Santos.	33, 34	Estímulo a exploração da potencialidade turística portuária no Complexo portuário da Baía de Todos os Santos.	Elaboração de estudos de viabilidade para ampliação da capacidade portuária "offshore" na Baía de Todos os Santos.
<b>Corredor Norte-Sul Marítimo</b> Porto de Ilhéus.	36		Elaboração estudos de alternativas para utilização do porto para transporte de cargas com alto valor agregado e de passageiros, considerando, inclusive, a construção do Porto Sul.
<b>Corredor Norte-Sul Marítimo</b> Porto de Marau / Camamu.	36		Elaboração de estudos para implantação dos equipamentos necessários ao receptivo de embarcações no porto existente, envolvendo acessos rodoviários e ferroviários para o transporte de cargas.
<b>Tecnologia de Informação e Comunicação</b> Municípios não atendidos por internet banda larga.	6, 12, 22, 27, 31, 32		Exigência de mais investimentos na estruturação do sistema, priorizando a expansão sistema para atender os municípios ainda não cobertos pela rede.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Quadro 31 – Diretrizes Específicas Temáticas para Energia

ENERGIA			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Fontes potenciais para o suprimento de energia elétrica Solar fotovoltaica.	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32, 33	Estabelecimento de um programa de incentivo à utilização de sistemas fotovoltaicos nos municípios que apresentam a fonte potencial solar fotovoltaica para suprimento de energia elétrica, utilizando o conceito de tarifa-prêmio para os usuários desta energia. Oferecimento de incentivos às empresas que gerem energia solar e fabriquem equipamentos para o setor na Bahia. Adoção de medidas mitigadoras dos impactos ambientais negativos oriundos da geração de energia por sistemas fotovoltaicos, relativos à ocupação da área de implementação do projeto, à possível perda de habitats, à degradação visual dos ambientes, aos riscos associados a materiais tóxicos e perigosos e à disposição de resíduos.	
Fontes potenciais para o suprimento de energia elétrica Termossolar.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32	Promoção de programas de capacitação em projetos de edificações que incorporem tecnologias termossolares. Incentivo a implantação de fornos solares para obtenção de água potável na região Semiárida do Estado e onde haja água salobra. Oferecimento de incentivos às empresas que gerem energia solar e fabriquem equipamentos para o setor na Bahia.	Estudo da viabilidade de implantação de uma central termossolar com o uso da tecnologia Stirling Tower na região central da Bahia.
Fontes potenciais para o suprimento de energia elétrica Hídrica (PCHs).	1, 2, 3, 4, 5, 9, 11, 16, 20, 25, 27, 28, 33, 36	Concessão dos mesmos incentivos para a geração de energia por PCHs que são oferecidos aos empreendimentos de energia eólica para os municípios que apresentam a fonte potencial hídrica para suprimento de energia elétrica. Exigir avaliação ambiental estratégica da bacia hidrográfica objetivando melhor avaliar os impactos decorrentes da implantação e operação de PCHs.	Atuar junto à ANEEL para acelerar o processo de aprovação dos projetos de interesse para instalação de PCHs no estado. Apoio ao desenvolvimento de estudos para redução dos custos do investimento na implantação de PCHs.
Fontes potenciais para o suprimento de energia elétrica Eólica.	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 23, 30, 32	Garantir a aquisição de energia, gerada a partir de fontes renováveis, pelas concessionárias de energia elétrica, destinando parte da arrecadação com a venda da energia para o pequeno consumidor localizado na mesma região de produção. Adoção de medidas mitigadoras dos impactos ambientais negativos oriundos da geração de energia por usinas eólicas, relativos à emissão de ruídos, ao impacto sobre a fauna à degradação visual dos ambientes e à formação de sombras sobre as terras. Apoio ao uso consorciado de terras ocupadas pelos parques para outras formas de utilização, como a agropecuária. Fortalecer os incentivos oferecidos às empresas que gerem energia eólica e fabriquem equipamentos para o setor na Bahia.	
Fontes potenciais para o suprimento de energia elétrica Gás natural.	9, 12, 17, 18, 23, 28, 29, 33, 34, 35, 36	Redução das emissões de gases gerados pelo uso de turbinas a gás natural por meio de um sistema de tratamento de gases de exaustão ou alterações nos parâmetros do processo de queima do combustível nos municípios que apresentam a fonte potencial gás natural para suprimento de energia elétrica. Condicionalidade da ampliação da oferta de gás natural à observância e minimização dos impactos socioambientais negativos na Baía de Todos os Santos.	Controle da emissão gasosa das usinas termelétricas, visando ao atendimento dos valores máximos permitidos pela legislação nos municípios que apresentam a fonte potencial gás natural para suprimento de energia elétrica. Incremento da disponibilidade de gás natural na Bahia com o aumento da produção de gás natural do Campo de Manati, observando, todavia, que o horizonte temporal desta disponibilidade não vai além do ano 2017, o que recomenda que estudos sejam desenvolvidos para uma solução alternativa ao cabo desse período.

(Continua)

ENERGIA			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Fontes potenciais para o suprimento de energia elétrica</b> Biomassa e resíduo de processo produtivo.	1, 2, 3, 35, 36	Utilização de filtros para reduzir as emissões atmosféricas nos municípios que apresentam a fonte potencial biomassa e resíduo de processo produtivo para suprimento de energia elétrica.  Fornecimento de linhas de crédito e incentivos fiscais para a implantação de sistemas de cogeração no comércio e na indústria.	Incentivo a utilização de resíduos do algodão, arroz, coco-da-baía, milho, café e soja produzidos no Estado na geração de energia elétrica.  Controle da emissão gasosa das usinas termelétricas, visando ao atendimento dos valores máximos permitidos pela legislação.
<b>Fontes potenciais para o suprimento de energia elétrica</b> Resíduo oriundo de aterro sanitário.	1, 2, 4, 12, 13, 17, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36	Incentivo à redução no volume dos resíduos sólidos, favorecendo os processos de reciclagem e de compostagem dos resíduos sólidos e aproveitando o material excedente para geração de eletricidade.  Estudo da viabilidade de instalação de usina termelétrica abastecida por resíduos sólidos em sedes municipais com população superior a 100 mil habitantes e que apresentem a fonte potencial de resíduo oriundo de aterro sanitário para suprimento de energia elétrica.  Adoção de medidas preventivas e mitigadoras dos impactos ambientais oriundos da incineração de resíduos sólidos, envolvendo, principalmente, o controle de emissões.	Avaliação da viabilidade da implantação de usina termelétrica para incineração de todo o resíduo sólido disponível apenas nos casos em que esta fonte de eletricidade se torne imprescindível.
<b>Fontes potenciais para o suprimento de energia elétrica</b> Biogás oriundo de aterro sanitário.	1, 2, 4, 12, 13, 17, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36	Incentivo ao aproveitamento de metano produzido em aterros sanitários para geração de energia elétrica.  Incentivo às prefeituras municipais de municípios de grande porte (especialmente as regiões metropolitanas de Salvador e de Feira de Santana) a atuarem individualmente ou em consórcio para aproveitamento do biogás de aterros sanitários na geração de eletricidade.  Incentivo à constituição de consórcios para geração de eletricidade cuja fonte seja o biogás.	Adoção da coleta seletiva de resíduos sólidos, bem como a venda dos materiais reutilizáveis segregados, p. ex., papel e metal.  Estudo da viabilidade de instalação de usina termelétrica abastecida por biogás em sedes municipais com população superior a 100 mil habitantes.
<b>Fontes potenciais para o suprimento de energia elétrica</b> Nuclear.	9, 12, 17, 30, 31	Intensificação da fiscalização das atividades de mineração e beneficiamento do urânio para assegurar o cumprimento dos Requisitos de Segurança e Proteção Radiológica para Instalações Mínero-Industriais (CNEN-NN-4.01/2005), evitando a contaminação do meio ambiente e seus efeitos sobre a população do entorno em municípios que apresentam a fonte potencial nuclear para suprimento de energia elétrica .  Utilização de sistemas de refrigeração mais eficientes, que utilizem menor quantidade de água nos municípios que apresentam a fonte potencial nuclear para suprimento de energia elétrica.  Evitar a implantação de usinas nucleares na Bahia, especialmente junto às margens do Rio São Francisco, devido aos impactos ambientais de grande proporção em caso de acidente radiológico e ao problema não solucionado da disposição final do lixo nuclear.	Apoio à estruturação institucional, logística e técnica dos municípios de Chorrochó, Rodelas e Paulo Afonso necessária para operação de usina nuclear passível de ser implantada às margens do rio São Francisco.  Adoção de medidas preventivas e mitigadoras dos impactos ambientais negativos oriundos de usina nuclear passível de ser implantada às margens do rio São Francisco, por meio do monitoramento e alerta ambiental, capacitação técnica dos profissionais envolvidos e diálogo permanente com a comunidade da área de influência.  Apoio à elaboração de planos de emergência nuclear para os municípios de Chorrochó, Rodelas e Paulo Afonso.  Expansão da produção de urânio em Caetité para usufruir dos ganhos relacionados à evolução do preço do minério e suprir das usinas nucleares a serem implantadas no Brasil.
<b>Fontes potenciais para o suprimento de energia elétrica</b> Suprimento de energia elétrica pelo Sistema Interligado.	Todas	Negociação para a garantia da aquisição de energia, gerada a partir de fontes renováveis, pelas concessionárias de energia elétrica.	Incentivo ao desenvolvimento de metodologias para o descarte e a reutilização ambientalmente seguros dos resíduos gerados e materiais utilizados nos processos produtivos da Chesf e Coelba.  Realização de estudos ambientais que busquem a redução dos impactos ambientais negativos, envolvendo equipes multidisciplinares causados pelo sistema interligado de energia.

(Continua)



ENERGIA			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Fontes potenciais para a produção de combustível</b> Petróleo.	33, 34, 35, 36	Incremento da produção de petróleo na Bahia, priorizando o Campo de Manati, em Camamu, e o Campo de Dom João, em São Francisco do Conde, por disporem de reservas capazes de sustentar o aumento da produção de petróleo.  Apoio à elevação da produção de petróleo com a exploração dos campos maduros por empresas de menor porte (estrangeiras e nacionais), especialmente na bacia do Recôncavo.	Dotação de infraestrutura (logística e de energia) e incentivo a serviços de apoio, como qualificação profissional, suporte logístico e tecnologias de informação e comunicação necessários às atividades ligadas ao petróleo.  Adoção de medidas preventivas e mitigadoras dos impactos ambientais negativos oriundos da exploração do petróleo, por meio do monitoramento ambiental, elaboração de plano de emergência, diálogo permanente com a comunidade da área de influência e implantação de programas de apoio à atividade pesqueira e de educação ambiental.
<b>Fontes potenciais para a produção de combustível</b> Gás natural.	3, 5, 20, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36	Incremento da disponibilidade de gás natural na Bahia com o aumento da produção de gás natural do Campo de Manati, por dispor de reservas capazes de sustentar o aumento da produção de gás natural.  Ampliação da rede de gasodutos para incremento da oferta e uso de gás natural na Bahia, especialmente para o suprimento das indústrias, veículos automotores, comércios e domicílios, com destaque para Salvador e Feira de Santana.	Participação ativa, através da Bahiagás, dos estudos da ANP para viabilizar o aproveitamento do gás de xisto ( <i>shale gas</i> ) na Bahia, em especial nas bacias do Recôncavo e São Francisco onde há o potencial de exploração desse gás.
<b>Fontes potenciais para a produção de combustível</b> Cana-de-açúcar (Etanol).	1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 12, 13, 16, 20, 22, 26, 27, 28, 29, 36	Incentivo e financiamento, com ajuda do BNDES, a instalação de empresas voltadas para a produção de etanol nos municípios baianos que apresentam como fonte potencial para produção de combustíveis a cana-de-açúcar, considerando a perspectiva de produção desta matéria-prima nos perímetros irrigados do semiárido (ao longo do vale do São Francisco), com base em tecnologias avançadas de irrigação subsuperficial.	Adoção de medidas preventivas e mitigadoras dos impactos ambientais negativos oriundos da produção de etanol a partir da cana-de-açúcar, por meio do monitoramento, capacitação técnica dos profissionais envolvidos e diálogo permanente com a comunidade da área de influência.
<b>Fontes potenciais para a produção de combustível</b> Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais (Biodiesel).	12, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 36	Priorização do uso de matérias-primas oleaginosas na produção do biodiesel, favorecendo a redução da emissão do CO2 nos municípios da Bahia que apresentam a fonte potencial Dendê, Sebo animal e Óleos e Gorduras Residuais para produção de biodiesel.	Oferecimento de crédito suficiente ao cultivo de oleaginosas, sementes de qualidade e adaptadas às regiões de produção e melhor qualificar o agricultor familiar para produzir os diversos tipos de oleaginosas.  Desenvolvimento da logística necessária ao cultivo de outras oleaginosas, que têm maior concentração de óleo, como alternativa à soja.  Realização do zoneamento agrícola de modo a eliminar o conflito entre a produção de alimentos e a de energia.
<b>Fontes potenciais para a produção de combustível</b> Dendê e óleos e gorduras residuais (Biodiesel).	23, 24, 25, 26, 32, 33, 34, 35, 36	Priorização do uso de matérias-primas oleaginosas na produção do biodiesel, favorecendo a redução da emissão do CO2 nos municípios da Bahia que apresentam a fonte potencial Dendê e Óleos e Gorduras Residuais para produção de biodiesel.	Oferecimento de crédito suficiente ao cultivo de oleaginosas, sementes de qualidade e adaptadas às regiões de produção e melhor qualificar o agricultor familiar para produzir os diversos tipos de oleaginosas.  Desenvolvimento da logística necessária ao cultivo de outras oleaginosas, que têm maior concentração de óleo, como alternativa à soja.  Realização do zoneamento agrícola de modo a eliminar o conflito entre a produção de alimentos e a de energia.
<b>Fontes potenciais para a produção de combustível</b> Mamona e amendoim (Biodiesel).	6, 7, 10, 14, 15, 17, 18, 19, 23, 24, 30, 31, 32	Priorização do uso de matérias-primas oleaginosas na produção do biodiesel, favorecendo a redução da emissão do CO2 nos municípios da Bahia que apresentam a fonte potencial Mamona e Amendoim para produção de biodiesel.	Oferecimento de crédito suficiente ao cultivo de oleaginosas, sementes de qualidade e adaptadas às regiões de produção e melhor qualificar o agricultor familiar para produzir os diversos tipos de oleaginosas.  Desenvolvimento da logística necessária ao cultivo de outras oleaginosas, que têm maior concentração de óleo, como alternativa à soja.  Realização do zoneamento agrícola de modo a eliminar o conflito entre a produção de alimentos e a de energia.

(Continua)

ENERGIA			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Fontes potenciais para a produção de combustível</b> Mamona e girassol (Biodiesel).	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 20, 24, 25	Incentivo à produção de oleaginosas e de biodiesel nos municípios da Bahia que apresentam a fonte potencial Mamona e Girassol (Biodiesel) para produção de combustíveis, oferecendo aos investidores, incentivos fiscais e financeiros.  Priorização o uso de matérias-primas oleaginosas na produção do biodiesel, favorecendo a redução da emissão do CO <sub>2</sub> .	Oferecimento de crédito suficiente ao cultivo de oleaginosas, sementes de qualidade e adaptadas às regiões de produção e melhor qualificar o agricultor familiar para produzir os diversos tipos de oleaginosas.  Desenvolvimento da logística necessária ao cultivo de outras oleaginosas, que têm maior concentração de óleo, como alternativa à soja.  Realização do zoneamento agrícola de modo a eliminar o conflito entre a produção de alimentos e a de energia.
<b>Fontes potenciais para a produção de combustível</b> Soja e algodão (Biodiesel).	1, 2, 3, 4, 5, 6	Priorização do uso de matérias-primas oleaginosas na produção do biodiesel, favorecendo a redução da emissão do CO <sub>2</sub> nos municípios da Bahia que apresentam a fonte potencial Soja e Algodão para produção de biodiesel.	Oferecimento de crédito suficiente ao cultivo de oleaginosas, sementes de qualidade e adaptadas às regiões de produção e melhor qualificar o agricultor familiar para produzir os diversos tipos de oleaginosas.  Desenvolvimento da logística necessária ao cultivo de outras oleaginosas, que têm maior concentração de óleo, como alternativa à soja.  Realização do zoneamento agrícola de modo a eliminar o conflito entre a produção de alimentos e a de energia.
<b>Fontes potenciais para a produção de combustível</b> Folhelo betuminoso.	23, 32, 33, 34, 35, 36	Perspectiva de exploração de petróleo não convencional, proveniente dos Folhelhos Betuminosos ( <i>shale oil</i> ), nas bacias potenciais do Recôncavo, Tucano Sul e São Francisco.	Participação ativa, através da Bahiagás, dos estudos da ANP para viabilizar o aproveitamento do gás proveniente de folhelhos betuminosos ( <i>shale gas</i> ) na Bahia.  Acompanhar os estudos nacionais e estrangeiros dedicados à definição de medidas mitigadoras para os impactos ambientais da exploração do gás proveniente de folhelhos betuminosos ( <i>shale gas</i> ).

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

**Quadro 32 – Diretrizes Específicas Temáticas para Institucional**

INSTITUCIONAL			
CRITÉRIO(S) SELECIONADO(S)	ZONA(S)	DIRETRIZES ESPECÍFICAS TEMÁTICAS	
		ORIENTAÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÃO(ÕES) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>Presença física de instituições públicas</b> TIs com municípios com até oito estruturas físicas de instituições públicas estaduais.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36	Estímulo à articulação entre as instituições estaduais visando ao aprimoramento de uso das estruturas físicas existentes, de modo a viabilizar o funcionamento compartilhado destes espaços públicos nos territórios de identidade com baixo grau de representação das instituições públicas nos colegiados de participação social.	
<b>Participação de instituições públicas em colegiados</b> TIs com baixo grau de representação das instituições públicas nos colegiados de participação social.	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36	Intensificação da participação das secretarias setoriais do Estado nos colegiados dos territórios de identidade com baixo grau de representação das instituições públicas nos colegiados de participação social.	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

### 4.3 DIRETRIZES ESPECÍFICAS DE INTERAÇÃO TEMÁTICA

As diretrizes específicas de interação temática são orientações para algumas situações específicas, em que duas ou mais potencialidades e/ou limitações, de diferentes temas, ocorrem numa mesma área. Dessa forma, tais diretrizes valem, especialmente, apenas nas áreas em que ocorrem, de forma combinada, as duas ou mais potencialidades e limitações apontadas.

Quadro 33 – Diretrizes Específicas de Interação Temática

TEMAS		SOBREPOSIÇÃO DE OCORRÊNCIAS	PLANO DE INFORMAÇÃO DA OCORRÊNCIA	ZONAS	JUSTIFICATIVA		DIRETRIZ ESPECÍFICA DA INTERAÇÃO
					CONVERGÊNCIAS	DIVERGÊNCIAS	
Social	Água	Municípios localizados na região semiárida, classificados nos tipos 8, 6, 5, 4, 3 de vulnerabilidade social (ou em zonas próximas a estes) e áreas com baixa e muito baixa disponibilidade hídrica.	Município x Vazão de referência e as unidades de balanço nas classes baixa e muito baixa.	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 35, 36	Possibilidade de abastecimento de água para usos produtivos pela comunidade.	Conflito de terras com violência nas áreas onde ocorre a possibilidade de coleta de água, apesar da água, por lei, ser de domínio público.	Garantir o direito e acesso a água para toda população de forma democrática e justa.  Combater a violência causada pelo conflito do acesso à água;  Aplicar de forma efetiva a política de convivência com a seca, acabando gradativamente com a dependência da população afetada pela falta de água.
Social	Água	Municípios com tipos 8, 6, 5, 4, 3 de vulnerabilidade social ou em zonas próximas a estes e tipos, ou que contenham assentamentos de reforma agrária, acampamentos de trabalhadores sem terra e comunidades tradicionais e, municípios com potencialidade para geração de energia hidrelétrica.	Município x município com potencialidade para geração de energia por PCHs	2, 3, 5, 9, 10, 11, 15, 16, 20, 27, 28, 36	Possibilidade de abastecimento de água para a comunidade	Área de alagamento de barragens ocupando terras das comunidades tradicionais, prejudicando seu modo de vida e possibilidades produtiva, ferindo o direito à terra, afetando principalmente bairros, propriedades e povoados onde vivem comunidades vulneráveis e territórios onde se estabelecem comunidades tradicionais e do campo.	Discutir e fazer acordos de forma democrática e participativa com os representantes das comunidades afetadas  antes de qualquer tipo de ação no sentido de tornar as comunidades inseguras quanto a seus destinos em observância a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho).  Elaborar em tempo hábil e de forma participativa um plano de reassentamento involuntário para as famílias que tiverem que ser deslocadas de seu local de moradia ou produção, acordando prazos, indenizações e contrapartidas, que sejam favoráveis ao público alvo.  Evitar a construção de barragens em locais onde existam comunidades tradicionais.  Elaborar projetos que tenham como parâmetros prioritários a afetação mínima de famílias, principalmente em áreas vulneráveis ou com comunidades tradicionais e do campo.
Social	Solo	Áreas com Aptidão agrícola de Classes 2 e 3 e municípios com a presença de comunidades vulneráveis (tipos 8, 6, 5, 4 e 3 de vulnerabilidade social e em zonas próximas a estes tipos) ou comunidades tradicionais e do campo.	Municípios x Áreas com Aptidão agrícola de classes 2 e 3.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36	Possibilidade de produção para subsistência e mercado, gerando renda para as comunidades tradicionais e vulneráveis.	Tendência à expropriação das comunidades tradicionais e vulneráveis residentes em posses ou pequenas propriedades rurais de suas terras para dar espaço a grandes investidores rurais ou atividades de alto rendimento econômico.	Garantir de forma efetiva a terra às comunidades tradicionais, não permitindo que grandes investidores do agronegócio se apropriem indevidamente de suas terras.  Criar mecanismos de mediar, ordenar e fiscalizar a ação dos investidores do agronegócio no sentido de não permitir que interfiram, sem a devida compensação no modo de vida das comunidades tradicionais e vulneráveis do campo.  Criar formas ágeis de se tomar conhecimento e dar encaminhamento aos conflitos de terra vivenciados cotidianamente pelas comunidades tradicionais e vulneráveis do campo, garantindo-se, que a violência física e não física a estas comunidades seja cessada.
Social	Energia	Municípios com potencialidade para geração de energia (eólica e hidrelétrica) e municípios onde ocorram de comunidades vulneráveis (tipos 8, 6, 5, 4 e 3 de vulnerabilidade social e em zonas próximas a estes tipos) ou comunidades tradicionais e do campo	Municípios x Município com potencialidade para geração de energia por e PCHs e eólica	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 27, 28, 30, 32, 36	Possibilidade de abastecimento energético para as comunidades	Grandes extensões de áreas desapropriadas ou adquiridas para se viabilizar projetos de geração de energia causam o prejuízo cultural, produtivo, econômico e social de comunidades tradicionais, rurais e vulneráveis (situadas em bairros, propriedades, povoados) sem a devida compensação.	Discutir e fazer acordos de forma democrática e participativa com os representantes das comunidades afetadas  antes de qualquer tipo de ação no sentido de tornar as comunidades inseguras quanto a seus destinos.  Elaborar em tempo hábil e de forma participativa um plano de reassentamento involuntário para as famílias que tiverem que ser deslocadas de seu local de moradia ou produção, acordando prazos, indenizações e contrapartidas.  Evitar a construção de usinas e barragens em locais onde existam comunidades tradicionais.  Elaborar projetos que tenham como parâmetros prioritários a afetação mínima de famílias, principalmente em áreas vulneráveis ou com comunidades tradicionais e do campo.

(Continua)

Continuação do **Quadro 33** – Diretrizes Específicas de Interação Temática

TEMAS		SOBREPOSIÇÃO DE OCORRÊNCIAS	PLANO DE INFORMAÇÃO DA OCORRÊNCIA	ZONAS	JUSTIFICATIVA		DIRETRIZ ESPECÍFICA DA INTERAÇÃO
					CONVERGÊNCIAS	DIVERGÊNCIAS	
<b>Social</b>	<b>Energia</b>	Municípios com potencialidade para geração de energia solar e municípios onde ocorram comunidades vulneráveis (tipos 8, 6, 5, 4 e 3 de vulnerabilidade social e em zonas proximais a estes tipos) ou comunidades tradicionais e do campo	Municípios x Municípios com potencialidade para geração de energia solar	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33	Possibilidade de abastecimento energético para as comunidades com baixo custo e sustentabilidade ambiental, visto o potencial do Estado da Bahia.	Dificuldade em se implantar e ganhar adesão de novas propostas tecnológicas em comunidades vulneráveis. No caso da energia solar, o indivíduo necessita interagir com o sistema, fato que não ocorre na forma convencional.	Fazer campanhas de esclarecimento e capacitação em energia solar para incentivar e dar suporte as comunidades vulneráveis no sentido da utilização, manutenção e compreensão global do sistema.  Articular com sindicatos, associações e organizações não governamentais formas experimentais de uso da energia solar para propagação e conhecimento do sistema, criando-se, assim, uma cultura de uso.  Criar políticas de implantação de energia solar não somente para comunidades vulneráveis, mas, para todo conjunto da população.
<b>Social</b>	<b>Arranjos Institucionais</b>	Municípios com médio e baixo grau de envolvimento das instituições estatais nos espaços de deliberação e municípios com baixa quantidade de organizações sociais e alta vulnerabilidade social (tipos 8, 6, 5, 4 e 3 de vulnerabilidade social e em zonas proximais a estes tipos)	Município	5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35	Não existe.	A falta de articulação não é somente da população local, mas, de toda estrutura de governo, fato que pode tornar as decisões locais mais lentas e pouco expressivas, inclusive no que concerne o combate a vulnerabilidade social.	Incentivar a atuação das organizações sociais existentes nos espaços deliberativos.  Fortalecer a representação do Estado no território de identidade.  Priorizar os processos decisórios em conjunto com as organizações sociais, seja em conselhos, câmaras ou comissões, levando-se em consideração suas ponderações de forma democrática e igualitária, principalmente frente aos interesses dos grandes investidores, no que concerne a projetos de infraestrutura logística ou de produção e serviços, com impactos ambientais ou sociais em nome do desenvolvimento econômico com abrangência municipal, regional, estadual ou nacional.
<b>Social</b>	<b>Arranjos Institucionais</b>	Municípios com alto grau de envolvimento das instituições estatais nos espaços de deliberação e municípios com baixa quantidade de organizações sociais e alta vulnerabilidade social (tipos 8, 6, 5, 4 e 3 de vulnerabilidade social e em zonas proximais a estes tipos)	Município	1, 2, 3, 5, 7, 9, 10, 15, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 32, 33, 36	Apesar da pouca articulação social, o alto grau de envolvimento das instituições públicas pode criar possibilidades de investimentos para o município.		Incentivar a atuação das organizações sociais existentes.  Priorizar os processos decisórios em conjunto com as organizações sociais, seja em conselhos, câmaras ou comissões, levando-se em consideração suas ponderações de forma democrática e igualitária, principalmente frente aos interesses dos grandes investidores, no que concerne a projetos de infraestrutura logística ou de produção e serviços, com impactos ambientais ou sociais em nome do desenvolvimento econômico com abrangência municipal, regional, estadual ou nacional.

(Continua)



Continuação do **Quadro 33** – Diretrizes Específicas de Interação Temática

TEMAS		SOBREPOSIÇÃO DE OCORRÊNCIAS	PLANO DE INFORMAÇÃO DA OCORRÊNCIA	ZONAS	JUSTIFICATIVA		DIRETRIZ ESPECÍFICA DA INTERAÇÃO
					CONVERGÊNCIAS	DIVERGÊNCIAS	
<b>Social</b>	<b>Arranjos Institucionais</b>	Municípios com alto grau de envolvimento das instituições estatais nos espaços de deliberação e municípios com alta quantidade de organizações sociais e alta vulnerabilidade social (tipos 8, 6, 5, 4 e 3 de vulnerabilidade social e em zonas proximais a estes tipos).	Município	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 36	O alto grau de envolvimento das instituições públicas e grande quantidade de organizações sociais podem criar possibilidades de investimentos bem aplicados para o município.	A alta quantidade de organizações sociais inseridas num município não garante a qualidade e a representatividade de suas ações. Assim sendo, decisões territoriais importantes com consequências diretas e indiretas para a população vulnerável podem ser tomadas sem que haja a representação formal adequada desta. Neste caso pode haver prejuízo no âmbito espacial social, cultural, dentre outros.	Priorizar os processos decisórios em conjunto com as organizações sociais, seja em conselhos, câmaras ou comissões, levando-se em consideração suas ponderações de forma democrática e igualitária, principalmente frente aos interesses dos grandes investidores, no que concerne a projetos de infraestrutura logística ou de produção e serviços, com impactos ambientais ou sociais em nome do desenvolvimento econômico com abrangência municipal, regional, estadual ou nacional.
<b>Social</b>	<b>Arranjos produtivos rurais</b>	Áreas utilizadas por arranjos produtivos que apresentam baixo potencial para incorporação da agricultura familiar e se utilizam de grandes extensões de terra (silvicultura, soja, café, algodão, cana de açúcar, sisal e citros) e municípios com comunidades vulneráveis (tipos 8, 6, 5, 4 e 3 de vulnerabilidade social e em zonas proximais a estes tipos) ou comunidades tradicionais e do campo	Município x Municípios onde ocorrem os arranjos produtivos	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36	Possibilidade de trabalho assalariado aos que desejam se inserir.	Impactos ambientais causados pelas monoculturas nas áreas dos pequenos agricultores e comunidades tradicionais causam prejuízos nos seus modos de vida e produção.  Possibilidade de subtração dos direitos trabalhistas, chegando-se ao trabalho escravo em alguns casos.  Processo de reconcentração de terras, possibilitado através de grilagem ou violência no campo.  Êxodo rural.	Garantir de forma efetiva a terra às comunidades tradicionais, não permitindo que grandes investidores do agronegócio se apropriem indevidamente de suas terras.  Criar mecanismos de mediar, ordenar e fiscalizar a ação dos investidores do agronegócio no sentido de não permitir que interfiram, sem a devida compensação no modo de vida das comunidades tradicionais e vulneráveis do campo.  Trabalhar para viabilizar a infraestrutura habitacional, de atendimento social (educação do campo e saúde) para o agricultor familiar e comunidades tradicionais, possibilitando a permanência no campo.  Criar possibilidades de acesso à educação profissional vinculada aos anseios e necessidades específicas dos agricultores familiares e comunidades tradicionais, também, ao crédito para produção com a devida assistência técnica, além do apoio a comercialização.  Criar mecanismos eficientes para impor reparações ambientais e sociais a empreendimentos do agronegócio que de qualquer forma causem impactos a população e meio natural local.

(Continua)

Continuação do **Quadro 33** – Diretrizes Específicas de Interação Temática

TEMAS	SOBREPOSIÇÃO DE OCORRÊNCIAS	PLANO DE INFORMAÇÃO DA OCORRÊNCIA	ZONAS	JUSTIFICATIVA		DIRETRIZ ESPECÍFICA DA INTERAÇÃO
				CONVERGÊNCIAS	DIVERGÊNCIAS	
<b>Social</b> <b>Arranjos produtivos rurais</b>	Áreas utilizadas por arranjos produtivos que apresentam alto potencial para incorporação da agricultura familiar e municípios com comunidades vulneráveis (tipos 8, 6, 5, 4 e 3 de vulnerabilidade social e em zonas proximais a estes tipos) ou comunidades tradicionais e do campo	Município x Municípios onde ocorrem os arranjos produtivos	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36	Possibilidade de inserção das comunidades tradicionais e do campo em cadeias produtivas, elevando a possibilidade de geração de renda a estas.  As áreas onde se desenvolvem os arranjos produtivos com maior capacidade de incorporação da agricultura familiar tem grande potencial de acomodar de forma adequada assentamentos de reforma agrária.	A alta concentração de terras predominante no Estado da Bahia pode dificultar a permanência dos pequenos agricultores e comunidades tradicionais no campo, inviabilizando sua inserção em qualquer cadeia produtiva de âmbito rural.	Estimular a realização de assentamentos e de regularização fundiária em áreas cujas atividades rurais predominantes possuem alta potencialidade para incorporação da agricultura familiar.  Trabalhar para viabilizar a infraestrutura habitacional, de atendimento social (educação do campo e saúde) para o agricultor familiar e comunidades tradicionais, possibilitando a permanência no campo.  Criar possibilidades de acesso à educação profissional vinculada aos anseios e necessidades específicas dos agricultores familiares e comunidades tradicionais, também, ao crédito para produção com a devida assistência técnica, além do apoio a comercialização.
<b>Social</b> <b>Recursos Minerais</b>	Recursos Minerais e municípios com comunidades vulneráveis (tipos 8, 6, 5, 4 e 3 de vulnerabilidade social e em zonas proximais a estes tipos) ou comunidades tradicionais e do campo	Município Recursos Minerais	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36	Possibilidade de trabalho assalariado aos que desejam se inserir e compensações por parte das empresas mineradoras pelas atividades.	Impactos ambientais causados pela extração de minérios nas áreas dos pequenos agricultores e comunidades tradicionais, causam prejuízos nos seus modos de vida e produção.  Possibilidade de subtração dos direitos trabalhistas, podendo-se encontrar no extremo o trabalho escravo.  Possibilidade de se tornar um enclave, uma atividade econômica que não (ou pouco) repercute positivamente na economia e condições sociais locais.	Discutir e fazer acordos de forma democrática e participativa com os representantes das comunidades afetadas por projetos de mineração (desde sua fase inicial) antes de qualquer tipo de ação no sentido de tornar as comunidades inseguras quanto a seus destinos.  Elaborar em tempo hábil e de forma participativa um plano de reassentamento involuntário para as famílias que tiverem que ser deslocadas de seu local de moradia ou produção, acordando prazos, indenizações e contrapartidas.  Condicionar a exploração de recursos minerais de alto valor econômico à contrapartidas que contribuam para a diminuição da vulnerabilidade social. Tais contrapartidas devem priorizar ações que elevem os desempenhos de aspectos que integram o(s) indicador(es) dimensional(is) mais crítico(s).
<b>Social</b> <b>Turismo</b>	Municípios inseridos em zonas turísticas e com presença de comunidades tradicionais	Município e zona turística	Todas	O turismo, pensado de forma sustentável pode gerar renda para este grupo social.	Grandes projetos, principalmente turísticos, que acontecem de forma crescente nas áreas costeiras do Estado vêm interferindo no modo de vida de comunidades tradicionais, em especial do pescador artesanal.  A especulação imobiliária e a alteração das formas espaciais tradicionais produzidas por estas comunidades são efeitos deste processo que, vem progressivamente inviabilizando a permanência destes grupos no seus locais de origem.	O turismo em municípios onde ocorram comunidades tradicionais deve ser planejado de forma a inserir estes grupos, valorizando sua cultura e arte, consumindo seus produtos e gerando renda para os mesmos.  As terras ocupadas pelas comunidades tradicionais não podem ser ocupadas por empreendimentos turísticos, assim sendo, é fundamental que haja a regularização fundiária beneficiando estas comunidades e garantindo a elas o direito a terra.
<b>Social</b> <b>Aquicultura e Pesca</b>	Municípios onde existam pescadores artesanais e áreas com alto potencial para aquicultura	Município	1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 14, 17, 19, 20, 23, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 36	Possibilidade de alguns pescadores artesanais se inserirem na cadeia produtiva da aquicultura.	Grandes projetos de aquicultura vêm se desenvolvendo em áreas tradicionalmente usadas por pescadores artesanais e marisqueiras impondo ao espaço outra lógica que desorganiza a atividade destes.	Organizar, ordenar, delimitar e fiscalizar as áreas de acesso aos aquicultores.
<b>Social</b> <b>Qualidade Ambiental da Biodiversidade</b>	Áreas de alta qualidade ambiental em municípios com os tipos 8, 7, 6 e 5 de vulnerabilidade social e, também, os que estão nas zonas proximais a estes tipos ou comunidades tradicionais e do campo.	Município x áreas com alta qualidade ambiental	2, 3, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36	Mesmo inseridas em municípios com alta vulnerabilidade social, as comunidades tradicionais tendem a uma boa convivência com a biodiversidade.	A alta vulnerabilidade social, principalmente no que concernem as limitações econômicas e educacionais, pode contribuir para que a população, desconhecendo o relevante patrimônio da biodiversidade e buscando a sua sobrevivência, recorra a métodos predatórios de aproveitamento de recursos naturais e da biodiversidade.	Implantar programas de educação ambiental específicos para as comunidades tradicionais e para as comunidades vulneráveis.  Aproveitar a qualidade ambiental como elemento gerador de renda para as comunidades vulneráveis e tradicionais, quando possível.  Articular a conservação de atributos ecológicos à dinâmica produtiva, mediante consolidação de áreas protegidas e áreas de usos diversificados.

(Continua)

Continuação do **Quadro 33** – Diretrizes Específicas de Interação Temática

TEMAS	SOBREPOSIÇÃO DE OCORRÊNCIAS	PLANO DE INFORMAÇÃO DA OCORRÊNCIA	ZONAS	JUSTIFICATIVA		DIRETRIZ ESPECÍFICA DA INTERAÇÃO	
				CONVERGÊNCIAS	DIVERGÊNCIAS		
<b>Qualidade Ambiental da Biodiversidade</b>	Água	QAB <sup>10</sup> X Conservação das Águas Superficiais	Unidade de Balanço	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27	Atributos ecológicos importantes e características físicas essenciais para manutenção de serviços ambientais estratégicos		Priorizar a manutenção dos componentes de identidade da biodiversidade local e suas funções ecossistêmicas, em especial aqueles de influência na dinâmica hidroambiental natural através da criação de áreas para conservação e recuperação de outras singulares, secas e úmidas. Como estratégia para planejamento e gestão, compatibilizar unidades de conservação, corredores ecológicos e unidades produtivas compatíveis, promovendo também a adequação dessas atividades à disponibilidade hídrica.
<b>Qualidade Ambiental da Biodiversidade</b>	Água	QAB Conservação das Águas Subterrâneas	Domínio Hidrogeológico	Todas	Atributos ecológicos importantes e características físicas essenciais para manutenção de serviços ambientais estratégicos		Priorizar a manutenção dos componentes de identidade da biodiversidade local e suas funções ecossistêmicas, em especial aqueles de influência na dinâmica hidroambiental natural através da criação de áreas para conservação e recuperação de outras singulares, secas e úmidas. Como estratégia para planejamento e gestão, compatibilizar unidades de conservação, corredores ecológicos e unidades produtivas compatíveis, promovendo também a adequação dessas atividades à disponibilidade hídrica.
<b>Qualidade Ambiental da Biodiversidade</b>	Solo	QAB X Terras Inaptas para Uso Agropecuário (Classe 6)	Aptidão Agrícola	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36	Atributos ecológicos importantes e terras apropriadas para conservação e reserva permanente		Priorizar a manutenção dos componentes de identidade da biodiversidade local e suas funções ecossistêmicas, em especial aqueles provedores de proteção e de recomposição das propriedades dos solos. Definir metas específicas de criação de áreas para conservação e recuperação de áreas especiais sensíveis buscando compatibilizar unidades de conservação, corredores ecológicos e unidades produtivas compatíveis.
<b>Qualidade Ambiental da Biodiversidade</b>	Utb	QABX Alta a Muito Alta Vulnerabilidade a Erosão	Unidade Territorial Básica	3, 5, 6, 7, 8, 9, 17	Atributos ecológicos importantes e características físicas que restringem atividades antrópicas		Priorizar a manutenção dos componentes de identidade da biodiversidade local e suas funções ecossistêmicas, em especial aquelas provedoras da estabilidade do solo em áreas de considerável vulnerabilidade à erosão. Definir metas específicas de criação e recuperação de áreas especiais compatibilizando unidades de conservação, corredores ecológicos e unidades produtivas compatíveis, promovendo também a adequação e regularização dessas atividades.
<b>Qualidade Ambiental da Biodiversidade</b>	Social	QAB X Comunidades Tradicionais	Município	Todas	Atributos ecológicos importantes e patrimônio cultural (modo de vida) associado à biodiversidade		Priorizar a manutenção dos componentes de identidade da biodiversidade local e suas funções ecossistêmicas, em especial aqueles provedores de interação etnobiológica e de valor reconhecido à povos e comunidades tradicionais. Definir metas específicas de criação e recuperação de áreas especiais compatibilizando unidades de conservação, corredores ecológicos e unidades produtivas compatíveis, promovendo também a regularização fundiária, adequação e regularização de atividades e desenvolvimento de planos e programas específicos de educação ambiental.
<b>Qualidade Ambiental da Biodiversidade</b>	Social	QAB X Alta Vulnerabilidade Social (Tipo 8)	Município	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36	Oportunidade para geração de trabalho/renda associado à conservação da biodiversidade	Aumento da pressão sobre os recursos naturais, em decorrência da reduzida oferta de trabalho/renda	Articular o desenvolvimento de atividades da economia sustentável e solidária (extrativismo sustentável, biotecnologias, ecoturismo) à conservação de atributos ecológicos importantes, visando a geração de trabalho e renda em municípios com alta vulnerabilidade social, mediante fomento a atividades sustentáveis (infraestrutura, capacitação e crédito produtivo), recuperação de matas ciliares e áreas degradadas, regularização fundiária e ambiental, e implantação de programas específicos de educação ambiental.

(Continua)

<sup>10</sup> Qualquer ocorrência do tema biodiversidade que se sobreponha à Cobertura Vegetal.

Continuação do **Quadro 33** – Diretrizes Específicas de Interação Temática

TEMAS		SOBREPOSIÇÃO DE OCORRÊNCIAS	PLANO DE INFORMAÇÃO DA OCORRÊNCIA	ZONAS	JUSTIFICATIVA		DIRETRIZ ESPECÍFICA DA INTERAÇÃO
					CONVERGÊNCIAS	DIVERGÊNCIAS	
<b>Qualidade Ambiental da Biodiversidade</b>	<b>Social</b>	QAB X Baixa Vulnerabilidade Social (Tipos 1, 2 e 3)	Município	1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36	Redução da pressão sobre os recursos naturais, em decorrência da elevada oferta de trabalho/renda e maior acesso à informação/organização social, oportunizando a criação/consolidação de áreas protegidas	Aumento da pressão sobre os recursos naturais, em decorrência da elevada dinâmica econômica	Articular a dinâmica produtiva em municípios com baixa vulnerabilidade social à conservação de atributos ecológicos importantes, mediante consolidação do sistema de áreas protegidas, regularização ambiental de atividades produtivas, implantação de programas de pesquisa científica voltada à biodiversidade nas unidades de ensino superior e implantação de programas específicos de educação ambiental.
<b>Qualidade Ambiental da Biodiversidade</b>	<b>Institucional</b>	QAB X Existência de Sistema de Gestão Implantado e Reconhecido pelo CEPRAM	Território de Identidade	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 35, 36	Oportunidade para criação/consolidação de áreas protegidas e fortalecimento da gestão ambiental (informação, educação, licenciamento, fiscalização e monitoramento)		Consolidar o sistema de áreas protegidas e fortalecer a gestão ambiental, mediante busca contínua de articulação entre as políticas, elaboração de estudos e planos de manejo de Unidades de Conservação, implantação de estruturas de apoio, capacitação (informação, educação, licenciamento, fiscalização e monitoramento) e regularização ambiental de atividades produtivas.
<b>Qualidade Ambiental da Biodiversidade</b>	<b>Institucional</b>	QAB X Inexistência de Sistema de Gestão Implantado	Território de Identidade	1, 2, 3, 5, 7, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 33, 34, 35, 36		Dificuldade para criação/consolidação de áreas protegidas e fragilidade da gestão ambiental	Priorizar o fortalecimento institucional para a gestão ambiental, mediante implantação de bases operacionais de Instituições Públicas de Caráter Ambiental, capacitação (informação, educação, licenciamento, fiscalização e monitoramento) e regularização ambiental de atividades produtivas.
<b>Qualidade Ambiental da Biodiversidade</b>	<b>Turismo</b>	QAB X Patrimônio Natural, Paisagens e Sítio Arqueológico	Município	Todas	Atributos ecológicos importantes e patrimônio natural/cultural essenciais ao ecoturismo	Atividade turística desordenada e outras atividades produtivas incompatíveis com o ecoturismo	Articular o desenvolvimento do turismo ecológico, cultural e científico à conservação de atributos ecológicos importantes, mediante o ordenamento da atividade/visitação turística, implantação de Unidades de Conservação e Corredores Ecológicos, elaboração de estudos e planos de manejo de Unidades de Conservação, capacitação (informação, educação, licenciamento, fiscalização e monitoramento), regularização ambiental de atividades produtivas e implantação de programas específicos de preservação de patrimônio arqueológico e espeleológico e de educação ambiental.

(Continua)

Continuação do **Quadro 33** – Diretrizes Específicas de Interação Temática

TEMAS		SOBREPOSIÇÃO DE OCORRÊNCIAS	PLANO DE INFORMAÇÃO DA OCORRÊNCIA	ZONAS	JUSTIFICATIVA		DIRETRIZ ESPECÍFICA DA INTERAÇÃO
					CONVERGÊNCIAS	DIVERGÊNCIAS	
Qualidade Ambiental da Biodiversidade	Recursos Minerais	QAB X Jazidas Exploradas	Poligonais com Exploração de Minério e/ou na Iminência de Exploração (Fases Avançadas DNPM)	1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36	Oportunidade para recuperação de áreas degradadas, para adequação de tecnologias de mineração e para criação e/ou consolidação de UC em áreas contíguas às jazidas, como forma de compensação ambiental	Impactos ambientais acumulados com possibilidade de existência de conflitos	Direcionar esforços de adequação das práticas à conservação dos componentes de identidade da biodiversidade local e suas funções ecossistêmicas mediante consórcio entre áreas protegidas e áreas produtivas. Criar e recuperar áreas singulares e desempenhar o incentivo da produção compatibilizada como também: regularização ambiental, mitigação de impactos, redução de insumos em áreas especiais (IBAs e outras áreas prioritárias) e compensação por degradação. Como estratégia para planejamento e gestão, articular conjuntamente unidades de conservação, corredores ecológicos e unidades produtivas com esforços direcionados à mediação de conflitos, regularização fundiária e implantação de programas específicos de educação ambiental.
	Recursos Minerais	QABX Recursos Minerais	Recursos Minerais	Todas	Potencial para criação e/ou consolidação de UC em áreas contíguas às jazidas a serem exploradas	Alto potencial para geração de impactos ambientais localizados (paisagem, corpos hídricos, ar, fauna e flora) e sobre patrimônio arqueológico e espeleológico	
	Pesca e aquicultura	QABX Corpo d'Água Marinho/Estuarino com Potencial para Pesca e Aquicultura	Município (contíguo a uma Baía ou Estuário)	25, 26, 27, 32, 33, 34, 35, 36	Atributos ecológicos importantes e oportunidade para recuperação e/ou manutenção dos estoques naturais de pescados	Impactos ambientais acumulados com possibilidade de existência de conflitos, contaminação crônica do meio aquático e sobre-exploração de pescados	Priorizar a manutenção dos componentes de identidade da biodiversidade local e suas funções ecossistêmicas, em especial aquelas provedoras de recursos extrativistas pesqueiros de interesse na relação etnobiológica ou de exploração estritamente comercial. Definir metas específicas de criação de áreas protegidas e recuperação de estoques pesqueiros bem como adequar as práticas à capacidade de resiliência dos ecossistemas. Harmonizar unidades de conservação, corredores ecológicos e unidades produtivas, realizando também a regularização ambiental e o desenvolvimento de planos e programas específicos de educação ambiental.
	Energia <sup>5</sup>	QAB X Potencial de Geração de Energia	Município	Todas	Atributos ecológicos importantes e oportunidade para geração de energia a partir de fontes renováveis	Potencial para geração de impactos ambientais localizados (paisagem, corpos hídricos, solo, ar, fauna e flora), conflitos socioambientais e sobre patrimônio arqueológico e espeleológico	Priorizar a manutenção dos componentes de identidade da biodiversidade local e suas funções ecossistêmicas, em especial aquelas, fontes geradoras de energia (p. ex. topos de morros, rios e solos). Criar e recuperar áreas e desempenhar a prática da produção compatibilizada (socialmente responsável e com a melhor tecnologia disponível). Promover o licenciamento e a regularização ambiental, com maior responsabilidade em áreas especiais (de vulnerabilidade ambiental) e compensação por degradação. Como estratégia para planejamento e gestão articular conjuntamente unidades de conservação, corredores ecológicos e unidades produtivas com esforços direcionados à mediação de conflitos, regularização fundiária e implantação de programas específicos de preservação de patrimônio arqueológico e espeleológico e de educação ambiental.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.



### 4.3. Diretrizes Gerais das Zonas

As diretrizes gerais das zonas são orientações gerais de referência para usos sustentáveis do território, válidas para toda a área da zona.

#### ✓ ZONA 1 – Chapada Ocidental do Oeste Baiano

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais, especialmente os fragmentos remanescentes de cerrado situados sobre os chapadões, bem como as extensas veredas e áreas de cerrado situadas nas encostas e nos fundos dos vales, sobre solos com alta vulnerabilidade à erosão, com vistas principalmente à estabilidade da dinâmica hidroambiental natural e das características naturais dos solos, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares, abrangendo especialmente os remanescentes de vegetação natural associados ao alto curso dos rios: de Ondas, Roda Velha, Grande, do Meio, Correntina, Arrojado, Veredão e Formoso;
- Fortalecimento da gestão das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: APA Rio Preto, APA Bacia do Rio de Janeiro, Parque Nacional Grande Sertão – Veredas e Refúgio de Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano;
- Implantação de corredores ecológicos e incentivo à conectividade de Reservas Legais, visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas), com as existentes, considerando a importância da zona como área de transição de ecossistemas;
- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;
- Compatibilização entre áreas protegidas e unidades produtivas, com destaque para a produção agrícola mecanizada e irrigada consolidada, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção dos serviços ambientais e à manutenção da disponibilidade hídrica;
- Aprimoramento do controle sobre manejo do solo e da água, assim como do uso de agrotóxicos e o descarte de embalagens e resíduos, considerando a alta vulnerabilidade à contaminação das águas subterrâneas em áreas de alta importância para mananciais, recarga do aquífero Urucuia e alimentação do médio São Francisco.

Promoção da diversificação e desconcentração da matriz econômica, valorizando as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores, garantindo a ambos o direito a terra, visto que o índice de Gini, de terras dos municípios que interceptam esta zona, está em torno de 0,9 (altíssima concentração fundiária) e considerando que existem 7 comunidades quilombolas e 14 comunidades de fundo de pasto.

Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada, considerando que os municípios que interceptam esta zona possuem como centros econômicos e de serviços os municípios de Barreiras e Luis Eduardo Magalhães que não são suficientes para atender às demandas regionais.

Incentivo à atuação das organizações sociais existentes nos espaços deliberativos, visto a dificuldade de articulação das organizações sociais, principalmente nos municípios onde a agricultura irrigada é mais consolidada.

#### ✓ ZONA 2 – Vales e Chapada Oriental do Oeste Baiano

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais, nos extensos fragmentos de cerrado situados sobre os chapadões, encostas, vales e veredas, com vistas principalmente à estabilidade da dinâmica hidroambiental natural, das características naturais dos solos e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares abrangendo os remanescentes de vegetação natural mais representativos da diversidade biológica do bioma cerrado, tanto nos chapadões, como nos vales associados ao médio curso dos rios: Branco, de Ondas, das Fêmeas, da Pratinha, Galheirão, Grande, dos Porcos, Guará, do Meio, Santo Antonio, Correntina, Arrojado, Formoso, Itaguari e Carinhanha;
- Fortalecimento da gestão das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: APA Rio Preto, APA Bacia do Rio de Janeiro, Parque Nacional Grande Sertão - Veredas, Refúgio de Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano e Floresta Nacional de Cristópolis;
- Implantação de corredores ecológicos e incentivo à conectividade de Reservas Legais, visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com as existentes, considerando a importância da zona como área de transição de ecossistemas;
- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;

• Compatibilização entre áreas protegidas, terras de comunidades tradicionais (quilombolas) e unidades produtivas, com destaque para a produção agrícola mecanizada e irrigada em expansão, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção dos serviços ambientais e à manutenção da disponibilidade hídrica;

• Aprimoramento do controle sobre manejo do solo e da água, assim como do uso de agrotóxicos e o descarte de embalagens e resíduos, considerando a alta vulnerabilidade à contaminação das águas subterrâneas em áreas de alta importância para mananciais, recarga do aquífero Urucuia e alimentação do médio São Francisco.

Associação obrigatória dos sistemas de abastecimento de água, aos sistemas de esgotamento sanitário, intensificando os sistemas de saneamento de forma preventiva, considerando a tendência de urbanização e a característica de permeabilidade dos solos.

Priorização do reconhecimento das comunidades tradicionais enquanto grupo e de sua regularização fundiária, objetivando o título formal das terras que ocupam, já que existem nos municípios que interceptam esta zona 18 comunidades quilombolas, 53 de pescadores artesanais, 29 de fundo de pasto e 1 indígena.

Priorização do atendimento social de qualidade para a população rural, predominante entre os municípios interceptados na zona, com ênfase nas comunidades tradicionais existentes.

Incentivo à diversificação econômica e a desconcentração de renda, valorizando as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores, garantindo a ambos o direito a terra, pois a quantidade de comunidades tradicionais é elevada assim como o índice de concentração de terras para os municípios da zona e a concentração de renda observada na maioria dos municípios tem predominância rural com concentração econômica na agropecuária.

Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada, considerando que a maior parte dos municípios que interceptam esta zona é de porte muito pequeno e rurais, com problemas sociais (predominância do tipo 8 de vulnerabilidade social).

Criação de assentamentos de reforma agrária no sentido de se atender a demanda dos trabalhadores rurais sem terra em locais onde haja possibilidade de desenvolvimento sociocultural e econômico dessas comunidades, considerando a existência de 14 acampamentos de trabalhadores rurais sem terra nos municípios que interceptam esta zona.

Priorização da infraestrutura habitacional, de atendimento social (educação do campo e saúde) e produtivo em assentamentos de reforma agrária, preservando o modo de vida do agricultor familiar e possibilitando sua permanência no campo, considerando que nos municípios que interceptam esta zona existem 54 assentamentos de reforma agrária federais e estaduais.

#### ✓ ZONA 3 – Bordas da Chapada do Oeste Baiano

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais, nos extensos fragmentos de cerrado e floresta estacional situados sobre vertentes declivosas e escarpadas com rochas calcárias ravinadas e topos residuais, além de solos com alta vulnerabilidade a erosão, características do relevo cárstico, com vistas principalmente à estabilidade da geomorfologia dos chapadões, das características naturais dos solos e dos nichos associados à grande concentração de cavernas, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares abrangendo os remanescentes de vegetação natural situados ao longo de toda essa zona que bordejando o Chapadão Oeste e associados às vertentes do relevo cárstico com grande concentração de cavernas, onde há presença de sítios arqueológicos, e paisagens singulares;
- Fortalecimento da gestão das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: APA Rio Preto, APA São Desidério e Estação Ecológica Rio Preto;
- Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com as existentes;
- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;
- Compatibilização entre áreas protegidas e unidades produtivas, com destaque para a pecuária extensiva e a mineração, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção dos serviços ambientais e à sustentação do Chapadão Oeste;
- Intensificação do manejo sustentável dos solos, de alta fertilidade natural, resultantes da alteração das rochas calcárias, com vistas à continuidade de práticas agrícolas importantes para economia do Estado, de modo que evitem arenização e erosão dos mesmos.

Intensificação dos investimentos em infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação), tanto em áreas urbanas como rurais, considerando que nas áreas rurais se encontram os maiores problemas relacionados a qualidade de vida.

Priorização do atendimento social de qualidade a toda população, respeitando as diferenças e especificidades das comunidades tradicionais, considerando que existem 28 comunidades quilombolas, 53 de pescadores artesanais, 29 fundos de pasto e 2 indígenas, além de uma vasta população de origem rural.



Promoção da diversificação e desconcentração da matriz econômica, valorizando as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores, garantindo a ambos o direito a terra, já que existe uma tendência nos municípios da zona a concentração nos setores econômicos de agropecuária ou serviços, de renda e de terras, gerando conflitos e dificultando o desenvolvimento local.

Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando a esta autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada, pois, apesar de existirem poucos municípios com a sede municipal inserida nesta zona (Formosa do Rio Preto, Catolandia, São Desidério, Coribe, Jaborandi, Cocos e Canápolis), existem 25 municípios que a interceptam e, que em sua predominância são do tipo 8 de vulnerabilidade social, rurais e de muito pequeno porte, com metade em decréscimo populacional.

Priorização das ações para desconcentração de terras, visando à diminuição da pobreza e estagnação econômica no interior do Estado da Bahia, assim como do êxodo rural, já que existe uma tendência ao decréscimo populacional em grande parte dos municípios e, o índice de Gini de terras médio é de 0,79 (muito elevado).

Incentivo a atuação das organizações sociais existentes nos espaços deliberativos, já que nos municípios que interceptam a zona predominam a alta e média quantidade de organizações sociais.

#### ✓ ZONA 4 - Depressão dos Rios Grande/Preto

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais, nos extensos fragmentos de vegetação natural de contato entre cerrado e caatinga, com vistas principalmente à estabilidade da dinâmica hidroambiental natural, da geomorfologia, das características naturais dos solos, especialmente em áreas com alta vulnerabilidade a erosão nas planícies fluviais e no entorno das lagoas temporárias (paleolagoas), e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares abrangendo os remanescentes de vegetação natural mais representativos da diversidade biológica de contato entre os biomas cerrado e caatinga, situados nas bordas da Chapada da Tabatinga, ao norte, no entorno das lagoas temporárias (paleolagoas) distribuídas entre a Serra do Boqueirão e o Rio Grande, ao sul, e nos vales associados às veredas: Maracujá, Conceição, Baixão e Mansidão; ao Riacho do Camboeiro; e ao Rio Grande e seus afluentes;

- Fortalecimento da gestão das áreas protegidas existentes, das quais se destaca: APA Rio Preto;

- Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com a existente;

- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;

- Compatibilização entre áreas protegidas, terras de comunidades tradicionais (quilombolas) e unidades produtivas, com destaque para a pecuária extensiva e a mineração, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção da disponibilidade hídrica;

- Aprimoramento do controle sobre o uso de agrotóxicos e o descarte de embalagens e resíduos, considerando a grande infiltração das águas pluviais que alimentam os lençóis freáticos;

- Implantação de políticas de monitoramento de focos de incêndio, especialmente no período de maio a setembro, quando são registrados índices praticamente nulos de precipitação, associados à baixa umidade relativa do ar.

Priorização de investimentos em infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação), tanto em áreas urbanas como rurais, considerando que existem 6 sedes municipais inseridas nesta zona, dentre elas Barreiras, Wanderley e Santa Rita de Cássia e uma grande predominância rural.

Intensificação do atendimento social de qualidade a toda população, valorizando as diferenças e especificidades das comunidades tradicionais e urbanas, considerando a presença de populações de perfil urbano, como a de Barreiras e, de perfil tradicional, como as quilombolas, destacando-se a predominância rural em quase todos os municípios.

Promoção da diversificação e desconcentração da matriz econômica, valorizando as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores, garantindo a ambos o direito a terra, visto a tendência de concentração econômica no setor de agropecuária baseada no modelo de agroindústria, fato que gera a concentração de renda e justifica a de terras (índice de Gini de terras médio de 0,79) nos municípios que interceptam a zona.

Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada, visto que a maior parte dos municípios que interceptam esta zona possuem o tipo 8 de vulnerabilidade social.

Priorização do reconhecimento e da regularização fundiária das comunidades tradicionais, objetivando o título formal das terras que ocupam, já que nos municípios que interceptam esta zona existem 15 comunidades quilombolas e 15 de pescadores tradicionais além de 1 indígena e 1 de fundo de pasto.

Incentivo a atuação das organizações sociais existentes nos espaços deliberativos, considerando a grande e média presença de entidades da organização social na maior parte dos municípios que interceptam a zona, dentre estas 17 sindicatos.

#### ✓ ZONA 5 - Depressão do Médio São Francisco

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais, especialmente nos fragmentos de caatinga e floresta estacional próximos ao rio São Francisco e às serras de Iuiu e Monte Alto, com vistas principalmente à estabilidade da dinâmica hidroambiental natural, da geomorfologia, das características naturais dos solos, dos nichos associados à concentração de cavernas e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares abrangendo os remanescentes de vegetação natural, situados nas planícies do médio curso do Rio São Francisco e seus afluentes, e na Serra de Iuiu, ao sul;

- Fortalecimento da gestão das áreas protegidas existentes, das quais se destaca: Parque Estadual Serras de Monte Alto;

- Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com a existente;

- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;

- Compatibilização entre áreas protegidas, terras de comunidades tradicionais (terras indígenas, colônias de pescadores e grande concentração de territórios quilombolas nas planícies do RSF) e unidades produtivas, com destaque para a agropecuária e a mineração, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção da disponibilidade hídrica e a estabilização de áreas cársticas;

- Intensificação do manejo sustentável dos solos de substrato calcário, devido à alta fertilidade natural e alta vulnerabilidade a erosão, de modo a evitar arenização, erosão e assoreamento;

- Intensificação do manejo sustentável dos recursos hídricos e monitoramento do uso das águas em culturas irrigadas na planície fluvial do Rio São Francisco, devido a limitações climáticas (reduzidas e mal distribuídas precipitações), contemplando os usos múltiplos e garantindo sua função social e ambiental;

- Aprimoramento do controle sobre o uso de agrotóxicos e o descarte de embalagens e resíduos, considerando a grande infiltração das águas pluviais que alimentam os lençóis freáticos;

Priorização de Investimento em infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação), tanto em áreas urbanas como rurais, considerando que nas áreas rurais se encontram os maiores problemas relacionados a qualidade de vida.

Intensificação do atendimento social de qualidade a toda população, valorizando suas diferenças e especificidades, já que existem 57 comunidades quilombolas, 39 de pescadores artesanais, 19 fundos de pasto e 2 indígenas, além de uma vasta população de origem rural.

Promoção da diversificação e desconcentração da matriz econômica, valorizando as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores, garantindo a ambos o direito a terra, já que existe uma tendência nos municípios da zona, a concentração de terras, em conjunto com comunidades tradicionais, gerando conflitos que dificultam desenvolvimento local.

Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada, considerando que existem 14 municípios com a sede municipal inserida nesta zona (dentre eles Serra do Ramalho, Carinhanha e Feira da Mata) e existem 25 municípios que a interceptam e, que em sua predominância são do tipo 8 de vulnerabilidade social, com predominância rural e de porte muito pequeno, com cerca de um terço em decréscimo populacional.

Incentivo a atuação das organizações sociais existentes nos espaços deliberativos, considerando que é muito representativo o número de comunidades sociais organizadas nos municípios que interceptam esta zona.

#### ✓ ZONA 6 - Campos Arenosos do Rio São Francisco

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais nas extensas áreas de caatinga e cerrado, especialmente sobre as superfícies arenosas, correspondentes às Dunas do São Francisco, com vistas principalmente à estabilidade da dinâmica hidroambiental natural, das características naturais dos solos arenosos com alta vulnerabilidade à erosão e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares abrangendo os remanescentes de vegetação natural, situados nas planícies dos afluentes da margem esquerda do Rio São Francisco e Lago de Sobradinho;

- Fortalecimento da gestão das áreas protegidas existentes, das quais se destaca: APA Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco e APA Lago de Sobradinho;

- Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com as existentes, considerando a singularidade de habitats e espécies endêmicas de fauna e flora, assim como a beleza cênica;

- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;
- Compatibilização entre áreas protegidas, terras de comunidades tradicionais (quilombolas, fundo de pasto e pescadores) e unidades produtivas, com destaque para a pecuária extensiva e a mineração, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção da disponibilidade hídrica e da estabilização de terrenos arenosos;
- Intensificação do manejo sustentável dos solos arenosos, devido à alta vulnerabilidade a erosão, de modo a evitar erosão e assoreamento;
- Intensificação do manejo sustentável dos recursos hídricos e monitoramento do uso das águas em culturas irrigadas na planície fluvial do Rio São Francisco e margem esquerda do Lago de Sobradinho, devido a limitações climáticas (reduzidas e mal distribuídas precipitações), contemplando os usos múltiplos e garantindo sua função social e ambiental;
- Aprimoramento do controle sobre o uso de agrotóxicos e o descarte de embalagens e resíduos, considerando a grande infiltração das águas pluviais que alimentam os lençóis freáticos;

Estruturação para apoio do turismo ecológico de natureza (Rio São Francisco), buscando incluir as comunidades tradicionais, em especial os pescadores, como oportunidade para o seu desenvolvimento. Priorização de investimentos em infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação), tanto em áreas urbanas como rurais, respeitando as culturas e hábitos tradicionais e, considerando a convivência com a seca.

Intensificação do atendimento social de qualidade a toda população, valorizando suas diferenças e especificidades, considerando que é representativo o número de comunidades tradicionais (26 de quilombolas, 89 de pescadores tradicionais, 80 de fundo de pasto e 1 indígena), além da predominância populacional rural na maior parte dos municípios.

Promoção da diversificação e desconcentração da matriz econômica, respeitando as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores, garantindo a ambos o direito a terra, pois, apesar de estarem inseridos no polígono da seca, os municípios possuem juntos 255 organizações sociais, principalmente pescadores artesanais e comunidades de fundo de pasto que, podem contribuir para a efetivação de um tipo de desenvolvimento voltado para a preservação ambiental vinculada com a manutenção de culturas tradicionais. Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social que, em sua totalidade é do tipo 8 (quase todos em zona de comodidade), considerando que, dos 10 municípios que interceptam esta zona, 6 tem a sede municipal inserida nela (Remanso, Pilão Arcado, Mansidão, Casa Nova, Campo Alegre de Lourdes e Buritirama), sendo somente Casa Nova de porte médio, com os outros 9 variando entre muito pequeno e pequeno porte, fato que dificulta as possibilidades de reação do poder público municipal frente ao grande desafio de melhorar a condição e a qualidade de vida de suas populações.

Priorização do reconhecimento e regularização fundiária das comunidades tradicionais, objetivando o título formal das terras que ocupam, considerando-se a alta média do índice de Gini de terras dos municípios que interceptam a zona (0,77) e, a grande quantidade de organizações sociais que pleiteiam terra (mais de 200).

Criação de assentamentos de reforma agrária no sentido de se atender a demanda dos trabalhadores rurais sem terra em locais onde haja possibilidade de desenvolvimento sociocultural e econômico do público alvo, visto que existem nos municípios que interceptam a zona 14 acampamentos de trabalhadores rurais sem terra.

Priorização de recursos para o atendimento social (educação do campo e saúde) e produtivo em assentamentos de reforma agrária, preservando o modo de vida do agricultor familiar e possibilitando sua permanência no campo, pois existem 29 assentamentos na zona em questão

#### ✓ ZONA 7 - Baixadas dos Rios Salitre e Verde/Jacaré

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais, especialmente nos fragmentos de caatinga dos vales fluviais, com vistas principalmente à estabilidade da dinâmica hidroambiental natural, das características naturais dos solos, dos nichos associados à concentração de cavernas e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares abrangendo os remanescentes de vegetação natural, situados nos locais com grande concentração de cavernas e dolinas (bacia do Salitre, a leste) e presença de sítios arqueológicos, e nas planícies dos rios: Salitre, Verde e Jacaré; e sobre a Serra de Uibaí, ao sul;
- Fortalecimento da gestão das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: APA Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco, APA Lago de Sobradinho e APA Lagoa de Itaparica;
- Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com as existentes;
- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;
- Compatibilização entre áreas protegidas, terras de comunidades tradicionais (quilombolas e pescadores) e unidades produtivas, com destaque para a agricultura e a mineração, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção dos serviços ambientais, à manutenção da disponibilidade hídrica e a estabilização de áreas cársticas;

• Intensificação do manejo sustentável dos solos de substrato calcário, devido à alta fertilidade natural e moderada vulnerabilidade a erosão, de modo a evitar arenização, erosão, assoreamento e redução da fertilidade;

• Intensificação do manejo sustentável dos recursos hídricos e monitoramento do uso das águas em culturas irrigadas nas planícies fluviais dos rios Salitre, Verde e Jacaré, devido à boa permeabilidade e drenagem dos solos, contemplando os usos múltiplos e garantindo sua função social e ambiental;

• Aprimoramento do controle sobre o uso de agrotóxicos e o descarte de embalagens e resíduos, considerando a grande infiltração das águas pluviais que alimentam os lençóis freáticos dessas áreas cársticas;

Priorização de ações para desconcentração de terras, visando à diminuição da pobreza e fomento econômico no interior do Estado da Bahia, evitando o êxodo rural, considerando que nos municípios que interceptam a zona existem 77 comunidades de quilombolas, 170 de pescadores artesanais, 2 de indígenas e 117 de fundo de pasto.

Priorização de programas de desenvolvimento econômico sustentável que incluam as comunidades quilombolas, presentes em grande número nessa zona, considerando ainda o apoio à regularização fundiária dessas comunidades.

Promoção do turismo ecológico e cultural, valorizando grutas, cavernas, comunidades tradicionais e o patrimônio histórico e cultural presentes na zona.

Desenvolvimento de programas de sustentabilidade da pesca artesanal para as comunidades de pesca que se localizam em grande número nesta zona.

Priorização da regularização das terras das comunidades de fundo de pasto e fomento das atividades de apoio a essas comunidades.

Promoção das atividades produtivas familiares de baixo consumo hídrico, com apoio tecnológico com vistas à conservação das propriedades naturais do solo.

Priorização de investimentos em infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação), tanto em áreas urbanas como rurais, considerando que a maior parte dos municípios que interceptam esta zona tem muito pequeno e pequeno porte.

Intensificação do atendimento social de qualidade a toda população, respeitando suas diferenças e especificidades, tanto para as comunidades tradicionais (quilombolas, fundo de pasto, pescadores artesanais e indígenas), quanto as residentes no campo e no meio urbano (a maior parte dos municípios tem predominância urbana).

Promoção da diversificação e desconcentração da matriz econômica, valorizando as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores, garantindo a ambos o direito a terra visto a alta concentração de terras e a elevada quantidades de comunidades tradicionais que necessitam de regularização fundiária e; a concentração econômica no setor de serviços.

Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social (que em sua maior parte é dos tipos 5 e 8), com a participação da comunidade organizada, considerando que nos municípios que interceptam esta zona existem cerca de 500 entidades de representação social numa realidade de elevada concentração fundiária (Gini médio de terras igual a 0,75).

Priorização da criação de assentamentos de reforma agrária, atendendo a demanda dos trabalhadores rurais sem terra, em locais onde haja possibilidade de desenvolvimento sociocultural e econômico, considerando que nos municípios que interceptam esta zona existem 29 acampamentos de trabalhadores rurais sem terra.

Priorização do reconhecimento e regularização fundiária das comunidades tradicionais, objetivando o título formal das terras que ocupam, visto a grande quantidade de comunidades tradicionais, em especial quilombolas, indígena e fundo de pasto, considerando a existência de legislações específicas.

#### ✓ ZONA 8 - Depressões de Guanambi e Paramirim

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais, especialmente nos fragmentos de caatinga ao longo do vale do RSF, com vistas principalmente à estabilidade da dinâmica hidroambiental natural, das características naturais dos solos e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares abrangendo os remanescentes de vegetação natural situados principalmente ao longo da planície fluvial do RSF e sobre serras residuais, algumas delas com presença de sítios arqueológicos;
- Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com as existentes em zonas vizinhas;
- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, especialmente na bacia do Rio Paramirim, devido ao intenso processo de substituição da vegetal natural;
- Compatibilização entre áreas relevantes para a conservação, terras de comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas e pescadores situados na planície do RSF) e unidades produtivas, com destaque para a agropecuária e a mineração, promovendo a adequação dessas atividades especialmente manutenção dos serviços ambientais, à manutenção da disponibilidade hídrica,

considerando inclusive um maior controle sobre a expansão das pastagens, evitando a descaracterização da paisagem, a diminuição da cobertura vegetal e o conseqüente empobrecimento dos solos;

- Intensificação do manejo sustentável dos solos, principalmente os aluviais situados nas proximidades do RSF, devido à alta fertilidade natural e alta vulnerabilidade a erosão, de modo a evitar erosão, assoreamento e redução da fertilidade;

- Intensificação do manejo sustentável dos recursos hídricos e monitoramento do uso das águas nas planícies fluviais dos rios São Francisco e Paramirim, com vistas a permitir o acesso, contemplando os usos múltiplos e garantindo sua função social e ambiental, especialmente em virtude da deficiência de água oriunda das chuvas escassas e irregulares;

- Aprimoramento do controle sobre o uso de agrotóxicos e o descarte de embalagens e resíduos, considerando a proximidade com os rios São Francisco e Paramirim.

Priorização de investimentos em infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação), tanto em áreas urbanas como rurais, considerando que a maior parte dos municípios tem predominância rural e são de muito pequeno porte.

Intensificação do atendimento social de qualidade a toda população, valorizando suas diferenças e especificidades, considerando que dentre os 24 municípios que interceptam esta zona, existem 2 de médio porte com predominância urbana (Guanambi e Bom Jesus da Lapa) e o restante de muito pequeno e pequeno porte com grande parte de predominância rural.

Promoção da diversificação e desconcentração da matriz econômica, valorizando as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores, garantindo a ambos o direito a terra, considerando que existem nos municípios que interceptam a zona: 104 comunidades de quilombolas, 26 de pescadores artesanais, 14 de fundo de pasto e 1 indígena.

Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social (maioria do tipo 8), com a participação da comunidade organizada, que varia entre quantitativamente alta, média e baixa nos municípios.

Priorização do reconhecimento e regularização fundiária das comunidades tradicionais, objetivando o título formal das terras que ocupam, principalmente os quilombolas.



### ✓ ZONA 9 - Chapada Diamantina e Serra do Espinhaço

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais nas extensas áreas de ecótonos significativamente preservados e distribuídos por toda a zona, com vegetação de contato entre cerrado, floresta montana, caatinga e campos rupestres, com vistas principalmente à estabilidade da dinâmica hidroambiental natural, da geomorfologia, das características naturais dos solos, dos nichos associados à grande concentração de cavernas e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares abrangendo os remanescentes de vegetação natural, situados sobre as serras e chapadas com relevo de dissecação estrutural, de topografia irregular, de importância hidrográfica, mineralógica e turística (paisagens singulares e atrativos naturais), com solos de vulnerabilidade à erosão muito alta, nos locais com grande concentração de cavernas (Serra Geral, no sul da zona, e Serra do Sincorá, no leste da zona) e de importantes sítios arqueológicos, e nas nascentes de rios importantes para diferentes regiões do estado da Bahia, como: Paraguaçu, de Contas, Verde e o próprio RSF;
- Fortalecimento da gestão das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: Parque Nacional da Chapada Diamantina, APA Marimbus-Iraquara, Área de Relevante Interesse Ecológico Nascente do Rio de Contas e APA Serra do Barbado;
- Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com as existentes;
- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;
- Compatibilização entre áreas protegidas, terras de comunidades tradicionais (quilombolas, fundo de pasto, indígenas e pescadores) e unidades produtivas, com destaque para o turismo, a mineração, a geração de energia eólica e a agricultura familiar, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção dos serviços ambientais, à manutenção da disponibilidade hídrica, da estabilização de áreas com relevo acidentado e das paisagens singulares;
- Intensificação do manejo sustentável dos solos situados sobre topos planos e suavemente ondulados, de modo a evitar erosão e assoreamento;
- Intensificação do manejo sustentável dos recursos hídricos e monitoramento do uso das águas em áreas de nascentes de rios importantes;
- Aprimoramento do controle sobre o uso de agrotóxicos e o descarte de embalagens e resíduos, considerando a alta vulnerabilidade à contaminação das águas;
- Implantação de políticas de monitoramento de focos de incêndio, devido à alta incidência anual nos períodos de estiagem.

Fortalecimento da representação do Estado nos territórios de identidade integrantes desta zona, apoiando os colegiados de política pública e a construção da governança local.

Fortalecimento do turismo ecológico, cultural e esportivo como estratégia de desenvolvimento econômico sustentável, inclusão social, valorização cultural e proteção ambiental.

Estruturação de infraestrutura de apoio ao turismo local, com ampliação da mobilidade regional para circulação de pessoas e produtos, com vistas ao desenvolvimento regional e à atração do turismo especializado, nacional e internacional.

Fortalecimento da agricultura familiar e orgânica, associada à cadeia produtiva do turismo local.

Priorização de apoio a criação de novas UCs e à estruturação das unidades de conservação existentes, como compensação ambiental nos processos de licenciamento empreendimentos.

Priorização de investimentos em infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação), tanto em áreas urbanas como rurais, principalmente considerando o grande número de municípios com predominância rural que urbana.

Intensificação do atendimento social de qualidade a toda população, valorizando suas diferenças e especificidades, considerando que existem inseridas na zona 29 comunidades quilombolas e, nos 60 municípios que a interceptam, 16 comunidades de fundo de pasto, 1 de indígena, 44 de pescadores artesanais, além de 91 assentamentos de reforma agrária e 23 acampamentos de trabalhadores rurais sem terra.

Promoção da diversificação e desconcentração da matriz econômica, valorizando as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores, garantindo a ambos o direito a terra, considerando que a média do índice de Gini de terras é de 0,72 (muito alto) e, os municípios em sua maioria, tem o tipo 8 de vulnerabilidade social, são de porte muito pequeno e pequeno e com alta dependência dos empregos gerados a partir do poder público local.

Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada, considerando que, para mais da metade dos municípios que interceptam a zona, a quantidade de representações sociais é médio e baixo.

Priorização do reconhecimento e regularização fundiária das comunidades tradicionais, objetivando o título formal das terras que ocupam, considerando que existe uma pressão fundiária em parte da zona, advinda das culturas irrigadas, atividades turísticas e grandes projetos de logística.

Incentivo a atuação das organizações sociais existentes nos espaços deliberativos, principalmente pela necessidade de articulação social nos municípios onde a sede municipal se localiza na zona (20, dentre eles Rio de Contas, Seabra, Caetité, Mucugê e Andaraí).

### ✓ ZONA 10 - Chapada de Irecê

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais, com ênfase nos escassos fragmentos de caatinga preservada situados nas bordas das serras setentrionais, ao norte, e nas bordas da Chapada Diamantina, ao sul, com vistas principalmente à estabilidade da dinâmica hidroambiental natural, das características naturais dos solos de origem cárstica, dos nichos associados à grande concentração de cavernas e dolinas, e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares abrangendo os remanescentes de vegetação natural, situados nos locais com grande concentração de cavernas e dolinas distribuídas por toda a zona e presença de importantes sítios arqueológicos, e na planície do rio Veredas do Romão Gramacho;
- Fortalecimento da gestão das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: APA Grutas dos Brejões/Veredas do Romão Gramacho e APA Marimbus-Iraquara;
- Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com as existentes;
- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;
- Compatibilização entre áreas protegidas, terras de comunidades tradicionais (quilombolas e pescadores) e unidades produtivas, com destaque para as culturas temporárias, a pecuária e a mineração, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção da disponibilidade hídrica e a estabilização de áreas cársticas;
- Intensificação do manejo sustentável dos solos de substrato calcário, devido à alta fertilidade natural e moderada vulnerabilidade a erosão, em virtude do caráter poroso e permeável, de modo a evitar arenização, erosão, assoreamento e redução da fertilidade;
- Intensificação do manejo sustentável dos recursos hídricos e monitoramento do uso das águas subterrâneas, devido à alta vulnerabilidade a contaminação e à elevada deficiência hídrica, contemplando os usos múltiplos e garantindo sua função social e ambiental;
- Aprimoramento do controle sobre o uso de agrotóxicos e o descarte de embalagens e resíduos, considerando a grande infiltração das águas pluviais que alimentam os lençóis freáticos dessas áreas cársticas;

Promoção da diversificação e desconcentração da matriz econômica, valorizando as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores, garantindo a ambos o direito a terra.

Priorização do reconhecimento e da regularização fundiária das comunidades tradicionais, objetivando o título formal das terras que ocupam.

Aproveitamento do potencial de energia solar para a economia de água nos processos produtivos e para apoio às comunidades tradicionais.

Priorização da regularização fundiária das comunidades tradicionais, contribuindo para a segurança do setor produtivo e das comunidades tradicionais, diminuindo conflitos existentes e potenciais.

Incentivo ao turismo sustentável, com ênfase no esporte, ecologia e cultura, valorizando especialmente as cavernas e comunidades tradicionais existentes.

Incentivo a atividades produtivas que contemplem tecnologias de economia de água e manejo sustentável dos solos, considerando a importância dos sistemas naturais para conservação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

Incentivo a lavouras permanentes, especialmente com vistas à proteção dos solos.

Incentivo a fruticultura adaptada às condições ambientais locais e manejo sustentável.

Incentivo à agroecologia, considerando as condições socioambientais favoráveis.

Restrição a lavouras de ciclo curto, diminuindo o risco das lavouras e a degradação do solo.

Desestímulo a atividades produtivas que demandem alto consumo hídrico e degradação do solo.

Consolidação da infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação), tanto em áreas urbanas como rurais, pois existe um equilíbrio numérico entre os municípios com predominância populacional urbana e rural.

Garantia do atendimento social de qualidade a toda população, valorizando suas diferenças e especificidades, visto que a maior parte dos municípios tem porte muito pequeno, porém com diversidades culturais advindas da presença das comunidades tradicionais e da presença equilibrada entre moradores da zona rural e urbana.

Criação de alternativas para o desenvolvimento econômico diversificado e desconcentrado, respeitando as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores, garantindo a ambos o direito a terra, visto a grande quantidade de comunidades tradicionais na zona e a alta concentração de terras existente nela (média do índice de Gini = 0,73)

Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social (predominância do tipo 5), com a participação da comunidade organizada (a maior parte dos municípios que interceptam a zona tem alta quantidade de representações sociais).

Priorização do reconhecimento e regularização fundiária das comunidades tradicionais, objetivando o título formal das terras que ocupam, considerando que existem na zona 68 comunidades quilombolas, além de 28 comunidades de pescadores artesanais e 4 de fundo de pasto nos municípios que interceptam a zona.

#### ✓ ZONA 11 - Gerais da Diamantina

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais nas áreas de ecótonos (escassos no norte da zona e mais abundantes na metade sul da zona), com vegetação de contato entre cerrado, floresta estacional, caatinga e campos gerais, com vistas principalmente à estabilidade da dinâmica hidroambiental natural, da geomorfologia, das características naturais dos solos, dos nichos associados à concentração de cavernas e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares, abrangendo especialmente os fragmentos remanescentes de cerrado, nos locais com concentração de cavernas (no sul da zona) e presença de sítios arqueológicos, e nas nascentes de rios importantes para diferentes regiões do estado da Bahia, destacando: Paraguaçu e de Contas;
- Fortalecimento da gestão das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: Parque Nacional da Chapada Diamantina (zona de amortecimento do parque) e Área de Relevante Interesse Ecológico Nascente do Rio de Contas;
- Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com as existentes;
- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, especialmente nas planícies fluviais e bordas das serras e chapadas;
- Compatibilização entre áreas protegidas, terras de comunidades tradicionais (quilombolas) e unidades produtivas, com destaque para a agropecuária e a mineração, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção da disponibilidade hídrica, da estabilização dos solos e das paisagens singulares;
- Intensificação do manejo sustentável dos solos, tendo em vista a expansão da agricultura irrigada de cultivos temporários, de modo a evitar erosão, assoreamento e redução da fertilidade;
- Intensificação do manejo sustentável dos recursos hídricos e monitoramento do uso das águas em culturas irrigadas nas áreas de nascentes de rios importantes;
- Aprimoramento do controle sobre o uso de agrotóxicos e o descarte de embalagens e resíduos, considerando a alta importância dos mananciais para a agricultura irrigada em expansão;
- Implantação de políticas de monitoramento de focos de incêndio, devido à alta incidência anual nos períodos de estiagem.

Intensificação a gestão integrada dos sistemas de barragens, considerando sua interdependência.

Incentivo a produção orgânica, delimitando áreas prioritárias para essas atividades e apoiando condições favoráveis ao seu desenvolvimento (outorga de água, financiamentos diferenciados e zoneamento agrícola).

Orientação para localização das reservas legais dos empreendimentos agrícolas, na perspectiva de proteção da zona de amortecimento do Parque Nacional da Chapada Diamantina e das áreas de interesse ecológico da região.

Priorização do apoio às unidades de conservação existentes, com recursos de compensação ambiental dos processos de licenciamento, a exemplo dos empreendimentos agrícolas.

Compatibilizar unidades de conservação, corredores ecológicos e unidades produtivas, promovendo a adequação dessas atividades (com destaque para a agropecuária e a mineração) à manutenção dos serviços ambientais, especialmente a disponibilidade hídrica.

Consolidação da infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação), considerando que boa parte dos municípios são do tipo 5 com presença de tipos 2, 6 e 7, o que mostra diferenças positivas quanto aos indicadores dimensionais de condição econômica, de vida e qualidade de vida em relação aos municípios que interceptam as zonas vizinhas.

Intensificação do atendimento social de qualidade a toda população, valorizando suas diferenças e especificidades, visto que existe uma predominância populacional rural na grande maioria dos municípios que interceptam esta zona (16 no total), o que demanda ações específicas para este público.

Fortalecimento de alternativas de desenvolvimento econômico diversificado e desconcentrado, considerando a alta dependência da população em empregos públicos e a maior parte da população reside na zona rural.

Priorização das ações sociais nos municípios dos tipos 2, 5, 6 e 7 para garantir sua permanência em tipos melhores de vulnerabilidade social.

Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social (principalmente nos municípios de tipo 8), com a participação da comunidade organizada.

Incentivo à atuação das organizações sociais existentes nos espaços deliberativos, considerando-se que é predominantemente baixa a quantidade de entidades de representação social nos municípios que interceptam a zona.

Priorização do reconhecimento e da regularização fundiária das comunidades tradicionais, objetivando o título formal das terras que ocupam, considerando que estão inseridas nesta zona 16 comunidades quilombolas.

#### ✓ ZONA 12 - Depressão e Patamares do Rio de Contas

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais, especialmente nos fragmentos de caatinga e floresta estacional situadas sobre as serras residuais e nas bordas da Chapada Diamantina, da Serra Geral e do Planalto Sul Baiano, com vistas principalmente à estabilidade da dinâmica hidroambiental natural, da geomorfologia, das características naturais dos solos e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares abrangendo os remanescentes de vegetação natural situados sobre as serras residuais e nas bordas da Chapada Diamantina, ao norte, da Serra Geral, a oeste, e do Planalto Sul Baiano, ao sul, e na planície fluvial do rio de Contas;
- Fortalecimento da gestão das áreas protegidas existentes, das quais se destaca: Floresta Nacional de Contendas do Sincorá;
- Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com a existente;
- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;
- Compatibilização entre áreas relevantes para a conservação, terras de comunidades tradicionais (quilombolas e pescadores) e unidades produtivas, com destaque para a agropecuária e a mineração, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção da disponibilidade hídrica e a sustentação dos patamares de maior altitude, os quais envolvem a maior parte da zona;
- Intensificação do manejo sustentável dos solos, principalmente os aluviais situados nas proximidades do rio de Contas, devido à moderada a alta vulnerabilidade a erosão, de modo a evitar erosão e assoreamento;
- Intensificação do manejo sustentável dos recursos hídricos e monitoramento do uso das águas nas planícies fluviais do rio de Contas, contemplando os usos múltiplos e garantindo sua função social e ambiental, especialmente em virtude da deficiência de água característica do clima semiárido da zona, com precipitações médias anuais em torno de 700 mm;
- Aprimoramento do controle sobre o uso de agrotóxicos e o descarte de embalagens e resíduos, considerando a proximidade com o rio de Contas.

Consolidação da infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação), principalmente na zona rural, pela predominância populacional rural na grande maioria dos municípios que interceptam a zona (39 no total).

Garantia do atendimento social de qualidade a toda população, valorizando suas diferenças e especificidades, principalmente para as comunidades rurais e 15 comunidades quilombolas presentes nesta zona.

Fortalecimento de alternativas de desenvolvimento econômico diversificado e desconcentrado, pois, exceto Brumado que tem a sede municipal na zona e economia baseada no setor industrial, a grande parte dos municípios tem muito pequeno porte, economia concentrada nos serviços, população predominantemente rural e, estão em decréscimo populacional (maior parte).

Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social (maioria dos municípios com tipo 8), com a participação da comunidade organizada.

Priorização do reconhecimento e regularização fundiária das comunidades tradicionais, objetivando o título formal das terras que ocupam, principalmente as 15 comunidades quilombolas existentes na zona

Priorização da infraestrutura habitacional, de atendimento social (educação do campo e saúde) e produtivo em assentamentos de reforma agrária, preservando o modo de vida do agricultor familiar e possibilitando sua permanência no campo, pois existem os municípios que interceptam esta zona 54 assentamentos de reforma agrária.

### ✓ ZONA 13 - Planalto de Vitória da Conquista

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais nos fragmentos remanescentes de floresta estacional e caatinga, com vistas principalmente à estabilidade da dinâmica hidroambiental natural, da geomorfologia, das características naturais dos solos e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares, abrangendo especialmente os fragmentos de vegetação natural situados nas bordas da Serra Geral, a noroeste, e nas bordas do planalto sul baiano, a sudeste, e nas planícies fluviais do rio Gavião e afluentes do rio Pardo;
- Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com as existentes em zonas vizinhas;
- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;
- Compatibilização entre áreas protegidas, terras de comunidades tradicionais (quilombolas) e unidades produtivas, com destaque para a agropecuária e a mineração, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção da disponibilidade hídrica e à estabilização dos solos;
- Intensificação do manejo sustentável dos solos, tendo em vista os impactos acumulados pelo processo histórico de ocupação, de modo a evitar o esgotamento dos solos e a redução da fertilidade;
- Intensificação do manejo sustentável dos recursos hídricos e monitoramento do uso das águas, especialmente nas áreas de alimentação dos rios Pardo e Gavião;
- Aprimoramento do controle sobre o uso de agrotóxicos e o descarte de embalagens e resíduos, com vistas à manutenção da qualidade das águas em áreas históricas de produção agropecuária;
- Implantação de políticas de monitoramento de focos de incêndio, devido à alta incidência anual nos períodos de estiagem.

Consolidação de investimentos em infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação), tanto em áreas urbanas como rurais, pois a grande maioria dos municípios que estão no entorno de Vitória da Conquista está em decréscimo populacional, fato que pode ainda ser agrado por condições ruins de habitabilidade.

Garantia do atendimento social de qualidade a toda população, valorizando suas diferenças e especificidades. Populações urbanas devem ter tratamento diferenciado das populações rurais (a predominância da população rural é maior nos municípios que interceptam esta zona), já que as demandas são diferenciadas.

Promoção da diversificação e desconcentração da matriz econômica, respeitando as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores, garantindo a ambos o direito a terra, principalmente para as 13 comunidades quilombolas existentes na zona que, tem uma média alta para intermediária em relação ao índice de Gini de terras (0,68).

Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando a esta autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social (que variam entre 1, 2, 5, 6 7 e 8) com a participação da comunidade organizada.

Priorização da infraestrutura habitacional, de atendimento social (educação do campo e saúde) e produtivo em assentamentos de reforma agrária, preservando o modo de vida do agricultor familiar e possibilitando sua permanência no campo, já que existem 31 assentamentos de reforma agrária nos municípios que interceptam a zona (26 no total).

Criação de assentamentos de reforma agrária visando atender a demanda dos trabalhadores rurais sem terra em locais onde haja possibilidade de desenvolvimento sociocultural e econômico, considerando que existem 15 acampamentos de trabalhadores rurais sem terra localizados nos municípios que interceptam esta zona.

Incentivo a atuação das organizações sociais existentes, pois é baixo o número de representações sociais nos municípios, salvo Vitória da Conquista que tem 11 sindicatos e mais de 30 formas diferenciadas de organizações sociais.

Priorização do reconhecimento e da regularização fundiária das comunidades tradicionais, objetivando o título formal das terras que ocupam, principalmente nas 13 comunidades quilombolas.

### ✓ ZONA 14 - Serras Setentrionais

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais nas extensas áreas de ecótonos significativamente preservados e distribuídos por toda a zona, com vegetação de contato entre cerrado, floresta montana, caatinga e campos rupestres, com vistas principalmente à estabilidade da dinâmica hidroambiental natural, da geomorfologia, das características naturais dos solos e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares abrangendo os remanescentes de vegetação natural, situados sobre as serras com topografia irregular, de importância hidrográfica, mineralógica e turística (paisagens singulares e atrativos naturais), com solos de alta vulnerabilidade à erosão, e nas nascentes de afluentes dos rios: Salitre, Jacaré e da margem direita do Lago de Sobradinho (RSF);
- Fortalecimento da gestão das áreas protegidas existentes, das quais se destaca a APA Lago de Sobradinho;
- Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com a existente;
- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;
- Compatibilização entre áreas protegidas, atividades de comunidades tradicionais (pescadores) e unidades produtivas, com destaque para o turismo, a mineração e a agricultura familiar, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção da disponibilidade hídrica, da estabilidade de áreas com relevo acidentado e das paisagens singulares;
- Intensificação do manejo sustentável dos solos situados sobre topos planos e suavemente ondulados, de modo a evitar erosão e assoreamento;
- Intensificação do manejo sustentável dos recursos hídricos e monitoramento do uso das águas em áreas de nascentes e nas proximidades do Lago de Sobradinho, com vistas a permitir o acesso à água, contemplando os usos múltiplos e garantindo sua função social e ambiental, especialmente em virtude da deficiência hídrica oriunda das chuvas escassas e irregulares;
- Implantação de políticas de monitoramento de focos de incêndio, devido à alta incidência anual nos períodos de estiagem.

Promoção do turismo de lazer e entretenimento tendo como principal atrativo o Lago de Sobradinho.

Realização de estudos que avaliem a possibilidade de convivência da preservação ambiental com a produção de energia eólica, condicionamento da produção de energia eólica à preservação do patrimônio natural, especialmente das áreas de importância para a biodiversidade (IBA).

Priorização do reconhecimento e regularização fundiária das comunidades tradicionais, objetivando o título formal das terras que ocupam, principalmente para as comunidades de fundo de pasto que somam a 94 nos municípios que interceptam a zona (8 no total).

Priorização de investimentos em infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação), tanto em áreas urbanas como rurais, respeitando as culturas locais do sertanejo e do camponês de fundo de pasto.

Garantia do atendimento social de qualidade a toda população, valorizando suas diferenças e especificidades, principalmente no que concernem as populações rurais e, dentre estas, as de fundo de pasto.

Promoção da diversificação e desconcentração da matriz econômica, valorizando as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores, garantindo a ambos o direito a terra, visto a limitação dos municípios pelas condições climáticas, o alto grau de vulnerabilidade social e o porte muito pequeno dos municípios.

Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social (que em sua grande maioria é do tipo 8), com a participação da comunidade organizada, já está tem um grande potencial quantitativo, principalmente as que reivindicam terra.

Incentivo a atuação das organizações sociais existentes, já que existe uma grande quantidade (mais de 300) nos municípios que interceptam a zona.

### ✓ ZONA 15 - Chapada de Morro do Chapéu

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais nas extensas áreas de ecótonos significativamente preservados e distribuídos por toda a zona, com vegetação de contato entre cerrado, floresta estacional, caatinga e campos rupestres, com vistas principalmente à estabilidade da dinâmica hidroambiental natural, da geomorfologia, das características naturais dos solos, dos nichos associados à concentração de cavernas, e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares abrangendo os remanescentes de vegetação natural, situados sobre as serras e chapadas com relevo de dissecação estrutural e topografia irregular, de importância hidrográfica, mineralógica e turística (paisagens singulares e atrativos naturais), com solos de alta vulnerabilidade à erosão, nos locais com ocorrência de cavernas, dolinas e sítios arqueológicos, e nas nascentes de rios importantes para diferentes regiões do estado da Bahia, como: Jacaré, Salitre e Jacuípe;
- Fortalecimento da gestão das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: Parque Estadual de Morro do Chapéu e Monumento Natural Cachoeira do Ferro Doido;
- Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com as existentes;
- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;



- Compatibilização entre áreas protegidas, terras de comunidades tradicionais (quilombolas) e unidades produtivas, com destaque para o turismo, a mineração, a agricultura e a geração de energia eólica, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção da disponibilidade hídrica, da estabilização de áreas elevadas e das paisagens singulares;
- Intensificação do manejo sustentável dos solos profundos, porosos e permeáveis situados sobre topos planos e suavemente ondulados, considerando o potencial agrícola;
- Intensificação do manejo sustentável dos recursos hídricos e monitoramento do uso das águas em áreas de nascentes de rios importantes;
- Aprimoramento do controle sobre o uso de agrotóxicos e o descarte de embalagens e resíduos, considerando a alta vulnerabilidade à contaminação das águas;
- Implantação de políticas de monitoramento de focos de incêndio, devido à alta incidência anual nos períodos de estiagem.

Promoção do turismo ecológico, de natureza, de esporte e aventura e cultural associado à preservação ambiental.

Realização de estudos que avaliem a possibilidade de convivência da preservação ambiental com a produção de energia eólica, condicionamento da produção de energia eólica à preservação do patrimônio natural, especialmente pela presença da única área considerada de relevância holística da geodiversidade na Bahia.

Valorização da disponibilidade de matéria prima para especializar a produção de café com alto valor agregado

Estímulo ao uso de tecnologias limpas, de caráter urbano, considerando o capital econômico acumulado em Vitória da Conquista

Estímulo ao desenvolvimento de serviços superiores com alto valor agregado a exemplo de saúde, educação e tecnologia.

Garantia do atendimento social de qualidade a toda população, respeitando suas diferenças e especificidades das comunidades tradicionais existentes.

Promoção da diversificação e desconcentração da matriz econômica, respeitando as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores, garantindo a ambos o direito a terra, já que a concentração de terras é elevada (índice de Gini médio de 0,76).

Criação de políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando a esta autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social (tipo 8 predominante), com a participação da comunidade organizada que é quantitativamente elevada nos municípios que interceptam a zona.

Priorização do reconhecimento e regularização fundiária das comunidades tradicionais, objetivando-se o título formal das terras que ocupam, já que existem na zona 16 comunidades quilombolas e, nos municípios que a interceptam 61 comunidades de pescadores artesanais e 44 de fundo de pasto.

#### ✓ ZONA 16 - Piemonte da Chapada Diamantina

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais, especialmente nos fragmentos de caatinga e floresta estacional situadas nas bordas da Chapada Diamantina e dos Marimbus, com vistas principalmente à estabilidade da dinâmica hidroambiental natural, da geomorfologia, das características naturais dos solos, dos nichos associados à concentração de cavernas e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares abrangendo os remanescentes de vegetação natural situados nas bordas da Chapada Diamantina, ao norte, sul e oeste da zona, e na planície fluvial do rio Paraguaçu, com destaque para os extensos alagadiços dos Marimbus;
- Fortalecimento da gestão das áreas protegidas existentes, das quais se destaca a APA Marimbus-Iraquara;
- Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com a existente;
- Promoção e incentivo a atividades consorciadas (produtivas e de conservação), em virtudes de habitats diferenciados e da presença de comunidades tradicionais.
- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;
- Compatibilização entre áreas protegidas, terras de comunidades tradicionais (quilombolas e pescadores) e unidades produtivas, com destaque para a agropecuária, o turismo e a mineração, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção da disponibilidade hídrica e a sustentação das áreas elevadas da Chapada Diamantina;
- Intensificação do manejo sustentável dos solos, que mesmo com baixa vulnerabilidade à erosão, encontram-se esgotados e com ampla ocorrência de murundus (termiteiros), em função de manejo e usos inadequados, o que dificulta a implantação de cultivos;
- Intensificação do manejo sustentável dos recursos hídricos e monitoramento do uso das águas nas planícies fluviais do rio Paraguaçu e nos Marimbus, racionalizando o uso da água, em virtude do elevado risco de seca e de contaminação dos recursos hídricos subterrâneos;

- Aprimoramento do controle sobre o uso de agrotóxicos e o descarte de embalagens e resíduos, considerando a proximidade com o rio Paraguaçu e os Marimbus.

Estruturação do turismo ecológico, cultural e de esporte, valorizando as características naturais e culturais, de forma integrada à zona turística da Chapada Diamantina.

Intensificação de ações voltadas à recuperação da paisagem, dos ecossistemas e valorização da cultura local, prevendo recursos públicos e priorizando recursos de compensações ambientais dos licenciamentos de empreendimentos impactantes.

Fortalecimento das comunidades tradicionais e dos seus produtos artesanais, que guardam intensa relação com o ambiente conservado, como estratégia de valorização sociocultural, socioeconômica e de proteção ambiental.

Priorização de investimentos em infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação), tanto em áreas urbanas como rurais, com intervenções diferenciadas de acordo com o perfil do público a ser atendido.

Garantia do atendimento social de qualidade a toda população, valorizando suas diferenças e especificidades, considerando que a grande maioria dos municípios são de muito pequeno porte, com predominância urbana e estão em acréscimo populacional.

Promoção da diversificação e desconcentração da matriz econômica, respeitando as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores, garantindo a ambos o direito a terra, já que a concentração fundiária é elevada (média do índice de Gini maior que 0,7).

Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social (maior parte dos municípios com tipo 8), com a participação da comunidade organizada.

Priorização do reconhecimento e regularização fundiária das comunidades tradicionais, objetivando o título formal das terras que ocupam, principalmente nas 2 comunidades quilombolas inseridas na zona.

Incentivo da atuação das organizações sociais existentes nos espaços deliberativos, considerado que é alta a quantidade de representações sócias na maior parte dos municípios.

Viabilização da infraestrutura habitacional, de atendimento social (educação do campo e saúde) e produtivo em assentamentos de reforma agrária, preservando o modo de vida do agricultor familiar e possibilitando sua permanência no campo, já que nos municípios que interceptam a zona existem 77 assentamentos de reforma agrária.

Criação de alternativas de acesso à educação profissional vinculada aos anseios e necessidades específicas dos assentados e, também, ao crédito para produção com a devida assistência técnica, além do apoio a comercialização, vista a alta quantidade de assentamentos de reforma agrária.

#### ✓ ZONA 17 - Depressão Sertaneja de Curaçá

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais nas extensas áreas de caatinga preservada, com vistas principalmente à estabilidade da dinâmica hidroambiental natural, das características naturais dos solos e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares abrangendo os remanescentes de vegetação natural situados principalmente sobre solos litólicos (pedregosos) e nas planícies fluviais dos rios: São Francisco, Salitre, Curaçá e Macururé;
- Fortalecimento da gestão das áreas protegidas existentes, das quais se destaca a APA Lago de Sobradinho;
- Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com a existente;
- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;
- Compatibilização entre áreas relevantes para a conservação, terras de comunidades tradicionais (indígenas, nas proximidades do RSF, quilombolas e pescadores) e unidades produtivas, com destaque para a agricultura irrigada, a caprinocultura e a mineração, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção da disponibilidade hídrica e da fertilidade dos solos nos polígonos de irrigação;
- Intensificação do manejo sustentável dos solos, devido à vulnerabilidade a erosão muito alta, especialmente entre o oeste de Macururé e leste de Juazeiro;
- Intensificação do manejo sustentável dos recursos hídricos e monitoramento do uso das águas nas culturas irrigadas, com vistas a permitir o acesso, contemplando os usos múltiplos e garantindo sua função social e ambiental, especialmente em virtude da extrema deficiência hídrica característica do clima semiárido a árido, com precipitações anuais entre 400 e 500 mm;
- Aprimoramento do controle sobre o uso de agrotóxicos e o descarte de embalagens e resíduos, considerando a proximidade com os rios São Francisco, Salitre e Curaçá.

Priorização da conectividade das reservas legais no desenvolvimento das atividades agropecuárias e priorização de recursos para criação e implementação de unidades de conservação, considerando a oportunidade de recursos da compensação ambiental do licenciamento dos empreendimentos agropecuários, ampliando a proteção de áreas conservadas.

Intensificação do ordenamento do uso dos recursos hídricos, considerando a forte pressão da agricultura irrigada, a perspectiva de expansão das fronteiras agrícolas e os conflitos presentes na zona.

Estruturação do turismo de negócios, ecológico, cultural e de esportes, buscando incluir as comunidades tradicionais, em especial os pescadores, como oportunidade para o seu desenvolvimento.

Estruturação da cadeia da agroindústria, aproveitando a concentração produtiva local.

Fortalecimento das comunidades tradicionais e dos seus produtos artesanais, que guardam intensa relação com o ambiente conservado, como estratégia de valorização sociocultural, socioeconômica e de proteção ambiental.

Incentivo ao desenvolvimento da economia solidária na confecção de produtos naturais e orgânicos.

Priorização de investimentos em infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação), tanto em áreas urbanas como rurais, considerando as distintas realidades, como é o caso de Juazeiro que é um centro urbano regional.

Garantia do atendimento social de qualidade a toda população, valorizando suas diferenças e especificidades, considerando que existe certo equilíbrio na zona entre populações rurais e urbanas.

Promoção da diversificação e desconcentração da matriz econômica, respeitando as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores, garantindo a ambos o direito a terra, visto a alta concentração de terras (Gini de terras médio de 0,77) e a demanda por terra na zona (presença elevada de comunidades de fundo de pasto, quilombolas, indígenas e pescadores artesanais).

Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social (maior parte de tipo 8), com a participação das comunidade organizadas que, nos municípios que interceptam esta zona, são quantitativamente elevadas.

Priorização do reconhecimento e regularização fundiária das comunidades tradicionais, objetivando o título formal das terras que ocupam, considerando que existem na zona 6 comunidades quilombolas e mais de 100 de fundo de pasto.

#### ✓ ZONA 18 - Borda Oriental da Chapada

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais, especialmente nos fragmentos de caatinga e floresta estacional situadas sobre serras e áreas de relevo acidentado, com vistas principalmente à estabilidade da dinâmica hidroambiental natural, da geomorfologia, das características naturais dos solos e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares abrangendo os remanescentes de vegetação natural situados na Serra da Jacobina, nas nascentes do rio Itapicuru e nas planícies fluviais do rio Jacuípe e afluentes da margem esquerda do rio Paraguaçu;

- Fortalecimento da gestão das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: Parque Estadual de Sete Passagens de Área de Relevante Interesse Ecológico da Serra do Oróbó;

- Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com as existentes;

- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, com ênfase nas áreas degradadas pela atividade minerária, que acarreta impactos negativos ao relevo e aos solos, com supressão de vegetação, solos expostos e descaracterização da paisagem;

- Compatibilização entre áreas protegidas, terras de comunidades tradicionais (quilombolas, fundo de pasto e pescadores) e unidades produtivas, com destaque para a agricultura, a bovinocultura, o turismo e a mineração, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção da disponibilidade hídrica e a sustentação das áreas elevadas da Chapada Diamantina;

- Intensificação do manejo sustentável dos solos, especialmente em áreas com alta vulnerabilidade a erosão, a exemplo da Serra da Jacobina;

- Intensificação do manejo sustentável dos recursos hídricos e monitoramento do uso das águas nas planícies fluviais, racionalizando o uso da água, em virtude do elevado risco de seca característico do clima semiárido, com precipitações médias anuais variando entre 600 e 800 mm;

- Aprimoramento do controle sobre o uso de agrotóxicos e o descarte de embalagens e resíduos, considerando a proximidade com importantes mananciais, especialmente os rios Paraguaçu, Jacuípe e Itapicuru.

Priorização de investimentos em infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação), tanto em áreas urbanas como rurais, considerando que existem populações vulneráveis em grande quantidade na zona, tanto no campo como nas cidades.

Garantia de atendimento social de qualidade a toda população, valorizando suas diferenças e especificidades, principalmente pela alta ocorrência de comunidades tradicionais na zona.

Criação de oportunidade para o desenvolvimento econômico diversificado e desconcentrado, valorizando as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores, garantindo a ambos o direito a terra, visto que a média do índice de Gini de terras é elevada (0,75), nos municípios que interceptam a zona, com uma grande quantidade de comunidades pleiteando terras.

Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social (que em maioria é do tipo 8), com a participação da comunidade organizada, considerando que é alta a quantidade de representações sociais nesta zona.

Priorização do reconhecimento e regularização fundiária das comunidades tradicionais, objetivando o título formal das terras que ocupam, já que existem 27 comunidades de quilombolas, 71 de fundo de pasto e 79 de pescadores artesanais.

Criação de assentamentos de reforma agrária no sentido de se atender a demanda dos trabalhadores rurais sem terra em locais onde haja possibilidade de desenvolvimento sociocultural e econômico do público alvo, considerando que existem cerca de 23 acampamentos de trabalhadores rurais sem terra nos municípios que interceptam a zona (30 no total).

Priorização da infraestrutura habitacional, de atendimento social (educação do campo e saúde) e produtivo em assentamentos de reforma agrária, preservando o modo de vida do agricultor familiar e possibilitando sua permanência no campo, considerando que nos municípios que interceptam a zona existem 69 assentamentos de reforma agrária.

#### ✓ ZONA 19 - Tabuleiro de Capim Grosso

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais nos fragmentos remanescentes de floresta estacional e caatinga, com vistas principalmente à estabilidade da dinâmica hidroambiental natural e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares, abrangendo especialmente os escassos fragmentos de vegetação natural e as planícies fluviais dos rios Itapicuru e Jacuípe;

- Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com as existentes em zonas vizinhas;

- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;

- Compatibilização entre áreas protegidas, terras de comunidades tradicionais (quilombolas) e unidades produtivas, com destaque para a agricultura irrigada, a pecuária e a mineração, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção da disponibilidade hídrica;

- Intensificação do manejo sustentável dos solos, tendo em vista a significativa vulnerabilidade de contaminação do lençol freático;

- Intensificação do manejo sustentável dos recursos hídricos e monitoramento do uso das águas, inclusive para culturas irrigadas, devido às condições de clima semiárido, com precipitações médias anuais variando entre 700 e 850 mm e alto risco de seca, considerando os usos múltiplos e garantindo sua função social e ambiental;

- Aprimoramento do controle sobre o uso de agrotóxicos e o descarte de embalagens e resíduos, com vistas à manutenção da qualidade das águas em áreas agricultura irrigada;

Priorização de investimentos em infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação), tanto em áreas urbanas como rurais.

Garantia do atendimento social de qualidade a toda população, respeitando suas diferenças e especificidades.

Promoção da diversificação e desconcentração da matriz econômica, valorizando as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores, garantindo a ambos o direito a terra.

Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.

Incentivo à estruturação para a atuação das organizações sociais existentes nos espaços deliberativos, que em grande parte dos municípios que interceptam a zona são quantitativamente baixas.

Priorização do reconhecimento e regularização fundiária das comunidades tradicionais, objetivando o título formal das terras que ocupam, principalmente as 9 comunidades quilombolas.

Fortalecimento da representação do Estado no território de identidade e junto aos colegiados de política pública, estruturando a governança local.

### ✓ ZONA 20 – Planalto de Jequié

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais nos extensos fragmentos remanescentes de floresta estacional e caatinga distribuídos por toda a zona, com vistas principalmente à estabilidade da dinâmica hidroambiental natural, da geomorfologia, das características naturais dos solos e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares, abrangendo especialmente os fragmentos de vegetação natural situados sobre relevo acidentado e nas planícies fluviais dos rios de Contas e Jiquiriçá;
- Fortalecimento da gestão das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança, APA Serra do Ouro, Estação Ecológica Wenceslau Guimarães, Parque Nacional de Boa Nova e Refúgio de Vida Silvestre de Boa Nova;
- Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com as existentes;
- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;
- Compatibilização entre áreas protegidas, terras de comunidades tradicionais (quilombolas e pescadores) e unidades produtivas, com destaque para a agropecuária e a mineração, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção da disponibilidade hídrica e à estabilização dos solos em áreas de relevo acidentado;
- Intensificação do manejo sustentável dos solos, tendo em vista a alta vulnerabilidade à erosão;
- Intensificação do manejo sustentável dos recursos hídricos e monitoramento do uso das águas, especialmente nas áreas de alimentação dos rios de Contas e Jiquiriçá, devido à deficiência hídrica com precipitações médias anuais variando entre 500 e 800 mm, considerando os usos múltiplos e garantindo sua função social e ambiental;
- Aprimoramento do controle sobre o uso de agrotóxicos e o descarte de embalagens e resíduos, com vistas à manutenção da qualidade das águas, especialmente nas proximidades dos rios de Contas e Jiquiriçá.

Promoção de atividades relacionadas ao turismo ecológico, exploração e beneficiamento de produtos naturais e eventos culturais.

Consolidação de investimentos em infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação), tanto em áreas urbanas como rurais.

Garantia do atendimento social de qualidade a toda população, respeitando suas diferenças e especificidades.

Promoção da diversificação e desconcentração da matriz econômica, valorizando as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores, garantindo a ambos o direito a terra.

Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.

Incentivo à atuação das organizações sociais existentes.

Priorização do reconhecimento e regularização fundiária das comunidades tradicionais, objetivando o título formal das terras que ocupam, principalmente as 9 comunidades quilombolas existentes na zona.

Priorização da infraestrutura habitacional, de atendimento social (educação do campo e saúde) e produtivo em assentamentos de reforma agrária, preservando o modo de vida do agricultor familiar e possibilitando sua permanência no campo, considerando que existem 79 assentamentos de reforma agrária nos municípios que interceptam esta zona.

### ✓ ZONA 21 - Planalto de Maracás

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais, especialmente nos fragmentos remanescentes de floresta estacional, com vistas principalmente à estabilidade da dinâmica hidroambiental natural e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares, abrangendo especialmente os escassos fragmentos de vegetação natural situados nas cabeceiras do rio Jiquiriçá e seus afluentes;
- Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com as existentes nas zonas vizinhas;
- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;

•Compatibilização entre áreas protegidas, terras de comunidades tradicionais (quilombolas e pescadores) e unidades produtivas, com destaque para a agropecuária e a mineração, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção da disponibilidade hídrica;

•Intensificação do manejo sustentável dos solos, tendo em vista a baixa fertilidade natural;

•Intensificação do manejo sustentável dos recursos hídricos, considerando a presença de cultivos adaptados ao micro-clima característico de elevada altitude, variando entre 800m e 1.000m;

•Aprimoramento do controle sobre o uso de agrotóxicos e o descarte de embalagens e resíduos, com vistas à manutenção da qualidade das águas, especialmente nas proximidades do rio Jiquiriçá;

Priorização de investimentos em infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação) de forma equilibrada em áreas urbanas como rurais.

Garantia do atendimento social de qualidade a toda população, respeitando suas diferenças e especificidades.

Promoção da diversificação e desconcentração da matriz econômica, valorizando as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores, garantindo a ambos o direito a terra.

Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.

Priorização da infraestrutura habitacional, de atendimento social (educação do campo e saúde) e produtivo em assentamentos de reforma agrária, preservando o modo de vida do agricultor familiar e possibilitando sua permanência no campo, considerando que existem 26 assentamentos de reforma agrária nos municípios que interceptam esta zona.

Incentivo à atuação das organizações sociais existentes.

Criação de assentamentos de reforma agrária visando atender a demanda dos trabalhadores rurais sem terra em locais onde haja possibilidade de desenvolvimento sociocultural e econômico, considerando que existem 11 acampamentos de trabalhadores rurais sem terra localizados nos municípios que interceptam esta zona.

### ✓ ZONA 22 - Patamar e Depressão dos Rios Colônia e Pardo

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais, especialmente nos fragmentos de floresta estacional situados nas bordas do Planalto Sul Baiano, com vistas principalmente à estabilidade da dinâmica hidroambiental natural, da geomorfologia, das características naturais dos solos e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

•Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares abrangendo os remanescentes de vegetação natural situados nas bordas do Planalto Sul Baiano, a oeste, e nas planícies fluviais dos rios: Pardo, Jequitinhonha e Colônia;

•Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com as existentes em zonas vizinhas;

•Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;

•Compatibilização entre áreas relevantes para a conservação, terras de comunidades tradicionais (indígenas, no leste da zona, quilombolas e pescadores) e unidades produtivas, com destaque para a bovinocultura e a mineração, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção da disponibilidade hídrica e a sustentação dos patamares de maior altitude, os quais envolvem grande parte da zona;

•Intensificação do manejo sustentável dos solos, de forma a desestimular a ampliação de pastagens extensivas, especialmente nas vertentes dos morros, cujos solos possuem vulnerabilidade à erosão moderada à alta, tendo em vista que esta prática causa a formação de terracetes (pisoteio do gado), compactação dos solos e movimentos de massa;

•Intensificação do manejo sustentável dos recursos hídricos e monitoramento do uso das águas, especialmente nas proximidades da barragem de Itapebi, contemplando os usos múltiplos e garantindo sua função social e ambiental;

•Aprimoramento do controle sobre o uso de agrotóxicos e o descarte de embalagens e resíduos, considerando a proximidade com os rios: Pardo, Jequitinhonha e Colônia.

Consolidação de investimentos em infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação).

Garantia do atendimento social de qualidade a toda população, respeitando suas diferenças e especificidades.

Promoção da diversificação e desconcentração da matriz econômica.

Incentivo à atuação das organizações sociais existentes.



Priorização da infraestrutura habitacional, de atendimento social (educação do campo e saúde) e produtivo em assentamentos de reforma agrária, preservando o modo de vida do agricultor familiar e possibilitando sua permanência no campo, considerando que existem 44 assentamentos de reforma agrária nos municípios que interceptam esta zona.

Criação de assentamentos de reforma agrária visando atender a demanda dos trabalhadores rurais sem terra em locais onde haja possibilidade de desenvolvimento sociocultural e econômico, considerando que existem 30 acampamentos de trabalhadores rurais sem terra localizados nos municípios que interceptam esta zona.

Priorização do reconhecimento e regularização fundiária das comunidades tradicionais, objetivando o título formal das terras que ocupam, principalmente para as 3 comunidades quilombolas existentes na zona.

Garantia de investimentos e ações em municípios dos tipos 1 e 2 de Vulnerabilidade Social contribuindo para manutenção e melhoria das condições sociais nesses municípios.

#### ✓ ZONA 23 - Depressão Sertaneja da Região de Santa Luz

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais, especialmente nos fragmentos remanescentes de caatinga situados sobre as serras residuais distribuídas por toda a zona, com vistas principalmente à estabilidade da dinâmica hidroambiental natural, da geomorfologia, das características naturais dos solos e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares abrangendo os remanescentes de vegetação natural situados principalmente sobre solos litólicos (pedregosos), no norte da zona, sobre serras residuais, com destaque para as serras de Itiúba, Andorinha, Uauá e Monte Santo, nas áreas de recarga do aquífero Tucano, no leste da zona, e nas planícies fluviais dos rios: Vaza Barris, Itapicuru e Jacuípe;

- Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com as existentes em zonas vizinhas;

- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;

- Compatibilização entre áreas relevantes para a conservação, terras de comunidades tradicionais (quilombolas, fundo de pasto e pescadores) e unidades produtivas, com destaque para o cultivo de sisal, a agropecuária, a caprinocultura e a mineração, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção da disponibilidade hídrica e a sustentação de áreas elevadas;

- Intensificação do manejo sustentável dos solos, especialmente nas áreas de recarga do aquífero Tucano, e desestimulando atividades produtivas nas áreas de relevo residual constituído de morros e cristas alinhadas, com alta vulnerabilidade dos solos à erosão;

- Intensificação do manejo sustentável dos recursos hídricos, estimulando culturas de sequeiro como o sisal e a palma forrageira, já implantadas com sucesso na área, pois são mais adequadas ao clima semiárido, de precipitação média anual entre 500 mm e 700 mm, e restringindo cultivos irrigados em virtude da baixa disponibilidade hídrica, do alto risco de seca e dos solos rasos, que podem ocasionar salinização;

- Intensificação do monitoramento do uso da água dos rios da Bacia do Itapicuru e do Vaza Barris, contemplando os usos múltiplos e garantindo sua função social e ambiental, especialmente em virtude da deficiência de água oriunda das chuvas escassas e irregulares;

- Aprimoramento do controle sobre o uso de agrotóxicos e o descarte de embalagens e resíduos, considerando a proximidade com os rios Vaza Barris, Itapicuru e Jacuípe, e com o aquífero Tucano.

Consolidação da infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação), considerando a predominância de municípios de médio, pequeno e muito pequeno portes que, com demandas diferenciadas, mas de grande dimensão.

Garantia do atendimento social de qualidade a toda população, respeitando suas diferenças e especificidades, principalmente no que se refere às comunidades tradicionais (pescadores artesanais, fundo de pasto e quilombolas) e rurais.

Priorização do reconhecimento e regularização fundiária das comunidades tradicionais, objetivando o título formal das terras que ocupam, já que existem 18 comunidades quilombolas e, nos municípios que interceptam a zona, 242 de fundo de pasto, 2 indígenas e 258 de pescadores artesanais.

Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.

Garantia de investimentos e ações em municípios dos tipos 1 e 2 de Vulnerabilidade Social contribuindo para manutenção e melhoria das condições sociais nesses municípios.

#### ✓ ZONA 24 - Depressão Sertaneja do Jacuípe e Paraguaçu

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais, especialmente nos fragmentos remanescentes de caatinga situados sobre as serras residuais distribuídas por toda a zona, com vistas principalmente à estabilidade da dinâmica hidroambiental natural, da geomorfologia, das características naturais dos solos e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares abrangendo os remanescentes de vegetação natural situados sobre serras residuais, com destaque para as serras de Ipirá, Serra Preta, Pé de Serra, Iaçú, Itatim e Santa Terezinha, e nas planícies fluviais dos rios: Jacuípe, Paraguaçu e do Peixe;

- Fortalecimento da gestão das áreas protegidas existentes, das quais se destaca a APA Lago de Pedra do Cavalo;

- Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com a existente;

- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;

- Compatibilização entre áreas protegidas, terras de comunidades tradicionais (quilombolas e pescadores) e unidades produtivas, com destaque para a bovinocultura, a caprinocultura e a mineração, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção da disponibilidade hídrica e a sustentação de áreas elevadas;

- Intensificação do manejo sustentável dos solos, desestimulando atividades produtivas nas áreas de relevo residual constituído de morros e cristas alinhadas, com alta vulnerabilidade dos solos à erosão;

- Intensificação do manejo sustentável dos recursos hídricos, estimulando a criação de caprinos e ovinos em áreas apropriadas de relevo plano, por serem mais adequadas ao clima semiárido, com precipitação média anual entre 500 e 700 mm, e restringindo cultivos irrigados em virtude da baixa disponibilidade hídrica, do alto risco de seca e dos solos rasos, que podem ocasionar salinização;

- Intensificação do monitoramento do uso da água dos rios das Bacias do Jacuípe e Paraguaçu e Lago de Pedra do Cavalo, contemplando os usos múltiplos e garantindo sua função social e ambiental, especialmente em virtude da deficiência de água oriunda das chuvas escassas e irregulares;

- Aprimoramento do controle sobre o uso de agrotóxicos e o descarte de embalagens e resíduos, considerando a proximidade com os rios: Jacuípe, Paraguaçu e do Peixe.

Consolidação da infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação), de forma específica para municípios como Itaberaba, Serrinha e Ipirá, que possuem sede municipal de porte médio nesta zona, assim como para os demais municípios de porte muito pequeno e pequeno e predominância rural.

Promoção da diversificação e desconcentração da matriz econômica, especialmente pela tendência de decréscimo populacional apresentada pelos municípios que interceptam a zona.

Incentivo à atuação das organizações sociais existentes, considerando que é baixa a quantidade de representações sociais dos municípios que interceptam a zona.

Garantia de investimentos e ações em municípios dos tipos 1, 2 e 3 de Vulnerabilidade Social contribuindo para manutenção e melhoria das condições sociais nesses municípios

Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade sócia com predominância dos tipos 5 e 8, com a participação da comunidade organizada.

#### ✓ ZONA 25 - Tabuleiros Interioranos do Recôncavo

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais nos fragmentos remanescentes de floresta estacional e caatinga, com vistas principalmente à estabilidade da dinâmica hidroambiental natural e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares, abrangendo especialmente os escassos fragmentos de vegetação natural situados sobre serras residuais, no entorno do Lago de Pedra do Cavalo e nas planícies fluviais dos rios Paraguaçu, Jaguaripe e Jiquiriçá, e nas nascentes do rio Subaé;

- Fortalecimento da gestão das áreas protegidas existentes, das quais se destaca a APA Lago de Pedra do Cavalo;

- Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com a existente;

- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;

- Compatibilização entre áreas protegidas, terras de comunidades tradicionais (quilombolas e pescadores) e unidades produtivas, com destaque para a agropecuária e a mineração, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção da disponibilidade hídrica;

- Intensificação do manejo sustentável dos solos, em virtude da baixa fertilidade dos solos alumínicos, característicos na zona, e restringindo atividades agropecuárias nas serras e colinas localizadas na porção centro-oeste da zona, em virtude da alta vulnerabilidade dos solos à erosão;

- Intensificação do manejo sustentável dos recursos hídricos e monitoramento do uso das águas, especialmente no entorno do Lago de Pedra do Cavalo, contemplando os usos múltiplos e garantindo sua função social e ambiental;

- Adequação da dinâmica de liberação das águas da Barragem de Pedra do Cavalo, com vistas a ajustar a vazão, considerando a adaptação das espécies do estuário do Rio Paraguaçu, assim como da atividade da pesca das comunidades ribeirinhas à jusante da Barragem;

- Aprimoramento do controle sobre o uso de agrotóxicos, o descarte de embalagens e resíduos, e o transporte de cargas poluentes, com vistas a evitar a contaminação dos recursos hídricos subterrâneos, em virtude da alta permeabilidade e drenagem dos solos.

Fortalecer a representação do Estado no território de identidade.

Consolidação da infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação), tanto em áreas urbanas como rurais, especialmente em Feira de Santana pela escala da demanda local.

Priorização do reconhecimento e regularização fundiária das comunidades tradicionais, objetivando o título formal das terras que ocupam, considerando que existem na zona 7 comunidades quilombolas e a presença de pescadores artesanais.

Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação das comunidade organizadas, mesmo predominando a baixa quantidade de organizações sociais nos municípios que interceptam a zona.

Promoção da diversificação e desconcentração da matriz econômica, respeitando as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores, especialmente pela grande diversidade espacial desta zona, sendo os municípios que a interceptam tanto de grande, médio, pequeno e muito pequeno portes, com equilibradas predominâncias entre urbanos e rurais.

#### ✓ ZONA 26 - Planalto Pré-Litorâneo Baixo Sul

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais nos extensos fragmentos de floresta ombrófila densa e vegetação secundária em diferentes estágios de regeneração, significativamente preservados, situados principalmente no centro e sul da zona, com vistas principalmente à estabilidade da geomorfologia, das características naturais dos solos e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares, abrangendo especialmente os fragmentos de vegetação natural situados sobre relevo acidentado e nos vales dos rios Paraguaçu, Jaguaripe, da Dona, Una, de Contas e Jiquiriçá, e respectivos afluentes, com ampla presença de sítios arqueológicos;

- Fortalecimento da gestão das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: Reserva Extrativista Marinha da Baía de Iguape, APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança, APA do Pratigi, APA Baía de Camamu, APA Itacaré - Serra Grande, Parque Estadual Serra do Conduru e APA Almada-Lagoa Encantada;

- Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com as existentes;

- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;

- Compatibilização entre áreas protegidas, terras de comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas e pescadores) e unidades produtivas, com destaque para as policulturas, a pecuária, o turismo e a mineração, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à estabilização dos solos em áreas de relevo acidentado;

- Intensificação do manejo sustentável dos solos, especialmente nas planícies fluviais, tendo em vista a alta vulnerabilidade à erosão;

- Aprimoramento do controle sobre o uso de agrotóxicos e o descarte de embalagens e resíduos, com vistas à manutenção da qualidade das águas, em virtude da densa rede de drenagem natural e dos elevados índices pluviométricos, com precipitações médias anuais variando entre 1700 mm e 2450 mm.

Garantia do atendimento social de qualidade a toda população, valorizando suas diferenças e especificidades, principalmente no que concerne as comunidades tradicionais (quilombolas e pescadores artesanais).

Promoção da diversificação e desconcentração da matriz econômica, respeitando as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores, garantindo a ambos o direito a terra, visto a alta concentração de terras, com municípios com predominância rural, economia concentrada em serviços e vinculada a recursos governamentais.

Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social (predominância dos tipos 5 e 8), com a participação da comunidade organizada (alguns municípios que interceptam a zona possuem elevada presença de sindicatos).

Priorização da infraestrutura habitacional, de atendimento social (educação do campo e saúde) e produtivo em assentamentos de reforma agrária, preservando o modo de vida do agricultor familiar e possibilitando sua permanência no campo, considerando que nos municípios que interceptam a zona existem 62 assentamentos de reforma agrária.

Criação de assentamentos de reforma agrária no sentido de se atender a demanda dos trabalhadores rurais sem terra em locais onde haja possibilidade de desenvolvimento sociocultural e econômico do público alvo, considerando que existem cerca de 30 acampamentos de trabalhadores rurais sem terra nos municípios que interceptam a zona.

Incentivo da atuação das organizações sociais existentes nos espaços deliberativos, sendo baixa a representação social na maior parte dos municípios que interceptam a zona.

Priorização do reconhecimento e regularização fundiária das comunidades tradicionais, objetivando o título formal das terras que ocupam, considerando que existem na zona 26 comunidades quilombolas.

#### ✓ ZONA 27 - Planaltos e Serras Pré-Litorâneas

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais nos extensos fragmentos de floresta ombrófila densa e floresta estacional, significativamente preservados, distribuídos por toda a zona, com vistas principalmente à estabilidade da geomorfologia, das características naturais dos solos e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares, abrangendo especialmente os fragmentos de vegetação natural situados sobre relevo acidentado, predominante na zona, e nos vales dos rios Gandu, de Contas, Gongogi, Almada e Salgado, e respectivos afluentes;

- Fortalecimento da gestão das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: Reserva Extrativista Marinha da Baía de Iguape, APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança, APA do Pratigi, APA Baía de Camamu, Parque Nacional de Serra das Lontras, Refúgio de Vida Silvestre de Una, Reserva Biológica de Una, APA Serra do Ouro e APA Almada-Lagoa Encantada;

- Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com as existentes;

- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;

- Compatibilização entre áreas protegidas, terras de comunidades tradicionais (indígenas, especialmente no sul da zona, quilombolas e pescadores) e unidades produtivas, com destaque para os cultivos agroflorestais (cacau), a pecuária, o turismo e a mineração, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à estabilização dos solos em áreas de relevo acidentado;

- Intensificação do manejo sustentável dos solos, tendo em vista a alta vulnerabilidade à erosão das vertentes íngremes distribuídas por toda a zona;

- Monitoramento das obras de infraestrutura no curso dos rios, especialmente as que preveem a construção de barramentos, com vistas a garantir a dinâmica regular das águas, minimizando possíveis impactos negativos para geomorfologia, biodiversidade e populações do entorno, especialmente à jusante desses barramentos;

- Aprimoramento do controle sobre o uso de agrotóxicos e o descarte de embalagens e resíduos, com vistas à manutenção da qualidade das águas, em virtude da densa rede de drenagem natural e dos elevados índices pluviométricos, com precipitações médias anuais variando entre 1100 mm e 2450 mm.

Consolidação da infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação), tanto em áreas urbanas como rurais.

Garantia do atendimento social de qualidade a toda população, valorizando suas diferenças e especificidades.

Criação de alternativas para o desenvolvimento econômico diversificado e desconcentrado, respeitando as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores, garantindo a ambos o direito a terra, visto presença de conflitos de terra nesta zona.

Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social (predominam os tipos 5 e 8 com presença dos tipos 1 e 2), com a participação das comunidade organizada.

Priorização da infraestrutura habitacional, de atendimento social (educação do campo e saúde) e produtivo em assentamentos de reforma agrária, preservando o modo de vida do agricultor familiar e possibilitando sua permanência no campo, considerando que nos municípios que interceptam a zona existem 135 assentamentos de reforma agrária.

Criação de assentamentos de reforma agrária no sentido de se atender a demanda dos trabalhadores rurais sem terra em locais onde haja possibilidade de desenvolvimento sociocultural e econômico do público alvo, considerando que existem cerca de 97 acampamentos de trabalhadores rurais sem terra nos municípios que interceptam a zona (30 no total).

Incentivo da atuação das organizações sociais existentes nos espaços deliberativos, visto a variação entre baixa, média e alta da quantidade de representações sociais nos municípios.

Priorização do reconhecimento e regularização fundiária das comunidades tradicionais, objetivando o título formal das terras que ocupam, principalmente as 10 comunidades quilombolas existentes na zona e as 4 indígenas presentes nos municípios que a interceptam.

#### ✓ ZONA 28 - Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais nos extensos fragmentos de floresta ombrófila densa, significativamente preservados, principalmente na faixa litorânea e seu entorno, com vistas principalmente à estabilidade das características naturais dos solos e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares, abrangendo especialmente os fragmentos de vegetação natural situados principalmente no norte e centro da zona, e nas planícies fluviais e fluviomarinhas dos rios Una, Pardo, Jequitinhonha, Santo Antônio, João de Tiba, Buranhém, dos Frades, Caraíva, Jucuruçu, Alcobaça (ou Itanhém), Peruípe e Mucuri, com ampla presença de sítios arqueológicos;

- Fortalecimento da gestão das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, Reserva Extrativista de Cassurubá, Refúgio de Vida Silvestre de Una, Reserva Biológica de Una, Refúgio de Vida Silvestre de Rio dos Frades, Parque Nacional do Descobrimento, Parque Nacional Pau Brasil, Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal, APA Caraíva – Trancoso, APA Coroa Vermelha e APA Santo Antônio;

- Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com as existentes;

- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;

- Compatibilização entre áreas protegidas, terras de comunidades tradicionais (indígenas, distribuídos por toda a zona, quilombolas e pescadores) e unidades produtivas, com destaque para a silvicultura, a pecuária, o turismo e a mineração, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção das características naturais dos solos;

- Intensificação do manejo sustentável dos solos, em virtude da baixa fertilidade dos solos distróficos e alumínicos situados sobre os tabuleiros, e da alta vulnerabilidade a erosão dos solos aluviais situados nas planícies fluviais;

- Intensificação do monitoramento do uso das águas, especialmente no rio Jequitinhonha, contemplando os usos múltiplos e garantindo sua função social e ambiental;

- Aprimoramento do controle sobre o uso de agrotóxicos, o descarte de embalagens e resíduos, com vistas à manutenção da qualidade das águas, em virtude da relativamente densa rede de drenagem natural e dos elevados índices pluviométricos, com precipitações médias anuais chegando a 1900 mm.

Condicionamento da expansão das atividades monocultoras à manutenção da biodiversidade e da segurança alimentar da região.

Para expansão da silvicultura, priorizar áreas já utilizadas por outras atividades, especialmente pela pecuária extensiva.

Priorização da conectividade das reservas legais no desenvolvimento das atividades agropecuárias, assim como priorizar recursos para criação e implementação de unidades de conservação no licenciamento ambiental dos empreendimentos agropecuários de alto rendimento econômico e impacto social e ecológico.

Consolidação da infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação), tanto em áreas urbanas como rurais, mas considerando a predominância urbana existente nos municípios que interceptam a zona.

Garantia do atendimento social de qualidade a toda população, respeitando suas diferenças e especificidades, principalmente dos povos indígenas, com 11 presenças nos municípios que interceptam a zona.

Criação de alternativas de desenvolvimento econômico diversificado e desconcentrado, valorizando as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores, garantindo a ambos o direito a terra.

Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.

Priorização da infraestrutura habitacional, de atendimento social (educação do campo e saúde) e produtivo em assentamentos de reforma agrária, preservando o modo de vida do agricultor familiar e possibilitando sua permanência no campo, considerando que existem 86 assentamentos de reforma agrária nos municípios que interceptam esta zona

Criação de assentamentos de reforma agrária visando atender a demanda dos trabalhadores rurais sem terra em locais onde haja possibilidade de desenvolvimento sociocultural e econômico, considerando que existem 69 acampamentos de trabalhadores rurais sem terra localizados nos municípios que interceptam esta zona.

Incentivo a atuação das organizações sociais existentes.

#### ✓ ZONA 29 - Piemonte e Maciço do Jucuruçu

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais nos extensos fragmentos de floresta ombrófila densa e floresta estacional, significativamente preservados, com vistas principalmente à estabilidade da dinâmica hidroambiental natural, da geomorfologia, das características naturais dos solos e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares, abrangendo especialmente os fragmentos de vegetação natural situados sobre relevo acidentado, predominante na zona, e nas nascentes e vales dos rios Buranhém, da Barriguda, Jucuruçu e Alcobaça (ou Itanhém), e respectivos afluentes;

- Fortalecimento da gestão das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal e Parque Nacional do Alto Cariri;

- Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com as existentes;

- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;

- Compatibilização entre áreas protegidas, terras de comunidades tradicionais (indígenas no extremo leste da zona) e unidades produtivas, com destaque para a agropecuária e a mineração, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à disponibilidade hídrica e à estabilização dos solos em áreas de relevo acidentado;

- Intensificação do manejo sustentável dos solos, tendo em vista a alta vulnerabilidade à erosão das vertentes íngremes distribuídas por toda a zona;

- Intensificação do manejo sustentável dos recursos hídricos e monitoramento do uso das águas, especialmente dos rios Buranhém, Jucuruçu e Alcobaça (ou Itanhém), em virtude do clima subúmido a seco, com precipitações médias anuais variando entre 1100 mm e 1250 mm, contemplando os usos múltiplos e garantindo sua função social e ambiental;

- Aprimoramento do controle sobre o uso de agrotóxicos e o descarte de embalagens e resíduos, com vistas à manutenção da qualidade das águas, em virtude da presença de nascentes e do alto curso de rios importantes tanto para a manutenção da biodiversidade, como para as atividades produtivas da região.

Promoção da diversificação e desconcentração da matriz econômica.

Consolidação da infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação)

Garantia do atendimento social de qualidade a toda população, respeitando suas diferenças e especificidades. Criação de alternativas de desenvolvimento econômico diversificado e desconcentrado.

Garantia de investimentos e ações em municípios dos tipos 1 e 2 de Vulnerabilidade Social contribuindo para manutenção e melhoria das condições sociais nesses municípios.

Criação de assentamentos de reforma agrária visando atender a demanda dos trabalhadores rurais sem terra em locais onde haja possibilidade de desenvolvimento sociocultural e econômico, considerando que existem 25 acampamentos de trabalhadores rurais sem terra localizados nos municípios que interceptam esta zona. Agilização dos processos de regularização das terras indígenas desde o autorreconhecimento oficial do grupo étnico, dos estudos, da delimitação, da demarcação até a homologação, garantindo a autonomia do povo indígena na terra regularizada principalmente a partir da própria ação indígena ou, quando isto não é possível, de um novo modelo de indigenismo.

Incentivo a atuação das organizações sociais existentes, pois é predominantemente baixo e média a quantidade de representações sociais existentes nos municípios que interceptam a zona

#### ✓ ZONA 30 - Tabuleiro do Raso da Catarina

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais nos extensos fragmentos de caatinga, significativamente preservados, distribuídos por toda a zona, com vistas principalmente à estabilidade da dinâmica hidroambiental natural, da geomorfologia, das características naturais dos solos e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares, abrangendo especialmente os fragmentos de vegetação natural situados sobre os tabuleiros e nas encostas em suas bordas, na planície fluvial e vertentes do rio Vaza Barris, nos cânions do rio São Francisco e sobre áreas de recarga do aquífero Tucano;



•Fortalecimento da gestão das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: Estação Ecológica do Raso da Catarina, Área de Relevante Interesse Ecológico Cocorobó e APA Serra Branca-Raso da Catarina;

•Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com as existentes;

•Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;

•Compatibilização entre áreas protegidas, terras de comunidades tradicionais (indígenas, no centro e norte da zona, e pescadores) e unidades produtivas, com destaque para a caprinocultura e a mineração, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção da disponibilidade hídrica e a sustentação dos tabuleiros;

•Intensificação do manejo sustentável dos solos, em virtude da alta vulnerabilidade à erosão e da alta instabilidade morfodinâmica;

•Intensificação do manejo sustentável dos recursos hídricos e monitoramento do uso das águas dos rios São Francisco e Vaza-Barris, contemplando os usos múltiplos e garantindo sua função social e ambiental, especialmente em virtude da deficiência hídrica no solo e da escassez das chuvas, com precipitações médias anuais variando entre 400 mm e 600 mm;

•Aprimoramento do controle sobre o uso de agrotóxicos, o descarte de embalagens e resíduos, com vistas a evitar a contaminação dos recursos hídricos subterrâneos, em virtude da alta permeabilidade dos solos.

Consolidação da infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação), tanto em áreas urbanas como rurais.

Garantia do atendimento social de qualidade a toda população, respeitando suas diferenças e especificidades.

Promoção da diversificação e desconcentração da matriz econômica, valorizando as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores, garantindo a ambos o direito a terra, visto a centralidade de Paulo Afonso e baixa capacidade econômica dos municípios que estão em seu entorno.

Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.

Priorização do reconhecimento e regularização fundiária das comunidades tradicionais, objetivando o título formal das terras que ocupam, já que nos municípios que interceptam a zona existem comunidades indígenas, de fundo de pasto e de pescadores artesanais

Incentivo a atuação das organizações sociais existentes nos espaços deliberativos, pois não é elevado o número de representações sociais.

#### ✓ ZONA 31 - Xingó e Vaza-Barris

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais nos fragmentos remanescentes de caatinga intercalados por áreas antropizadas e distribuídos por toda a zona, com vistas principalmente à estabilidade da dinâmica hidroambiental natural e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

•Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares, abrangendo especialmente os fragmentos de vegetação natural situados principalmente sobre as serras residuais, na planície fluvial do rio Vaza Barris e nos cânions do rio São Francisco;

•Fortalecimento da gestão das áreas protegidas existentes, das quais se destaca o Monumento Natural do Rio São Francisco;

•Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com a existente;

•Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;

•Compatibilização entre áreas protegidas, terras de comunidades tradicionais (indígenas, no norte da zona, e pescadores) e unidades produtivas, com destaque para a caprinocultura e a agricultura, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção da disponibilidade hídrica;

•Intensificação do manejo sustentável dos solos, em virtude da sua moderada a alta vulnerabilidade à erosão, de modo a evitar processos de degradação;

•Intensificação do manejo sustentável dos recursos hídricos e monitoramento do uso das águas dos rios São Francisco (Lago de Itaparica) e Vaza-Barris, restringindo especialmente os cultivos irrigados, e contemplando os usos múltiplos e garantindo sua função social e ambiental, em virtude da deficiência hídrica no solo e da escassez das chuvas, com precipitações médias anuais variando entre 500 mm e 700 mm, do alto risco de seca e dos solos rasos com fase pedregosa, que podem ocasionar salinização;

•Aprimoramento do controle sobre o uso de agrotóxicos, o descarte de embalagens e resíduos, com vistas a evitar a contaminação dos recursos hídricos subterrâneos, em virtude da proximidade com os rios São Francisco e Vaza Barris.

Consolidação da infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação), tanto em áreas urbanas como rurais, a predominância rural e o porte muito pequeno na grande maioria dos municípios que interceptam a zona.

Garantia do atendimento social de qualidade a toda população, valorizando suas diferenças e especificidades priorizando as comunidades rurais, que são numericamente maiores, com grandes demandas na área social.

Promoção da diversificação e desconcentração da matriz econômica, respeitando as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores, garantindo a ambos o direito a terra, visto a centralidade urbana de Paulo Afonso e a baixa capacidade econômica dos municípios que estão em seu entorno

Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social (predomina o tipo 8), com a participação das comunidade organizada.

Priorização do reconhecimento e regularização fundiária das comunidades tradicionais, objetivando o título formal das terras que ocupam, considerando que nos municípios que interceptam a zona estão 5 comunidades indígenas e de 7 pescadores artesanais

Incentivo a atuação das organizações sociais existentes nos espaços deliberativos, pois não é elevado o número de representações sociais.

#### ✓ ZONA 32 - Tabuleiros de Itapicuru e Tucano Sul

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais nos extensos fragmentos de caatinga, com vistas principalmente à estabilidade da dinâmica hidroambiental natural, da geomorfologia, das características naturais dos solos, de nichos associados à existência de cavernas e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

•Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares, abrangendo especialmente os fragmentos de vegetação natural situados sobre os tabuleiros e nas encostas em suas bordas, nas planícies fluviais e vertentes dos rios Real, Itapicuru e Inhambupe, nas áreas com ocorrência de cavernas, situadas no extremo leste da zona, e sobre áreas de recarga do aquífero Tucano;

•Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com as existentes em zonas vizinhas;

•Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;

•Compatibilização entre áreas relevantes à conservação, terras de comunidades tradicionais (indígenas, no norte da zona, quilombolas e pescadores) e unidades produtivas, com destaque para a agricultura irrigada, a pecuária e a mineração, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção da disponibilidade hídrica e a sustentação dos tabuleiros;

•Intensificação do manejo sustentável dos solos, em virtude da baixa capacidade de armazenamento de água, baixa fertilidade e por serem predominantemente arenosos;

•Intensificação do manejo sustentável dos recursos hídricos e monitoramento do uso das águas dos rios Inhambupe, Itapicuru e Real, contemplando os usos múltiplos e garantindo sua função social e ambiental, impondo restrições aos cultivos irrigados e à expansão da silvicultura, especialmente em virtude da deficiência hídrica no solo e da escassez das chuvas, com precipitações médias anuais variando entre 700 mm e 1000 mm;

•Aprimoramento do controle sobre o uso de agrotóxicos, o descarte de embalagens e resíduos, com vistas a evitar a contaminação dos recursos hídricos subterrâneos de grande importância para a região, inclusive para o turismo, com presença de fontes termais perenes, em virtude da alta permeabilidade dos solos;

Consolidação da infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação), tanto em áreas urbanas como rurais.

Garantia do atendimento social de qualidade a toda população, valorizando suas diferenças e especificidades.

Criação de alternativas para o desenvolvimento econômico diversificado e desconcentrado, respeitando as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores, garantindo a ambos o direito a terra, pois existe uma elevada concentração de terras (média do índice de Gini é 0,76).

Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação das comunidade organizada.

Priorização do reconhecimento e regularização fundiária das comunidades tradicionais, objetivando o título formal das terras que ocupam, principalmente as 8 comunidades quilombolas existentes na zona

#### ✓ ZONA 33 - Recôncavo Baiano

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais nos fragmentos remanescentes de floresta ombrófila densa, vegetação secundária em diferentes estágios de regeneração, e cerrado, com vistas

principalmente à estabilidade da geomorfologia, das características naturais dos solos e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares, abrangendo especialmente os fragmentos de vegetação natural situados sobre relevo ondulado, nas planícies fluviais, nas bordas da Baía de Todos os Santos e na Depressão de Camaçari, importante representante do bioma cerrado do litoral da Bahia;

- Fortalecimento da gestão das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: APA Baía de Todos os Santos, Monumento Natural Caminhos do Subaé, APA Joanes-Ipitanga e Reserva Extrativista Marinha da Baía de Iguape;

- Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com as existentes;

- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;

- Compatibilização entre áreas protegidas, terras de comunidades tradicionais (quilombolas e pescadores) e unidades produtivas, com destaque para a extração de petróleo, a agropecuária, o turismo e a mineração, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à estabilização dos solos em áreas de relevo ondulado;

- Intensificação do manejo sustentável dos solos, especialmente nas planícies marinhas e fluviomarinhas, onde a vulnerabilidade à erosão é muito alta;

- Intensificação do controle sobre as fontes de poluição dos cursos d'água e nas baías de Aratu, Iguape e Todos os Santos, pela importância socioambiental, cultural, e potencial pesqueiro, turístico, paisagístico e náutico;

- Intensificação do controle sobre a poluição do solo, corpos d'água, lençol freático e ar, em virtude dos resíduos gerados pelo Polo Industrial de Camaçari e Refinaria Landulpho Alves de Mataripe, devido ao extremo potencial contaminante e à utilização dos recursos hídricos do importante aquífero São Sebastião, formado por manto areno-silicoso de alta permeabilidade natural;

- Intensificação do controle sobre a pesca predatória e criminosa, que causa danos irremediáveis ao relevo marinho e à biodiversidade;

- Aprimoramento do controle sobre o uso de agrotóxicos e o descarte de embalagens e resíduos, com vistas à manutenção da qualidade das águas, especialmente na Depressão de Camaçari, importante superfície de infiltração e recarga do aquífero São Sebastião;

Priorização de atividades que promovam a sustentabilidade das comunidades tradicionais de pesca e quilombolas, respeitando seus modos de vida

Revitalização e ampliação da infraestrutura e serviços de mobilidade regional do recôncavo e BTS a exemplo de construção de atracadouros e promoção do transporte hidroviário

Promoção do turismo náutico.

Intensificação da fiscalização para prevenção de uso e ocupação irregular sobre as APPs e demais áreas protegidas.

Desenvolvimento do turismo ecológico e cultural, associado à conservação do patrimônio natural e cultural, integrando as comunidades de pesca e comunidades quilombolas como oportunidade para melhoria das suas condições de vida.

Apoio à estruturação para sustentabilidade da pesca artesanal e aquicultura social, com fortalecimento da cadeia produtiva.

Intensificação do apoio às unidades de conservação existentes, como compensação ambiental nos processos de licenciamento dos empreendimentos imobiliários, de infraestrutura e industriais.

Apoio a criação e funcionamento de uma Agência de Gestão da BTS, com participação do poder público e dos segmentos sociais e econômicos, com vistas ao fortalecimento da governança executiva integrada dos municípios que integram a BTS, fortalecendo suas UCs, como a APA, a RESEX, entre outras.

Estruturação da infraestrutura de apoio ao turismo local, com ampliação da mobilidade regional para circulação de pessoas e produtos, com vistas ao desenvolvimento regional e à atração do turismo especializado, nacional e internacional.

#### ✓ ZONA 34 - Urbana Industrial da Grande Salvador

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais nos fragmentos remanescentes de floresta ombrófila densa e vegetação secundária em diferentes estágios de regeneração, com vistas principalmente à estabilidade da geomorfologia, das características naturais dos solos e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares, abrangendo especialmente os fragmentos de vegetação natural situados sobre relevo ondulado e intercalados ao tecido urbano, nas planícies fluviais e fluviomarinhas, nas bordas da Baía de Todos os Santos, no entorno de mananciais de abastecimento da metrópole e nas dunas com vegetação de restinga;

- Fortalecimento da gestão das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: APA Baía de Todos os Santos, APA Joanes-Ipitanga, APA Bacia do Cobre-São Bartolomeu, APA Lagoas e Dunas do Abaeté e APA Plataforma Continental do Litoral Norte;

- Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com as existentes;

- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;

- Compatibilização entre áreas protegidas, terras de comunidades tradicionais (quilombolas) e unidades produtivas, com destaque para a indústria, o turismo e a mineração, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à estabilização dos solos em áreas de relevo ondulado;

- Intensificação do manejo sustentável dos solos e adequação de tecnologias construtivas e urbanísticas, especialmente nas planícies marinhas e fluviomarinhas, onde a vulnerabilidade à erosão é muito alta, assim como nas vertentes de relevo ondulado, onde há alto risco de desmoronamento;

- Intensificação do controle sobre as fontes de poluição dos cursos d'água e nas baías de Aratu e Todos os Santos, devido a sua importância socioambiental e cultural, e ao seu potencial pesqueiro, turístico, paisagístico e náutico;

- Intensificação do controle sobre a poluição do solo, corpos d'água, lençol freático e ar, em virtude dos resíduos gerados pelo Centro Industrial de Aratu (CIA) e Distrito Industrial Urbano (DINURB), devido ao seu extremo potencial de contaminação;

- Despoluição dos mananciais de abastecimento e universalização do saneamento ambiental, considerando: rede e tratamento de efluentes domésticos e industriais; manejo, tratamento e destinação final adequada dos resíduos sólidos urbanos e industriais, com ênfase na coleta seletiva, no reuso e na reciclagem; e rede, manejo e tratamento das águas pluviais;

- Intensificação do controle sobre a pesca predatória e criminosa, que causa danos irremediáveis ao relevo marinho e à biodiversidade;

Promoção de atividades industriais não poluentes, tais como biotecnologia, tecnologia da informação e comunicação.

Incentivo às atividades que utilizem tecnologias limpas.

Estruturação da mobilidade metropolitana, valorizando inclusive o transporte hidroviário.

Priorização da elaboração da Política Metropolitana do Estado e da construção do Plano da RMS.

Estímulo ao desenvolvimento dos serviços de alto valor agregado (superiores), tais como educação, medicina, financeiro, cultural e tecnologia da informação e comunicação.

Consolidação da infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação), vista a grande pressão populacional e a demanda crescente nos grandes centros urbanos.

Garantia do atendimento social de qualidade a toda população, valorizando suas diferenças e especificidades, considerando que nos grandes centros existe uma maior demanda, inclusive de pessoas que vem do interior do Estado para serem atendidas.

Criação de alternativas de desenvolvimento econômico diversificado e desconcentrado.

Incentivo a atuação das organizações sociais existentes nos espaços deliberativos.

Priorização do reconhecimento e regularização fundiária das comunidades tradicionais, objetivando o título formal das terras que ocupam, principalmente para as duas comunidades quilombolas presentes na zona, e para as comunidades de pesca artesanal.

#### ✓ ZONA 35 - Planalto Costeiro do Litoral Norte

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais nos fragmentos de floresta ombrófila densa e cerrado, principalmente na faixa litorânea e seu entorno, com vistas principalmente à estabilidade das características naturais dos solos e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares, abrangendo especialmente os fragmentos de vegetação natural situados sobre relevo ondulado, nas proximidades do litoral e nas planícies fluviais e fluviomarinhas dos rios Real, Piranji, Itapicuru, Itariri, Inhambupe, Subaúma, Sauípe, Imbassaí e Pojuca, com presença de sítios arqueológicos;

- Fortalecimento da gestão das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: APA Joanes-Ipitanga, APA Lagoas de Guarajuba, APA Rio Capivara, APA Litoral Norte do Estado da Bahia e APA Plataforma Continental do Litoral Norte;

- Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com as existentes;

- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;

- Compatibilização entre áreas protegidas, terras de comunidades tradicionais (quilombolas e pescadores) e unidades produtivas, com destaque para a silvicultura, a citricultura, a pecuária, o cultivo de coco, o turismo e a mineração, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção das características naturais dos solos;

- Intensificação do manejo sustentável dos solos, considerando o potencial do clima úmido a subúmido, com precipitações entre 1000 e 1800 mm, o relevo plano a suave ondulado, e a alta vulnerabilidade à erosão nas planícies fluviais;

- Aprimoramento do controle sobre o uso de agrotóxicos, o descarte de embalagens e resíduos, com vistas à manutenção da qualidade das águas, em virtude da relativamente densa rede de drenagem natural e dos significativos índices pluviométricos, com precipitações médias anuais chegando a 1800 mm;

Restrição aos empreendimentos imobiliários sobre áreas frágeis e com remanescentes de vegetação.

Restrição a empreendimentos que causem impactos paisagísticos significativos, especialmente para não prejudicar o potencial turístico de natureza.

Estímulo às práticas de manejo mais intensivos da pecuária e maior verticalização da produção industrial em unidades de pequeno porte, considerando a produção local.

Consolidação das infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação), tanto em áreas urbanas como rurais.

Garantia do atendimento social de qualidade a toda população, respeitando suas diferenças e especificidades.

Criação de alternativas de desenvolvimento econômico diversificado e desconcentrado, valorizando as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores, garantindo a ambos o direito a terra, principalmente para as 6 comunidades quilombolas existentes.

Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social (predominância do tipo 8, com presença dos tipos 1 e 3), com a participação da comunidade organizada.

Incentivo a atuação das organizações sociais existentes nos espaços deliberativos, pois é baixa a quantidade de representações sociais na maior parte dos municípios que interceptam a zona.

#### ✓ ZONA 36 - Planícies Fluvio-marinhas

Conservação das áreas com alta importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais nos amplos fragmentos de floresta ombrófila densa, restingas e manguezais, distribuídos ao longo de toda a zona, com vistas principalmente à estabilidade das características naturais dos solos e dos componentes naturais provedores de interação etnobiológica com valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais, mediante:

- Criação e implantação de áreas protegidas públicas e/ou particulares, abrangendo especialmente os fragmentos de vegetação natural situados sobre relevo ondulado, nas proximidades do litoral e nas planícies fluviais e fluvio-marinhas dos rios Real, Piranji, Itapicuru, Itariri, Inhambupe, Subaúma, Sauípe, Imbassaí e Pojuca, com presença de sítios arqueológicos;

- Fortalecimento da gestão das diversas áreas protegidas existentes ao longo de todo o litoral da Bahia;

- Implantação de corredores ecológicos visando conectar novas áreas protegidas (a serem criadas) com as existentes;

- Identificação de áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal;

- Compatibilização entre áreas protegidas, terras de comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas e pescadores ao longo de todo o litoral) e unidades produtivas, com destaque para o cultivo de coco, o turismo, a maricultura e a mineração, promovendo a adequação dessas atividades especialmente à manutenção das características naturais dos solos e dos ambientes costeiros, fundamentais para muitas espécies terrestres e marinhas;

- Intensificação do manejo sustentável dos solos e adequação de tecnologias construtivas e urbanísticas, considerando a vulnerabilidade à erosão muito alta dos depósitos quaternários que predominam nas planícies fluvio-marinhas;

- Adoção de medidas seguras de proteção socioambiental na concepção, implantação e operação dos empreendimentos potencialmente impactantes, especialmente os de infraestrutura portuária e indústrias, considerando a convivência sustentável com o turismo, lazer, proteção ambiental, cultural e histórica dos bens e recursos costeiros;

- Manutenção da estrutura física das planícies fluvio-marinhas com seus recifes, bancos de areia, dunas, restingas, terraços, deltas, estuários e manguezais, considerando sua importância para: proteção da zona costeira contra enchentes, amortização da potência e progresso das marés, fixação dos solos instáveis, diminuição dos efeitos da erosão nas margens dos canais e dos estuários, deposição dos sedimentos fluviais nas áreas de menor energia e conservação do equilíbrio dos processos morfo-genéticos dos sistemas costeiros;

- Intensificação do controle sobre a pesca predatória e criminosa, que causa danos irremediáveis ao relevo marinho e à biodiversidade;

Promoção do turismo cultural e de natureza, associado à conservação do patrimônio natural e cultural.

Apoio à estruturação para sustentabilidade da pesca artesanal e aquicultura social, com fortalecimento da cadeia produtiva

Promoção do turismo náutico.

Intensificação da fiscalização para prevenção de uso e ocupação irregular sobre as APPs e demais áreas protegidas.

Intensificação do apoio às unidades de conservação existentes, como compensação ambiental nos processos de licenciamento dos empreendimentos imobiliários, de infraestrutura e industriais.

Restrição às atividades produtivas extensivas.

Estruturação da infraestrutura de apoio ao turismo local, com ampliação da mobilidade regional para circulação de pessoas e produtos, inclusive a mobilidade hidroviária, com vistas ao desenvolvimento regional e à atração do turismo especializado, nacional e internacional.

Consolidação da infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação), tanto em áreas urbanas como rurais.

Garantia do atendimento social de qualidade a toda população, respeitando suas diferenças e especificidades.

Criação de alternativas de desenvolvimento econômico diversificado e desconcentrado, valorizando as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores, garantindo a ambos o direito a terra, visto que é alta a concentração fundiária nos municípios que interceptam a zona (0,77 – índice de Gini de terras médio).

Fortalecimento da gestão municipal, possibilitando autonomia para os investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social (apesar de ter tipos 1, 2 e 3, predomina o tipo 8), com a participação da comunidade organizada.

Priorização da infraestrutura habitacional, de atendimento social (educação do campo e saúde) e produtivo em assentamentos de reforma agrária, preservando o modo de vida do agricultor familiar e possibilitando sua permanência no campo, considerando que existem 70 assentamentos de reforma agrária nos municípios que interceptam esta zona

Criação de assentamentos de reforma agrária visando atender a demanda dos trabalhadores rurais sem terra em locais onde haja possibilidade de desenvolvimento sociocultural e econômico, considerando que existem 44 acampamentos de trabalhadores rurais sem terra localizados nos municípios que interceptam esta zona.



## 5. DIRETRIZES SISTEMATIZADAS PELO GOVERNO

A partir do conjunto de diretrizes elaborado pelo consórcio a equipe do governo produziu uma sistematização de diretrizes estaduais e por zona (gerais e específicas). As diretrizes gerais estaduais são apresentadas a seguir e as diretrizes por zonas foram apresentadas nas fichas de caracterização no item 3 deste relatório.

### 5.1. Diretrizes Gerais

1. Aprimorar o saneamento e estabelecer ações de proteção, prevenção da contaminação e a melhoria progressiva da qualidade das águas superficiais e subterrâneas.
2. Promover a articulação dos instrumentos de gestão ambiental e de recursos hídricos, especialmente os instrumentos econômicos.
3. Implementar Planos de Bacia e de revitalização de rios estratégicos, buscando, quando necessário, fontes de recursos complementares aos da cobrança do uso da água.
4. Manter atualizados os cadastros das fontes potencialmente poluidoras, dos usuários de águas superficiais e subterrâneas e de infraestrutura hídrica.
5. Promover o manejo sustentável dos solos, os métodos conservacionistas e os usos e práticas agrícolas adequadas aos diferentes agroecossistemas, que reduzam a vulnerabilidade do solo à erosão, evitando o processo de arenização, desertificação e salinização.
6. Monitorar a ampliação de pastagens e estimular a recuperação de pastagens degradadas ou com sobrepastoreio.
7. Incentivar sistemas agroflorestais, agroecológicos, permaculturais, agrosilvopastoris e outros modelos agrobiodiversos, especialmente em áreas com maior vulnerabilidade dos solos e da biodiversidade.
8. Limitar as supressões de vegetação e atividades que requeiram cultivo intenso em solos com vulnerabilidade à erosão.
9. Promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, por meio do Sistema de Unidades de Conservação, de instrumentos econômicos como a Política de Pagamento por Serviços Ambientais, a recuperação de áreas degradadas, a conexão de remanescentes florestais em corredores ecológicos e a compensação ambiental.
10. Fomentar o desenvolvimento tecnológico para acesso ao patrimônio genético e a repartição equitativa dos benefícios da biodiversidade como forma de uso sustentável, envolvendo, sempre que possível, participação e conhecimento tradicional associado.
11. Realizar estudos que orientem medidas compensatórias associadas a supressão vegetal, priorizando as compensações de supressão vegetal e de Reserva Legal no próprio Estado.
12. Implementar programas para a conservação do solo e da água, recuperação de nascentes e matas ciliares e o manejo de microbacias.
13. Condicionar as licenças ambientais à análise criteriosa da qualidade e quantidade das águas disponíveis.
14. Estabelecer uma base de dados georreferenciada para monitoramento e indicação de áreas prioritárias para restauração das áreas degradadas, especialmente em áreas associadas às unidades de conservação, áreas prioritárias para a conservação e para a conectividade.
15. Implementar programas e ações para redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), adaptação e mitigação aos efeitos das mudanças climáticas.
16. Fomentar e orientar as pesquisas ambientais do Estado para a gestão ambiental, contemplando temas como o uso sustentável e econômico da biodiversidade, inventários, diagnósticos ambientais, medidas compensatórias associadas a supressão vegetal, melhores tecnologias ambientais disponíveis, gestão de espaços e recursos comuns e a restauração de áreas degradadas.
17. Desenvolver e implementar, de modo articulado, os diferentes diagnósticos e planejamentos territoriais socioeconômicos e ambientais, destacadamente o Mapa da Cobertura Vegetal, a Lista de Espécies Ameaçadas, o Mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação, o Zoneamento Ecológico Econômico, o Zoneamento Ecológico Econômico

- Costeiro, os Planos de Bacia Hidrográfica, os Planos de Manejo de Unidades de Conservação, Planos Territoriais de Desenvolvimento Integrado, Plano Local de Desenvolvimento e os Planos Diretores Municipais, entre outros.
18. Acompanhar o estado de conservação dos remanescentes vegetais nativos, a qualidade do ar, das águas superficiais e subterrâneas e do solo, e a biodiversidade, por meio do monitoramento ambiental permanente, a partir de indicadores e parâmetros específicos.
  19. Integrar a dimensão ambiental às políticas, planos, programas e projetos federais, estaduais e municipais, de forma a promover o adequado uso sustentável dos recursos naturais e o respectivo ordenamento territorial, priorizando o fortalecimento da gestão ambiental municipal, o desenvolvimento socioeconômico e a redução das desigualdades sociais.
  20. Apoiar a articulação interinstitucional, a gestão e governança territoriais fortalecendo instâncias participativas, Colegiados de Políticas Públicas e outros mecanismos de controle social voltados para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental.
  21. Viabilizar a Política de Desenvolvimento Territorial e a Gestão Ambiental e Urbana na Bahia por meio da cooperação federativa e de Programas com apoio técnico, institucional e capacitação de gestores e técnicos municipais.
  22. Promover a soberania alimentar, priorizando a produção de alimentos e a diminuição da pobreza e da desnutrição.
  23. Desenvolver estudos que indiquem limites de ocupação das áreas agrícolas dos municípios por monoculturas, visando a diversificação da matriz econômica, a geração de trabalho e renda e a conservação da biodiversidade.
  24. Agregar valor aos produtos da agropecuária, pela estruturação de cadeias produtivas, qualificação dos processos de produção, beneficiamento e comercialização.
  25. Promover a adoção de sistemas produtivos sustentáveis tanto por parte da agricultura familiar, quanto pelos médios e grandes produtores rurais.
  26. Priorizar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental diversificado e desconcentrado.
  27. Priorizar a agricultura sustentável adequando a matriz produtiva à redução de emissão de gases que produzem o efeito estufa.
  28. Fomentar a política de demarcação e ordenamento de áreas e parques aquícolas nos principais corpos hídricos baianos.
  29. Promover a conservação e o uso sustentável dos recursos pesqueiro e ecossistemas aquáticos.
  30. Promover a pesca e aqüicultura como fonte de alimentação, trabalho, renda e lazer, otimizando os benefícios econômicos e sociais decorrentes.
  31. Implementar programas voltados à cadeia produtiva da pesca, destacando-se pescadores e extrativistas artesanais e tradicionais, com formação, assistência técnica e extensão pesqueira.
  32. Implementar programas e ações para o fortalecimento da cadeia produtiva da mineração em bases sustentáveis, visando incentivar o beneficiamento e agregar valor à produção mineral, considerando as restrições socioambientais e hídricas.
  33. Implementar política de recuperação e/ou remediação dos passivos e impactos ambientais da mineração, articulada a ações e programas de monitoramento.
  34. Compatibilizar as atividades de turismo e o desenvolvimento urbano.
  35. Apoiar a conservação e valorização dos recursos naturais, históricos, culturais e étnico-religiosos em sua qualidade e diversidade, estimulando a constituição de novos roteiros e atrações como estratégia de fortalecimento do turismo ecológico, de aventura, de “paisagens”, natural, cultural, de negócios e espeleológico.
  36. Promover a integração territorial, a eficiência econômica e a redução dos impactos socioambientais do setor de transportes.
  37. Promover intervenções estruturais em eixos e equipamentos logísticos estratégicos para a ampliação da intermodalidade.
  38. Promover a melhoria e a requalificação das rodovias e estradas vicinais dos Estados de modo a facilitar a circulação dos fluxos econômicos e de pessoas.
  39. Estimular a diversificação da matriz energética do Estado aproveitando o potencial de fontes alternativas, renováveis e da autogeração elétrica sustentável de pequeno porte.
  40. Promover o desenvolvimento de indústrias não poluentes e intensivas em tecnologia.
  41. Intensificar a verticalização da produção, estimulando a agregação de valor aos produtos manufaturados.
  42. Priorizar a desconcentração espacial das atividades produtivas.

43. Estimular a eficiência energética nos sistemas produtivos, especialmente na indústria.
44. Incentivar a adoção de tecnologias de irrigação e dessalinização alimentadas por sistemas locais de energia, especialmente no semi-árido.
45. Fomentar a pesquisa científica, tecnológica e a inovação com vistas a geração de conhecimento e de novas tecnologias, incluindo tecnologias sociais.
46. Priorizar os investimentos em melhoria da infraestrutura habitacional, saneamento, educação e saúde no meio rural, promovendo a melhoria da qualidade de vida principalmente dos agricultores familiares, assentados e os povos e comunidades tradicionais.
47. Fomentar o desenvolvimento sustentável, o reconhecimento enquanto grupo, a regularização fundiária, o fortalecimento e a promoção dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais dos povos e comunidades tradicionais, respeitando sua identidade, formas de organização e suas instituições.
48. Implementar programas permanentes de convivência com a seca nas regiões semiáridas do estado, priorizando a realização de obras de infraestrutura hídrica.
49. Garantir o direito a terra e o acesso a água de qualidade, de forma democrática e justa, à toda população, reduzindo as desigualdades regionais do estado.
50. Implementar políticas de combate à fome e de promoção da segurança alimentar e nutricional.
51. Promover a inclusão socioeconômica, o combate à pobreza e a geração de trabalho e renda, com ênfase no incentivo ao empreendedorismo, à economia solidária e ao cooperativismo.
52. Ampliar a rede de atendimento em saúde, com fortalecimento da regulação, articulação em rede e hierarquização regional dos serviços.
53. Fortalecer as políticas de combate à mortalidade materna e infantil, priorizando a atenção e prevenção a saúde da gestante, o aleitamento materno e acompanhamento da criança, sobretudo no primeiro ano de vida.
54. Promover a universalização dos serviços de saúde com qualidade, com ênfase na ampliação e melhoria da rede de Atenção Básica, na articulação com o sistema de vigilância epidemiológica e no atendimento às necessidades das políticas geracionais, de gênero e de raça.
55. Potencializar programas e ações que atuem na vigilância epidemiológica, riscos, agravos e controle das doenças endêmicas e epidêmicas.
56. Fomentar programas e projetos capazes de assegurar a permanência e a conclusão das etapas sucessivas e a integração dos níveis do Ensino Fundamental e Médio da Educação Básica e Profissional, possibilitando acesso ao Ensino Superior.
57. Fortalecer as universidades estaduais como centros de excelência em ensino, pesquisa e extensão na formação de profissionais de nível superior, atendendo as demandas inerentes ao processo de desenvolvimento social, econômico, ambiental, científico, tecnológico e cultural do estado.
58. Fortalecer as políticas de combate ao analfabetismo e de elevação da escolaridade da população com mais de 15 anos de idade.
59. Implementar políticas de promoção da igualdade de gênero baseadas no combate à gravidez na adolescência, na educação sexual, na formação educacional, na autonomia, no empoderamento feminino e no combate a todas as formas de violência contra as mulheres.
60. Articular o conhecimento científico existente com os saberes populares e modos de vida locais para valorização e conservação do patrimônio histórico, cultural, artístico, arquitetônico e arqueológico, material e imaterial, em suas diversas manifestações tradicionais e contemporâneas.
61. Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres por meio da assistência técnica, do acesso ao crédito e do apoio ao empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e comércio.
62. Identificar, recuperar e conservar o patrimônio histórico, artístico, arquitetônico e arqueológico.
63. Valorizar as diversas manifestações tradicionais e contemporâneas que compõem o patrimônio material e imaterial dos municípios.



## 6. AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (B3A)

### 6.1. Introdução

A **Indicação Preliminar de Ações de Desenvolvimento Sustentável – B3A**, conforme prevista no TDR considera um conjunto de atividades: concepção de novas proposições; indicação das ações emergenciais; classificação das proposições existentes e das novas proposições; indicação das tendências de ocupação e articulação regional, definidas em função das tendências de uso da terra, dos fluxos econômicos e populacionais, da localização da infraestrutura e circulação da informação; indicação dos horizontes das proposições existentes e das novas proposições; e hierarquização preliminar das proposições.

Conforme observado no Roteiro Metodológico do TDR, essas atividades consideravam a montagem dos Cenários Prospectivos e as demandas, anseios e reivindicações manifestadas nas plenárias das audiências públicas, especialmente para definição e hierarquização das proposições, previstas na versão final do ZEE.

O caráter programático das ações, previsto no TDR, com definição de horizontes temporais, classificações e detalhamento executivo estava relacionado à existência dos Planos Mestres, que definiam um planejamento programático para as Macro-Regiões do Estado. Para o Zoneamento Ecológico Econômico não cabem ações programáticas, não somente pela incompatibilidade da escala, mas também pelo caráter preliminar deste ZEE, onde não houve oficinas participativas para a priorização das ações que, no TDR, deveriam ser posteriormente detalhadas em caráter executivo.

Os conteúdos referentes ao Cenário estão contemplados no Volume 8 deste Relatório, onde encontra-se apresentado o Cenário Tendencial. Os conteúdos referentes à atuação do setor público no território está considerado no produto Potencialidades e Limitações Institucionais, Volume 7, assim como nos Arranjos Institucionais para Atuação, no Volume 1. Os Arranjos incluem ainda a proposição de arranjos institucionais preliminares que visem facilitar a implementação de novos sistemas de gestão adequados a diferentes situações.

Por fim, os conteúdos previstos no TDR para a Indicação Preliminar das Ações Emergenciais de Desenvolvimento Sustentável estão contemplados no Quadro apresentado neste item, tais como: “*Produção e Transformação, Tecnologia, Comercialização, Logística, Qualificação e Treinamento, Compensações Ambientais*”.

### 6.2. Processo Metodológico

No ZEE Preliminar as Ações de Desenvolvimento Sustentável foram definidas a partir dos estudos desenvolvidos em cada tema, na construção das vulnerabilidades, qualidades e potencialidades e limitações, assim como no processo de elaboração das Diretrizes Temáticas. Dessa forma, as ações foram produzidas em cada dimensão temática, inclusive com a ênfase exigida no TDR de “priorização das Ações Emergenciais de Caráter Ambiental”.

A partir das análises temáticas e das relações entre os temas foram identificados estudos necessários ao aprimoramento do ZEE-BA e ações de referência para o aprimoramento do desenvolvimento sustentável do Estado da Bahia, envolvendo: intervenções logísticas estratégicas para o aumento do desenvolvimento do Estado; orientações e recomendações para o aprimoramento do processo de licenciamento ambiental das atividades produtivas; ações estratégicas de caráter ambiental, sociocultural, socioambiental e socioeconômico.

Os procedimentos metodológicos constaram de duas etapas, sendo a primeira temática e a segunda de interação temática, ou integrada. A primeira etapa (temática) constou de três processos: i) identificação de cada consultor sobre as recomendações específicas de cada tema; ii) sugestões de estudos complementares, necessários ao aprimoramento do ZEE-BA; e iii) ações emergenciais reconhecidas como fundamentais à superação de situações críticas ou para alavancar o desenvolvimento de uma determinada região ou território. A segunda etapa (de interação temática), construída por meio de oficinas de interação temática e dos diálogos entre os consultores, produziu as Ações de Desenvolvimento Sustentável que estão apresentadas como Diretrizes de Interação Temática.

A definição das Ações de desenvolvimento Sustentável teve, portanto, como escopo base, as recomendações produzidas em cada tema e nas interações temáticas, estando apresentadas sob duas formas: **Quadro de Proposição de Estudos e Ações Emergenciais de Desenvolvimento Sustentável** e, em formato complementar, como Diretrizes, com caráter de ação, no **Quadro de Diretrizes Específicas Temáticas** e no **Quadro de Diretrizes de Interação Temática**, integrantes do item 4 – Diretrizes do ZEE-Ba, no Volume 1, deste Relatório. Neste tópico, as Ações de Desenvolvimento Sustentável estão apresentadas no formato do Quadro de Proposições de Estudos e Ações Emergenciais de Desenvolvimento Sustentável.

### 6.3. Resultados

Apresenta-se a seguir o **Quadro de Proposição de Estudos e Ações Emergenciais de Desenvolvimento Sustentável**.

Quadro 34 - Proposição de estudos e ações emergenciais de desenvolvimento sustentável

TEMA	ESTUDOS EMERGENCIAIS QUE O ESTADO DEVE PRIORIZAR PARA O APRIMORAMENTO DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO TERRITORIAL, COM VISTAS À SUSTENTABILIDADE	AÇÕES EMERGENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO QUE DEVEM SER CONSIDERADAS COMO PRIORIDADE PELO ESTADO PARA O DESENVOLVIMENTO COM SUSTENTABILIDADE E EQUIDADE
AGROPECUÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Priorizar a pesquisa agropecuária de modo autônomo, fortalecendo este setor dentro da EBDA ou recriando, a exemplo de outros estados da federação (Minas, São Paulo, Paraná, Pernambuco etc.) seu ente de pesquisas agropecuárias, que no passado chamava-se EPABA. As pesquisas incentivadas devem ter progressivamente, componentes de agroecologia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Intensificar a implementação de programas de assistência técnica que estimulem e promovam a agroecologia e a qualificação / beneficiamento da produção agropecuária.</li> <li>• Realizar pesquisas agropecuárias de forma sistemática.</li> <li>• Fortalecer e priorizar ações de apoio à inserção e consolidação da agricultura familiar nos arranjos produtivos.</li> <li>• Estimular a criação de instrumentos e procedimentos para certificação dos produtos agropecuários da Bahia.</li> <li>• Elaborar o zoneamento detalhado das regiões produtivas e suas atividades agropecuárias, em escala de 1:100.000, para subsidiar a elaboração de políticas de apoio setorial/espacial compreendendo pesquisas em ciências agrárias e ciências sociais, difusão de conhecimento, assistência técnica, financiamento e apoio a gestão produtiva.</li> </ul>
ENERGIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisas em energia renovável (solar, eólica, biomassa).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar estudos para avaliar viabilidade e as formas de utilização de sistemas de geração de energias renováveis para o pequeno e médio produtor rural.</li> <li>• Priorizar negociações para que as concessionárias de fornecimento e distribuição de energia pelo sistema interligado adquiram energias geradas a partir de fontes renováveis com vistas à incentivar a difusão de sistemas autônomos de geração de energia.</li> <li>• Promover a utilização de usinas termelétricas e incentivar o incremento da produção de energia elétrica com o uso de fontes alternativas de energia para fazerem frente a black-outs no sistema elétrico interligado e evitem a queda no nível de água dos reservatórios das usinas hidrelétricas.</li> </ul>
TURISMO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação e geolocalização das principais estruturas geográficas de interesse paisagístico;</li> <li>• Identificação e qualificação do patrimônio espeleológico nas áreas cársticas do estado da Bahia;</li> <li>• Identificação e qualificação do potencial hidrotérmico no território da Bahia;</li> <li>• Levantamento por Zona Turística do potencial de implantação de atividades de beneficiamento e manufaturas de matérias primas características locais, tendo como turismo seu parceiro de promoção e divulgação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Introduzir o elemento paisagem, como parâmetro de análise e orientação, no sistema de planejamento, licenciamento etc. estadual e municipal;</li> <li>• Fortalecer a gestão, monitoramento e fiscalização das APAs;</li> <li>• Controlar as atividades agrícolas nas áreas cársticas – potencial espeleológico;</li> <li>• Melhorar a infraestrutura turística regional / local;</li> <li>• Acesso Aeroviário: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhorar a estrutura física funcional dos aeroportos de Salvador, Ilhéus e Porto Seguro;</li> <li>- Inserção dos aeroportos de Lençóis e de Valença no sistema de vôos regulares regionais e nacionais;</li> <li>- Ativar o aeroporto de Canavieiras;</li> <li>- Melhorar a infraestrutura da rede regional dos aeroportos da Bahia.</li> </ul> </li> <li>• Acesso Marítimo: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar o terminal turístico dos portos de Salvador, Ilhéus e Porto Seguro.</li> </ul> </li> <li>○ Acesso Terrestre: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Complementar a via turística costeira, BA-001, nos trechos Canavieiras-Belmonte (prioridade 1) e Porto Seguro-Caraíva-Prado;</li> <li>- Implantação da via contorno de Lauro de Freitas;</li> <li>- Implantação/complementação do anel viário do Circuito do Ouro;</li> <li>- Melhoria da infraestrutura básica local;</li> <li>- Implantação de planos diretores e de estruturas de saneamento básico;</li> <li>- Infraestrutura turística hoteleira.</li> </ul> </li> <li>○ Requalificar Salvador e região metropolitana como elemento âncora do turismo na Bahia, com ações dirigidas em nível de mobilidade, segurança, Centro Histórico e da orla marítima.</li> <li>○ Promover a melhoria das áreas urbanas de apoio.</li> <li>○ Criar estrutura de apoio aos planos diretores urbanos, municipais e microrregionais, visando a sustentabilidade socioeconômica local/regional. <ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover nas Zonas Turísticas o fortalecimento e inovação das estruturas produtivas, tendo o turismo como seu parceiro de promoção e divulgação.</li> </ul> </li> </ul>

(continua)

TEMA	ESTUDOS EMERGENCIAIS QUE O ESTADO DEVE PRIORIZAR PARA O APRIMORAMENTO DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO TERRITORIAL, COM VISTAS À SUSTENTABILIDADE	AÇÕES EMERGENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO QUE DEVEM SER CONSIDERADAS COMO PRIORIDADE PELO ESTADO PARA O DESENVOLVIMENTO COM SUSTENTABILIDADE E EQUIDADE
<b>PESCA / AQUICULTURA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estudos para a criação de áreas e parques aquícolas federais e estaduais em corpos hídricos continentais da classe 1 e baías marinho estuarinas, a fim de poder estimar o potencial da Bahia para a atividade;</li> <li>Monitoramento da qualidade de água de corpos hídricos onde já há cultivos implementados, para o ordenamento e gestão do desenvolvimento da atividade;</li> <li>Estudos voltados para o desenvolvimento de sistemas de produção mais sustentáveis, tais como, Boas Práticas de Manejo (BPM), Boas Práticas de Pesca Responsável (BPR), policultivo, Aquicultura Multitrófica Integrada (IMTA), aquicultura orgânica, entre outros;</li> <li>Estudos sobre a avaliação de estoques pesqueiros e esforço de pesca para os recursos mais relevantes, com vistas ao ordenamento pesqueiro da atividade;</li> <li>Estudos para a caracterização das principais cadeias produtivas de pescados já estabelecidas na Bahia, para a promoção de uma melhor estruturação, gestão integrada e aprimoramento para o mercado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementar e ampliar a Assistência Técnica Rural (ATER) contínua nos territórios e ambientes em que há produção, com vistas à capacitação do capital humano, ao acompanhamento das atividades produtivas, a formação de agentes locais e comunitários de ATER, e o fortalecimento da organização social territorial;</li> <li>Realizar ações efetivas para incentivar a regularização dos aquicultores, quanto ao registro de aquicultor, licenciamento ambiental e outorga para a produção;</li> <li>Criar e implementar um sistema estatístico estadual para controle e gestão de dados sobre a produção e capital humano, por município;</li> <li>Demarcar áreas e parques aquícolas nos principais corpos hídricos baianos, fomentando a produção nestes ambientes por comunidades locais pré-selecionadas, com maior aptidão para a atividade;</li> <li>Implementar, nas regiões produtoras de pescados, unidades municipais ou regionais de armazenamento e beneficiamento de pescado, certificadas (Selos de Inspeção Estadual ou Federal – SIE ou SIF), geridas por organizações sociais locais e profissionais competentes, com o objetivo de proporcionar um maior poder de comercialização pelos produtores/pescadores para o incremento da sua renda;</li> <li>Promover a elaboração da Política da Pesca e Aquicultura da Bahia, de forma participativa, com a realização de conferências territoriais e uma estadual, voltada ao desenvolvimento da atividade com sustentabilidade.</li> </ul>
<b>CLIMA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver estudos sobre os efeitos das mudanças climáticas no Estado da Bahia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inserir informações mais aprofundadas sobre o efeito das mudanças climáticas no Estado da Bahia.</li> </ul>
<b>ÁGUA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver pesquisa sobre o Manejo de açudes em áreas com elevado risco de salinização, objetivando estabelecer critérios operacionais que controlem a concentração de sais nos reservatórios e estabelecer estratégias de recuperação de açudes existentes e abandonados por conta do elevado nível de salinidade de suas águas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantar o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos, instrumento previsto no modelo institucional das leis 9.433/97 (Federal) e 11.612/09 (Estadual), fundamental para dar adequado suporte à gestão participativa das águas;</li> <li>Aperfeiçoar o sistema de controle sobre o uso dos recursos hídricos, contemplando a outorga, a medição e o gerenciamento da oferta estabelecendo metas de médio prazo utilizando indicadores devidamente monitorados;</li> <li>Elaborar um plano de ações estratégicas para o gerenciamento dos recursos hídricos em períodos de seca;</li> <li>Aperfeiçoar o sistema de gestão das águas subterrâneas, partindo do cadastramento dos poços existentes e avaliando as potencialidades as disponibilidades e as retiradas dos principais aquíferos do estado;</li> <li>Integrar os colegiados de gestão dos recursos hídricos e de gestão dos territórios de identidade, mantendo a configuração institucional corrente;</li> <li>Intensificar a extensão rural difundindo as tecnologias de manejo das águas apropriadas para a região semiárida;</li> <li>Desenvolver técnicas de Manejo de águas subterrâneas com elevado teor de sais objetivando a viabilidade econômica para o processo de dessalinização e o destino final adequado das águas residuárias da dessalinização (as que ficam com maior concentração de sais).</li> </ul>
<b>SOLO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver pesquisas relacionadas com os seguintes temas:</li> <li>Manejo de solos com elevada deficiência hídrica para produção de alimentos;</li> <li>Manejo de solos com elevada deficiência hídrica para a Produção de espécies forrageiras.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Georreferenciar os estudos sobre solos referentes ao Projeto RadamBrasil para todo o estado da Bahia e atualizar o sistema de classificação segundo o mais recente critério da Embrapa.</li> </ul>
<b>QUALIDADE AMBIENTAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver estudos aprofundados sobre Áreas Contaminadas no Estado da Bahia, para subsidiar um Plano Estadual de Qualidade Ambiental.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inserir no ZEE-BA informações aprofundadas sobre áreas contaminadas no Estado da Bahia.</li> </ul>

(continua)

TEMA	ESTUDOS EMERGENCIAIS QUE O ESTADO DEVE PRIORIZAR PARA O APRIMORAMENTO DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO TERRITORIAL, COM VISTAS À SUSTENTABILIDADE	AÇÕES EMERGENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO QUE DEVEM SER CONSIDERADAS COMO PRIORIDADE PELO ESTADO PARA O DESENVOLVIMENTO COM SUSTENTABILIDADE E EQUIDADE
<b>INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar estudos sobre a Logística dos Transportes na Bahia com vistas à implantação de um Sistema de Regulação dos fluxos e carregamentos originados dos arranjos geradores desses (indústria, mineração, produção agropecuária com sustentabilidade ambiental e hídrica).</li> <li>• Realizar estudos específicos que busquem assegurar a eficiência da intermodalidade do sistema logístico de transporte, considerando a definição da localização dos Nós logísticos e do tamanho desses.</li> <li>• Realizar estudo relativo ao aumento da capacidade dos portos da BTS, considerando inclusive do aumento do calado dos berços de atracação, visando atrair embarcações com 150.000 TPB.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar órgão regulador e promotor da multimodalidade dos transportes;</li> <li>• Investir em Plataformas Logísticas, especialmente nos entornos dos portos (ZAALs).</li> <li>• Investir na recuperação da Hidrovia do São Francisco, Rio Grande e Rio Preto e na Ferrovia Alagoinhas Juazeiro, de modo a incentivar o crescimento concentrado da Região Nordeste no seu litoral e interligar este polo concêntrico de toda região Nordeste com o Porto de Aratu, pela sua menor distancia quando comparado com o porto de SUAPE em Pernambuco e PECEM no Ceará.</li> <li>• Equipar os portos da BTS, criando melhores condições de calado e de retroáreas (ZAAL), estendendo a Via Expressa Portuária até esta, além das melhorias dos acessos rodoferroviários.</li> <li>• Intervir junto ao Governo Federal no sentido evitar perdas de benefícios que o estado possa a vir sofrer por desvios de rotas naturalmente destinados a costa baiana, de produtos gerados dentro e fora da Bahia, a exemplo da Transnordestina e da FICO desviando fluxos cujo destino mais racional e eficiente seria a costa baiana.</li> <li>• Promover o reestudo dos traçados das ferrovias da FCA, em alternativa aos estudos que vem sendo promovidos pela ANTT, de modo a enquadrá-los nos interesses econômicos e sociais da Bahia.</li> <li>• Promover o reestudo do traçado da FIOI de modo a fazer esta ferrovia alcançar o Planalto Central em seu centro de gravidade, entorno de Brasília e entroncamento com a FICO e Norte Sul, além de buscar novo traçado para alcançar a região de Barreiras e Formosa do Rio Preto e sua área de expansão agrícola para o sul do Piauí. Tal estudo pode e deve ser considerado levando-se em conta o potencial hídrico, agrícola, turístico e mineral do Vale do Rio Paramirim e suas nascentes e vizinhas às nascentes dos Rios Paraguassu e Rio de Contas. Isto como forma de alcançar Barreiras, não mais por São Desidério e sim por Ibotirama e Muquem, abandonando a alternativa mais longa e ambientalmente mais sensível.</li> <li>• Inserir no ZEE-BA estudos mais aprofundados sobre Redes de Cidades e Redes de Comunicação.</li> </ul>
<b>MINERAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Desenvolver estudo para espacialização de aglomerações de base mineral com foco na agregação de valor;</li> <li>• Desenvolver pesquisas sobre a gestão de água e efluentes líquidos no Processo de extração e transformação mineral no Estado;</li> <li>• Realizar estudos e pesquisas, monitoramento de resíduos no Processo de extração e transformação mineral;</li> <li>• Realizar estudos e pesquisas, monitoramento de emissões atmosféricas e de Gases do Efeito Estufa;</li> <li>• Incentivar o desenvolvimento de pesquisas sobre a tecnologia e sustentabilidade mineral;</li> <li>• Incentivar parcerias e pesquisas sobre novos métodos de recuperação de Áreas Mineradas;</li> <li>• Desenvolver estudos sobre análise e avaliação da sustentabilidade na indústria mineral;</li> <li>• Financiar pesquisas científicas para a elaboração de indicadores de sustentabilidade para a indústria extrativa mineral.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Desenvolver planos de diversificação econômica e geração de renda local a partir dos polos de mineração;</li> <li>▪ Desenvolver plano do sistema de infraestrutura de suporte aos empreendimentos de Base Mineral, gerando uma rede de pequenos aeroportos, estradas, vias fluviais e complementares aos projetos estruturais de logística em curso;</li> <li>▪ Aprimorar base de dados da cadeia mineral, de modo a favorecer o monitoramento, planejamento e fomento de negócios do setor mineral.</li> <li>▪ Realizar mapeamento e regularização de jazidas de insumos minerais da construção civil, considerando as diretrizes do ZEE, de modo a mitigar os impactos ambientais da cadeia;</li> <li>▪ Aproveitar a disponibilidade e matérias primas e o suprimento de gás natural para o desenvolvimento das cadeias da Cerâmica e Rochas Ornamentais do eixo Oeste-Leste.</li> <li>• Fortalecer a estrutura de gestão Ambiental e dos Marcos Regulatórios Estaduais para o setor mineral;</li> <li>• Avaliar a dimensão Política e Institucional da Gestão Ambiental no setor mineral;</li> <li>• Integrar a abordagem das externalidades ambientais do setor mineral à Sociedade Civil Organizada na avaliação de Políticas Empresariais para o setor mineral</li> <li>• Incentivar a mineração artesanal e em pequena escala para região cujas externalidades e impactos sociais e ambientais sejam mais vulneráveis;</li> <li>▪ Investir em P&amp;D com vistas à gestão ambiental – aumentar a atuação junto aos fundos setoriais para ciência e tecnologia e fomentar parcerias com as academias e centros tecnológicos;</li> <li>▪ Aperfeiçoar a gestão das empresas mineradoras segundo princípios da responsabilidade social e ambiental;</li> <li>▪ Promover e elaborar uma política mineral do Estado associada às mudanças climática;</li> <li>▪ Aumentar a dotação orçamentária para pesquisa e desenvolvimento estadual no setor mineral, desenvolvendo parcerias em matérias de ciência e tecnologia orientada para a capacitação de recursos técnicos e humanos;</li> <li>▪ Fortalecer e capacitar os órgãos gestores de recursos hídricos, meio ambiente e biodiversidade;</li> <li>▪ Promover campanhas educativas para melhorar capacitar da sociedade em matéria de controle e monitoramento e poder de participação no processo decisório no setor mineral;</li> <li>▪ Fortalecer as estrutura de governança e a descentralização política industrial, considerando dimensões culturais, éticas e simbólicas no desenvolvimento da atividade mineral;</li> <li>▪ Valorizar o caráter endógeno preferências de populações tradicionais, (caboclos, pescadores, quilombolas, entre outros), dos povos indígenas, junto às externalidades ambientais da mineração.</li> </ul>

(continua)



TEMA	ESTUDOS EMERGENCIAIS QUE O ESTADO DEVE PRIORIZAR PARA O APRIMORAMENTO DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO TERRITORIAL, COM VISTAS À SUSTENTABILIDADE	AÇÕES EMERGENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO QUE DEVEM SER CONSIDERADAS COMO PRIORIDADE PELO ESTADO PARA O DESENVOLVIMENTO COM SUSTENTABILIDADE E EQUIDADE
<b>INDÚSTRIA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaborar estudos de mapeamento e sistematização de informações sobre o parque indústria atual, visando oportunizar novos investimentos e o fortalecimento da base instalada;</li> <li>▪ Realizar estudos de alternativas de compensação tributária para equacionar a incidência do ICMS entre municípios com bases florestais e industrialização;</li> <li>▪ Realizar estudo técnico de oportunidades de investimento na cadeia construção civil no estado, definindo o programa de atração de empreendedores;</li> <li>▪ Realizar estudo de viabilidade da indústria de fármacos na Bahia;</li> <li>▪ Realizar estudos de incentivo ao empreendedorismo coletivo que incluam consórcios, rede de cooperação interempresariais, cooperativas, associações e empresas de participação comunitária.</li> <li>• Implementar políticas de incentivos, estímulo ao investimento e aumento da produtividade industrial no estado;</li> <li>• Implementar políticas de distribuição de renda e de erradicação da miséria absoluta nos entornos e pólos industriais do Estado.</li> <li>• Desenvolver pesquisas sobre o padrão de expansão do mercado interno e sobre a dinâmica de geração de renda e emprego no setor industrial, com vistas à redução das desigualdades e ao combate à pobreza;</li> <li>• Incentivar estudos e pesquisas sobre proposições alternativas de políticas de inclusão social com foco na desigualdade e na pobreza;</li> <li>• Analisar e avaliar através de diagnósticos contínuos, os impactos reais e oportunidades do desenvolvimento regional via criação de novos pólos industriais no Estado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Requalificar a infraestrutura logística de transporte e armazenagem do estado, de modo aumentar a competitividade do parque instalado e a atratividade do estado para novos investimentos;</li> <li>▪ Estimular a atração de empresas-âncora no setor calçadista, focadas no mercado interno nacional de alto valor e integração do setor ao circuito de moda;</li> <li>▪ Estabelecer rede de centrais de reciclagem e tratamento de resíduos da construção civil com gestão privada, visando à ampliação da produtividade dos insumos e da reciclagem de resíduos;</li> <li>▪ Implementar programa de fomento à expansão dos serviços de saúde, tendo em vista o fortalecimento da RMS como polo regional;</li> <li>▪ Desenvolver plano estratégico de desenvolvimento e programa de atração de investimentos do Polo Náutico, incluindo agenda de investimentos estruturantes de natureza pública ou privada;</li> <li>▪ Interiorizar a oferta de gás canalizado e ampliar sua competitividade;</li> <li>▪ Desenvolver a rede estadual de tecnologia da química verde, focando prioritariamente álcoolquímica, química dos óleos vegetais e a química da celulose.</li> <li>• Avançar no terreno da formação e capacitação de recursos humanos que permitam a melhor qualificação gerencial em cada segmento industrial do Estado.</li> <li>• Fortalecer as estrutura de governança e a descentralização política industrial, considerando dimensões culturais, éticas e simbólicas no desenvolvimento da atividade industrial;</li> <li>• Valorizar o caráter endógeno preferências de populações tradicionais, (caboclos, pescadores, quilombolas, entre outros), dos povos indígenas, junto às externalidades ambientais da mineração;</li> <li>• Compatibilizar as decisões de políticas estaduais com as recomendações da Agenda 21.</li> </ul>
<b>SOCIAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fazer estudo de diagnóstico e planejamento qualificação da gestão pública dos municípios baianos no combate a vulnerabilidade social;</li> <li>• Realizar estudo específico nos municípios em zona de comodidade do tipo 8, de muito pequeno e pequeno porte, para avaliar suas debilidades e dar subsídios a um conjunto de ações específicas para esta situação que é considerada emergencial;</li> <li>• Realizar estudo para o desenvolvimento de modelos de gerenciamento de resíduos sólidos para municípios, considerando as especificidades regionais e locais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar o levantamento das terras devolutas;</li> <li>• Criar condições para a e laboração de relatórios técnicos para os processos de regularização de terras das comunidades quilombolas;</li> <li>• Viabilizar a delimitação das poligonais das terras das comunidades quilombolas e fundo de pasto;</li> <li>• Implantar ouvidoria específica que dê encaminhamento as questões relativas aos conflitos e a violência no campo;</li> <li>• Intensificar ações para implantação de esgotamento sanitário, no sentido de universalizar este serviço nos centros urbanos baianos;</li> <li>• Implantar uma política específica, adequada e eficiente de combate a violência;</li> <li>• Fortalecer e ampliar programas de educação no campo, principalmente no sentido de combater o analfabetismo;</li> <li>• Implantar campanha que trabalhe a questão da gravidez na adolescência, vinculando-a a outra de combate a mortalidade infantil, principalmente nos municípios onde as taxas estejam acima da média estadual;</li> <li>• Fortalecer a política habitacional incluindo entre as prioridades a ação de construção de sanitários, tanto na zona rural como em áreas periféricas de núcleos urbanos;</li> <li>• Apoiar os municípios na gestão dos resíduos sólidos.</li> </ul>
<b>PATRIMÔNIO CULTURAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar pesquisas no sentido de ampliar e aprimorar o inventário e o conhecimento produzido sobre o patrimônio histórico-cultural da Bahia, especialmente no apoio às manifestações socioculturais e instituições ligadas à cultura, mediante aporte de recursos financeiros, assessoramento técnico e administrativo, e implantação de infraestrutura cultural (bibliotecas, teatros, cinemas, museus, etc.), bem como na identificação, localização, realização de estudos, tombamento e escavação dos sítios e construções que compõem esse patrimônio.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar significativamente o orçamento específico voltado à identificação, preservação, fortalecimento da gestão e divulgação do patrimônio histórico-cultural da Bahia, além da implantação de estruturas para visitação dos sítios, construções e manifestações que compõem esse patrimônio;</li> <li>• Implantar política específica para o patrimônio histórico-cultural da Bahia, em articulação com outros setores, como: educação, turismo e atividades produtivas de alto impacto ambiental;</li> <li>• Implantar Centros Regionais de Referência em Arqueologia;</li> <li>• Implantar Programa Estadual de Educação Patrimonial.</li> </ul>

(continua)



TEMA	ESTUDOS EMERGENCIAIS QUE O ESTADO DEVE PRIORIZAR PARA O APRIMORAMENTO DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO TERRITORIAL, COM VISTAS À SUSTENTABILIDADE	AÇÕES EMERGENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO QUE DEVEM SER CONSIDERADAS COMO PRIORIDADE PELO ESTADO PARA O DESENVOLVIMENTO COM SUSTENTABILIDADE E EQUIDADE
<b>BIODIVERSIDADE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover maior incremento de suporte institucional e técnico para o desenvolvimento de pesquisas e coleta de dados <i>in situ</i> dos fenômenos ambientais e suas dependências estruturais.</li> <li>• Envidar esforços na identificação das relações etnoecológicas tradicionais e suas estratégias de beneficiamento, permuta e/ou monetarização dos recursos naturais e as estratégias de sustentabilidade.</li> <li>• Pesquisar mecanismos de comunicação e produção compartilhada multidisciplinar e transversal para aplicação interinstitucional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver e implementar uma política de Serviços Ambientais no Estado, articulando, inclusive, os processos de licenciamento dos usos produtivos ou projetos de infraestrutura, como oportunidades para a conservação de áreas relevantes para a conservação e uso sustentável da biodiversidade e recuperação de demais sítios;</li> <li>• Ampliar o conhecimento, em escala detalhada, da cobertura vegetal e dos ecossistemas distribuídos pelo território com o estabelecimento de prioridades para a conservação;</li> <li>• Priorizar a regulação fundiária e a gestão e manejo de unidades de conservação;</li> <li>• Criar uma rede permanente de estudos transversais e modelagem multidisciplinar com organização institucional e participação de centros de pesquisas públicos e privados, a fim de unificar linguagens e definições de caráter ambiental, prestar serviços de orientação técnica e de avaliação de riscos de decisão em processos de licenciamento e no próprio planejamento estratégico através de recomendações de ações específicas.</li> </ul>
<b>INSTITUCIONAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar estudo sobre a efetividade da participação da sociedade nos colegiados, considerando a avaliação de desempenho da influência da participação social nas decisões sobre as políticas públicas e ações estruturantes do território;</li> <li>• Realizar estudo sobre a efetividade da Governança das políticas públicas nos territórios.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar a estrutura física governamental do Estado no Semiárido e nas áreas costeiras, especialmente no Baixo Sul, Costa do Descobrimento e Recôncavo, principalmente por meio da integração institucional dos diversos órgãos estaduais atuantes na região;</li> <li>• Fortalecer as estratégias de apoio a implantação dos sistemas de gestão ambiental nos municípios onde ocorrem mais intervenções de ordem econômica e social, a exemplo da Região Metropolitana e do Rio Corre, principalmente por meio da formação de consórcios públicos intermunicipais e implantação do Programa GAC;</li> <li>• Priorizar o planejamento ambiental nas macrorregiões situadas na área litorânea (Recôncavo, Litoral Norte e Litoral Sul), por meio da execução dos instrumentos de gestão e da participação social nos colegiados estaduais;</li> <li>• Revisar a composição dos colegiados estaduais, principalmente os que possuem competências ligadas à gestão ambiental, promovendo a participação dos segmentos que integram as respectivas unidades de planejamento e gestão do respectivo colegiado;</li> <li>• Elaborar a Política Estadual de Participação Social, articulando os colegiados de gestão social de políticas públicas do Estado;</li> <li>• Estruturar um Sistema de Governança do Território, articulando os sistemas de gestão de políticas públicas estaduais.</li> </ul>

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do ZEE-BA, em sua versão preliminar, possibilitou uma leitura integrada do território baiano sobre as diferentes dimensões que o compõem, desde a dimensão ecológica (física e biótica), às dimensões: cultural, social, econômica e jurídico-institucional. A partir da análise sobre as potencialidades e limitações de cada tema e a partir das múltiplas interações temáticas, surgiram as recomendações e ações de desenvolvimento sustentável, propostas para cada tema, e por fim, as diretrizes para todo o Estado, para as ocorrências temáticas e para as zonas.

Compreende-se o ZEE-BA como um “caleidoscópio” do Estado, contemplando as múltiplas dimensões temáticas de análise do território baiano, oportunizando leituras integradas e integradoras, comprometidas com a ética da sustentabilidade, em suas diferentes dimensões. Essa matriz de informações, análises, recomendações, ações de desenvolvimento sustentável e diretrizes, que compõem o ZEE-BA Preliminar, permite apresentar o Estado, com suas diferentes perspectivas, valorizando suas múltiplas identidades: ecológica, social, cultural, econômica e institucional, oportunizando ao Estado a proposição de estratégias de desenvolvimento para cada zona e para o Estado como um todo. Ressalta-se que essas estratégias propostas deverão ser refletidas, legitimadas e pactuadas no processo de diálogo com os segmentos e a sociedade em geral.

Ao final do desenvolvimento do ZEE-BA Preliminar e das análises e reflexões sobre os diversos temas que o compõem, também foi possível identificar a necessidade de aprofundamento de informações importantes para uma leitura mais aprofundada sobre cada tema, no território. A identificação dessas lacunas possibilitou a geração de sugestões de estudos complementares, identificados por tema. Esses estudos têm como principal finalidade aprofundar o conhecimento do estado sobre território baiano e, conseqüentemente, ampliar a capacidade do estado de melhor planejar e gerenciar a implementação de políticas públicas e de promover o desenvolvimento, com sustentabilidade.

Além da identificação e recomendação de estudos temáticos complementares, o aprofundamento da análise das potencialidades e limitações também possibilitou a proposição de Ações de Desenvolvimento Sustentável. Essas ações, apresentadas no item 6 do Volume I, deste Relatório, conformam a síntese das análises sobre as qualidades, vulnerabilidades e potencialidades e limitações, assim como dos Cenários, identificando as Ações Emergenciais de Desenvolvimento Sustentável, assim como proposição de estudos necessários ao aprimoramento do planejamento do Estado e do seu ZEE.

Reconhecendo o ZEE-BA como instrumento de planejamento e gestão, com caráter inovador no Brasil, com metodologias diversas aplicadas a distintos recortes territoriais, ressalta-se a necessidade de adaptações e construções metodológicas adaptadas às singularidades de cada estado, com seus ecossistemas, sua história de ocupação territorial e relacionamento com as riquezas naturais, culturas, economias e formas de vida e produção. Além dessas singularidades, destaca-se também a disponibilidade de informações sobre as diferentes dimensões do território, com dados oficiais e espacializados em escala compatível ao ZEE. O conjunto desses aspectos e sua exigência de desenvolvimentos, assim como a identificação de oportunidades de estudos e ações para o seu aprimoramento, conferem ao ZEE-BA Preliminar um caráter de inovação e avanço ao planejamento do estado da Bahia e aos processos de elaboração de ZEEs no Brasil, contribuindo inclusive para orientar outras experiências de zoneamento ecológico-econômico, com diferentes abordagens na aplicação do Decreto Federal e no PZEE Brasil. Entre esses avanços, destaca-se a concepção de planejamento dinâmico, onde as ocorrências identificadas em cada tema e que geraram o diagnóstico das vulnerabilidades naturais e social e qualidades ambientais, assim como as recomendações e diretrizes, foram espacializadas em seus respectivos planos de informação temáticos, podendo ser cruzados e analisados, no Banco de Dados, com diferentes superposições temáticas e recortes territoriais, como: a própria zona, bacias hidrográficas, territórios de identidade, municípios, unidades de conservação, entre outras.

Considerando essa qualidade dinâmica do ZEE-BA Preliminar e suas múltiplas oportunidades oferecidas no Banco de Dados/WebSIG, considerando ainda a importância dos estudos e ações apresentados no item 6- Ações de Desenvolvimento Sustentável, recomenda-se que o ZEE-BA, considera-se oportuna a valorização desse caráter dinâmico do instrumento, contemplando a inserção de novos estudos e outras informações, atualizadas na dinâmica de desenvolvimento do Estado, como aprofundamento do seu planejamento, em uma dinâmica de atualizações sucessivas. Esses temas, assim como outros planos de informação que careçam de atualização, poderão ser acrescentados ou substituídos no Banco de Dados, favorecendo a realização de novas análises técnicas e, dessa forma, permitir a atualização permanente e sistemática do ZEE-BA. Ressalta-se que o ZEE-BA foi desenvolvido tendo como princípio tornar-se, efetivamente, um instrumento dinâmico de planejamento e gestão do território, incluindo todas as dimensões necessárias à construção da sustentabilidade.

## 8. ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA ATUAÇÃO (C1)

### 8.1. Introdução

O arcabouço legal-institucional para o desenvolvimento do processo de elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado da Bahia (ZEE-BA) implica a conjugação dos conteúdos de textos legais e de princípios de gestão que têm como principal finalidade estruturar sistemas de planejamento e gestão territorial na perspectiva da construção da governança do território, articulando os setores público, social e privado para construção de pactuações possíveis e responsabilidades compartilhadas com vistas ao desenvolvimento sustentável da Bahia.

A partir da promulgação da Constituição de 1988, o processo participativo ganhou expressão, tendo se disseminado praticamente por todo o território nacional, em diferentes intensidades nos distintos estados. A partir da Conferência Rio-92, também conhecida como Eco-92, começou-se a observar uma intensificação dos processos sociais, notadamente em relação à questão ambiental, do que resultou a elaboração de políticas públicas brasileiras comprometidas com sistemas participativos e com a construção de sociedades sustentáveis. O conjunto desses processos sociais e ambientais, sob o manto da Constituição e de sucessivas conferências, foi assimilado por inúmeros diplomas legais, com destaque para:

- a) Política Nacional de Meio Ambiente – Lei Federal nº 6.938/1981;
- b) Plano de Gerenciamento Costeiro – Lei Federal nº 7.661/1988;
- c) Política Nacional de Recursos Hídricos – Lei Federal nº 9.433/1997;
- d) Política Nacional de Educação Ambiental – Lei Federal nº 9.795/1999;
- e) Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – Lei Federal nº 9.985/2000;
- f) Estatuto da Cidade - Lei Federal nº 10.257/2001;
- g) Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – Decreto Nacional nº 6.040/2007;
- h) Política Nacional de Saneamento Básico – Lei Federal nº 11.445/2007.

Ressalta-se que, praticamente todos os textos acima tomaram como elemento balizador a Política Nacional de Meio Ambiente, instituída pela Lei Federal nº 6.938/ 1981. Além disso, na Reforma do Aparelho do Estado, relevante dimensão da Reforma do Estado Brasileiro, deu destaque-se a presença das organizações civis como parceiras do setor público na implementação das políticas públicas, além do incentivo à criação das agências reguladoras de diversos setores dessas políticas.

Cada uma das legislações aqui mencionadas, de especial interesse para o ZEE, define suas respectivas unidades de planejamento e gestão, seja o município, a região, o estado, a bacia hidrográfica, as unidades de conservação, os territórios tradicionais, os territórios de identidade ou as zonas costeiras. Essas políticas definem ainda distintos sistemas de gerenciamento e gestão social por meio de conselhos, comitês ou comissões. Todo esse aparato legal e institucional pretende estruturar o desenvolvimento sustentável local, tendo como referência a sustentabilidade nas diferentes escalas, inclusive a global.

Adicionalmente, essas políticas apresentam, também e especialmente, dois pontos de convergência: a adoção de processos participativos de planejamento e gestão do território, e a busca de uma relação sustentável entre as sociedades humanas e a natureza. Com essa perspectiva de incluir a sociedade nas decisões sobre seu território e de promover um processo de reflexão sobre a questão da sustentabilidade na forma de conviver nesse território, surge a necessidade de agregar uma estratégia pedagógica que favoreça o desenvolvimento de instituições.

A gestão social do território, determinada na transversalidade dessas políticas públicas, vem apresentando um grande desafio para técnicos e gestores públicos na realização de um processo efetivo de inclusão social no planejamento e na gestão do território, dialogando com representantes de municípios, bacias hidrográficas, unidades de conservação, territórios de identidade e outras unidades físico-territoriais de planejamento.

O diálogo entre os setores público, social e privado, nos foros de gestão social como os conselhos de territórios de identidade, os comitês de bacia e demais colegiados, tem exigido métodos e técnicas que contemplem a valorização de diferentes percepções, encontrando, nos conflitos, a fonte de conhecimento capaz de contribuir para o desenvolvimento. Nessa perspectiva, a gestão social exige a construção de um espaço cooperativo de convivência, mediação, aprendizado conjunto e decisões compartilhadas, assumidas de forma integrada e co-responsável entre os setores e a sociedade em geral.

Quando os processos participativos resultam apenas em listas de reivindicações, ou indicam soluções não aplicadas, o sistema de consulta transforma-se em rito litúrgico. Assim, é preciso que haja uma discussão/convergência de conteúdo e um

compromisso de adoção dos resultados para que o processo seja efetivo. Mas, além disso, é preciso verificar por meio de índices de acompanhamento das ações do governo e da sociedade, se os problemas estão sendo solucionados como indicador de efetividade das proposições encaminhadas.

As discussões e pactos construídos devem zelar pela valorização e respeito às contribuições originárias da sociedade em diálogo com o governo, ressaltando reivindicações e recomendações resultantes desses processos, considerando a heterogeneidade da sociedade no Estado.

A realidade hoje encontrada no território baiano é rica em termos de colegiados para os mais diversos enfoques das Políticas Públicas. O trabalho do ZEE-BA prevê a valorização das políticas setoriais e de seus sistemas de planejamento e gestão, incluindo os respectivos colegiados de gestão de políticas públicas, buscando a construção de uma gestão integrada para, ao final, propor-se o arranjo institucional que contemple os interesses da sociedade, com seus diferentes segmentos, na perspectiva da implementação do ZEE como oportunidade para a construção da governança do território baiano.

A efetividade das políticas públicas tem, nos processos de governança, o seu maior desafio. A governança exige a gestão integrada entre o poder público, representante do interesse conjunto ou majoritário da sociedade mediante o executivo e o parlamento, nos termos da lei, e os segmentos social e privado, envolvidos na defesa de interesses corporativos e difusos. Nessa perspectiva, a construção da governança do território implica a unidade necessária entre planejamento e gestão, cabendo à educação atuar de forma transversal nos processos de gestão, tendo como perspectiva a formação continuada de uma cultura para uma sociedade sustentável.

Esse capítulo apresenta os Arranjos Institucionais para Atuação, organizados em seis eixos temáticos, correspondentes aos tópicos integrantes do Termo de Referência: 1) Sistema de Gestão Participativa; 2) Indicação para o Planejamento do Arranjo Institucional envolvido no ZEE-BA; 3) Metodologia de Gestão Participativa; 4) Premissas a serem consideradas quanto às Condições de Governança; 5) Sugestão de Indicadores de Acompanhamento do Desempenho da Implementação do ZEE-BA; 6) Capacitação para Implementação do ZEE-BA.

### 8.2. Metodologia

A elaboração da proposta dos arranjos institucionais apresentada buscou garantir a articulação entre a indicação dos modelos de gestão da governança e o processo de construção do ZEE, mantendo aderência ao perfil de organização social e institucional. Para tal, tomou-se como referencial a leitura e avaliação de seis fontes de informações, quais sejam:

- a) Caracterização Institucional, enquanto elemento da Avaliação dos Potenciais e Limitações para o Desenvolvimento (B1), que se refere ao levantamento do quadro institucional corrente na Bahia, elaborada a partir da avaliação do grau de atuação e envolvimento de instituições governamentais (com maior ênfase sobre as estaduais) nos diferentes recortes territoriais: TIs e macrorregiões. O produto resultante possibilita conhecer o panorama institucional geral do Estado, a caracterização e a análise dos aspectos institucionais para cada uma das cinco macrorregiões e um quadro da realidade institucional para cada Território de Identidade. Essa atividade inclui o levantamento e complementação de lista de entidades e o levantamento quanto a atuação das entidades levantadas;
- b) Caracterização institucional quanto ao sistema de gestão ambiental de 50 municípios, previamente indicados<sup>11</sup>: Ilhéus; Itabuna; Eunápolis; Paulo Afonso; Juazeiro; Irecê; Mucugê; Caetité; Barreiras; Luiz Eduardo Magalhães; Salvador; Feira de Santana; Guanambi; Bom Jesus da Lapa; Ribeira do Pombal; Teixeira de Freitas; Vitória da Conquista; Alagoinhas; Itaberaba; Jequié; Santo Antônio de Jesus; Seabra; Senhor do Bonfim; Brumado; Camaçari; Campo Formoso, Cruz das Almas; Itapetinga; Jacobina; Santa Maria da Vitória; Serrinha; Valença; Amargosa; Ibotirama; Itamaraju; Santo Amaro; Cachoeira; Candeias; Casa Nova; Cícero Dantas; Cipó; Conceição do Coité; Euclides da Cunha; Ipiáú; Ipirá; Macaúbas; Morro do Chapéu; Piritiba; Porto Seguro e Simões Filho. As informações utilizadas são oriundas do Programa de Gestão Ambiental Compartilhada, disponíveis no site da SEMA (acesso em 13 de setembro de 2012);
- c) Análise de planos, programas e projetos existentes, que consiste na análise crítica de um conjunto de planos, programas e projetos (PPP) dos governos federal e estadual, apresentados nos Quadros Ap.1– Planos, Programas e Projetos Governamentais Federais e Ap.2 – Planos, Programas e Projetos Governamentais Estaduais (Apêndice), e suas possíveis repercussões sobre os aspectos institucionais (caracterizados em B1 - Avaliação do Potencial e Limitações para o Desenvolvimento), cuja análise foi elaborada para cada macrorregião;

<sup>11</sup> A seleção das cidades prioritárias para avaliação das potencialidades e limitações institucionais teve como referência as indicações apresentadas no documento “A Rede de Cidades da Bahia e os Territórios de Identidade”, de autoria de Antonio José Cunha, analista técnico, DPT/SPE/SEPLAN. Naquele documento, o autor examina a situação dos maiores centros distribuidores de serviços institucionais no estado, consolidando uma lista com 47 municípios prioritários. Tomando como referência este universo, o consórcio promoveu o aprofundamento da análise das condições institucionais dessas regiões, com objetivo de avaliar as condições institucionais atuais, frente às necessidades de implementação e gestão do ZEE-BA.



- d) Identificação e localização dos empreendimentos privados, por TI, examinados por macrorregião, apresentados nos Quadros Ap.3 - Investimentos em infraestrutura e empreendimentos privados (Apêndice);
- e) Diagnóstico do marco jurídico relacionado com os dispositivos legais e indicações preliminares para revisão da legislação estadual de meio ambiente à luz do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE-BA, destacando-se, especialmente, as unidades de planejamento identificadas na legislação examinada (aproximadamente 100 instrumentos legais);
- f) Informações reunidas a partir dos levantamentos realizados junto aos *websites* institucionais Consórcios Públicos<sup>12</sup>, sobre os Consórcios Públicos; à FUNAI, quanto às comunidades indígenas; à Fundação Palmares, quanto às comunidades quilombolas; à SEMA e MMA, quanto às UCs; ao INEMA, no que se refere aos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado; e informações contidas no estudo “A Geografia dos Assentamentos na Área Rural, Bahia 2011”, realizado pela UFBA/CNPQ, explicitadas por Território de Identidade, e contendo o número de famílias assentadas, comunidades de fundo de pasto, pescadores (associações, colônias, cooperativas e sindicatos).

Todas essas fontes de informação foram examinadas especificamente para apoiar a construção do ZEE. A partir dos elementos colhidos em tais fontes, pode-se apresentar uma proposição para os arranjos institucionais para atuação do Estado.

## 8.3. Resultados

### 8.3.1. Sistema de Gestão Participativa

A luz das informações utilizadas, a proposta de elaboração dos arranjos institucionais deve considerar as principais unidades de planejamento e gestão ambiental identificadas na legislação federal e estadual examinada:

- Zona Costeira, com suas subáreas praias e orla marítima;
- Bacia Hidrográfica/Regiões de Planejamento e Gestão da Água;
- Aquíferos;
- Espaços territoriais especialmente protegidos e suas Zonas de Amortecimento;
- Biomas;
- Áreas urbanas e de expansão urbana;
- Regiões Metropolitanas ou aglomerações urbanas;
- Regionalização para a prestação de serviço público de saneamento básico;
- Territórios de Identidade e macrorregiões;
- União;
- Estado; e
- Municípios.

Essas são as unidades de planejamento em torno das quais se conformam a gestão e o gerenciamento do território, em suas diversas dimensões e de acordo com as definições das diferentes políticas públicas. A cada unidade apresentada, acoplam-se distintos colegiados, a maioria deles de caráter deliberativo, legalmente instituídos e integrantes de sistemas estruturados de instituições, com competências para viabilizar as políticas públicas instituídas no nível de competência da União, Estados e Municípios.

<sup>12</sup> <http://www.consorciospublicos.ba.gov.br/c,d,40,relacao+contatos.html>. Acesso em 23.05.13

A partir desse rol de unidades de planejamento, pode-se considerar que os limites dos Biomas – Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga, genericamente, correspondem aos limites das macrorregiões consideradas na presente análise. Os limites do Cerrado correspondem aos limites da macrorregião Cerrado; os limites da Caatinga equivalem ao contorno da macrorregião Semiárido; e a Mata Atlântica, na sua vertente próxima ao litoral, apresenta um contorno aproximado ao conjunto das macrorregiões Litoral Norte, Recôncavo e Litoral Sul. As três últimas macrorregiões mencionadas, por sua vez, encontram-se em áreas de patrimônio nacional e estadual (Zona Costeira e Mata Atlântica) com disciplinamento já instituído pela Lei da Mata Atlântica e pela lei que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), com uma série de mecanismos de gestão que constituem *norma geral*, ou seja, de cumprimento obrigatório para todos os entes federados relacionados a esses recortes geográficos.

Do ponto de vista da ocupação e da atração de investimentos, vem se constatando que as três macrorregiões da Zona Costeira continuam exercendo forte papel na concentração populacional, pois nela se situa a Região Metropolitana de Salvador, com a presença de diversos pólos industriais, serviços e empreendimentos relacionados à logística, a exemplo de portos e aeroportos, que acabam atraindo maiores possibilidades de geração de emprego e renda.

É também importante mencionar que a ocorrência do petróleo, especialmente no Recôncavo Baiano, permitiu a expansão da indústria nas suas distintas modalidades, em especial a química e a petroquímica, que trouxeram para essa região do território baiano “gerações de indústrias de seu encadeamento”, criando uma dinâmica toda própria e muito distinta daquelas que se verificam nas outras duas macrorregiões (Cerrado e Semiárido). Nessa área se concentra grande parte das PPPs e investimentos privados, conforme se verifica nos quadros elaborados e apresentados no apêndice a este volume.

Por sua vez, o bioma da Caatinga, que se encontra na macrorregião Semiárido, em razão de sua carência hídrica, baixa densidade demográfica e dos baixos indicadores socioeconômicos, acaba sendo contemplado pelos planos, programas e projetos sociais e econômicos dos Governos Federal e Estadual, como fica demonstrado nos referidos quadros que apresentam os referidos planos, programas e projetos desses entes federados. O papel do Poder Público tem sido determinante para a macrorregião, suprimindo algumas das principais carências da sociedade desse vasto espaço geográfico. Mesmo constituindo área com muitas limitações à produção, não se pode negar ao Semiárido sua condição de principal fonte de matéria-prima mineral, de minérios metálicos e não metálicos do Estado. Assim, por um lado, convive uma população com baixos indicadores sociais, ao mesmo tempo em que se encontram atividades econômicas expressivas que ajudam a complementar o conjunto de *commodities*, o qual o Brasil é grande fornecedor.

Por sua vez, o bioma do Cerrado, que corresponde de modo geral à macrorregião Cerrado, não está enquadrado como patrimônio nacional nem estadual, razão porquê não é beneficiado pelas disposições normativas específicas de proteção ambiental. Aplica-se a esse bioma a proteção que a legislação atribui aos recursos ambientais em geral. Além disso, em razão da alta concentração de atividades ligadas ao agronegócio, o referido bioma vem se especializando como área de atividade da agroindústria. Seja como for, trata-se de uma economia dinâmica com fortes vínculos com o mundo global, em que o planejamento “do quê” se cultiva e “para onde” se dirige a produção dessa área pouco tem a ver com o planejamento direto do Estado, já que se insere em uma “programação” das demandas que extrapolam às do ambiente econômico estadual, assim como ocorre com a produção de *commodities* por parte dos países de ampla extensão territorial, caso do Brasil e dos demais países integrantes do grupo denominado BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China).

Constata-se, nesse contexto, e através das informações trazidas nos quadros que apresentam planos, programas e projetos, que os Poderes Públicos Federal e Estadual se encontram pouco presentes nesse território que se rege por uma lógica própria, onde o mercado em escala global “determina” as regras de atuação. Não se pode deixar de mencionar, no entanto, que a legislação ambiental vigente dá diretrizes sobre como devem ser protegidas as florestas, as águas, sem, contudo, descer a detalhes ou apontar especificidades inerentes às características desse Bioma.

Nesse contexto, os arranjos institucionais voltados para o ZEE devem considerar a realidade da inserção do Brasil no mercado aberto em que os investidores, em boa parte, são de capital externo, devendo se examinar a melhor forma de atuação em que esses atores possam participar da gestão. Tal participação é necessária uma vez que os referidos agentes, juntamente com investidores nacionais, pagarão pelo uso da água, submeter-se-ão às exigências legais para viabilizar os processos de licenciamento ambiental, de outorga de direito de uso das águas, bem como à aplicação de medidas mitigadoras e compensatórias, entre outras exigências legais.

Outro aspecto a ser observado é que, o fato de esses atores e de investimentos em infraestrutura se encontrarem em todas as macrorregiões põe em relevo a dinâmica moderna da economia da Bahia. Observa-se, portanto, ser absolutamente razoável que o Estado não busque uniformizar sua forma de atuação nos distintos territórios. Dito de outro modo, é a existência de dinâmicas econômica, social e ambientalmente distintas em cada macrorregião, e com perfis muito próprios, que implica dar-se tratamento diferente consoante os resultados da análise das potencialidades e limitações institucionais de cada macrorregião.

Cumprir destacar que um dos traços reveladores dessa dinâmica é o preparo que se exige dos municípios para atuar de modo compartilhado com o Estado, no gerenciamento dos processos produtivos. Assim, não sem razão, os municípios que se encontram no nível 3 do Programa de Gestão Ambiental Compartilhada do Estado, ou seja, no nível máximo em que um município deve atuar no controle de impactos ambientais locais, demonstram exatamente o que está sendo proposto até aqui, conforme pode ser observado no **Quadro 35** –. Nele, estão destacados os municípios que, de alguma forma, se encontram vinculados aos espaços de economia moderna onde as demandas por *commodities* ou por produção industrial se fazem sentir, e assim reforçam a necessidade do controle ambiental. A Lei Complementar 140 deverá levar a uma forte mudança neste quadro, uma vez que a obrigação dos municípios assumirem a gestão ambiental no âmbito local ficou melhor definida.

**Quadro 35** – Nível de implantação dos sistemas de gestão ambiental por município em Setembro 2012

MUNICÍPIO	MACRORREGIÃO	TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL RECONHECIDO PELO CEPRAM	NÍVEL
Alagoinhas	Litoral Norte	Litoral Norte e Agreste	Resolução 4263, de 13/07/2012	3
Amargosa	Semiárido	Vale do Jiquiriçá	Processo não localizado	-
Barreiras	Cerrado	Bacia do Rio Grande	Resolução 4016, de 04/12/2009	2
Bom Jesus da Lapa	Semiárido	Velho Chico	Resolução 4068, de 09/04/2010	3
Brumado	Semiárido	Sertão Produtivo	Resolução 4125, de 30/08/2010	3
Cachoeira	Recôncavo-RMS	Recôncavo	Processo em andamento	-
Caetitê	Semiárido	Sertão Produtivo	Resolução 4076, de 30/04/2010	2
Camaçari	Recôncavo-RMS	Metropolitano de Salvador	Resolução 4046, de 05/02/2010	3
Campo Formoso	Semiárido	Piemonte Norte do Itapicuru	Resolução 4178, de 12/04/2011	1
Candeias	Recôncavo-RMS	Metropolitano de Salvador	Resolução 4051, de 05/02/2010	3
Casa Nova	Semiárido	Sertão do São Francisco	Resolução 4262, de 18/07/2012	2
Cícero Dantas	Semiárido	Semiárido Nordeste II	Processo não localizado	-
Cipó	Semiárido	Semiárido Nordeste II	Processo em andamento	-
Conceição do Coité	Semiárido	Sisal	Processo em andamento	-
Cruz das Almas	Recôncavo-RMS	Recôncavo	Processo em andamento	-
Euclides da Cunha	Semiárido	Semiárido Nordeste II	Processo em andamento	-
Eunápolis	Litoral Sul	Costa do Descobrimento	Resolução 4077, de 05/05/2010	2
Feira de Santana	Semiárido	Portal do Sertão	Resolução 4087, de 05/05/2010	3
Guanambi	Semiárido	Sertão Produtivo	Resolução 4023, de 04/12/2009	2
Ibotirama	Semiárido	Velho Chico	Processo em andamento	-
Ilhéus	Litoral Sul	Litoral Sul	Resolução 4171, de 01/03/2011	3
Ipiaú	Semiárido	Médio Rio de Contas	Processo em andamento	-
Ipirá	Semiárido	Bacia do Jacuípe	Processo em andamento	-
Irecê	Semiárido	Irecê	Resolução 4204, de 01/09/2011	3
Itaberaba	Semiárido	Piemonte do Paraguaçu	Resolução 4222, de 30/11/2011	1
Itabuna	Litoral Sul	Litoral Sul	Resolução 4210, de 22/10/2011	3

(continua)



Continuação do **Quadro 35** – Nível de implantação dos sistemas de gestão ambiental por município em Setembro 2012

MUNICÍPIO	MACRORREGIÃO	TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL RECONHECIDO PELO CEPRAM	NÍVEL
Itamaraju	Litoral Sul	Extremo Sul	22/04/2013	-
Itapetinga	Semiárido	Médio Sudoeste da Bahia	26/03/2013	-
Jacobina	Semiárido	Piemonte da Diamantina	Resolução 4136, de 29/09/2010	3
Jequié	Semiárido	Médio Rio de Contas	Resolução 4022, de 08/04/2013	2
Juazeiro	Semiárido	Sertão do São Francisco	Resolução 4266, de 16/08/2012	2
Luis Eduardo Magalhães	Cerrado	Bacia do Rio Grande	Resolução 4045, de 05/02/2010	3
Macaúbas	Semiárido	Bacia do Paramirim	Resolução 4019, de 04/12/2009	2
Morro do Chapéu	Semiárido	Chapada Diamantina	Resolução 4131, de 29/09/2010	3
Mucugê	Semiárido	Chapada Diamantina	Processo não localizado	-
Paulo Afonso	Semiárido	Itaparica	24/05/2013	-
Piritiba	Semiárido	Piemonte do Paraguaçu	Processo não localizado	-
Porto Seguro	Litoral Sul	Costa do Descobrimento	Resolução 4031, de 18/12/2009	3
Ribeira do Pombal	Semiárido	Semiárido Nordeste II	Processo não localizado	-
Salvador	Recôncavo-RMS	Metropolitano de Salvador	14/06/2013	X
Santa Maria da Vitória	Cerrado	Bacia do Rio Corrente	26/03/2013	X
Santo Amaro	Recôncavo-RMS	Recôncavo	Resolução 4227, de 22/12/2011	2
Santo Antônio de Jesus	Recôncavo-RMS	Recôncavo	Resolução 4160, de 23/12/2010	3
Seabra	Semiárido	Chapada Diamantina	12/07/2013	-
Senhor do Bonfim	Semiárido	Piemonte Norte do Itapicuru	Processo em andamento	-
Serrinha	Semiárido	Sisal	Resolução 4132, 29/09/2010	1
Simões Filho	Recôncavo-RMS	Metropolitano de Salvador	Processo não localizado	-
Teixeira de Freitas	Litoral Sul	Extremo Sul	Resolução 4030, de 18/12/2009	3
Valença	Litoral Sul	Baixo Sul	Processo em andamento	-
Vitória da Conquista	Semiárido	Vitória da Conquista	Resolução 4021, de 04/12/2009	3

Fonte: SEMA.

Nota: As informações utilizadas são oriundas do Programa de Gestão Ambiental Compartilhada, disponíveis no site da SEMA (acesso em 13 de setembro de 2012).

Os municípios que estão efetuando a gestão ambiental no *nível 3* encontram-se distribuídos em todas as macrorregiões, em áreas de certo dinamismo econômico, seja porque se encontram em áreas de produção agrária ou industrial, seja por que contemplam cidades que prestam serviços a essas áreas mais dinâmicas da economia baiana, ou, ainda, em razão de sua vinculação a aparatos logísticos de transporte (rodoviário ou portuário).

Nesse sentido, dentre os 50 municípios destacados para efeito deste estudo, encontram-se no *nível 3* os seguintes, apresentados por macrorregião:

- na macrorregião Cerrado – Luiz Eduardo Magalhães;
- na macrorregião Semiárido – Feira de Santana, Irecê, Jacobina, Brumado, Morro do Chapéu, Vitória da Conquista e Bom Jesus da Lapa;
- na macrorregião Litoral Norte – Alagoinhas;
- na macrorregião Recôncavo - RMS – Camaçari, Candeias e Santo Antônio de Jesus;
- na macrorregião Litoral Sul – Ilhéus, Itabuna, Porto Seguro e Teixeira de Freitas.

Quanto ao poder público estadual, não se pode deixar de apontar que muitas secretarias estaduais integram inúmeros colegiados, com ampla cobertura territorial no atendimento às atividades de sua competência legal.

Foi avaliada a composição dos colegiados abaixo mencionados, que integram a análise das potencialidades e limitações institucionais para o desenvolvimento e a distribuição dos órgãos e secretarias estaduais nesses colegiados, onde muitas deliberações são tomadas, no contexto institucional das diversas políticas públicas estaduais. Foram relacionados 27 tipos de colegiados que atuam no estado da Bahia, a saber:

- Conselho Territorial de Desenvolvimento
- Conselho de Políticas de Inclusão Social
- Câmaras Setoriais da Agropecuária Baiana
- Conselho Estadual de Educação - CEE
- Conselho Estadual de Comunicação Social
- Representações Territoriais de Cultura do Estado da Bahia
- Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/BA
- Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Bahia - CONSEA/BA
- Conselho Estadual dos direitos da Criança e Adolescente – CECA
- Comissão Interinstitucional de Defesa Civil - CIDEC
- Conselho Regional de Desenvolvimento - CODES
- Conselho Estadual das Cidades da Bahia - (ConCidades)
- Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEPRAM
- Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CONERH
- Conselho Gestor das Unidades de Conservação Estaduais
- Comitês de Bacias Hidrográficas - CBH
- Comissão Estadual Interinstitucional de Educação Ambiental- CIEA
- Conselho Estadual da Juventude - CEJUVE
- Conselho Estadual de Saúde – CES/BA
- Conselho Estadual de Cooperativismo - CECCOOP
- Conselho Estadual do Trabalho e Renda - CETER
- Conselho Estadual de Economia Solidária – CEES/BA
- Fórum Estadual de Turismo
- Conselho de Desenvolvimento da Indústria e Comércio - CDIC
- Fórum Baiano de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade

- Conselho Estadual dos Direitos dos Povos Indígenas - COPIBA
- Conselho Estadual de Cultura – CEC/BA

Com base no mapeamento efetuado, apresentado nos Quadros Ap.4 a Ap.31 - Representação das instituições governamentais baianas em colegiados estaduais e regionais (Apêndice), verificou-se que muitas secretarias e órgãos públicos estaduais participam da composição desses colegiados, esse fato é de grande interesse e relevância quando se pondera a possibilidade de articulação de políticas públicas e da implantação de ações integradas para a viabilização futura do ZEE. A análise das potencialidades e limitações institucionais apresenta a distribuição das instituições nos referidos colegiados e como estes se distribuem no Estado da Bahia.

Assim, considerando que:

- a) pode ser verificada a distribuição territorial das instituições públicas na dinâmica territorial;
- b) sabe-se onde se localizam os principais investimentos privados na Bahia;
- c) exigências legais dispõem sobre aspectos de atuação regionalizada, já que indicam recortes territoriais específicos para o seu planejamento e gestão;
- d) existem diretrizes definidas nas diversas políticas públicas, conforme procedeu-se à análise no "Diagnóstico do marco jurídico relacionado com os dispositivos legais e indicações preliminares para revisão da legislação estadual de meio ambiente à luz do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE";
- e) tem-se mapeado a atuação dos Poderes Públicos e que Planos, Programas e Projetos vêm se viabilizando nas esferas federal e estadual,

... é possível esboçar algumas propostas de arranjo institucional a serem consideradas para efeito de condução do ZEE. Nesse contexto, o papel dos colegiados é de suma importância. É nesse ambiente institucional que se possibilita a integração de políticas, a complementação de normas para por em andamento essas políticas, que se resolvem rapidamente os eventuais conflitos e onde os atores podem dialogar.

Assim, deve-se identificar quais instituições devem necessariamente estar representadas nos colegiados mencionados para que o ZEE possa ter êxito. Incluem-se, neste caso, secretarias e órgãos estaduais, representantes do setor produtivo, além de organizações da sociedade civil, que não foram objeto desta análise. Considera-se que, a melhor governança para um arranjo institucional com vistas à implementação do ZEE deve considerar a participação dos segmentos público, social e produtivo atuantes na região, especialmente nos colegiados que realizam a gestão das políticas públicas. Quanto melhor a representatividade dos segmentos atuantes no território, tanto maior a potencialidade de governança deste território.

Ademais, esses colegiados devem passar por uma revisão de composição, bem como de atribuições para que possam espelhar o que se pretende: a integração de políticas e a adequação dos atores envolvidos na realidade regional. Isto visa contemplar a governança de que o Poder Público necessita, bem como facilitar a aplicação do ZEE enquanto instrumento técnico e político de gestão territorial.

Nesse sentido, pode-se adotar a estrutura do *Diagrama da Interação Social* apresentado por PALAVIZINI (2011), com destaque para os quatro quadrantes mencionados a seguir, cada um revelando uma importante dimensão de atuação e interação na construção da governança do território:

- I. **dimensão governamental**, representada nas três esferas federativas, que deve buscar a articulação das políticas setoriais no eixo dinâmico entre município, estado e União, de forma vertical;
- II. **dimensão privada**, organizada em setores produtivos, que deve se fazer representar em sua diversidade, para garantir a abordagem de seus interesses no processo de desenvolvimento do território, considerando-se, especialmente, os segmentos que foram apresentados no contexto da avaliação das principais proposições existentes;
- III. **dimensão social**, que deve ser observada em duas vertentes:
  - iii.1) **dimensão local**, que busca integrar entidades com atuação e com interesses dirigidos às questões locais;
  - iii.2) **dimensão institucional**, que busca integrar instituições não locais, com atuação no território e que revelam seus interesses em questões amplas e às vezes difusas, extrapolando o limite do território. É nessa dimensão social institucional que se encontram os colegiados.

Os colegiados merecem especial referência no desenvolvimento da gestão participativa e da governança do território. A articulação entre os diversos colegiados existentes, conforme foi identificado nas potencialidades e limitações institucionais, possibilitará a visualização da proposição do sistema de gestão participativa, voltado à estruturação da governança do território no seu processo de implementação.



Figura 4 - Diagrama da Interação Social

Fonte: Palavizini, R. MMA, 2011

O sistema de gestão participativa deve considerar a avaliação da representatividade dos colegiados atuantes nos 27 Territórios de Identidade e macrorregiões. A construção de um modelo de gestão participativa deve permitir a sua articulação com os planos, programas e projetos setoriais e de desenvolvimento, de uso e ocupação do território, a exemplos dos planos diretores, planos de manejo e planos de bacia hidrográfica, além de outros instrumentos relacionados com a gestão das unidades de planejamento mencionadas neste trabalho (bacia hidrográfica, espaços territoriais protegidos, zona costeira, biomas, dentre outras). Isso permitirá a integração de políticas públicas e melhores resultados a serem obtidos pela administração pública. Essa melhoria, sem dúvida, decorre da participação e do controle social facilitados pela transparência da gestão pública.

Conforme se constatou através da análise das potencialidades e limitações institucionais, muitos são os colegiados que atuam no Estado, cada um deles atrelado a uma política pública específica. A avaliação da forma de participação desses colegiados e da integração das diversas políticas setoriais em que atuam, -deve contribuir para aprimorar os mecanismos de gestão de suas respectivas unidades de planejamento territorial.

A análise dos colegiados deve prever o levantamento de seus participantes, caracterizando-os por segmento, identificando a presença dos principais grupos atuantes em cada território, seja no setor produtivo, social ou governamental.

O objetivo dessa caracterização é identificar a ausência de grupos estruturantes no território, incentivando-os a participar dos foros de gestão social do seu território, e a tomar decisões juntamente com os demais atores, não somente no exercício de sua função enquanto agente com interesse específico, mas, antes de tudo, com *munus publicum* (encargo público) na construção de espaços coletivos do que se considera a gestão "pública não estatal".

Considerando-se que o Brasil se encontra em um cenário de mercado aberto, é essencial que se permita o equilíbrio de forças entre os diversos atores intervenientes no processo para que não prevaleçam os interesses de alguns segmentos específicos sobre os demais, especialmente quando se trata de comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas e seus modos de vida, que são os segmentos que mais podem sofrer perdas nesse processo da dinâmica produtiva e econômica que o país atravessa. Ressalta-se que, no mundo atual, o papel do Estado é justamente o de buscar o equilíbrio entre as forças que operam no território e dar o "tom" mediador e zelador no que concerne ao que se entende por proteção dos recursos ambientais, aproveitando-se as suas potencialidades e limitações.

### 8.3.2. Indicações para o planejamento do Arranjo Institucional envolvido no ZEE-BA

#### 8.3.2.1. Diretrizes para o arranjo institucional no âmbito do Estado

Para que o ZEE possa se viabilizar, há a necessidade de integrarem-se as atuações das instituições atualmente existentes, procedendo-se, para tanto e quando necessário, a ajustes como, por exemplo, a revisão da composição dos colegiados, para que

não deixem de contemplar as principais forças que atuam no território. Além disso, deve-se pensar nas instâncias institucionais através das quais o ZEE poderá ser viabilizado sob os pontos de vista político, técnico e operacional.

Do ponto de vista político, há a necessidade de uma forte integração das Secretarias do Planejamento (SEPLAN) e do Meio Ambiente (SEMA) com as secretarias que viabilizam as atividades econômicas no Estado, a exemplo da SICM, SEAGRI, SEINFRA, SETUR, SEDUR, entre outras. Trata-se de secretarias pelas quais são dirigidas as principais ações que repercutem no território estadual. A atuação integrada dessas secretarias permitirá o fortalecimento do ZEE e a integração das diversas políticas públicas.

Do ponto de vista técnico, a Comissão Estadual do ZEE, prevista na legislação federal para realizar a articulação com a Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional, seria suficiente para cumprir esse papel. Ressalta-se que o Decreto nº 4.297/2002, alterado pelo Decreto nº 6.288/2007, destaca que, para que haja o reconhecimento da União, há a necessidade de serem cumpridos determinados requisitos, razão pela qual, essa comissão é essencial para promover a articulação com esse ente federado. A criação dessa Comissão Estadual enquanto executora do ZEE, deve apresentar seus pressupostos institucionais, conforme estabelecidos no art. 9º desse Decreto Federal nº 4.297/2002:

*"I - arranjos institucionais destinados a assegurar a inserção do ZEE em programa de gestão territorial, mediante a criação de comissão de coordenação estadual, com caráter deliberativo e participativo, e de coordenação técnica, com equipe multidisciplinar;*

*II - base de informações compartilhadas entre os diversos órgãos da administração pública;*

*III - proposta de divulgação da base de dados e dos resultados do ZEE; e*

*IV - compromisso de encaminhamento periódico dos resultados e produtos gerados à Comissão Coordenadora do ZEE".*



Essa Comissão Estadual do ZEE tem a finalidade de viabilizar os pressupostos técnicos previstos para o ZEE no art. 8º do Decreto Federal nº 4.297/2002, buscando garantir:

I – a compatibilidade metodológica com os princípios e critérios aprovados pela Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional, instituída pelo Decreto de 28 de dezembro de 2001, adotando-se a escala entre 1:1.000.000 a 1:250.000, conforme estabelece o inciso III do art. 6 – A do Decreto Federal nº 4.297/2002, incluído pelo Decreto Federal nº 6.288/2007;

II – a compatibilização dos produtos gerados por meio do Sistema de Informações Geográficas, com os padrões aprovados pela Comissão Coordenadora do ZEE;

III – a entrada de dados no Sistema de Informações Geográficas compatíveis com as normas e padrões do Sistema Cartográfico Nacional;

IV – a normatização técnica com base nos referenciais da Associação Brasileira de Normas Técnicas e da Comissão Nacional de Cartografia para produção e publicação de mapas e relatórios técnicos;

V – a disponibilidade das informações necessárias à execução do ZEE; e

VI – elaboração do projeto específico de mobilização social e envolvimento de grupos sociais interessados.

Considerando a importância do reconhecimento do ZEE Estadual pela União, o ZEE-BA buscou orientar-se pelos princípios e critérios mencionados na legislação federal pertinente à matéria. Nesse sentido, a Comissão Estadual deve observar o cumprimento das demais atividades acima citadas. A Comissão Estadual constitui instrumento de coordenação dos estudos do ZEE e de vigilância para a sua realização em conjunto com os órgãos e entidades estaduais. Assim, essa mesma Comissão poderá, no futuro, coordenar os trabalhos de natureza operacional, visando conhecer como atua a estrutura governamental frente aos processos indutores do desenvolvimento.

Nesse sentido, deverão ser estudados os principais planos, programas e projetos previstos e em andamento no Estado, bem como todos os mecanismos inerentes às atividades econômicas operantes, para identificar como poderiam ser compatibilizados com os estímulos e desestímulos necessários à implementação do ZEE. Essa atividade é absolutamente necessária para internalizar o ZEE nas ações dos órgãos que integram a esfera estadual e dar capilaridade à sua implementação no Estado.

Isso se justifica na medida em que, por disposição legal (art. 20 do Decreto nº 4.297/2002), o ZEE deve ser um instrumento norteador para a implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, bem como devem ser observados os critérios, padrões e obrigações estabelecidos no ZEE, para o planejamento e para a implementação de políticas públicas, além do licenciamento, da concessão de crédito oficial ou benefícios tributários ou para a assistência técnica de qualquer natureza, às instituições públicas ou privadas.

No caso do Estado da Bahia, foi constituída a Comissão de Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Sustentável/Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado da Bahia, mediante Portaria Conjunta nº 001, de 21 de maio de 2010, assinada pela SEPLAN e pela SEMA. Essa Portaria Conjunta foi alterada pela Portaria Conjunta Nº 002, de 16 de julho de 2012, com o objetivo de indicar a alteração de seus membros, inclusive da sua coordenação. Essa Comissão tem por objeto o acompanhamento e avaliação dos produtos resultantes dos trabalhos objeto do contrato de elaboração do referido plano, no âmbito de competência das duas secretarias, conforme se depreende das diversas Portarias da SEPLAN e da SEMA, que instituíram seus Grupos de Trabalho específicos para viabilizar os estudos do referido Plano.

Assim, no âmbito do Estado, do ponto de vista institucional, há o acompanhamento técnico dos estudos que se encontram em andamento sem, contudo, encontrarem-se evidências de que essa Comissão é a própria Comissão Estadual do ZEE, conforme prevê o Decreto Federal nº 4.297/2002. Ou seja, a Comissão Estadual do ZEE deverá ser instituída após o processo de audiências públicas.

#### b) Diretrizes para o arranjo institucional no âmbito dos Territórios de Identidade (TIs)

As diretrizes para o arranjo institucional podem ser melhor apresentadas caso se tomem por base os limites dos TIs, ao invés das zonas propostas pelos estudos, pela própria especificidade do tema tratado, já que as zonas têm um caráter mais técnico do que institucional. Por esta razão, optou-se por apresentar as diretrizes institucionais do ZEE por TI, valorizando a estrutura institucional vigente no Estado e consolidando os TIs como entidades estruturantes para o arranjo institucional do ZEE. Contudo, como já foi destacado neste documento, torna-se fundamental ressaltar a importância da inclusão dos demais colegiados de políticas públicas no processo de gestão do ZEE em todo o território baiano.

A escolha dos TIs como unidades territoriais de apoio à gestão do ZEE se deve ao fato de que esse instrumento de planejamento, do ponto de vista administrativo, deverá ser trabalhado conforme as estruturas de planejamento previstas pelo Estado, fortalecendo a dimensão territorial consolidada ao longo dos anos. Assim, em vez de trabalhar o componente institucional por zonas, por municípios, por macrorregiões ou qualquer outra base territorial, optou-se pelo fortalecimento dos TIs, uma vez que se trata de uma base territorial já adotada e consolidada no âmbito das ações das estruturas governamentais do Estado.

Assim, o Quadro 36, denominado “*Aspectos Institucionais: Diretrizes para os TIs*”, traz um esforço de síntese que busca contemplar os principais recortes territoriais, em que se baseiam as políticas públicas, que causam repercussões no território, bem como os principais grupos sociais afetados com a dinâmica acelerada do mundo global. Nesse sentido, foram considerados nesse quadro principalmente as questões referentes à biodiversidade, aos recursos hídricos e à sua contaminação por falta de saneamento básico, as principais atividades econômicas que incidem sobre os TIs, (principais investimentos identificados nas proposições existentes) e os grupos sociais que se encontram mais fragilizados pela forma como atuam os processos do mundo global, aí incluídas as comunidades quilombolas, os indígenas, as comunidades de fundo de pasto, de assentamentos rurais, entre outras.

As informações constantes desse quadro foram reunidas a partir de levantamentos realizados no âmbito do presente estudo a partir de consultas feitas aos *websites* oficiais do Governo Federal, a exemplo da Funai (comunidades indígenas), da Fundação Palmares (comunidades quilombolas) e do MMA (UCs da União). Igualmente, foram consultados os *websites* do Governo Estadual, a exemplo dos Consórcios Públicos, da SEMA (UCs estaduais) e do INEMA (Comitês estaduais de bacias hidrográficas). Além disso, foram também consideradas as informações referentes às famílias assentadas, comunidades de fundo de pasto e pescadores (associações, colônias, cooperativas e sindicatos), apresentadas no estudo da UFBA/CNPQ, apoiado nos limites dos TIs, que constam no estudo denominado “A Geografia dos Assentamentos na Área Rural, Bahia 2011”.

A partir dessa contextualização dos grupos sociais mais afetados, da proteção dos espaços territoriais protegidos e da água enquanto recurso essencial aos processos produtivos e de saneamento, foram apresentadas algumas diretrizes no referido quadro, que podem ajudar na integração de políticas públicas, na maior representatividade das forças que operam nos TIs, bem como no reforço dos instrumentos de planejamento elaborados a partir das contribuições ou deliberações dos colegiados que expressam os aspectos institucionais incidentes sobre os mais diversos recortes territoriais que se encontram fragmentados.

Isso tudo reforça a competência do Estado na condução do ZEE nos territórios, zelando pela equidade no uso dos espaços e dos recursos naturais, bem como garantindo os modos de vida e os direitos sociais inerentes às populações. Assim, a partir do ZEE, como instrumento de orientação de ordenamento territorial, o Estado se munirá de um instrumento para a preservação de patrimônios natural e cultural nos termos constitucionalmente estabelecidos.

A coluna denominada “Diretrizes Propostas”, apresentada no Quadro 36, traz subsídios ao arranjo institucional para a atuação do ZEE que, a partir da metodologia e indicadores de acompanhamento apresentados nos itens seguintes, poderão viabilizar a referida equidade e a igualdade de oportunidade dos principais atores intervenientes no território estadual.

Quadro 36 - Aspectos Institucionais: Diretrizes para os TIs

Nº	TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MUNICÍPIOS	Nº COMUNIDADES QUILOMBOLAS POR TI (1)	Nº COMUNIDADES FUNDO DE PASTO POR TI (2)	Nº COMUNIDADES INDÍGENAS POR TI (3)	Nº DE MUNICÍPIOS/ Nº PESCADORES POR TI (4)	CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS (5)	COMUNIDADES INDÍGENAS (6)	COMUNIDADES QUILOMBOLAS (7)	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (8)	COMITÊS DE BACIAS (9)	DIRETRIZES PROPOSTAS
1	Irecê	América Dourada	6	0	0	0	CDS DE IRECÊ - Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território de Irecê			APA Dunas e Veredas do Baixo-Médio São Francisco APA Gruta dos Brejões / Vereda do Romão Gramacho APA Lagoa de Itapirica	CBH Paraguauçu CBH Paramirim e Santo Onofre CBH Sobradinho CBH Verde-Jacaré	1. Fortalecer os colegiados instituídos, elaborando os instrumentos de planejamento e submetê-los às deliberações/manifestações, conforme legislação aplicável; 2. Capacitar os membros dos colegiados; 3. Revisar a composição dos colegiados, para que reflitam as forças que operam nesse território (especialmente o setor agrícola, inclusive dos assentamentos rurais); 4. Apoiar o consórcio intermunicipal, técnica e financeiramente, para atendimento das finalidades que ensejarem a sua criação (saneamento)
		Barra do Mendes	0	0	0	0						
		Barro Alto	4	0	0	0						
		Cafarnaum	0	0	0	0						
		Canarana	11	0	0	0						
		Central	0	0	0	1						
		Gentio do Ouro	1	0	0	1						
		Ibipeba	4	0	0	0						
		Ibititá	8	0	0	0						
		Ipupiara	0	0	0	0						
		Irecê	0	0	0	0						
		Itaguaçu da Bahia	3	0	0	0						
		João Dourado	16	0	0	0						
		Jussara	2	0	0	0						
		Lapão	14	0	0	0						
		<b>TOTAL</b>	<b>78</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4/13</b>						
2	Velho Chico	Barra	1	1	0	3.187	R.I. (2) Ibotirama. Povo: Tuxá. Município: Ibotirama R.I. (2) Vargem Alegre. Povo: Pankaru. Município: Serra do Ramalho A.D.I. (3) Barra (Fazenda Passagem) Povo: kiriri. Município: Muquém de São Francisco	Comunidade Quilombola de Carinhanha Comunidade Quilombola Lagoa das Piranhas de Bom Jesus da Lapa Comunidade Quilombola Mata do Sapê de Riacho de Santana Comunidade Quilombola de Aracás, Cariacá, Pedras, Retiro, Patos e Coxo de Bom Jesus da Lapa Comunidade Quilombola Mangal e Barro Vermelho de Sítio do Mato Comunidade Quilombola Lagoa do Peixe de Bom Jesus da Lapa Comunidade Quilombola Nova Batalhinha de Bom Jesus da Lapa Comunidade Quilombola Jatobá de Bom Jesus da Lapa Comunidade Quilombola Rio das Rãs de Bom Jesus da Lapa Comunidade Quilombola Tomé Nunes de Malhada Comunidade Quilombola Fazenda Grande de Muquém do São Francisco Comunidade Quilombola Boa Vista do Pixaim de Muquém do São Francisco Comunidade Quilombola Mata do Sapê de Riacho de Santana Comunidade Quilombola Mangal e Barro Vermelho de Sítio do Mato	APA Dunas e Veredas do Baixo-Médio São Francisco	CBH Corrente CBH Grande CBH Paramirim e Santo Onofre CBH Sobradinho CBH Verde-Jacaré	1. Fortalecer os colegiados instituídos, elaborando os instrumentos de planejamento e submetê-los às deliberações/manifestações, conforme legislação aplicável; 2. Capacitar os membros dos colegiados; 3. Revisar a composição dos colegiados, para que reflitam as forças que operam nesse território (os setores ligados à agricultura, inclusive dos assentamentos rurais; pecuária, pesca, comunidades indígenas e quilombolas, comunidades de fundo de pasto, e de geração de energia eólica); 4. Fomentar a criação de consórcios intermunicipais e apoiá-los técnica e financeiramente para atendimento das suas finalidades.	
		Bom Jesus da Lapa	11	0	0	3.206						
		Brotas de Macaúbas	0	3	0	0						
		Carinhanha	2	0	0	854						
		Feira da Mata	0	0	0	1						
		Ibotirama	0	0	1	3.102						
		Igaporã	2	0	0	0						
		Matina	0	0	0	0						
		Malhada	2	0	0	923						
		Morpará	0	0	0	0						
		Muquém de São Francisco	3	0	1	0						
		Oliveira dos Brejinhos	0	11	0	0						
		Paratinga	0	0	0	3.156						
		Riacho de Santana	9	0	0	0						
		Serra do Ramalho	2	0	1	901						
		<b>TOTAL</b>	<b>33</b>	<b>15</b>	<b>3</b>	<b>9/15.335</b>						
3	Chapada Diamantina	Abuira	2	0	0	0	Comunidade Quilombola Olho D'Água do Basílio de Seabra	APA Gruta dos Brejões / Vereda do Romão Gramacho APA Marimbus / Iraquara APA Serra do Barbado ARIE Nascentes do Rio de Contas Parque Estadual do Morro do Chapéu Monumento Natural da Cachoeira do Ferro Doido Parque Nacional da Chapada Diamantina (Federal)	Comunidade Quilombola Olho D'Água do Basílio de Seabra	CBH Contas CBH Itapicuru CBH Paraguauçu CBH Paramirim e Santo Onofre CBH Salitre CBH Verde-Jacaré	1. Fortalecer os colegiados instituídos, elaborando os instrumentos de planejamento e submetê-los às deliberações/manifestações, conforme legislação aplicável; 2. Capacitar os membros dos colegiados; 3. Revisar a composição dos colegiados, para que reflitam as forças que operam nesse território (especialmente o setor turístico; agrícola, inclusive dos assentamentos rurais; de geração de energia eólica e comunidades quilombolas); 4. Fomentar a criação de consórcios intermunicipais e apoiá-los técnica e financeiramente para atendimento das suas finalidades	
		Andaraí	1	0	0	0						
		Barra da Estiva	2	0	0	2						
		Boninal	3	0	0	0						
		Bonito	14	0	0	0						
		Ibicoara	0	0	0	0						
		Ibitiara	7	0	0	1						
		Iramaia	0	0	0	1						
		Iraquara	2	0	0	0						
		Itaeté	0	0	0	0						
		Jussiape	0	0	0	0						
		Lençóis	3	0	0	0						
		Marcionílio Souza	0	0	0	0						
		Morro do Chapéu	6	0	0	0						
		Mucugê	1	0	0	0						
		Nova Redenção	0	0	0	0						
		Novo Horizonte	0	0	0	1						
		Palmeiras	1	0	0	1						
		Piata	3	0	0	0						
		Rio de Contas	1	0	0	47						
		<b>TOTAL</b>	<b>57</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>10/63</b>						

(Continua)



Continuação do **Quadro 36** - Aspectos Institucionais: Diretrizes para os TIs

Nº	TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MUNICÍPIOS	Nº COMUNIDADES QUILOMBOLAS POR TI (1)	Nº COMUNIDADES FUNDO DE PASTO POR TI(2)	Nº COMUNIDADES INDÍGENAS POR TI (3)	Nº DE MUNICÍPIOS/ Nº PESCADORES POR TI (4)	CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS(5)	COMUNIDADES INDÍGENAS (6)	COMUNIDADES QUILOMBOLAS (7)	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (8)	COMITÊS DE BACIAS (9)	DIRETRIZES PROPOSTAS
4	Sisal	Araci	0	0	0	251	CONSISAL - Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal (Serrinha)	T.O.T.I. (1) Kiriri Povo: Kiriri. Municípios: Banzaê e Quijingue			CBH Itapicuru CBH Paraguaçu CBH Recôncavo Norte e Inhambupe	<ol style="list-style-type: none"> <li>Fortalecer os colegiados instituídos (CBH), elaborando os instrumentos de planejamento e submetê-los às deliberações/manifestações, conforme legislação aplicável;</li> <li>Capacitar os membros dos colegiados;</li> <li>Revisar a composição dos colegiados, para que reflitam as forças que operam nesse território (especialmente o setor agrícola, inclusive dos assentamentos rurais e comunidades de fundo de pasto e comunidades quilombolas);</li> <li>Apoiar o consórcio intermunicipal, técnica e financeiramente, para atendimento das finalidades que ensejaram a sua criação (saneamento)</li> </ol>
		Barrocas	0	0	0	0						
		Biritinga	1	0	0	0						
		Candeal	0	0	0	3						
		Cansanção	0	0	0	1						
		Conceição do Coité	0	0	0	0						
		Ichu	0	0	0	1						
		Itiúba	0	7	0	10						
		Lamarão	0	0	0	0						
		Monte Santo	1	49	0	3						
		Nordestina	11	0	0	4						
		Queimadas	0	0	0	1						
		Quijingue	0	0	1	1						
		Retiroândia	0	0	0	0						
		Santaluz	0	0	0	0						
São Domingos	0	0	0	0								
Serrinha	0	0	0	2								
Teofilândia	0	0	0	0								
Tucano	0	0	0	0								
Valente	0	0	0	3								
<b>TOTAL</b>		<b>13</b>	<b>56</b>	<b>1</b>	<b>11/280</b>							
5	Litoral Sul	Almadina	0	0	0	0	T.O.T.I. (1) Tupinambá de Olivença Povo: Tupinambá de Olivença. Municípios: Buerarema, Ilhéus e Una R.I. (2) Caramuru-Paraguaçu Povo: Pataxó Há-Há-Hiê. Municípios: Camacã, Itaju do Colônia e Pau Brasil			APA Baía de Camamu APA Costa de Itacaré / Serra Grande APA Lagoa Encantada e Rio Almada Parque Estadual da Serra do Conduru Parque Nacional da Serra das Lontras (Federal) Refúgio de Vida Silvestre de Una (Federal) Reserva Biológica de Una (Federal) Reserva Extrativista de Canavieiras (Federal)	CBH Leste CBH Recôncavo Sul CBH Contas	<ol style="list-style-type: none"> <li>Fortalecer os colegiados instituídos (UC e CBH), elaborando os instrumentos de planejamento e submetê-los às deliberações/manifestações, conforme legislação aplicável;</li> <li>Capacitar os membros dos colegiados;</li> <li>Revisar a composição dos colegiados, para que reflitam as forças que operam nesse território (os setores turístico;pescaria;agrícola, inclusive dos assentamentos rurais; portuário;industrial; polo moveleiro; geração de energia térmica e comunidades indígenas);</li> <li>Apoiar o consórcio intermunicipal, técnica e financeiramente, para atendimento das finalidades que ensejaram a sua criação (saneamento)</li> </ol>
		Arataca	0	0	0	1						
		Aurelino Leal	1	0	0	92						
		Barro Preto	0	0	0	0						
		Buerarema	0	0	1	0						
		Camacan	0	0	1	9						
		Canavieiras	0	0	0	1.293						
		Coaraci	0	0	0	0						
		Floresta Azul	0	0	0	6						
		Ibicaraí	0	0	0	0						
		Ilhéus	0	0	1	9						
		Itabuna	0	0	0	32						
		Itacaré	7	0	0	9						
		Itaju do Colônia	0	0	1	0						
		Itajuípe	0	0	0	0						
		Itapé	0	0	0	0						
		Itapitanga	0	0	0	1						
		Jussari	0	0	0	5						
		Maracá	7	0	0	1						
		Mascote	0	0	0	202						
Pau Brasil	0	0	1	15								
Santa Luzia	0	0	0	23								
São José da Vitória	0	0	0	0								
Ubatuba	0	0	0	318								
Una	0	0	1	901								
Uruçuca	0	0	0	0								
<b>TOTAL</b>		<b>15</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>16/2.917</b>							
6	Baixo Sul	Aratuípe	0	0	0	3	CIAPRA - Consórcio Intermunicipal da APA do Pratigi (Ibirapitanga)	A.D.I. (3) Nova Vida (Fazenda Bahiana) Povo: Pataxó Há-Há-Hiê. Município: Camamu		APA Baía de Camamu APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança APA de Guaibim APA Ilhas do Tinharé e Boipeba APA do Pratigi Estação Ecológica de Wenceslau Guimarães	CBH Contas CBH Paraguaçu CBH Recôncavo Sul	<ol style="list-style-type: none"> <li>Fortalecer os colegiados instituídos (UC e CBH), elaborando os instrumentos de planejamento e submetê-los às deliberações/manifestações, conforme legislação aplicável;</li> <li>Capacitar os membros dos colegiados;</li> <li>Revisar a composição dos colegiados, para que reflitam as forças que operam nesse território (setores do turismo; agrícola;pescaria; portuário; de exploração de gás e de minérios e comunidades indígenas);</li> <li>Fomentar a criação de consórcios intermunicipais e apoiá-los técnica e financeiramente para atendimento das suas finalidades</li> </ol>
		Cairu	7	0	0	2.244						
		Camamu	10	0	1	1.825						
		Gandu	0	0	0	0						
		Igrapiúna	2	0	0	0						
		Ituberá	5	0	0	0						
		Jaguaripe	0	0	0	1.651						
		Nilo Peçanha	2	0	0	18						
		Piraí do Norte	0	0	0	0						
		Presidente Tancredo Neves	2	0	0	0						
		Taperoá	3	0	0	2						
		Teolândia	1	0	0	0						
		Valença	7	0	0	88						
Wenceslau Guimarães	5	0	0	0								
Ibirapitanga	0	0	0	4								
<b>TOTAL</b>		<b>44</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>8/5.835</b>							

(Continua)

Continuação do **Quadro 36** - Aspectos Institucionais: Diretrizes para os TIs

Nº	TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MUNICÍPIOS	Nº COMUNIDADES QUILOMBOLAS POR TI (1)	Nº COMUNIDADES FUNDO DE PASTO POR TI (2)	Nº COMUNIDADES INDÍGENAS POR TI (3)	Nº DE MUNICÍPIOS/ Nº PESCADORES POR TI (4)	CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS(5)	COMUNIDADES INDÍGENAS (6)	COMUNIDADES QUILOMBOLAS (7)	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (8)	COMITÊS DE BACIAS (9)	DIRETRIZES PROPOSTAS
7	Extremo Sul	Alcobaça	0	0	0	14	Consórcio Público Intermunicipal de Infraestrutura do Extremo Sul da Bahia (Medeiros Neto)	T.O.T.I. (1) Monte Pascoal Povo: Pataxó. Municípios: Itamaraju, Porto Seguro e Prado		APA Ponta da Baleia / Abrolhos	CBH Frades, Buranhém e Santo Antônio, CBH Peruipe, Itanhém e Jucuruçu	1. Fortalecer os colegiados instituídos, elaborando os instrumentos de planejamento e submetê-los às deliberações/manifestações, conforme legislação aplicável; 2. Capacitar os membros dos colegiados; 3. Revisar a composição dos colegiados, para que reflitam as forças que operam nesse território (especialmente o setor agrícola, inclusive dos assentamentos rurais; pesca; portuário; industrial, especialmente o do biocombustível/etanol, celulose e polo moveleiro; geração de energia térmica); 4. Apoiar o consórcio intermunicipal, técnica e financeiramente, para atendimento das finalidades que ensejaram a sua criação (saneamento)
		Caravelas	0	0	0	1.127						
		Ibirapuã	1	0	0	0						
		Itamaraju	0	0	1	440						
		Itanhém	1	0	0	0						
		Jucuruçu	0	0	0	0						
		Lajedão	0	0	0	0						
		Medeiros Neto	0	0	0	101						
		Mucuri	0	0	0	572						
		Nova Viçosa	6	0	0	6						
		Prado	0	0	1	1.694						
Teixeira de Freitas	0	0	0	26								
Vereda	0	0	0	6								
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>9/3.986</b>								
8	Médio Sudoeste da Bahia	Caatiba	0	0	0	5	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VALE DO RIO PARDO (Itambé)			APA Serra do Ouro Parque Nacional de Boa Nova (Federal) Refúgio de Vida Silvestre de Boa Nova (Federal)	CBH Leste CBH Contas	1. Fortalecer os colegiados instituídos, elaborando os instrumentos de planejamento e submetê-los às deliberações/manifestações, conforme legislação aplicável; 2. Capacitar os membros dos colegiados; 3. Revisar a composição dos colegiados, para que reflitam as forças que operam nesse território (especialmente o setor agrícola); 5. Apoiar o consórcio intermunicipal, técnica e financeiramente, para atendimento das finalidades que ensejaram a sua criação
		Firmino Alves	0	0	0	0						
		Ibicuí	0	0	0	0						
		Iguaí	0	0	0	0						
		Itambé	1	0	0	0						
		Itapetinga	0	0	0	0						
		Itarantim	0	0	0	0						
		Itororó	1	0	0	0						
		Macarani	0	0	0	0						
		Maiquimique	0	0	0	1						
		Nova Canaã	0	0	0	0						
		Potiraguá	0	0	0	0						
		Santa Cruz da Vitória	0	0	0	0						
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2/6</b>								
9	Vale do Jequiçá	Amargosa	0	0	0	0				APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança	CBH Contas CBH Paraguaçu CBH Recôncavo Sul	Fortalecer os colegiados instituídos, elaborando os instrumentos de planejamento e submetê-los às deliberações/manifestações, conforme legislação aplicável; 2. Capacitar os membros dos colegiados; 3. Revisar a composição dos colegiados, para que reflitam as forças que operam nesse território (especialmente o setor agrícola, inclusive dos assentamentos rurais e mineração); 4. Fomentar a criação de consórcios intermunicipais e apoiá-los técnica e financeiramente para atendimento das suas finalidades
		Brejões	0	0	0	0						
		Cravolândia	0	0	0	0						
		Elsio Medrado	0	0	0	0						
		Irajuba	0	0	0	1						
		Itaquara	0	0	0	0						
		Itiruçu	0	0	0	0						
		Jaguaquara	1	0	0	0						
		Jiquiriçá	0	0	0	0						
		Lafaiete Coutinho	0	0	0	0						
		Lajedo do Tabocal	0	0	0	0						
		Laje	0	0	0	0						
		Maracás	0	0	0	0						
		Milagres	0	0	0	0						
		Mutuípe	0	0	0	0						
		Nova Itagrana	0	0	0	0						
		Planaltino	0	0	0	0						
Santa Inês	0	0	0	0								
São Miguel das Matas	0	0	0	0								
Ubaíra	0	0	0	0								
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1/1</b>								
10	Sertão do São Francisco	Campo Alegre de Lourdes	0	8	0	1	CONSTESF - Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sertão do São Francisco (Juazeiro)			APA Dunas e Veredas do Baixo-Médio São Francisco APA Lago do Sobradinho	CBH Itapicuru CBH Salitre CBH Sobradinho CBH Verde-Jacaré	1. Fortalecer os colegiados instituídos, elaborando os instrumentos de planejamento e submetê-los às deliberações/manifestações, conforme legislação aplicável; 2. Capacitar os membros dos colegiados; 3. Revisar a composição dos colegiados, para que reflitam as forças que operam nesse território (os setores agrícola, com suas comunidades de fundo de pasto; agroindústria; pesca e geração de energia eólica); 5. Apoiar o consórcio intermunicipal, técnica e financeiramente, para atendimento das finalidades que ensejaram a sua criação (saneamento)
		Canudos	0	18	0	280						
		Casa Nova	0	25	0	3.286						
		Curaçá	1	39	0	24						
		Juazeiro	0	32	0	2.738						
		Pião Arcado	0	31	0	1						
		Remanso	0	8	0	1.675						
		Sento Sé	0	3	0	0						
		Sobradinho	0	17	0	1.117						
Uauá	0	78	0	0								
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>259</b>	<b>0</b>	<b>8/9.122</b>								

(Continua)

Continuação do **Quadro 36** - Aspectos Institucionais: Diretrizes para os TIs

Nº	TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MUNICÍPIOS	Nº COMUNIDADES QUILOMBOLAS POR TI (1)	Nº COMUNIDADES FUNDO DE PASTO POR TI (2)	Nº COMUNIDADES INDÍGENAS POR TI (3)	Nº DE MUNICÍPIOS/ Nº PESCADORES POR TI (4)	CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS (5)	COMUNIDADES INDÍGENAS (6)	COMUNIDADES QUILOMBOLAS (7)	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (8)	COMITÊS DE BACIAS (9)	DIRETRIZES PROPOSTAS
11	Bacia do Rio Grande	Angical	0	0	1	79		Atikum de Angical. Povo: Atikum. Município: Angical Atikum de Santa Rita de Cássia. Povo: Atikum. Município: Santa Rita de Cássia		APA Bacia do Rio de Janeiro APA Rio Preto APA São Desidério Estação Ecológica de Rio Preto EE Serra Geral do Tocantins (Federal) FLONA de Cristópolis (Federal) Parque Nacional das Nascentes do Rio Paranaíba (Federal)	CBH Grande CBH Itapicuru CBH Sobradinho	1. Fortalecer os colegiados instituídos, elaborando os instrumentos de planejamento e submetê-los às deliberações/manifestações, conforme legislação aplicável; 2. Capacitar os membros dos colegiados; 3. Revisar a composição dos colegiados, para que reflitam as forças que operam nesse território (os setores agrícola, inclusive dos assentamentos rurais e comunidades de fundo de pasto, fruticultura irrigada, caprino-cultura, piscicultura e agroindústria); 5. Apoiar o consórcio intermunicipal, técnica e financeiramente, para atendimento das finalidades que ensejaram a sua criação (saneamento).
		Baianópolis	0	0	0	0						
		Barreiras	1	0	0	315						
		Buritirama	1	6	0	2						
		Catolândia	0	0	0	0						
		Cotegipe	0	0	0	572						
		Cristópolis	0	0	0	0						
		Formosa do Rio Preto	0	0	0	0						
		Luís Eduardo Magalhães	0	0	0	0						
		Mansidão	0	0	0	0						
		Riachão das Neves	0	0	0	1						
		Santa Rita de Cássia	0	0	1	0						
		São Desidério	0	9	0	0						
		Wanderley	3	0	0	329						
<b>TOTAL</b>		<b>5</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>6/1.298</b>							
12	Bacia do Paramirim	Boquira	0	0	0	0					CBH Paramirim e Santo Onofre CBH Contas	1. Fortalecer os colegiados instituídos, elaborando os instrumentos de planejamento e submetê-los às deliberações/manifestações, conforme legislação aplicável; 2. Capacitar os membros dos colegiados; 3. Revisar a composição dos colegiados, para que reflitam as forças que operam nesse território (o setor agrícola, em especial o de beneficiamento de frutas nativas e oleaginosas/biodiesel); pecuária; geração de energia eólica e mineração); 4. Fomentar a criação de consórcios intermunicipais e apoiá-los técnica e financeiramente para atendimento das suas finalidades.
		Botuporã	0	0	0	0						
		Caturama	0	0	0	0						
		Érico Cardoso	1	0	0	0						
		Ibipitanga	0	0	0	0						
		Macaúbas	0	0	0	0						
		Paramirim	0	0	0	0						
		Rio do Pires	0	0	0	0						
		Tanque Novo	0	1	0	0						
		<b>TOTAL</b>		<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>						
13	Sertão Produtivo	Brumado	0	0	0	0			Comunidade Quilombola Santo Inácio de Ibiassucê	Parque Estadual de Montes Altos FLONA Contendas do Sincorá (Federal)	CBH Paramirim e Santo Onofre CBH Contas	1. Fortalecer os colegiados instituídos, elaborando os instrumentos de planejamento e submetê-los às deliberações/manifestações, conforme legislação aplicável; 2. Capacitar os membros dos colegiados; 3. Revisar a composição dos colegiados, para que reflitam as forças que operam nesse território (o setor agrícola, em especial o de beneficiamento de frutas nativas e oleaginosas/biodiesel); pecuária; geração de energia eólica e mineração); 4. Fomentar a criação de consórcios intermunicipais e apoiá-los técnica e financeiramente para atendimento das suas finalidades.
		Caculé	0	0	0	0						
		Caetité	10	0	0	0						
		Candiba	1	0	0	0						
		Contendas do Sincorá	1	0	0	0						
		Dom Basílio	0	0	0	0						
		Guanambi	0	0	0	134						
		Ibiassucê	1	0	0	0						
		Ituaçu	0	0	0	0						
		Iuiú	0	0	0	0						
		Lagoa Real	1	0	0	0						
		Livramento de Nossa Senhora	12	0	0	0						
		Malhada de Pedras	0	0	0	5						
		Palmas de Monte Alto	1	0	0	2						
		Pindaí	0	0	0	0						
		Rio do Antônio	0	0	0	0						
		Sebastião Laranjeiras	0	0	0	0						
		Urandi	0	0	0	1						
		Tanhaçu	1	0	0	0						
<b>TOTAL</b>		<b>28</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4/142</b>							
14	Piemonte do Paraguaçu	Ruy Barbosa	0	0	0	4	Consórcio Público dos Municípios do Portal da Chapada Diamantina e adjacência – COPCHAD (Rui Barbosa)			ARIE Serra do Orobó Parque Estadual das Sete Passagens	CBH Recôncavo Sul CBH Salitre CBH Paraguaçu	1. Fortalecer os colegiados instituídos, elaborando os instrumentos de planejamento e submetê-los às deliberações/manifestações, conforme legislação aplicável; 2. Capacitar os membros dos colegiados; 3. Revisar a composição dos colegiados, para que reflitam as forças que operam nesse território (o setor agrícola, inclusive os assentamentos rurais e pecuária); 4. Apoiar o consórcio intermunicipal, técnica e financeiramente, para atendimento das finalidades que ensejaram a sua criação (saneamento)
		Itaberaba	0	0	0	32						
		Rafael Jambeiro	0	0	0	0						
		Ibiquera	0	0	0	0						
		Boa Vista do Tupim	0	0	0	3						
		Iaçu	0	0	0	0						
		Santa Teresinha	1	0	0	0						
		Itatim	0	0	0	0						
		Lajedinho	0	0	0	0						
		Macajuba	0	0	0	3						
		Pirituba	0	0	0	38						
		Mundo Novo	0	0	0	0						
		Tapiramutá	0	0	0	0						
<b>TOTAL</b>		<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5/80</b>							

(Continua)

Continuação do **Quadro 36** - Aspectos Institucionais: Diretrizes para os TIs

Nº	TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MUNICÍPIOS	Nº COMUNIDADES QUILOMBOLAS POR TI (1)	Nº COMUNIDADES FUNDO DE PASTO POR TI (2)	Nº COMUNIDADES INDÍGENAS POR TI (3)	Nº DE MUNICÍPIOS/ Nº PESCADORES POR TI (4)	CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS (5)	COMUNIDADES INDÍGENAS (6)	COMUNIDADES QUILOMBOLAS (7)	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (8)	COMITÊS DE BACIAS (9)	DIRETRIZES PROPOSTAS
15	Bacia do Jacuípe	Baixa Grande	0	0	0	2	CDS BACIA DO JACUIPE - Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território da Bacia do Jacuípe (Pintadas)				CBH Itapicuru CBH Paraguaçu	1.Fortalecer os colegiados instituídos, elaborando os instrumentos de planejamento e submetê-los às deliberações/manifestações, conforme legislação aplicável; 2.Capacitar os membros dos colegiados; 3.Revisar a composição dos colegiados, para que reflitam as forças que operam nesse território (especialmente o setor agrícola, com destaque para as oleaginosas, além da pecuária); 4. Apoiar o consórcio intermunicipal, técnica e financeiramente, para atendimento das finalidades que ensejaram a sua criação (saneamento).
		Mairi	0	0	0	1						
		Gavião	0	0	0	0						
		Capela do Alto Alegre	0	0	0	0						
		Ipirá	0	0	0	0						
		Nova Fátima	0	0	0	0						
		Pé de Serra	0	0	0	0						
		Pintadas	0	0	0	0						
		Riachão do Jacuípe	0	0	0	0						
		Serra Preta	0	0	0	0						
		Várzea da Roça	0	0	0	0						
Várzea do Poço	0	0	0	0								
São José do Jacuípe	0	0	0	0								
Quixabeira	1	0	0	0								
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2/3</b>								
16	Piemonte da Diamantina	Caém	1	0	0	0	CDS DA DIAMANTINA - Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território da Diamantina (Jacobina)				CBH Salitre CBH Verde-Jacaré CBH Itapicuru CBH Paraguaçu	1.Fortalecer os colegiados instituídos, elaborando os instrumentos de planejamento e submetê-los às deliberações/manifestações, conforme legislação aplicável; 2.Capacitar os membros dos colegiados; 3.Revisar a composição dos colegiados, para que reflitam as forças que operam nesse território (especialmente o setor agrícola, com destaque para as comunidades de fundo de pasto); 4. Apoiar o consórcio intermunicipal, técnica e financeiramente, para atendimento das finalidades que ensejaram a sua criação (saneamento).
		Capim Grosso	0	0	0	0						
		Jacobina	0	0	0	0						
		Miguel Calmon	0	0	0	8						
		Mirangaba	8	2	0	0						
		Ouroândia	0	0	0	0						
		Saúde	0	0	0	0						
		Serrolândia	0	0	0	0						
		Umburanas	0	2	0	0						
		Várzea Nova	1	0	0	0						
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>1/8</b>								
17	Semiárido Nordeste II	Jeremoabo	2	0	0	0	T.O.T.I. (1) Kiriri Povo: Kiriri. Municípios: Banzaê e Quijingue T.O.T.I. (1) Maçacará Povo: Kaimbé. Município: Euclides da Cunha Povo: Kaimbé. Município: Euclides da Cunha			APA Serra Branca / Raso da Catarina ARIE Corobobo (Federal) EE Raso da Catarina (Federal)	CBH Itapicuru	1.Fortalecer os colegiados instituídos, elaborando os instrumentos de planejamento e submetê-los às deliberações/manifestações, conforme legislação aplicável; 2.Capacitar os membros dos colegiados; 3.Revisar a composição dos colegiados, para que reflitam as forças que operam nesse território (especialmente o setor agrícola, com destaque para as comunidades de fundo de pasto, além das comunidades indígenas); 4. Apoiar o consórcio intermunicipal, técnica e financeiramente, para atendimento das finalidades que ensejaram a sua criação (saneamento).
		Santa Brígida	0	0	0	0						
		Pedro Alexandre	0	0	0	0						
		Coronel João Sá	0	0	0	0						
		Sítio do Quinto	0	0	0	0						
		Novo Triunfo	0	0	0	1						
		Antas	0	0	0	0						
		Cícero Dantas	0	0	0	0						
		Banzaê	3	0	1	0						
		Fátima	0	0	0	0						
		Adustina	0	0	0	67						
		Paripiranga	0	0	0	17						
		Ribeira do Pombal	0	0	0	0						
		Heliópolis	0	0	0	0						
		Ribeira do Amparo	0	0	0	1						
		Cipó	3	0	0	0						
Nova Soure	0	0	0	2								
Euclides da Cunha	0	1	1	0								
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>5/88</b>								
18	Litoral Norte e Agreste Baiano	Itapicuru	0	0	0	0	Comunidade Quilombola de Sapiranga de Mata de São João			APA Litoral Norte do Estado da Bahia APA Mangue Seco APA da Plataforma Continental do Litoral Norte	CBH Recôncavo Norte e Inhambupe CBH Itapicuru	1.Fortalecer os colegiados instituídos, elaborando os instrumentos de planejamento e submetê-los às deliberações/manifestações, conforme legislação aplicável; 2.Capacitar os membros dos colegiados; 3.Revisar a composição dos colegiados, para que reflitam as forças que operam nesse território (os setores do turismo, pesca, agricultura familiar, indústria, além das comunidades quilombolas); 4. Apoiar o consórcio intermunicipal, técnica e financeiramente, para atendimento das finalidades que ensejaram a sua criação (saneamento).
		Olindina	0	0	0	1						
		Crisópolis	0	0	0	0						
		Rio Real	1	0	0	0						
		Jandaíra	0	0	0	1						
		Conde	2	0	0	2.279						
		Acajutiba	0	0	0	0						
		Esplanada	2	0	0	22						
		Cardeal da Silva	0	0	0	3						
		Entre Rios	2	0	0	143						
		Mata de São João	1	0	0	0						
		Itanagra	0	0	0	0						
		Araçás	6	0	0	0						
		Alagoinhas	3	0	0	3						
		Aramari	1	0	0	0						
		Ouriçangas	0	0	0	0						
		Inhambupe	0	0	0	0						
		Sítio Dias	0	0	0	0						
		Aporá	0	0	0	0						
		Catu	0	0	0	3						
Pojuca	0	0	0	1								
Pedrao	0	0	0	0								
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9/2.456</b>								

(Continua)

Continuação do **Quadro 36** - Aspectos Institucionais: Diretrizes para os TIs

Nº	TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MUNICÍPIOS	Nº COMUNIDADES QUILOMBOLAS POR TI (1)	Nº COMUNIDADES FUNDO DE PASTO POR TI (2)	Nº COMUNIDADES INDÍGENAS POR TI (3)	Nº DE MUNICÍPIOS/ Nº PESCADORES POR TI (4)	CONSORCIOS INTERMUNICIPAIS (5)	COMUNIDADES INDÍGENAS (6)	COMUNIDADES QUILOMBOLAS (7)	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (8)	COMITÊS DE BACIAS (9)	DIRETRIZES PROPOSTAS
19	Portal do Sertão	Feira de Santana	1	0	0	134	CDS PORTAL DO SERTÃO – Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Portal do Sertão (Feira de Santana)			APA Lago de Pedra do Cavalo	CBH Paraguaçu CBH Recôncavo Norte e Inhambupe	1. Fortalecer os colegiados instituídos, elaborando os instrumentos de planejamento e submetê-los às deliberações/manifestações, conforme legislação aplicável; 2. Capacitar os membros dos colegiados; 3. Revisar a composição dos colegiados, para que reflitam as forças que operam nesse território (os setores da indústria e da agropecuária); 4. Apoiar o consórcio intermunicipal, técnica e financeiramente, para atendimento das finalidades que ensejaram a sua criação (saneamento).
		São Gonçalo dos Campos	1	0	0	0						
		Conceição da Feira	1	0	0	0						
		Santo Estêvão	0	0	0	0						
		Ipecaetá	0	0	0	0						
		Antônio Cardoso	1	0	0	0						
		Anguera	0	0	0	0						
		Tanquinho	0	0	0	1						
		Santa Bárbara	0	0	0	0						
		Santanópolis	0	0	0	0						
		Coração de Maria	0	0	0	0						
		Amélia Rodrigues	0	0	0	0						
		Teodoro Sampaio	0	0	0	0						
		Terra Nova	0	0	0	1						
Conceição do Jacuípe	0	0	0	0								
Irará	4	0	0	0								
Água Fria	0	0	0	0								
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3/136</b>								
20	Vitória da Conquista	Anagé	1	0	0	0	CISS – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste da Bahia (Poções)		Comunidade Quilombola São Domingos de Licínio de Almeida		CBH Contas	1. Fortalecer os colegiados instituídos, elaborando os instrumentos de planejamento e submetê-los às deliberações/manifestações, conforme legislação aplicável; 2. Capacitar os membros dos colegiados; 3. Revisar a composição dos colegiados, para que reflitam as forças que operam nesse território (os setores da agropecuária comercial, piscicultura, agroindústria, indústria/celulose, mineração, além das comunidades quilombolas); 4. Apoiar o consórcio intermunicipal, técnica e financeiramente, para atendimento das finalidades que ensejaram a sua criação (saneamento).
		Aracatu	0	0	0	1						
		Barra do Choça	0	0	0	0						
		Belo Campo	1	0	0	5						
		Bom Jesus da Serra	1	0	0	13						
		Caetanos	0	0	0	0						
		Cândido Sales	0	0	0	0						
		Caraiibas	0	0	0	0						
		Condeúba	1	0	0	0						
		Cordeiros	0	0	0	1						
		Encruzilhada	0	0	0	0						
		Guajeru	0	0	0	0						
		Jacaraci	0	0	0	0						
		Licínio de Almeida	0	0	0	0						
		Maetinga	0	0	0	0						
		Mirante	0	0	0	2						
		Mortugaba	1	0	0	0						
		Piripá	1	0	0	0						
		Planalto	2	0	0	0						
		Poções	1	0	0	0						
Presidente Jânio Quadros	0	0	0	0								
Ribeirão do Largo	1	0	0	0								
Tremedal	2	0	0	49								
Vitória da Conquista	15	0	0	0								
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6/71</b>								
21	Recôncavo	Santo Amaro	3	0	0	4.127	CIRB – Consórcio Intermunicipal do Recôncavo Baiano (Vera Cruz)		Comunidade Quilombola de Cachoeira Comunidade Quilombola Salaminas de Maragojipe Comunidade Quilombola Buri de Maragojipe Comunidade Quilombola Guai de Maragojipe Comunidade Quilombola Enseada do Paraguaçu de Maragojipe Comunidade Quilombola Zumbi de Maragojipe Comunidade Quilombola São Braz de Santo Amaro	APA Baía de Todos os Santos APA Joanes – Ipitanga APA Lago de Pedra do Cavalo Monumento Natural dos Canions do Subaé Reserva Extrativista Marinha da Baía de Iguape (Federal)	CBH Paraguaçu CBH Recôncavo Norte e Inhambupe CBH Recôncavo Sul	1. Fortalecer os colegiados instituídos, elaborando os instrumentos de planejamento e submetê-los às deliberações/manifestações, conforme legislação aplicável; 2. Capacitar os membros dos colegiados; 3. Revisar a composição dos colegiados, para que reflitam as forças que operam nesse território (setores do turismo, indústria, agricultura familiar, pesca, naval, além das comunidades quilombolas); 4. Apoiar o consórcio intermunicipal, técnica e financeiramente, para atendimento das finalidades que ensejaram a sua criação (saneamento).
		Saubara	0	0	0	3.776						
		Governador Mangabeira	0	0	0	0						
		Muritiba	0	0	0	5						
		Cabaceiras do Paraguaçu	0	0	0	0						
		Cachoeira	11	0	0	1.241						
		São Félix	0	0	0	0						
		Maragojipe	9	0	0	3.666						
		Cruz das Almas	2	0	0	0						
		Castro Alves	0	0	0	89						
		Conceição do Almeida	0	0	0	0						
		São Felipe	0	0	0	0						
		Santo Antônio de Jesus	0	0	0	0						
		Muniz Ferreira	0	0	0	109						
		Varzedo	0	0	0	8						
		Dom Macedo Costa	0	0	0	0						
		Nazaré	0	0	0	29						
		Sapeaçu	0	0	0	0						
São Sebastião do Passé	1	0	0	0								
São Francisco do Conde	2	0	0	5								
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10/13.055</b>								

(Continua)



Continuação do **Quadro 36** - Aspectos Institucionais: Diretrizes para os TIs

Nº	TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MUNICÍPIOS	Nº COMUNIDADES QUILOMBOLAS POR TI (1)	Nº COMUNIDADES FUNDO DE PASTO POR TI (2)	Nº COMUNIDADES INDÍGENAS POR TI (3)	Nº DE MUNICÍPIOS/ Nº PESCADORES POR TI (4)	CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS (5)	COMUNIDADES INDÍGENAS (6)	COMUNIDADES QUILOMBOLAS (7)	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (8)	COMITÊS DE BACIAS (9)	DIRETRIZES PROPOSTAS
22	Médio Rio de Contas	Aiquara	0	0	0	0	CIMURC- Consórcio Intermunicipal dos Municípios do Vale do Rio das Contas (Ipiatã)			Parque Nacional de Boa Nova (Federal) Refúgio de Vida Silvestre de Boa Nova (Federal)	CBH Recôncavo Sul CBH Contas	1.Fortalecer os colegiados instituídos, elaborando os instrumentos de planejamento e submetê-los às deliberações/manifestações, conforme legislação aplicável; 2.Capacitar os membros dos colegiados; 3.Revisar a composição dos colegiados, para que reflitam as forças que operam nesse território (setores da agricultura e pecuária, da indústria e do polo tecnologia de software); 4. Apoiar o consórcio intermunicipal, técnica e financeiramente, para atendimento das finalidades que ensejaram a sua criação (saneamento).
		Apuarema	0	0	0	0						
		Barra do Rocha	0	0	0	1						
		Boa Nova	0	0	0	1						
		Dário Meira	0	0	0	0						
		Gongogi	0	0	0	25						
		Ibirataia	0	0	0	0						
		Ipiatã	0	0	0	0						
		Itagi	0	0	0	0						
		Itagibá	0	0	0	0						
		Jequié	1	0	0	0						
		Jitaína	0	0	0	0						
		Manoel Vitorino	0	0	0	19						
Nova Ibiá	1	0	0	0								
Ubatã	0	0	0	0								
Itamarí	1	0	0	0								
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4/46</b>								
23	Bacia do Rio Corrente	Brejolândia	0	1	0	0	Consórcio Intermunicipal Bacia do Rio Corrente (São Félix do Coribe)			Refugio de Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano (Federal)	CBH Corrente CBH Grande	1.Fortalecer os colegiados instituídos, elaborando os instrumentos de planejamento e submetê-los às deliberações/manifestações, conforme legislação aplicável; 2.Capacitar os membros dos colegiados; 3.Revisar a composição dos colegiados, para que reflitam as forças que operam nesse território (setores da agricultura, inclusive de fundo de pasto); 4. Apoiar o consórcio intermunicipal, técnica e financeiramente, para atendimento das finalidades que ensejaram a sua criação (saneamento).
		Canápolis	0	0	0	0						
		Cocos	0	0	0	0						
		Coribe	0	0	0	48						
		Correntina	0	14	0	34						
		Jaborandi	0	1	0	10						
		Santa Maria da Vitória	1	1	0	6						
		Santana	0	0	0	60						
		São Félix do Coribe	0	0	0	0						
		Serra Dourada	0	2	0	1						
Tabocas do Brejo Velho	0	1	0	5								
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>20</b>	<b>0</b>	<b>7/164</b>								
24	Itaparica	Abaré	2	0	1	0	CDS DO TERRITÓRIO DO SERTÃO BAIANO – Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Sertão Baiano (Paulo Afonso)	T.O.T.I. (1) Brejo do Burgo e Pankararé Povos: Pankararé Municípios: Glória (T.I. Brejo do Burgo), Paulo Afonso e Rodelas Pankararé Município: Glória T.I. Brejo do Burgo e T.I. Pankararé) Cerquinha Povos: Pankararé Município: Glória A.D.I. (3) Xukuru-Kariri da Quixaba (Fazenda Pedrosa) Povos: Xukuru-Kariri, Município: Glória T.O.T.I. (1) Kantaruré Povos: Kantaruré, Município: Glória T.O.T.I. (1) Tumbalalá Povos: Tumbalalá, Municípios: Abaré e Curaçá Rodelas Povos: Tuxá, Município: Rodelas		EE Raso da Catarina (Federal) Monumento Natural do Rio São Francisco (Federal)		1.Fortalecer os colegiados instituídos, elaborando os instrumentos de planejamento e submetê-los às deliberações/manifestações, conforme legislação aplicável; 2.Capacitar os membros dos colegiados; 3.Revisar a composição dos colegiados, para que reflitam as forças que operam nesse território (setores da agricultura, inclusive de fundo de pasto; pesca e piscicultura; pecuária; agroindústria; mineração, além das comunidades quilombolas); 4. Apoiar o consórcio intermunicipal, técnica e financeiramente, para atendimento das finalidades que ensejaram a sua criação (saneamento).
		Macururé	0	0	0	0						
		Chorrochó	0	0	0	0						
		Rodelas	0	0	1	393						
		Glória	0	0	1	0						
Paulo Afonso	0	0	1	65								
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>2/458</b>								
25	Piemonte Norte do Itapicuru	Campo Formoso	20	38	0	0	CDS SENHOR DO BONFIM – Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Piemonte Norte do Itapicuru (Senhor do Bonfim)		Comunidade Quilombola Tijuçu de Senhor do Bonfim		CBH Salitre CBH Itapicuru CBH Sobradinho	1.Fortalecer os colegiados instituídos, elaborando os instrumentos de planejamento e submetê-los às deliberações/manifestações, conforme legislação aplicável; 2.Capacitar os membros dos colegiados; 3.Revisar a composição dos colegiados, para que reflitam as forças que operam nesse território (setores da agricultura, em especial as comunidades de fundo de pasto; da indústria de cimento; daminação; da geração de energia eólica; além das comunidades quilombolas); 4. Apoiar o consórcio intermunicipal, técnica e financeiramente, para atendimento das finalidades que ensejaram a sua criação (saneamento).
		Jaguari	0	23	0	34						
		Andorinha	0	23	0	45						
		Ponto Novo	1	0	0	120						
		Caldeirão Grande	1	0	0	0						
		Pindobaçu	3	4	0	0						
		Filadélfia	13	0	0	0						
		Antônio Gonçalves	4	4	0	0						
Senhor do Bonfim	15	0	0	154								
<b>TOTAL</b>	<b>57</b>	<b>92</b>	<b>0</b>	<b>4/353</b>								
26	Metropolitano de Salvador	Camaçari	1	0	0	0	CICC – Consórcio Intermunicipal Costa dos Coqueiros (Lauro de Freitas)		Comunidade Quilombola Pitanga dos Palmares de Simões Filho Comunidade Quilombola Ilha de Maré de Salvador	APA Cobre/São Bartolomeu APA Baía de Todos os Santos APA Joanes – Ipitanga APA Lagos de Guarajuba APA Lagos e Dunas do Abaeté APA da Plataforma Continental do Litoral Norte APA Rio Capivara	CBH Paraguauçu CBH Recôncavo Norte e Inhambupe CBH Recôncavo Sul	1.Fortalecer os colegiados instituídos, elaborando os instrumentos de planejamento e submetê-los às deliberações/manifestações, conforme legislação aplicável; 2.Capacitar os membros dos colegiados; 3.Revisar a composição dos colegiados, para que reflitam as forças que operam nesse território (setores da indústria petroquímica e química; do turismo, portuário, geração de energia térmica; bem como das comunidades quilombolas); 4. Apoiar o consórcio intermunicipal, técnica e financeiramente, para atendimento das finalidades que ensejaram a sua criação (saneamento).
		Candeias	0	0	0	591						
		Dias d'Ávila	0	0	0	0						
		Itaparica	0	0	0	2.166						
		Lauro de Freitas	0	0	0	71						
		Madre de Deus	0	0	0	1.016						
		Salvador	4	0	0	52.780						
		Simões Filho	3	0	0	7						
		Vera Cruz	0	0	0	6.002						
Salinas da Margarida	0	0	0	5.852								
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8/68.485</b>								
27	Costa do Descobrimento	Belmonte	0	0	1	822		.O.T.I. (1) Monte Pascoal Povos: Pataxó, Municípios: Itamaraju, Porto Seguro e Prado T.O.T.I. (1) Imbiriba Povos: Pataxó, Município: Porto Seguro T.O.T.I. (1) Aldeia Velha Povos: Pataxó, Município: Porto Seguro T.O.T.I.(1) Coroa Vermelha Povos: Pataxó, Municípios: Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália T.O.T.I. (1) Mata Medonha Povos: Pataxó, Município: Santa Cruz Cabrália T.O.T.I. (1) Tupinambá de Belmonte Povos: Tupinambá de Belmonte, Município: Belmonte		APA Caraíva Trancoso APA Coroa Vermelha APA Santo Antonio	CBH Frades, Buranhém e Santo Antônio, CBH Peruipe, Itanhém e Jucuruçu,	1.Fortalecer os colegiados instituídos, elaborando os instrumentos de planejamento e submetê-los às deliberações/manifestações, conforme legislação aplicável; 2.Capacitar os membros dos colegiados; 3.Revisar a composição dos colegiados, para que reflitam as forças que operam nesse território (setores portuário, industrial, de produção do etanol, além das comunidades indígenas); 4.Fomentar a criação de consórcios intermunicipais e apoiá-los técnica e financeiramente para atendimento das suas finalidades
		Eunápolis	0	0	0	0						
		Guaratinga	0	0	0	4						
		Itabela	0	0	0	7						
		Itagimirim	0	0	0	1						
		Itapebi	0	0	0	11						
		Santa Cruz Cabrália	0	0	1	2						
Porto Seguro	0	0	1	756								
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>7/1.603</b>								
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>458</b>	<b>464</b>	<b>24</b>	<b>161/126.004</b>							

### 8.3.2.2. Metodologia de Gestão Participativa

Considerando que o processo de construção do ZEE é tão importante quanto o resultado que dele irá obter, propõe-se que o processo participativo se desenvolva a partir da realização de:

- a. oficinas técnicas;
- b. reuniões com segmentos;
- c. reuniões regionais de construção do ZEE (nos TIs e nos diversos recortes territórios contemplados nas políticas públicas, a exemplo das UCs, bacias hidrográficas etc.);
- d. audiências públicas.

Quanto às oficinas técnicas, são atividades que visam à discussão técnica quanto à elaboração e apresentação dos resultados do ZEE, podendo ser convidados a participar, entre outros:

- a. técnicos das diversas secretarias do Estado relacionados com planos, programas e projetos dos Governos Federal, Estadual e Municipal que impactam o território estadual;
- b. representantes dos Conselhos Estaduais: de Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e das Cidades, além de outros colegiados afins;
- c. representantes da Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional, caso se pretenda o reconhecimento do ZEE Estadual pela União;
- d. técnicos de órgãos municipais;
- e. pesquisadores de universidades e centros de ensino e pesquisa;
- f. técnicos de entidades nacionais e internacionais que atuam no desenvolvimento tecnológico e na sustentabilidade;
- g. representantes de órgãos de classe de profissionais (em razão do caráter técnico que a matéria enseja); e
- h. convidados de outros estados com experiência em elaboração de ZEE.

Em relação às reuniões com os diversos segmentos da sociedade, sugere-se que o Governo estadual programe sessões específicas com representantes daqueles segmentos considerados estratégicos no Estado, tendo como objetivo a apresentação prévia, a audiência aos mencionados representantes sobre suas principais questões e o encaminhamento de propostas e pactos. Essas reuniões com os segmentos têm como objetivo prever possíveis conflitos, antecipando medidas preventivas às instalações dos mesmos. Essas reuniões podem ser regionalizadas, quando convier. Sugere-se que sejam considerados participantes dessas sessões e reuniões, pelo menos, dos seguintes segmentos: indústria, turismo, mineração, agropecuária, além das entidades ambientalistas e comunidades tradicionais (pescadores, quilombolas e de fundo de pasto).

Quanto às reuniões regionais de construção do ZEE, estas devem ser realizadas por TI, contemplando as bacias hidrográficas e unidades de conservação e terão por objetivo o envolvimento com o tema dos principais atores públicos, econômicos e sociais interessados, e contribuirão para a construção e a viabilização do ZEE. Nesse sentido, não podem faltar as seguintes representações, dentre outras:

- a. comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas;
- b. principais agentes econômicos relacionados com os diversos usos da terra/solo e dos recursos naturais, como por exemplo a mineração, a geração de energia, a indústria, o turismo, a agricultura familiar e o agronegócio, entre outros;
- c. lideranças sociais atuantes na área, sejam elas de organizações da sociedade civil, de defesa de direitos sociais, de organizações ambientalistas, entre outras;
- d. colegiados estaduais e municipais de meio ambiente, das Cidades, e do Turismo;
- e. conselhos gestores das UCs que se situam na área de estudo;
- f. Comitês das Bacias Hidrográficas;
- g. Poderes Executivos municipais;
- h. meios de comunicação (jornalistas e comunicadores da mídia impressa, televisiva e eletrônica).

Além das reuniões regionais realizadas por TI, sugere-se pensar na escolha de locais que contenham equipamentos multimídia para realizar a divulgação do ZEE à distância, com baixo custo para a Administração Pública estadual, tomando-se o cuidado de viabilizá-las em cada uma das cinco macrorregiões do Estado.

Essa atividade foi aplicada pelo Estado quando da divulgação da minuta da Lei da Política Estadual de Resíduos Sólidos, tendo sido utilizados espaços que pudessem receber a apresentação do conteúdo desejado, a partir de Salvador, recebendo muitas contribuições de diversas partes do território estadual, simultaneamente, através da *internet*.

Quanto às Audiências Públicas, recomenda-se a realização de, pelo menos, nove audiências, com a finalidade de alcançar os 27 Territórios de Identidade, com a presença dos diferentes segmentos da sociedade e municípios, incorporando, de forma acumulativa, os encontros regionais, compondo as forças de interesses representativos dos Territórios, em cada zona. Sugere-se ainda que sejam disponibilizados os produtos do ZEE em plataforma digital para que haja a manifestação de todos os interessados, tomando-se o cuidado de dar as respostas a todos os participantes em relação à inserção, ou não, das contribuições apresentadas. As consultas pela *internet* possibilitam uma maior abertura de canais com a sociedade, fora dos limites técnicos e dos colegiados envolvidos, a baixo custo operacional e financeiro. Essa forma permite ao Estado ampliar a divulgação de suas políticas públicas para além dos colegiados, fato esse que no caso em tela é essencial, já que o ZEE trará conseqüências para todos, direta ou indiretamente.

Ressalta-se que o processo de participação no ZEE tem um caráter técnico político que requer a atenção especial às metodologias de participação social utilizadas em cada estratégia. Diferente do método praticado nas conferências estaduais, os eventos de participação social no ZEE devem considerar um processo cognitivo que envolva etapas a ser alcançadas no mesmo evento:

- a) **1ª etapa:** os participantes precisam compreender o ZEE, seus objetivos, seus limites, o papel da sociedade, o papel do estado e o desenvolvimento sustentável proposto, como um processo dinâmico e permanente;
- b) **2ª etapa:** os participantes precisam refletir sobre as diferentes dimensões de análise do território (ambiental, cultural, social, econômica/tecnológica, política e jurídica), preparando-se para interagir de forma qualificada e consciente nos processos de decisões e pactuações;
- c) **3ª etapa:** o Estado precisa garantir a escuta dos diferentes segmentos e seus respectivos interesses, atuando como mediador e promovendo um diálogo profícuo, promovendo a estruturação de suas secretarias e políticas para o melhor desenvolvimento do território;
- d) **4ª etapa:** deve ser demonstrado aos participantes que a implementação do ZEE constitui um processo de construção da governança do território e dos bens comuns, oferecendo recursos de planejamento e gestão que favoreçam sua capilaridade na implementação das políticas setoriais em nível municipal, estadual e federal.

### 8.3.2.3. Premissas a serem contempladas quanto às Condições de Governança

Considerando-se a impossibilidade de se viabilizar o ZEE somente a partir da máquina pública, torna-se essencial estabelecer algumas premissas que construirão a sua base de governança. Destaca-se aqui o conceito de Governança<sup>13</sup> estruturado em quatro pilares: i) o **planejamento territorial** com base nas múltiplas dimensões da sustentabilidade; ii) a **gestão social** com referência na articulação dos segmentos público, social e privado; iii) a **formação continuada** de gestores públicos e sociais para uma atuação qualificada nos processos de governança; e iv) a **educação ambiental** como eixo qualificador transversal a todo o processo, na perspectiva da construção de sociedades mais sustentáveis.

Nesse contexto, sugere-se:

- a. instituir as instâncias técnicas e políticas de gestão e fortalecimento do ZEE e integrar as ações das instituições atualmente existentes, dentro das competências de cada uma delas;
- b. contemplar os arranjos institucionais decorrentes da incidência de políticas públicas que tenham como base algum tipo de unidade de planejamento/recorte territorial. No Estado da Bahia, além dos Territórios de Identidade, podem ser destacados, por exemplo, os arranjos institucionais decorrentes da gestão:
  - i) da Zona Costeira, com destaque para outros recortes territoriais menores, a exemplo de praias e orla marítima. Essa unidade de planejamento teve tratamento constitucional, tanto na Constituição Federal/88 como na Constituição Estadual/89, elevada à condição de patrimônio nacional e estadual;
  - ii) da Bacia Hidrográfica/Regiões de Planejamento e Gestão da Água, que decorre da base territorial de gestão das águas superficiais, de dominialidade da União e dos estados, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal/88, que consagrou a dominialidade pública sobre as águas. No caso das águas subterrâneas, bens de dominialidade estadual, os Comitês de Bacia Hidrográfica devem levar em conta os estudos hidrogeológicos para a tomada de decisão na mesma medida que considera os estudos hidrológicos. Daí decorre a instituição dos comitês de bacias hidrográficas, de acordo com a legislação vigente, que apoiarão o ZEE quando da inserção das suas diretrizes no plano de bacia hidrográfica, que é aprovado no âmbito desses colegiados;
  - iii) os espaços territoriais protegidos, a exemplo das unidades de conservação especialmente protegidas pelos entes federados, de acordo com as disposições da Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e conforme as leis específicas dos demais entes federados sobre a matéria. Essas UCs contam com Conselhos Gestores, de caráter consultivo que podem apoiar o ZEE na medida em que seus planos de manejo contemplem as diretrizes quando de sua elaboração ou revisão;

<sup>13</sup> PALAVIZINI, Roseane. *Gestão Transdisciplinar do Ambiente: uma perspectiva aos processos de planejamento e gestão social no Brasil*. Tese de Doutorado do Programa de Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina – PPGEA/UFSC, Florianópolis, 2006.

- iv) os biomas: que se caracterizam pelos aspectos físicos e bióticos, que dão as feições de paisagem tão características do Estado, como por exemplo a Mata Atlântica (que coincide, a grosso modo, com as três macrorregiões litorâneas – Litoral Norte, Recôncavo - RMS e Litoral Sul); a Caatinga, que coincide com o território da macrorregião Semiárido; e o cerrado que coincide com a macrorregião Cerrado. O bioma Mata Atlântica, por exemplo, conta com o Comitê da Reserva da Biosfera, onde seus estudos devem incorporar as premissas do ZEE;
  - v) as áreas urbanas e de expansão urbana, Regiões Metropolitanas ou aglomerações urbanas. Essas unidades são utilizadas para o planejamento urbano bem como para a gestão de resíduos sólidos. Destaca-se, ainda, a regionalização prevista para a prestação regionalizada de serviços de saneamento (prestação regionalizada), que não corresponde aos recortes mencionados neste item. Nesse sentido, vale integrar e considerar os diversos tipos de consórcios públicos intermunicipais que se formaram para a viabilização da prestação de serviços de saneamento, entre outros, conforme se verifica no Quadro 36, que conta com uma coluna específica para esses consórcios existentes no Estado.
- c) inserir o ZEE nas discussões dos diversos colegiados mencionados e levá-lo em conta quando das suas manifestações, sejam elas consultivas ou deliberativas, viabilizando suas interfaces com o ZEE;
  - d) garantir a participação dos agentes econômicos que atuam no território, que se encontram vinculados com as demandas do mundo global, sejam eles de capital nacional ou estrangeiro (mineração, agronegócio, infraestrutura, etc.), já que serão responsáveis pelo pedido de outorga de direito de uso dos recursos hídricos, pelo pagamento pelo uso desses recursos; pelos requerimentos de autorização de supressão da vegetação quando da implantação de seus empreendimentos, dentre outras modalidades de autorizações que são emitidas pelos Poderes Públicos, nas suas diversas esferas. Esses agentes econômicos são, também, os responsáveis pelo pagamento ou viabilização de medidas de caráter compensatório;
  - e) garantir a participação das entidades ambientalistas e instituições técnicas especializadas em tecnologias sociais e ambientais e sustentabilidade;
  - f) garantir a participação das populações tradicionais, quilombolas e populações indígenas, que deverão contar com igualdade de oportunidade para ter voz no âmbito dos diversos colegiados e dos processos de construção do ZEE e demais instrumentos de planejamento.

#### 8.3.2.4. Sugestões de Indicadores de Acompanhamento do Desempenho na Implementação do ZEE-BA

Para acompanhar o processo de construção e de implantação do ZEE, poderão ser adotados alguns indicadores a ser construídos a partir dos seguintes registros:

Para acompanhar o processo de construção e de implantação do ZEE, poderão ser adotados alguns indicadores a ser construídos a partir dos seguintes registros:

- a) presença dos atores transformadores do território, em especial, aqueles relacionados com as atividades econômicas e infraestrutura, nas reuniões relacionadas com o ZEE e na composição dos colegiados;
- b) presença do poder público nas reuniões dos TI, nas consultas públicas nas oficinas técnicas, nas reuniões regionais de construção do ZEE;
- c) participação das comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas nas reuniões dos TI, nas consultas públicas, nas reuniões regionais de construção do ZEE;
- d) participação de entidades ambientalistas que atuam na conservação da biodiversidade nos diferentes biomas do Estado;
- e) pautas e atas das reuniões dos colegiados para verificar o grau de tratamento dispensado ao tema do ZEE nas suas decisões ou demais manifestações;
- f) relatórios periódicos da Comissão Estadual do ZEE, para acompanhar o processo de construção e de implementação deste, o qual deverá contemplar alguns indicadores de acompanhamento;
- g) ZEE na mídia e nas páginas oficiais dos órgãos governamentais;
- h) consultas, sugestões e respostas em *website* governamental para consulta do ZEE.

Além disso, podem ser adotados como indicadores de acompanhamento e desempenho do ZEE:

- a) valorização das diretrizes do ZEE-BA nos critérios para a obtenção de empréstimos em bancos de desenvolvimento, como sinalizador do alinhamento aos critérios estabelecidos pelo ZEE;
- b) número de convênios realizados pelo Estado com o objetivo de contemplar as ações relacionadas com a implementação do ZEE;

- c) número de decisões dos colegiados e nas reuniões dos TIs que foram implementadas, que tenham repercussões no ZEE;
- d) número de municípios que viabilizaram alterações em seus planos de desenvolvimento para contemplar as diretrizes do ZEE-BA.
- e) concessão de crédito oficial e benefícios tributários concedidos em razão das orientações do ZEE.

#### 8.3.2.5. Capacitação para Implementação do ZEE-BA

Para atuar no processo de construção do ZEE, há a necessidade de formação e capacitação quanto à compreensão da importância desse instrumento de planejamento e gestão do território e suas interfaces com os demais instrumentos de planejamento e gestão ambiental, de recursos hídricos, dentre outras políticas públicas.

Assim, podem ser sugeridas ações, a título de formação e capacitação, que levem em conta:

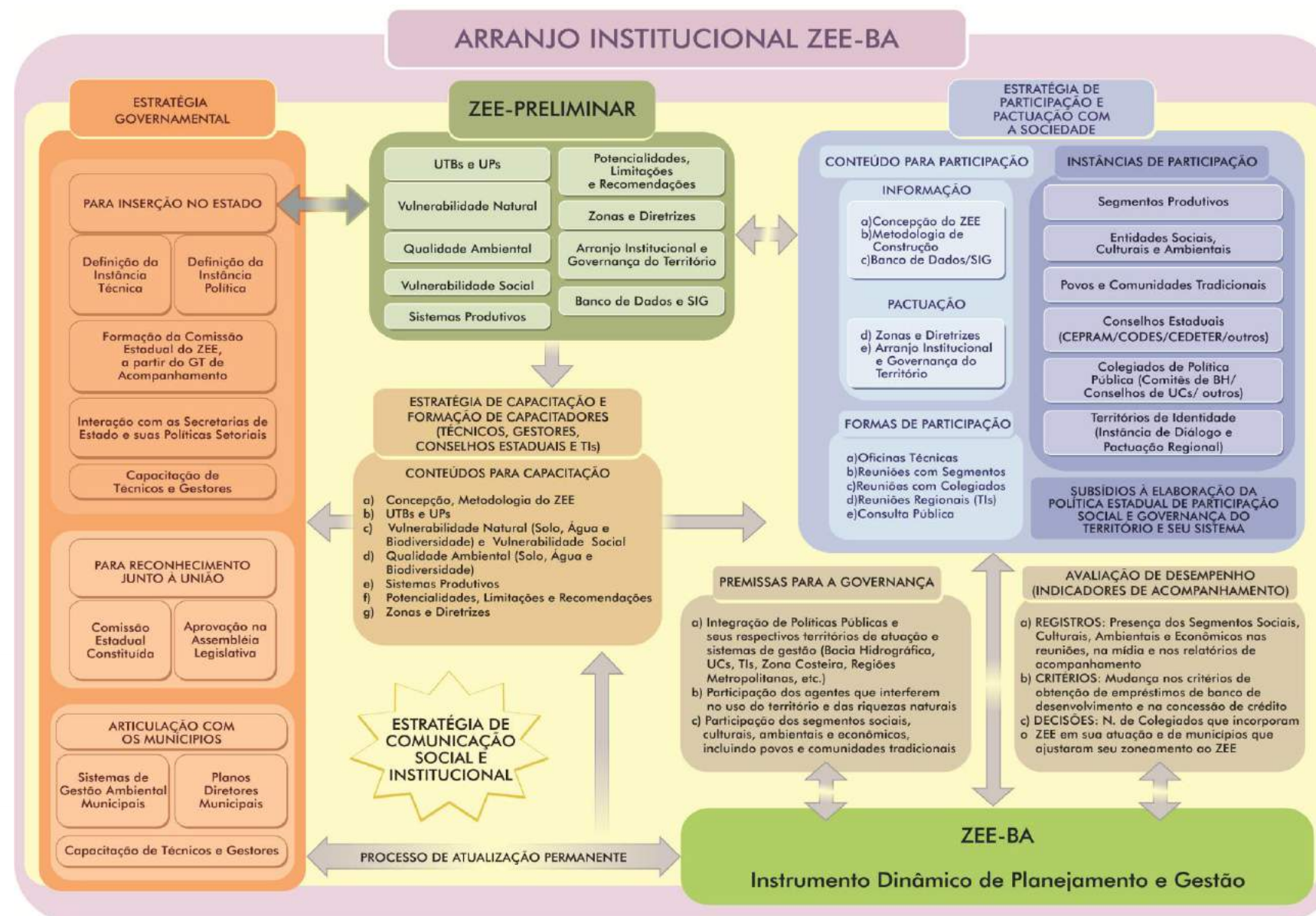
- a) **“Quem deve ser capacitado”**: o Quadro 36 denominada “Aspectos institucionais: diretrizes para os TIs” apresenta o rol dos atores que podem ser objeto de atuação de treinamento e capacitação por parte do Estado;
- b) **“Sobre os conteúdos de capacitação”**: o conteúdo para capacitação dos atores deve garantir uma maior consciência da importância do ZEE, uma atuação mais qualificada dos colegiados no exercício de sua capacidade decisória; uma melhor atuação dos atores no processo de construção do ZEE; facilita a atuação dos técnicos nos processos de licenciamento e autorizações ambientais a partir da adoção do ZEE, enquanto instrumento de apoio para a concessão dos atos autorizativos do poder público; e maior complacência dos bancos de desenvolvimento para realizar empréstimos de acordo com o uso desse instrumento de desenvolvimento regional, dentre outros.
- c) **A melhor forma de capacitar os atores** intervenientes no ZEE é incorporando-os à prática do exercício deste instrumento, ou seja, no dia a dia de sua construção. Neste caso, o Estado pode contribuir significativamente, em munir os atores intervenientes com o conteúdo necessário a cada etapa de construção do ZEE, permitindo-lhe clara compreensão sobre o tema. Assim, “se aprende a andar, andando”, com o amparo necessário de quem deve acompanhar esse processo de desenvolvimento social e econômico do Estado, com sustentabilidade.

Quanto aos cursos de capacitação propriamente ditos, é importante a seleção de atores para a capacitação que já detenham um embasamento técnico suficiente para a compreensão de pontos específicos, como é o caso dos técnicos de órgãos ambientais, do Estado e dos Municípios, ambiente em que deverá ser tratada a questão da aplicação do ZEE e suas interfaces com os demais instrumentos de gestão ambiental, dos recursos hídricos, da biodiversidade, dentre outros. Nos demais casos, sugere-se que o aprendizado deverá decorrer do exercício da própria atividade, mostrando “o quê e como” esse instrumento se relaciona diretamente com a vida de cada um dos atores intervenientes, para que haja o envolvimento e o compromisso necessários para o seu engajamento.

Recomenda-se que seja desenvolvida uma cartilha do ZEE, com conteúdos técnicos apresentados em linguagem acessível, para apreensão desse novo conteúdo pelos técnicos e pela sociedade. A finalidade é que o ZEE passe a fazer parte do cotidiano das pessoas e organizações.

A **Figura 5** ilustra, de forma esquemática, as diretrizes do ZEE para o Estado e para os TIs; o processo participativo; as premissas para a governança, seu acompanhamento e capacitação dos atores envolvidos.





**Figura 5** - Proposta de arranjo institucional para o ZEE-BA  
 Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013



O diagrama do Arranjo Institucional do ZEE-BA busca apresentar, de forma integrada, os processos recomendados para a construção dos diálogos sociais e procedimentos institucionais que levam do ZEE Preliminar, ao ZEE Consolidado, como instrumento dinâmico de planejamento e gestão do território. Esses procedimentos visam estruturar estratégias de implantação e gestão. Para melhor leitura do diagrama, apresenta-se a seguir as estratégias e suas relações e interações.

1º – O ponto de partida é o ZEE Preliminar, com os seus componentes, que deverão ser objeto de diálogo, compreensão, revisão e compatibilização por parte do Governo do Estado e suas Secretarias, em primeira instância, e junto à sociedade, em segunda instância. O arranjo institucional propõe quatro estratégias: a) governamental; b) participação e pactuação com a sociedade; c) capacitação e formação de capacitadores e d) comunicação social e institucional.

2º – A **Estratégia Governamental** visa como primeira ação a definição das instâncias políticas e técnicas que conduzirão o processo de participação social, implementação e gestão do ZEE. É necessária a formação da Comissão Estadual do ZEE-BA, considerando, preferencialmente, a presença dos técnicos da SEMA e SEPLAN que compõem o Grupo de Trabalho de Acompanhamento, assim como aqueles que participaram ao longo dos processos de consolidação da proposta de ZEE Preliminar apresentada, além dos integrantes de outras secretarias. Essa Comissão deverá estruturar e realizar os diálogos do ZEE Preliminar com as Secretarias de Estado, buscando levar até essas instâncias de governo o conhecimento sobre o instrumento e sua importância, além de propor uma articulação do ZEE Preliminar com cada sistema de política setorial, como forma de integrá-los no processo de diálogo, implementação e gestão. A segunda ação dessa estratégia é a articulação com os municípios de referência dos Territórios de Identidade e zonas, para conciliação do olhar municipal e pactuação preliminar sobre o planejamento do ZEE, preparando a participação dos municípios nos diálogos com os colegiados e na Audiência Pública. A terceira ação é, após o processo de participação e a consolidação do ZEE-BA, a aprovação na Assembléia Legislativa, para cumprir as exigências do reconhecimento da União. Ressalta-se que a relação técnica e institucional entre União, Estado e Municípios deve manter um fluxo permanente de diálogo, na implementação e gestão do ZEE.

3º – A **Estratégia de Capacitação e Formação de Capacitadores** visa formar um grupo de capacitadores do ZEE Preliminar, ainda no universo do Estado, que possam atuar no processo de participação da sociedade. Essa capacitação deve considerar os conteúdos estruturantes do ZEE, permitindo o conhecimento da concepção, metodologias do ZEE e seus componentes, abordando inclusive metodologias de diálogo social, construção de resultados cooperativos e compartilhados e mediação de conflitos. A segunda esfera de capacitação deve incluir preferencialmente, técnicos e gestores públicos e sociais que atuam no Conselho Estadual de Meio Ambiente e no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e Territórios de Identidade.

4º – A **Estratégia de Participação e Pactuação Social** visa o desenvolvimento do processo participativo, considerando diferentes instâncias de diálogo. Recomenda-se que sejam organizados grupos diferentes para atuações simultâneas junto aos distintos segmentos. Cada segmento deve ter o processo de diálogo conduzido em parceria com a Secretaria Setorial de sua política correspondente, a exemplo da mineração e indústria, com a Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, ou as comunidades tradicionais, com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, assim também o segmento cultural, social e ambiental. Já os colegiados de política pública, recomenda-se que seja construída com cada um deles, uma estratégia de diálogo permanente, a exemplo de câmaras técnicas ou grupo de trabalho, que possa acompanhar desde o processo de participação social, à implementação, integrando um sistema de gestão permanente do ZEE-BA. Nessa perspectiva, sugere-se uma ênfase especial, de maior consolidação, junto aos colegiados: CEPRAM, CODES e Territórios de Identidade. A última instância da participação deve ser as Audiências Públicas Territoriais, podendo reunir alguns territórios de Identidade em uma mesma audiência. O critério de agrupamento pode considerar a identidade territorial com as Zonas Ecológico-Econômicas. Os diálogos participativos devem considerar a distinção entre conteúdos informativos, não passíveis de modificações nessa etapa, e conteúdos para pactuação, que prevêm diálogos e adequações. **Recomenda-se que essa estratégia inicie a construção da articulação dos processos de participação social nas políticas públicas, subsidiando a elaboração da Política Estadual de Participação Social e Governança do Território, e seu sistema de gestão correspondente.**

5º – A **Estratégia de Comunicação Social e Institucional** deve prever um amplo programa comunicativo, utilizando os diferentes meios de comunicação: impresso, eletrônico, virtual, televisivo etc., promovendo o conhecimento da existência do ZEE-BA, sua importância e utilidade e suas formas de acesso e consulta da sociedade. Inclui-se nessa estratégia o Portal ZEE-BA, dando acesso à sociedade aos relatórios técnicos, componentes e produtos do ZEE, assim possibilitando diferentes formas de consultas e contribuições, permanentes.

6º – Por fim, o arranjo institucional busca estruturar um fluxo dinâmico que possibilite a transversalidade do ZEE-BA nas políticas setoriais do Estado, na articulação com as políticas nacionais, na adequação das políticas municipais e na pactuação com as ações dos diferentes segmentos da sociedade. Esse processo de relações e interações deve ser estruturado como um sistema permanente, que mantenha o ZEE-BA em atualização sistemática e adequação aos melhores caminhos para o desenvolvimento sustentável do Estado. **Esse Sistema de gestão permanente, que relaciona as diferentes esferas de governo e da sociedade nos processos de planejamento e gestão do território, tendo a capacitação e comunicação como eixos estruturantes dessas interações, dá-se o nome de Governança do Território.**



## APÊNDICES



Quadro Ap. 1- Planos Programa e Projetos Governamentais Federais

	MACRORREGIÕES	CERRADO		SEMIÁRIDO																	LITORAL NORTE	RECÔNCAVO-RMS		LITORAL SUL								
		POLÍTICAS		TI-11	TI-23	TI-01	TI-02	TI-03	TI-04	TI-08	TI-09	TI-10	TI-12	TI-13	TI-14	TI-15	TI-16	TI-17	TI-19	TI-20	TI-22	TI-24	TI-25	TI-18	TI-21	TI-26	TI-05	TI-06	TI-07	TI-27		
POLÍTICAS FEDERAIS	Políticas Ambientais	Programa Água para Todos								x																						
		Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro e Marinho																						x	x	x	x	x	x	x		
		Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla)																							x			x				
		Criação de Mosaico de Unidades de Conservação																											x			
		Projetos Corredores Ecológicos										x						x					x									
		Programa de prevenção de áreas de risco - Drenagem (PAC II)																								x	x		x			
		Programa de Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (PAC II)		x			x					x		x	x	x			x	x	x				x	x	x	x		x	x	
	Políticas Sociais	Programa Escola Acessível 2012		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
		Programa Livro Acessível																	x								x					
		Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)										x														x	x					
		Projeto Milton Santos ao Ensino Superior																										x				
		Programa Escola Aberta																										x				
		Programa Saúde Toda Hora																										x				
		Unidade de Pronto Atendimento 24h (UPA)								x		x			x	x				x	x	x	x	x	x	x	x		x			
		Pacto pela Redução da mortalidade infantil		x	x	x	x		x	x	x	x			x	x		x	x	x	x	x	x			x	x	x	x	x	x	
		Rede Brasileira de Banco de Leite Humano																		x	x							x	x			
		Programa de apoio a catadores (PAC II)		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
	Políticas Econômicas	Projeto praça dos esportes e de cultura (PAC II)		x					x			x			x		x	x	x	x				x	x	x	x				x	
		Programa Farmácia Popular		x			x	x			x	x			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
		Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR)																							x	x		x	x			
		Programa Nacional de Banda Larga							x			x			x	x				x	x						x	x		x		
		Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais - PROMESO								x			x							x												
		Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido (CONVIVER)								x																						
		Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf																												x		
		Programa Garantia-safra		x	x	x	x	x				x	x	x	x																	
		Programa para elaboração de Plano Municipal de Saneamento - PAC II		x								x			x																	
		Programa de pavimentação (PAC II)							x																							
Programa Mobilidade Urbana (PAC II)																																
PAC II - Ferrovias		x																										x	x			
PAC II - Rodovias		x																														
Programa Territórios da Cidadania																																

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro – Sondotécnica, 2012



Quadro Ap. 3 - Investimentos em infraestrutura e empreendimentos privados

	MACRORREGIÕES	CERRADO		SEMIÁRIDO																	LITORAL NORTE	RECÔNCAVO-RMS		LITORAL SUL				
		TI-11	TI-23	TI-01	TI-02	TI-03	TI-04	TI-08	TI-09	TI-10	TI-12	TI-13	TI-14	TI-15	TI-16	TI-17	TI-19	TI-20	TI-22	TI-24	TI-25	TI-18	TI-21	TI-26	TI-05	TI-06	TI-07	TI-27
INFRAESTRUTURA	Investimentos																											
	Infraestrutura portuária (marítima e fluvial)			x	x					x														x	x			x
	Infraestrutura de transporte							x			x							x						x	x			
	Infraestrutura pesqueira																							x	x			
	Infraestrutura aeroportuária	x				x				x							x	x		x				x		x	x	x
	Geração de Energia Eólica				x	x				x		x									x							
	Mineração											x																
	Naval																							x				
	Polos Industriais	x						x		x								x	x	x			x	x	x		x	x
Turismo																						x	x	x	x			
EMPREENHIMENTOS PRIVADOS	Manati S.A. - Exploração de Gás																									x		
	Ibirácool (biocombustível)																										x	
	União Industrial Açucareira																										x	
	Usinas de Etanol																										x	x
	Veracel II (celulose)																		x							x	x	
	Knauf do Brasil (minério)																									x		
	Rio Tinto Alcan (minério)								x																	x		
	Sul Americana de Metais																									x		
	Polo Moveleiro (AMESUL)																										x	
	Polo Moveleiro (AITAMOVEL)																									x		
	Usinas Termelétricas																									x		x
	General Eletric																								x			
	Gamesa																								x			
	Alstom																								x			
	Latapack-Ball																								x			
	Torrebrás																								x			
	Grupo Ítalo Lanfredi																								x			
	LenoxxSound																								x			
	Peroxy Bahia																								x			
	Petrochina																								x			
	Canteiros de Módulos de Plataformas																								x			
	Condomínio Bahia Têxtil																								x			
Votorantim fábrica de cimento																								x				
Unigel																								x				
Terminal de Regaseificação da Bahia																								x				

(Continua)





Continuação do **Quadro Ap. 3** - Investimentos em infraestrutura e empreendimentos privados

	MACRORREGIÕES	CERRADO		SEMIÁRIDO																	LITORAL NORTE	RECÔNCAVO-RMS		LITORAL SUL								
		INVESTIMENTOS	TI-11	TI-23	TI-01	TI-02	TI-03	TI-04	TI-08	TI-09	TI-10	TI-12	TI-13	TI-14	TI-15	TI-16	TI-17	TI-19	TI-20	TI-22	TI-24	TI-25	TI-18	TI-21	TI-26	TI-05	TI-06	TI-07	TI-27			
EMPRESSEMENTOS PRIVADOS (continuação)	Fabrica de suco (Casa Valduga)									x																						
	Unidade de Beneficiamento de Castanha de Caju																x															
	Convênios para Piscicultura																				x											
	Usina de Etanol																x															
	Ampliação da Usina de Açúcar e Etanol									x																						
	AJE group (bebidas)																						x									
	Itaipava e Crystal (bebida alcoólica)																						x									
	Latapack-Ball (embalagens)																						x									
	Brasfrut Frutos do Brasil (alimentos)																						x									
	Unidade de Esmagamento de Oleaginosas																						x									
	Schincariol (bebida alcoólica)																						x									
	Frigorífico regional de Alagoinhas (Frigoalas)																						x									
	Universo Verde (processamento de grãos)	x																														
	Ki Sabor (fábrica de queijo)		x																													
	Campo Brasil (processamento de grãos)	x																														
Indústrias Reunidas Coringa Ltda. (ind. Alimentos).	x																															
SykuéBioenergia (energia)	x																															
Usina de Etanol (energia)	x																															

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro – Sondotécnica, 2012

TI-01 Irecê

TI-02 Velho Chico

TI-03 Chapada Diamantina

TI-04 Sisal

TI-05 Litoral Sul

TI-06 Baixo Sul

TI-07 Extremo Sul

TI-08 Médio Sudoeste da Bahia

TI-09 Vale do Jiquiriçá

TI-10 Sertão do São Francisco

TI-11 Baía do Rio Grande

TI-12 Baía do Paramirim

TI-13 Sertão Produtivo

TI-14 Piemonte do Paraguaçu

TI-15 Baía do Jacuípe

TI-16 Piemonte da Diamantina

TI-17 Semiárido Nordeste II

TI-18 Litoral Norte e Agreste Baiano

TI-19 Portal do Sertão

TI-20 Vitória da Conquista

TI-21 Recôncavo

TI-22 Médio Rio de Contas

TI-23 Baía do Rio Corrente

TI-24 Itaparica (BA/PE)

TI-25 Piemonte Norte do Itapicuru

TI-26 Metropolitano de Salvador

TI-27 Costa do Descobrimento

Quadro Ap. 4 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Irecê

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																											
Bahia Pesca	Estadual																											
Bahia Gás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																											
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																											
Banco do Brasil	Federal																											
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																											
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																											
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																											
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																											
CEF - Caixa Econômica Federal	Federal																											
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																											
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																											
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																											
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																											
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																											
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																											
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																											
Direc - 21ª Diretoria Regional de Educação	Estadual																											
Dires - 21ª Diretoria Regional de Saúde	Estadual																											
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																											
Ebda - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																											
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																											
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																											
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																											
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																											
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																											
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																											
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																											
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																											
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																											
Secretaria da Casa Civil	Estadual																											
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																											
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																											
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																											
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																											
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																											
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																											
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																											
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																											
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																											

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																											
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Quadro Ap. 5 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Velho Chico

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																										
Bahia Pesca	Estadual																										
Bahia Gás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																										
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																										
Banco do Brasil	Federal																										
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																										
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																										
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																										
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																										
CEF - Caixa Econômica Federal	Federal																										
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																										
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																										
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																										
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - Bom Jesus da Lapa	Federal																										
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																										
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																										
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																										
Direc - Diretoria Regional de Educação	Estadual																										
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																										
Ebda - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - Bom Jesus da Lapa	Estadual																										
Ebda - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - Ibotirama	Estadual																										
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																										
FUNCEB - Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																										
IBAMA - Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																										
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																										
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																										
IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																										
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																										
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																										
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																										
Secretaria da Casa Civil	Estadual																										
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																										
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																										
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																										
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																										
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																										
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																										
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										



INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Sepromi - Secretaria de Promoção a Igualdade Racial	Estadual																											
Serin - Secretaria de Desenvolvimento Regional	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESB - Universidade Estadual do Sudoeste Baiano	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Quadro Ap. 6 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Chapada Diamantina

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																										
Bahia Pesca	Estadual																										
Bahiagás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																										
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																										
CAR - Companhia Desenvolvimento e Ação Regional – Escritório de Seabra	Estadual																										
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																										
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																										
CEF - Caixa Economica Federal	Federal																										
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																										
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																										
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																										
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																										
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																										
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																										
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																										
DIREC - Diretoria Regional de Educação – Seabra	Estadual																										
DIRES - Diretoria Regional de Saúde – Seabra	Estadual																										
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																										
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – Escritório de Abaíra	Estadual																										
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – Gerência Seabra	Estadual																										
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – Escritório de Marçionílio Souza	Estadual																										
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – Escritório de Palmeiras	Estadual																										
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																										
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																										
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos Naturais Renováveis	Federal																										
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																										
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																										
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																										
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																										
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																										
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																										
Secretaria da Casa Civil																											
Secti -Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																										
Secult - Secretaria Estadual de Cultura	Estadual																										
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																										
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																										
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
Sefaz - Secretaria da Fazenda	Estadual																										
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																										
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																											
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																											
Sepromi - Secretaria da Promoção da Igualdade Racial	Estadual																											
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Federal																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESB - Universidade Estadual do Sudoeste Baiano	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Estadual																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Quadro Ap. 7 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Sisal

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SÓLIDARIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																											
Bahia Pesca	Estadual																											
Bahiagás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																											
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																											
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																											
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																											
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																											
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																											
CEF - Caixa Economica Federal	Federal																											
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																											
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																											
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																											
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																											
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																											
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																											
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																											
Direc 12ª - Diretoria Regional de Educação	Estadual																											
Dires 12ª - Diretoria Regional de Saude	Estadual																											
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																											
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																											
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																											
Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Federal																											
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																											
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																											
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																											
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																											
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																											
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																											
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																											
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																											
Secretaria da Casa Civil	Estadual																											
Secti -Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																											
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																											
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																											
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																											
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																											
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																											
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																											
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																											
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																											

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTARE NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																											
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Univrside Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESB - Universidade Estadual do Sudoeste Baiano	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Estadual																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente



Quadro Ap. 8 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Litoral Sul

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																										
Bahia Pesca	Estadual																										
Bahia Gás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																										
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																										
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																										
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																										
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																										
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																										
CEF - Caixa Economica Federal	Federal																										
CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	Federal																										
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																										
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																										
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																										
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Paranaíba	Federal																										
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																										
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																										
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																										
DIREC 07 - Diretoria Regional de Educação	Estadual																										
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																										
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - Gerência Itabuna	Estadual																										
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																										
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																										
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis	Federal																										
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Uruçuca	Federal																										
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																										
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																										
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																										
PM/BA - Polícia Militar do Estado da Bahia	Estadual																										
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																										
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																										
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																										
Secretaria da Casa Civil	Estadual																										
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																										
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																										
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																										
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																										
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																										
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																										
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																											
Sepromi - Secretaria da Promoção da Igualdade Racial	Estadual																											
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional de Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Quadro Ap. 9 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Baixo Sul

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																										
Bahia Pesca	Estadual																										
Bahia Gás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																										
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																										
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																										
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																										
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																										
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																										
CEF - Caixa Economica Federal	Federal																										
CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	Federal																										
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																										
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																										
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																										
Codeba	Estadual																										
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																										
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																										
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																										
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																										
DNPM - Departamento Nacional de Proteção Mineral	Federal																										
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																										
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																										
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																										
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																										
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																										
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																										
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																										
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																										
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																										
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																										
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																										
SECOM - Secretaria da Comunicação	Estadual																										
Secretaria da Casa Civil	Estadual																										
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																										
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																										
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																										
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																										
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																										
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																										
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																											
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																											
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Secretaria Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia - Campus Santo Antonio de Jesus	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Quadro Ap. 10 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Extremo Sul

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																										
Bahia Pesca	Estadual																										
BahiaGás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																										
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																										
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																										
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																										
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																										
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																										
CEF - Caixa Econômica Federal																											
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																										
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																										
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																										
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																										
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																										
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																										
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																										
Direc 9 - Diretoria Regional de Educação																											
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																										
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																										
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																										
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																										
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																										
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																										
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																										
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																										
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																										
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																										
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																										
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																										
Secretaria Casa Civil	Estadual																										
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																										
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																										
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																										
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																										
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
SEFAZ - Secretaria da Fazenda																											
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																										
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																										



INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Quadro Ap. 11 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Médio Sudoeste da Bahia

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																										
Bahia Pesca	Estadual																										
Bahiagás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																										
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																										
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																										
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																										
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																										
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																										
CEF - Caixa Econômica Federal	Federal																										
Ceplac - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	Federal																										
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																										
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																										
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																										
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Paranaíba	Federal																										
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																										
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																										
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																										
Direc 14 - Diretoria Regional de Educação	Estadual																										
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																										
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																										
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																										
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																										
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																										
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Itapetinga	Federal																										
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																										
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																										
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																										
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																										
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																										
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																										
Secretaria da Casa Civil	Estadual																										
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																										
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																										
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																										
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																										
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																										
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																										
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Sepromi - Secretaria da Promoção da Igualdade Racial	Estadual																											
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Quadro Ap. 12 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Vale do Jiquiriçá

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																										
Bahia Pesca	Estadual																										
Bahia Gás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																										
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																										
Banco do Brasil	Federal																										
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																										
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																										
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																										
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																										
CEF - Caixa Econômica Federal	Federal																										
CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	Federal																										
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																										
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																										
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																										
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																										
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																										
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																										
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																										
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																										
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																										
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																										
FUNCEB - Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																										
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																										
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																										
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																										
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																										
IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																										
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																										
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																										
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																										
Secretaria da Casa Civil	Estadual																										
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																										
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																										
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																										
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																										
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																										
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																										
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Sepromi - Secretaria da Promoção e Igualdade Racial	Estadual																											
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente



Quadro Ap. 13 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Sertão do São Francisco

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																										
Bahia Pesca - Escritório Sobradinho	Estadual																										
Bahia Gás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																										
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																										
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																										
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																										
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																										
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																										
CEF - Caixa Economica Federal	Federal																										
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																										
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																										
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																										
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																										
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																										
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																										
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																										
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																										
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - Escritório Uauá	Estadual																										
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																										
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																										
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																										
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																										
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																										
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																										
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																										
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																										
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																										
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																										
Secretaria da Casa Civil	Estadual																										
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																										
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																										
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																										
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																										
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																										
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																										
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										
Sepromi - Secretaria da Promoção da Igualdade Racial	Estadual																										
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																										

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Quadro Ap. 14 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Bacia do Rio Grande

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																										
Bahia Pesca	Estadual																										
BahiaGás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																										
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																										
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																										
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																										
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																										
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																										
CEF - Caixa Economica Federal	Federal																										
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																										
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																										
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																										
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																										
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																										
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																										
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																										
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																										
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - Gerência de Barreiras	Estadual																										
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																										
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																										
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																										
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																										
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																										
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																										
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																										
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																										
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																										
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																										
Secretaria da Casa Civil	Estadual																										
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																										
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																										
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																										
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																										
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																										
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																										
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																										
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																										

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																										
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																										
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																										
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																										
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																										
SRTE - Superintendência Regional de Trabalho e Emprego	Federal																										
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																										
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																										
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																										
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																										
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																										
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																										
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																										

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Quadro Ap. 15 - Participação das instituições nos colegiados seleccionados no TI Bacia do Paramirim

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																											
Bahia Pesca	Estadual																											
Bahia Gás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																											
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																											
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																											
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																											
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																											
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																											
CEF - Caixa Econômica Federal																												
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																											
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																											
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																											
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																											
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																											
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																											
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																											
Direc 23 - Diretoria Regional de Educação	Estadual																											
Dires 23 - Diretoria Regional de Saúde	Estadual																											
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																											
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - Escritório Macaúbas	Estadual																											
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - Escritório Paramirim	Estadual																											
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																											
FUNCEB - Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																											
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e os Recursos Naturais Renováveis	Federal																											
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																											
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																											
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																											
IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																											
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																											
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																											
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																											
Secretaria da Casa Civil	Estadual																											
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																											
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																											
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																											
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																											
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																											
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																											
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																											
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																											



INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										
Sepromi - Secretaria da Promoção da Igualdade Racial	Estadual																										
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																										
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																										
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																										
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																										
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																										
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																										
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																										
SSP - Secretaria da Segurança Pública	Estadual																										
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																										
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																										
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																										
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																										
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																										
Unesp - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																										

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Quadro Ap. 16 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Sertão Produtivo

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																										
Bahia Pesca	Estadual																										
Bahia Gás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																										
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																										
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																										
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																										
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																										
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																										
CEF - Caixa Econômica Federal	Federal																										
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																										
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																										
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																										
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																										
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																										
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																										
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																										
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																										
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																										
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																										
FUNCEB - Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																										
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																										
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																										
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																										
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																										
IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																										
Secretaria da Casa Civil	Estadual																										
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																										
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																										
SECOM - Secretaria da Comunicação	Estadual																										
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																										
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																										
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																										
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																										
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																										
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																										
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																										
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																										

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESB - Universidade Estadual do Sudoeste Baiano	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia - Campus Caetitê	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Quadro Ap. 17 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Piemonte do Paraguaçu

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																										
Bahia Pesca	Estadual																										
Bahia Gás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																										
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																										
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																										
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																										
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																										
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																										
CEF - Caixa Econômica Federal	Federal																										
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																										
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																										
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																										
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																										
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																										
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																										
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																										
Direc 18 - Diretoria Regional de Educação	Estadual																										
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																										
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																										
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																										
FUNCEB - Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																										
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																										
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																										
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																										
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																										
IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																										
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																										
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																										
SECOM - Secretaria da Comunicação	Estadual																										
Secretaria da Casa Civil	Estadual																										
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																										
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																										
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																										
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																										
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																										
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																										
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										
Sepromi - Secretaria de Promoção a Igualdade Racial	Estadual																										

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente



Quadro Ap. 18 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Bacia do Jacuípe

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																										
Bahia Pesca	Estadual																										
Bahia Gás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																										
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																										
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																										
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																										
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																										
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																										
CEF - Caixa Economica Federal	Federal																										
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																										
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																										
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																										
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																										
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																										
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																										
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																										
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																										
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																										
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																										
Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Federal																										
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																										
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																										
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																										
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																										
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																										
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																										
SAEB secretaria de administração do estado da Bahia	Estadual																										
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																										
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																										
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																										
Secretaria da Casa Civil	Estadual																										
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																										
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																										
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																										
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																										
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																										
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																										
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																											
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria da Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Quadro Ap. 19 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Piemonte da Diamantina

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																										
Bahia Pesca	Estadual																										
Bahia Gás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																										
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																										
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																										
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																										
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																										
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																										
CEF - Caixa Econômica Federal																											
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																										
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																										
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																										
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																										
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																										
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																										
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																										
Direc 16 - Diretoria Regional de Educação	Estadual																										
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																										
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																										
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																										
FUNCEB - Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																										
IBAMA - Instituto do Meio Ambiente e dos recursos Naturais Renováveis	Federal																										
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																										
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																										
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																										
IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																										
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																										
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																										
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																										
Secretaria da Casa Civil	Estadual																										
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																										
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																										
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																										
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																										
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
SEFAZ - Secretaria da Fazenda																											
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																										
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																										

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Quadro Ap. 20 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Semiárido Nordeste II

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																										
Bahia Pesca	Estadual																										
Bahia Gás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																										
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																										
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																										
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																										
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																										
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																										
CEF - Caixa Economica Federal	Federal																										
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																										
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																										
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																										
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																										
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																										
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																										
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																										
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																										
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																										
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																										
FUNCEB - Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																										
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																										
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																										
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																										
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																										
IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																										
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																										
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																										
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																										
Secretaria da Casa Civil	Estadual																										
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																										
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																										
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																										
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																										
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																										
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																										
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																										
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																										

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																										
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																										
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																										
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																										
SJCDH - Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																										
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																										
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																										
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																										
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																										
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																										
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																										
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																										
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																										

Legenda:  Órgão/Instituição Existente



Quadro Ap. 21 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Litoral Norte e Agreste Baiano

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																										
Bahia Pesca	Estadual																										
Bahia Gás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																										
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																										
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																										
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																										
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																										
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																										
CEF - Caixa Econômica Federal	Federal																										
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																										
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																										
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																										
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																										
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																										
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																										
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																										
DNPM - Departamento Nacional de Proteção Mineral	Federal																										
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																										
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - Regional Alagoíneas	Estadual																										
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																										
FUNCEB - Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																										
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																										
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																										
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																										
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																										
IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																										
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																										
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																										
SECOM - Secretaria da Comunicação	Estadual																										
Secretaria da Casa Civil	Estadual																										
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																										
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																										
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																										
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																										
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																										
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																										
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																										

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																										
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																										
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																										
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																										
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																										
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																										
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																										
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																										
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																										
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																										
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																										
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																										
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																										
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																										

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Quadro Ap. 22 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Portal do Sertão

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																										
Bahia Pesca	Estadual																										
BahiaGás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																										
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																										
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																										
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																										
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																										
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																										
CEF - Caixa Econômica Federal	Federal																										
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																										
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																										
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																										
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																										
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																										
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																										
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																										
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																										
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																										
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																										
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																										
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																										
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																										
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																										
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																										
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																										
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																										
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																										
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																										
Secretaria da Casa Civil	Estadual																										
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																										
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																										
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																										
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																										
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																										
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																										
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																										
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																										

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Quadro Ap. 23 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Vitória da Conquista

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																										
Bahia Pesca	Estadual																										
Bahia Gás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																										
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																										
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																										
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																										
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																										
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																										
CEF - Caixa Economica Federal	Federal																										
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																										
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																										
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																										
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																										
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																										
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																										
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																										
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																										
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																										
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																										
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																										
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																										
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																										
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																										
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																										
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																										
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																										
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																										
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																										
Secretaria da Casa Civil	Estadual																										
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																										
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																										
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																										
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																										
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																										
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																										
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																										
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																										

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Renda	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente



Quadro Ap. 24 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Recôncavo

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																										
Bahia Pesca	Estadual																										
BahiaGás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																										
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																										
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																										
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																										
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																										
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																										
CEF - Caixa Economica Federal	Federal																										
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																										
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																										
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																										
Codeba	Estadual																										
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																										
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																										
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																										
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																										
DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral	Federal																										
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																										
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																										
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																										
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																										
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																										
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																										
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																										
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																										
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																										
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																										
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																										
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																										
Secretaria da Casa Civil	Estadual																										
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																										
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																										
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																										
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																										
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
SEFAZ - Secretaria da Fazenda																											
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																										
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Sepromi - Secretaria de Promoção a Igualdade Racial	Estadual																											
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Quadro Ap. 25 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Médio Rio de Contas

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																										
Bahia Pesca	Estadual																										
BahiaGás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																										
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																										
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																										
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																										
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																										
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																										
CEF - Caixa Economica Federal	Federal																										
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																										
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																										
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																										
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																										
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																										
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																										
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																										
DIREC 13 Jequié - Diretoria Regional de Educação	Estadual																										
DIRES 13 Jequié - Diretoria Regional de Saúde	Estadual																										
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																										
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																										
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																										
FUNAI - Fundação Nacional do Índio	Federal																										
FUNCEB - Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																										
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																										
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																										
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																										
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																										
IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																										
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																										
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																										
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																										
Secretaria da Casa Civil	Estadual																										
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																										
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																										
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																										
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																										
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																										
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																										
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																										
SERIN - Secretaria de Articulação Institucional	Estadual																										
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																										
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																										
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																										
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																										
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Federal																										
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																										
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																										
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																										
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																										
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																										
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																										
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																										
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																										

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Quadro Ap. 26 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Bacia do Rio Corrente

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																										
Bahia Pesca	Estadual																										
Bahia Gás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																										
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																										
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																										
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																										
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																										
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																										
CEF - Caixa Econômica Federal	Federal																										
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																										
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																										
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																										
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																										
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																										
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																										
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																										
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																										
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																										
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																										
FUNAI - Fundação Nacional do Índio	Federal																										
FUNCEB - Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																										
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																										
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																										
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																										
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																										
IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																										
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																										
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																										
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																										
Secretaria da Casa Civil	Estadual																										
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																										
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																										
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																										
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																										
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																										
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																										
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										
Sepromi - Secretaria da Promoção da Igualdade Racial	Estadual																										

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																										
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																										
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																										
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																										
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																										
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																										
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																										
SSP - Secretaria de Segurança pública	Estadual																										
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																										
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																										
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																										
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																										
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																										
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																										

Legenda:  Órgão/Instituição Existente



Quadro Ap. 27 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Itaparica

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																										
Bahia Pesca	Estadual																										
BahiaGás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																										
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																										
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																										
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																										
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																										
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																										
CEF - Caixa Econômica Federal	Federal																										
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																										
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																										
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																										
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																										
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																										
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																										
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																										
Direc 10 - Diretoria Regional de Educação	Estadual																										
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																										
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																										
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																										
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																										
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																										
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																										
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																										
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																										
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																										
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																										
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																										
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																										
Secretaria da Casa Civil	Estadual																										
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																										
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																										
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																										
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																										
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																										
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																										
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																										

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Quadro Ap. 28 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Piemonte Norte do Itapicuru

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SÓLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																										
Bahia Pesca	Estadual																										
Bahia Gás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																										
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																										
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																										
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																										
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																										
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																										
CEF - Caixa Economica Federal	Federal																										
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																										
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																										
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																										
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																										
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																										
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																										
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																										
DIREC 28 - Senhor do Bomfim	Estadual																										
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																										
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																										
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																										
FUNAI - Fundação Nacional do Índio	Federal																										
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																										
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																										
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																										
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																										
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																										
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																										
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																										
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																										
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																										
Secretaria da Casa Civil	Estadual																										
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																										
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																										
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																										
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																										
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																										
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																										
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																											
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Quadro Ap. 29 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Metropolitano de Salvador

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																										
Bahia Pesca	Estadual																										
Bahia Gás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																										
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																										
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																										
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																										
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																										
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																										
CEF - Caixa Economica Federal	Federal																										
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																										
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																										
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																										
Codeba	Estadual																										
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																										
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																										
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																										
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																										
DNPM - Departamento Nacional de Proteção Mineral	Federal																										
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																										
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																										
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																										
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																										
IBAMA - Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																										
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																										
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																										
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																										
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																										
PM/BA - Polícia Militar do Estado da Bahia	Estadual																										
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																										
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																										
SECOM - Secretaria de Comunicação																											
Secretaria Casa Civil	Estadual																										
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																										
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																										
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																										
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																										
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																										
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																										
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										
Sepromi - Secretaria da Promoção da Igualdade Racial	Estadual																										
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																										
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																										
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																										
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																										
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																										
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																										
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																										
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																										
Sudesb - Superintendência dos Deportos do Estado da Bahia	Estadual																										
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																										
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																										
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																										
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																										
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																										
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																										

Legenda:  Órgão/Instituição Existente



Quadro Ap. 30 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Costa do Descobrimento

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																										
Bahia Pesca	Estadual																										
BahiaGás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																										
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																										
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																										
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																										
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																										
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																										
CEF - Caixa Econômica Federal	Federal																										
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																										
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																										
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																										
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																										
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																										
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																										
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																										
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																										
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																										
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																										
FUNAI - Fundação Nacional do Índio	Federal																										
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																										
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																										
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Proteção à Biodiversidade	Federal																										
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																										
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																										
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																										
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																										
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																										
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																										
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																										
Secretaria Casa Civil	Estadual																										
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																										
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																										
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																										
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																										
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																										
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																										
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																											
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

# ZONAS ECOLÓGICO ECONÔMICAS



## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES DA BAHIA. Disponível em <<http://www.agerba.ba.gov.br/estruturaPolosRegionais.htm>> Acesso em: 09 de setembro de 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Princípios Norteadores do ZEE. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial/item/8187-princ%C3%ADpios-norteadores-do-zee>>. Acesso em: 10 maio 2013.

CASA CIVIL DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Balanco das Ações: Governo do Estado 5 anos e meio.** Disponível em <<http://www.casacivil.ba.gov.br/images/stories/balancogoverno/balancinho2012.pdf>> Acesso em: 19 de setembro de 2012.

COMPANHIA DE ENGENHARIA AMBIENTAL E RECURSOS HÍDRICOS DA BAHIA. Disponível em <[www.cerb.ba.gov.br](http://www.cerb.ba.gov.br)> Acesso em: 09 de setembro de 2012.

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA. Disponível em <[www.derba.ba.gov.br](http://www.derba.ba.gov.br)> Acesso em: 09 de setembro de 2012.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO. Disponível em <[www.detran.ba.gov.br](http://www.detran.ba.gov.br)> Acesso em: 09 de setembro de 2012.

EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO. Disponível em <<http://www.embasa.ba.gov.br/>> Acesso em: 09 de setembro de 2012.

EMPRESA BAIANA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA S.A. Disponível em <<http://www.ebda.ba.gov.br/ebda-institucional/unidades-organizacionais/>> Acesso em: 09 de setembro de 2012.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Disponível em <<http://www.palmares.gov.br/quilombola/>> Acesso em: 18 de maio de 2013.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Disponível em <[www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br)> Acesso em: 18 de maio de 2013.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em <[www.bahia.ba.gov.br](http://www.bahia.ba.gov.br)> Acesso em: 10 de setembro de 2012.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em <<http://www.juceb.ba.gov.br/>> Acesso em: 09 de setembro de 2012.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br>> Acesso em: 20 de setembro de 2012.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br>> Acesso em: 19 de setembro de 2012.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. Disponível em <<http://mct.gov.br>> Acesso em: 19 de setembro de 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em <<http://www.mda.gov.br>> Acesso em: 19 de setembro de 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Disponível em <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/>> Acesso em: 21 de setembro de 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Disponível em <<http://www.mds.gov.br>> Acesso em: 19 de setembro de 2012.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Disponível em <<http://www.integracao.gov.br>> Acesso em: 19 de setembro de 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/component/k2/item/8272-programas-mma>> Acesso em 19 de setembro de 2012.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Disponível em <<http://www.mme.gov.br>> Acesso em: 19 de setembro de 2012.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. Disponível em <<http://www.mpa.gov.br>> Acesso em: 20 de setembro de 2012.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. Disponível em <<http://www.transportes.gov.br>> Acesso em: 21 de setembro de 2012.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Disponível em <<http://www.turismo.gov.br>> Acesso em: 19 de setembro de 2012.

PALAVIZINI, Roseane. **Gestão Transdisciplinar do Ambiente: uma perspectiva aos processos de planejamento e gestão social no Brasil.** Tese de Doutorado do Programa de Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina – PPGEA/UFSC, Florianópolis, 2006.

PALAVIZINI, Roseane. **A Educação Ambiental na integração de políticas públicas para a construção da governança da água e do território.** In: Júnior, F. P. e Modaelli, S. (org.). *Política de águas e Educação Ambiental: processos dialógicos e formativos em planejamento e gestão de recursos hídricos.* MMA, Brasília, 2011. p. 116-119.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/>> Acesso em: 18 de setembro de 2012.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em <<http://www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade/mapa>> Acesso em: 13 de junho de 2012.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A POBREZA DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em <<http://www.sedes.ba.gov.br/>> Acesso em: 18 de setembro de 2012.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em <<http://www.sedir.ba.gov.br/projetos.asp>> Acesso em 17 de setembro de 2012.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. **Programas.** Disponível em <<http://www.sedur.ba.gov.br/>> Acesso em: 18 de setembro de 2012.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. **Diretorias Regionais de Educação.** Disponível em <<http://institucional.educacao.ba.gov.br/>> Acesso em: 09 de setembro de 2012.

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DA INDÚSTRIA NAVAL E PORTUÁRIA DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em <<http://www.seinp.ba.gov.br/>> Acesso em: 22 de setembro de 2012.

SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em <<http://www.sicm.ba.gov.br/>> Acesso em: 17 de setembro de 2012.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em <<http://www.seinfra.ba.gov.br/>> Acesso em: 17 de setembro de 2012.

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA. **Diretorias Regionais de Saúde.** Disponível em <[http://www.saude.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=458&catid=8&Itemid=49](http://www.saude.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=458&catid=8&Itemid=49)> Acesso em: 09 de setembro de 2012.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em <<http://www.sefaz.ba.gov.br/>> Acesso em: 09 de setembro de 2012.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DA BAHIA. **Programa de Gestão Ambiental Compartilhada.** Disponível em <[http://www.meioambiente.ba.gov.br/mapa\\_gac\\_new.html](http://www.meioambiente.ba.gov.br/mapa_gac_new.html)> Acesso em: 13 de setembro de 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **A Geografia dos Assentamentos na área rural.** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: Bahia, 2011.